

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**EM BUSCA DA NAÇÃO ENTRE PORTUGAL E BRASIL: MEDIAÇÃO
CULTURAL E SOCIABILIDADE TRANSATLÂNTICA NO “ARCHIVO
PITTORESCO” (1857 - 1868)**

Kadine Teixeira Lucas

Orientador: Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães

**Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Educação,
área de especialidade História da Educação.**

2022

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



**EM BUSCA DA NAÇÃO ENTRE PORTUGAL E BRASIL: MEDIAÇÃO
CULTURAL E SOCIABILIDADE TRANSATLÂNTICA NO “ARCHIVO
PITTORESCO” (1857 - 1868)**

Kadine Teixeira Lucas

Orientador: Professor Doutor Justino Pereira de Magalhães

**Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutora em Educação,
área de especialidade História da Educação.**

Juri

Presidente: Doutora Maria Natália de Carvalho Alves

Vogais:

Doutor Mauro Castilho Gonçalves, Professor, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil;

Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa, Professor Catedrático, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutor Joaquim António de Sousa Pintassilgo, Professor Associado, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Programa de Doutorado Pleno no Exterior, processo número 88881.173118/2018-01

2022

Às minhas meninas, Madalena e Tereza
Ao Mauricio, companheiro de vida e de sonhos
À minha mãe, que me ensinou, com seu exemplo, a seguir sempre adiante

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser um trabalho solitário, não se escreve uma tese sozinho. É uma trajetória longa, por vezes árdua, e que carece de colaborações de ordens diversas, desde as académicas e operacionais até as afetivas. Há muitas pessoas que participaram deste processo, direta ou indiretamente, de perto ou de longe, e que merecem toda a minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Justino Magalhães, sempre atento, paciente e disponível, grande mestre que me conduziu nesse percurso, ajudando-me a encontrar um caminho viável. Se hoje chego na escrita dessas últimas linhas, é em grande parte graças ao seu estímulo e ao suporte intelectual que partilhou comigo, sempre tão generosamente.

Aos professores Joaquim Pintassilgo e Isabel Madeira, pelo aprendizado nos momentos formais e informais, pelas sugestões e pelos livros emprestados. À professora Áurea Adão, pelas considerações na prova pública do projeto de tese e pela partilha de informações acerca dos relatórios da Instrução Pública do século XIX. Ao professor Mauro Castilho, mentor desde o mestrado, que seguiu presente e colaborando para a minha formação como pesquisadora. Ao professor Daniel Chiozzini, orientador no mestrado, que se tornou parceiro de escrita e contribuiu na definição de caminhos académicos. Ao João do Prado, tio, mestre e inspiração.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal – que se tornou meu local de trabalho diário –, sempre solícitos; aos funcionários do Arquivo da Torre do Tombo, grandes auxiliares na localização de documentos; ao doutor João Vaz, do Palácio Nacional de Mafra, que gentilmente disponibilizou a digitalização de uma obra do acervo.

À CAPES, pelos recursos que possibilitaram a realização dessa pesquisa.

Àqueles que se tornaram amigos e desempenharam também o papel de família, nessa conjuntura especialmente desafiadora que é pesquisar, escrever e viver em outro país: Gabi Furlan, Inácio e Antônio, que se tornaram meu porto-seguro nos meses em que estive sozinha do outro lado do Atlântico; Talítha Gorgulho, Pedro e Cora, parceiros de explorações lisboetas; Priscilla Verona, companheira de pesquisas e cafés na Biblioteca Nacional; Patrícia Giraldi, companheira de todas as aventuras, em Lisboa ou fora dela; Reislá Oliveira, parceira de seminários, leituras, reflexões, anseios, passeios e expectativas; Thais Moraes, conselheira das minhas dúvidas académicas; Ágata Regiane,

sempre pronta para um piquenique no parque; Daniela Diesel, que aguentou minha adrenalina com a parcimônia que lhe é peculiar; Estrella Luna, sempre doce e com um sorriso contagiante; Glau Nascimento, mulher inspiração; Uaiana Prates, agitada como eu, assistente de sumário e afins, que, ao lado das pequenas Amora e Lis e de Diogo, vem sendo parceria para todas as horas e muitos quilômetros de bike; Daniela Bicalho, amiga nova que parece antiga, resolveu meus problemas operacionais de planilhas e anexos.

Não posso deixar de mencionar amigos e familiares que, estando no Brasil, estiveram sempre perto! Mariana Doneux, minha cara metade, irmã de alma e parceira de todos os caminhos; Helena Simões, que tem cuidado das minhas plantas e enviado as melhores energias; Larissa Teodoro, que me encorajou a tomar difíceis decisões nesse percurso; Alessandra Braz, cunhada-irmã, sempre atenta, disponível e vibrando com cada conquista; Luli, irmã de sangue, parte de mim; meus pais – de sangue ou não –, que sempre me incentivaram e acreditaram nas minhas escolhas. A todos os amigos e familiares em cujos momentos importantes não pude estar.

Aos meus alunos, que se defrontaram com a troca de professora no meio do ano letivo, mas seguiram torcendo por mim.

Ao Mauricio, companheiro de todas as horas, que me incentivou e segue ancorando minhas escolhas, tendo enfrentado todos os desassossegos e adversidades decorrentes dessa mudança de país. Além de ter acompanhado cada fase, foi ouvinte das minhas reflexões, *insights*, dúvidas, e ainda fez a tradução do resumo para o inglês, num momento em que a minha cabeça não podia pensar mais. Todo meu amor e afeto!

Às minhas meninas, inspiração da minha vida.

Resumo

O presente trabalho se dispõe a discutir o papel da revista *Archivo Pittoresco* (1857 – 1868) como objeto de mediação cultural na busca pelo sentido de Nação da intelectualidade Romântica Portuguesa, ancorada na relação entre Portugal e Brasil. Entre outros aspectos, este estudo inclui a análise do arquivo formado pelos volumes da Revista, sistematizando os principais temas e linhas de evolução, inquirindo os fundamentos e o ideário e avaliando o estatuto e o papel desempenhados na relação Portugal-Brasil. Tendo em vista dar conta do objeto de análise, do quadro histórico e do percurso hermenêutico traçado, o trabalho compõe-se de uma sequência de escalas dialeticamente organizadas. O plano mais amplo é a problemática da Nação articulada na tensão entre os dois países, em que estão subjacentes memória e projeto; o plano operatório e de mediação (intermédio e intermediário) é a sociabilidade transatlântica, de que a sociedade *Madrépora*, fundada pela Comunidade Portuguesa no Rio de Janeiro, é bem representativa, como igualmente representativas são as sucessivas tentativas de António Feliciano de Castilho em torno da Língua Portuguesa; o plano constitutivo ganha fundamento no ecletismo, corrente filosófica que se desdobra e reifica nas bases histórico-políticas, nas temáticas e nos projetos subjacentes às revistas – que, por conta disso, chamamos “eccléticas” –, dentre as quais destacamos o *Archivo Pittoresco* em sua empreitada pela escolarização da sociedade (povo). A tese procura desvelar um ciclo histórico que, seguramente, se prolongará até às duas últimas décadas do século XIX – um ciclo de indeterminação e busca, mas um ciclo em que há cada vez mais informação e consciência de que não é mais possível nem desejável voltar atrás ou fazer parar a história. Revela também que este ecletismo, cujos ecos ouvem-se em ambos os lados do Atlântico, está sempre debaixo de tensão, e que a geração de 60 e 70 faz uso de armas mais radicais e decisivas - como foram a gramática do Português do Brasil e a incorporação literária de um Brasil “nativo”, como se vê em José de Alencar. O ciclo de Independência e Descolonização tinha de ser consolidado no Brasil – era irreversível. Mas a busca do sentido de Nação dentre a intelectualidade Portuguesa persistia vinculada ao binômio Portugal-Brasil, tendo o ecletismo sido, por um tempo, uma solução possível, sempre sob grande tensão e prolongando alguma indeterminação. Nos primeiros capítulos da tese, delinea-se um marco conceitual e se reconstitui um contexto histórico, sociocultural e de sociabilidades intelectuais. Desenvolve-se, então, um estudo da Revista *Archivo Pittoresco*, distribuída nas escolas Portuguesas sob os auspícios da sociedade *Madrépora* com recursos financeiros provenientes do Brasil. A composição editorial e a abrangência da distribuição revelam um ideário e uma dinâmica de busca de novos leitores.

Palavras-chave: História da Educação, Portugal-Brasil, Povo-Nação, Intelectuais, Imprensa de educação e ensino.

Abstract

This research focuses on the journal *Arquivo Pittoresco* (1857 – 1868) and its role as an object of cultural mediation in the search for a sense of Nation undertaken by the Romantic Portuguese intelligentsia, based on the relation between Portugal and Brazil. Among other aspects, the study includes the analysis of the archive made up of the *Arquivo*'s issues, sistematizing their main themes and lines of evolution, inquiring the journal's foundations and set of beliefs, and also understanding its role in the Portugal-Brazil relationship. Taking into account its object of analysis, the historical framework, and the charted hermeneutic path, the study is made up of a sequence of dialectically-organised scales. The broader landscape is the issue of the Nation as articulated in the tensions between the two countries, in which memory and project are underlying; the operative and mediation plan is the transatlantic sociability, of which the *Madrépora* society, founded by the Portuguese community in Rio de Janeiro, is very representative, as are the successive attempts by António Feliciano de Castilho around the Portuguese language; the constitutive plan gains foundation in eclecticism, a philosophical system that unfolds and reifies itself in the historical-political bases, in the themes, and in the projects underlying the journals – which, for this reason, we call “eclectic”. Among these journals we highlight the *Arquivo Pittoresco*, marked by the endeavour to promote the schooling of society (folk). The thesis seeks to unveil a historical cycle that will surely last until the last decade of the 19th century – a cycle of indeterminacy and search, but a cycle in which there is mounting information and awareness that it is neither possible nor desirable to stop history. The study also reveals that this eclecticism, whose echoes can be heard on both sides of the Atlantic, is always under tension, and that the generation of the 60s and 70s uses more radical and decisive weapons – as were the grammar of Brazilian Portuguese and the literary incorporation of a “native” Brazil, as seen in José de Alencar. The cycle of Independence and Decolonization had to be consolidated in Brazil – it was irreversible. But the search for the sense of the Nation among the Portuguese intelligentsia remained linked to the Portugal-Brazil binomial, with eclecticism being, for a time, a possible solution, always under great tension and prolonging some indeterminacy. The first chapters of the thesis outline a conceptual framework and reconstitute a historical and sociocultural context, as well as a context of intellectual sociabilities. Afterwards, the thesis carries out a study of the journal *Arquivo Pittoresco*, which was distributed in Portuguese schools under the auspices of the *Madrépora* society with financial resources coming from Brazil. The editorial composition and scope of distribution reveal an ideal and dynamic linked to the search for new readers.

Keywords: History of Education; Portugal-Brazil; folk-nation; intellectuals; education and teaching press

Índice

Resumo	7
Abstract.....	8
Lista de Figuras	11
Lista de Tabelas.....	12
Lista de Siglas	13
Introdução	15
I Caminhos da pesquisa e a estrutura da tese	15
II Referencial teórico-metodológico	26
Capítulo 1	34
Povo, língua e educação na constituição de um ciclo histórico	34
1.1. Elementos de constituição de um ciclo histórico: brevíssima caracterização.....	35
1.2. Filho sem pai? Das relações entre Portugal e Brasil	52
1.3. Um povo para chamar de “seu”	80
Capítulo 2	85
Discursos e Percursos – Sociabilidades Intelectuais.....	85
2.1. António Feliciano de Castilho: tríplice intelectual	103
2.1.1. Redes e interconexões no além-mar	117
2.1.2. Uma tentativa de ampliar a rede: a Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil	125
2.2. Revistas como microcosmos de sociabilidade.....	133
Capítulo 3	137
Periódicos literários, instrutivos, recreativos – Ecletismo para o “Povo-Nação”	137
3.1. Um projeto, vários animadores	147
3.1.1. Um precursor, o Jornal dos amigos das letras	152
3.1.2. O Panorama	156
3.1.3. Revista Universal Lisbonense.....	167
3.1.4. A Época: jornal da industria, ciencias, litteratura e bellas-artes.....	176
3.1.5. O Farol: periódico de instrução e recreio	184
3.1.6. Revista Popular: semanário de litteratura, sciencia e industria	190
3.1.7. A semana: jornal literário e instrutivo	198
3.2. Uma imprensa periódica pela regeneração intelectual.....	209
Capítulo 4	213
<i>O Archivo Pittoresco: da Prática Cultural à Cultura Escolar</i>	213

4.1.	Um arquivo eclético para educar.....	216
4.2.	Uma rede transatlântica para a promoção da leitura popular: o <i>Archivo</i> nas escolas 231	
4.2.1.	Articulação em rede.....	232
4.2.1.1.	O Brasil na revista e a revista no Brasil.....	249
4.2.2.	Cultura da escola e prêmio escolar.....	259
4.2.3.	O <i>Archivo Pittoresco</i> como leitura escolar	268
4.2.4.	Nacionalizar para educar	276
4.3.	Novos textos e novas estratégias editoriais para novos leitores.....	284
4.3.1.	Leituras para o professor	292
4.3.2.	Leituras para a criança	295
4.3.3.	Leituras para a mulher - a educação doméstica (mães)	303
4.3.4.	Leituras para o “povo” – leitura para ser ouvida, leitura para ser compartilhada 310	
4.3.5.	Escola, leitura, e a definição de um lugar para o povo no projeto dos intelectuais românticos	313
	Considerações finais.....	319
	Referências Bibliográficas	328
	Obras de referência	328
	Fontes	337
	Impressos Gerais.....	337
	Imprensa Periódica	340
	Anexos	348

Lista de Figuras

Figura 1 - Revista como objeto → Representações sobre a Nação	30
Figura 2 - Revista como fonte → Aspectos reveladores das estratégias de circulação.....	31
Figura 3 - Representação gráfica das sociabilidades do Romantismo.....	94
Figura 4 – Anúncio da ‘Revista da Instrução’ no Diário do Maranhão, 1858	130
Figura 5 - Anúncio da ‘Revista da Instrução’ no Diário de Pernambuco, 1856.....	130
Figura 6 - Primeira página do Jornal dos Amigos das Letras, 1836.	153
Figura 7 - Apresentação da primeira página do primeiro número de O Panorama, 1837.	157
Figura 8 - Frontispício do segundo número de O Panorama, 1837.....	158
Figura 9 - Número inaugural da Revista Universal, que ainda não contava com prólogo e tinha as margens ornamentadas. Também o título não é ainda o definitivo.	168
Figura 10 - Novo layout apresentado no segundo volume da RUL	170
Figura 11 - Página de abertura da primeira edição de A Época.....	177
Figura 12 - Capa do sétimo número da revista A Época.....	183
Figura 13 - Introdução ao primeiro número de O Farol, 1848	185
Figura 14 - Introdução à primeira edição da Revista Popular, 1848	191
Figura 15 - Página ilustrada da RP, 1852	192
Figura 16 - Introdução à primeira edição de A Semana, 1850.	199
Figura 17 – Gravura publicada para ilustrar o artigo em ‘A Semana’	203
Figura 18 - Primeira página da edição de abertura do Archivo Pittoresco, 1857.....	214
Figura 19 - Gravura que acompanha o artigo sobre a Oceania no AP.....	219
Figura 20 - Gravura que acompanha artigo sobre lamparinas submarinas no AP	221
Figura 21 - Gravura de um ceifador mecânico que acompanha um artigo sobre a necessidade de investimento tecnológico em Portugal no AP.	222
Figura 22 - Gravura que acompanha o artigo relativo ao Palácio de Cristal no AP	229
Figura 23 - Representação de uma das virtudes teológicas no AP.....	230
Figura 24 - Retrato de António Emílio Machado Reis, fundador da Madrêpora.....	234
Figura 25 - Reprodução do retrato de D. Pedro V oferecido pela Madrêpora à Escola Real de Mafra	237
Figura 26 - Emblema da Sociedade ‘Madrêpora’	239
Figura 27 - Edição de abertura do Archivo Pittoresco em que pela primeira vez aparece a menção a assinaturas tomadas no Brasil	249
Figura 28 – Distribuição do Archivo Pittoresco no Brasil.....	255
Figura 29 - Página padrão de relatório da inspeção da instrução pública.....	262
Figura 30 - Reprodução da Portaria que institucionaliza a distribuição do Archivo Pittoresco pelas escolas primárias portuguesas	270
Figura 31 - Gráfico sobre a distribuição do AP nas escolas portuguesas por Concelho	274
Figura 32 – Mapa - Distribuição geográfica do Archivo Pittoresco nas escolas primárias portuguesas	275
Figura 33 - Representação dos pescadores como um tipo nacional peculiar no AP.....	278
Figura 34 - Gravura que ilustra o artigo intitulado "typos e trajos nacionaes" no AP.....	279
Figura 35 - Estatística de leitura publicada no AP.	287
Figura 36 - Reprodução da estátua de Benjamin Franklin no AP	301
Figura 37 - Reprodução do baixo-relevo "Onze mil virgens" esculpido na Basílica de Mafra...305	
Figura 38 - Organograma de códigos civilizatórios.....	318

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ficha Jornal dos Amigos das Letras.....	152
Tabela 2 - Ficha O Panorama	156
Tabela 3 - Ficha Revista Universal Lisbonense.....	167
Tabela 4 - Ficha A Época	176
Tabela 5 - Ficha O Farol.....	184
Tabela 6 - Ficha Revista Popular	190
Tabela 7 - Ficha A Semana	198
Tabela 8 - Ficha Archivo Pittoresco.....	213
Tabela 9 - Circulação do Archivo Pittoresco no Brasil entre 1858 e 1868.....	250
Tabela 10 - Estimativa acerca da evolução do número de exemplares da revista distribuídos ao longo dos anos pelas escolas primárias.....	271

Lista de Siglas

Archivo Pictórico. AP

Revista Universal Lisbonense. RUL

Arquivo Popular. AP

Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro.

Alexis de Tocqueville²

A reflexão de Tocqueville é uma metáfora precisa do processo de pesquisa historiográfica, reveladora dos percalços da escrita. Se, por um lado, o silêncio das fontes ou o hiato documental podem impedir o seu desenvolvimento, por outro a abundância delas pode se constituir como uma mina de ouro tão farta que desabe sobre nós, impedindo que saíamos com o tesouro. Podem nos conduzir a um sem-fim de notas, registros e reflexões que formam um labirinto insolúvel – ou quase. Esse é um risco ainda mais iminente quando nos debruçamos sobre impressos, periódicos ou não, dado que a natureza de sua materialidade faz com que acabem por perdurar de forma abundante.

Nesse processo de pesquisa, após finalmente ver o tema tornar-se objeto, e este ganhar contornos mais definidos, convivemos com essa espécie de síndrome do minerador descrita por Tocqueville. Começamos do princípio, ainda que com brevidade, dado que a definição do nosso objeto, circundado por um referencial teórico e pautado em fontes e evidências, apesar de parecer algo óbvio ao leitor do trabalho pronto, é um processo árduo, lento e, por vezes, doloroso.

I Caminhos da pesquisa e a estrutura da tese

Por meses vagueei em torno de um objeto que parecia não se ajustar ao repertório teórico-metodológico da história da educação, ou talvez eu não tenha mesmo sido capaz de fazê-lo. O fato é que esse incômodo me alçou no desafio de buscar um novo objeto, que veio reencontrar o arcabouço trabalhado no mestrado e resgatar minha experiência profissional. Eu tinha, então, apenas alguns pilares dispersos: as relações Portugal/Brasil, os intelectuais e a imprensa periódica, mediatizados pela educação, cujas bases para a

¹ Tese escrita na norma padrão do português do Brasil.

² Tocqueville, A. (1967). Lettre à Gustave de Beaumont, 28 décembre 1853. Correspondence d'Alexis de Tocqueville et de Gustave de Beaumont. *Oeuvres complètes*, t. III. Paris: Gallimard.

elucidação passaram pela familiarização com a historiografia portuguesa, que perseguimos a partir da leitura de *História da História de Portugal* (Torgal, Mendes e Catroga, 1998).

O intercâmbio entre os dois lados do Atlântico era nosso interesse desde o princípio, primeiramente por representar em si o meu lugar como pesquisadora, sendo uma brasileira que realiza o doutoramento em uma universidade portuguesa; todavia, para além da motivação pessoal, há mesmo matéria interessante para se pensar a questão, que acaba por passar pelos intelectuais e pelos periódicos. No século XIX era comum se encontrar alusões a “nações perfeitamente unidas”, “interesses idênticos”, “irmãos”. Mas, até que ponto se pode falar de interesses idênticos e união perfeita? Será mesmo que essa era uma percepção passiva? Era efetivamente compartilhada entre os dois hemisférios? Em que medida essas possíveis conexões relacionavam-se com as iniciativas educativas que, em meados do Oitocentos, vinham se desenrolando? Tais indagações suscitaram-nos a investigar periódicos da época, a começar por aqueles que se autodeclaravam como luso-brasileiros, dentre os quais nos chamou a atenção, primeiramente, a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, editada em Lisboa entre 1857 e 58. Vários foram os aspectos que saltaram aos olhos, a começar pela suspeita de que teria sido o primeiro periódico que pretendia discutir educação pública tendo por base os dois contextos, somada ao vulto da individualidade que o dirigia, António Feliciano de Castilho (1800 – 1875), apoiado pelo seu discípulo Luís Filipe Leite. Como é de se esperar num percurso de busca, novas perguntas surgiram: Quais interesses estavam subjacentes à proposta de uma “educação pública para Portugal e Brasil”? Estaria relacionado exclusivamente à internacionalização do método de alfabetização criado pelo diretor da revista? Que grau de proximidade se pretendia alcançar, e qual efetivamente se alcançou, no que diz respeito a uma “instrução pública luso-brasileira”, conforme enuncia o subtítulo do periódico?

De modo geral, tais perguntas puderam ser mais ou menos respondidas por meio da revisão bibliográfica e da análise do impresso. Mas o cruzamento de informações e impressões com outro periódico da época, a revista *Archivo Pittoresco* (Lisboa, 1857 – 1868), trouxe novas perspectivas à investigação, que passavam por estabelecer as redes que ligavam os dois periódicos, por sua vez associadas com a “educação popular”³ e conectadas

³ O termo “Educação Popular”, utilizado pela “Associação Promotora da Educação Popular”, tem um sentido muito difuso e polissêmico, tendo ganhado contornos mais específicos no Brasil após a atuação de Paulo Freire e dos programas nacionais de alfabetização na década de 1960. Não se trata, contudo, dessa acepção da palavra, mas de um termo genérico comumente utilizado para se referir à educação das classes mais pobres. Optamos por empregá-lo em função de ter sido utilizado por uma associação significativa para a pesquisa. A análise do termo será contemplada no capítulo 2, aquando da discussão sobre “povo”.

com o outro lado do Atlântico. Mais especificamente, o *Archivo Pittoresco* mostrou-se um pilar para analisar o complexo: relação Brasil-Portugal, língua e povo, mediatizado pela educação.

Apesar de não trazer no título a referência ao Brasil e não ter o país como alvo central, o *Archivo* anuncia no editorial do seu primeiro número que pretende “ser útil ou agradável a ambos os hemisférios, em que se fala a bela língua que imortalizou Camões”. Desde o nascimento, teve em vista o público do país que partilha a mesma língua, ao mesmo tempo enunciando-a como elemento de conexão. As visões sobre a língua portuguesa como elemento de afinidade e a questão da circulação são aspectos que merecerão atenção.

No que diz respeito à circulação no Brasil, destaca-se sua ampla divulgação em jornais de grande tiragem do Rio de Janeiro, nomeadamente no *Correio mercantil, e instrutivo, político, universal*. Foi também uma associação sediada no Rio de Janeiro que contribuiu para a sobrevivência do periódico, a *Madrépora*, agremiação de portugueses cuja atuação é um elemento chave para o entendimento da sobrevivência do *Archivo* e do seu alcance, bem como da rede em que a revista está inserida.

É sabido que a educação do “povo” foi uma inquietação que mobilizou os intelectuais ocidentais sobretudo a partir da Revolução Francesa⁴, tendo cada vez mais ocupado o centro do debate quando estava em pauta a consolidação de um projeto de nação ancorado no liberalismo. Educar o “povo” era tarefa crucial para alçar Portugal ao mundo moderno e promover a prosperidade nacional, e carregava em si uma capacidade regeneradora. Acerca dessa questão, Carlota Boto elucida nossa compreensão:

A escola era defendida para eleger e defender conteúdos culturais como se fossem os únicos autorizados e para controlar outros conteúdos espalhados pela proliferação do material impresso e por eventuais práticas espontâneas de leitura. Era essa a grande ameaça que se desejava combater quando se punha ênfase na tarefa civilizadora da escolarização (2012, p. 114).

Foi essa premissa, aclarada pela análise prévia das revistas e o contato com as produções intelectuais da época, que fomentou as indagações centrais desse trabalho: Como os intelectuais românticos, articulados em rede, desenvolveram estratégias para popularizar um projeto de nação pautado no amor à pátria, à língua e à moral cristã, que

⁴ Cf. Boto, Carlota (1996).

tinha como ferramenta de divulgação as revistas literárias⁵? Nesse sentido, como a Revista *Arquivo Pittoresco* transformou as práticas culturais de circulação, recepção e produção até então correntes entre as ditas revistas literárias, tomando parte na cultura escolar portuguesa da década de 1860 e alcançando sujeitos com competências leitoras diversas? De que maneira essas leituras populares eram representativas do ecletismo que conciliava ciência, moral, cidadania e religião?

Essas questões nortearam a investigação, levando a tese a desdobrar-se numa escala que vai do macro para o micro. O plano mais amplo é a problemática da Nação articulada na tensão entre Portugal e Brasil, em que estão subjacentes memória e projeto; o plano operatório e de mediação (intermédio e intermediário) é a sociabilidade transatlântica, de que a sociedade Madrêpora, fundada pela Comunidade Portuguesa no Rio de Janeiro, é bem representativa, tais como as sucessivas tentativas de António Feliciano de Castilho em torno da Língua Portuguesa; o plano constitutivo desdobra-se no ecletismo, corrente filosófica cujas bases estão subjacentes às revistas que, por conta disso, chamamos “eclecticas”, dentre as quais destacamos o *Arquivo Pittoresco* em sua empreitada de uma escolarização da sociedade (povo).

A tese procura revelar um ciclo histórico que, seguramente, se prolongará até às duas últimas décadas do século XIX – um ciclo de indeterminação e busca, mas um ciclo em que há cada vez mais consciência e informação de que não é mais possível nem desejável voltar atrás ou fazer parar a história. Revela também que este ecletismo, cujos ecos ouvem-se em ambos os lados do Atlântico, está sempre debaixo de tensão, e que a geração de 60 e 70 faz uso de armas mais radicais e decisivas - como foi a gramática do Português do Brasil e a incorporação literária de um Brasil “nativo”, como se vê em José de Alencar. O ciclo de Independência e Descolonização tinha de ser consolidado no Brasil – era irreversível. Mas a busca do sentido de Nação persistia, dentre a intelectualidade Portuguesa, vinculada ao binômio Portugal-Brasil, tendo o ecletismo sido, por um tempo, uma solução possível, sempre sob grande tensão e prolongando alguma indeterminação. A distribuição do *Arquivo Pittoresco* nas escolas Portuguesas sob os auspícios financeiros advindos do Brasil, por meio da sociedade Madrêpora, são representativos dessa dinâmica, e leva a um arranjo editorial em que se revelam novos leitores populares.

⁵ O termo “revista literária” é comumente utilizado para se referir aos jornais e revistas de instrução e recreio. Não se tratava de periódicos especializados em literatura – embora pudessem vir a ter seções dedicadas ao tema –, mas que abrangessem uma temática mais ampla e que alcançassem um público mais diversificado. Ver Tengarrinha, 2013. Nesse trabalho serão identificadas como “eclecticas”, conforme discutido mais à frente.

Carlota Boto (2012), em um estudo sobre a escola primária Portuguesa entre 1820, ano da Revolução Liberal, e 1910, implementação da República, analisa o discurso intelectual sobre a construção de uma “nova” cidadania a partir da escola. Nós pretendemos fazê-lo a partir do mapeamento de revistas vinculadas a uma rede de sociabilidade, tendo como foco o *Archivo Pittoresco* que, não sendo estritamente pedagógico, era de certa forma educativo.

Abordar a produção, circulação e recepção de impressos traz à tona aspectos da história da leitura que precisam ser levados em conta.

O livro procura sempre instaurar uma ordem, quer seja a ordem da sua decifração, a ordem segundo a qual deve ser entendido, ou a ordem determinada pela autoridade que o encomendou ou que o autorizou. No entanto, essa ordem com múltiplas figuras não detém o poder absoluto para anular a liberdade dos leitores. Até mesmo limitada pelas competências e pelas convenções, essa liberdade sabe como desviar e reformular os significados que deviam diminuí-la. (...) A ordem dos livros tem ainda outro sentido. Manuscritos ou impressos, os livros são objectos cujas formas dirigem, se não a imposição do significado dos textos que contêm, pelo menos os hábitos que podem investi-los e as apropriações às quais são susceptíveis. As obras, os discursos só existem a partir do momento em que se tornam realidades físicas, estão inscritos nas páginas de um livro, são transmitidos por uma voz que lê ou conta, são ouvidos na cena do teatro. Compreender os princípios que regem a ‘ordem do discurso’ pressupõe que sejam decifrados rigorosamente aqueles que estão na base dos processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e dos outros objetos que são escritos). (Chartier, 1997, p. 6-7)

Em suas obras, Chartier adverte insistentemente para a complexidade da análise do objeto escrito, que passa pelo desvendamento dos processos de produção e circulação, e das estratégias a eles relacionadas, mas não pode prescindir do sujeito que imprime o sentido ao texto, o leitor. As dificuldades para alcançar essas percepções, contudo, são latentes. Neste trabalho, perseguimos a figura do leitor. Contudo, tivemos pouco acesso à sua manifestação direta, ao que procuramos elementos da sua voz ao analisar as mudanças editoriais no periódico, nomeadamente quando ele passa a ser sistematicamente distribuído nas escolas portuguesas.

Apesar de nossa análise perpassar muitas décadas do século XIX, tendo em conta a necessidade de compreender a relação entre cultura e política, as movimentações e seus desdobramentos e mesmo o surgimento do romantismo, o recorte temporal foca-se nas décadas de 1850 e 60, dado ser esse o tempo forte dos debates educacionais promovidos pelos intelectuais da rede, muito pautados pela publicação do “Método de Leitura

Repentina” publicado por Feliciano de Castilho em 1850. É também período de publicação do *Arquivo Pittoresco*, cuja distribuição nas escolas se efetiva entre 1860 e 1865.

Buscando responder às indagações apresentadas acima, esse trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro deles busca caracterizar o ciclo histórico da intelectualidade romântica.

A partir de levantamento bibliográfico e documental (Braga, 1987a, 1987b; Cartas de Castilho, 1910, 1914; Nogueira, 1851), justificamos as décadas de 1850-60 enquanto “tempo forte”, demarcando um ciclo histórico. É nesse período em que se constitui o grupo de intelectuais denominado “escritores da *Regeneração*” (Ferreira, 1979; França, 1999), último suspiro do romantismo, articulados em torno de António Feliciano de Castilho. É então que o ideal civilizacional (Boto, 2017; Veiga, 2002) traduzido pelos intelectuais românticos nas revistas literárias, cuja produção é entendida enquanto prática cultural (Chartier, 1988, 2002; Certeau, 1998), ganha novos contornos, vinculando-se mais diretamente à “instrução popular”, ou seja, à escola primária.

Situamos aí o debate acerca das relações entre Portugal e Brasil. Em alguma medida, pode-se falar na superação da dicotomia colonizador-colonizado, revelada sobretudo pelo papel da cultura escrita – ancorado no desenvolvimento da língua – num processo entendido pela multiplicidade e plurifactorialidade, como analisou Magalhães (2003a). A superação dessa dicotomia não significa, contudo, que esse sentimento de fraternidade tenha sido necessariamente harmônico ou pacífico. Contendas entre escritores brasileiros e portugueses são apresentadas como representativas de embates ou polémicas. Um exemplo é o que se verificou na recepção não tão afetuosa de António Feliciano de Castilho, na ocasião em que ministrou um curso de divulgação do método de leitura no Brasil, em 1855.

Se era fato que os vínculos intelectuais entre Brasil e Portugal se mantiveram intensos e acalorados após a ruptura política, restava analisar em que medida, bem como sobre o que se ancoravam, quais conflitos englobavam, e se constituíam efetivamente uma “lusobrasilidade” – e, desde já, adiantamos que esta é uma aceção duvidosa. Do ponto de vista político-cívico, eram dois países distintos, com respectivas representações diplomáticas: estavam claras as cidadanias. Do ponto de vista cultural, havia uma raiz comum, mas era latina-grega/ clássica-humanística, ou seja, era mais ampla que o “lusobrasil”. “Lusitânia” e “lusobrasil” eram termos que geravam conflito e reação. Quanto à língua, estava em questão aceitar as designações: português de Portugal e português do Brasil. A pesquisa mostrou-nos que a problemática das relações entre Portugal e Brasil deveria ser

compreendida à luz do pensamento intelectual característico de um ciclo histórico vinculado ao romantismo que, no encalço do desenvolvimento da nação Portuguesa, enxergava no Brasil um modelo de futuro. A percepção sobre a permanência de uma amálgama luso-brasileiro era cultural, centrado sobretudo na língua comum, reivindicada como elo de ligação. Mas tinha, contudo, desdobramentos materiais. A ex-colônia representava a possibilidade de parcerias produtivas que, mesmo que não mais pautadas no pacto colonial, corroborassem ao desenvolvimento material da antiga metrópole. Não se tratava de grandes acordos comerciais, nem parcerias governamentais, mas de iniciativas da sociedade civil que tinham nos portugueses emigrados e nas associações por eles formadas os principais atores.

Procuramos, nesse ínterim, desvelar algumas noções persistentes à rede de intelectuais que entendemos ser protagonista, constitutivas da “utensilagem mental” da época. Resgatamos a expressão de Lucien Febvre, que a lança em “Combates pela história”⁶. Ao analisar o contexto da Europa do século XVI, o autor propõe que a compreensão do homem e de sua forma de pensar seja feita de maneira coordenada, por meio do levantamento do “material mental” de que dispunham os homens de determinada época. Tal levantamento pretende-se base para recompor o passado, buscando promover uma história viva e pulsante, um presente no passado.

No caso do ciclo histórico aqui analisado, alguns elementos são constitutivos da “utensilagem mental”: o sonho civilizacional e a noção de irmandade com o outro lado do Atlântico. No que tange ao primeiro aspecto, a vulgarização do conhecimento é elemento central para se efetivar esse projeto de sociedade, ancorado no reformismo, por isso a instrução é aspecto forte do período; quanto ao segundo, temos em conta que os intelectuais portugueses do período estão ainda atrelados aos “irmãos” tropicais, e não conseguem pensar o aqui sem se remeter ao lá.

As representações sobre nação, incluída a ideia de civilização na qual inserem-se a moral cristã, a língua materna, a luso-brasilidade e a instrução/ educação popular, são entendidas como parte dos esquemas intelectuais incorporados (Chartier, 1988) da última geração romântica característica do ciclo histórico das décadas de 1850-60. A necessidade de popularização dos conhecimentos, do “derramamento da instrução popular”, está inserido nessa construção mental. Os textos e as imagens são reveladores das produções simbólicas (Ariès, 1988).

⁶ Febvre, L. (1965). *Combats pour l'Histoire*. 2ª ed. Paris: A. Cotin, citado em Taminelli, Ronald (1990).

Língua, povo e educação são aqui entendidos como noções fundantes desse ciclo histórico, a partir dos quais desdobra-se o conhecimento da língua materna, elemento de identidade, a prática da moral cristã, termômetro civilizacional e o amor da pátria, entendidos todos como elementos constituidores da nacionalidade.

Não significa, todavia, que nos dedicamos a uma abordagem totalizante. Não tencionamos realizar um “tratado abrangente sobre a mentalidade de uma nação”, conforme os esforços de Ira Wade, Peter Gay e Rush Welter (Darnton, 1990, p. 190), dado que diversos grupos trabalham simultaneamente na definição de um espírito do tempo. É então que buscamos uma análise qualitativa, de modo a superar a perspectiva linear e biologicamente determinista da abordagem positivista. Assim é que, no segundo capítulo, procuramos identificar a constituição de uma rede de sociabilidade (Sirinelli, 2003) da intelectualidade romântica, articulada à produção das revistas ditas literárias, espaços concretos de associação, dentre as quais insere-se o *Archivo Pittoresco*. No esforço de acompanhar as produções e percursos de intelectuais, associamos trajetória e geração, buscando superar a dicotomia entre texto e contexto. Procura-se analisar as solidariedades de origem, afetividades, afinidades que aglutinam os intelectuais desse ciclo histórico. As revistas literárias são microcosmos, o espaço em que essas sociabilidades se materializam. Nesse caso, articulam-se com o outro lado do atlântico, dado que a principal estratégia de circulação do *Archivo* passa pelo financiamento da Sociedade *Madrépora* do Rio de Janeiro.

Esse grupo tem nos periódicos espaço para vulgarização do conhecimento, mas também para divulgar opiniões, alimentar polêmicas, pautar o debate acerca dos métodos de ensino, em alguns casos ocupam posições políticas. A noção de divulgadores/mediadores culturais é fundamental para compreender sua atuação na vulgarização do conhecimento. Esses sujeitos orbitam em torno de uma figura central, António Feliciano de Castilho, intelectual icônico cuja tríplice atuação, enquanto influenciador, organizador e divulgador/mediador (Magalhães, 2016; Gomes & Hansen, 2016), é central para a compreensão das problemáticas relativas à língua, povo e relações Portugal-Brasil, operacionalizadas pela ferramenta educativa. Não sendo nosso foco a história dos métodos, nos valeremos da valiosa contribuição de pesquisadores que se debruçaram sobre a questão, como Boto (1997), Boto & Albuquerque (2018) e Castelo-Branco (1977). Vale mencionar

que a incansável empreitada pela instrução liderada por António Feliciano de Castilho é exemplo significativo⁷ do ideal civilizacional.

Reconhecendo que algumas práticas culturais, como a produção das revistas, são reveladoras da “utilização mental” do ciclo histórico, é que desenvolvemos o terceiro capítulo. É então que tomamos o ecletismo de Silvestre Pinheiro Ferreira e Victor Cousin como chave de leitura das revistas, percebendo a articulação entre ciência, moral e religião como “ferramenta” dessa utilização.

Procuramos defender a característica eclética de um conjunto de revistas produzidas por intelectuais da rede de sociabilidade, que as entendiam como um “periódico-livro”, assim definidas como

um meio indirecto, mas efficaz, mas perseverante e progressivo de conquista intellectual, que abrilhanta e alarga todos os dias e todas as horas as suas victorias por entre as classes mais rudes e populares; e são um resultado d’esses mesmos conhecimentos implantados aqui e ali, d’essas luzes derramadas pelo seio de tantas trevas (*Arquivo Pitoresco*, 1857, nº12, p. 93-94).

A noção de uma publicação que ocupasse um lugar intermediário entre o livro e o jornal era preocupação recorrente, mesmo dentre os impressos que não tinham exatamente a vulgarização do conhecimento como foco. É o caso da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, que tem a mais detalhada aceção do termo. Pedimos desculpas pela extensão da citação, mas julgamos que sua reprodução é esclarecedora:

o livro à sua parte apresentava outras desconveniencias que o progresso da filosofia humanitaria devia tornar evidentes; o livro era a sciencia para os adeptos; a sciencia privilegio. A sua forma, a sua extensão, o seu peso, o seu custo, quase sempre tambem a sua ambiciosa sobejidão por uma patê; por outra o seu estilo, muito de industria remontado acima da esfera das intelligencias comuns, o seu tom oracular para os profanos, o seu ar scientifico, ar deletério para a instrucção popular, tudo fazia das bibliotecas outros tantos templos d’Isis (...). A sciencia no livro era morgado: para os poucos, muito; para os muitos e para todos, pouco, e falando mais ao certo, nada. (...)

O espirito de igualdade, como dizíamos, mais desenvolvido pela filosofia moderna, legitima filha do christianismo, olhou para a imprensa, e lhe ordenou começasse a pagar para logo ao genero humano uma dívida não de seculos, mas imemorial. Como podia a imprensa, ella que não é guia dos pensamentos senão só porque é interprete do pensamento, como podia

⁷ Estão inseridos nesse escopo a criação, difusão e implementação do *Método Português de Leitura*, a criação da *Associação promotora de Educação Popular*, a criação da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*.

recusar-se na qualidade da arte filha da sciencia e mãe da sciencia, a tomar o seu quinhão na magnifica tarefa em que todas as outras artes fraternamente se alliaram? Não o podia. (...)

O operário, o pobre, viram desde logo que assim como os senhores possuíam bibliothecas doiradas, intactas as mais das vezes, já lá vinha alvorecendo um dia novo, em que elles tambem, os engeitados da fortuna, enthesourariam, sem se arruinarem, uma libreriasinha para se instruirem a si, a seus filhos, a seus visinhos, para aprenderem em commum os segredos da natureza e das artes, os principios e as regras para as suas industrias, ruraes ou officinaes, as normas para a moralidade e para a convivencia, os especificos moraes e physicos para a conservação, ou restituição da saude, a historia gloriosa dos que antes de nós habitaram e nos transmittiram a terra, com todos os seus bens, e com a clausula tacita de a deixarmos aos filhos melhorada. (...) No primeiro periodo, a plebe só pedia pão: o suor e as lagrimas para conducto lá os tinha ella; no segundo periodo, tendo pão, contentava-se com que houvesse sabios, muito embora o não fosse ella, nem os comprehendesse; hoje, quer estudar, quer saber, quer aperfeiçoar-se, quer ser afortunada até onde os limites, ainda não marcados, da natureza das coisas, consentirem. (...)

Todas essas idéas tem sua importancia relativa, e não pequena, mas as minguas intellectuaes e moraes de uma nação, estão pedindo mais, incomparavelmente; e para chegar esse *mais* que estão pedindo, não podem chegar as acanhadas sobras de espaço de que apenas, de longe em longe, disporem as folhas quotidianas.

D'aqui proveiu uma nova phase à imprensa, considerada vehiculo de civilização: de envolta com as folhas volantes e ephemeras, appareceram as publicações medias entre o jornal e o livro, participantes das vantagens de um e de outro”. (*Instrução Pública para Portugal e Brazil*, nº 1, p. 2).

Esse trecho urge um papel para a imprensa periódica que não se resumia ao noticioso tradicional, nem mesmo à abordagem política comumente adotada. Explicita o seu lugar instrutivo, suas possibilidades educativas, clama por um “livro periódico ou periódico livro”. Ao mesmo tempo, evoca a relação entre conhecimento científico, filosofia e religião, que legitimariam uma noção de igualdade, embora filosófica e não social, mas que poderia ser alimentada por uma imprensa que alcançasse o “povo”. A verticalidade que determinava um processo civilizacional “de cima para baixo” revelava alguma irregularidade na anunciação de um povo que tem um desejo de estudar, de saber, que clama pela própria instrução. Essa perspectiva de um povo sedento de saber – entendido esse povo como o trabalhador pobre – soa ainda idealizada, talvez representando mais uma justificativa de um projeto, um esforço coletivo da rede intelectual, de que uma demanda.

Consideramos que o *Archivo Pitoresco* tornar-se-á parte significativa desse esforço coletivo, alcançando o espaço fundamental da instrução popular: a escola primária. O quarto capítulo, o mais extenso da tese, procura desvelar como a revista toma parte na

cultura escolar (Julia, 2001; Barroso, 2013), na medida em que seu projeto editorial estava preocupado com os conhecimentos e condutas transmitidos aos alunos, e sua institucionalização como prêmio a coloca como parte da ritualização da premiação. Tratando de um objeto impresso, não podemos prescindir da leitura e da escrita. A imprensa e o aumento da circulação do texto impresso e sua interferência nas formas de apreensão do mundo pressupõe que consideremos uma forma de relação social que passe pela escrita. A escola primária ancora-se no princípio fundamental de ensinar a ler, e a produção das revistas pressupõe a existência do leitor (Chartier, 1997, 1988; Boto, 2017). Essa dialética entre autor e leitor contribuirá para o entendimento do alcance da revista, assim como a análise das estratégias de circulação, que passam pelas sociabilidades transatlânticas.

O *Archivo Pittoresco* é, assim, representativo, em função dos aspectos a seguir enunciados:

1. Aglutina intelectuais emblemáticos da rede;
2. Efetiva o ecletismo, que pode ser apreendido como de grande influência no pensamento dessa geração acerca do progresso social;
3. Materializa um vínculo transatlântico com o Brasil;
4. Realiza a vertente do projeto liberal-conciliador que pressupunha a educação do povo, por meio, por um lado, de sua proposta gráfica, estética e editorial, estabelecendo o vínculo com a formalização do conhecimento, a escola, e por outro, alcançando outras figuras do “povo” que não tenham tido acesso à escolarização e à informação a partir dos alunos que levavam a revista para casa.

Diferente dos outros periódicos literários de mesma tradição, foi além, adentrou o ambiente escolar, a partir dele as casas dos alunos e, tomando ciência desse outro papel que passa a ocupar, criou uma seção destinada especificamente para as crianças e jovens das escolas.

II Referencial teórico-metodológico

Nesse percurso de investigação vivemos uma orquestração entre a definição do tema e do recorte temporal, a realização da revisão bibliográfica, o levantamento das fontes que possibilitam transformar o tema em objeto – é imperioso certificar-se de que elas existem – para, então, dar o passo seguinte, a fim de evitar que a mina de ouro das fontes e notas desabasse sobre nós: organizar as ideias em “caixas”. O que significa classificar, ordenar, analisar, em suma, separar os achados e reflexões segundo determinados critérios. Por um lado, a adoção de uma metodologia científica procura evitar grandes equívocos nesse processo, por outro o curto prazo no qual deve caber a gestação, desenvolvimento e maturação da ideia nos conduz a certas arbitrariedades que podem ser reducionistas. Na realidade, a escrita em si demanda tais arbitrariedades; a organização do pensamento a fim de comunicar as reflexões nem sempre alcança a melhor configuração. Apesar dessas falhas, tentamos aqui partilhar o percurso para a organização dessas caixas e qual o material a ser colocado dentro delas. Vejamos, a seguir, como organizá-las nas prateleiras, tentando encaixá-las em uma ou outra.

Essa pequena anedota com caixas e prateleiras é a imagem simbólica do processo de construção dessa tese. Escolhi principiar passando por metáforas, seja de caixas, seja de minas, pois elas são a essência da poesia e, como acreditava Marc Bloch, também nós acreditamos que a história não pode destituir-se de sua poesia.

Este trabalho ancora-se na dimensão de análise proposta pela história cultural. Âmbito bastante conhecido na historiografia recente, tendo se popularizado e conquistado espaço na história da educação, sobretudo no Brasil, vale esclarecer que nossa adesão não se faz por mero modismo. Acreditamos no potencial de superação de alguns aspectos teórico-metodológicos que viciavam as interpretações, como a perspectiva globalizante que confundia as temporalidades, a generalização que suprimia o singular, a hegemonia da estrutura que encobria os sentidos, a oposição entre cultura das elites e cultura popular, a oposição entre produção e recepção, entre texto, contexto e paratexto. Conforme explicita Rioux (1998), analisar o “mundo como representação” traz à tona a singularidade das práticas, reencontrando o indivíduo.

Contudo, atentando para o que adverte Prost (1998), consideramos a indissociabilidade entre a dimensão cultural e social. Portanto, esclarecemos que não se trata de realizar uma antropologia retrospectiva, uma mudança de objeto que preteriria os conflitos sociais e contradições. Está em causa uma mudança de abordagem sobre o objeto.

Os textos continuam sendo tomados como indício, contudo procura-se extrapolá-los. Assim, as representações remetem para os conflitos reais a elas subjacentes, constituem uma maneira de penetrar no complexo tecido social, permeando caminhos que escapavam à estrita observação estrutural da sociedade. Ou, segundo elucida Chartier, “A História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16-17) sendo “entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido” (*Idem*, p. 27). Assumir uma análise cultural da sociedade pressupõe, aqui, a possibilidade de articular representações e práticas e de superar a dicotomia entre texto e contexto. Uma reflexão de Sirinelli apresenta uma perspectiva bastante elucidativa:

A história cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política – e, de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como é que os grupos humanos representam ou imaginam o mundo que os rodeia? Um mundo figurado ou sublimado – pelas artes plásticas ou pela literatura -, mas também um mundo codificado – os valores, o lugar do trabalho e do lazer, a relação com os outros -, contornado – o divertimento -, pensado – pelas grandes construções intelectuais -, explicado – pela ciência – e parcialmente dominado – pelas técnicas -, dotado de sentido – pelas crenças e os sistemas religiosos ou profanos, e mesmo mitos -, um mundo legado, finalmente, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução (Sirinelli, 1992, p. III⁸ *apud* Rioux, 1998, p. 20).

O excerto nos remete justamente ao processo de investigação e seus achados. Durante nossa investigação nos deparamos, a todo tempo, com representações coletivas acerca da língua, da moral, da ideia de nação, elaboradas em meio a uma rede de intelectuais e suas sociabilidades, expressas pelos seus textos, divulgadas por meio das revistas que tinham por finalidade a educação do “povo” – no caso do *Archivo Pittoresco*, efetiva-se mesmo a inserção na escola. Procuramos localizar a dialética entre autor e leitor reveladas pelas alterações editoriais da revista, pelas marcas de oralidade incorporadas gradativamente nos textos, a fim de analisar a mediação cultural realizada pelos intelectuais.

Tratar de representações coletivas pressupõe analisar produções simbólicas e discursos, entendendo por discurso o “conjunto de enunciados emitidos pelo autor e

⁸ Sirinelli, J-F. (Dir) (1992). *Histoire des droites em France*, vol. 2. Paris: Gallimard.

transmitidos por meio de seu(s) texto(s)” (Moscateli, 2003, p. 59). Procuramos analisá-los à luz do que enuncia Chartier, buscando garantir que

(...) cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade (Chartier, 1991, p. 187).

Tendo em conta que estamos lidando com o diálogo entre sujeitos no tempo, realizamos o exercício de cruzar as trajetórias com as produções textuais, tendo em atenção a inscrição da fonte histórica em seu próprio tempo. Inscrever os sujeitos do passado em seu próprio tempo pressupõe analisar sua produção tendo em conta um “aparato linguístico coletivo” (Moscateli, 2003, p. 57-58) disponível na época. Inquirindo as produções escritas, percebendo influências externas, indagando seus significados é que fomos, paulatinamente, desvelando a “utensilagem mental” já referida.

A abordagem sincrônica focaliza as décadas de 1850 e 60 como um “tempo forte”, tendo em conta “os aspectos diferentes de um mesmo conjunto em um mesmo momento de evolução” (Silva, 2003, p. 19), procurando situar o *Arquivo Pittoresco* na relação com as outras revistas literárias que vinham sendo produzidas desde a década de 1830.

Se a grande dimensão da análise é a da história cultural, o domínio é o da história da educação, permeada pela história intelectual, pela imprensa pedagógica (Carvalho, 2006; Nóvoa, 1993) e pela imprensa periódica. Vale esclarecer que, apesar de permear as trajetórias de intelectuais, não é nossa pretensão fazer uma história dos intelectuais, no sentido de ter como objetivo central descortinar a atuação de sujeitos que tenham influenciado toda uma geração. Todavia, adentraremos num determinado mundo intelectual a fim de revelar algumas teias de relações na defesa e na promoção da instrução do “povo”, seguindo a perspectiva das redes de sociabilidade defendida por J.F. Sirinelli (2003).

Valendo-nos dessa contribuição teórico-metodológica, nossa intenção passa pela tentativa de localizar séries discursivas nos textos analisados, ordenando-os a partir das representações acerca da língua, povo, nação. Em nosso *corpus* documental destaca-se a revista *Arquivo Pittoresco* pelos motivos já expostos. Todavia, outros periódicos (revistas e jornais diários), publicações avulsas, cartas, livros de autores da época, despachos legislativos, relatórios de inspeção das escolas públicas, bem como o Boletim da Instrução

Pública também compõe tal *corpus*, dado que o cruzamento de fontes é essencial para efetivar uma intertextualidade capaz de revelar pistas no vocabulário normativo da época, os diálogos entre autores, as questões que animavam e engajavam os intelectuais no seu tempo, as diferentes intenções e interlocutores e, assim, trazer à tona as tensões sociais, políticas e culturais.

Salientamos o papel cumprido pelos jornais diários, que mobilizamos a fim de captar os pormenores cotidianos relacionados à nossa problemática, como indícios relativos à circulação das revistas e seu acolhimento – a partir dos anúncios e publicações a pedido –, as repercussões das ações da Sociedade *Madrépora*, os eventos promovidos pela rede de sociabilidade e as movimentações dos intelectuais, as cerimônias de entrega dos prêmios escolares etc. Optamos, contudo, por trabalhar majoritariamente com a imprensa diária brasileira, bastante engajada nas ações da *Madrépora*, por um motivo contingencial. O desenvolvimento dessa pesquisa foi limitado pelos condicionantes impostos pela pandemia de Covid-19. A Biblioteca Nacional de Portugal, onde se encontra o acervo dos diários portugueses, esteve por diversos momentos fechada ao público, não possibilitando o acesso aos microfimes, formato no qual é disponibilizada a grande maioria desses jornais. Estando, no entanto, digitalizados os principais jornais diários brasileiros na Hemeroteca digital do Rio de Janeiro, pudemos acessá-los mesmo nos momentos de *lockdown*.

Nosso exercício de análise dos textos, sobretudo daquele que se constitui também como objeto, o *Archivo Pittoresco*, passou por tentar “(...) reconstruir as alterações que diferenciam os ‘espaços legíveis’ – i.e. os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que dirigem as circunstâncias da sua ‘efectuação’ – i.e. as leituras, entendidas como práticas concretas e como processos de interpretação” (Chartier, 1997, p. 12-13). Visando restituir o significado plural dos textos (Chartier, *idem*) a fim de explorar sua potencialidade no desvelamento das questões que propusemos, seguimos um caminho metodológico que aqui apresentamos, mas que se revelará mais explicitamente quando das análises apresentadas no último capítulo. Listamos abaixo tais procedimentos metodológicos:

- Mapeamento da rede de sociabilidade que envolvia os intelectuais do referido ciclo histórico a partir das menções na imprensa portuguesa e brasileira, bem como por meio da correspondência de António Feliciano de Castilho;

- Mapeamento e análise dos relatórios da inspeção pública e do *Boletim Geral da Instrução Pública* a fim de identificar aspectos da cultura escolar ali subjacentes, nomeadamente no que diz respeito aos prêmios;

- Mapeamento e análise de textos produzidos por diferentes sujeitos da rede de sociabilidade, incluindo-se aí as revistas, analisando estruturas, motivos e intenções;

- Identificação das práticas de leitura (hábitos e significados), procurando descortinar as relações entre o ‘mundo do texto’ e o ‘mundo do sujeito’, concepção que Chartier elabora a partir de Paul Ricoeur. Analisando pistas inscritas na forma e na materialidade dos textos, procurou-se desvelar gestos e hábitos daqueles que leem, as diferentes competências leitoras almejadas, bem como marcas de oralidade incorporadas.

- No caso do *Archivo Pittoresco*, que mereceu mais detidamente nossa atenção, delimitamos algumas categorias para uma leitura mais sistematizada. Os critérios para tal delimitação partiram de aspectos externos, ou seja, as representações sobre a Nação e seus desdobramentos, em articulação com aspectos internos da revista (temáticas recorrentes, seções, regularidades). Dessa forma, tomamos a revista tanto como objeto quanto como fonte. Foi então que chegamos a dois grandes blocos de categorias e respectivas subcategorias, que apresentamos a seguir:

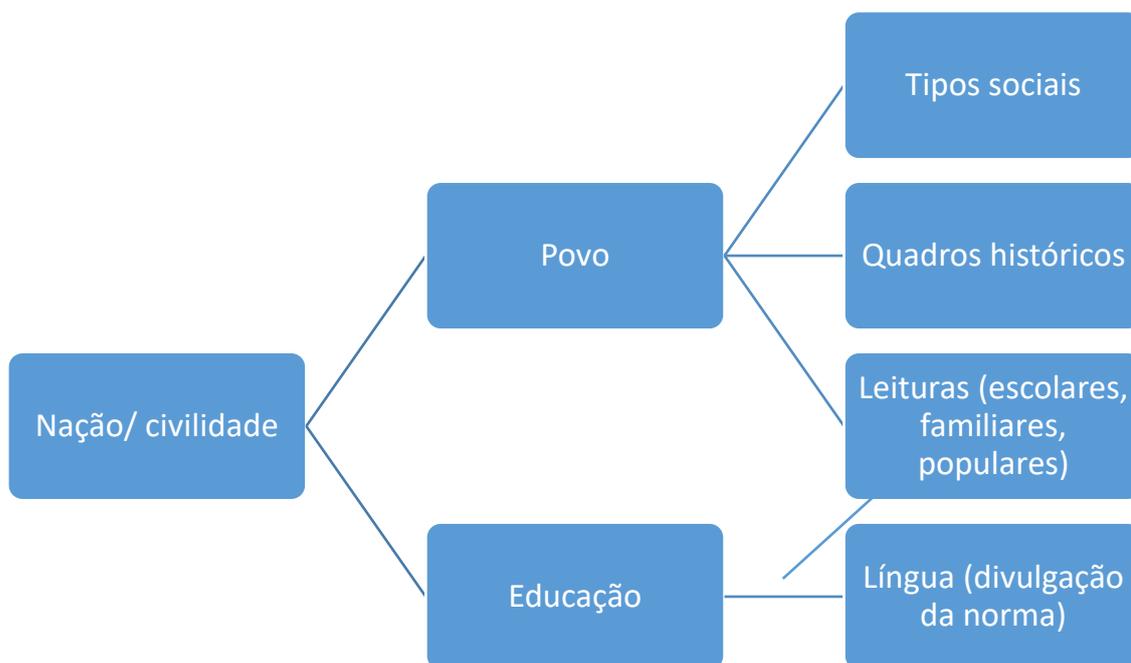


Figura 1 - Revista como objeto: Representações sobre a Nação.

Salientamos que estas categorias de leitura possibilitaram a organização dos dados coletados⁹, a fim de chegar aos grupos de leitores e aos códigos civilizatórios com os quais trabalhamos no quarto capítulo.

⁹ Conferir Anexo 1 – Dados coletados a partir das categorias de leitura do "Archivo Pittoresco".

As categorias que ora destacamos intratextualmente na *Arquivo Pittoresco* relacionam-se às representações que consideramos relevantes, relativamente ao estudo dos intelectuais do ciclo histórico analisado. Assim, as representações estão em articulação com o produto cultural em que foram postas a circular.

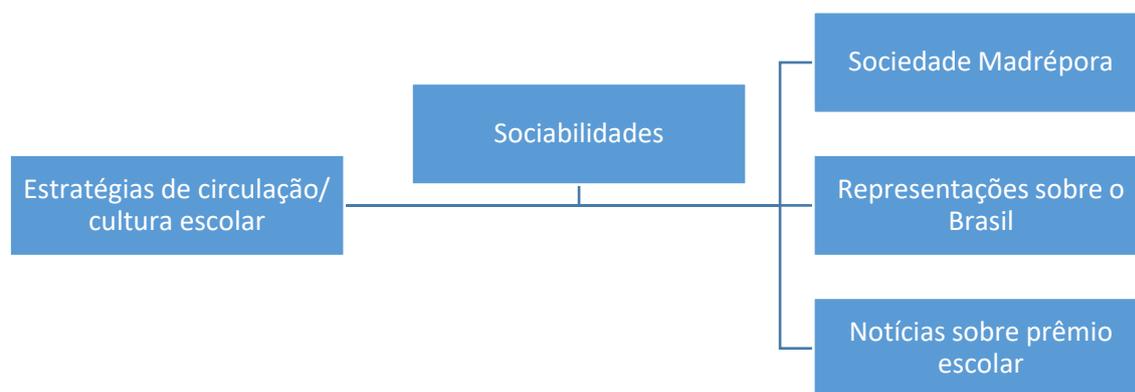


Figura 2 - Revista como fonte: Aspectos reveladores das estratégias de circulação e da sua incorporação à cultura escolar.

Esclarecemos, ainda, que optamos por utilizar citações documentais em abundância – muitas vezes na íntegra, mesmo que longas - mantendo a grafia original. Esta é uma escolha consciente e deliberada, uma vez que privilegiamos a ideia de uma tese que contenha também caminhos para outros pesquisadores e o mais possível a publicização das fontes, valorizando o papel das mesmas na pesquisa em história da educação e também facilitando seu acesso. Esse último aspecto nos sensibilizou sobremaneira tendo em vista o contexto de escrita desse trabalho, praticamente todo ele decorrendo em contexto pandêmico, como mencionamos. Notamos, com ainda mais clareza, a importância da acessibilidade das fontes em outros meios que não só os arquivos físicos. E, nesse sentido, os trabalhos de outros pesquisadores que tiveram o cuidado de descortinar as fontes foi imprescindível para que encontrássemos pistas quando estávamos impossibilitados de visitar presencialmente os espaços.

Qualquer abordagem histórica pressupõe ter ciência de que estamos, nos dias de hoje, fazendo uma leitura de textos produzidos no passado. Estamos, portanto, imbuídos de uma visão de mundo que nos formou e, inclusive, fazendo escolhas teórico-metodológicas que circunscrevem os textos analisados, o que nos implica na produção

desse conhecimento; temos clareza de que nosso trabalho é sempre interpretativo, contudo é a delimitação de uma metodologia que nos resguarda de transformar a escrita numa produção literária, ficcional.

Ao fazer história – e esse é um trabalho de história da educação – pretendemos sempre contribuir para a melhor compreensão de um tempo pretérito, valendo-nos das fontes disponíveis. Tentamos captar alguma coisa sobre aquele tempo e sobre como os sujeitos se relacionavam e intervinham no tempo, mais especificamente como entendiam seu próprio tempo. Localizamos trabalhos sobre as relações entre Portugal-Brasil, trabalhos sobre representações intelectuais no século XIX, trabalhos sobre imprensa, e procuramos dialogar com eles ao longo da tese. Mas não encontramos nenhum que procurasse fazer uma abordagem transversal, tomando as revistas, especificamente o *Arquivo Pittoresco*, como ferramenta de mediação cultural num processo de escolarização da sociedade (povo), com vistas a consolidar um projeto de nação, por meio das sociabilidades transatlânticas. Nesse esforço é que mobilizamos nosso referencial teórico-metodológico, a fim de contribuir para: a história da imprensa, por meio da disponibilização de uma singela base de dados de revistas; a história da leitura, revelando novos sujeitos leitores e pistas acerca das suas práticas culturais de leitura; a compreensão do papel dos periódicos para o projeto educativo promovido pelos intelectuais românticos e sua imbricação às práticas culturais da escola; o mapeamento das sociabilidades intelectuais que contribuíram para este fim; por fim, para corroborar à análise da atuação das associações portuguesas que se organizaram no Brasil e ampliar as perspectivas interpretativas acerca da busca de um sentido de Nação ancoradas no binômio Portugal-Brasil.

Na segunda década do século XXI muito já se produziu no que diz respeito ao pensamento histórico, muito se debateu, se rebateu, se reconstruiu. Há sempre o perigo de, depois de soterrados pelas fontes, perdermo-nos na imensidão de debates teórico-metodológicos já trilhados nas mais diversas correntes historiográficas e de nos posicionarmos, mais do que nunca, à beira da falésia – parafraseando Chartier –, ou fragmentar a história em migalhas, na esteira do que apontou François Dosse. O desafio do saber historiográfico é constante e labiríntico, nos resta perseguir o fio do minotauro. Nessa tentativa de encontrar um caminho em tantos percursos já trilhados pelo campo, optamos por uma abordagem que prezasse pela pluralidade sem dogmatismos. No exercício de valer-nos das contribuições já elaboradas, do *expertise* dos que carregam um arcabouço muito mais sólido do que o nosso, tentamos articular categorias que fossem capazes de iluminar nosso objeto. Talvez não tenhamos feito as perguntas certas, talvez não tenhamos

obtido as melhores respostas. Seja como for, nossa busca é a de contribuir para as reflexões sobre o passado, e como nos tornamos presente.

Capítulo 1

Povo, língua e educação na constituição de um ciclo histórico

Em cada país permanece uma matriz da História, e essa matriz dominante marca a consciência coletiva de cada sociedade

(Marc Ferro, 1980¹⁰)

¹⁰ Citado em Mota, 2008, p. 385.

1.1. Elementos de constituição de um ciclo histórico: brevíssima caracterização

Na introdução desse trabalho explicitamos nosso desejo de imergir no “espírito do tempo”, compreender a “utensilagem mental” e reconstituir o quadro sociocultural da segunda metade do século XIX, nomeadamente das décadas de 1850 e 60. Pretendemos consegui-lo através da observação, em lupa, de revistas produzidas por intelectuais articulados em uma rede de sociabilidade, a fim de vulgarizar o conhecimento. Essa tarefa não se dota de sentido se, contudo, não adentrarmos nos meandros que se foram delineando e que se confundem com a atuação dos “nossos” sujeitos, de modo a encontrar elementos sociais e culturais que são marcas do tempo. Romantismo, Liberalismo e Regeneração são elementos que não podem passar despercebidos e que constituem amarras fundamentais para a compreensão desse período, bem como o aspecto civilizacional, que foi marca de um tempo e de uma geração. Tentemos seguir o seu rasto a fim de efetivar nossa empreitada.

Os três elementos supracitados serão aqui abordados de forma amalgamada. José Augusto França, no seu monumental *O Romantismo em Portugal*, fez já o exercício de identificar elementos sociais e culturais do período que corresponderia ao início, desenvolvimento, contestação e resquícius do movimento romântico, realizando uma análise valorosa desse amálgama. Entendemos o Romantismo como um conjunto sistêmico de ferramentas mentais que caracterizam as ações culturais dos sujeitos (nesse caso os intelectuais que protagonizam a rede de sociabilidade que tencionamos identificar). Como caracterizaria J. Guinsburg (1985), um evento sociocultural, um modo de pensar historicamente que se opunha tanto ao teologismo medieval quanto ao racionalismo iluminista. Se pensássemos os intelectuais da rede de sociabilidade analisada como atores de uma peça, o Romantismo seria o enredo. Assim, compreender o Romantismo é fundamental para caracterizar esse modo de pensar e sua “utensilagem mental”.

Na introdução de seu livro, França define a ligação recíproca entre fatos sociais e fatos culturais, conduzindo aos “factos socioculturais” (1999, p. 8). Tal perspectiva relaciona-se ao entendimento de que a sociedade produz seus objetos de cultura, mas é também definida por eles. “Se é impossível compreender uma sociedade moderna sem conhecer a sua literatura, ou a sua pintura, ou a sua arquitectura, é porque ela *não existe sem estas dimensões*. Um facto cultural *reflecte* ao mesmo tempo valores sociais e *propõe* valores à sociedade: ela *verifica*, isto é, constata e torna verdadeiro” (*Idem*, p. 8-9).

Em complemento a essa noção de “factos socioculturais”, o autor identifica “factos de civilização”, que dizem respeito aos marcos relativos ao estabelecimento do capitalismo liberal português após as mobilizações iniciadas em 1820. É a partir deles, quando se pode verificar alguma regularidade, que demarca alguns períodos do romantismo: 1835-1850; 1850-1865; 1865-1880; após 1880; cada qual com suas semânticas históricas particulares. Tais demarcações são importantes pois revelam, muito além de transformações ou inconstâncias internas, um diálogo entre o desenvolvimento do pensamento português e os processos político-culturais em curso. Nesse trabalho, tomamos como tempo forte o segundo período, que acreditamos ser o momento em que o ideal civilizacional desdobra-se mais enfaticamente em ações educativas, alcançando a escola, como na campanha de António Feliciano de Castilho (1800-1875) por meio de seu método de ensino de leitura, e na distribuição da revista *Archivo Pittoresco* nas escolas. A força da instrução nas décadas de 1850 e 60 foi também apontada por Magalhães (2011) no que diz respeito aos manuais escolares, período em que foi criado o Conselho Geral de Instrução Pública que, tendo entre seus vogais António Castilho, desenvolveu critérios para a aprovação e seleção de livros, corroborando com nossa perspectiva. Vale destacar, ainda, a ênfase dada aos anos finais da década de 1850 por José Silvestre Ribeiro no décimo tomo de sua coleção sobre os estabelecimentos científicos, artísticos e literários. Mais precisamente, o autor destaca o período de governo de D. Pedro V (1855-1861) como tendo deixado um “rasto de luz” (Ribeiro, 1882, p. V) no que diz respeito à instrução, dedicando todo o volume ao curto período de sua governança. Muito apreciado entre os intelectuais coetâneos¹¹, o jovem monarca é também elogiado por Ribeiro, que o descreve como “um soberano dotado de eminentes dotes de espírito e do coração, e na idade que se fazem as grandes coisas”. Como forma de laureá-lo, realiza uma mudança na maneira de organizar o volume, incluindo uma cronologia do governo, “como homenagem ao alto merecimento de um homem privilegiado, que a posteridade, dando desconto à diversidade dos tempos, e à diversidade ainda mais das aptidões exigidas, há de colocar – na sua admiração – entre Marco Aurelio e Washington” (*Idem*, p. VI).

Contudo, não é possível delimitar esse recorte temporal sem ter em conta suas origens e seus desdobramentos posteriores. Vale esclarecer, também, que a proposta de José Augusto França é para nós uma baliza e não uma amarra. Esse que chamamos como tempo forte, diferentemente da periodização proposta pelo autor, estendemos até 1868,

¹¹ Alexandre Herculano é dos que mais próximo foi de D. Pedro V, tendo se afeiçoado tanto ao jovem que sua morte impulsionou seu ostracismo social.

com o desaparecimento da revista *Archivo Pittoresco*, fim de um ciclo cultural, que coincide com a Janeirinha, fim de um ciclo político.

O primeiro período definido pelo autor (1835-1850) tem mesmo ares de inauguração, assentado na simbiose entre liberalismo e romantismo, consagrado na vitória dos liberais sobre os realistas em 1834. É então que desponta de forma mais explícita o ideal civilizacional. França está muito atento à sua importância e apropriação: “A civilização. Esta ideia, ou pelo menos esta palavra-chave criada pelo Iluminismo, vai ser muitas vezes empregada pelos novos Portugueses que a Revolução inspirava. A sua aventura, vista em 1830, era bem ‘a vitória da civilização sobre os abusos góticos’¹². Tal era o fim da liberdade que devia opor-se aos três ii malditos do governo absoluto: ‘Ignorância, Infidelidade e Inquisição’¹³” (França, 1999, p. 69). O ímpeto civilizacional era visto como desdobramento de um movimento revolucionário que articulava não só novas ideias, mas também novos portugueses.

Três intelectuais são as figuras centrais comumente associadas à primeira fase do romantismo em Portugal: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho. Apesar de reconhecidos como atores inaugurais, não deixaram de atuar nos momentos subsequentes do movimento, mesmo que de forma distinta àquela desempenhada nas primeiras fases (especialmente os dois últimos, dado o desaparecimento precoce do primeiro em 1854).

Sobre o trio, vale debruçarmo-nos na análise proposta por Teófilo Braga (1843 – 1924)¹⁴: uma visão de conjunto sobre essa primeira geração romântica e, não sem críticas, a sistematização da contribuição de cada um dos três para o pensamento português. Além de uma análise bem fundada do Romantismo, a perspectiva apresentada no seu livro é representativa dessa movimentação intelectual que vai abrir espaço aos ideais republicanos, positivistas e até socialistas. Importante figura no processo de passagem de um sistema de representação a outro, sua produção e atuação são representativas da Geração de 70, e sua análise do romantismo deve ser lida nessa chave – talvez seja justamente esse aspecto, o fato de estar imbuída das marcas daquele tempo, que a torna tão interessante. A visão tecida por Teófilo Braga nos coloca diante de um verdadeiro duelo de “espíritos do tempo”.

¹² Garrett, *Portugal na Balança da Europa* (Londres, 1830). Ed. Obras Completas, II, 531.

¹³ Ver *O Panorama* de 26 de Setembro de 1846, XI, 29.

¹⁴ Teófilo escreve em 1880, quase coetaneamente ao movimento, mas representando uma geração que o teria superado.

O primeiro autor apresentado é Almeida Garret, cuja marca seria a mistura de sua personalidade às obras. Apesar de o reconhecer como responsável por renovar a literatura portuguesa, bem como valorizar seu potencial literário, mais de uma vez Teófilo refere-se à falta de erudição ou de domínio das ideias: “o grande talento artístico de Garret não tinha outras bases científicas além das suas primeiras leituras do tempo de Coimbra” (Braga, 1987a, p. 215). A carência de aprofundamento filosófico é um grande defeito para o expoente da “Geração de 70”. Sem falar do “pecado” do autoelogio, que Garret cometeria em todos os seus prólogos, e de alguns episódios de plágio, citando como exemplo a tradução de fatos do artigo sobre o *Romancero Espanhol* de Damas-Hinard publicado na *Illustration* em 1844, incorporados no texto do seu *Opúsculo acerca da origem da Língua Portuguesa*, publicado no mesmo ano em Lisboa.

Em sua crítica ao poeta romântico, Braga deixa transparecer claramente a predileção republicana e a influência positivista, uma vez que atribui a esterilização de talentos do romantismo à desvirtuação do sentido da ação política, para ele reduzida à aspiração de cargos governativos - então, além de Garret, inclui no bojo da condenação também outras figuras: Rodrigo Magalhães, Manuel Passos, José Estevão. Nesse sentido, fundamenta sua crítica em Augusto Comte e condena a orientação monárquica, mesmo que constitucional. Se, por um lado, o que ele chama da “política de princípios” originou as mais belas inspirações de Garret, por outro foi corruptora por aquilo em que se apoiava – na verdade, pela fala de um ideal de liberdade. Contudo, reconhece a importância de Garret na determinação de uma poesia e um teatro nacionais, apontando-o como responsável pela renovação da moderna literatura portuguesa, apesar de considerar que não criou as obras-primas de que era capaz por ter sucumbido às correntes da moda (*Idem*, p. 118).

Nem a aparente unanimidade acerca de Alexandre Herculano é “perdoada” pelo positivista. Sua crítica reside justamente naquilo que mais o consagra, o título de primeiro historiador português. Na poesia, contudo, Teófilo Braga reconhece sua importância como inaugurador da forma literária romântica ao lado de Garret. A intensa subjetividade da linguagem combinando com o poder descritivo, o vigor das estrofes, a vida nacional como inédita inspiração poética, são todos aspectos reconhecidos e exaltados, contribuindo para seu reconhecimento, por Teófilo Braga, como um ‘grande’ nas artes da poesia, o ícone da ruptura com o “convencionalismo arcádico” (Braga, 1987b, p. 33). Assim, se o Herculano poeta é redimido, o mesmo não se pode dizer quanto ao historiador. Um breve prólogo esclarece de antemão a que vem. Sob as palavras do próprio autor, sua intenção é “revisar a obra de Herculano com justiça e trazer à verdade o homem legendário” (*Idem*, p. 8),

desfetichizando o homem e a obra à luz do pensamento que emergia com a Geração de 70, pondo à prova as bases intelectuais de então e, dentre elas, seus ícones.

Sobre essa faceta do escritor romântico, desconstrói-se sua genialidade e procura-se analisar porque o autor, apesar das ferramentas de que dispunha, não efetivou a missão que lhe cumpria na escrita de uma história nacional digna de formar a juventude e influenciar mentes, não anunciou a renovação patriótica ou filosófica, nem exaltou a ciência moderna. Teria, ao contrário, se agarrado em um humanismo romântico que se embasava em um passado estático, alimentado por uma estagnação intelectual fomentada pela autoidolatria inconsciente (Ibid., p. 184-185). O grande problema residia, então, no imobilismo intelectual. “Herculano apoiando-se unicamente na estabilidade do passado, tinha medo da liberdade, e mostrava sentir a falta do absolutismo e da superstição, porque eram as garantias da ordem (...)” (Ibid., p. 171). Tal concepção mostra-se completamente inaceitável para Braga, que aponta ainda, incrédulo, para aquilo que julga como deprimente: a crítica de Herculano à democracia.

Esse processo de quase expurgo intelectual aprofunda-se no apontamento da relação do escritor com os processos sociais que se desencadeavam. “Havia em Herculano uma incapacidade filosófica para julgar bem o seu meio social, e sobretudo para poder disciplinar uma geração” (Ibid, p. 173). Dado o comprometimento do ímpeto científico tão caro aos seguidores de Comte, havia no Herculano historiador mais motivos para repreensão do que no poeta, o que explica um aprofundamento e uma dureza maior nas críticas a ele do que naquelas feitas à Garret. O aspecto que consideramos fundamental para a aspereza dessa crítica reside principalmente na falta de distanciamento crítico que Herculano cometeria em sua análise histórica. Na visão de Teófilo Braga,

como é que Herculano podia compreender a vida política de um povo atrofiado pelo catolicismo, se ele era um cristão fervoroso e poético? Como julgar a instituição da realeza, que atacou as garantias locais foraleiras, se ele era sinceramente monárquico? Como apreciar os municípios, se ele aceitava a centralização administrativa do constitucionalismo com pequenas restrições? (Ibid., p. 177).

Ou seja, estando imbuído de valores que haviam sido postos em cheque por diversos movimentos, tornar-se-ia difícil compreender seu questionamento e os processos a eles relacionados. Para o autor da “Geração de 70”, essa perspectiva, somada a uma falta de compreensão da nova consciência que surgia no século XIX, impediram que o bibliotecário da coroa atuasse sobre o seu tempo e educasse uma geração. Ter-lhe-ia faltado

emancipação de consciência, dada a prevalência de uma mentalidade teológica à científica (Ibid., 186-187).

Sua crítica parece-nos um pouco apaixonada e bastante imbuída dos valores do seu tempo, o que não o priva de discernir sobre a limitação da obra historiográfica de Herculano, muito marcada por um descriçionismo factual desprovido de percepção crítica – aliás, característico daquela geração. Herculano nada mais era do que expressão do espírito de seu tempo.

Quanto à António Feliciano de Castilho, já na apresentação do poeta ressalta a contradição que está nas raízes de sua obra; por um lado, sobe ao outeiro em 1820 para declamar contra o despotismo. Três anos depois, o mesmo local testemunha sua exaltação do absolutismo (Ibid., p. 218).

Interessante notar que Teófilo Braga não descreve Castilho exatamente como figura icônica do romantismo; mas sim, antes, como um Arcade tardio, referido como alguém que se viu em meio a um “espírito novo” (1987b, p. 247) e ora o esconjurou, ora o seguiu. Nos seus quadros históricos teria condenado o movimento, como representante das ideias francesas, as quais ele havia negado no poema em homenagem a D. João VI¹⁵. No canto I, repele os ideais de *igualdade e liberdade*, princípios que teriam banido a paz e abalado a dignidade dos reis. Teria, além disso, maldito “as criações *românticas* como imorais e cépticas” (1987b, p. 254), até aderir, ele mesmo, aos arroubos românticos em *A Noite do Castelo* e *Os Ciúmes do Bardo*. Essa oscilação, entendida por Braga como uma tentativa de se adaptar ao gosto do público e não como expressão genuína do artista, é uma falácia, uma imitação medíocre, e não uma expressão do artista, aquele que “faz o gosto, que domina e educa o seu tempo” (1987b, p. 255). O maior pecado do autor de formação clássica teria sido sua total desvinculação com aquilo que estaria no âmago do romantismo, a filosofia e o ideal de liberdade.

Sua atuação teria, ainda, colaborado ao avesso para o movimento, representando mais seu insucesso do que seu desenvolvimento, e seria justamente essa a característica que fazia merecida sua menção.

Os embaraços para a introdução do *romantismo* em Portugal acham-se resumidos em Castilho, a retórica velha e cansada condenando o ideal da arte determinado pela filosofia. É por isso que lhe cabem algumas páginas neste livro, como ao que mais contribuiu para a decadência e esterilidade da literatura portuguesa, não só

¹⁵ Intitulado *À faustíssima aclamação de Sua Majestade fidelíssima o Sr. D. João VI, ao trono: Poema dedicado ao mesmo senhor por seu autor António Feliciano de Castilho* (1817).

pelos seus constantes protestos académicos, como por ter apadrinhado uma geração de medíocres que tanto custa a extinguir (1987b, p. 259).

Essa vociferação não se traduz apenas numa crítica apaixonada. O autor vê em Castilho a síntese dos defeitos dos escritores de sua geração, sinónimo de degeneração – para aproveitar o trocadilho.

Também o método de leitura de Castilho é referido como sem enlevo, aliás, piegas, para usar suas palavras. Fruto do mesmo aspecto que marcou suas obras poéticas, uma eterna infância, um gênio pueril. É categórico ao declarar fracassada a autodeclarada maravilha do método de leitura, cujo autor teria tido a ousadia de comparar com os Lusíadas: “Também eu fiz uns *Lusíadas*; só uns; foi esta carta de alforria da puerícia. Não cantei os portugueses passados, mas forcejei por que houvesse portugueses futuros, o que não vale menos, se é que não vale mais” (Castilho, Carta de 29 de março de 1867 à Câmara Municipal de Setúbal, *apud* Braga, 1987b, p. 273). A partir de então, tendo o campo aberto (Garret havia desaparecido e Herculano fechara-se em si), ter-se-ia dedicado a alimentar a admiração de uma certa juventude à sua figura e à sua produção, fazendo germinar um grupo de discípulos que, na perspectiva de Braga, dedicaram-se à mesmice e à reprodução de estilo. Seria esse o caso da Sociedade Filomática¹⁶, a qual se eximiu de dedicar-se àquilo que Teófilo Braga julgava essencial na constituição do pensamento, a filosofia. Seu papel não teria sido no sentido de refletir sobre as necessidades da sociedade portuguesa e nela intervir, mas de servir aos interesses pessoais dos seus membros.

Faltou à Sociedade Filomática o conflito de opiniões, e uma clara compreensão das necessidades morais da sociedade portuguesa; os jovens escritores não a elevaram, mas elevaram-se a si, tornaram-se jornalistas do mesmo partido monárquico, e representantes do povo por chancela oficial, esterilizando-se nas transigências da ambição do poder, que escalaram por turno (*Idem*, p. 280).

Os intelectuais da Sociedade Filomática fariam parte do que o autor apelida de *pedantocracia portuguesa*, centrada no elogio mútuo, cujo mentor seria Castilho.

Em sua escrita, numa análise racional, porém carregada com o furor de quem vive o momento, Teófilo Braga transborda o espírito de um novo tempo, dando voz à geração que se sucede.

¹⁶ Tinha dentre os sócios Rebelo da Silva, Mendes Leal, Lopes de Mendonça, Luís Augusto Palmeirim, António de Serpa, Latino Coelho, Andrade Corvo. Editaram os periódicos *A Época* e *A Semana*.

Mais de 90 anos depois, sem o mesmo fervor de momento, nem interesse em defender sua atuação em um novo movimento de ideias¹⁷, essa perspectiva panegírica é também percebida por Alberto Ferreira: “A fatuidade e irrelevância do pensar, acrescida da cretina exaltação dos escritores da Regeneração reunidos em torno da *Revista Contemporânea*, levou-o à ridícula autodivinização” (Ferreira, 1979, p. 87)¹⁸. Tal crítica está associada à uma fragilidade conceitual e falta de clareza nas referências utilizadas por António Castilho, somadas a uma persistência na defesa do próprio método como elemento infalível. Nesse sentido, a percepção de Ferreira assemelha-se muito com o incômodo de Teófilo Braga em relação à falta de embasamento filosófico do tradutor de Ovídio. De fato, é notável que Castilho insistia em sua infalibilidade, sobretudo no que diz respeito ao *método de leitura repentina*, o que pode ser verificado em diversos registros, como se nota em suas correspondências. Ao amigo José de Macedo Araújo Júnior, membro da Associação Industrial do Porto e responsável pela implementação do *método de leitura repentina* na escola suportada por esta associação, bem como por realizar a formação de professores no mesmo método, assim se manifesta quando da falência dessa ação, em 1856: pede ao amigo que escreva uma carta publicável, já com intenção de divulgação na imprensa, garantindo a defesa da eficácia do método, de modo que “toda a gente ao lê-lo se convença da verdade; isto é: que se os seus cursos acabaram, nem foi porque o Methodo não fosse optimo, nem porque em V. S. faltassem pericia, constancia, e dedicação” (Cartas, 1914, p. 24-25). Também veementemente em defesa do seu método manifesta-se no seu pedido remetido ao Duque de Saldanha, ainda em 1856. Aproveitando-se da influência política do mesmo, pede ao amigo ordenar à Imprensa Nacional que se publique no *Diário* uma resposta sua à “impugnação feita contra o Methodo Portuguez no *Instituto*, jornal do conselho superior do Archi-pedante Commissario do mesmo Conselho na Ilha da Madeira” (Cartas, 1914, p. 26); ou no “disparo” de convites emitido a 17 de outubro de 1852 às autoridades de Lisboa para que comparecessem à demonstração da eficácia do método, ou “provas convincentes” do seu funcionamento, nas suas palavras (Cartas, 1910, vol. II, p. 48). São enviados convites ao Duque de Saldanha, presidente do Conselho de Ministros; à Francisco Freire de Carvalho, Comissário dos Estudos do Distrito de Lisboa; a Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, Ministro da Fazenda; a Rodrigo da Fonseca Magalhães,

¹⁷ Logo após acusar Castilho de fundar uma *pedantocracia*, Teófilo Braga dedica-se a explicar a “revolução nas ideias” representada pela Escola de Coimbra, da qual ele é parte, cuja última fase ter-se-ia desdobrado nas Conferências Democráticas do Casino.

¹⁸ Essa Revista é referida por Ferreira como o espaço de legitimação da *Escola do Elogio Mútuo*.

Ministro do Reino e a Antonio Aluisio Gervis de Athouguia, Ministro da Marinha¹⁹. Poderíamos listar inúmeras situações como essas, verificadas também na imprensa da época. Contudo, de modo a não nos distrair agora do propósito, deixemos essa questão de lado, voltando a ela no segundo capítulo.

Retomando a análise de Alberto Ferreira, é interessante notar o seu entendimento acerca da configuração do Romantismo português como movimento autônomo. Nesse sentido, diferente de Teófilo Braga, atribui a Alexandre Herculano o papel central nessa empreitada, ainda mais protagonista do que Garret.

(...) mal-grado a forte personalidade de Garrett e o vigor da sua arte, apesar do reconhecimento público do seu génio e da sua influência pessoal, da constância da sua crítica ao pendor sentimentalista, é a linha estética teorizada por Herculano que irá predominar no desenvolvimento do romantismo como *movimento literário autónomo*. (...) A publicação de *o Trovador*, animada por João de Lemos, ajuda a radicar ainda mais o lirismo decepcionado, a poesia de sentimento, o romantismo exaltado que a geração de 1840 encontrara em Chateaubriand e Byron, Lamartine e Victor Hugo, autores confessadamente lidos e admirados pela nova vaga de intelectuais que se revela depois da vitória liberal de 1834. Não será excessiva precaução recordar, ainda uma vez, que tudo o quanto desperta por esta data tem a marca inovadora de Herculano, desde a feição medievalista à predominância da melancolia e do funéreo na expressão da emoção estética, e que, assim, desde o seu nascimento, o *segundo romantismo*, caracteriza-se pelo significativo apelo ao passado e pela forte incidência de um lirismo contemplativo (Ferreira, 1979, p. 89-90).

Destituído da paixão de quem esteve na raiz da contestação do romantismo, extrai das obras, com clareza, aspectos que caracterizam o movimento, como a melancolia, o medievalismo, a emoção, e identifica um segundo período, caracterizado pelo sentimentalismo, que em certa medida coincide com aquele identificado por José Augusto França, autor que nos serviu de referência para iniciar essa discussão. Vale ressaltar, todavia, que Ferreira centra sua análise no conceito de “geração”, portanto fala em segunda geração, destacando os autores que marcaram a época. Segundo ele, autores que se afastam do presente e inventam “(...) um mundo soturno, bárbaro e desesperado” (Ferreira, 1979, p. 90), numa extravagância estilística um tanto exagerada. É essa mesma geração que Teófilo Braga julgará como parte da *pedantocracia* encabeçada por Castilho.

¹⁹ Destes, Duque de Saldanha e Rodrigo da Fonseca Magalhães assinarão os estatutos da *Associação Promotora da Educação Popular* em 1856, sociedade da qual António Castilho será presidente e por meio da qual, pelas escolas por ela suportadas, seguirá instituindo o seu método de leitura.

Numa perspectiva mais particular, lembramos o leitor de que José Augusto França procura compreender o movimento romântico imerso no contexto político-econômico. Assim, identifica que o período, que ele circunscreve entre 1850 e 1865, é marcado pela *Regeneração*. O autor busca no progresso tecnológico e na exposição industrial internacional de 1865 a mudança para um novo período, que contestará duramente os valores do romantismo conservador. Desdobra-se a partir daí um movimento com novas preocupações filosóficas, contestador da forma romântica de inspiração alemã²⁰, com intenções políticas e estética revolucionárias, cuja índole se manifesta na “Questão Coimbrã”, por meio da contestação do afamado António Feliciano de Castilho por dois novos ícones intelectuais, Antero de Quental e o referido Teófilo Braga. Em 1871, os ares do socialismo, do positivismo, do evolucionismo, enfim, das “ideias novas”, adentraram a sala alugada do Casino Lisbonense, como marco do que Eça de Queiroz chamaria de “revolução sob a sua forma científica” (Eça de Queiroz, “As Farpas” *apud* Coelho, 1984, p. 195). Alberto Ferreira faz uma análise que, mesmo longa, merece ser reproduzida:

A Regeneração foi a fórmula política mais eficaz para, sob o aparato da legalidade constitucional, iludir a *vontade geral* que a burguesia vintista procurara ingenuamente implantar na representação parlamentar. Operara-se profunda cisão entre a burguesia revolucionária de 1820 a 1834 e as camadas dessa classe que, a pouco e pouco, vão dominando as fronteiras do Estado e se apoderam dos pontos estratégicos para satisfação das suas ambições económicas, sociais e ideológicas. Os dois escritores representativos da revolução, Herculano e Garrett, tiveram viva consciência do facto, sem lograrem, com isso, alterar o processo inexorável da História. Garret advertira o parlamento da perda das virtudes da classe média, prognosticando a depravação dos seus elementos, minados pela febre do lucro, pela hipocrisia política, pela ausência de generosidade cívica que animava os conspiradores, guerrilheiros e soldados da guerra civil. Herculano, na advertência ao tomo I dos *Opúsculos* (1837), explica a divisão entre as **duas burguesias**: ‘tipos desta modesta austeridade e dessa nobre honradez, em todas as relações da vida civil, que eram gloriosa tradição da classe burguesa, e que a burguesia destes nossos tempos, ensanefada já de ouropéis fidalgos, não parece inclinada a manter excessivo ciúme’ (Ferreira, 1979, p. 117-118, grifo nosso).

É como se, no plano macro, se constituísse um novo processo político-cultural do qual faziam parte os intelectuais da nascente Geração de 70, dissidentes que emergem como a contra-voz, críticos do imobilismo e de uma conciliação entre burguesias, característicos da *Regeneração*. Entretanto, no plano micro, resistia o Romantismo, não o de Garret e Herculano, mas o da *pedantocracia* de Castilho, que aceita o processo inexorável da

²⁰ Deter-nos-emos nessa discussão mais adiante.

História e busca sempre a conciliação. O *Archivo Pittoresco* seria uma das camadas desse ciclo histórico, camada de tempo, camada de representações, camada de permanências e convivências.

É nesse período que nos deparamos também com a atuação persistente de António Castilho mencionada há pouco, momento em que o poeta abre espaço para o propagador da instrução. É de então a publicação e divulgação do seu método de leitura, por meio do qual empenha uma exaustiva campanha em Portugal e uma tentativa no Brasil. Para além da dura crítica à sua incapacidade de auto percepção e ao papel nefasto que teria desempenhado sobretudo a partir da década de 1850, um elemento apontado por Ferreira nos chama a atenção: a vinculação entre António de Castilho e os “escritores da Regeneração”. Mendes Leal, Pinheiro Chagas, Luís Augusto Palmeirim, Júlio César Machado, Biester, Rebelo da Silva, Teixeira de Vasconcelos, Rodrigues Sampaio, Bulhão Pato, Tomás Ribeiro, Jaime Moniz, Visconde de Seabra, Silva Túlio, António José Viale, Inocêncio da Silva, são alguns desses nomes que fazem parte da engrenagem da *Regeneração*, em que “as regras do jogo haviam sido habilmente concertadas – os lugares democraticamente distribuídos – muitos deles também colaboradores do *Archivo Pittoresco*. Polidamente, os escritores elogiavam-se uns aos outros” (Ferreira, 1979, p. 130)²¹. Essa geração de escritores teria, mais do que criado um vínculo, eleito Castilho o “fundador do romantismo poético” (*Idem*, p.88), numa clara manifestação da tal *escola do elogio mútuo*, na medida em que essa designação não se pautava na análise crítica e aprofundada de sua obra, ignorando-se, inclusive, a persistência da forma arcádica.

Acreditamos que a designação de Castilho como mentor dessa geração, além de alçá-lo a ícone daquilo que ele mesmo criticou em diversas ocasiões – refutando obras de escritores emblemáticos, como Victor Hugo e Herculano (querela acerca do *Eurico*), e mesmo o próprio romantismo – significou a legitimação da sua ação, que deu forças e sustentáculo para sua empreitada pela instrução por meio do *método de leitura repentina*. Parece-nos que ele passa a ocupar um lugar de oráculo, sendo a figura chave da rede de sociabilidade, e mesmo do microclima representado pelo *Archivo Pittoresco*. Mesmo não

²¹ A vinculação de Castilho com a *Regeneração* é reforçada por meio das suas relações com elementos centrais da política, como o Duque de Saldanha e Rodrigo da Fonseca Magalhães. O primeiro, líder do golpe que destituiu Costa Cabral e presidente do Conselho do Ministros após o golpe (até a dissolução e alteração ministerial em 1856); o segundo, Ministro do Reino do novo governo (também até 1856), referido por Alberto Ferreira como “personalidade típica do constitucionalismo” (Op. cit., p. 119). Castilho frequentemente troca cartas com Saldanha, em tom de cordial proximidade em geral solicitando favores relativos à divulgação do seu método. Não podemos esquecer, além disso, que ambos se integraram na fundação da *Associação promotora da Educação popular*, presidida por Castilho, em 1856.

sendo editor ou colaborador tão frequente, Castilho é uma figura presente nas relações ali subjacentes. É por isso que a revista ocuparia o lugar daquilo que é anunciado no preâmbulo da sua *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* mas não cumprido pela mesma revista, a missão de ser “periódico-livro”.

Será o *Archivo*, e não a *Revista da Instrução*, que tentará desempenhar esse papel, pretensão que ganha corpo, alcance e efetividade tanto com a ampla tiragem quanto com a sua distribuição nas escolas públicas a partir do decreto de 19 de junho de 1860. Castilho é peça chave desta articulação. Ele está na engrenagem da rede de sociabilidade em que a revista está inserida, que procuraremos desvelar ao longo deste trabalho.

Apesar de vislumbrarmos esse período como o fim de um ciclo, sempre marcado por rupturas, isso não significa que não haja continuidades. Não se trata, nos processos históricos, de uma superação total e completa dos movimentos anteriores, com a iniciação de algo completamente inédito ou inovador. Trata-se, sim, de uma amálgama que vai se modificando, como uma argila que vai sendo moldada de diferentes formas, ora acrescida de novos elementos. Assim, o movimento que traz novas mensagens a partir da década de 1860, marcado pelos eventos célebres da “Questão Coimbrã” ou das “Conferências do Casino”, é uma ressignificação. Um elemento persistia e continuava em jogo, a definição do destino da nação portuguesa, e a busca das suas origens.

O *Archivo Pittoresco* é portador desse espírito conciliatório de fim de ciclo, onde encontramos ora os ventos românticos da primeira geração, ora os ecos do socialismo de Proudhon (mesmo que distantes ou velados pelos autores), ora a “missão” educadora do Conselho Geral Superior de Instrução Pública do qual Castilho foi nomeado vogal em 1860. E, como parte dele, persistiam os “escritores da Regeneração”, resistia a *pedantocracia* e a *escola do elogio mútuo*, que tinha como um dos seus expoentes António de Castilho, “profeta” do próprio método, amigo íntimo de António da Silva Túlio e José da Silva Mendes Leal, todos integrantes dessa mesma rede de sociabilidade que tinha o *Archivo* como um importante articulador e que, de algum modo, contribuía para manter vivo o método de Castilho e efetivar um ideal comum de civilidade.

Não nos cabe, nesse trabalho, realizar um debate aprofundado sobre as periodizações do movimento romântico, ou adentrar nas discussões já traçadas no que concerne a ter ou não o movimento se iniciado a partir de um fato político, ou se teria ou não vindo a termo com a Questão *Coimbrã* (ver Ferreira, 1979; Saraiva & Lopes, 2000; Coelho, 1944). Admitimos, todavia, um entrecruzamento entre os aspectos políticos e culturais. Nesse sentido, mesmo tendo tomado a obra de França como inspiração, bem

como suas balizas temporais, nossa abordagem tem ares de micro história, numa dimensão que entrecruza o Cultural com o Político. Debruçar-nos-emos no microclima que se constitui ao redor do *Archivo Pittoresco* entre 1857 e 1868, todavia sem prescindir do macrocosmo que a circunda, a precede, a influencia, e com o qual ela dialoga. Se as ideias não podem ser analisadas de forma isolada, como enuncia Sirinelli (2003), se elas não circulam de maneira independente, também os microclimas não podem ser vistos como ilhas. São espaços que ecoam contextos. Por isso a noção de ciclo vem a calhar. No nosso entendimento, tal noção comporta o microclima articulado pelo *Archivo*. Expliquemos. Tomamos as décadas de 1850 e 60 como um ciclo histórico marcado por um romantismo liberal racional, seguindo a argumentação de José Augusto França. O Romantismo é, assim, o grande movimento sociocultural que congrega os ideais defendidos e divulgados, ancorando-se numa nova configuração social marcada pelo fim da guerra civil em 1834 e que efetivou o Liberalismo, sendo difícil desvencilhá-lo dos meandros políticos da nação. Essa nova sociedade liberal, não podendo existir sem disputas, desemboca, em 1851, no movimento burguês conhecido como *Regeneração*, marco sociopolítico da época, que articula os personagens da “nossa” rede de sociabilidade.

Outro autor de relevo, José Tengarrinha, aponta mesmo para um vínculo direto entre revolução política e literária, citando dois intelectuais do século XIX, um deles, já mencionado, figura emblemática do romantismo, o outro, ícone da Geração de 70, que representa o seu desgaste. Alexandre Herculano consegue fazer essa leitura a partir de dentro do movimento, ao escrever que “a revolução literária que a geração actual intentou e concluiu não foi instinto: foi resultado de largas e profundas cogitações; veio com as revoluções sociais e explica-se pelo mesmo pensamento destas” (Herculano, A. *Elogio Histórico de Sebastião Xavier Botelho apud* Tengarrinha, 1974, p. 186)²²; Ramalho Ortigão, observando o fenômeno, avalia: “A arte portuguesa do presente século, filha da revolução liberal de 1834, irmã gêmea do constitucionalismo e da Carta, manifesta-se principalmente pela eloquência parlamentar” (*apud* Tengarrinha, 1974, p. 187).

Esse amálgama entre revolução política e literária desemboca na tarefa cívica que a literatura atribuir-se-á, desempenhada notoriamente por nomes como Almeida Garrett e Alexandre Herculano. O primeiro, atuando numa perspectiva de educação estética, dedicou-se sobretudo à formação de uma elite intelectual, como se pode depreender da sua proposta de criação de um Teatro e de um Conservatório Nacional; o segundo empenhou-

²² Esse mesmo trecho é também citado, com intenção semelhante, por Teófilo Braga em seu *História do Romantismo em Portugal*, em 1880, p. 105.

se na “instrução popular” e na constituição de um jornalismo enciclopédico que munisse os leitores de “conhecimentos úteis” capazes de fomentar sua percepção artística, política e social, adotando o conceito kantiano de consciência como sustentáculo moral e social. Mesmo António Castilho, dado como um poeta que estaria à margem dos grandes movimentos da história (França, 1999, p. 42), é pivô de uma das principais empreitadas liberais, a “instrução popular”, ela também desdobramento – ou amadurecimento – dos acontecimentos de 1820. Da literatura como ação pedagógica representada pelos dois primeiros, temos, em Castilho, uma ação mais direta por meio do ensino da leitura. Mas, discutiremos mais adiante, não basta apenas ensinar a ler, é preciso dar a ler, por meio da divulgação cultural. É nessa perspectiva que se insere o projeto do “periódico-livro”.

Considerando a perspectiva de um ciclo histórico e tendo em mente o referido amálgama entre as transformações políticas e literárias é que tomamos as décadas de 1850 e 60 como tempo forte do nosso estudo. “O processo progressista iniciado em 1820, confirmado em 1834, posto à prova em 1836 e finalmente alterado em 1846-47, desarticula-se e é negado pelo cabralismo, muda de direção com o constitucionalismo regenerador” (Ferreira, op. cit., p. 117). O momento do constitucionalismo regenerador é o tempo chave da viragem do protagonismo intelectual. Garrett falecera em 1854, Herculano retira-se para sua quinta, Castilho sobrepõe o propagador da instrução ao poeta, contudo sendo ainda inspiração aos “escritores da Regeneração”. Mas há uns jovens de Coimbra que não hesitam em contestar o “velhinho cego” na Questão Coimbrã. Novos ventos apontam para a passagem do ideal romântico ao segundo plano.

Nosso interesse nessas décadas reside na atuação persistente das figuras comumente associadas a uma geração em vias de superação. O microclima que analisamos e a rede no qual está articulado ancora-se na persistência dessa tradição, Castilho e seus pupilos seguem vigorosamente sua empreitada em prol da “instrução popular” e a Revista *Archivo Pittoresco* emerge como o mais emblemático “periódico-livro”, consolidando o ideal inaugurado por *O Panorama* vinte anos antes. Ademais, o entendimento desse ciclo e de seus atores passa, de fato, pelo Romantismo, bem como pelo Liberalismo e pela Regeneração, como apontamos no início desse capítulo. Todavia, sua complexidade ancora-se nos meandros das articulações sociais que revelam minúcias que passam despercebidas em uma abordagem macro política ou mesmo macro cultural, e o apelo aos conceitos supracitados não tenciona que os mesmos nos sirvam como cabresto, mas sim como articuladores.

Tentemos recapitular e ordenar as ideias. O Romantismo é o movimento “guarda-chuva” sob o qual estão articulados os intelectuais cujo projeto de sociedade, de influência alemã, desenvolve-se numa plataforma civilizacional de cunho liberal que passa pelas noções de povo e nação, elementos definidores de identidade. Aliás, é a Revolução liberal de 1820 o marco inaugurador dessa “utensilagem mental”. Por sua vez, a Regeneração configurar-se-á como último suspiro desse projeto de nação e dessas configurações identitárias, aproximando os intelectuais e a representação política, uma vez que muitos deles passam a atuar muito proximamente ou no próprio governo. A necessidade de um povo consciente da sua identidade (pela qual passa o conhecimento do passado e o fortalecimento da língua), o desenvolvimento industrial e uma monarquia constitucional são condições para a liberdade tão defendida pelos liberais.

O *Archivo Pittoresco* representa o encontro do improvável. Dentre os colaboradores – e, por vezes, aparecendo como temática, no caso das biobibliografias – encontramos Herculano e Castilho, figuras que representam intelectualmente o constitucionalismo, e que participaram de empreitadas comuns, como a redação do *Jornal dos Amigos das Letras*; como instituição exemplar da ação educativa do povo, é exaltada a *Associação Promotora da Educação Popular*, a qual agrega, além de Castilho, figuras como o Marechal Saldanha, ícone regenerador e Rodrigo da Fonseca Magalhães, “personalidade típica do constitucionalismo”²³ (Ferreira, op. cit. P. 119). Outra figura que, tendo comungado com um ideal socializante utópico, defende a orientação reformista do ministério regenerador, é José Maria do Casal Ribeiro, que doa um montante significativo à referida *Associação* para a criação de uma escola, cuja iniciativa é publicada na revista, assim como relatório do seu funcionamento. Por outro lado, dentre os mais frequentes colaboradores da primeira fase da revista encontramos Henriques Nogueira, cujo pensamento é a síntese da oposição à Regeneração. Sua crítica lúcida, visionária e com ares de denúncia aparece já no princípio do regime regenerador:

Havia contudo um período de transição a passar. O velho absolutismo, insustentável à face da ilustração do século XIX, cômico da sua fraqueza como princípio e como facto, sitiado nos seus últimos redutos pelas forças sempre crescentes da opinião, tentou rodear-se de instituições mais ou menos populares para assim estender os seus dias, já adiantados. Nasceu deste pensamento, não sem

²³ Da tríade regeneradora Saldanha (presidente do Conselho e ministro da Guerra), Rodrigo da Fonseca Magalhães (ministro do Reino) e Fontes Pereira de Melo (ministro da Marinha, Fazenda e da Indústria), os dois primeiros assinam os estatutos da *Associação Promotora da Educação Popular*, elaborados em 1856, último ano da atuação desse primeiro governo da Regeneração.

grave luta em alguns países, o governo das monarquias mistas, chamado vulgarmente constitucional. Complexo monstruoso e antinómico de poderes, que umas vezes se guerreiam, outras se coligam contra o povo, este regime, fiel à sua índole, tem conseguido manter exclusivamente o predomínio tirânico abusivo e imoral dos elementos monárquicos e aristocráticos sobre os interesses da quase totalidade dos cidadãos” (Nogueira, 1851, p. 7-8).

Encontramos, em Henriques Nogueira, o gérmen de um pensamento socialista.

A Revista apresenta-se, ao mesmo tempo, como:

- Permanência, ao integrar um escopo de periódicos literários de divulgação científica que teve no *Panorama* seu grande patriarca; e de certa forma, o seu último fôlego;
- Continuidade, ao agregar sujeitos de uma nova geração acadêmica que estavam afinados com a primeira geração romântica, como Manuel Pinheiro Chagas;
- Transição, ao abrir espaço para figuras que apontam para um pensamento que se distancia daquele que foi forjado na esteira do movimento vintista, como Henriques Nogueira e Latino Coelho.

É, por um lado, a coroação do Liberalismo de feições regeneradoras e, por outro, espaço em que emergem as figuras que constituirão as bases da sua crítica, constituindo-se como fechamento deste ciclo. É o momento em que, como bem expressa José Augusto França, “os porta-vozes dos Romantismo (e isto é muito importante) iludiam-se perante o que lhes parecia ser uma regeneração da escola” (França, 1999, p. 323), acomodando-se na sua lua-de-mel com o regime político.

Um aspecto intrínseco ao movimento regenerador que também é peça da rede de sociabilidade que ora procuramos tecer é o desenvolvimento do capitalismo, representado no plano macro pela atuação de Fontes Pereira de Melo no Ministério das obras Públicas e vinculado a nossa rede no plano micro pela Associação Industrial do Porto – aí reside também seu vínculo econômico com o Brasil.

Referido como o lugar por excelência da burguesia e do liberalismo, destaca-se o seu empenho industrialista e as relações comerciais com Inglaterra e Brasil. Para França, as vantagens econômicas da relação com o Brasil superam em muito a recente perda política. Apesar da presença de uma colônia inglesa no Porto em função das transações econômicas, seriam os “brasileiros” – portugueses que viveram no Brasil, de onde voltaram enriquecidos – “que davam o tom à sociedade portuense, com seus capitais, o seu espírito económico, a sua típica estupidez e as suas vilas cobertas de azulejos” (França, op. cit., p. 307). Menciona a influência política que passam a exercer, integrando a nobreza constitucional, bem como algumas estratégias para projeção, como o caso do barão-

visconde-conde de Bolhão que pagava a Camilo Castelo Branco para elogiá-lo em folhetins ou contemplá-lo nos romances (*Idem*, p. 308).

Com uma certa ironia, o autor desenrola os costumes portuenses e a particularidade desse microclima romântico, todavia marcados pela influência de costumes mundanos e folhetinescos dos “brasileiros” e pelo provincialismo, escancarado em hábitos como levar assados para se comer nos camarotes durante os espetáculos. A marca dessa sociedade era a mesmice dos costumes burgueses, que figuras como Camilo Castelo Branco pretendiam escandalizar.

1.2. Filho sem pai? Das relações entre Portugal e Brasil

Mas, ao passo que a separação das republicas neo-hespanholas e da mãe patria foi violenta e completa, a separação de Portugal e do Brasil, posto que não deixasse de ser tempestuosa, não foi, comtudo, tão odienta, que, passados os primeiros ressentimentos, não voltassem os dois paizes a considera-se irmãos. O governo do imperio americano ficou a um dos ramos da casa de bragança, e as relações dos dois paizes estreitaram-se talvez mais intimamente do que outr'ora, porque, tendo desaparecido a iniqua distincção de metropole e de colonia, veiu a egualdade substituil-a, e com a egualdade a lhaneza. Estamos separados administrativamente; mas tão fortes são os laços que nos unem, que as dores ou jubilos sentidos por uma das nações repercutem-se na outra inevitavelmente.

(Pinheiro Chagas *in* *Archivo Pittoresco*, 1868, Vol. XI, n. 35, p. 275-76)

Esse amálgama, elo, vínculo, relação, enaltecidos por Pinheiro Chagas, constituem uma ideia recorrente, evocada em diversas ocasiões e iniciativas ao longo do tempo. A percepção de uma ruptura política não violenta, corroborada pela assunção da coroa Brasileira por um descendente da Portuguesa, contribuíram para a reverberação de uma narrativa conciliatória acerca das relações pós-independência entre os dois países. Essa força dos laços e a suposta inexistência de conflito no processo de emancipação são constantemente evocados pelo lado Português, incentivando discursos como o supracitado, que tem seu ápice na afirmação: “(...) Portugal e Brasil contemplam-se, através do Atlantico, sorrindo-se com orgulho, e reconhecem-se como irmãos, como filhos da mesma gloriosa raça” (Chagas *in* *Archivo Pittoresco*, 1868, Vol. XI, n. 35p. 277).

Pretendemos, contudo, problematizar essa perspectiva, não sem antes expor em que termos é que costumavam ser referidas. De partida, podemos identificar a quase impossibilidade da intelectualidade portuguesa de meados do oitocentos de pensar uma proposta de nação sem ter em conta o “irmão” tropical. A noção de irmandade é elemento intrínseco da utensilagem mental, sobretudo dos autores de tradição romântica, colaboradores nas revistas literárias de divulgação do conhecimento.

De fato, a emancipação não rompeu completamente os laços entre a antiga colônia e a metrópole, mas sim os renovou por meio de acordos, encontros, intercâmbios, publicações partilhadas, cadeiras nas academias de letras e ciências e uma série de iniciativas com ou sem suporte governamental. Como nos ilumina Magalhães, o que o processo de independência proporcionou, em termos étnicos e culturais, foi “um intercâmbio intenso de intelectuais e uma emigração urbana, alfabetizada e letrada, que

fizeram do século XIX uma experiência única de reciprocidade e miscigenação” entre os dois países (Magalhães, 2010, p. 547). Localizamos, inclusive, problemas partilhados, agruras que afligem as duas nações. Na primeira Assembleia Constituinte Brasileira (fracassada, aliás) instalada em 1823, o deputado Antônio Carlos menciona a falta de instrução como um problema partilhado pelo antigo colonizador: “há vilas inteiras em Portugal onde não há uma pessoa que saiba ler nem escrever para poder servir os cargos das Câmaras” (Antônio Carlos *apud* Peixoto, 1936, p. 233-234). Essa tendência acaba por ser lida, por alguns autores, como uma atmosfera cultural comum, como é o caso do livro de Marçal Paredes. O autor parte dessa ideia como premissa para sua obra, afirmando que, “embora separados politicamente desde a independência do Brasil, a atmosfera de troca e divulgação cultural que se mantém para além dessa data admite a percepção de uma referência comum às culturas portuguesa e brasileira” (Paredes, 2013, p. 9).

As relações interculturais entre Portugal e Brasil são remetidas em vários âmbitos e em vários trabalhos, como é o caso do artigo de Natália Santos (2018). Abordando especificamente o diálogo de Álvares de Azevedo com a produção portuguesa, a autora debruça-se sobre o ensaio crítico “Literatura e civilização em Portugal”. Salienta uma característica dos seus escritos, o das citações em demasia, com longos trechos de outros autores. Apesar de ser característica recorrente entre os escritores brasileiros da época que, segundo Antônio Cândido, se respaldavam num “‘sentimento reconfortante de parentesco’ com os escritores do cânone europeu” (Cândido, 1993, p. 211 *apud* Santos, 2018, p. 40), talvez em Azevedo se incorporasse em demasia. Por outro lado, defende a autora que tal característica pode contribuir para se identificar e analisar interlocuções. No seu artigo sobre literatura em Portugal é explícito o diálogo crítico com o escritor português Antônio Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865)²⁴ e seus “Ensaio de crítica e literatura (1849)”, veiculados na revista *A Revolução de setembro* e modificado para ser republicado sob o título “Memórias de literatura contemporânea”, em 1855. Nesta versão, inclusive, remete-se a autores estrangeiros, dentre os quais o próprio Álvares de Azevedo, por ele elogiado

²⁴ Essa é uma das figuras que, mesmo não sendo identificado como parte da geração ultrarromântica, “herdeira” de Castilho, contribui para o *Arquivo*. É ele quem escreve, por exemplo, a série sobre Lord-Byron, em que se traduz um trabalho de Macaulay sobre o autor, além de um artigo de cunho historiográfico sobre os preços em Portugal nos séculos XV e XVI (1958, n. 43, p. 342 – 344). Já nessa época relativizava a própria insistência na vinculação entre política e literatura: “Insistíamos demasiado na ideia de querer levar a poesia para a arena política. São duas esferas distintas, a da arte, e da filosofia prática, que mutuamente se auxiliam nas suas manifestações, mas que convém se não confundam” (Mendonça, 1855. *Memórias de Literatura Contemporânea*. Lisboa: Tipografia do Panorama, p. 238).

na publicação. Essa teria sido a primeira ocasião em que ter-se-ia tratado de autores do romantismo brasileiro em Portugal (Moreira, 2013, p. 72 *apud* Santos, 2018, p. 41).

O objetivo central do ensaio do poeta brasileiro é “discutir a ‘marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal’” (Azevedo, 2000, p. 822-823 *apud* Santo, p. 41). Remetendo-se à opinião de Lopes de Mendonça, crítica a nova geração de escritores que emergia em meados de 1840 (João de Lemos, Mendes Leal, Pereira da Cunha, José Freire de Serpa Pimentel).

Observa-se, assim, o esboço de um diálogo crítico que sugere, de certa forma, a manutenção das relações literárias entre Brasil e Portugal, algo que se torna ainda mais notável quando consideramos a acentuada aproximação da geração de Azevedo aos próceres do romantismo francês e inglês. Como procuraremos evidenciar neste artigo, a circulação transatlântica entre as academias de direito de São Paulo e Coimbra (a qual se ligam os nomes do ultrarromantismo português) era ainda considerável e, até um certo limite, mais sincrônica do que se poderia supor (Santos, 2018, p. 42).

A pesquisa de Natália Santos corrobora ao que já havíamos anunciado na introdução dessa tese, a noção de irmandade intrínseca a esse ciclo histórico. Todavia, mais do que isso, essa “irmandade” é parte integrante do projeto de promoção da instrução levado a cabo pela geração protagonista de tal ciclo em Portugal, em grande parte financiado pela Sociedade Madrépora do Rio de Janeiro.

No que nos diz respeito, a análise de Natália Santos ilumina um aspecto fundamental para o nosso trabalho, o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil. Já sinalizamos que não defendemos essencialmente uma relação de dependência nem por parte de um nem de outro lado do Atlântico, mas sim de interconexão, quiçá uma persistência da ligação construída sobretudo quando da permanência da família real portuguesa no Brasil. Tal persistência leva a que intelectuais brasileiros se mantenham em constante diálogo com os debates europeus e com que os portugueses, ao pensarem um projeto de nação, não o consigam conceber sem ter em conta o “irmão”.

É claro, então, que não questionamos a existência de um intercâmbio intelectual transatlântico. Para além da previsível vinculação advinda dos laços familiares entre as duas coroas, no século XIX o Brasil era visto como uma nação promissora, com ares de futuro. Da célebre frase de Herculano, replicada por grandes figurões brasileiros como Oliveira Viana (1883-1951), de que “O Brasil é nossa melhor colônia depois de ter deixado de ser colônia nossa” (Herculano *apud* Barbosa, 2002, p. 10), depreende-se o significado

atribuído pelos antigos colonizadores ao país recém-emancipado. Alexandre Herculano assim referia:

(...) o Brasil, imperio vasto, rico, destinado pela sua situação, pelo favor da natureza, que lhe fadou a opulencia, a representar um grande papel na historia do novo mundo, é a nação infante que sorri; Portugal é o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepitez (Herculano *in* Revista Universal, 1847, Vol II. Serie I, p. 5)

É esse mesmo “espírito” que se verifica na introdução do primeiro número do semanário *O Brasil*, fundado em Lisboa em 1871 por António de Castilho. Afirma o editor:

O Brasil é, pois, especialmente destinado a trazer, mais cedo e o mais abundante que possa ser, as novidades de todo o gênero, que devam interessar a todos os que mantém relações, quer de comércio, quer de amizade com aqueles nossos **bons irmãos do ultramar** (O Brasil, 1871, ano I, n.º 1, grifo nosso).

O editorial do periódico, além de se utilizar de um dos recorrentes jargões para se referir às duas nações, “bons irmãos”, deposita no Brasil a expectativa de contribuir na promoção do desenvolvimento de Portugal, como se estivesse reabilitando o lugar de provedora de riquezas já ocupado pela ex-colônia, no entanto conferindo-lhe um status de equidade e parceria. Revela, assim, a crença otimista de que a superação da decadência se ancoraria na suposta opulência – real, idealizada ou vislumbrada – da antiga *Terra Brasilis*.

Tânia Martuscelli também defende a existência de uma cultura intelectual partilhada entre Portugal e Brasil após a independência, porém chamando atenção para algumas contradições intrínsecas a essa aproximação. A “adoção” de Eça de Queirós (1845-1900) como representante da literatura de ambos os países denota a aceitação da intelectualidade brasileira em tomar a produção do escritor português como “sua”, ao passo que o mesmo Eça deixa entrever uma postura colonizadora ao satirizar o fato de a elite brasileira simplesmente copiar o *modus vivendi* europeu, exigindo do Brasil que assuma o que há de seu, o que há de *Novo*, para se constituir como uma grande nação. Para além dessa problemática, destaca a circulação das ideias republicanas entre o Atlântico, salientando a influência da já mencionada “Geração de 70” portuguesa na divulgação de correntes teóricas que servirão de aporte à movimentação republicana no Brasil e, por outro lado, o impacto da proclamação da República entre a intelectualidade portuguesa. Sobre a mudança na forma de governo brasileira o mesmo Eça de Queirós assume uma postura bem mais equitativa. A autora vale-se de um artigo do escritor sobre esse fato para defender que

sua [de Eça] “afirmação e aceitação da força política brasileira marcam profundamente o intercâmbio cultural (social e político) entre iguais, não existindo um discurso ou uma postura condescendente, nem uma hierarquização dos papéis”. (Martuscelli, 2019, p. 197)

Outras figuras intelectuais de destaque em ambos os países assumiram também lugar nesse “intercâmbio”. O positivista brasileiro Miguel Lemos (1854-1917) foi responsável por escrever uma obra em comemoração ao tricentenário de Camões em 1880, em meio a outros eventos comemorativos realizados no Rio de Janeiro por iniciativa do Gabinete Português de Leitura²⁵. Apesar de manifestações em contrário, é fato que o evento se realizou, e teve como orador Joaquim Nabuco²⁶, além da apresentação de uma peça do romancista Machado de Assis (1839-1908) escrita especialmente para a ocasião. Do lado português, é Teófilo Braga (1843-1924) quem enaltece as relações e atribui aos positivistas o restabelecimento da reciprocidade entre os dois povos. Afirma ainda Braga: “os poderes públicos do Império, o parlamento brasileiro, o ministério e o próprio imperador compreenderam o alcance do Centenário de Camões para a confraternidade dos dois povos (Braga, 1880, p. 513-14 *apud* Paredes, 2013, p. 12-13)²⁷.”

A segunda metade do século XIX é, então, marcada por uma tentativa de redescoberta dessa relação e das possibilidades de a reconstituir, agora com as duas nações independentes. Não se trata do estabelecimento de acordos governamentais, mas sim de um trânsito cultural e de um *intercâmbio* já mencionado por Magalhães (2010). Segundo aponta, o *torna-viagem* que vinha do Brasil em geral chegava em Portugal enriquecido, movimentando a economia e investindo, inclusive, em escolas para o desenvolvimento da educação em seu local de origem. Na outra direção do Atlântico, chegavam ao Brasil publicações portuguesas, alargando a circulação de livros. Amplia-se, também, a publicação de periódicos autodenominados “lusobrasileiros”. De nossa parte, destacamos alguns deles: *Revista da instrução pública para Portugal e Brasil*, publicado em 1857 em Lisboa por Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875) e Luiz Felipe Leite (1828-1898); *O Correio da Europa: revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as províncias ultramarinas e Brasil*, publicado entre 1857 e 1859, tendo como redatores-chefes Carlos José Caldeira (1811-1882) e Luís Filipe Leite; *Ilustração Luso-Brasileira*,

²⁵ O intelectual estava em Paris na ocasião da escrita, mas consideramos a publicação como parte da iniciativa intelectual brasileira.

²⁶ Chamamos a atenção para a complexidade das relações intelectuais entre Portugal e Brasil e da atuação dos intelectuais nesse sentido. É o mesmo Joaquim Nabuco que, anos depois, em sessão da ABL, destacará a necessidade da autonomia intelectual brasileira, conforme mencionamos na introdução.

²⁷ Braga, Teófilo (1880). O Centenário de Camões no Brasil. *O Positivismo: revista de filosofia*. Segundo Ano, n.6, p.513-514.

editada em Lisboa em 1856 e retomada entre 1858-59 por António José Fernandes Lopes (18--); *Revista luso-brasileira – publicação mensal de literatura, indústria, geografia, poesia, música etc*, editada no Rio de Janeiro em 1860 sob direção de Antonio Maria de Castilho Barreto (18--); *Gazeta da manhã – órgão luso-brasileiro*, fundada no Rio de Janeiro em 1880, ou o também carioca *Correio luso-brasileiro*, que circulou em 1882.

A propósito dos periódicos da época com pretensões de intercâmbio transatlântico, localizamos alguns estudos que valem ser mencionados. Benedita Sant’Anna (2007) concentrou-se na análise das revistas *Ilustração Brasileira* (1854-55) e *Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858 e 1859). Enquadrando os periódicos como parte de uma imprensa romântica, seu principal interesse reside nos projetos editoriais e literários de ambas, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter ilustrado, apresentado como pioneiro (a autora, todavia, reconhece e aponta a existência de ilustrações em outra publicação periódica anterior ao impresso português, a saber, em *O Panorama*, fundada em 1837). A abordagem e as possíveis representações do Brasil na *Ilustração* publicada em Lisboa não ganham muito espaço em sua tese, o que se justifica tanto pela sua área de interesse²⁸ quanto pelo fato de a revista lisboeta ser “luso-brasileira” no nome, porém não no projeto. Segundo Sant’Anna, a proposta inicial da revista, que se pretendia uma “publicação nacional para os dois ‘povos: português e brasileiro (...)” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856, v. I, 1 *apud* Sant’Anna, 2007, p. 130), não se concretizou.

A *Ilustração Luso-Brasileira* foi ainda objeto de análise de uma dissertação de mestrado alguns anos depois. Vieira (2016), em uma abordagem histórica e não literária como o trabalho anterior, tem como principal preocupação a contribuição da revista na consolidação do nacionalismo português. Numa análise acurada que se vale do repertório teórico e metodológico da história cultural, assume o periódico com fonte e objeto, debruçando-se sobre sua materialidade, conteúdo, contexto, colaboradores, circulação, de modo a contribuir para a História da imprensa. Sobre a suposta “luso-brasilidade” da publicação, o autor traz uma reflexão importante a partir de Élio Serpa (2001) e Monteiro & Maia (2013): o fato, já notado por Sant’Anna, de a revista dedicar pouco espaço para temáticas, publicações e autores brasileiros representaria uma nova forma de colonialismo, a partir da “manutenção do ‘status quo’ cultural e intelectual português” (Vieira, 2016, p.167).

²⁸ Trata-se de uma tese em estudos comparados de literatura e língua portuguesa.

Julgamos que faz sentido se considerar a lacuna brasileira em um impresso que se proclama “lusobrasileiro” como indício de um colonialismo intelectual. Embora não pretendamos entrar no mérito da questão – nem tenhamos elementos consistentes para tal –, é fato que outros pesquisadores também trazem à tona argumentos que podem corroborar a esta percepção, como é o caso do experiente pesquisador brasileiro João Alves das Neves. Em livro de 1992, dá provas da existência de uma cooperação abundante e profícua por parte de escritores e jornalistas portugueses nos impressos brasileiros, uma avalanche com grande repercussão, justamente no período que coincide com a publicação da *Ilustração Lusobrasileira*. Até meados do século XX ela é bem expressiva. Assim como é expressiva a quantidade de periódicos publicados em Portugal no período e que visavam o leitor brasileiro. Esse aspecto, que pode ser inserido no que Eduardo Lourenço considera como um “sonho falso de um único sonhador”, será debatido logo adiante. Porém, antes de adentrar nesse debate, cabe retomar dois aspectos que consideramos fundamentais no que diz respeito ao intercâmbio intelectual entre Portugal e Brasil, e que são subjacentes aos impressos: a **educação** e a **língua**, também ambos imbricados.

Sobre o primeiro aspecto, é compreensível que se percebam relações intelectuais e intercâmbios entre Portugal e Brasil no campo educacional a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, dado que é nessa época que começam a se consolidar nos dois países aquela que se entende como a forma escolar moderna. Justino Magalhães (2003a), aponta para a formação de uma cultura escolar comum aos dois países, onde se destaca a superação da dicotomia colonizador-colonizado, revelada sobretudo pelo papel da cultura escrita – ancorado no desenvolvimento da língua – num processo entendido pela multiplicidade e plurifactorialidade.

Podemos situar o gérmen dessa cultura escolar comum no estabelecimento da família real portuguesa no Brasil. Em seu *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal...* (1874, tomo IV), José Silvestre Ribeiro dedica um dos tópicos a versar não só sobre a residência da família real portuguesa no Rio de Janeiro, mas também ao impacto disto na instrução pública.

Considerando D. João como “verdadeiro fundador do império do Brasil” (Ribeiro, 1874, p. 227), toma a obra de Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*²⁹, para legitimar sua perspectiva, uma vez que o historiador agradece pelas instituições implementadas e ressalta, ainda, que se tratou “de um período de tempo, no qual dois povos

²⁹ Encomendada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constitui-se de dois volumes publicados entre 1854 e 1857.

irmãos estavam ainda vivendo sob o governo de um mesmo soberano” (*Idem*, p. 229). A presença da Corte portuguesa no Brasil é entendida por Varnhagen como elemento que prepara e apressa a formação do “florescente” império, como assim o vê Silvestre Ribeiro. Expressa ainda, com simpatia, a recorrente ideia de um império brilhantemente constituído, contudo reiterando a importância do impulso que teria sido dado durante a estadia da família real portuguesa. É com essa intenção que Silvestre Ribeiro enumera os estabelecimentos criados nesse período, detalhando sua implementação e funcionamento³⁰.

É curioso como Silvestre Ribeiro ensaia um breve esboço pela história da educação, atribuindo aos jesuítas o primeiro empenho educativo. Também nesse quesito tem a preocupação de legitimar sua afirmação a partir de escritores brasileiros, retomando a obra de Varnhagen e reportando também o *Ensaio sobre os jesuítas* pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro³¹ e um artigo de Francisco Manoel Raposo de Almeida na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil³². Menciona ainda contribuição de um outro português notável do século XVII, D. Francisco Manuel de Mello, para a

³⁰ Ribeiro versa sobre uma diversidade de estabelecimentos entendidos como fundamentais para a promoção de uma sociedade letrada e ilustrada, como Laboratórios, Tipografias, Teatros, Litografias, Jardim Botânico etc. Listaremos aqui apenas os estabelecimentos de caráter escolar (escolas, cursos, aulas, academias), cuja menção pode ser útil a outros pesquisadores. Escola de cirurgia na Bahia, criada por diploma de 18 de fevereiro de 1808, atendendo à solicitação do dr. José Correia P; Aula de Economia Política na cidade do Rio de Janeiro, instituída por decreto de 23 de fevereiro de 1808, cuja regência foi atribuída já no decreto de criação a José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cayru; Arquivo central (Archivo e deposito das cartas e mappas do Brasil e dos domínios ultramarinos), criado por decreto de 07 de abril de 1808 e onde se instalou, em 1824, a oficina litográfica; Academia dos Guardas Marinhas do Rio de Janeiro, transferida junto com a Corte e estabelecida no hospício do mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro por decreto de 05 de maio de 1808, onde também se instalou um observatório astronômico para uso do estabelecimento; Aula de Comércio no Rio de Janeiro, instituída pro alvará de 15 de julho de 1809, tendo como impulsionador a abertura dos portos do Brasil, sob a responsabilidade de José Antonio Lisboa, que cursou matemática no Real Colégio dos Nobres; Aulas de Comércio de Pernambuco e Bahia, também instituídas por alvará de 15 de julho de 1809, embora ainda não estivessem estabelecidas em 1812; Academia Real Militar do Rio de Janeiro, instituída pelo decreto de 04 de dezembro de 1810, cujo planejamento ficou a cargo de D. Rodrigo de Souza Coutinho – o curso completo tinha duração de 07 anos; Casa de Educação no Rio de Janeiro, que não foi instituído pela Corte, mas seus alunos ficaram isentos de prisões e recrutamentos em pelo alvará de 08 de julho de 1811; Curso de preleções filosóficas na sala do Real Colégio de S. Joaquim do Rio de Janeiro, aberto em 26 de abril de 1813. Tais preleções são as de Silvestre Pinheiro Ferreira, português a cuja base filosófica retomaremos adiante; Curso de Cirurgia no Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, pelo aviso de 18 de março de 1813; Estudos Matemáticos na vila do Recife, inaugurado em 06 de junho de 1814; Biblioteca do Rio de Janeiro que, formada a partir das obras levadas pela família real de Lisboa ao Rio de Janeiro, abriu ao público em 1814; Ensino de Anatomia, fisiologia e classificação das plantas, princípios e prática da agricultura, publicizado em edital da *imprensa Régia* de 1815; Academia de Belas Artes, implementada por decreto de 12 de agosto de 1816, sob direção de M. Le Breton; Aulas diversas oferecidas no Rio de Janeiro, sendo além das de primeiras letras, filosofia, retórica, línguas, desenho. Silvestre Ribeiro refere-se a elas a partir de um “Testemunho do auctor da ‘Corographia Brasilica’” (Ribeiro, 1874, p. 261-294).

³¹ Carlos Augusto de Melo, em sua dissertação de mestrado (2006), dedica-se a analisar a atuação de crítico literário do cônego como pioneiro do Romantismo no Brasil.

³² Indica-se o título do artigo, *Origem do Collegio de D. Pedro II*, mas não o número nem ano de publicação.

instrução, passando pelas diretrizes implementadas pelo Marquês de Pombal, que teriam minimamente pareado a instrução primária e secundária na colônia e na metrópole, com a criação do subsídio literário em 1772³³.

Essa menção aos escritores brasileiros é, ela própria, expressão do seu argumento: a formação de um pensamento intelectual brasileiro seria mesmo filho da intervenção portuguesa. Só teria sido possível graças a intervenções de instituições (como a Companhia de Jesus); figuras notáveis (como D. Francisco de Mello); da Corte (com a vinda da família real)³⁴. Em suas palavras:

Todos estes elementos; algumas providencias, raras, mesquinhas, do governo da metrópole; algum impulso dado, aqui e acolá, pelas autoridades locais... foram parte para que surgisse uma civilização indígena, se assim o posso dizer, verdadeiramente brasileira. D'est'arte succedeu que logo no seculo XVII, e progressivamente mais no seculo XVIII, apparecessem brasileiros distinctos na republica litteraria, filhos legitimos da cultura intellectual, que despontara e se desenvolvera no novo mundo, **auxiliada pelos estudos maiores da mãe patria**, ou pelas viagens aos paizes mais cultos da Europa (Ibid., p. 231, grifo nosso)³⁵.

Em certa medida, Silvestre Ribeiro tem razão ao atribuir tanta importância ao período de estada da família real para a constituição do Império do Brasil. Não sejamos tão deterministas, contudo recuar a esse período é fundamental não para reiterar D. João como “fundador do Império do Brasil”, mas para compreender as imbricações entre Portugal e Brasil na atuação intelectual dos dois países, e como o intercâmbio cultural entre ambos contribuiu para a atuação de intelectuais portugueses e brasileiros na construção de uma noção identitária. A modernização cultural *à la* Europa tem nesse período seu disparador.

Alguns estudos coevos a nós abordam também essa problemática dos diálogos educativos. Nesse sentido, Silva (2007) faz uma abrangente abordagem ao analisar os manuais destinados à formação de professores que circularam em Portugal e no Brasil ao longo de cem anos, a partir da publicação do título mais antigo que se tem conhecimento.

³³ Instituído a partir da reforma da instrução implementada pelo ministro de D. José I, consistia em um imposto único para a educação com vistas a efetivar as Aulas Régias (pagamento dos mestres), vinculado à aguardente e à carne, na colônia, e ao vinho, aguardente e vinagre, na metrópole.

³⁴ Nesse caso

³⁵ Segue listando as obras que teria consultado, de modo a exemplificar esse desenvolvimento do “pensamento brasileiro”: *Chronica da Compahia de Jesus do Estado ddo Brasil*, pelo padre Simão de Vasconcelos; *Historia Geral do Brasil*; e *Florilegio da Poesia Brasileira*, de Varnhagen; *Os varões illustres do Brasil*, de J. M. Pereira da Silva; *Résumé de l'histoire du Brésil*, de M. Ferdinand Denis; *Curso elementar de literatura nacional* e *Ensaio sobre os jesuítas*, de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, além de artigos diversos da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.

Sua intenção é identificar de que maneira tais manuais, enquanto materiais fundamentais de estudo e consulta nas escolas Normais, contribuíram para a consolidação de uma cultura escolar que se constituiu em grande parte no mundo ocidental, a partir da noção de “saberes viajantes” e valendo-se do arcabouço metodológico da história comparada.

Inserido no paradigma da história das práticas de leitura, mas com recorte específico nos educadores normalistas, o artigo de Silva dá conta de explicitar o fato de que os manuais pedagógicos tanto elaboraram como foram responsáveis por fazer “circular os saberes com os quais a escola foi concebida. Assim, mesmo subordinando-se aos programas da Escola Normal, os manuais não deixaram de produzir conhecimento: partindo do já dito, eles instituíram formulações relativamente inéditas” (Silva, 2007, p. 275). Associados aos projetos de expansão da escola, os impressos produzidos e utilizados em Portugal e no Brasil tiveram como pano de fundo aquele que era considerado o nível mais democrático da escola, o primário, sendo que em ambos os países o ofício de ensinar era tema recorrente.

Também ancorado na história da leitura e com recorte temporal semelhante, Carlota Boto analisa os livros de primeiras letras em Portugal e no Brasil, afirmando que se propunham a ensinar padrões de comportamento, mais do que apenas ler, revelando assim práticas escolares. Retomando as características do ensino simultâneo, que começa a se difundir na segunda metade do século XIX, a autora revela o papel fundamental do livro didático para o método que pressupõe a classe como um único indivíduo, que deve seguir em uníssono as lições, num mesmo ritmo de aprendizado. Nesse sentido, salienta que a escola controla a circulação do impresso, adestrando o *gesto leitor*. Em suas palavras: “afinal, o que a escola ensina é o ler, o escrever, o contar, mas também o bom comportamento. (...) Por isso a escola tende a recortar a leitura em pedaços. Por isso a leitura escolar frequentemente torna-se enfadonha” (Boto, 2019, p. 9).

Nesse sentido, livros que aparentemente seriam estritamente “técnicos”, subliminarmente trazem outros ensinamentos relativos a normas e padrões de conduta. Assim, quando recorta, seleciona, restringe o que deve ser lido, mesmo que para se ensinar regras gramaticais, os manuais escolares de primeiras letras levam à conformação do comportamento. A análise dos impressos didáticos portugueses e brasileiros revela ainda uma particularidade comum a ambos:

a marca da fidalguia ou da distinção aristocrática por meio de um discurso que proclama a existência de hierarquias e degraus, com pessoas superiores e outras

inferiores no tabuleiro social – cada uma devendo ser tratada de acordo com sua posição na hierarquia previamente estabelecida (*Idem*, p. 11).

Se, por um lado, a análise dos manuais revela uma *liturgia escolar* vinculada aos saberes constitutivos da escola e o lugar de socialização ocupado pela vida escolar (Boto, 2019), por outro conduz à reflexão sobre os sistemas de representação revelados pela escrita da educação. Sobre essa questão, Magalhães considera que “a representação da educação inclui a escrita e outras manifestações materiais, simbólicas, discursivas. Como representação, a escrita da educação comporta fórmulas, pragmáticas, diferentes tipos e modalidades de discurso” (Magalhães, 2016, p. 302). Seguindo um caminho mais epistêmico do que aquele trilhado por Carlota Boto, é justamente por isso complementar para a compreensão dos *princípios de educabilidade*, enunciados em ambos os textos, embora com particularidades. Assim, em Magalhães verifica-se o desvelamento da importância dos intelectuais na demarcação do campo educacional e na conformação da relação entre educação e sociedade, especificamente no que diz respeito aos debates acerca das dicotomias entre Escola Nova e Educação Nova em Portugal e no Brasil a partir dos manifestos divulgados em cada um dos países, tendo como aporte a confluência entre *intelectividade, educabilidade, historicidade*. A grande questão está na demarcação da representatividade dos intelectuais, como *senhores da escrita*, na conformação do binômio educação-sociedade. São esses sujeitos que, valendo-se do seu lugar como *senhores da escrita*, atuam também como protagonistas na mediação cultural por meio das revistas.

São também os intelectuais que reivindicavam a língua como principal elemento agregador das relações entre Portugal e Brasil, e por vezes como elemento capaz de atribuir unidade a esse binômio. Em 29 de janeiro de 1856, na 29ª edição do ano XXXI, o *Jornal do Commercio*³⁶ inaugurava uma seção de “Estudos litterários”, dedicada a “artigos a

³⁶ Começado a publicar no Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1827 pelo tipógrafo parisiense Pierre René François Plancher de La Noé, o jornal é o segundo periódico diário mais antigo do Brasil ainda em circulação. De caráter conservador, teve entre seus colaboradores destacados intelectuais brasileiros, como Rui Barbosa, Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco, José de Alencar, dentre outros. A fundação do diário esteve relacionada com a aproximação de Pierre do imperador brasileiro, que o permitiu estabelecer sua tipografia, identificando-se como impressor imperial. Contudo, a amizade não garantiria um alinhamento político duradouro entre Plancher e D. Pedro I. Aliás, em 1830 o francês passa a criticar o monarca, alegando que este fazia muitas concessões aos portugueses. Alinhava-se, na sua primeira fase, a outros periódicos de grande circulação, como o *Diário do Rio de Janeiro*, a *Gazeta do Brasil*, o *Diário Fluminense*, *O Analista* e o *Courrier du Brésil*. Em 1834 a propriedade do jornal passa a Junius Villeneuve, que logo contrai sociedade com Francisco Antônio Picot. Foi durante a gestão deste último (mantida até 1890) que o periódico passa a ocupar lugar de influência na opinião pública, congregando colaboradores de vulto tanto brasileiros quanto portugueses, dentre os quais Pinheiro Chagas, Guilherme de Azevedo e Oliveira Martins. Dada a sua longevidade, sendo um periódico ainda em circulação, muitas foram as mudanças de propriedade e

respeito da litteratura e dos litteratos de Portugal e do Brazil”. Anunciada como anônima – assina-se com um W. - , vincula o anonimato à independência e autonomia para a escrita, o que permitiria opinar de forma franca sobre a produção em cada um dos países. Dada a projeção de Alexandre Herculano como figura unânime no meio intelectual português e brasileiro, é este o escolhido para inaugurar a seção, referido como “o vulto que sobresahe em ambas as litteraturas, portuguesa e brasileira”. A pequena nota introdutória anuncia também que, nas próximas seções, intercalar-se-á a análise da produção de um português e de um brasileiro. Essa proposta é mais um dos indicativos da quase impossibilidade de se pensar a produção intelectual de um país sem ter em conta o outro, característica desse ciclo histórico. Isto porque, mais do que um literato de Portugal ou do Brasil, o que está em jogo é o literato de língua portuguesa. Tal aspecto é dotado de um aparente consenso linguístico, que tornar-se-á tanto mais conflituoso quanto mais se caminhar no processo de normalização gramatical. Será às voltas disso que seguir-se-ão, em breve, os embates tendo em conta as especificidades do português professado em cada um dos países. Mas voltemos à seção do *Jornal do Commercio*.

Apesar de não ser totalmente bajulador da obra de Herculano, apontando falhas e críticas, o redator toma o conjunto como exemplar. Um dos pontos exaltados na obra de Herculano é justamente o domínio da língua: “linguagem pura, nobre, portuguesa, e de portuguez que conhece o patrio idioma, e o sabe manejar”. Além disso, o entendimento de uma produção unificada em língua portuguesa o faz considerar o alcance de Herculano igualmente em Portugal e no Brasil, tanto no que diz respeito à influência exercida sobre outros escritores quanto no que tange à recepção do público.

Falar sobre a língua como elemento unificador das relações entre Portugal e Brasil pressupõe, contudo, ter em atenção tanto as confluências como os impasses relativos ao assunto.

Sobre esse aspecto, é importante ter em conta que as disputas acerca da normatização alcançam dois níveis: o interno, que se verifica no interior de cada país, e o externo, que extrapola as fronteiras, travestindo-se em disputas transatlânticas acerca da questão. A Portugal, parecia sempre natural que uma padronização da norma escrita incluísse ou se estendesse ao Brasil. Mas a recíproca nem sempre é verdadeira...

Apesar de a grande contenda entre Portugal e Brasil acerca de um acordo linguístico se dar em torno da proposta ortográfica de 1911, desde a segunda metade do século XIX já

redação. Não mais avançaremos nesse aspecto, mantendo-nos circunscritos ao nosso recorte. Para mais detalhes ver Sodré, 1966.

se notavam incongruências nas pretensões que norteavam os discursos sobre a normatização. Enquanto Portugal estava às voltas de um debate público em que a regulamentação da ortografia se vinculava sobretudo com escolarização e instabilidade política, o Brasil não podia se descolar da independência recém alcançada, buscando então uma nova camada de emancipação, a cultural, na qual a autonomia linguística era representativa.

Em uma das suas muitas divagações acerca da língua e com seu tradicional estilo combativo, António Feliciano de Castilho vem a público em um breve artigo de um parágrafo reivindicar justamente que se defenda a língua portuguesa de desacatos. Ressaltando o fato de ser “nossa” (dos portugueses), afirma: “devemos amal-a, servil-a, defendel-a de desacatos, restituil-a ao seu throno, alteando-lh’o, e redoirando-lh’o, e n’elle mantel-a senhoril, como as mais soberbas, em vez de se andar á esmola, pintalgada de farrapos estrangeiros, e caindo de debilidade” (*Archivo Pittoresco*, 1860, vol. III, n. 14, p. 112). Sem descuidarmos de que seu objetivo nesta nota era chamar atenção da imprensa, nos salta aos olhos, todavia, alguns argumentos que nos remetem às polêmicas entre portugueses e brasileiros acerca da normatização da língua³⁷, dado que o português falado no Brasil já foi “acusado” de se constituir como dialeto e de debilitar a norma. Sobre esse possível desentendimento, analisa Eduardo Lourenço: “O discurso português sobre o Brasil, tal como uma longa tradição retórica e historiográfica recita e reescreve sem cessar, é uma pura *alucinação* nossa, que o Brasil – pelo menos desde há um século – nem ouve nem entende” (Lourenço, 1999, p. 137). Olhar detidamente para as disputas internas acerca da normatização da língua no Brasil pode nos ajudar a compreender o sentido de sua afirmação.

Ao que tudo indica, a primeira publicação relativa às questões das especificidades da língua portuguesa do Brasil foi escrita entre 1854-55, embora tenha vindo a público apenas um século depois. Trata-se da *Introdução ao Atlas Etnográfico do Globo* de Adrien Balbi, escrita por Pedra Branca. O autor aponta ali elementos que acabarão por ser as bases para esse debate nas décadas seguintes, a saber, os traços fonéticos, relativos à sonoridade da língua no Brasil, e léxicos de origem indígena ou indefinida. José Bonifácio também dá a sua contribuição na mesma época, reivindicando autonomia na criação de neologismos “cultos”, sobretudo na escrita poética, sua preocupação essencial. Os contornos da polêmica começam a se delimitar mais explicitamente em meados do XIX, com Fracisco

³⁷ Para uma análise linguística acerca da normatização, Cf. Leite, 1996 e Pfeiffer, 2001.

Adolfo Varnhagen (1816-1878)³⁸. O intelectual brasileiro de origem austríaca e lusa defende uma unidade na língua escrita, mas a manutenção da especificidade na língua falada que, segundo ele, seria fruto do *acastelhanamento* do português – essa perspectiva será criticada por Silvio Romero no final do século³⁹. A mesma ideia foi defendida por Paranhos da Silva.

João Francisco Lisboa (1821 – 1863)⁴⁰ é outra figura que defende ideias semelhantes a Varnhagen, também na década de 1850, todavia desvinculando do sentimento nacionalista e, ainda, vinculando o português à ideia de civilização. A noção que defende assenta uma perspectiva de que a adoção das normas gramaticais europeias não fere a autonomia nacional.

A linguista Edite Pinto atribui ao poeta romântico Gonçalves Dias (1823 – 1864) a “fixação dos padrões literários brasileiros em termos de língua” (1978, p. XX), o que significa ter em conta a norma gramatical baseada nos padrões clássicos advindos da Europa, todavia incrementando-a com os elementos particularmente brasileiros, relativos à fala popular, associada por ele ao tupi. Demarca-se, assim, o binômio “fala popular/ língua escrita literária”, e passa a ser colocada em cima da mesa a questão relativa à legitimidade ou não de uma língua brasileira.

A designação da língua do Brasil, incerta como a sua vigência, oscilava entre *dialeto brasileiro* (Alencar, Macedo Soares, Araripe, Romero), *luso-brasileiro* (Macedo Soares, Batista Caetano, Paranhos da Silva), *luso-americano* (Romero), *neoportuguês* (Araripe), *brasileiro* (Macedo), enfim, o ‘nosso idioma’, língua em formação, para a maioria, mas já suficientemente diferenciada da de Portugal, pela maior riqueza léxica, por peculiaridade fonológicas e sintáticas - estas, conforme a concepção da época, evidentes na colocação pronominal, questão que começa a agitar-se com Batista Caetano, em reação às regras propostas por Artur Barreiros para disciplinar a matéria, na *Revista Brasileira* de 1º de julho de 1880 (*Idem*, p. XXXII).

³⁸ Filho de uma portuguesa e de um engenheiro alemão que foi ao Brasil a convite da Coroa para a construção da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, nasceu na região de Sorocaba. Seu primeiro trabalho de história foi “notícia do Brasil” (escrito entre 1835 e 38), tendo sido sócio-correspondente tanto da Real Academia de Ciências de Lisboa (1838) quanto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840). Era também colaborador de periódicos editados em Portugal, como o célebre *Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*, o que provavelmente se deve à sua relação com Alexandre Herculano, dado terem sido discípulos no Colégio.

³⁹ Cf. Silvio Romero (1888), “Estudos sobre a poesia popular do Brasil”.

⁴⁰ Conhecido simplesmente como Francisco Lisboa, era patrono da cadeira 18 da Academia Brasileira de Letras. Editou o “Jornal de Timon” (1852-58), cujos dois últimos números foram elaborados e editados em Portugal. Colaborou também para a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, e aparece como correspondente no vol. XVIII da revista do IHGB.

Edite Pinto aponta, ainda, o fato da discussão acerca da legitimidade ou não do termo ‘dialeto’ não se sustentar em bases teóricas, não havendo sequer unanimidade acerca do sentido da palavra. É assim que, para alguns autores, não se filia a uma conotação pejorativa, enquanto Paranhos da Silva (1803 – 1859) repele a designação por considerá-la “forma não aperfeiçoada da língua” (*Idem*, p. XXXIII). Independentemente dessa divergência, “a língua do Brasil era considerada *superior à de Portugal*, quer pelos românticos, quer pelos seus sucessores. Isso autorizava, ao mesmo tempo, a repelir a imputada pecha de incorreção, e a fundamentar a *autonomia da literatura brasileira*” (*Idem, ibidem*).

É inegável que, juntamente às inquietações acerca da nacionalidade do país recentemente emancipado, estava em causa língua nacional. A própria significação da palavra ‘brasileiro’ esteve no epicentro do debate, pacificando-se quando se desloca do âmbito político para o da abstração. Esclarece Ivana Lima:

O sentido da palavra ‘brasileiro’, sujeito a tão acirradas disputas políticas ao longo do processo de emancipação e, especialmente, nos anos iniciais do período regencial, foi de certa forma pacificado pelo movimento romântico no Brasil. Não que houvesse absoluta concordância sobre o que significaria ser brasileiro, mas porque as tensões sociais e regionais do período anterior passaram por certa domesticação. (...) Quando a palavra foi deslocada para a questão nacional, saindo do tenso foro político – uma vez que este havia sido ampliado pelas revoltas, insurreições, motins e tentativas de certos grupos sociais de se firmarem como cidadãos –, ela tornou-se mais abstrata (Lima, 2001, p. 24).

Ao mapear o sentido da expressão *brasileiro*, Lima percebe que a esta passa por alterações, vinculando-se, a partir da década de 1850, à imagem de nação. Tratava-se, apesar da exclusão que se verificava na concentração da propriedade acentuada pela Lei de Terras de 1850, de um Estado que “atuaria de modo mais eficaz e duradouro, na medida em que procuraria construir um consenso em torno da suposta unidade moral, cultural, histórica da nação. A literatura e a língua ajudariam a construir essa unidade” (*Idem*, p. 138).

A construção do Estado moderno passava pela neutralização dos localismos, de modo a se constituírem representações nacionais. No Brasil, começava a circular a ideia de uma ‘língua brasileira’, conforme se verifica no artigo de Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820 – 1891), publicado na revista *Guanabara* em 1855, em que o escritor e historiador, a partir da defesa da existência de uma “literatura brasileira” advinda da

“influencia do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da physionomia de nossos vegetaes, dos aspecto da natureza do nosso paiz, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dissimilhante de Portugal” (Silva, 1855, p. 99), deriva também a existência de uma língua brasileira. Para tanto, vale-se do argumento de alguns autores, inclusive portugueses – Roquete e José Silvestre Ribeiro –, que coroa com a defesa feita pelo Visconde de Cayru, que descreve nestes termos:

Como fica demonstrado por mim, com a ajuda de tanta gente boa, claro é que temos uma lingua e uma lingua brasileira, e já como tal baptisada pelo nosso Sabio visconde de Cayru, quando se vio a necessidade de fazer sentir a sua distincção, por causa dos vocabulos que são peculiares à cada um dos dous povos do velho e novo mundo; acho até tanta harmonia n’essas phrases do nobre visconde de Cayrú, que as sei de cór: “A lingua portugueza tem taul e paul, e a lingua brasileira não tem Paraguaçu e tatu?” Oh excellente, excellentissimo, Sr. meu! (*Idem*, p. 102).

Mas, como construir unidade em uma sociedade cheia de disparidades e diversidades? Assim como em Portugal, também no Brasil os românticos teriam contribuído definitivamente.

Na esteira do que já sinalizamos a partir de Edite Pinto, Ivone Lima identifica uma “geração de 1825” (ano de nascimento de D. Pedro II), assim autodenominada, que teria sido responsável por contribuir para a definição de um Brasil-nação por meio da literatura, na qual inclui-se Gonçalves Dias. A partir da perspectiva de Imar Mattos, identifica a difusão de um “espírito de associação”, na intenção de construir um suposto consenso acerca da unidade cultural e histórica da nação, que se ancorava num elemento civilizador, e em que o Estado foi ajudado pelo movimento romântico. “Contudo, nem por isso foi uma operação tranquila para os românticos, notadamente Gonçalves Dias. E tampouco isenta de disputas, tendo deixado vestígios a serem recuperados” (Lima, 2001, p. 25).

Por meio da língua as regiões se uniam, livres e escravos tornavam-se membros (embora sempre diferenciados) de uma comunidade. À língua brasileira foi atribuído papel tanto de filiação como de emancipação em relação a Portugal. (...) Essa produção romântica em torno da língua manifestou-se na reflexão sobre a língua literária – através da qual se discutiu a relação com os padrões clássicos portugueses – e, também, com um movimento inicial de documentação da língua falada no Brasil, com o surgimento de dicionários e vocabulários (*Idem, ibidem*).

Magistralmente, Ivana Lima percebe que a noção de “brasileiro” tornava-se “uma qualidade em busca de substantivos: a literatura brasileira, a língua brasileira, a nação

brasileira” (*Idem*, p. 135), que tinha nas revistas seu cenário de batalha. Destaca, ainda, como os pseudônimos foram escudos de batalha comumente adotados: “Ig.” Para José de Alencar (1829 – 1877), evocando Iguaçu, utilizado em suas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (1856).

Mas o Brasil tinha seus desafios e especificidades, e o maior deles talvez seja superar as divisões internas e desigualdades, dentre as quais encontra-se erigir uma nação em meio à escravidão. Uma contenda entre o cônego Joaquim Pinheiro, um dos editores da revista *Guanabara* e o professor Francisco Nunes de Souza, foi analisada em um artigo de Lima como exemplo dessa questão. Souza, ao questionar os dados relativos à população escrava no Brasil⁴¹, indica que haveria dois negros para cada branco no país, o que representava um potencial de inferiorização da nação em função da africanização que vivia. O cônego Pinheiro, por sua vez, escreve um artigo em resposta, “procurando afastar a idéia de que ‘marchamos na retaguarda das repúblicas da jovem América’” (Lima, 2003, p. 339), no qual apresenta como elementos de unidade a religião e a língua. Assim, a língua apresentava-se como uma possibilidade de constituição da unidade, independente dessas dificuldades – mesmo que não haja uma definição muito clara do que seja tal unidade. Ivana Lima defende que: “Se, por um lado, as idéias sobre uma língua única e original são clássicas, alimentando de teorias e mitos⁴², naquele contexto específico de uma sociedade escravista que passava pelo processo de formação do Estado nacional, poderiam servir como atenuante simbólico da desigualdade” (*Idem*, p. 340).

Estendendo a língua como elemento de unidade, o Estado imperial pressupunha um projeto educativo que passasse pela difusão de uma língua nacional⁴³. Essa uniformidade,

⁴¹ De fato, eram informações problemáticas, vide análise de Mary Karash sobre os censos de 1834 e 1838, no que diz respeito ao número de escravos. Karash (1987), *Slave Life in Rio de Janeiro*. Princeton: Princeton University Press, pp. 63-64.

⁴² Ver, por exemplo, Michel de Certeau et al. *Une politique de la langue*, Paris, Gallimard, 1975, especialmente pp. 82-98.

⁴³ Na prática, contudo, o ensino da Língua Portuguesa no Brasil passou, de certa forma, ao largo dos debates acerca de uma língua brasileira – ao menos quando se considera para além da alfabetização. Houve, sim, uma gradativa incorporação do ensino da norma, balizada pela Reforma educacional de Couto Ferraz em 1854, a partir de quando os autores estrangeiros passam a ser gradativamente substituídos pelos nacionais. A ortografia torna-se objeto de estudo no Colégio Pedro II, principal baliza curricular do país no período, o qual chega a adotar, em 1856, a gramática do professor cearense Cyrillo Dilermando da Silveira. Contudo, seguimos Magda Soares (2002), que aponta para o fato de o ensino do português não ter acompanhado os debates. A partir de Houaiss, a autora postula, citando-o:

Um traço equívoco da política linguística adotada no Brasil e em Portugal durante um grande lapso de tempo (de 1820 [digamos] a 1920 [digamos]) foi um ensino da língua que postulava uma modalidade única do português – com uma gramática única e uma “luta” acirrada contra as variações até de pronúncia (Houaiss, 1985, p. 25-6 *apud* Soares, 2002, p. 162).

contudo, pressupunha lidar com as diferentes línguas indígenas e africanas presentes no território.

Estava em causa a reivindicação de uma língua própria, ressaltada pelo romantismo. Uma das estratégias de afirmação da língua nacional passava por legitimar o termo “língua brasileira”, que não é sinônimo da língua utilizada pelos indígenas. Todavia, Lima ressalta também que o recurso ao termo não é consensual. Nesse sentido, identifica-se uma tensão entre a língua falada e a língua escrita, na medida em que o movimento romântico buscava assentar uma literatura nacional. Essas tensões, incorporadas pelo Romantismo, revelam a ambiguidade na relação que o romantismo desenvolveu com a oralidade. Segundo analisa, “de um lado, visitou-a [oralidade] como prova dos rumos diferenciados do português no Brasil. De outro, nunca tomou essa visita como devendo absorver indistintamente e em estado bruto o que era encontrado” (Lima, 2001, p. 148). Sobre esse aspecto, toma como base a elaboração de Edith Pinto, que propõe a distinção entre os “dialecionistas” e os “separatistas”, ao que destacamos a seguinte reflexão: “Em estado bruto, a oralidade traria a presença de uma realidade caótica demais que, em contrapartida, poderia ser ordenada por uma apropriação seletiva da literatura” (*Idem*, p. 157). Isso pode ser identificado nas marcas de oralidade que passam a ser, proposital e controladamente, inseridas na literatura – com toda a cautela de utilizar apenas o que é considerado digno de ser incorporado.

A busca do elemento identitário centrou-se muito no indigenismo – a ponto de se criar uma etimologia “tupi” radical incorporada na literatura, criticada por alguns coetâneos justamente por distanciar-se da massa, que não compreendia os vocábulos. Lima cita o exemplo de Antonio Joaquim Macedo Soares⁴⁴, que critica: “Puseram em modo o dicionário dos dialetos indígenas, e, em vez de apoderarem-se das idéias, estudaram primeiro os vocábulos que deviam exprimi-las. Nasceu daí uma poesia que o povo não entendia, nem era possível entender, tão bárbara e alheia a seus ouvidos, tão estrangeira como se fosse escrita em chinês ou sânscrito: **e quando o povo não entende, a poesia não é nacional**” (Soares *apud* Lima, 2003, p. 342, grifo nosso).

As construções sobre a nação no Brasil perpassaram, assim, pela definição de um “nós” em contraposição com um “eles”, que entrecruza tanto as questões relativas à mestiçagem brasileira e às diversas línguas ali faladas, pelos povos originários ou pelos ali chegados, quanto pelas inquietações acerca da herança europeia da língua, que representava a civilidade porém carecia de identidade. A relação com incorporação das

⁴⁴ Articulador do projeto de um *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888-1889).

particularidades da oralidade, sobretudo advindas do indigenismo, era ambígua. Ao mesmo tempo que representava o distanciamento de Portugal e a proclamação da autonomia, não deveria ser indistintamente incorporada, sob pena de se perder a trilha da civilização. José de Alencar defendia que cabia aos poetas purificar a língua vulgar; assumir uma brasilidade e distanciar-se da língua puramente europeia, sem abandonar a herança civilizatória.

Os embates acerca de um elemento definidor da língua não permaneceram apenas nos debates internos, alcançando contendas entre intelectuais Portugueses e Brasileiros. Citamos aqui a crítica de Manuel Pacheco Silva Junior⁴⁵ (1842-1899) à “Coleção de Estudos e Documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sônico” (1878) do Dr. Barbosa Leão (1818-1888), publicada um ano depois de Junior ser aprovado para a cátedra de Português e Literatura Geral do Colégio Pedro II, no primeiro número de 1879 da *Revista Brasileira*, da qual era colaborador regular. Verifica-se, na verdade, uma polêmica travada entre Pacheco Silva Júnior e Barbosa Leão, tendo ainda a participação do conselheiro Baurepaire-Rohan, e os próprios editores, Balduino Coelho, C. Rosa, F. Tavora, M. Sampaio e N. Midosi⁴⁶, cuja réplica de Pacheco pode ser conferida na edição n. 79 de 20 de março de 1880 da *Gazeta de Notícias*. Polêmicas à parte, vale salientar que Pacheco Junior é celebrado como competente lexicólogo, integrante da “plêiade, pouco numerosa, mas brilhante, de investigadores da lingua e da litteratura pátria (...)” (*Revista Brasileira*, 1880, Tomo IV, p. 271). Professor do Ensino Secundário, encaixa-se na tendência apontada por J. Mattoso Câmara: “Fora do âmbito escolar, os filólogos, em essência professores secundários especializados no estudo da linguagem, cultivavam de preferência os problemas de disciplina gramatical e a filologia dos textos clássicos” ([1120.pdf \(bibliopolis.info\)](#), p. 318)⁴⁷.

A pretexto de rebater a publicação de Barbosa Leão, Pacheco Júnior, como era conhecido, analisa os sistemas fonético (sônico) e etimológico, apresentando as características de cada um⁴⁸ e assumindo a defesa do segundo.

⁴⁵ Assina como Pacheco Junior. Para informações aprofundadas acerca do autor e suas produções ver Rocha, 2007.

⁴⁶ Cf. também *Gazeta de Notícias*, 1880, n. 68 e n. 79 e 1881, n. 24; *Revista Brasileira*, 1880, tomo III.

⁴⁷ Artigo publicado pelo Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português.

⁴⁸ Ao identificar “homens iminentes” que adotam cada um deles, apresenta António de Castilho como um dos partidários do sistema fonético, sem se delongar na sua contribuição. Destacamos aqui apenas por se tratar de uma figura de relevo neste trabalho, estando em causa sua publicação não de uma gramática, mas de um método de ensino de leitura e escrita valendo-se desse sistema.

Logo de princípio aponta o que considera um grave defeito no sistema fonético, a saber, a diferença de som e acentuação tanto entre Brasil e Portugal quanto entre províncias:

A ortografia phonetica tem em nosso conceito um inconveniente grave, capaz por si só de condemnal-a, tal é a diferença do som e da accentuação das palavras não só entre Portugal e Brazil, mas de provincia para provincia. Longe da necessaria e pretendida uniformidade, a phonographia produziria um cahos terrivel, e, contra o seu desiderando, mais intervallaria as línguas”, e vale-se de Ch. Nodier para defender que “quando cada um escrever a sua propria pronuncia, ‘já não haverá mais lingua”” (Silva Junior, 1879, p. 490).

Tal consideração indica que também o autor pressupunha a língua como elemento de unidade entre os dois lados do Atlântico, destacando a importância da norma para mantê-la. Defende, então, a ortografia etimológica, dado que apenas ela seria capaz de fixar a ortografia e manter a gênese da língua a partir das origens históricas, ou seja,

conservar ‘os pergaminhos nobiliários da honrada estirpe’. (...) As letras que não soam na pronuncia não são tão inúteis como acreditam os partidários da orthographia fonética. Ellas nos conduzem á verdadeira origem da palavra; servem para attestar uma phase, uma evolução da lingua; indicar a camada a que pertence o vocabulo (*Idem*, p. 496)

Para além da análise técnica que o autor faz da evolução linguística e de sua fixação enquanto regra, há dois aspectos que nos chamam especialmente atenção no artigo de Pacheco Junior:

- 1 - o fato de não tomar como absoluta a etimologia, incorporando o elemento popular na historicidade da língua e, talvez justamente por isso,
- 2 - a reivindicação de se reconhecer e de se incorporar nas normas linguísticas do português a influência indígena.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, o autor coloca questões que, ao seu ver, escapam aos partidários tanto do sistema fonético quanto do etimológico. Visando suprir essa lacuna, dá conta da necessidade de considerar que a língua é composta por dois elementos: o popular, com palavras de geração espontânea e vocábulos muito diversos; e o erudito, de criação artificial, cuja fórmula se conserva. Dado que o elemento popular estava presente desde o latim, seria também ele etimológico, fazendo parte da constituição

histórica da língua e do seu desenvolvimento⁴⁹. Em sua defesa do método etimológico cita Latino Coelho, que afirmava que sem a etimologia tornar-se-iam impossíveis “todos os confrontos philologicos, donde se interferem tantas e tão fecundas conclusões acerca da historia da humanidade” (*Ibidem*, p. 499). Contudo, extrapola o escritor português, reiterando a defesa dos dois elementos que considera serem constitutivos da língua. Assim, em suas palavras, que seja soberana a ortografia etimológica, “mas, conservando o respeito aos pergaminhos nobiliários, **respeitemos também a soberania popular**” (*Ibidem*, p. 499, grifo nosso).

Para além de problematizar os sistemas que deveriam nortear a padronização da língua portuguesa escrita, preocupa-se com o alinhamento do método de ensino de leitura e escrita ao sistema normativo, dedicando-se brevemente à questão. Assim, opõe-se à Castilho e concorda com João de Deus em suas críticas ao “nosso” sistema de ensino da língua, destacando também a necessidade de que o método de ensino seja estimulante, de modo a não trazer “aborrimento” às crianças. De forma a dar um modelo exemplar, menciona o método do Sr. Caldeira:

a instrução deve estar de acordo com a natureza das crianças a fim de que em breve se não vejam salteadas de repugnância pelo estudo; e não há negar, o método comum de ensinar o *a b c* é sério impedimento ao progresso dos meninos, pois torna o estudo aborrido [sic], repulsivo...

É preciso muito critério na escolha das letras, pois cumpre atender a que da sua combinação se formem palavras simples, familiares aos meninos. Em uma palavra, estes devem poder empregar cada letra ou combinação de letras apenas a aprenderem. É este o método mais filosófico, mais racional e mais acoroçador [sic] dos esforços infantis: é este o método adotado pelo Sr. Caldeira... (Silva Junior, op. cit., p. 498).

Nesse aspecto também é possível identificar a percepção do autor sobre a existência de uma unidade linguística. Fala em “nosso” sistema ao mencionar João de Deus, ao passo

⁴⁹ Como grande parte dos linguistas do século XIX, sua produção é influenciada pelo positivismo, sendo partidário do método histórico-comparatista na análise linguística. Seu entendimento aprofundado sobre o que seja a etimologia a partir dessa premissa está explícito em seus livros, como no *Dicionário manual etimológico da língua portuguesa* (1890). Entretanto, já pode ser reconhecida nesse breve artigo publicado na *Revista Brasileira*. Um trecho do texto é bem elucidativo nesse sentido. Remetendo-se à Real Academia das Ciências de Lisboa, Pacheco Silva Jr. profere: “Si essa corporação de sabios quisesse ouvir-nos, nós lhe diríamos: - Conservae a etymologia, fazei novos estudos comparativos. (...) É força que um dicionario escripto por homens tão eminentes, como devem ser os membros da Academia Real de Sciencias de Lisboa, precise a origem do vocábulo, a data da sua entrada na lingua, as modificações por que passou, i. é. [sic] as formas intermediarias no latim vulgar e no portuguez antigo, e compare-o com as fórmãs de outras linguas romanas, sempre que se tratar de verificar hypotheses”. (Silva Jr, 1879, tomo I, p. 501)

que usa como exemplo o método do professor brasileiro. Na definição de *como* ensinar, não segmenta o que seria um método adequado ao ensino do português, pensando de forma indistinta o ensino da língua em Portugal e no Brasil. Pensa simplesmente em um método adequado, tomando em conta os preceitos enunciados relativamente à norma.

Esse entendimento nos leva ao segundo ponto que destacamos no artigo de Pacheco Junior: a necessidade de se reconhecerem e de se incorporarem elementos brasileiros ao processo de normatização – tanto no que diz respeito aos atores responsáveis pela sua elaboração, quanto às especificidades linguísticas, nomeadamente a influência indígena. Daí decorre seu estranhamento, quiçá melindre, de nenhum brasileiro ter sido convidado para compor a comissão que iria escrever o dicionário da Academia Real de Ciências de Lisboa, sob coordenação de Latino Coelho.

Por um lado, reitera a confiança na competência dos envolvidos na escrita (destacando o apreço por Latino Coelho, diretor da publicação⁵⁰), por outro lamenta que só estivessem portugueses na empreitada, deixando claro que há vozes competentes no Brasil:

(...) sentimos que para esse trabalho não fossem também convidados brasileiros que, certo, seriam preciosos auxiliares nessa empresa. Referimo-nos ao Dr. Ramiz Galvão, cuja competência ninguém ousará contestar; ao Sr. Braz Caldeira, que com aturamento invejável se ha dedicado a estes estudos; e ao Dr. Baptista Caetano, que, no tocante às derivações indígenas, muito se eleva a todos os que sobre este assumpto hão escripto”. (Silva Junior, op. cit., p. 500).

Ao que nos parece, Pacheco Junior não considerava legítima uma norma da língua portuguesa que não levasse em conta as especificidades da língua no Brasil. Ao indicar nomes que teriam a contribuir para a elaboração do dicionário, menciona o Dr. Baptista Caetano como especialista nas derivações indígenas, indicando sua preocupação com a incorporação desses vocábulos e retomando a problemática aventada pelo romantismo brasileiro. O próprio Pacheco é autor de um dicionário etimológico “incluindo nossos termos indígenas” (*Idem*, p. 501), segundo declara, reiterando a validação dessa matriz, agora incorporada à língua portuguesa. Apesar de não colocar esse debate em causa de forma muito enfática, deixa claro em seu artigo que a normatização da língua deve seguir o sistema etimológico o qual, ao seu ver, pressupõe ter em conta o processo histórico de desenvolvimento da língua não só em seu aspecto erudito, mas também popular. Desse modo, parece-lhe óbvio que, se Portugal e Brasil partilham a mesma língua, deveriam partilhar a mesma norma, no caso representada pelo dicionário da Academia Real das

⁵⁰ Cf. Rocha (2007), que explicita o diálogo entre Pacheco Junior e diversos intelectuais portugueses, como Adolfo Coelho, João de Barros e Teófilo Braga.

Ciências, o qual deveria ter em conta esse processo vivo de constituição da língua que, a esta altura, já havia incorporado popularmente os vocábulos indígenas.

O mesmo autor publica, em 1880, um texto em que se propõe a contrapor um literato português que teria escrito “que a língua falada no Brasil era um dialecto portuguez” (*Revista Brasileira*, 1880, tomo V, p. 487) e àqueles que seguiram sua perspectiva, no qual retoma também a polêmica entre José Feliciano de Castilho (1810 – 1879)⁵¹ e José de Alencar, tomando as dores do poeta brasileiro. A contenda havia se desenrolado em 1871 quando Castilho, sob o pseudônimo de Cincinato, escreveu cartas em que tomava Alencar como adversário, criticando também seus romances. Passando por aspectos políticos, as cartas, contudo, não deixavam de criticar a produção literária, sobretudo no que diz respeito à utilização da língua. Na ocasião da tradução do romance para o inglês, afirmou: “Lá vão verter a Iracema/ em grego, e latim, e inglês/ Se eu fosse o autor do poema/ Vertia-o em português” (Castilho *apud* Carneiro, 2020, p. 85).

O argumento de Pacheco da Silva Jr. refuta a ideia de que a língua falada no Brasil seria um dialeto da proferida em Portugal, afirmando que a divergência mais significativa entre ambas seria a pronúncia, o que não é elemento para reduzi-la a dialeto. Como exemplo, cita os casos de Trás-os-montes ou do Algarve, cuja pronúncia diferente de Lisboa ou Porto não transformam esses falares em dialeto.

A partir do seu entendimento sobre o que seja dialeto, o que teria uma conotação pejorativa e valoração menor do que uma língua, reforça a negação de que a língua brasileira seria um dialeto português:

linguas faladas por uma nação, mas que por qualquer circumstancia histórica, preponderancia litteraria ou politica, ficam subordinadas a uma delas, que se torna lingua nacional, absorvendo então as outras, - ainda menos se póde aceitar a denominação de dialecto portuguez á lingua falada por nós (Silva jr, op. cit., p. 488).

O autor dedica-se, ainda, ao que chama de *brasileirismo*, que de maneira geral seriam os sentidos diversos que os brasileiros damos às mesmas palavras. É nesse ínterim que retoma a polêmica Castilho-Alencar a qual, sob sua perspectiva, residiria no incômodo que Castilho teria sentido em relação à linguagem utilizada por Alencar, marcada pelos ditos brasileiros, ou pela liberdade e autonomia da língua no Brasil. Sua confrontação à essa ideia pauta-se numa breve e descompromissada etimologia da língua, que explicaria a

⁵¹ Irmão de António Feliciano de Castilho.

modificação das línguas ao longo do tempo. Nesse sentido, equipara o português do Brasil ao europeu, uma vez que, tanto em um caso quanto em outro, verificar-se-iam modificações na linguagem. Assim, proclama a defesa da liberdade da língua no Brasil, em sua dinâmica em relação à sociedade, redimindo Alencar:

O facto de contar o nosso vocabulário milhares de termos, uns inteiramente desconhecidos em Portugal, outros sem curso legal por terem substituto de diversa origem já introduzido no falar commum (e é força não esquecer os synonymos de radical diverso), será também motivo para espanto ou censura dos philologos *d'aquem e d'além mar*? Certamente que não, pois não ha quem desconheça as duas forças que tanto concorrem para o desenvolvimento das linguas, as quaes passam por várias phases evolutivas, transformam-se constantemente com as novas camadas sociaes. E o nosso repositorio de vocabulos mais se enriqueceu com o elemento africano que o portuguez (*moxinga, calunga, caxeringuengue* ou *kesseringuengue...*), mais com o commercio e trato com as republicas visinhas (*rincão, banhado, ponche...*), e muitissimo com o elemento indígena: - *acanguape, boré, maracá, mundéo, tangapema, zarabatana, caipora*, etc, alem de um sem conto de nomes locais e dos que foram introduzidos na flora e na fauna (*Idem*, p. 492).

E, para colocar um ponto final na polêmica assumindo a defesa do escritor brasileiro, declara: “Este brazileirismo com que tanto quigilou o Conselheiro Castilho na sua critica – algum tanto parcial – aos romances do nosso Alencar, representa um facto commum nas linguas, - o rebaixamento ou elevação do sentido dos vocabulos” (*Idem*).

Acerca da intrínseca relação entre as línguas e a constituição da identidade nacional, analisa Eduardo Lourenço:

Não pode-se dizer de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exacto. É ela que o inventa. A língua portuguesa é menos a língua que os Portugueses falam do que a voz que *fala* os Portugueses (Lourenço, 1999, p. 121, grifo do autor).

Assim, demarca-se uma intencionalidade relacionada à língua, no sentido de expressar a pátria sem, contudo, se identificar uma política cultural de consolidação da língua nas antigas colônias. Na visão do autor, o falar português no Brasil ou em Angola é mais expressão de um acaso ou mera relação de causa-consequência. E, ainda, desmistifica a noção de propriedade da língua pelos Portugueses, proclamando que uma língua não é propriedade de um povo, por não ser objeto, “cada falante é seu guardião” (*Idem*, p. 124) e, portanto, sujeito da língua. Como sujeitos da língua, a modelam à sua maneira, recriando-a. “Nenhum exemplo é mais relevante que o do Brasil. É um continente escrito em

português, mas um *português-outro*, adoçado pela brisa dos trópicos, a música africana, o contributo de todos os que o destino aí levou ao longo dos últimos dois séculos”. (*Ibidem*, p. 132)

Povos que falam a mesma língua, mas não da mesma maneira. Parece ter sido esta a grande problemática a que se dedicou Pacheco Silva Júnior e que mobilizou humores de um e de outro lado do Atlântico. Se, por um lado, o professor de literatura do Colégio Pedro II criticava a proposta fônica de António Feliciano de Castilho, por outro poderíamos pensar que até se aproximava dele ao clamar pela incorporação da oralidade na normatização. Todavia, mantinha-se a oposição porque a questão, efetivamente, era mais cultural do que linguística – também por isso arriscamos flertar com esse debate. A oralidade reivindicada por Pacheco Silva Júnior não era a mesma defendida por Castilho. Uma pressupunha indigenismos, outra os refutava.

Hoje temos ciência de que se trata de uma problemática cultural, e não gramatical, mesmo que muitas vezes tivesse sido reduzida ao último quesito. Tal perspectiva, contudo, não era ainda um problema que inquietava em demasia a intelectualidade do século XIX, simplesmente porque não era ainda consenso a normatização linguística em Portugal. A imprensa mesma é um bom exemplo disso, onde podemos encontrar as mesmas palavras grafadas de formas distintas inclusive num mesmo artigo. Era mais harmonicamente que assumia a língua como unidade quase natural.

É importante clarificar que Eduardo Lourenço analisa a problemática com o olhar de quem está temporalmente mais próximo de nós, de um momento em que muito já se discutiu a esse respeito. Os “nossos” intelectuais de meados do século XIX estavam ainda elaborando os sentidos e significados acerca da língua, não tinham clareza sobre essas nuances percebidas por Lourenço, e talvez partilhassem uma visão mais ingênua acerca das possibilidades de unidade linguística entre Portugal e Brasil, uma unidade cultural que extrapolasse a independência política. Sobre o século XIX, em que o Brasil não estaria assim tanto afastado de Portugal, analisa Eduardo Lourenço:

Apesar da vontade, mais do que legítima, de reforço da sua identidade cultural, da invenção de mitos nativistas, o Brasil intelectual do século XIX é ainda *muito português* e, num certo sentido, nunca o foi mais, pois antes a questão das relações culturais em termos de ‘exterioridade’ mal se punha, nem havia razão para que se pusesse. (...) Toda a gente sabe como os Pinheiro Chagas, os Castilhos, os Ortigão, os Eça ou outros menores são então autores entre Portugal e Brasil. (Lourenço, *op. cit.*, p. 139-140)

É ainda Eduardo Lourenço que nos ajuda na desmistificação da tão recorrente expressão “lusobrasileiro”, tomando de empréstimo as suas reflexões como auxiliares para explicarmos o porquê de contestarmos seu universalismo. Lourenço chama de hipócrita e imaginária a teia que permeia o rótulo *relações culturais entre Portugal e Brasil*, e considera que “A comunidade lusobrasileira é um mito inventado unicamente pelos Portugueses” (*Ibidem*, p. 158). Concordamos com o autor e, se olharmos mais de perto as principais intencões dessa empreitada⁵², faz-se sensata sua afirmação que, de princípio, pode soar um bocado drástica. Mesmo que tenha encontrado eco nos trópicos, foi em vozes isoladas, geralmente criticadas por seus pares.

É curioso como justamente um elemento enleado em tanta polêmica foi sempre requerido como pretexto para a efetivação de uma fracassada irmandade, a “lusobrasileira”, assentada em uma unidade não tão sólida quanto se enunciava, a linguística. E, de alguma maneira, parece que a intelectualidade portuguesa se manteve fiel ao ideal de unidade, talvez ecoando ainda as ideias do ilustrado Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), que imaginava um todo indivisível, uma comunidade pautada num passado e língua comuns, que apelava a que “o português, nascido nas quatro partes do mundo” se julgasse “somente português”, não se lembrando “senão da glória e grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer” (Coutinho *apud* Neves & Ferreira, 2002, p. 30).

Como parte desse intercâmbio cultural nota-se um espírito de recíproca aversão escamoteado por iniciativas de intercâmbio cultural. Lúcia Neves e Tania Ferreira (2002) apresentam uma série de documentos onde pode-se verificar as hostilidades entre Portugueses e Brasileiros. É nesse ínterim que teria surgido o arroubo de nacionalidade em oposição à Portugal, como anunciado pelo deputado Carneiro de Campos em sessão da Assembleia Constituinte de 19 de junho de 1823: o termo brasileiro ganhava nova conotação, para além de local de nascimento, “qualidade na esfera política”, conforme já apresentamos há pouco (Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil *apud* Neves & Ferreira, 2002, p. 32). Nesse termo podemos localizar a determinação da nacionalidade em que não cabia a herança portuguesa. A necessidade de forjar uma nacionalidade urgia após a abdicação de D. Pedro I, e simbolicamente pode ser interpretada como a superação de um obstáculo ao encontro de referências nacionais que não recaíssem sobre a herança portuguesa. O retorno do monarca emprestado da terra lusa ao seu país de origem abria caminho para a construção de uma nova sensibilidade ancorada

⁵² Veja-se as já mencionadas revistas “lusobrasileiras”.

na terra (a natureza tropical) e nas gentes (os indígenas). Assim como o Romantismo em Portugal encetou uma busca consciente pelo “ser português”, encontrando-o nas tradições genuínas, no Brasil são também os escritores românticos que delimitam a originalidade brasileira, fora da tradição portuguesa, como se verifica no indigenismo de Gonçalves Dias e José de Alencar. Ânimos exaltados reclamando a afirmação de uma identidade em que não cabiam os portugueses são comuns, como a defendida em uma publicação intitulada *A cartilha do povo*⁵³, publicada em 1849:

Um dos vícios da nossa organização politica, e talvez o mais fertil em consequencias desastrosas para a nossa actual existencia como corpo politico, porque é a decepção mais completa da nossa independencia, consiste na igualdade de direitos politicos de que ficarão gozando os Portuguezes pela nossa Constituição (Franklin, 1849, p. 7-8).

Entre as páginas 28 e 30 da publicação, de modo a dar legitimidade à sua indignação, o editor faz uma lista nominal de portugueses que ocupavam cargos públicos na altura.

Isso não significa, contudo, uma total ruptura no intercâmbio intelectual, apenas revela sua ambiguidade. Aliás, como já mencionamos, a maioria dos escritores brasileiros seguia sensível à notoriedade dos escritores portugueses, inclusive buscando aprovação do outro lado do Atlântico, bem como escritores portugueses iam ao Brasil – ou, mesmo sem uma visita em pessoa, ali publicavam suas obras - em busca de oportunidades e prestígio. Era comum, também, a reprodução de colunas de jornais portugueses em jornais brasileiros, bem como a circulação de periódicos portugueses por meio de assinaturas regulares. O jornal *Pedro II*, publicado no Ceará entre 1840 e 1889, reproduziu diversos artigos de periódicos portugueses, nomeadamente daqueles que se autoproclamam “luso-brasileiros” - são recorrentes as reproduções advindas da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, bem como da *Ilustração Luso-brasileira*. O *Correio Paulistano*, longo diário editado em São Paulo entre 1854 e 1942, era sede para assinaturas dos periódicos editados em Portugal (*Gazeta de Portugal*, *Conimbrence*, *Tribuna Popular*, *Archivo Pittoresco* e *Revista Contemporânea*).

⁵³ Dividida em duas partes, sendo a primeira a reprodução anotada do texto *Os Brasileiros do paragrafo quarto*, publicado na *Barca de S. Pedro* em 1842 como um dos capítulos do título *Colonização que convem ao Brasil*. É desta parte a citação que segue. A segunda parte da “cartilha” é a reprodução anotada do texto *Estudos históricos*, também publicação na *Barca de S. Pedro*, mas em 1847.

Neves e Ferreira julgam que “essa curiosa oscilação entre a imitação e a rejeição era justificada, uma vez que a tradição e a cultura portuguesas encontravam-se ainda profundamente enraizadas nas instituições e no cotidiano do Brasil” (Neves & Ferreira, 2002, p. 34). O que se verificava era uma sobreposição de influências outras à lusitana. Sendo esse um momento de transição nas relações entre Portugal e Brasil, convivem lado a lado o intercâmbio intelectual entre os dois países (se bem que com mais entusiasmo do lado luso) e a negação das heranças portuguesas, que remetiam a um passado colonial entendido como retrógrado, percepção essa que vem a ser reforçada pela onda migratória portuguesa, crescente a partir de 1850, uma vez que o maior contingente era de indivíduos de esfera social baixa, sem instrução e longe do modelo de civilidade imaginado pela elite intelectual brasileira.

Não desprezamos o fato de que o binômio Portugal-Brasil é insistente, sendo pressuposto, por exemplo, nas revistas publicadas pelos intelectuais portugueses de tal ciclo, ou sendo retomado em diversas iniciativas ao longo do século XX. Contudo, diante da reflexão que aqui expomos, parece escamotear os conflitos subjacentes à essa relação e fechar os olhos perante uma realidade um pouco menos idealizada: de que talvez o filho preferisse seguir seu caminho sem o pai – tomando de empréstimo a visão psicológica adotada por Eduardo Lourenço. De uma forma ou de outra, as relações culturais entre Portugal e Brasil durante o Império não podem ser vistas numa via de mão única. Não podendo ser entendidas como essencialmente harmônicas, tampouco estritamente conflitivas, carregam em si a complexidade de um processo histórico em que a ambiguidade é o elemento do qual não se pode prescindir e, portanto, não poderia ser traduzido nem pela harmonia, nem pela horizontalidade, intrínsecas ao termo “lusobrasileiro”.

A falta de consenso acerca de um acordo linguístico é reflexo de uma incapacidade de percepção sobre os percursos históricos. Enquanto Portugal tentava mostrar ao Brasil seu papel e importância na definição da nova nação que se constituía, o Brasil tentava entender a si mesmo em sua diversidade e contradições, procurando um sentimento de unidade nacional que deveria emergir em meio à diversidade, desigualdade e escravidão. Mesmo internamente era complexo definir uma norma para a língua no Brasil, a qual refletia os processos, percursos e marcas da constituição sociocultural, e não podia deixar para trás os efeitos da colonização. Carregava consigo as resistências e disputas e resvalava

um traço incontornável da história: se o povo era polissêmico⁵⁴, sua língua também era. Seria mesmo inviável pensar que Portugal e Brasil carregariam a mesma tradição (significação) linguística (para língua portuguesa). Enquanto o nacionalismo romântico português reivindicava a filiação da língua brasileira, o mesmo movimento no Brasil clamava por autonomia, e a língua tentava emancipar-se para fortalecer uma ideia de nação brasileira que não seguisse no encalço do antigo colonizador. O consenso era historicamente inviável e representaria apagar os conflitos. Aí reside a *alucinação* portuguesa a que se refere Eduardo Lourenço.

Não podemos negar, todavia, um elemento de consenso entre os dois países: ambos vivenciavam o esforço de constituição da nação e, para tanto, era preciso formar cidadãos. Cidadãos que estivessem à altura da nação civilizada que se vislumbrava. E, nesse sentido, a existência e o domínio de uma “língua nacional” era *sine qua non*. O esforço de difusão de uma “língua nacional” coincidia com o próprio processo de definição da mesma, dado que a língua pressupunha um padrão gramatical. Era preciso normatizar, ensinar, divulgar. Veremos como o *Arquivo Pittoresco* assumirá um papel na divulgação instrutiva da “língua nacional” enquanto norma, procurando ser ao mesmo tempo complemento escolar e referência aos que não a frequentam (ou porque já terminaram ou porque não cursaram). Não pretendemos fazer um estudo comparado com o papel que algum periódico semelhante teria desempenhado no Brasil – embora fosse uma proposta legítima – mas apontar as sociabilidades que por meio dela se formam entre os dois países, que será tema do quarto capítulo.

1.3. Um povo para chamar de “seu”

“De minuto a minuto irrompe um grito novo

O absolutista: ó povo!

O conservador: ó povo!

O liberal: ó povo!

O progressista: ó povo!

O republicano: ó povo!

O internacionalista: ó povo!

⁵⁴ A questão da “mestiçagem” é assunto que atravessa as interpretações do Brasil e merece um debate aprofundado. Carrega as marcas da resistência, mas também da opressão e da violência que estiveram sempre presentes no processo de forja da nação. Como não nos é possível tal aprofundamento, sugerimos a pesquisa de Ivana Stolze Lima (2001; 2003).

O povo: se me dessem, meu Deus!, por cada invocação,
Mais um banco d’escola ou um ceitel de pão!...”

(Cláudio José Nunes⁵⁵, *Cenas Contemporâneas*, 1873)⁵⁶

A reiterada evocação do povo, satiricamente representada no poemeto acima, dá-nos uma pista de como muitas vezes esse sujeito histórico acaba por ser tomado como passivo por um outro sujeito que o evoca, o clama, o reivindica (ou lhe coloca propostas). É certo que os diversos segmentos acima mencionados, quanto chamam pelo povo, não o fazem tendo em mente exatamente o mesmo grupo, a mesma composição social. O entendimento de quem seja o povo – e também do lugar que lhe é destinado na sociedade – é algo controverso, e por vezes se mostra de maneira turva, não constitui necessariamente um entendimento homogêneo. Bollème (1988) salienta como é possível que o mesmo povo seja entendido tanto como insensato, insurreto e pouco esclarecido quanto como magnífico e grandioso, portador da voz de Deus. Peter Burke, em tom quase anedótico, assinala como o povo, surpreso, teve suas casas “invadidas” pela classe média em busca de canções e histórias tradicionais.

Tendo clareza das limitações impostas pela natureza do termo, nos propomos a identificar algumas balizas acerca do entendimento sobre o povo, que vislumbramos entre os intelectuais que integram a rede de sociabilidade que procuramos constituir nesse estudo.

Se o poeta Cláudio Nunes tem razão ao explicitar a insistência da evocação do povo, consideramos que nenhum movimento o fez mais intensa e repetidamente como o romantismo. Está nas raízes românticas a “descoberta” do povo. Expliquemo-nos.

Antes de mais, vale retomar a caracterização mencionada no início desse capítulo acerca do Romantismo. Destacamos tratar-se, mais do que um movimento literário, como costuma ser abordado, de um “modo de pensar historicamente”, que se opunha tanto ao teologismo medieval quanto ao racionalismo estrito. É importante termos isso em mente nessa altura, dado que a negação de um e de outro é visível nos autores que abordaremos a seguir (Herder e Michelet). É a clareza sobre esse ponto que permite compreender melhor o que defendem tanto o alemão quanto o francês, pilares da construção de noções de povo que alcançarão os impressos portugueses do século XIX.

⁵⁵ Poeta, presente no Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros, organizado por Camilo Castelo Branco, teria apresentado características parnasianas.

⁵⁶ *Apud* Serrão, 1992, p. 166.

Johann Herder (1744 – 1803) é quem abre alas, lançando as bases da noção que ficou conhecida como *espírito do povo* (*Volksgeist*). O autor e pastor luterano é representante da tradição alemã que influenciará o romantismo. Nessa perspectiva, o que estava em jogo era identificar os elementos chave constitutivos da nação, tratava-se da recuperação de uma tradição nacional genuína, alimento do nacionalismo⁵⁷. E o povo seria o substrato da nação, estando ligado a um modo de pensar nacional. Não se trata, pois, de caracterizá-lo como camada social, mas como quadro vivo porque variável e particular a cada nação, constituído por língua, origem e território comuns. Herder destaca a língua como elemento mais importante desse organismo, fenômeno cultural que representa a herança de um povo; a origem é entendida como o passado comum, em seus acontecimentos gloriosos, traduzidos, tanto a língua como a origem, em representações constituidoras da nação, por sua vez vinculadas a um determinado território. Exemplo disso pode ser encontrado em suas *Ideias para a filosofia da história da humanidade*, escrito entre 1784 e 1791. Utiliza a História da Grécia, por exemplo, para apresentar alguns princípios de análise. O terceiro princípio enuncia justamente a especificidade cultural daquele povo: “A cultura de um povo é a flor da sua existência, pela qual ele se revela numa forma deveras agradável, mas transitória” (Herder *apud* Gardiner, 1984, p. 49).

Apesar de não usar explicitamente o termo *espírito do povo*, Herder é responsável por constituir as ideias que o fundamentam, trazendo à tona as especificidades do *espírito* que dizem respeito a cada povo. E esse *espírito*, que representava a alma nacional, estava recheado de costumes, provérbios, canções, ritos populares. Como revela Otto Maria Carpeaux: “Herder é o primeiro europeu que, conservando-se cosmopolista, no sentido da Ilustração, interpretou a Europa como sinfonia de múltiplas vozes diferentes, das vozes nacionais, sabendo distingui-las e caracterizá-las” (1961, p. 1552).

Acerca dessa influência alemã, vale seguir Peter Burke na primeira parte do livro “Cultura Popular na Idade Moderna” (2010). O autor inglês explicita a importância da Alemanha nesse processo de descoberta – ou invenção? – do povo, onde se verifica a “inauguração” de uma série de novos termos relativos a coisas do povo: *Volkslied* (canção popular, termo utilizado pelo próprio Herder para a compilação de canções realizada entre 1774 e 1778); *Kultur des Volkes* (cultura popular, termo utilizado também por Herder); *Volksmärchen* e *Volkssage* (utilizados para referir contos populares); *Volksbuch* (livreto de modinhas); *Volkskunde* ou *Volkstumskunde* (folclore). O ensaio de Herder sobre a “canção

⁵⁷ Erick Hobsbawm analisa esse fenômeno como “protonacionalismo”. Cf Hobsbawm, 2008.

popular” (1778) foi responsável por atribuir à poesia popular funcionalidade e eficácia moral. A obra dos irmãos Grimm também é mencionada como tendo grande influência acerca da disseminação de coletâneas de canções populares em toda a Europa. Jacob Grimm é citado ao justificar a autoria desconhecida de um poema: “ ‘como é usual em todos os poemas nacionais e assim deve ser, porque eles pertencem a todo o povo’. A autoria era coletiva: ‘o povo cria’ (*das Volk dichtet*)” (Burke, 2010, p. 32⁵⁸).

Essa tendência estava inserida em um movimento de entusiasmo com tudo o que vinha do povo, uma descoberta do povo que, segundo Peter Burke, havia sido motivada por 3 razões: de ordem estética, de ordem intelectual e de ordem política. Quanto à primeira, consistia em um desejo de libertação das amarras clássicas, que se traduzia na busca por um primitivismo cultural, em que o ingênuo e o arcaico seriam inspiradores. Em termos intelectuais, pode ser entendido como uma reação ao elitismo iluminista, que teria abandonado a tradição em detrimento da razão. Também relacionada à negação do iluminismo – originalmente francês -, a motivação política ancorava-se na ascensão do sentimento nacional: “A descoberta da cultura popular estava intimamente associada à ascensão do nacionalismo” (*Idem*, p. 43). O autor cita como exemplo a publicação da coletânea *Wunderhorn* que, coincidindo com a invasão napoleônica da Alemanha, se pretendia “um livro de canções para o povo alemão, com a finalidade de estimular a consciência nacional, e o estadista prussiano Stein recomendou-o como um elemento auxiliar para libertar a Alemanha dos franceses” (*Idem*, *ibid.*)

Estava estruturada a noção segundo a qual a recuperação das tradições nacionais autênticas e populares seria o fundamento do nacionalismo, noção essa que sustenta a visão de história do romantismo. Não é despropositadamente que a língua e a origem – comuns ou não – serão elementos de disputa no intercâmbio cultural entre intelectuais portugueses e brasileiros. Enquanto os portugueses, por diversas vezes, clamam serem inseridos na narrativa de passado do Brasil, os brasileiros buscam a glória em tempos anteriores à colonização, nas tradições dos “seus” povos originários. Era fundamental mencionar Herder para dar corpo ao fundamento do nacionalismo característico do Romantismo. Contudo, não nos aprofundaremos em sua abordagem, daremos espaço agora para a aceção desenvolvida pelo historiador francês.

⁵⁸ A paginação corresponde à da versão em pdf disponibilizada pela Universidade de São Paulo, única a qual pudemos ter acesso durante o período em que escrevemos este capítulo, durante o *lock down* decorrente da pandemia de Covid-19.

Jules Michelet (1798 – 1874) era admirador confesso de Herder. Sua concepção de povo seria, então, convergente com aquela que se torna célebre na tradição alemã, ou teria o historiador francês construído um sentido próprio para o termo?

Se Herder impulsiona a ideia de povo como organismo vivo constituidor da unidade nação, é Michelet quem aviva uma noção que converge com a busca romântica pelo primitivismo, pela felicidade na simplicidade, pela pureza virginal da criança, capazes de despertar uma sensibilidade autêntica e até criativa. E o faz de forma muito peculiar, em que identificamos três pilares:

1. Perspectiva universalista, porém, sem perder de vista as particularidades de cada nação;
2. Povo como uma camada social específica, composta por segmentos diversos;
3. Enunciação de uma tensão entre o rico e o pobre.

É na alma do povo que encontrar-se-á a pureza mítica, e no adjetivo “popular” a garantia do triunfo. O povo torna-se entidade romântica, provavelmente sua maior herança, elemento da “utensilagem mental” desses intelectuais, e revelar-se-á ao longo das iniciativas discutidas nos próximos capítulos, como na tentativa de incorporação do elemento popular de oralidade na proposta fônica de Castilho, ou na descrição dos “tipos sociais” que terá lugar no *Archivo Pittoresco*.

Discursos e Percursos – Sociabilidades Intelectuais

Houve em Portugal uma época em que todos foram poetas. Essa geração, que hoje combate na política militante, ou que se entrega aos graves cuidados da administração e da jurisprudência, foi a geração mais verzejadora que tem vindo a Portugal.

(Pinheiro Chagas, 1864⁵⁹).

Antes de discutirmos, neste capítulo, as sociabilidades intelectuais que articulam a produção de impressos para o “povo”, é necessário aclarar a perspectiva que norteia nossa concepção. A noção de “intelectual” ganha bastante espaço no debate do século XX. Karl Mannheim (1893-1947), por exemplo, associa o intelectual a determinados grupos sociais e à disseminação de suas visões de mundo, defendendo que ele é a figura mais capaz de mediar conflitos por reunir as condições racionais para tal fim, como a autonomia de pensamento. Seria, então, uma espécie de mediador político. Pierre Bourdieu (1930-2002) elegeu o intelectual como produtor de capital simbólico, na medida em que ele é a expressão máxima do capital cultural nos seus três estados, o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. José Gondra, seguindo Francis Wolff, aponta a existência de três condições para se caracterizar o intelectual: um certo tipo de sujeito, um certo tipo de objeto e um certo espaço onde ele se exprime (Gondra, s.d.). Esse tipo específico, geralmente um escritor, cientista ou artista, desenvolve ou advoga sobre um determinado assunto, ideia, proposta e o faz por meio de um espaço específico, geralmente uma revista ou uma agremiação. Nessa acepção, o intelectual deixa de representar uma dimensão estritamente individual para configurar-se como uma **dimensão da sociedade**. Dessa forma, nos valem das palavras de Gondra para caracterizá-lo como uma figura que “deve buscar reconhecer seus pertencimentos e sua inscrição em determinada ordem discursiva que, então, autoriza e legitima determinados sujeitos a manejarem a palavra e a pena em favor de problemas bem determinados”. (Gondra, s.d.,p. 10)

Estas acepções têm em comum a veiculação de uma noção de intelectual que associa o sujeito às suas práticas sociais, o que nos leva à concepção apresentada por Justino Magalhães, de que os intelectuais representam a esfera pública da educação, portanto demarcando a relação entre educação e sociedade, sendo capazes de representar a educação no tempo. Complementa, ainda, o autor:

⁵⁹ In *Archivo Pittoresco*, 1864, vol. VII, n. 12, p. 90.

os intelectuais estão mergulhados num contexto e, em face da realidade, estruturam-se de um determinado modo. Há intelectividade e meta-pensamento, no entanto, o estatuto do intelectual e os papéis (funções) dos intelectuais ganham significado e esclarecem-se em aplicação, em face de um objecto epistémico (Magalhães, 2016, p. 306).

A partir de Jean-François Sirinelli, Magalhães traça uma estrutura muito elucidativa para compreender essa questão. Nela, seria possível distinguir três formas de atuação intelectual:

- Influenciadores, geralmente associados à produção de textos de referências, conceitos e noções que serão tomadas como “norte” pelos que vierem a seguir;
- Cultivadores e organizadores, que procuram colocar em prática as ideias, transformando-as em programas;
- Divulgadores, os quais reelaboram, ajustam, esclarecem, o que já foi escrito.

Procuraremos, a partir dessa concepção, ter em conta a atuação intelectual dos produtores culturais dos impressos, dado que as ideias não surgem por geração espontânea, elas circulam e são apropriadas pelos sujeitos em redes, como tramas organizacionais e tipos de sensibilidade aí desenvolvidas, capazes de iluminar o desenho e as características de projetos políticos, culturais ou pedagógicos.

Valemo-nos de uma afirmação de J.F. Sirinelli (2003) para elucidar essa perspectiva:

o meio intelectual constitui, ao menos para o seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas (p. 248).

A contribuição mais significativa de Sirinelli para este trabalho é a sistematização da noção de “sociabilidade”. Mesmo já tendo aparecido em textos de outros autores, como em Philippe Ariès que, nos anos 1930, sugere que se considere o papel da “sociabilidade” nas relações que se estabeleceram entre os maurrassianos, dentro os quais incluía-se, foi Sirinelli quem utilizou o termo como categoria de análise em sua tese de doutorado, consolidando-a em outros artigos. Esclareceu a importância de se ter em conta as solidariedades de origem, sensibilidades, afinidades, afetividades e desafetos para se compreender tanto as estruturas das relações internas em um grupo de intelectuais quando

os microclimas que os aglutinam. Essa perspectiva é fundamental para se superar aquilo de limitador que os *Annales* identificaram na história das ideias: uma certa desmaterialização das ideias, a noção de ideia desencarnada. Em sua defesa da história dos intelectuais, Sirinelli apresenta extrema lucidez na crítica da construção individualizada por meio da proposta de um novo *modus operandi*. Resignifica a noção de prosopografia na construção dos itinerários dos intelectuais, alertando para a necessidade de o fazer de maneira cruzada, nunca isolada. Contudo, creio que a contribuição metodológica mais significativa resida na categorização de sociabilidade. Ao considerar a subjetividade das relações interpessoais e os interesses na constituição das ideias, ações e propostas forjadas pelos intelectuais, o autor desvela o *modus operandi* dos grupos e consegue acessar elementos significativos e, por vezes, recônditos. Mesmo tendo ciência de que as estruturas de sociabilidade variam no tempo e em função dos subgrupos, indica duas que considera essenciais: as revistas e os manifestos e abaixo-assinados. As primeiras funcionam como ‘observatório do primeiro plano de sociabilidade de microcosmos intelectuais’, ocupando ‘lugar precioso para a análise do movimento das ideias’ (Sirinelli, 2003, p. 249). A nosso ver, estas são um elemento relativamente universal, que tem um papel significativo independente da época. Nem sempre um grupo ou subgrupo reúne-se em torno de uma revista, mas, quando o faz, têm-se ali ambiente propício. Quanto aos manifestos e abaixo-assinados, constituem “um bom sismógrafo para revelar e medir as ondas, os abalos e estremecimentos que percorrem a consciência nacional” (*Idem*). Contudo, nem sempre é possível localizar a adesão de intelectuais a esse tipo de movimento, ou simplesmente ele não vem ao caso. Essa delimitação do autor faz sentido pois sua perspectiva centra-se nos intelectuais do século XX, onde essas estruturas ganham notoriedade.

Sumariamente, podemos admitir, a partir do percurso teórico-metodológico construído pelo historiador francês, que a noção de sociabilidade se desdobra em dois componentes fundamentais: as “redes”, interconexões mais amplas que revelam as particularidades escondidas nos “microclimas”, pequenos agrupamentos em torno de uma pessoa ou ideia. Para compreendê-los é necessário identificar estruturas de sociabilidade bem delimitadas, as revistas e abaixo-assinados, já mencionados, distinguidos como estruturas elementares pelo autor.

Os diferentes períodos e contextos, como já admitiu o mesmo autor, podem apresentar estruturas de sociabilidade distintas. No nosso caso, consideramos que as estruturas de sociabilidade mais relevantes são as revistas e as associações literárias e beneficentes.

A rede de sociabilidade aqui constituída é composta por intelectuais românticos que, vinculados à regeneração, passam a atuar em favor da educação do povo, entendida como condição *sine qua non* para a regeneração da nação baseada em um projeto liberal conciliador. A afirmação de Pinheiro Chagas (1842 – 1895), que serve de epígrafe a este capítulo, é quase uma síntese da geração romântica que compõe a rede de sociabilidade que analisamos. É uma definição que, na perspectiva de um contemporâneo, expõe, por um lado, a origem literária desses intelectuais e, por outro, a aproximação entre intelectualidade e representação política⁶⁰, ou então a atuação na definição ou implementação de políticas, inclusive na educação.

Os próprios espaços de sociabilidade, como associações e agremiações, são lugares de convívio entre intelectuais e representantes políticos. O Grêmio Literário de Lisboa é um exemplo. Inaugurado em 1846, seus estatutos foram elaborados por uma comissão presidida pelo Conselheiro de Estado Rodrigo da Fonseca Magalhães (1878 – 1858), acrescida dos seguintes vogais:

Antonio Joaquim de Figueiredo e Silva (1807 – 1857), acadêmico, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, colaborador de jornais científicos;

Antonio de Oliveira Marreca (1805 – 1889), escritor e poeta, colaborador de diversos periódicos, administrador da Imprensa Nacional em 1836;

Antonio Maria de Fontes Pereira de Melo (1819 – 1887), político, chefe do Partido Regenerador, Fidalgo da Casa Real, ministro e secretário de Estado em diversos momentos;

Luís Augusto Xavier Palmeirim (1825 – 1893), escritor e poeta, colaborador de diversos periódicos, tendo exercido cargo de deputado;

Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa (? - ?), conselheiro real, oficial maior graduado da Secretaria do Ministerio dos Negocios Eclesiásticos, deputado em diversas legislaturas;

Daniel Augusto da Silva (1814 – 1878), acadêmico, sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa;

João Baptista S. L. de Almeida Garrett (1799 – 1854), conhecido poeta, considerado um dos fundadores do romantismo português;

João Chrysostomo de Abreu e Sousa (1811 – 1895), militar e político;

⁶⁰ Seja diretamente, como no caso do próprio Chagas, ou indiretamente, por meio da relação próxima entre intelectuais e representantes políticos.

Joaquim José G. Mattos Correia⁶¹

José António A. Dias Veneiros⁶²

José Maria Grande (1799 – 1857), conselheiro real, médico e acadêmico vinculado a diversas academias científicas europeias. Dentre a sua produção bibliográfica, destacamos o “Elogio ao sr. Antonio Feliciano de Castilho, estudante do quarto anno de cânones na Universidade de Coimbra”, publicado no *Jornal de Coimbra*.

Leopoldo Augusto de Ceuto (1815 – 1901), político e diplomata espanhol, publicou algumas poesias e crítica literária. Foi embaixador da Espanha em Lisboa.

A comissão fundadora do Grêmio Literário é bastante representativa dessas sociabilidades em que transitam literatos ao lado de homens de Estado, em alguns casos sendo os próprios literatos a assumir cargos políticos. Um contemporâneo também descreve o papel que reconhecemos na agremiação. Segundo ele, o Grêmio teria funcionado como “ponto de reunião para as classes ilustradas, um poderoso elemento de sociabilidade, um centro de instructiva convivência, uma instituição verdadeiramente civilizadora” (Ribeiro, 1878, vol. VII, p. 304).

Além do espaço para jogos lícitos, o grêmio contava com um gabinete de leitura e uma biblioteca, sendo espaço para a realização de palestras e cursos livres abertos ao público. É nesse aspecto que reside, principalmente, o caráter civilizador reconhecido por Ribeiro. A revista *A Época* dá notícia sobre a instalação desses cursos em 13 de março de 1849, a qual se celebra com uma grande reunião à qual estavam presentes, dentre outros, Rodrigo da Fonseca Magalhães, António Feliciano de Castilho, João de Andrade Corvo (1824 – 1890)⁶³, Palmeirim, António de Serpa (1825 – 1900)⁶⁴, Francisco Palha (1827 – 1890)⁶⁵, Casal Ribeiro (1825 – 1896)⁶⁶, José Maria Grande, Silva Túlio (1818 – 1884)⁶⁷ (A

⁶¹ Não localizamos informações biobibliográficas no *Diccionario bibliographico portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva, que tem nos servido de fonte para identificar os sujeitos.

⁶² Idem.

⁶³ Acadêmico e político, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871 e 78, no governo de Fontes Pereira de Melo. Sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, colaborador em diversas revistas.

⁶⁴ António de Serpa Pimentel foi acadêmico e colaborador de diversas revistas, sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, sua mais destacada atuação é política. Líder do Partido Regenerador, foi deputado em diversas legislaturas, tendo assumido o lugar de Presidente do Conselho de Ministros em 1890.

⁶⁵ Francisco Palha de Faria Lacerda foi escritor e poeta romântico, tendo sido nomeado primeiro oficial de Instrução Pública do Ministério do Reino em 1859.

⁶⁶ José Maria do Casal Ribeiro, conselheiro real, deputado em diversas legislaturas, foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda entre 1859 e 1860.

⁶⁷ António da Silva Tulio foi funcionário da Biblioteca Nacional, tendo desempenhado papel de oficial da seção de manuscritos e dos jornais políticos e literários, conservador e bibliotecário, além de assumir interinamente a função de diretor na ausência de José da Silva Mendes Leal. Era também sócio da Real

Época, 1849, n. 38, p. 183-186). A mesma revista passará também a publicar alguns dos cursos em fascículos.

É na articulação desses cursos que encontramos os intelectuais românticos da regeneração, mobilizados, ao que tudo indica, por António Feliciano de Castilho em prol de iniciativas que promovessem o alargamento da instrução, ou a promoção da “educação popular”. A oferta era noturna, o que transparece a preocupação de que fossem em horário acessível aos trabalhadores. Reproduzimos abaixo a lista dos cursos oferecidos que revelam a variedade de assuntos abordados:

Belas artes, por Andrade Corvo

Máquinas a vapor, por José Maria da Ponte e Horta (1824 – 1892)⁶⁸

Economia Agrícola, por A. J. Figueiredo e Silva

Química aplicada à agricultura, por Julio Máximo de Oliveira Pimentel (1809 – 1884)⁶⁹

Anatomia e Fisiologia populares, por A. D. Guerreiro⁷⁰

Geologia Teórica, por José Maria Latino Coelho (1825 – 1891)⁷¹

Economia Política, por Almeida e Albuquerque⁷²

História do Direito Romano, por Manuel Maria da Silva Bruschy (1814 – 1873)⁷³

Fisiologia Vegetal, por José Maria Grande

Literatura Grega, por António José Viale (1806 – 1889)⁷⁴

Geometria descritiva, por Gregório Nazianzeno do Rego (1818 – 1850)⁷⁵

Astronomia popular, por Daniel A. da Silva

Academia de Ciências de Lisboa, colaborador de diversos jornais, tendo assumido a direção do *Archivo Pittoresco* no período em que a revista foi distribuída nas escolas.

⁶⁸ Militar e sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, foi colaborador em *A Semana*.

⁶⁹ Fidalgo, acadêmico, escritor e político, sócio e presidente da 1ª classe da Academia Real das Ciências de Lisboa.

⁷⁰ Não localizamos informação biobibliográfica.

⁷¹ Escritor, militar, vogal do Conselho Geral de Instrução Pública em 1859, sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, tendo atuado como secretário, foi diretor do *Diário de Lisboa* e colaborador em diversos jornais literários.

⁷² Como a listagem publicada em *A Época* menciona apenas o sobrenome “Almeida e Albuquerque”, não conseguimos precisar quem seria, mas pensamos se tratar de Luís d’Almeida e Albuquerque (1816? – 1906), Lente substituto da cadeira de Economia Política na Escola Politécnica, Secretário geral do Governo Civil do distrito de Lisboa em 1851 e 1856. Sua atuação como colaborador do jornal literário *O Farol*, que abordamos no terceiro capítulo, reforça essa suspeita, além da sua atuação docente na área do curso ministrado.

⁷³ Militar e advogado, foi um dos redatores da *Nação*, onde publicou alguns artigos e contos. Colaborou ainda em outros periódicos.

⁷⁴ Conselheiro real, oficial da Biblioteca Pública de Lisboa, Mestre de grego de D. Pedro V, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Colaborou em diversos jornais literários.

⁷⁵ Engenheiro e Lente da Escola Politécnica e Naval.

Além de *A Época*, que divulgou a implementação dos cursos, outras revistas do período reiteram seu papel civilizador e instrutivo, capaz, por meio desse “método de instruir”, espalhar “profusamente os elementos fecundos da sciencia entre os seus auditorios, que temos serão numerosos, mas incitará a emulação, animará o estudo, fará conhecer o verdadeiro mérito, e habilitar-se-ha em fim para melhores cousas” (*O Farol*, 1849, n. 38, p. 109).

Além da afinidade literária, o desejo de constituição da nação em bases liberais, refletido no projeto da *Regeneração*, alinhava os percursos e atuações dos intelectuais que ora destacamos nesse capítulo. Citamos novamente Silvestre Ribeiro, cujas palavras podem ser um ponto de partida para a questão:

Jamais cessámos de inculcar a conveniencia, antes a necessidade impreterivel de diffundir a instrucção popular, de multiplicar e bem constituir as escolas, de nobilitar os estudos em todos os graus de ensino, de aperfeiçoar os methodos de tornar facil a acquisição de tesouros de sciencia que elevam a vida intellectual a grande altura (Ribeiro, 1882, p. VIII).

São essas as palavras de um coetâneo, ditas em primeira pessoa. O que é claro, portanto, é que o referido projeto passava pela instrução popular. Obviamente, não as transporemos simplesmente para os seus colegas de geração; todavia, identificamos nelas percepções que podem ser compartilhadas e cujos sentidos e significados pretendemos elucidar. O que se entendia por instrução popular? Como difundir a instrução popular? Quais os limites dessa difusão? Qual o significado de se facilitar a “acquisição de tesouros da sciencia”? As reflexões que tecemos neste e ao longo dos próximos capítulos pretendem esclarecer esses aspectos. Antes de avançar, vale mencionar a problemática educação-instrução. Antes de mais vale elucidar, conforme indica Luís Torgal (1993), que os termos ‘instrução’ e ‘educação’ costumavam ser usados indistintamente na época, embora se localizem algumas tentativas de diferenciação⁷⁶. Também sobre esse aspecto nos valem das considerações de Carlota Boto, quem indica que a definição de educação entre os intelectuais do século XIX articulava os elementos intelectual e moral:

⁷⁶ O artigo “Da educação de todas as idades” (*O Panorama*, 1839) é citado como uma das tentativas de diferenciação.

Na verdade, compreendia-se por educação mais do que o componente de desenvolvimento intelectual. A educação abrangeria uma dimensão de valores não redutível a quaisquer saberes de cunho propriamente científico. Através do gesto educativo, se estaria fortalecendo, por um lado, a inteligência; e, por outro, o caráter moral do indivíduo, para que seus bons tributos pudessem ser potencializados e desenvolvidos ao máximo e para que seus vícios ou suas perturbações fossem sanadas. Trabalhar com a categoria da desenvolvimento humana era, para aqueles portugueses da primeira metade do século XIX, enfrentar a prevenção do crime; era retirar as crianças e os jovens dos perigos e dos vícios da rua e do contato com seus iguais. Os seres humanos, educáveis, podem aprimorar dons que lhe foram cedidos pela natureza. A educação era, assim, tanto domesticação como moralização (Boto, 2012, p. 111).

Contudo, ‘instrução pública’ era o termo que mais comumente aparecia, sobretudo porque a ideia de ‘público’, na relação com o papel de cidadão, pretende se sobrepor à educação doméstica. Mas tomemos o termo que nos parece mais abrangente, educação.

A educação é um dos valores tidos como universais entre os intelectuais do século XIX, aparecendo como preocupação recorrente entre seus escritos e ações. A defesa da educação popular está associada a dois aspectos centrais, o da prevenção e o da civilização (Gondra, s.d.); prevenção na medida em que figura como ação preventiva de revoltas e descontentamentos com o *status quo*, civilização na medida em que habilita a participar da vida pública como cidadãos. Tal constatação não configura novidade, ao contrário, é assunto bastante explorado em diversos estudos (cf. Boto, 1997, 2012; Schafascheck, 1997; Veiga, 2002). Contudo, é imprudente falar sobre instrução e intelectuais no século XIX sem retornar ao binômio civilização-educação como fórmula para a redenção social, seja no Brasil seja em Portugal. E é sob este binômio que observamos as relações intelectuais na rede de sociabilidade dos intelectuais românticos da *Regeneração*.

Esses intelectuais constituem o que Maria de Lourdes Santos (1992) denomina de “aristocracia do saber”, dado que autocompreendidos como uma espécie de casta literária, produtores da “alta cultura” e responsáveis por “difundir as luzes”. Essa percepção de si indica-nos que esses sujeitos se reconhecem como produtores de conhecimento, explicitando uma consciência do papel intelectual que ocupavam na sociedade. Ainda, enquanto difusores das luzes, estaria a popularização da cultura leitora.

Alberto Osório de Vasconcelos (1842 – 1881)⁷⁷, posicionando-se acerca da contenda que originou a “Questão Coimbrã”, sob o pseudônimo de Ermita do Chiado, assim professa, após uma longa lista de poetas que caracteriza brevemente:

Todos estes que aí pus, sem ordem e ao correr da pena, e muitos mais calarei ainda. Não foram eles os que iniciaram a Literatura Moderna; não foram chefes de escola; não ensinaram; não beberam na Hipocrene que rejuvenesceu as molas já gastas dos nossos avoengos. Os primeiros, os que inocularam o sainete característico, os que lançaram as primeiras sementes, foram Garrett, Castilho e Herculano (Vasconcelos, 1954 [1866], p. 131)

Voltamos, assim, à tríade já referida no capítulo anterior, em torno dos quais orbitarão os outros sujeitos da rede. Há, contudo, duas esferas distintas: uma delas em que se cruzam Castilho e Herculano, outra mais independente na qual seguia Garrett. Podemos dizer que este último tangencia a rede, mas não se articula propriamente a ela. Tendo em conta o pensamento educacional de cada um dos ícones da tríade Romântica, Garrett é aquele que mais distancia-se, com sua tradição aristocrática avessa à universalização da educação, o que acaba por se refletir nos espaços por onde circulava e nos microcosmos em que se nota sua presença. Obviamente que se encontravam nos espaços culturais de Lisboa, mas não se articulava aos mesmos laços de sociabilidade. Castilho e Herculano, por seu turno, aproximavam-se no que diz respeito ao entendimento acerca do papel da educação na regeneração nacional. Ambos estavam cientes de que o alargamento da instrução, inclusive para as camadas rurais, era *mister* para a construção de uma nação próspera. Todavia, não seria prudente se descuidar dos aspectos morais que orientavam uma conduta de docilidade e obediência. É então que os *conhecimentos úteis* se apresentam, como já havia notado Carlota Boto, como uma forma de “adequar esse progresso a uma reconstrução dos comportamentos e das atitudes valorosas” (2012, p. 50). Em *Felicidade pela Agricultura* (1849), de Antônio Feliciano de Castilho, a ciência é apresentada como a chave para a instrução, civilização e desenvolvimento, sendo necessário, contudo, controlar o que se dá a ler de forma alargada, aproximando-se nesse ponto de Herculano. Essa convergência não significa, contudo, uma aproximação irrestrita

⁷⁷ Escritor, militar e político, consta que Vasconcelos teria sido responsável, ao lado de Manuel Pinheiro Chagas, pela publicação “Educação popular: encyclopédia instructiva e amena dedicada à mocidade estudiosa de Portugal e Brazil”, vinda à público ente 1874 e 76. Não localizamos tal publicação na Biblioteca Nacional de Lisboa, contudo ela consta do catálogo da biblioteca de Estremoz e da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

entre os dois pensamentos. Como “grande personalidade”, figura icônica, Herculano não andava a reboque de Castilho, mas partilhava com ele impressões, dialogava sobre poesia, colaborava nas revistas que pretendiam difundir o conhecimento.

Uma representação gráfica dessa relação pode ser assim aventada:

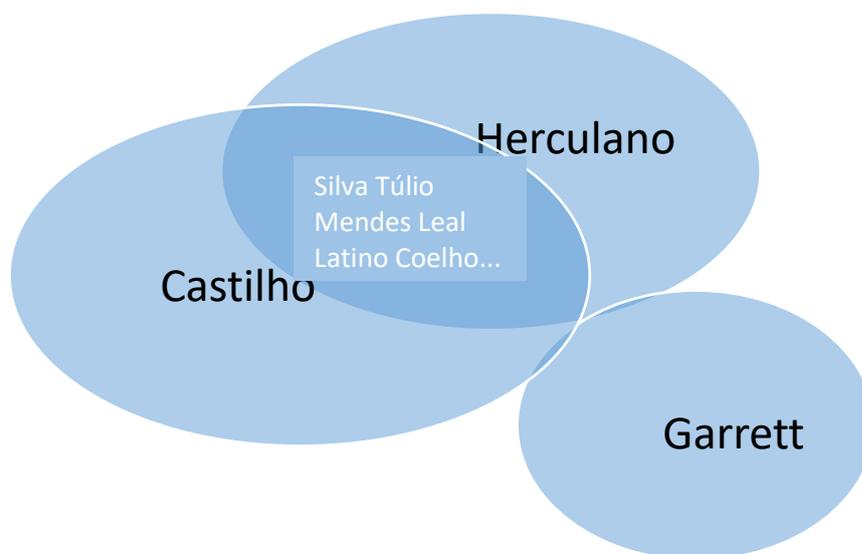


Figura 3 - Representação gráfica das sociabilidades do Romantismo.

Castilho e Herculano, desde a juventude, desenvolveram suas relações intelectuais circulando pelos mesmos espaços. Um artigo de Inocêncio Francisco da Silva sobre a vida e atuação de Francisco de Paula Cardoso - Morgado d'Assentis é representativo desse aspecto. Destaca, dentre os que frequentaram sua casa em Lisboa (quando cá se estabeleceu, já em idade madura), além do autor do artigo, os então jovens Castilho e Herculano.

A poesia, a musica, a leitura e a critica litteraria eram como assumpto exclusivo d'aquellas reuniões, a que Assentis presidia sem a menor formalidade ou etiqueta, discutindo com uns, doutrinando outros, e captivando a todos pelo condão do seu trato ameno e familiar, que sabia espalhar por tudo que o cercava alegria e regozijo (*Archivo Pittoresco*, 1858, nº 38, p. 303).

O convívio literário desses tempos juvenis tornou, ao menos Castilho, ele mesmo anfitrião das sociabilidades. Cartas e correspondências, algumas delas publicadas nas

revistas editadas pelos próprios intelectuais, além de dedicatórias nas obras, são reveladoras dessas sociabilidades, do alcance e, algumas vezes, do teor das relações.

Na carta-prefácio que Xavier da Cunha⁷⁸ (1840 – 1920) escreve à obra de Latino Coelho sobre Garret e Castilho, a imagem de ambos é exaltada sem questionamento. Sobre Castilho, Cunha lembra-se, em tom pessoal, de ter tido a oportunidade de conhecê-lo enquanto discípulo de seu filho Júlio de Castilho na Escola Polytechnica, tendo frequentado a sua casa. Assim relata:

Um das minhas profundas satisfações neste mundo (algures o escrevi eu já), e uma das minhas vaidades (permita-se-me que assim o diga), é ter pessoalmente conhecido Antonio Feliciano de Castilho e ter com elle tratado pessoalmente. Ouvil-o discursar... constituia um deleitoso inlêvo; da sua conversação familiar... brotava um singular incanto; dictando aos amanuenses, logo de um jacto fundidas e primorosamente cinzeladas, as maravilhosas concepções do seu genio... Castilho era um assombro; escutál-o em maviosa recitação de versos no remanso da sua Livraria ou sob as florentes olaias do seu *Tibur*⁷⁹ (...) equivalia para os circumstantes a uma delicia ineffavel” (Cunha, 1917, p. 27-28).

Seu testemunho reaviva cenas corriqueiras e permite nos aproximar das relações sociais que tinham a morada de Feliciano de Castilho como epicentro. Ela é descrita em sua materialidade como lugar de ilustração e inspiração, sendo também espaço de sociabilidade intelectual. Em seu relato, a casa de Castilho tem uma importância ímpar para marcar as relações sociais e testemunhar o que seria a essência do poeta e o seu modo de estar no mundo. E Cunha vale-se dela como um investigador de intimidades intelectuais, tomando-a como legitimadora do seu testemunho. A casa – seja o número 3 do Beco do Norte, seja a da rua Nova de San Francisco de Paula - seria os olhos para o passado, um passado em que ela se encontrava cheia de vida, como testemunha ocular das relações que constituíram uma rede de sociabilidade intelectual.

É em casa do poeta que Xavier da Cunha conhece Tomás António Ribeiro Ferreira (1831 – 1901)⁸⁰, pupilo de Castilho, cuja obra “D. Jayme” e seu respectivo prefácio escrito por Castilho desencadeou as polémicas da ‘Questão Coimbrã’; é também em sua casa que

⁷⁸ Empenhado na divulgação e popularização do conhecimento, será diretor literário da coleção “Biblioteca do Povo e das escolas”, editada por seu amigo e colaborador David Corazzi (1845-1896). Era responsável pelo prefácio das encadernações e foi autor do primeiro volume, *História de Portugal*, em 1881 (Cf. Nabo, 2012). Publicava também nos periódicos da época sob o pseudônimo de Olympio de Freitas. Colaborou também no “Dicionário Popular”, dirigido por Pinheiro Chagas.

⁷⁹ Segundo Cunha, assim se referia Castilho ao jardim em frente aos seus aposentos na casa da Rua Nova de San Francisco de Paula.

⁸⁰ Poeta conhecido como Tomás Ribeiro. Membro do Partido Regenerador, exerceu cargos políticos.

conhece a “ilustradíssima” esposa do mesmo, D. Anna Carlota Xavier Vidal que, tendo sido educada em Suécia e Dinamarca, dominava o idioma. Aliás, era com ela que outro frequentador da casa, Latino Coelho, praticava esses idiomas, foi ela quem introduziu Castilho nas traduções do dinamarquês.

A relação entre Castilho e Coelho é diversas vezes mencionada por Xavier da Cunha, sendo a eloquência de Castilho um dos elementos apontados para o fato de Coelho gostar tanto da conversa com o decano. A familiaridade entre ambos é expressa no trânsito de Latino Coelho pela casa, e reforçado em anedotas, como a referente à inscrição que teria sido colocada em frente à biblioteca, assim mesmo em maiúsculas: “AQUI JÁ NÃO SE IMPRESTAM LIVROS. Latino Coelho e Bulhão Pato achavam naquella inscripção uma graça finíssima, e não se cansavam de a commentar soltando festivas gargalhadas de aprovação” (Cunha, 1917, p. 35). Outro sujeito aqui inserido na rede de afetividades de Castilho é o poeta Raimundo António de Bulhão Pato (1828 - 1912), colaborador frequente das revistas à época referidas como literárias.

Cunha destaca as cordiais e permanentes relações entre Coelho e Castilho, ilustradas pelos incontáveis serões literários que partilharam, e faz questão de se valer da proximidade do convívio para autorizar a visão laudatória que traça sobre ele. Algumas das suas palavras: “Latino era faiscante. Uns minutos de conversação com elle revelavam um sujeito de optima companhia, de vasto saber, de larga envergadura intellectual” (Júlio de Castilho *apud* Cunha, 1917, p. 14).

A discordância política não era motivo para se abalar a admiração que o filho de Castilho revela por Latino Coelho, partilhada por Xavier da Cunha:

com a evolução que se operou no espirito de Latino, das idéas monarchicas para as republicanas, não concordo, mas nada tenho com ellas. Só digo: abençoada seria a Republica, se todos os seus fautores e adeptos tivessem a honestidade, o desinteresse, a cordura, a illustração, a finura, d’este republicano de luva branca (*Idem*).

A carta de Cunha é também meio para se identificar a admiração de Castilho por Latino Coelho, fornecendo elementos para se perceber suas movimentações em rede. Um exemplo é a indicação de Coelho em seu lugar para ocupar a cadeira de “Literatura Moderna da Europa”, em 1859, no Curso superior de Letras, recém fundado por D. Pedro V. Convidado diretamente pelo rei, Castilho recusa o convite, indicando o secretário da Real Academia de Ciências. Um dos seus argumentos é, além das habilidades poliglóticas

do amigo, sua pertença à Academia, onde inclusive funcionava o curso. A indicação, contudo, é recusada pelo monarca – talvez por Coelho já deixar transparecer inclinações republicanas, talvez pelo receio de que não se dedicasse ao cargo à contento⁸¹. Essa última hipótese vem a calhar, se considerarmos algumas conjecturas. Latino Coelho, em carta a Teixeira de Vasconcelos (1816 – 1878)⁸² em agosto de 1860, teria dito que um “alto personagem”, um político, o teria acusado de ser improdutivo, de ser “*um estylo á procura de um assumpto*”. Apesar de não dizer quem seria, Xavier da Cunha supõe que possa ser D. Pedro V, sobretudo dada a referência: “político cujos chistes e donaires andavam em prolóquio” (Coelho *apud* Cunha, 1917, p. 46), para ele bem explícita para os que viveram na época.

Xavier da Cunha manifestava-se sempre em defesa inequívoca de Latino Coelho, seja nessa crítica desferida a ele supostamente por D. Pedro V, seja no que diz respeito a uma caricatura e texto satírico publicado em uma edição de 1857 de *O Asmodeu*. Enquanto a publicação satírica enfatiza irônica e negativamente o caráter enciclopédico da atuação de Latino Coelho, Cunha reitera esse aspecto como qualidade admirável, uma “laboriosidade versátil” (*Idem*, p. 74). Essa característica de Latino é a que lhe dá, ao mesmo tempo, a fama de erudito enciclopédico e de inconstante. É fato que as biografias de Almeida Garrett no *Panorama* e de António de Castilho na *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil* ficaram inacabadas, bem como diversos outros textos e empreitadas que intentou. Seus críticos apontavam para uma inércia, ou um mal hábito que atravessa a produtividade e que o autor deixa-se entregar. Seus adoradores procuram justificativas mais nobres. É o que faz Cunha, socorrendo-se em Teixeira de Vasconcelos e Pinheiro Chagas. Do primeiro, subtrai trecho em que se afirma que a inata habilidade enciclopédica, por si só, requer mais tempo do que é possível dispor qualquer pessoa, o que inevitavelmente leva a se negligenciar alguns assuntos; do segundo, na mesma perspectiva, seria o constante encantamento com o mundo, a inesgotável capacidade de manejar todos os assuntos que o levaria a descuidar de alguns. Dessa versatilidade dá testemunho o próprio elogiado, em reprodução da carta a Teixeira de Vasconcelos já mencionada:

Com as amarguras que me visitaram precoces, e com uma doença que me influi entranhável melancolia, senti a necessidade de exercer o espirito em coisas estranhas aos meus estudos habituais, porque sempre me enojou a monotonia de

⁸¹ Cf. Nascimento, 2015.

⁸² António Augusto Teixeira de Vasconcelos foi escritor e colaborador em diversas revistas literárias. Desempenhou a função de vice-presidente da Academia Real de Ciências de Lisboa.

um assumpto continuado, nem compreendi como um homem póde servir-se exclusivamente de uma das muitas faces da intelligência. (...) A minha organização, excetricamente nervosa, irrita-se com a perspectiva de longos fólios a escrever. Custa-me a ter perseverança para seguir a mesma idéa, e há em mim um horror innato de poder, escrevendo volumosas composições, cair em tedioso” (Coelho *apud* Cunha, op. cit., p. 76 -77).

O que os críticos entendem como relapso, preguiça ou falta de determinação, os admiradores, como é o caso do redator que nos intermedia, leem como grande virtude reveladora do eruditismo.

A admiração nutrida por Xavier da Cunha ao anfitrião dessa casa, onde circulavam Latino Coelho e diversas outras figuras de relevo, é reiterada diversas vezes. Um misto de orgulho e deslumbre revela-se, por exemplo, na transposição da carta que Feliciano de Castilho lhe endereça a fim de assistir à demonstração do método em escola de meninas promovida pela “Associação Promotora da Educação Popular”. Considerando o relevo dado pelo bibliotecário à carta, aqui a reproduzo:

Illmo. Sr.

Meu poeta:

Muito empenhadamente o convido a ir ámanhã ao meio-dia assistir a uma demonstração pratica do methodo portuguez na escola de meninas, Rua do Sol ao Rato.

Estas coisas de arrotear o futuro pela instrucção do povo pertencem á gente moça, e á gente moça de talento distincto principalmente. V. S^a tem portanto ali o seu logar, e em acceital-o dará muito prazer ao

De V.S.

admirador e amigo

muito obridago

3 de agosto de 1859

(assignado autographicamente) A. F. Castilho (Cunha, 1917, p. 29)

Era prática comum de Castilho fazer exhibições do método, convidando figuras de relevo para assistir – assim faz reiteradas vezes com representantes do governo, por exemplo. O faz também, contudo, com “jovens promissores”, os quais acolhe como discípulos, na expectativa de que se tornem também eles advogados e multiplicadores do método, como o foi Luiz Filipe Leite (1828 – 1898).

O breve relato que segue à reprodução da carta é de entusiasmo. Não especifica os méritos pedagógicos do método, mas sim exalta a figura de Castilho quase como um

“encantador de crianças”, retomando a menção a essa característica do poeta-pedagogo. Refere-se, ainda, à visita de D. Pedro V registrada no “Álbum de visitantes”.

Um dos grandes arautos do método de leitura de Castilho foi justamente o Filipe Leite, que o seguia inquestionavelmente. O poeta refere-se ao pupilo em tom paternal, como na carta que escreve à esposa (Castilho, 1910, vol. IV, p. 23), em que discute o futuro do “nosso Leite”. Na correspondência, divaga sobre possibilidades para o seu futuro, como uma possível ida ao Brasil, apresentado como lugar fértil para enriquecimento, e mais objetivamente sobre a possibilidade de assumir a direção da Escola Normal de Lisboa, possibilidade essa que se efetiva, sendo ele o primeiro diretor do estabelecimento. Tal direção foi mesmo articulada por Castilho, que recusa o cargo que o havia sido oferecido, e para o qual indica Filipe Leite.

Um sujeito que permeia esta rede, apesar de ter menos visibilidade, dado não ter composto o escol de poetas românticos, é António da Silva Tulio. Sem grandes produções intelectuais, sua atuação sobressaiu-se como alguém que viabilizava as empreitadas, dava suporte, representava, conectava, contactava. Com frequência figurou ao lado de Alexandre Herculano nas audiências com a Coroa, na ocasião em que representava a Sociedade Madrépora do Rio de Janeiro⁸³. Sua proximidade com Herculano passa também pelo âmbito da normatização da língua, interesse que explicita na seção que inaugurará no *Archivo Pittoresco* a partir de 1860. Em artigo publicado na mesma revista⁸⁴, Tulio menciona ter sido encarregado por Herculano de fazer acréscimos ao Dicionário de Ramalho, do qual aquele era proprietário. Esse é, aliás, o mesmo dicionário comprado pela Academia de Ciências em 1870 para servir de ponto de partida à elaboração de uma norma nacional, sob a coordenação de Latino Coelho. Isso pode ser um indício de que Silva Túlio vinha trabalhando nisso antes da tentativa de institucionalização pela Academia (ele também esteve na Comissão nomeada pela Academia para elaborar um diagnóstico e uma proposta), corroborado pelos seus "Estudos de Língua Materna" datados de 1850.

Além desses vínculos, e de ter sido figura próxima de Castilho, apoiando-o em empreitadas de divulgação e implementação do seu método, é mencionado no prólogo e nas dedicatórias de outros autores. Em diversos volumes do *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal*, por exemplo, José Silvestre Ribeiro refere-se à ele. Além de agradecer à Academia Real de Ciências de Lisboa pela impressão

⁸³ Características da associação, bem como o vínculo com Silva Túlio, serão desenvolvidos no último capítulo.

⁸⁴ *Archivo Pittoresco*, 1861, n. 51, p. 404.

da coleção, o faz nominalmente a Silva Túlio, “ilustre sócio efetivo da mesma academia” - no XII volume já “sócio de mérito” – pelo seu papel de fiscalização enquanto administrador e corretor da respectiva tipografia.

Essa função operacional é também assumida em outros contextos. Em 1858 foi secretário da “Associação Promotora da Educação Popular”, conforme consta no extrato das atas da dita associação publicada como prefácio das “Cartas sobre as Escolas Populares pelos excelentíssimos senhores J. M. do Casal Ribeiro e A. F. de Castilho”, 1859. Vale um à parte sobre a associação. Tendo sua fundação articulada por Feliciano de Castilho em 1856, sua principal atuação será na manutenção de escolas populares pelo *Método Português*. Dentre as escolas mantidas pela associação, localizamos as seguintes: escola de meninas na freguesia de Santa Isabel, instituída em 1856, responsável pe. José Jacinto; escola de meninas na freguesia de S. Thomé (rua de S. Salvador), instituída em 1859; escola noturna gratuita para adultos em Coimbra, sob a regência de Francisco Marques Perdigão e Escola Casal Ribeiro.

Um dos maiores entusiastas desse método será exatamente o pároco da freguesia de Santa Isabel, José Jacinto Tavares⁸⁵, cujo discurso animado foi reproduzido no sexto número da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brazil*, editada por Castilho e Luís Filipe Leite, sobre a qual discorreremos adiante. A mesma revista havia anunciado em seu primeiro número que a escola de Santa Isabel foi declarada Normal, a fim de formar mestras para o ensino pelo método.

A vinculação com o método de Castilho era intrínseca até mesmo à sobrevivência da associação. Além das cotas dos sócios e doações, parte da receita advinha da venda do manual *Methodo Portuguez de Castilho*. No Relatório da Associação, publicado no sétimo número da *Revista da Instrução Pública*, identifica-se um entusiasmo em relação aos rumos da agremiação, que contava então com 181 sócios⁸⁶, gabava-se do aproveitamento das crianças em suas escolas e tinha ainda muitos pretendentes à admissão nas mesmas. Silvestre Ribeiro, ao mencionar o relatório, destaca os elogios ao já citado pároco Tavares e também a Manuel José Mendes, um dos fundadores da associação. No caso desse último, é destacada a ação que realiza em seu *Colégio artístico-comercial*, aceitando alunos que não pudessem pagar e, especificamente, oferecendo mais doze lugares para educar alunos externos.

⁸⁵ O padre é signatário dos estatutos da associação.

⁸⁶ Dentre os assinantes dos seus estatutos, aprovados em 1858, encontram-se figuras políticas de destaque, como Duque de Saldanha (1790 – 1876) e Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787 – 1858).

A *Associação Promotora da Educação Popular* assume também o lugar de microcosmo da rede de sociabilidade, espaço de conexão entre os intelectuais para a efetivação do projeto de educação regenerador. As cerimônias de premiação da “Escola Casal Ribeiro”, instituída pela associação, eram um momento de aglutinação e mobilização, no qual sempre estavam vinculados António da Silva Túlio; António Feliciano de Castilho e Luiz Filipe Leite, como diretor da Escola Normal, a qual envia alunos-mestres para auxiliar na docência e para compor o júri dos exames. Diversas são as ocasiões em que é mencionada no *Archivo Pittoresco*, como em artigo intitulado “Parabéns à Instrucção Pública” (1859, n. 39), que pretende dar visibilidade às ações da associação e também ao *Método Portuguez de Leitura*.

A proximidade de Silva Túlio com António Feliciano de Castilho não se resumia a secretariar a associação criada por este último, originando-se de uma relação de confiança mais antiga. Ao menos desde 1850, quando Túlio atuou como procurador de Castilho enquanto este esteve em São Miguel. Nesse sentido, o poeta declara que seja ouvido nessa qualidade, dado que “mais empenho tem elle do que eu próprio, em organizar um pouco, se possivel fôr, a minha fortuna” (Castilho, 1910, vol. I, p. 157). O empenho relatado possivelmente relaciona-se com a familiaridade entre ambos, que pode ser inferida a partir das diversas cartas trocadas. Uma delas é bastante elucidativa, e trata-se de uma reprimenda feita por Castilho ao amigo, por faltar no sarau em sua casa:

Ex.mo Sr. E Amigo.

Se eu tivesse um relógio, mandava-lho com um criado para lhe dar corda todos os dias, e para lh’o o trazer sempre na mão diante dos olhos. Que diabo de homem é V. E., para se esquecer de nós no sabbado passado, que esteve de appetite? É uma daquelas que custam a perdoar.

Sabbado que vem, temos aqui a Rossi, autorizada para cantar, disposta e com muito gôsto para o fazer. (...) Tenho citado a todos os poetas, para trazerem cada um a sua poesia em louvor d’ella. V. E., ainda que o não seja de profissão, sabe e pode fazer muito bem um trechosinho lyric, para não ficar atrás de todos. Resolva-se, trabalhe; peço-lh’o por si, por ella, e por mim. Se a musa embirrar, e não der nada de si, venha assim mesmo; venha em verso; venha em prosa; venha sem prosa; mas venha, que de todo o modo bem sabe que dá muito gôsto a quem tem a honra de ser.

De V. E.

Amigo velho e cada vez mais obrigado
Palacio do Sarmiento, 17 de Janeiro de 1853.
(Castilho, 1910, vol. II, pp. 68-69)

A informalidade do tratamento, da escrita e do assunto revelam uma relação de amizade de tempos, numa abordagem bastante pessoal que permite ralhar com o amigo e intimá-lo não só a que vá ao sarau na próxima semana, mas que leve a sua poesia em louvor da cantora, mesmo que não seja poeta “de profissão”. O curto intervalo entre o encontro perdido e o vindouro indicam também uma possível regularidade nessas reuniões festivas.

Castilho parece ter razão ao invocar Silva Tulio como um sujeito bem quisto. Não foi só Silvestre Ribeiro quem o agradece em sua obra monumental. Manuel Pinheiro Chagas, mais do que agradecer, dedica o seu livro “Portugueses Ilustres”, publicado originalmente em 1869, a Silva Túlio e Inocêncio Francisco da Silva, que teriam atuado como revisores da obra, assim os referindo:

aceitaram eles com benevolência a missão de que ousei encarrega-los, e prestaram-me o seu valiosíssimo concurso. Eu não podia escolher melhor. Os senhores Silva Túlio e Inocêncio da Silva são dois mestres da língua, dois investigadores laboriosos e conscienciosíssimos, e são além disso dotados de um fino sentido crítico (Chagas, 1873, prólogo).

Esse breve itinerário de relações explicita esse lugar de operacionalização desempenhado por Silva Túlio, seja no registro de uma reunião, na representação de ausentes, na revisão de textos. E, além das afinidades e afetividades, deixa entrever um pouco do funcionamento daquilo que Ferreira (1979) apelidou de “escola do elogio mútuo”.

Conforme mencionamos no início desse capítulo, a figura de António Feliciano de Castilho ocupa um papel central não só na articulação, mas na inspiração desta rede. É Silva Tulio, por exemplo, quem lhe atribui o título de “príncipe dos poetas”⁸⁷, em contraposição à Garret. Por meio da carta-prefácio de Xavier da Cunha pudemos adentrar em um dos espaços privilegiados da rede de sociabilidade que analisamos, a casa de António Feliciano de Castilho, lugar de encontros, conversas, criação e inspiração. É o lugar em que se misturam a vida privada, as lições escolares e os “saraus escolástico-literários” em que ele demonstrava a suposta eficácia do seu método de leitura. O seu poder de agregação e sedução estava também na maneira como manejava as relações pessoais e articulava os convívios.

⁸⁷ Em *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1859, vol. I, n. 10, pp. 442 – 452.

2.1. António Feliciano de Castilho: tríplice intelectual

Para melhor me poder entregar, e entregar-me todo, ao magistério santo das primeiras letras, tinha eu enterrado o poeta que em mim havia, como muitas braças para baixo d'elle, enterra o politico; o politico, ninguém m'o ha de jamais ressuscitar, mas o poeta vou evocal-o eu mesmo, a ver se ainda me traz algum canto de **civilização** (...) (Castilho, 1910⁸⁸)

Dentre os mais diversos papéis sociais desempenhados pelos intelectuais, é inegável que se destaca na trajetória de Castilho a de um cruzado da educação popular. Ribeiro de Sá salienta o fato de que cedo o poeta teria constatado a “necessidade de instruir Portugal, distinguindo nas trevas a causa de muitas desgraças” (Revista Universal Lisbonense, 1847, n. 1, p. 1), referindo-se à iniciativa de criar a revista, em 1841, contribuindo para mobilização de literatos em prol da mesma causa, como colaboradores. Consagrado como poeta, mas defensor fervoroso do método de leitura que ele mesmo criou, era figura de destaque na rede de sociabilidade intelectual do ciclo histórico que destacamos.

De fato, o percebemos como um articulador de redes intelectuais que pautou sua atuação na multiplicidade de intervenções. António Feliciano de Castilho teria sido, então, um influenciador, ao conduzir uma geração de poetas românticos e, posteriormente, uma discussão normativa sobre a língua? Teria sido um organizador, ao criar associações para promoção da educação popular, instituir um método de ensino da leitura e escrita pautado na norma linguística ortofônica e ao procurar torná-lo oficial nas escolas públicas? Ou teria sido divulgador, um mediador cultural, ao dirigir, editar e colaborar com revistas que pretendiam a vulgarização do conhecimento? Nem um, nem outro apenas, Castilho desempenhou o papel de um tríplice intelectual.

Sua reputação como poeta, seu papel no romantismo português e até mesmo a disputa acerca da sua legitimidade em relação a Herculano e Garrett são já assunto bastante debatido⁸⁹, tendo sido abordado também no primeiro capítulo deste trabalho. Independente das críticas que possam ser atribuídas ao seu estilo, não resta dúvidas de que influenciou toda uma geração de poetas, e que era tido como autoridade no assunto. Nesse sentido, seu papel de influenciador é indubitável. Consideramos, todavia, que ele se alarga da poesia à ortografia, ao menos em tentativa.

⁸⁸ Vol. II, p. 23. *Carta ao insigne compositor F. N. dos Santos Pinto*, Lisboa, 21/08/1852.

⁸⁹ Cf. França, J. (1999). *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte; Ferreira, A. (1979). *Perspectiva do Romantismo português*. Lisboa: Moraes Editores.

Desde ao menos a década de 1840 Castilho incomoda-se com o que refere como anarquia ortográfica. "Há mais de trinta tratados de ortographia, e ortographia não existe" (*A quem pode - Memorial sobre a ortografia portuguesa, In A Semana, 1851, p. 543*) queixava-se, exprimindo vergonha pela situação e pelo imobilismo que diagnosticava tanto no Estado quanto na Academia Real de Ciências.

Em artigo intitulado "Ortographia portugueza", relata que há muito esse é um aspecto que lhe tem preocupado, o que ilustra com uma historieta ocorrida em fins de 1842, quando seu amigo José Frederico Pereira Marecos (1802 – 1844), então administrador da Tipografia Nacional, queixava-se da dificuldade de padronizar as publicações. Conta Castilho que sugeriu ao amigo desafiar a Academia de Ciências a realizar conferências ortográficas matinais todo domingo, a fim de discutir o lançamento das bases ortográficas, de modo a reduzi-las a regras claras que pudessem ser traduzidas em um guia ou manual ortográfico acessível (não mais caro do que 100 ou 120 réis), com tamanho adequado a ser transportado, de fácil consulta. Apesar do entusiasmo do amigo e da aprovação de Ministros e Secretários de Estado, que se comprometeram a adotá-lo, tão logo fosse publicado, o projeto não avançou.

Sua preocupação com a normatização ortográfica o leva a defender uma perspectiva normativa centrada na ortofonia. Nesse sentido, atribui a essa perspectiva um lugar de futuro, capaz também de contribuir para aquilo que vem ganhando cada vez mais a sua atenção, a ampliação do acesso à leitura. Assim, afirma:

Queremos a terra coberta de livros, como de um maná; queremos os livros para todos os paladares; queremos os quasi gratuitos, queremos os gratuitos, se pode ser, queremos os em todas as officinas e choupanas, em todos os palacios, em todas as feiras em todas as carroagens, em todos os navios, nas mãos de todos os activos, nas de todos os ociosos; aqui, ensinando; além, consolando; mais longe, distrahindo; sempre amigos, sempre reformadores, sempre credores, sempre progressivos; e para isto que nós queremos, e que vós quereis tambem, porque sois homens, e tendes os vossos interesses ligados com os de todos os outros, para isto uma das condições é que expurguemos a escripta e a leitura destas miseráveis difficuldades cerebrinas, mas difficuldades monstruosas, que nem vós, nem nós, nem algum dos que sabem leer, podem á justa avaliar (...). Se é para desejar que todo o povo falle bem e uniformemente, problema para cuja resolução nada tem contribuido, nem podia contribuir, a graphia etymologica; apresenta-se com a adopção da ortographia sonica um expediente facil e natural: encarregue-se oficialmente a Academia Real das Sciencias de Lisboa de fazer o vocabulario orthoepico da lingua, como para o francez o executou a academia de França (...) (Castilho *in Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil, 1857, n. 2, p. 21*).

Sua defesa de uma ortografia que siga majoritariamente a fonética e não a etimologia é justificada pelo fato de esta ser a opção que promove não só a padronização, mas que possibilita a ampliação da “ilustração e liberdade”. Como era do seu feitio, seu clamor é acompanhado de uma ação prática. Por mais de uma vez, procura articular ações a fim de efetivar sua proposta. Em agosto de 1850, por exemplo, envia ao Ministério do Reino o pedido de auxílio para a publicação de um vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa, que pretende encetar junto a figuras reconhecidas nas ciências e letras. Apesar de, aparentemente, ter contado com uma sinalização positiva por parte do Conde de Tomar, os outros ministros sequer se manifestaram acerca da sua solicitação.

A mobilização junto à Academia das Ciências, à qual chama a responsabilidade na produção de um vocabulário ortoépico, teve mais desdobramentos, contudo também não chega a ser efetivada. Datada de 11 de julho de 1857, é assinada por diversos sujeitos da sua rede de sociabilidade. Além de Castilho, figuram: José Maria Grande, José da Silva Mendes Leal (1820 – 1886)⁹⁰, Latino Coelho, Duque de Saldanha, Thomaz de Carvalho, Lopes de Mendonça, Rebelo da Silva, A. F. de Figueiredo e Almeida, Oliveira Pimentel, Rodrigo da Fonseca Magalhães, António Gil, José Barbosa de Figueiredo Castelo Branco e António José Viale.

O referido documento traz à tona uma interessante proposição que busca conciliar os argumentos presentes nos dois sistemas, etimológico e fônico. Note-se que é uma conciliação entre os sujeitos, e não entre os sistemas em si. Na prática, isto significaria a elaboração de dois vocabulários distintos, um para o “povo”, outro para os eruditos.

Propomos que a secção litteraria da academia real das sciencias de Lisboa nomeie uma comissão do seu grêmio, para offerecer as bases em que se deve assentar a orthographia erudita portguezza. Que, approvadas essas bases pela secção, a mesma ou outra comissão harmonise com ellas todo o vocabulario nacional. (...) Propomos mais, que, além d’esta orthographia, a qual pressupõe conhecimentos que a maioria do povo não tem, não póde ter, nem mesmo conviria ambicionasse, se busque estabelecer para o seu uzo, outra rigorosamente prosódica, com a qual para o diante poderão ser escriptas todas quantas obras se endereçarem immediatamente à cultura e illustração das classes rustica e operaria, e de todos aquelles individuos que não podem aspirar a iniciações litterarias e philologicas (*In Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, 1857, n. 2, p. 22).

⁹⁰ Escritor, diplomata e político, desempenhou também função de diretor da Biblioteca Nacional de Portugal. Colaborou em diversas revistas literárias e foi deputado em várias legislaturas.

Apresenta-se, assim, um projeto de leitores associado a um projeto de país, em que se distinguem claramente os leitores eruditos, que falam, escrevem e leem diversos tipos de texto produzidos sob uma orientação ortográfica que pressupõe a etimologia; e os leitores populares, para os quais são destinadas leituras de cunho civilizador escritas sob a simplificação da ortografia fonética. De fato, foi nomeada uma comissão para examinar a proposta, composta por alguns dos que a assinam: Latino Coelho, José Viale, Mendes Leal e o próprio Castilho, acrescida por Magalhães Coutinho. Contudo, o projeto não se efetivou. Aliás, a referida academia só leva a termo a publicação de um dicionário completo em 2001, reconhecendo:

A Academia das Ciências de Lisboa deve ser talvez, de todas as suas homólogas europeias fundadas no século XVIII, uma das poucas que, na sua já longa existência de 222 anos, não conseguiu publicar um dicionário completo do seu próprio idioma. (...) Dir-se-ia que um insuperável obstáculo impedia os académicos de se adentrarem pelas restantes letras do alfabeto ” (Martins, 2001, p. IX).

Houve ainda outra tentativa, também falhada, da qual Castilho acaba não conseguindo participar efetivamente por motivo de doença. Em 1870, a Academia Real de Ciências nomeou uma comissão de diagnóstico a fim de se definir as diretrizes lexicológicas para a elaboração de um vocabulário normativo, fazendo um “estado da arte” acerca do manuscrito do dicionário iniciado pelo falecido Sr. Ramalho, comprado pela Academia. Castilho figuraria ao lado de outros intelectuais da rede, a saber, Marquez d’Avila e Bolama (presidente da comissão); A. José Viale, António da Silva Túllio, A. Soromenho, Inocêncio F. da Silva, D. José de Lacerda e Latino Coelho (redator), contudo, acaba por não participar da elaboração do documento por limitações de saúde, conforme indica o relatório (L. Coelho, 1870). Latino Coelho chegou a ser designado para dirigir a publicação, que começou a ser redigida, mas não foi finalizada⁹¹.

Apesar de nenhuma das iniciativas terem sido levadas a cabo, elas indicam não só a mobilização de Castilho na tentativa de efetivar a normatização ortográfica, mas também a atribuição de alguma legitimidade pelos seus pares, que figuraram a seu lado, sobretudo nas propostas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Mesmo que ecoassem divergências sobre sua perspectiva e, posteriormente, sobre o seu método de ensino, inclusive dentro da própria Academia, sua figura era digna de respeito, nem que legitimada

⁹¹ Cf. relatórios de Latino Coelho de 1871 e 1887, bem como parecer de Adolfo Coelho de 1870.

pela autoridade de poeta. Castilho teve ainda outros seguidores, como é o caso do Dr. Barbosa Leão, que organiza uma “Coleção de estudos e documentos a favor da reforma ortográfica em sentido sónico”, tomando Castilho como uma das referências.

A normatização ortográfica proposta por Castilho não pode ser pensada dissociada do seu método de ensino de leitura e escrita. O vínculo entre língua e instrução, ou entre uma questão literária e uma questão social, são inerentes ao seu pensamento e atuação. A simplificação ortográfica por ele defendida passa a ser sistematizada a partir da experiência de alfabetização em São Miguel, nos Açores, que conduz em fins da década de 1840. É então que percebe, a partir da prática alfabetizadora, que o uso de letras distintas para representar o mesmo som seria "a peor canceira para mestres e discipulos, e a mais ronceira rémora de progressos" (Castilho *in A Semana*, 1850, p. 355). A polissemia de sons de uma mesma letra, assim como de letras que não soam no falar seria motivo de grande confusão na aquisição de habilidades literárias.

Em sua perspectiva, os entraves advindos da complexidade da grafia desestimulavam os leitores principiantes, levando-os a desistir e interrompendo qualquer possível desenvolvimento do amor às letras.

todo o ponto é simplificar, uniformar, racionalisar a ortographia. N'uma das 'Notas para se lerem', que eu lancei no fim do drama 'Camões', mostrei, cuidando eu, a todas as luzes o mui facil modo como se podia crear e fazer pegar em pouco tempo uma ortographia nacional (*Idem*, p. 544).

É assim que desenvolve o *Método de Leitura Repentina* ou *Método Português de Leitura*, um modo de ensino de escrita em contraposição à “moda velha”. Uma carta dirigida ao professor Francisco de Bettencourt⁹², amigo de São Miguel a quem se refere como civilizador, é bastante elucidativa acerca do *modus operandi* do ensino da escrita, que deveria começar quando os discípulos têm já a capacidade de ler palavras soltas. “E a razão é porque assim a leitura e escrita, pelo muito que teem de commum, mutuamente se auxiliam” (Castilho, 1910, vol. II, p. 10-11).

Sem ter ainda como facultar o acesso à publicação, Castilho elabora um roteiro detalhado do método que elaborou, solicitando ao amigo que o transmita aos professores da Alagoa, da Candelaria e da Maia e depois comunicando os resultados da aplicação.

⁹² Datada de 21 de abril de 1851.

Assim, além de revelar percepções do autor sobre seu próprio método, expõe o modo prático de aplicá-lo, organizado em exercícios que enumeramos abaixo:

1. Repetição silábica de palavras em coro, seguindo o professor, que a cada sílaba marca com um passo e uma palma.
2. Desmembrando da sílaba à letra, ainda oralmente – Castilho acrescenta um gracejo que divertiria os meninos. Ao se explicar como fazer esse desmembramento, usa-se o exemplo da fala “estirada” do bêbado.
3. Utilização das letras móveis, como se fazendo o mesmo procedimento oral, todavia agora com a visualização das letras. Compõe-se palavras que devem ser divididas ora em sílabas, ora em letras (sempre considerando o valor fonético). Os discípulos devem, também, compor palavras.
4. Ensino do alfabeto manuscrito minúsculo (que Castilho aponta como sendo tarefa de dois ou três dias). Tal deve ser realizado com cartões pretos com letras manuscritas pintadas em branco, as quais devem ser copiadas pelos discípulos em uma ardósia ou tábua preta, falando em voz alta o nome da letra enquanto escreve. A ordenação desse baralho deve seguir a ordem de facilidade de grafia da letra, da mais fácil para a mais difícil. Após a cópia da letra, cuja grafia inicial supõe-se que seja imperfeita, o discípulo deve, por si próprio, confrontar a letra copiada à do baralho e identificar as diferenças e o que precisa ser aperfeiçoado (tal estratégia é deliberada e assumidamente tomada de Jacotot). Identificados os erros, deve-se apagar a letra copiada e fazê-la novamente, repetindo o procedimento até que esteja a contento para passar à próxima. Castilho aponta as vantagens desse “método”: “torna o principiante mais atento, habitua-lhe melhor na memória o feitio da letra exemplar, e, o que mais vale do que tudo isso, torna-o severo juiz de si mesmo, e sincero no accusar-se” (*Idem*, p. 13).
5. Ditado de palavras simples e fáceis, para cada discípulo individualmente, sendo que a escrita é intercalada pela silabação, processo já realizado nos primeiros passos, da seguinte forma: recitação ritmada das sílabas, pronúncia pelo som das letras, “à moda de bêbado”: “apenas o discípulo a ouve, repete-a desmembrada em syllabas, acompanhando a recitação de cada syllaba com uma palmada da mão direita na esquerda; escrita. Tudo deve ser repetido a cada sílaba, sendo auxiliado por um quadro que contenha todo o alfabeto para consulta” (*Idem, ibidem*).
6. Ensino do alfabeto manuscrito maiúsculo, segundo os mesmos passos do minúsculo.

Castilho adverte o amigo professor que o método como está indicado adequa-se perfeitamente ao ensino individual. Para uma sala numerosa, são necessárias adaptações, que passam por estratégias metodológicas que compartilha com o amigo: é preciso ter em conta a necessidade de várias tábuas pretas e também de vários baralhos de cartas do alfabeto. Não sendo possível que se tenha vários alfabetos, sugere-se dividi-lo entre os alunos e trocar quando completa a tarefa de copiar. Ainda no caso de escolas noturnas, outras adaptações são necessárias, também explicitadas por Castilho: deve-se ter uma tábua preta no centro, com o baralho de letras, e “ir chamando cada um para operar à vista de todos” (*Idem*, p.15). Dentre essas duas adaptações, não tem preferência por nenhuma delas, sendo as duas compatíveis com a velocidade de aprendizagem pregada pelo autor.

O escritor tem plena convicção sobre as vantagens e inovações apresentadas pelo método que sistematizou:

Pelo meu methodo de escrita repentina (é manifesto) fica desterrado o uso antiquissimo nas escolas de fazer riscos rectos, curvos, ligações, etc; aqui principia-se logo pelas letras. Outra praxe velha, que eu tambem proscreevi, fundado no exemplo das escolas de Jacotot, é de compassar e regradar o papel, em que se tem de escrever; compasso, regra e pauta são os olhos, os quaes desde o principio se devem educar para virem a fazer com cedo o que só tarde se conseguia pela moda velha; dantes aprendia-se a levar uma carreira de letras por entre dois muros de lapis, e depois tinha-se ainda de aprender a levar-a direita, quando esses muros desaparecessem; quer dizer que o segundo estudo inutilizava o primeiro. Jacotot quiz que se caminhasse sem andadeira; o resultado foi que se andou mais cedo” (*Idem*, p. 16).

Privilegia, assim, a escrita independente da caligrafia. Todavia, admite a importância de se delimitar o espaço entre palavras, o uso de maiúsculas no início de nomes próprios, a separação das sílabas de uma linha a outra, o comprimento de hastes e mais longas e a inclinação das letras. Tais aspectos são admitidos e encorajados, sem que se aponte o momento e a forma de fazê-lo. Seu veredicto sobre a caligrafia, no caso da instrução popular, é de que se trata de algo preterível. Seria elemento supérfluo no ensino da leitura, um verdadeiro **luxo para o povo**, portanto não essencial nem necessário. Bastava ir até a decodificação e reprodução das letras, mesmo de modo que a forma da escrita denunciasse um letramento básico e, portanto, escancarasse seu lugar no mundo: o de “povo”. Ainda assim, afirma ser algo de fácil resolução: tendo já dado ao aluno conhecer a leitura e a escrita, bastaria apresentar a ele modelos caligráficos bem feitos e, seguindo a

mesma proposta dos cartões, mandar que reproduzam, observem os erros, verbalizem quais sejam, corrijam.

A convicção de Feliciano de Castilho sobre a utilidade e eficácia do seu próprio método foi sempre anunciada por ele de forma enfática, declarando ser este o “único methodo possível para o ensino elementar” (Revista da Instrução Pública..., 1858, nº 7, p. 81), convicção que acompanhou seus inúmeros pedidos de avaliação às autoridades políticas ou acadêmicas. E que, justamente por isso, o impediu de aceitar negativas. Utilizou-se de toda a sua influência na tentativa de oficializar o método nas escolas públicas, coisa que acabou por não conseguir, possivelmente em função da falta de consenso acerca do método e da resistência enfrentada por parte de muitos mestres. O mais próximo disso que alcançou foi a nomeação para “Comissário Geral da Instrução Primária pelo Método Português”, em 1853, fato que abordaremos com mais detalhes adiante.

Se o poeta gozava de um lugar de destaque no mundo das letras e lhe coube influenciar toda uma geração na poesia, o seu lugar na educação não foi tão consensual, dando origem a inúmeras contendas, polêmicas e críticas, a que Castilho respondia sempre. Uma das mais ressentidas envolveu a Academia Real das Ciências de Lisboa. Já no envio da primeira edição do método ao Conselheiro Joaquim José da Costa de Macedo, então Secretário da Academia, em busca de um parecer, deixa antever a impossibilidade de crítica. Na carta que acompanha o exemplar remetido em outubro de 1850, expressa já na ocasião que acreditava no juízo positivo, afirmando que a aprovação por parte da instituição, socialmente legitimada, contribuiria para superar as resistências ao método e contribuiria para que se arraigasse e generalizasse. Antes mesmo de receber a apreciação negativa do método, manifestou por escrito, em nova carta, sua indignação com o descaso em relação a matéria que considerava de suma importância, dado terem se passado 55 dias sem resposta desde o envio, questionando se o método havia sido apresentado para a Academia, se foi julgado e, tendo sido, se o parecer foi favorável. Nesta ocasião, apesar de declarar, nesta carta, não se tratar de melindre pessoal, é possível identificar bastantes lamentos em suas cartas para amigos e familiares.

Os falhanços não são aceitos passivamente por Castilho, que jamais os atribui a defeitos do método, mas a quem o rejeita, ou o ignora.

Mas o que devéras humilha e desconsola, é ver que um “Conselho Superior de Instrução Publica” não ouse prescrever aos mestres, pagos pelo povo para lhe ensinarem os filhos, um methodo que tornando esse mesmo ensino mais agradável, o reduz à decima parte de tempo e de dispendio. O que devéras humilha

e desconsola, é ver que uma “Academia” denominada das “Sciencias” (...) convidada, rogada, instada, obsecrada, já de tres mezes, e por tres vezes sucessivas, para dizer ao publico a sua opinião sobre as vantagens, aliás provadissimas de tal methodo, não só a não emitisse ainda, mas consentisse impassível, como coisa defuncta! Que lhe enxovalhassem o grêmio, com a leitura de execrações contra o mesmo methodo, segundo a fama publica, e até agora, por ninguem contrariada (Castilho *in A Semana*, 1851, n. 2, p. 6)

Já sem a repercussão que esperava junto ao Conselho de Instrução Pública e diante do silêncio da Academia de Ciências, fica claro que a submissão ao órgão tinha apenas uma intenção ratificadora. Não passava pela ideia de Castilho qualquer contestação do que, no seu modo de ver, estava já avaliado pela experiência, carecia apenas da legitimidade acadêmica.

Sempre se declarando antes português do que autor, seu lamento e indignação passaria sempre por esse lugar, que ele considerava uma recusa deliberado ao progresso e à civilidade. Nessa empreitada em defesa do seu método, para ele a chave dessa regeneração, terá bastante espaço na revista *A Semana*, na altura dirigida pelo seu amigo António da Silva Túlio. É nesta revista que publicará sua resposta ao parecer negativo da Academia das Ciências, quando finalmente emitido, procurando responder ponto por ponto. É notável como o diretor toma partido da contenda. Antes de reproduzir o parecer da Academia e a respectiva resposta de Castilho, escreve ele mesmo uma introdução indignada, da qual destacamos alguns excertos:

Procurarei ser moderado, a despeito da dúplice injuria, que me parece haver-se feito ao senso comum e ao interesse publico. (...)

Se esta sentença da Academia não a deslustrasse, se não tendesse, ainda que impotentemente, a perpetuar no povo a ignorancia, deixa-la-ia passar como um daqueles acasos sem significação, e que ninguem analysa, como uma daquelas veleidades e fantasias (...).

Estava no capitulo do escarneo, no livro dos destinos, que nada houvesse nesta missiva que não fosse falso ou absurdo (...) (*A Semana*, 1851, n. 5, p. 53).

Não há dúvidas de que começa a se constituir, então, uma cisão entre os que veem em seu método uma poderosa ferramenta de ensino de leitura, ou simplesmente não admitem a possibilidade de algum equívoco na atuação do mestre, e os que o entendem como uma proposta de difícil facção e pouca efetividade. E, na sua cruzada em defesa do método, Castilho terá seus cavaleiros.

A polêmica perpassará a década, mas encontrará também apoio. Em 1858, Francisco Augusto Nogueira da Silva, diretor artístico do *Archivo Pittoresco*, assim

definirá a oposição ao método: "guerra irracionalíssima, injusta, portanto, impia e, por vezes, traiçoeira, que se declarou e sustenta ainda contra o methodo-portuguez e o homem que, com a vontade na intelligencia e a crença no coração, o creou e procura enraizal-o na eschola primaria (...)" (Nogueira da Silva *in* Archivo Pittoresco, 1858, n. 26, pp. 201-202). Sua crítica aos opositores (professores, literatos e políticos) desenvolver-se-á taxando de antemão o país como avesso ao progresso intelectual. Identifica os professores que se opõem como incapazes de "compreender e ensinar um methodo racional e engenhoso" (*Idem*) e acusa também os "deuses ou soberanos monopolistas das letras" que habitam o "olympio litterario", numa clara referência à Academia das Ciências.

Por outro lado, a proposta do poeta representa uma possibilidade incompreendida:

Castilho propondo-se a reformar a instrução primaria no sentido amplissimo do progresso intellectual e moral do povo; meditando porta mais rasgada e caminho menos complicado e labyrintoso por onde o filho do proletariado podesse entrar facilmente e correr aos braços da sciencia preliminar de todas as outras; querendo do coração que o povo se emancipasse da ignorancia que o conserva amarrando ao jugo tyrannico da dependencia e do privileio explorador da instrução e do talento, fez o que todo o homem de verdadeiro senso, de verdadeira humanidade e de verdadeiro engenho, faria, entregando-se definitivamente à resolução importante e benefica d'estes pontos (*Idem*, p. 202).

Seu entendimento sobre o que seria o "progresso moral e intelectual do povo" fica explícito ao longo do texto, e consiste numa educação que contemple os conhecimentos úteis à vida social, a curiosidade e a cultura intelectual – contudo, não irrestrita. Na sua perspectiva, a grande questão está em mobilizar o ensino para a vida prática, e não pessoas que vão "ler Homero, Horacio, ou Virgilio, no texto original e, sobretudo, formar pedantes" (*Idem, ibidem*), afinando-se com o que já foi aqui apresentado em relação ao que se deve dar a ler ao povo. Lembre-se de que a própria ortofonia como base normativa proposta por Castilho relacionava-se a dicotomizar a produção intelectual, separando aquela voltada ao povo daquela voltada aos eruditos.

Nogueira da Silva, numa defesa apaixonada, taxa como ridículos os argumentos dos impugnadores, defendendo que a grafia não faria confundir uma palavra com outra, dada sua inserção num contexto (se não se confunde na conversa, assim também não se daria na escrita). No campo político também aponta distratores, o que dever-se-ia, sobretudo, pelo fato de Castilho ter apontado a urgência de se nomear um ministro da instrução pública, o que foi lido como oportunismo, como um desejo dele de ocupar o cargo.

Manuel Pinheiro Chagas também se apresenta como adulator da sua atuação pedagógica e do método. Em artigo sobre a situação da instrução primária em Portugal, ao comparar a disposição de governantes e governados para a questão – que considera muito aquém dos esforços feitos nas nações que exemplifica como civilizadas, Inglaterra e França -, situa a atuação de Castilho como exemplar e muito distante do marasmo que recairia sobre os portugueses.

Há em Portugal uma grande intelligencia, um prestantissimo cidadão que sacrificou à sua pátria uma grande parte do seu tempo, dos seus haveres e da sua gloria. Privou-se de uma porção dos loiros que lhe enramariam a lyra quatorze annos ociosa, do oiro que lhe renderiam as suas obras litterarias tão procuradas por todos, para contribuir, quando podesse, para a resolução d'esse grande problema que interessa não só a patria, mas a humanidade. Trabalhou por descobrir um methodo que ampliase a instrucção elemental, simplificando ao mesmo tempo o ensino, que diminuísse o tempo empregado em adquirir-a gravando-a ao mesmo tempo mais fundo no espirito das crianças, que aformoseasse a eschola e a tornasse, em vez de inferno, paraíso, em vez de carcere que afugentasse as crianças, florida alfombra que as attrahisse. Conseguindo isto, estava resolvido o tríplice problema. Estava simplificado o trabalho do mestre, quasi destruida a reluctancia dos paes, transformada em engodo a negação das crianças para o estudo. Consegui-o com o *Methodo Portuguez*, o nosso grande poeta Antonio Feliciano de Castilho (*Archivo Pittoresco*, 1865, vol. VIII, n. 3, p. 19)

Feito o elogio, apressa-se em denunciar o descaso com sua proposta, que deveria ter sido não só acolhida mas disputada entre as províncias, paróquias, governos locais e entidades em uma nação civilizada como a Inglaterra. Nas três partes seguintes (1865, n. 3, n. 4 e n. 7), faz a exaltação da resiliência britânica em seguir no caminho da civilização. Seu argumento funda-se em apresentar um cenário de dificuldades em Inglaterra, mostrando, contudo, que ela não deixa de investir na educação. Seu intento é, a título de exemplo, mostrar o funcionamento da instrução primária no território britânico. Retomando o fato de que a Inglaterra teria achado um bom termo legal para garantir a instrução, "de modo que, qualquer que seja o destino que queiram dar a seus filhos, encontram sempre a necessidade preliminar de os enviar à eschola" (AP, 1865, vol. VIII, n. 7, p. 55), aponta que o país estaria, contudo, ainda às voltas com um problema: como seduzir as crianças, sobretudo as mais pobres, à escola, dado preferirem as ruas do que as severidades do mestre. É então que retoma o Método Castilho. Portugal teria a solução que a Inglaterra procura, mas não a vontade.

Vê-se, pois, que na Inglaterra se compreende a instrução popular, como uma obra sagrada em que cada um quer tomar parte, que os ingleses empreendem com um ardor de propaganda, com um zelo, com um fervor verdadeiramente extraordinários. A Inglaterra é, talvez o país onde mais se escreve sobre a instrução primária, e todas as questões que lhe dizem respeito são debatidas com tanto entusiasmo, como em Portugal as que versam acerca dos escandalos e ridiculos da vida particular dos homens de estado (*Idem*, p. 56).

Lamenta que, diferente da Inglaterra, a iniciativa particular em Portugal não tenha a disponibilidade para um papel mais ativo na instrução popular. Sua sentença, ao fim ao cabo, consiste em 1. apelar à classe sacerdotal para tomar a frente da iniciativa privada da instrução e 2. clamar que se defina de uma vez um parecer explícito acerca do *Método Portuguez*.

Mais de uma vez Pinheiro Chagas manifesta-se como entusiasta do seu método, tido como a fórmula para suprir os defeitos da escola primária, por apresentar-se como um método adequado, o que significa rapidez e capacidade de ser atrativo aos discípulos.

Apesar das polémicas, que talvez tenham ganhado tanto destaque pelo fato de o próprio Castilho repercuti-las por meio de republicações com caráter denunciador e respostas, houve alguma adesão entre os professores, e reconhecimento, inclusive póstumo. O livro de António da Costa, originalmente publicado em 1871 mas reeditado em 1900, que se propunha a fazer uma história da educação popular, atribui a Castilho um lugar de destaque nessa empreitada, comparando-o em grandeza e importância a Camões⁹³. Ao falar de dois viajantes portugueses que retornam, um em 1570 outro em 1850⁹⁴, afirma que ambos traziam

uma obra oferecida à pátria. (...) “Os Lusíadas” eram o túmulo da esperança. O “Método português” o berço de uma redenção. Em séculos diferentes vinham ambos de trabalhar em bem da pátria, como sabem trabalhar dois espíritos de amor (...).

Para a instrução popular, de que nos ocupamos, quem era este homem que assim desembarcava em Lisboa? Donde vinha e a que vinha?

Estava no vigor dos anos, da inteligência e do trabalho. Vinha principiar um apostolado, quando já tinha presenteado a pátria com escritos que na hora de morrer todos invejariam. (...) E todavia este homem trazia uma obra civilizadora, que valia por quantas escrevera até ali e por quantas havia de escrever no futuro. Não nos referimos só ao simples “Método”, mas sobretudo ao espírito da obra que vinha plantar (Costa, 1900, p. 204-205).

⁹³ Essa alusão já havia sido feita pelo próprio Castilho, ao dizer que “também eu escrevi uns Lusíadas”.

⁹⁴ Referia-se ao retorno de Castilho dos Açores ao continente.

Sua abordagem segue na linha de uma defesa irrefutável do método. Para Costa, este ocuparia, na verdade, um lugar mais importante do que um simples método. Teria sido uma revolução na instrução popular, constituindo-se como uma lei fundamental da pedagogia para o povo. Assim, entende a atuação de Castilho como alguém que se dedicou a ilustrar os povos, e cuja atuação em Ponta Delgada entre 1847 e 1850 havia sido fundamental para o florescimento da semente da instrução popular. Afirma o autor: “tinha durante três anos transformado a ilha [de S. Miguel] pelas escolas, pelo derramamento das ideias a respeito da instrução e pelas diversas manifestações da missão educativa” (*Idem*, p. 207). Teria sido essa experiência que abriu as portas para o alargamento da sua atuação em Lisboa, da qual destaca algumas iniciativas:

- criação do colégio “o Pórtico”, que serviu de sede para ministrar aulas normais para explicar seu método.
- curso ministrado no Palácio Sarmiento em 1852. Com duração de 12 meses, Costa afirma terem participado 600 crianças e pessoas de todas as classes sociais.
- criação do cargo de Comissário Geral de Instrução Primária em 1853, ocupado pelo próprio Castilho, criado a partir da sua mobilização.
- cursos ministrados em outros locais do país a partir da criação do cargo em Lisboa.

Sobre a continuidade da utilização do método, afirma o autor que, em pesquisa de 1868⁹⁵, “o método se mantinha nas escolas que o adotavam com resultados bons, e em muitas delas com resultados admiráveis” (*idem*, p. 209). As escolas citadas, dentre as que adotaram e continuavam a desenvolver o método, são as seguintes: escolas normais⁹⁶, escolas primárias regidas pelos normalistas, asilos da infância desvalida, casa pia de Lisboa, escolas Casal Ribeiro, Suberra, Benfica, escolas da associação beneficente S. Sebastião, escolas das Portas da Cruz, Colégio europeu, Colégio de S. Bento, Seminário de S. Fiel em Castelo Branco, Ilha de S. Miguel (Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes: escola central de Ponta Delgada e das Sete Cidades) e em outras não nomeadas.

Não tivemos oportunidade de verificar a efetiva aplicação do método nas referidas escolas e seus desdobramentos. A abordagem de António da Costa, contudo, traz luz ao

⁹⁵ Cita a fonte da pesquisa: Ofícios dos governadores civis de Évora, Viseu, Castelo Branco e Bragança, e dos presidentes das associações e escolas beneficentes, no ano de 1868, no arquivo da comissão geral.

⁹⁶ Dado ter sido o seu pupilo Luís Filipe Leite o primeiro diretor da Escola Normal, faz sentido que assim seja.

papel que Castilho deseja assumir a partir da década de 1850, declarando a “morte” do poeta para dar lugar ao educador⁹⁷. Dirigindo-se a Silva Túlio, assim manifesta:

De hoje em diante, meu amigo, já não hei de tornar a ver mais este poeta que tanto me enflorou a mocidade, se não assim por sonhos furtivos (...). Quero sim, e peço-lhe, mais hymnos para incitamento do estudo, da lavoira, da industria, das fiandeiras (...) (*A Semana*, 1851, n. 1, p. 5)

Ao defender a mudança de uma poesia que passa de cantora de amenidades para tornar-se “fecunda, activa, séria, religiosa, agricultora, operaria e fraternal” (*Idem*), está a falar, metaforicamente, sobre o povo.

Podemos afirmar que esse Castilho educador, mesmo com vozes contrárias, é reconhecido pelos pares, e sua atuação nesse campo será alavancada pelos periódicos de sua rede de sociabilidade. A noção de “popular” passa a ser comumente associada à sua produção ou atuação. Uma sequência de artigos da *Semana* é elucidativa. Intitulada como “Poesia Popular”, inicia-se com um texto de Silva Túlio sobre uma poesia escrita por Castilho para ser cantada em ações de peditório da *Associação dos Amigos das Letras e das Artes* de S. Miguel a fim de financiar ações de instrução. Na introdução que antecede, Tulio não deixa de consagrar essa vinculação entre Castilho e as iniciativas “populares”, inclusive por meio da poesia.

É o que na linguagem amena e eloquente de uma vigorosa poesia, nos acordes maviosos e insinuantes de uma lyra, já desde muito avesada a cantar amores, mas amores de povo, amores de civilização, amores de humanidade, quiz significar o sr. Castilhho na mimosa poesia que hoje damos à estampa (*A Semana*, 1851, vol. II, p. 454)

Indicado por Júlio Soares da Rocha Pereira como *o mais notável apóstolo do ensino* (Pereira, 1921, p. 64), a produção pedagógica de Castilho e o discurso que defende a partir do seu método estão muito vinculados com uma necessidade de se desenvolver uma pedagogia portuguesa, sem transposição de modelos estrangeiros, atrelado a um discurso sobre a vocação da nação. Apesar de ter inspirado seu método no francês Lamare, cada vez mais reforça o argumento de que este ponto de partida ficou distante no exercício de contemplar a realidade portuguesa. A própria escolha do nome “método português” reflete essa pretensão de nacionalização.

⁹⁷ Para uma abordagem acerca de Castilho educador, Cf. Magalhães (2003b).

2.1.1. *Redes e interconexões no além-mar*

Essas redes, interconexões mais amplas nas quais circula, por exemplo, o projeto de nação que tinha por pressuposto essa irmandade com o Brasil, são constituídas por microclimas, pequenos agrupamentos em torno de uma pessoa ou de uma ideia. Consideramos que Castilho é articulador de um microclima acerca da defesa da “instrução popular” como condição para a cidadania, traduzido nas ações de publicação, aplicação e divulgação de seu método de leitura. Tais ações ancoraram-se também nesse pressuposto de um desenvolvimento fundado nas relações com o Brasil. Em carta ao redator de *A Revolução de Setembro* em 13 de abril de 1853, manifesta essa visão entusiástica de futuro para o Brasil. Ao lamentar-se sobre a falta de possibilidades financeiras para a sua família, afirma:

Portugal, onde a vida literária é, por ora, de todos os baldios o mais estéril; o meu Portugal, o nosso Portugal, não me apresentava a mínima probabilidade, nem possibilidade, sequer, par a realização d’esta minha santa e já tardia avareza. Ocorreu-me, não podia deixar de me ocorrer, o Paiz, que ainda ha pouco era tambem Portugal; o Imperio grande, onde todos temos parentes; onde os appellidos são os das nossas familias; onde se fala, se lê, e se escreve a nossa Lingua, onde o Throno é irmão do nosso Throno; onde o Chefe de Estado, filho de Dom Pedro Grande, e Dom Pedro Grande elle mesmo, ama, cultiva, e honra as Letras, e semeia n’um presente grandioso um futuro incalculavel. (...) Só ali é que eu podia aspirar a converter em facto a minha utopia doméstica, sem ao mesmo tempo renunciar a outra de servir aos máximos interesses da familia humana (Castilho, 1910, vol. II, p. 89-90).

Nesse caso, trata-se de uma percepção centrada na sua trajetória pessoal. O Brasil representa uma possibilidade de sucesso financeiro e a continuidade do seu trabalho intelectual. A propósito, há quem diga que, mesmo quando lutava incessantemente em prol da “instrução popular”, estava tentando promover a **sua** figura e o **seu** método. Alguns chegaram a descrever uma luta egóica pelo reconhecimento, como o fez Teófilo Braga⁹⁸, que destacara essa característica ao considerar Castilho como uma espécie de mentor de um grupo que integrava o que ele apelida como *pedantocracia portuguesa*, centrada no elogio mútuo (Braga, 1987)⁹⁹.

⁹⁸ Teófilo Braga (1843-1924), identificado com a chamada “Geração de 70”, que se contrapõe à Castilho e aos intelectuais de seu ciclo histórico.

⁹⁹ Cf. capítulo 1.

Apesar de manifestar o desejo de migrar, a intenção de Castilho, ao que tudo indica, não era efetivamente fixar residência no Brasil, mas tentar visibilidade e reconhecimento em Portugal. Era uma tentativa de pressionar as autoridades, sobretudo o Conselho Superior de Instrução Pública, a reconhecer seu método, oferecendo meios que o “convencesse” a permanecer em solo lusitano. E, de fato, foi o que aconteceu, com a nomeação de Castilho para “Comissário geral da Instrução Primária”¹⁰⁰ pelo Ministério do Reino em agosto de 1853. O cargo foi criado justamente para ser atribuído ao poeta. Parece-nos uma boa jogada de ambos os lados: da parte do escritor, em pressionar o governo, ameaçando abandonar Portugal e fixar-se no Brasil; da parte do governo, apaziguar os seus ânimos sem, todavia, satisfazer totalmente seu desejo, que seria oficializar o *Método de Leitura Repentina*, garantindo a implementação em todas as escolas públicas. De fato, a utilização do *Método* nessas escolas seria algo muito disperso, até isolado. O que os esforços de Castilho conseguem é que seja utilizado nas escolas privadas vinculadas a associações beneficentes, como a *Associação Promotora da Educação Popular*, da qual era presidente, ou naquelas mantidas pela *Associação Industrial do Porto*, cujo diretor essa seu amigo e aliado.

Mas algumas agruras e incertezas permearam esse caminho. Essas idas e vindas relativas ao desejo de se fixar ou simplesmente trabalhar no Brasil¹⁰¹ podem ser, em parte, acompanhadas em suas correspondências. Permita-nos adentrar nos anseios e desejos que Castilho exteriorizou em suas cartas a amigos, parentes e autoridades.

Em cartas aos irmãos que moravam no Brasil e ao amigo José de Macedo Araujo Junior, do Porto, escritas no intervalo de alguns meses, é possível acompanhar a reação de Castilho aos movimentos do Conselho da Instrução Pública, relativamente à possibilidade de atribuição de cargo vinculado ao seu método que, aliás, prover-lhe-ia o sustento que tanto ansiava quando da sua intenção de se mudar para o Brasil. Em 14 de Abril de 1853, escreveu ao irmão Adriano Ernesto de Castilho Barreto esperançoso de reconhecimento, indicando que “todas as aparências são, de que o Govêrno me fixe aqui” (Castilho, 1910, vol. II, p. 96). No mês seguinte, em carta confidencial ao amigo Araujo Junior, queixa-se de que “ha mez e meio que (...) se julgava que o Govêrno dentro de dois ou três dias me teria segurado definitivamente no paiz; e o Govêrno ainda nada fez” (*Idem*, p. 103), ao que

¹⁰⁰ Pela Carta de lei de 18 de Agosto de 1853 (D.G. nº 200, de 26 de Agosto de 1853) foi criado o lugar de Comissário Geral de Instrução Primária pelo método repentino. O Lugar foi provido pelo próprio Castilho pela Portaria de 23 de Setembro de 1853 (DG nº 228 de 28 de Setembro de 1853). Esta Portaria regulamentou a Carta de Lei anterior.

¹⁰¹ Cf. artigo de sua autoria em *A Semana*, 1851, vol. II, n. 32, p. 354.

reafirma sua hipótese de mudar-se para o Brasil caso a situação não se resolva, deixando claro que um cargo público seria o fator de peso para que permanecesse. A impaciência com a demora de ação do governo é confirmada em correspondência de 13 de junho de 1853 ao seu outro irmão, José Feliciano de Castilho, que havia emigrado para o Brasil fazia pouco.

Dois meses e quatro dias se contam hoje, desde aquella sessão, em que os Deputados e o Govêrno se mostraram unânimes em meu favor, e me impediram o ir contigo; e n'estes dois meses e quatro dias, o Govêrno nada ainda fez absolutamente. É deveras para desesperar um santo; e tanto mais, quanto é uma voz geral, mesmo entre os Deputados, e mesmo entre os Ministros, que ninguém fez ainda em Portugal maior serviço á Instrucção Pública, do que eu; no que posso jurar, e juro, que se não enganam (Castilho, 1910, vol. II, p. 105).

Essa crescente impaciência acabaria por culminar em uma carta confidencial ao presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, Dr. José Manuel de Lemos (1791 – 1870), em 23 de julho de 1853. Castilho valeu-se de alguma amizade para escrever não um ofício, mas sim um desabafo e, porque não, uma cobrança, na tentativa de acelerar a resolução de sua situação. A tônica da escrita é o protesto contra uma carta-resposta do secretário do Conselho, que teria afirmado não poder ainda recolher resultados concretos da eficácia do *Método de Leitura Repentina*, o qual havia sido posto a teste nas em escolas no continente e nas ilhas. Em sua própria defesa, mostra-se intransigente e não admite que qualquer falha na implementação do método deva-se à possível ineficácia do mesmo, mas sim à incompetência dos que o administraram, ou seja, decorrente de sabotagem por parte de seus “inimigos”:

(...) bastava e sobrava que d'entre cem escolas que o houvessem tentado se provasse inquestionavelmente que seis, quatro, duas, uma única, tinha produzido os resultados prometidos e desejáveis; pois é claro que tudo que tinha sido possível em uma, era intrinsecamente possível em todas as noventa e nove, e que, se nas noventa e nove se não tinha obtido, a culpa não era do Methodo, mas da inhabilidade, da incapacidade, ou da acintosa opposição dos noventa e nove presuppuestos ensaiadores, mas, em realidade, inimigos por maldade ou por ignorancia (Castilho, 1910, vol. II, p. 120-121).

Como matéria de prova, menciona as inúmeras escolas em que o método já teria se mostrado eficaz, e cujos documentos comprobatórios deveriam constar dos arquivos do Conselho. O protesto contra aqueles que seriam seus inimigos alarga-se ao Comissário da Instrução Pública em Lisboa, Freire de Carvalho, a quem vê como um perseguidor do seu

método. Fora ele o encarregado pela “Real Academia de Ciências de Lisboa” por analisar a primeira edição do livro do método, quando Castilho fez a solicitação à instituição, resultando no arrastado embate entre o poeta e a instituição. Desde então, ele teria se dedicado, segundo a visão do poeta, a uma “perseguição inquisitorial” aos que professavam o método.

Para não nos alongarmos mais nos lamentos relativos aos supostos perseguidores de Castilho e ao seu método, restringir-nos-emos a mencionar que a tônica da correspondência reside no fato de que haveria inimigos da instrução popular¹⁰² e, portanto, seus inimigos e também do seu método, que vinham agindo no sentido de atrapalhar a legitimação do mesmo e sua efetivação oficial.

O clamor parece ter surtido efeito, dado que em 18 de agosto de 1853, menos de 1 mês após sua carta-protesto ao presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, foi criado o cargo de “Comissário Geral da Instrução Primária”, para o qual Castilho foi nomeado em ofício publicado no *Diário do Governo* do dia 26 do mesmo mês. Tendo os seus anseios sido momentaneamente satisfeitos, não emigrou para o Brasil. Mas tentou valer-se da suposta prosperidade do país para divulgar seu método de leitura e, quiçá, ter mais sucesso em torná-lo oficial nas escolas do Império tropical. Em março de 1854, conta ao já referido amigo – quase confessor – Araujo Júnior que aceitara o convite do Rio de Janeiro para ministrar um curso normal do *Método de Leitura Repentina*. Esse intercâmbio com o Brasil vinha sendo ensaiado pelo menos desde o ano anterior. Quando da migração do seu irmão José de Castilho para o Brasil¹⁰³, envia pelo portador um exemplar da segunda edição do seu *Método* dedicado ao Imperador, bem como uma carta (datada de 12 de abril de 1853), em que explicita seu desejo de trabalhar do outro lado do Atlântico:

(...) se Vossa Majestade Imperial lhe lançar os olhos [no Método] há-de mostrar-lhe, que a minha premeditada oferta de trabalhar ahi, como aqui o tenho feito, no arroteamento intellectual do povo até a plebe ínfima, não era van. (...) Senhor, como nada impede o ir qualquer peregrino aos logares da sua devoção, ainda que eu haja de ficar a final n’este mundo velho, espero em Deus, que me não acabará a vida, sem ter ido uma vez beijar a Munificente Mão de Vossa Magestade Imperial (...) (*Idem*, p. 82-84).

Esse empenho em articular a divulgação do método no Brasil traduziu-se em outras iniciativas ao longo do ano de 1853, como se pode perceber na correspondência enviada

¹⁰² Nominalmente, menciona ainda o reitor do Liceu de Braga.

¹⁰³ Lá permanecendo até 1867.

ao Ministro do Brasil em Lisboa, Conselheiro Drummond, em Julho desse mesmo ano. Nela, Castilho expõe que tem conhecimento de algumas tentativas frustradas de implementação do *Método* no Brasil, fracasso que atribui à inexperiência e incompetência dos implementadores - ao que tem pronta resposta: “(...) era planta nova, requeria um trato novo, e especialíssimo; os seus introdutores e primeiros cultivadores não lho sabiam dar, murchou e caiu” (*Idem*, p. 115). Com o diagnóstico em mãos, lança a prova e a solução. Convida-o – mais que isso, suplica-o - a visitar as escolas de Lisboa que professam o *Método* para que constataste ele próprio a sua eficácia, e oferece mestres de sua escolha para ensiná-lo, de modo a fugir de curiosos e oportunistas que comprometeriam o sucesso de sua implementação.

Essa tentativa de divulgação do *Método* no Brasil, que contou com a presença de Castilho em solo brasileiro entre fevereiro e junho de 1855 para a realização de um curso Normal, é considerada por alguns autores como resultado do fracasso em Portugal. Castelo-Branco (1977), por exemplo, acredita que, não fosse esse o infortúnio, o poeta não teria motivos suficientes para cruzar o Atlântico e gozaria os louros do reconhecimento em território português. Salienta, ainda, que tal fracasso teria sido mascarado pelo filho Júlio de Castilho nas Memórias que escreveu sobre o pai. De nossa parte achamos que, para além da superação de um fracasso no reconhecimento e universalização do seu método, a divulgação do outro lado do Atlântico é previsível e insere-se nessa relação de quase dependência com o Brasil, que se configura entre os intelectuais desse ciclo histórico. Como mencionado, é uma prática cultural de tais intelectuais ter na ex-colônia um reduto de esperança no que diz respeito às expectativas de desenvolvimento e prosperidade. Vale ser mencionado um artigo de Inocêncio Francisco da Silva (1810 – 1876), também da rede de sociabilidade de Castilho, na revista *Archivo Pittoresco*. Referindo-se ao Brasil com termos panegíricos e descrevendo-o como lugar onde florescem as letras, onde a indústria, o comércio e o furor pelo progresso não as teriam sufocado, o escritor considera o país como espaço propício tanto ao florescimento literário quanto ao progresso material - seria essa a “solução” a que Castilho almejava antes de lhe ser oferecido o cargo que garantiria os provimentos econômicos.

(...) N'aquelle grande imperio, o commercio não tem horror á leitura; lêem-se com prazer os bons versos, e o caixeiro da mais modesta quitanda sabe de cor os Lusíadas. (...) Em vista d'isto, não admira que o Brasil seja o grande consumidor dos livros que se imprimem em Portugal, que os mancebos portuguezes residentes nas diversas provincias do joven imperio sejam muito dados á cultura das letras,

e que no Rio de Janeiro haja, entre outras muitas e muito uteis associações, um Gremio Litterario Portuguez, que sendo composto na maior parte por gente do commercio, é muito superior ao Gremio Litterario de Lisboa, fundado por muitos dos primeiros escriptores de Portugal (*Archivo Pittoresco*, 1860, p. 11).

É explícita aqui a representação¹⁰⁴ de um país próspero e que acolhia não só a literatura, mas os portugueses. O vínculo é inerente e crucial para que Portugal seguisse produzindo o que tinha de melhor, inclusive em matéria de poesia.

No que diz respeito ao *Método* de leitura não seria diferente. Parece que, para Castilho, o seu sucesso estava vinculado à referida imprescindibilidade das relações com o Brasil. O flerte de Castilho com o Imperador Brasileiro e com o Ministro do Brasil em Portugal ao longo de 1853, bem como a materialização dessa relação por meio da viagem em 1855, são faces de um mesmo caleidoscópio, uma complicada teia envolvendo expectativas portuguesas, propostas desdobradas em periódicos para os dois hemisférios, viagens de intelectuais. Mas que, muitas vezes, se configurou como a expectativa de uma parceria que não se efetivava, como um entendimento não partilhado (no que diz respeito à normatização da língua, por exemplo), como uma ilusão lusitana. Essa ilusão parece ter também ludibriado Castilho, que por diversas vezes expressou, em suas cartas aos irmãos ou à esposa, já a caminho do Brasil, a ideia de que existia no país um desejo de implementar seu método, e a expectativa de sucesso.

Porém, a realidade encontrada foi outra. De fato, foi recebido pelo Imperador como tencionava, mas este não demonstrou efetivo interesse, nem oficializou o *Método*; de fato promoveu um curso Normal, mas enfrentou reações contundentes que o levaram a interrompê-lo antes do dia planejado. Feliciano Primo Jardim, representante enviado por Goiás para atender ao curso, atribui a interrupção precoce do curso a “rejeições de ordem político-nacionalistas” (Boto & Albuquerque, 2018, p. 23), relacionando-a ao fato de ele ser estrangeiro. Esse argumento também foi citado pelo próprio em carta à sua esposa, datada de 26 de abril de 1855:

Foi muito frequentado, mas nada mais. Esta gente é indolentíssima; tem ainda uma qualidade peor, ou que pelos menos foi peor para o nosso caso: leva o seu patriotismo a um ponto de fúria, que faz rir. Como o methodo é portuguez, e elles teem aqui um chamado Costa Azevedo, que fez uma redução e estropiação de Jacotot, impressa há vinte e um annos, mas desconhecida, pode-se dizer que,

¹⁰⁴ Conceito central na abordagem da História Cultural. Cf. Chartier, R. (1991). O Mundo como representação. *Revista de Estudos Avançados*, 5(11), 173-191; Chartier, R. (2002). *História cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

por toda a gente, se aproveitaram da franqueza com que sempre convido a discutir e objectar, para vierem pôr seus reparos, sob formas muito cortezes na verdade, mas completamente sofisticos e de péssima fé (Castilho, 1914, pp. 11-12).

A carta, escrita dois dias após a interrupção do curso pelo próprio Castilho, traz apenas uma brevíssima indignação, fruto de uma contenda mais longa. A contenda desenvolveu-se em contestações durante o curso e estendeu-se também aos jornais locais, onde é possível encontrar defesas e acusações, inclusive as de cunho nacionalista de Costa Azevedo e seu discípulo Valdetaro, citadas na carta de Castilho à esposa. Os embates acerca do método e a oposição a ele alcançaram também outras províncias do Brasil, como Alagoas, estendendo-se para além da permanência de Castilho no Brasil e desdobrando-se nas tentativas de implementação¹⁰⁵.

Claro que houve quem saísse em defesa de Castilho, como fez o professor J. M. Pereira de Alencastre em publicação a pedido no *Correio Mercantil* de 01 de maio de 1855 (n. 119), e houve mesmo quem desempenhasse ativo papel de discípulo. Antônio Gentil de Ibirapitanga, professor baiano que participou do curso ministrado por Castilho no Rio de Janeiro, era assíduo na aplicação do método e ferrenho defensor. No *Diário de Pernambuco*, encontramos uma “publicação a pedido”, que consiste numa reprodução de artigo publicado na *Revista da Instrução Pública*, editada pelo Ateneu da Bahia (Diário..., 1854, 280, p. 3). No mesmo, intitulado “O methodo de Castilho”, lê-se uma enfática ovação do método, pautada na descrição de suas principais propostas, de modo a explicar os motivos da superioridade desse em relação aos demais. Destaca-se, sobretudo, a adequação à capacidade intelectual da criança e o curto prazo de aprendizado, dado que repentinamente a criança começava a ler. Tal defesa é justificada pelos ataques que tal método vinha sofrendo, mencionados pelo redator anônimo do artigo. O redator legitima seu argumento com um exemplo prático – como era comum também nas defesas impetradas pelo próprio Castilho –, citando as aulas do Sr. Antonio Gentil Ibirapitanga e convidando-o os pais de família interessados em presenciar o a proposta do Sr. Gentil.

O professor baiano é também citado por Feliciano de Castilho em carta ao *Correio Mercantil* da Bahia, escrita por ocasião do seu regresso do Brasil à Portugal, em 1855. Nela, menciona ter visitado “pela segunda vez a aula de Leitura e Escrita repentina do

¹⁰⁵ Para uma análise pormenorizada da rejeição do método no Brasil ver Albuquerque, S. (2019). *Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro: Antônio Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.

inexcedível Professor o sr. Antonio Gentil de Ibirapitanga; e folgo de poder dar-lhe público testemunho, da admiração que me excitaram os seus trabalhos, o seu nobre character, o seu desinteresse, e a sua perseverança” (Castilho, 1910, vol. II, p. 157)

Boto e Albuquerque (2018) já haviam chamado a atenção para o papel de Ibirapitanga nesse processo, sendo ele referido como responsável pela primeira aplicação do método no Brasil. Segundo as autoras, o professor baiano já o utilizava antes mesmo do curso ministrado por Castilho no Rio de Janeiro, onde também esteve presente. Consta, ainda, que teria contribuído para a preparação de aulas práticas do curso.

Outras alusões positivas podem também ser encontradas em jornais brasileiros. *O Liberal Pernambucano* (1854, n. 371, p. 2-3) publica uma “Carta de um professor do methodo portuguez de leitura repentina” datada de 28 de novembro de 1853 a partir de Lisboa. Além de anunciar a nomeação de Castilho como “Comissário geral da instrução primária” pelo método português, apresenta uma visão extremamente otimista, de que em 1 ano ou 2 todas as escolas públicas de Portugal teriam adotado tal método – o que, entretanto, não veio a acontecer, como já discutimos.

A viagem de Castilho para divulgar o método no Brasil é vista pelos seus pares como uma tentativa indignada de ser ouvido noutros lados, dado não ter sido em seu próprio país. Proclama Silva Tulio:

O príncipe dos nosso poetas contemporâneos offendeu-se da indiferença com que os poderes públicos haviam recebido a dadiva de maior valia que se póde fazer a um povo tão carecente de instrucção elementar, como o nosso, o philosophico e ainda mal comprehendido ‘Methodo Portuguez’ para o ensino do ler e escrever. Mas na sua anciedade civilisadora, querendo fazer raiar, para claridade da ignorancia infantil, a luz que o seu genio lhe tinha accendido, transportou-se ao grande e crescente imperio americano, onde se falla a mesma lingua dos que fomos seus descobridores. (*Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1859, n. 10, p. 448-449)

Essa é mais uma faceta da polêmica que sempre envolveu Castilho, sobretudo no que diz respeito à sua empreitada pela instrução. As repercussões, sejam contestações ou defesas, são um importante indicativo não só do seu papel influenciador, como também organizador, nas suas ações de intervenção. Precisamos, contudo, salientar que a refração à sua presença no Brasil e as menções a uma possível rejeição de ordem político-nacionalista ressaltam um aspecto central à nossa pesquisa: o de que a noção de uma ordem nacional, que pressupunha uma via de mão dupla transatlântica e que entendia a necessidade de uma parceria profícua para o desenvolvimento, era uma idealização muito

mais portuguesa do que brasileira. Aspecto que identificamos também no que diz respeito à *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, uma das revistas que editou e que revelam sua faceta de divulgador.

2.1.2. Uma tentativa de ampliar a rede: a Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil

Curioso notar como a Revista pretende ser uma ponte entre a instrução pública de Portugal e Brasil, mesmo depois da fracassada tentativa de implementação do método no Brasil e da notável percepção de Castilho acerca de uma possível hostilidade do Brasil em relação à Portugal. Seria uma tentativa de reconciliação? Seria apenas manifestação de uma falta de espírito crítico, conforme indicado por Ferreira (1979)? Seria mesmo idealismo? Ou resiliência e esperança em emplacar o método do outro lado do Atlântico?

Mesmo sem ter obtido o acolhimento que esperava na divulgação do seu método no Brasil em 1855, persiste a visão idealizada de um país reabilitado, parceiro, e que partilhava as mesmas agruras, levando Castilho a empreender a produção de uma revista pedagógica para ambos os lados do Atlântico. O poeta acreditava que Portugal e Brasil estariam diante do mesmo desafio: o de assumir um papel de liderança em seus contextos regionais. É então que empreende, ao lado do seu pupilo Luís Filipe Leite, um projeto que se inseria no escopo das revistas literárias¹⁰⁶ produzidas pelos intelectuais de sua rede de sociabilidade, mas com particularidades que imprimem ao impresso um caráter peculiar. No preâmbulo da primeira edição assume a defesa desse tipo de impresso, que intitula de “livro-periodico ou periódico-livro”:

(...) um jornal didactico, mas didactico no sentido das principaes exigências do seculo, que participasse do livro pelo ponderoso e reflexivo, e ainda um pouco pela extensão no expor e sustentar as doutrinas; mas que ao mesmo tempo se irmanasse com as folhas volantes pela correntesa do estilo, pelo desambicioso das formas, pela variedade dos assumptos, por preferir dentre estes os que melhor se acertassem com as precisões e tendencias da actualidade; por olhar mais para o futuro que para o presente, e que todos estes dotes ou os mais d’elles os realçasse com as amenidade da literatura e a tenuidade do preço, condição muito primaria (Revista da Instrução Pública, 1857, p. 3).

¹⁰⁶ Tais revistas, que tem no *Panorama* o seu antecessor, tinham ares enciclopédicos e pretendiam difundir esses “conhecimentos úteis”. Tinham na imprensa periódica o formato ideal para realizar o intento, a qual vai tornando-se cada vez mais direcionada a um público amplo.

Nesse trecho, os redatores sintetizam o “espírito” dos periódicos que deveriam ocupar o lugar do livro para conseguir alcançar o povo e contribuir para o “derramamento da instrução popular” (Andrade-Ferreira, in *Arquivo Pittoresco*, Vol. I, n. 12, 1857, p. 94). Era esse o esforço que vinha sendo feito pelos chamados periódicos literários, dentre os quais pode-se identificar a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* e *Ilustração Luso-Brasileira* supracitadas. Essa perspectiva é longamente analisada por Ferreira no artigo intitulado “Jornalismo Literário em Portugal”, em que destaca a importância de se alcançar todas as classes, feito que poderia ser alcançado por meio de periódicos que fossem capazes de difundir a ilustração de forma acessível e prazível para o povo. E é nesse “espírito” que se insere a *Revista da Instrução*, conforme anunciam no mesmo preâmbulo, todavia com um programa específico: fazer uma investigação apurada acerca de como anda o ensino em cada um dos países e propor soluções para superar aquilo que fosse identificado como obstáculo. Assim, apesar de se assumir como um periódico que buscava fazer o “estado da arte” do ensino em ambos os países, caminha paralelamente às ditas revistas literárias que pululavam no período, uma vez que é um produto cultural do microcosmo da rede de sociabilidade em que se inseriam António Castilho e Luis Filipe Leite.

Pensada originalmente como publicação mensal com 12 páginas, veio a público entre julho de 1857 e abril de 1858, tornando-se bimestral no segundo ano – publicaram-se, assim, apenas 8 números, com as páginas numeradas sequencialmente de modo a formar um volume único – como se fazia com as revistas literárias. Não faremos aqui uma análise dos assuntos abordados na revista, dado o reduzido espaço de que dispomos e também o fato de esse levantamento ter sido realizado com maestria por Fernandes (2004). Daremos atenção a dois aspectos: a “educação popular” e a circulação da Revista no Brasil.

No que diz respeito à primeira questão, nota-se um grande esforço em prol da “educação popular”, do qual o ensino da leitura pelo método de Castilho é parte importante, ao lado de iniciativas institucionais como a atuação da *Associação Promotora da Educação Popular* – anunciava-se, inclusive, no nº 4, a reversão do valor da venda da 4ª edição do *Método Portuguez de Leitura* em benefício da dita associação. Apesar de não haver uma definição sistemática do que os redatores entendem por “educação popular”, é possível inferir que era percebida como a popularização da escola primária e relacionada ao alargamento dos conhecimentos básicos. A *Revista* dá pistas daquilo que considera que devia ser ensinado, e para o que era mister contribuir a imprensa no formato de “periódico-livro”:

segredos da natureza e das artes, os principios e as regras para as suas industrias, ruraes ou officinaes, as normas para a moralidade e para a convivencia, os especificos moraes e physicos para a conservação, ou restituição da saude, a historia gloriosa dos que antes de nós habitaram e nos transmittiram a terra, com todos os seus bens, e com a clausula tacita de a deixarmos aos filhos melhorada. (...) (*Idem*, p. 2)

Nota-se que perpassa os assuntos abordados nas classes primárias, tais como leitura, escrita, contas, rudimentos da história pátria e chorographia e moral cristã¹⁰⁷, mas procura ainda ampliá-los, alcançando cuidados com a saúde e aspectos vinculados ao desempenho do trabalho.

No último número publicado verifica-se dois artigos onde se especifica mais detalhadamente a noção de “educação popular”. O primeiro deles, na realidade uma carta de Castilho a José Felix Henriques Nogueira (1823-1858) com o intuito de servir de prefácio ao Almanaque Agrícola escrito por este, traz uma perspectiva do propósito dessa educação e algumas de suas características¹⁰⁸. Defende Castilho que

(...) o agricultor mais instruído é melhor agricultor, melhor pae de famílias, melhor visinho, melhor cidadão, e mais afortunado; que toda a instrucção se contém na do ler, ou com o lê se desenvolve; (...) que então a escola primaria preferível a todas, no sentido da economia, será a que reduzir o aprendizado de annos, a aprendizado de mezes; no sentido do amor paternal, a que ensinar com suavidade; no sentido intellectual a que ensinar com mais perfeição, affeiçoar e predisporer para estudos novos (*Idem*, p. 89).

Sua definição é coerente com a proposta do seu *Método*, que propõe um prazo diminuto de tempo, em poucas lições¹⁰⁹, e tem por pressuposto ser aprazível e atrativo. Assim, sem grandes novidades, revela-se que o entendimento de Castilho acerca da “educação popular” está imbricado à concepção do seu método de leitura.

O outro artigo, assinado por Luís Filipe Leite e intitulado “Educação Popular I”¹¹⁰, discute um aspecto interessante e que vinha ganhando terreno entre as revistas que

¹⁰⁷ São esses os conteúdos principais descritos nos relatórios dos inspetores da Instrução Pública disponíveis no Arquivo da Torre do Tombo (1862, 1863 e 1864).

¹⁰⁸ Vale destacar que, embora tenha havido gradativamente na transição do século XIX para o XX uma especificação das concepções de “educar” e “instruir”, é comum encontrá-las como sinônimos ao longo do século XIX, como aparece nessa carta/artigo de Castilho.

¹⁰⁹ Organizado em 20 lições, tinha como subtítulo “método de leitura repentina”. A proposta de alfabetizar em poucos meses contrastava com a realidade da escola primária, em que a expectativa otimista de tempo rondava os 4 anos de estudo (Cf relatórios citados na nota 12).

¹¹⁰ A intenção de continuidade indicada pela numeração “I” e explicitada no artigo não se efetiva, dada a interrupção da revista.

pretendiam disseminar os “conhecimentos úteis”: a importância de alcançar o leitor e empreender uma interlocução. Esse aspecto, a seu ver, efetivaria aquilo que é a maior gratidão para o escritor, ser lido. Este é um elemento crucial para que o texto passe da abstração para a comunicação, efetivando a articulação entre o “mundo do texto” e o “mundo do sujeito” (Chartier, 2002). Leite atribui esse papel mediador à escola – é preciso que se ensine a ler para que essa conexão aconteça, não basta que o escritor procure estabelecer uma interlocução, pondo-se ao “nível de quem há de lê-lo”. A escola assume, assim, a mediação entre a sociedade e os intelectuais.

A grande questão colocada é que, para assumir efetivamente esse papel, a escola precisa ensinar, e não apenas encenar, para o que necessita de uma pedagogia renovada, que prepare “homens para homens e não para as refalsadas hypocrisias sociaes, que, em ultima analyse, teem raizes nas fezes com que a erronea pedagogia envenena os ânimos ao alvorecerem” (Revista da Instrução Pública, 1858, p. 92). Apesar de anunciar que não vai suscitar a problemática dos métodos, acaba por fazê-lo; sem mencionar o nome de Castilho, enaltece o seu método, como sinônimo da “nova escola”, e cobra dos escritores parte da responsabilidade pela hegemonia da “velha escola”. E sentencia: “Em quanto se não dêr ao ensino publico, mormente ao primário, o desenvolvimento e caracter que exigem os principios fundamentais da nossa organização politica, pouco se escreverá com a esperança de que aproveite ao povo” (*Idem*, p. 93). E, a título de proposta, ressalta a necessidade de se difundir o mais amplamente possível o ensino da leitura e da escrita para, em seguida, promover o gosto pela leitura. Não se tratava só de ensinar a ler, era preciso criar um público leitor, por meio de um esforço coletivo que privilegiasse autor e leitor. Tratar-se-ia de se premiar financeiramente “obras verdadeiramente populares” – não define quais critérios indicam o quão popular é uma determinada obra – de modo que se constituísse um estímulo ao autor para produzi-las e, por meio do mesmo mecanismo, difundi-las.

A discussão acerca da “educação popular” na revista não se pretendia circunscrita à Portugal, mas em diálogo com o Brasil. Fernandes (2004) já sinalizou em seu trabalho que o projeto de interlocução com o hemisfério sul fora falhado no que diz respeito à colaboração de redatores que facultassem informações relativas ao país. Procuramos, então, localizar se havia tido um projeto de circulação nos trópicos, e se ao menos este veio a se concretizar. Dado que a maneira mais comum de divulgação das assinaturas dos jornais e revistas estrangeiros era por meio de outros periódicos, escarpelamos a hemeroteca digital em busca dos rastros da circulação da *Revista da Instrução Pública* no Brasil.

Foi encontrada menção à *Revista* em três jornais diários brasileiros, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o *Diário de Pernambuco* e o *Diário do Maranhão*. No primeiro jornal, curiosamente, há apenas uma menção prévia e uma póstuma, aspecto que esclareceremos a seguir; em Pernambuco e no Maranhão há referências mais numerosas e regulares, inclusive indicando-se preços de assinatura e correspondente para subscrição. Todavia, no caso de Pernambuco há uma curiosa particularidade, que será analisada adiante. Começemos, então, pelo Maranhão. Apesar de o jornal ter noticiado logo em agosto de 1857 o lançamento da publicação em Portugal, ocorrido em julho, apenas em novembro passa a receber assinaturas e, a partir de então, anuncia mensalmente que continua a recebê-las. O valor de 4 mil réis era cobrado anualmente dos assinantes, constituindo-se como um impresso acessível, como desejavam os editores - para se ter um parâmetro, a assinatura da *Revista Contemporânea*, também editada mensalmente em Lisboa, custava, em 1856, 14 mil réis¹¹¹.

Os exemplares para serem distribuídos aos assinantes chegaram ao Maranhão com bastante atraso, provavelmente devido ao fato de serem remetidos em barco à vela e não à vapor, de modo a reduzir custos no valor da assinatura. Em abril de 1858, mês de publicação do oitavo e último número em Lisboa, foi noticiada a chegada dos números 2 a 5, com solicitação de serem retirados pelos assinantes – não foi localizada notícia referente à chegada do primeiro número. Depois disso, não se menciona mais a chegada de números, o que indica que a interrupção da publicação em Lisboa dificultou, inclusive, o envio ao Brasil dos números remanescentes já publicados.

Em Pernambuco, a peculiaridade reside no fato de o programa da revista e os detalhes para a subscrição terem sido anunciados em outubro de 1856, nove meses antes do efetivo início da publicação em Portugal. A proposta de assinatura é, inclusive, muito mais detalhada do que a anunciada no Maranhão.

¹¹¹ Informações veiculada em *O Correio da Tarde*, 1856, n. 59, p. 4.

Esse anúncio prévio foi ainda publicado no mês seguinte e cessou, provavelmente por se tomar conhecimento de que a publicação não havia sido efetivada. A *Revista* só volta a ser mencionada no diário em setembro de 1857, na coluna de correspondência do exterior, para anunciar a vinda a público do segundo número *Revista da Instrução*, agora sim efetivamente, o que havia ocorrido em agosto. Apesar de não haver mais propostas de subscrição no diário pernambucano, anúncios da botica de um particular põe à venda a *Revista da Instrução Pública*, ao lado de compêndios escolares – cobra pelo número avulso 160 réis. É possível, então, aferir que a revista circulou em Pernambuco, mas não se consegue precisar quais números e nem mesmo em que quantidade. No que diz respeito

CONDICÇÕES.

A «*Revista da Instrução Pública*,» sahirá duas vezes por mez. Terá 12 paginas neste formato, ou 24 columnas cada numero.

As correspondencias, serão dirigidas francas de porte a officina do «*Progresso*» em Lisboa, rua da Cruz de Pao n. 15.

Para a redacção, a Luiz Filippe Leite.

Para a administração a Francisco Gonçalves Lopes.

PREÇOS.

	Com estampilha.	Sem estampilha.
Por anno	12940	12700
» semestre	12000	900
» trimestre	540	480
Avulso, cada numero . . .	130	120

Para o ultramar e Brasil, será remettida a «*Revista*» pelas malas dos navios de vela. Os preços são em moeda forte. As assignaturas, pagas adiantadas, por tres mezes, pelo menos. Roga-se a quem assignar neste prospecto, ou para elle colher assignaturas no imperio do Brasil, queira entregal-o, com a respectiva importancia, ao agente Consular portuguez na localidade, ou a pessoa por elle designada.

Subscrve-se na cidade do Recife, livraria n. 6, e 8 da praça da Independencia.

Figura 5 - Anúncio no *Diário de Pernambuco* a 17/11/1856, nove meses antes do efetivo lançamento da *Revista da Instrução*... em Lisboa (*Diário de Pernambuco*, 1856, n. 245, p. 3)

CONDICÇÕES.

A *Revista da Instrução Pública*, sahirá duas vezes por mez. Terá 12 paginas com 24 columnas cada numero.

As correspondencias, serão dirigidas francas de porte a Luiz Filippe Leite, rua da Era n. 31, em Lisboa.

Assigna-se na typ. do *Diario do Maranhão*, por anno. : 4\$000 (fraco).

Figura 4 - Anúncio no *Diário do Maranhão* a 28/01/1858, já com a *Revista da Instrução*... em circulação (*Diário do Maranhão*, 1858, n. 18, p. 4)

ao Maranhão também temos alguns indícios, povoados, porém, de várias dúvidas, uma vez que a quantidade de assinaturas também não é publicizada. A circulação em Pernambuco e a disponibilidade de números a serem vendidos na botica do Senhor Santos convergem com uma possível maior aceitação do *Método Português de Leitura* na antiga província. É do mesmo

ano de 1858 o relatório do diretor da instrução Joaquim Pires Machado Portela em que este afirma ter passado a admirar o método a partir da observação do avanço de alunos na classe do professor Francisco de Freitas Gambôa, os quais estariam lendo com desembaraço, mesmo sendo novos no curso. Informa, ainda, ter concedido a abertura de mais 4 classes pelo método na capital da província e ter notícia de outra classe no interior, também com

sucesso no ensino¹¹² (Moacyr, 1939, p. 507-508). Essa maior acreditação para o método de Castilho pode ser um bom indício para se entender a repercussão de uma revista de cunho pedagógico por ele editada na província pernambucana.

As menções persistentes à *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* nos diários do Maranhão e de Pernambuco podem ser explicadas pelo fato de Luís Filipe Leite, também editor da *Revista* e “fiel escudeiro” de Castilho, ter se tornado correspondente desses diários a partir de 1855¹¹³, segundo aponta um seu contemporâneo (Silva, 1860b, p. 288). É esse detalhe que pensamos explicar o mistério das assinaturas prévias. Note-se que as duas primeiras menções no *Diário de Pernambuco*, em outubro e novembro de 1856, são anteriores ao início da publicação da *Revista da Instrução*, cujo primeiro número data de 1 de julho de 1857. Curiosamente, o texto publicado no diário pernambucano em 17 de outubro e republicado em 12 de novembro é exatamente o mesmo daquele que serviu como programa à primeira edição da *Revista*, numa espécie de editorial, meses depois. Tal editorial, contudo, dá indícios de que não é um texto inédito, haja visto o subtítulo “que precedeu a publicação deste jornal”. Tendo em conta a menção de que o texto já teria sido publicado algures, não é de todo espantoso que apareça antes da própria publicação da *Revista*. O que é intrigante, contudo, é a combinação de fatos: a larga antecedência de 9 meses e o propósito da sua publicação no impresso brasileiro, que seria divulgar a *Revista da Instrução*, dando a conhecer os valores de assinatura e o endereço para onde deveria ser remetida a solicitação, conforme se verifica no anúncio reproduzido acima. Como se divulga um periódico que ainda não começou a ser editado? E, ainda mais, como se insiste, no mês seguinte, em tal divulgação, dado ele ainda não ter sido posto em circulação?

A hipótese que nos parece mais verossímil corrobora à percepção, já anunciada em alguns trabalhos (Fernandes, 2004; Pinto, 2011), de que a viagem de Castilho ao Brasil em 1855 foi o principal disparador para a concretização do projeto de escrever uma revista de cunho pedagógico que servisse aos dois países. O que nos faz supor que, tão logo retornou à Portugal, tomou as providências para realizar a publicação, arranhou uma oficina tipográfica, definiu o formato e a periodicidade e escreveu, com Luis Filipe Leite, o

¹¹² Há que se salientar que, durante sua passagem pelo Brasil em 1855, Castilho visitou duas províncias: Bahia, onde havia o professor Antônio Gentil de Ibirapitanga, ferrenho defensor do método e quem auxiliou Castilho no curso no Rio de Janeiro, e Pernambuco.

¹¹³ Leite foi também correspondente do *Patria de Nictheroy*. Não pudemos, todavia, verificar tais ocorrências nesse jornal, dado não estar disponível na Hemeroteca Digital Brasileira. A situação pandêmica que vivenciamos no processo de escrita desse trabalho impediu qualquer consulta presencial ao acervo brasileiro.

programa de lançamento, que fez circular de imediato. Essa característica vem bem a calhar com o perfil divulgador de Castilho, que se acentua a partir da década de 1850, quando seus esforços recaem sobre a implementação e divulgação do seu método de leitura.

De fato, a publicação do mesmo “programa” em outro diário brasileiro, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, reforça essa hipótese. Traz a público o mesmíssimo artigo, reproduzido logo após os dizeres: “o Sr. Conselheiro Antonio Feliciano de Castilho, que se acha em Lisboa, **resolveu publicar** naquella capital uma Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brazil. Eis o programma desta obra (...)” (*Jornal do Commercio*, 1856, n. 292, p. 1, grifo nosso). O que o impresso anuncia é uma intenção, e não efetivamente uma ação.

Algo, contudo, os fez adiar a empreitada da publicação da *Revista*, que julgavam vir a público mais brevemente do que efetivamente veio – caso contrário, não faria sentido algum investir em sua divulgação. O que não nos foi possível desvendar com mais precisão foram os motivos desse adiamento. Talvez entraves operacionais, talvez de ordem política. Algumas pistas ainda desconexas se apresentam: a tipografia anunciada no *Diário de Pernambuco* em 1856, a do “Progresso”, não é a mesma que efetivamente imprimiu a *Revista*, que veio a ser a “União”. Os motivos de tal mudança, que tanto pode ser da primeira ordem quanto da segunda, podem indicar algum caminho. Um novo estudo quiçá consiga avançar nesses aspectos que a nós não foi possível revelar, sobretudo tendo em conta a limitação de acesso aos arquivos brasileiros durante a pandemia.

Castilho era um grande articulador, um intelectual irrequieto que investiu esforços na ação e que nos deixa mais dúvidas do que certezas: seria todo esse esforço uma crença efetiva e desmedida na importância da instrução popular para o desenvolvimento da nação, entendido como parte de um projeto político, ou simplesmente um projeto pessoal de reconhecimento de uma produção “genial” sua, à altura de um *Lusíadas* (como ele mesmo já referiu), mera vaidade, e uma das facetas do que Teófilo Braga chamou de *pedantocracia portuguesa*?

Tanto a *Revista da Instrucção* quanto o próprio *Método* são produtos que fazem parte de uma estratégia relacionada a uma prática cultural dos intelectuais portugueses que integravam uma determinada rede de sociabilidade desse ciclo histórico, cujo tempo forte marcamos entre as décadas de 1850 e 1860. Tal estratégia consistia em elaborar produtos culturais que circulassem em ambos os países. Por um lado, tais produtos, referidos como “periódicos-livro”, visavam “derramar a instrução popular”, entendida como *sine qua non* para se alcançar um modelo de nação suficientemente desenvolvido e, junto com a escola,

mediar o contrato social para o desenvolvimento da cidadania; por outro, garantia o vínculo cultural com o Brasil, considerado também essencial para se constituir esse projeto de nação, que não se via alcançável em sua plenitude sem a inter-relação com o Brasil.

Havia o desejo de circulação, reproduzido, inclusive, pelo correspondente do *Diário de Pernambuco*: “A ‘Revista’ tem tido ótimo acolhimento no país [Portugal], e he de esperar que ahí [Brasil] não o tenha menos” (1857, n. 201, p. 1). Contudo, apesar do esforço que, nesse caso, apostou na interlocução de Luiz Filipe Leite com o Maranhão e Pernambuco, a *Revista* parece não ter encontrado muito eco no Brasil, para além das iniciativas relativamente isoladas das províncias em que Leite tinha contato mais direto, em função da sua atuação como correspondente. A noção de irmandade é praticamente uma reivindicação unilateral, restringindo-se à percepção que esses intelectuais portugueses teriam sobre o Brasil.

O Brasil estava, nessa altura, muito preocupado com questões internas. Gigante que era, debatia-se com a problemática da descentralização do ensino que, para alguns, nenhuma vantagem trazia, como avaliava o Conselheiro Liberato Barroso (Peixoto, 1936, p.242) e procurava encontrar um caminho próprio, que não tinha em conta o exemplo português. De fato, partilhavam-se problemas semelhantes, como as altas taxas de analfabetismo¹¹⁴; os sistemas públicos escolares de ambos os países também estavam num processo análogo de estruturação e consolidação. Porém, ao que tudo indica, aos intelectuais que pensavam a educação no Brasil da segunda metade do XIX, não apetecia fazer esforços no sentido de uma parceria que não parecia ter muito a agregar.

2.2. Revistas como microcosmos de sociabilidade

Procuramos, neste trabalho, superar a visão do intelectual como sujeito passivo de uma história das mentalidades ou das ideias. Os entendemos, então, como sujeitos de uma história cultural ou de uma “nova” história política, em que sua atuação como mediadores culturais pode ser valorizada. Pudemos, nesse capítulo, fazer uma breve incursão na trajetória de António Feliciano de Castilho, que nos permitiu perceber sua atuação na divulgação de representações e propostas acerca da instrução popular, assumindo um papel de mediador cultural. Falamos, contudo, de uma rede, articulada em torno de Castilho, que

¹¹⁴ Em 1872 havia 66,4% de analfabetos no Brasil (Peixoto, 1936, em atualização do Censo de 1872), enquanto em Portugal, em 1890, contava-se 76% de analfabetos (Grácio, 1984, p. 397).

tem nas referidas revistas literárias seu microcosmos de sociabilidade. Enquanto a *Revista da Instrução Pública* foi uma empreitada quase solitária, com características peculiares, alavancada ao lado de Luís Filipe Leite, em outras revistas verificar-se-á uma associação de diversos sujeitos aqui mencionados, em que categorias como educação, povo, língua e nação tornam-se “sistema de referências aceitas como sistema de identificação coletiva” (Kriegel, *apud* Silva, 2003, p. 24¹¹⁵).

É assim que, a partir da análise de tais impressos, pretendemos revelar o que se diz, produz, escreve, defende e divulga acerca da educação do “povo”, atentando ao fato de que a linguagem é elemento constitutivo de tal *prática cultural*. Nesse sentido, a noção de “utensilagem mental” apresenta-se como agregadora para essa tentativa de compreensão. O termo, cunhado por Lucien Febvre, diz respeito a:

inventariar em detalhes e depois recompor, para a época estudada, o material mental de que dispunham os homens desta época; através de um esforço de erudição, mas também de imaginação, reconstruir o universo, físico, intelectual, moral, no meio do qual se moveram as gerações que o precederam; tornar evidente, de um lado, a insuficiência das noções de fato sobre tal ou tal ponto; por outro lado, o estudo da natureza engendraria necessariamente lacunas e deformações nas representações que certa coletividade histórica forjaria do mundo, da vida, da religião, da política (Febvre, 1964, p.218 *apud* Raminelli, 1990, p. 109).

Noção também resgatada por Chartier (2002), nos põe atentos à atualização de um repertório linguístico e científico pelos intelectuais para transmitir percepções e ideias no tempo e no espaço. É esse mesmo autor, seguindo Michel de Certeau, que consolida conceitos fundamentais para a História Cultural. Essa “nova” abordagem historiográfica compreende os objetos culturais de forma ampliada, levando em conta que sua produção é fruto de práticas culturais que envolvem sujeitos distintos. Nessa perspectiva, produtores e receptores de cultura circulariam “entre práticas e representações”, sendo também estas categorias intrínsecas à produção dos objetos culturais. Na interpretação de Barros (2003), as práticas corresponderiam aos ‘modos de fazer’ e as representações ‘aos modos de ver’. Tal explicação didática não deixa dúvidas acerca desses elementos fundamentais da abordagem da História Cultural. O conceito de representação ocupa um lugar central, dado que, nas palavras do próprio Chartier,

¹¹⁵ Kriegel, 1979, Le concept politique de génération. In *Commentaire*, 2 (7), p. 390, *apud* Silva, 2003, p. 24.

permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (Chartier, 2002, p. 23).

Temos, assim, um esclarecimento sobre a articulação entre o ‘mundo do texto’ e o ‘mundo do sujeito’, que nos leva inevitavelmente à maneira como o leitor é afetado pelos discursos, ou seja, às práticas que produzem interpretações por meio dos produtores. Chegamos ao conceito de apropriação, inscrito no entroncamento entre materialidade e usos dos objetos culturais. As práticas em torno de tais objetos podem ser definidas tanto em termos de apropriação como de estratégia. Se, enquanto apropriação, “dão-se sempre em território que não é seu”, enquanto estratégia “é prática cujo exercício se dá a partir de um lugar de poder” (Carvalho, 2006, p. 144).

Os impressos são entendidos enquanto *produto cultural*, suportes materiais destinados a produzir, divulgar e fazer circular conhecimento e valores. É por meio de sua análise material, que se depreendem as *estratégias* de produção, divulgação e circulação de tais conhecimentos e valores, que reportam aos lugares de poder – mesmo que simbólicos - ocupados pelos sujeitos, entendidos como *produtores culturais*. Por outro lado, pensar nesta circulação pressupõe a reflexão sobre “a quem se destinam” os impressos, indicando a necessidade de se tratar das práticas de *apropriação*. Nas palavras de Chartier, “a apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 2002, p. 26). É uma noção fundamental pois enlaça a escrita e a leitura, a produção e a apropriação, salientando os âmbitos sociais, institucionais e culturais pelos quais passam essas práticas e, ademais, denotando que a escrita de uma ideia pressupõe sua leitura, fundada em *operações de construção de sentido* dos sujeitos (*Idem*, p. 27). Estando nosso eixo de investigação num sentido que parte dos intelectuais para o “povo”, são os impressos por eles produzidos que se constituem como principal fonte para identificar os leitores e possíveis práticas de leitura. A *apropriação* é entendida, então, em meio à elite, a partir das modificações subjacentes aos impressos, feitas pelos próprios produtores culturais - tais como alterações editoriais, mudanças de tiragens, temáticas recorrentes etc.

Selamos, assim, a vinculação entre a análise das categorias de intelectuais, as composições hierárquicas que perpassam suas relações e o papel que cumprem determinados grupos na divulgação de valores e conhecimentos científicos.

Periódicos literários, instrutivos, recreativos – Ecletismo para o “Povo-Nação”

“(…) percebe que os velhos estão impacientes, aquela presença irrequieta não os deixa concentrarem-se na leitura das notícias, que o gordo há de fazer em voz alta para o benefício do seu próprio entendimento e do magro analfabeto, hesitado nas palavras difíceis, que ainda assim não são em excesso, à uma porque os jornalistas nunca se esquecem de que escrevem para o povo, às duas porque sabem muito bem para que povo escrevem”.

(Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*, p. 270)

A reboque na implementação definitiva do liberalismo em Portugal, a maior atribuição de importância à cultura e à instrução constituiu um campo aberto para a publicação de periódicos distintos dos tradicionais diários políticos, que pularam na década de 1830. Tengarrinha (2013, p. 496) indica que ao menos 37 impressos de caráter literário, cultural, recreativo e instrutivo vieram a público entre 1835 e 1836.

Nota-se abertura para diversificação de gêneros de periódicos, rompendo a tradição dos impressos políticos para dar espaço aos culturais. Em princípios da década de 1830, já é possível localizar algumas publicações desse gênero, todavia nos interessam aquelas que serão publicadas a partir de meados desta década pelos intelectuais românticos, inaugurando uma nova tradição de produção cultural que, por sua vez, parece recuperar elementos que já estavam presentes nas ideias de um intelectual da geração anterior, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)¹¹⁶. Não nos referimos aos impressos estritamente literários, como os *Anais da Sociedade Literária Portuense* (1837) ou *O Cosmorama Literário* (1840). Mas sim àqueles que articulam o caráter literário com o recreativo e instrutivo, inaugurando um tipo de periódico que, pretendendo situar-se entre a fluidez do jornal e a solidez do livro, constitui um “periódico-livro”, conforme eram referidos em seus programas. A descrição apresentada por António de Castilho no primeiro prólogo publicado pela *Revista Universal* dá-nos conta desse aspecto nesse tipo de publicação, caracterizando-a:

¹¹⁶ Apesar de ser da geração anterior, Ferreira tem estreita relação com os românticos, tendo sido colaborador em *O Panorama* e na *Revista Universal Lisbonense*. Ver também memorial em sua homenagem na *Revista Universal Lisbonense*, 1849, n. 30, p. 2.

Um jornal só de interesses positivos; um jornal que só ensina e aconselha, mas não ri, não se assenta a contar novellas, ou envernizar, e dourar vaidades; que, se entretém, é só pela estranheza, e variedade, dos inventos uteis que apresenta; que não desdenha, nem as minimas conveniencias do lavrados, do artifice, ou da mão de familias boa ecónoma; que tem por dogma, que só pela transformação progressiva de todas as molleculas sociais, e não pelas revoluções, se aperfeiçoão, e felicitão os povos; um jornal que antes quer aquecer do que luzir; crear e aviventar, do que divertir e entorpecer; um jornal em summa, que por todos incançavelmente se desvela, é logo, por sua mesma natureza, um papel futil para a grande maioria dos que sabem ler, ou soletrar, e muito mais ainda nas cidades, do que nos campos, na capital do que nas províncias, nos palacios, do que nas cazas means [sic]” (1842, n. 1, p. 1 e 2).

Salienta-se a pretensão de universalismo, associado à intenção de progresso, ao mesmo tempo que indica o fato de tal aspecto aproximá-la mais das camadas populares, sendo mesmo considerada supérflua por um segmento da elite letrada. Essa afirmação, de que o acolhimento nos “paços de senhores” é inversamente proporcional à promoção do “bem do povo”, tem a tônica de crítica aos que não perceberiam a contribuição desse projeto para “todos os elementos da civilização” (*Idem*), sendo ele lucrativo a todo à sociedade.

A popularização do conhecimento será marca desta produção, tomando como pressuposto, de um lado, a dificuldade de acesso alargado ao livro e, de outro, as potencialidades de massificação da leitura possibilitadas com a invenção imprensa. Como mencionado no capítulo anterior, a assunção dos intelectuais da época como divulgadores da ilustração será o motor desse processo. Santos (1992) salienta o fato de que os literatos estavam conscientes de que a formação de público leitor precisava de uma estratégia de produção e divulgação específica, ajustada às demandas populares. Em seu artigo, debruça-se sobre as estratégias de popularização do livro, que consistiram basicamente na realização de edições populares no conteúdo e na forma: textos adaptados e comentados, impressos em papel fino para tornar o preço acessível e em formato portátil. Além disso, a imprensa periódica é citada também como estratégia, uma vez que em suas páginas eram publicados romances em fascículos.

Para além dessa importante análise, que trata da popularização da leitura de ficção, atentamos para a popularização dos “conhecimentos úteis”, que serão motivo dos impressos periódicos que denominamos ecléticos. A propósito, a pioneira dentre essas revistas é portadora de uma reflexão acerca do impacto da invenção da imprensa na popularização da leitura, ao possibilitar a realização de cópias massificadas dos livros: “Faltava aos antigos a leitura; porque, ignorando a arte do multiplicar as copias dos livros,

estes não podiam ser populares, e ficavam só ao alcance dos abastados, ou dos sabios, que faziam do estudo o emprego da sua vida (...) Foi a arte da Impressão, inventada no meado do XV seculo, que deu principio á época da verdadeira civilização” (*O Panorama*, 06 de maio de 1837, p. 1).

Essa preocupação com a “verdadeira civilização” demonstrada pelos editores de *O Panorama* tem que ver com a crescente preocupação com a instrução entre os intelectuais filhos do liberalismo, como se elucida no seu número inaugural: “Neste estado, pois, da illustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as naçoens, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrucção; porque **este é o espirito do nosso tempo**, e porque esta tendencia é generosa e útil” (*Idem*, grifo nosso). A instrução é apresentada como pilar fundamental do espírito do século XIX, sendo *sine qua non* ao desenvolvimento das nações.

O editorial do primeiro número da revista expressa, ainda, sua preocupação com a popularização do conhecimento, cujo trecho vale a reprodução:

mas como se dilataria a instrucção, como se faria descer a variada sciencia até os últimos degraus da escala social, se houvésemos de empregar nisto essa multidão de escriptos especiaes sobre todos os conhecimentos humanos, esses innumeraveis livros accumulados por toda a parte em bibliotecas imensas? Fôra baldada empreza, como o prova o que acerca disto dissemos. Além disso, **o homem publico, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas tem de repouso para dar à cultura do espirito**; e nenhum animo, por certo, seria assaz curioso de instrucção, para gastar esses curtos momentos em folhear centenas de volumes, e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma applicação constante póde tornar proficuas. Que é pois necessario fazer para que seja satisfeita a necessidade **de generalisar a instrucção; para traduzir em obras a idéa caracteristica do tempo actual?** A solução deste problema encontra-se na historia litteraria da Europa, nos últimos vinte annos (*Idem*, p. 2).

Temos aqui, aliada à consciência da instrução como tendência do século, uma tentativa de definir as bases dessa realização. Alexandre Herculano, na figura de diretor, deixa claro a inadequação da produção erudita para este fim; apresenta mais objetivamente o sujeito sobre quem se fala, a classe laboriosa, sentenciando a impossibilidade desses sujeitos de se dedicarem por longos períodos de tempo a leituras ou a exaustivos momentos de meditação, característicos do trabalho intelectual. Diante desse diagnóstico é que se passa à proposta de uma publicação popular, que contemplaria a divulgação de compêndios e quadros sinóticos, formato esse que, segundo Herculano, estaria sendo muito pouco divulgado em Portugal. Assim é que os literatos de destaque na sociedade, vinculados às

associações literárias e científicas, assumem descer do latíbulo para assumir o lugar de mentores do povo a fim de contribuir para formar o cidadão. As revistas constituem também o espaço de encontro entre mancebos e decanos na consolidação das redes de sociabilidade, em que se reinventa a tradição.

O mesmo Herculano, vinte anos mais tarde, destaca a intencionalidade da educação e o papel do Estado nesse processo:

A educação não é nenhum poema, nenhum quadro, nenhuma partitura: a educação e a instrução são o acto pelo qual uma geração transmite a outra os thesouros de progresso moral e intellectual que herdou e augmentou; são uma grande questão social, e é por isso que o estado exerce nellas uma intervenção tão ampla (Ao Partido Liberal a Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, 1858, p. 40).

Em oposição ao único conhecimento desinteressado, a arte, o poeta distingue educação e instrução, embora paralelos e complementares, como indispensáveis para efetivar a cruzada da civilização e da liberdade, nas suas palavras.

Luís Torgal (1993) esclarece a importância que a instrução adquire no liberalismo, identificando o XIX como “o século da instrução pública”. Carlota Boto (2012) nos lembra que ela é elemento intrínseco da concepção política liberal, dada a necessidade de afinar os juízos críticos para participar da vida pública. Surgem as primeiras publicações especializadas, organiza-se a primeira associação de professores, realizam-se as primeiras conferências pedagógicas, institucionaliza-se a Escola Normal em 1862 - promovendo a profissionalização do ensino -, além de se verificarem debates acerca dos principais problemas relativos à questão nas *Cortes Constitucionais*¹¹⁷. Vale destacar que foi também esse século o palco de novos métodos de ensino de leitura e escrita, como o já bastante referido *Método de Leitura Repentina* de Castilho ou a *Cartilha Maternal* de João de Deus.

Essas iniciativas não significam, contudo, que a causa da instrução primária era passiva e prioritária em todas as instâncias, nem que tenha avançado sem tensões. Enquanto tornava-se quase bandeira dos intelectuais, sendo sustentada por iniciativas particulares de filantropia, parecia preterida pelas instâncias oficiais, que focavam a atenção no Secundário e superior, sobretudo na primeira metade do XIX. Foi apenas em 1859 que se criou a Direção Geral de Instrução no Ministério do Reino.

¹¹⁷ Ver Torgal, 1993, p. 612.

D. António da Costa, uma eminente figura da época, que ocupou o cargo de ministro da Instrução Pública na primeira tentativa de criação de tal ministério (fugaz, aliás), depõe sobre a problemática:

A instrução popular cria um grande capital financeiro no desenvolvimento dos espíritos. Quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos, e por isso mais rendosos, serão os produtos industriais e agrícolas. O salário dos operários, o lucro dos capitalistas e a prosperidade do País crescem na proporção em que se aumente a cultura das inteligências e a melhoria do trabalho individual. Universalizar a instrução é multiplicar a riqueza nacional (D. António da Costa, *A instrução nacional*, 1870 *apud* Torgal, 1993, p. 609)

Nota-se em seu discurso a vinculação entre instrução e desenvolvimento, entendida aquela tanto como combustível para a sofisticação da produção quanto para o desenvolvimento individual e aumento dos ganhos. Sua defesa explicita uma consciência sobre a necessidade da qualificação do trabalho, inclusive do operário, sem, no entanto, prescindir da manutenção da estrutura social e dos papéis sociais.

Aliada a essas considerações de D. António da Costa, o referido editorial de *O Panorama* testemunha o fato de que, subjacente ao projeto de civilização que pressupunha a consolidação dos ideais liberais de generalização da instrução, estava o de formar leitores. Não bastava ensinar a ler, era preciso dar a ler. Aí residia o civilizar.

Os periódicos literários, assim referidos pelos intelectuais da época, mas cuja definição mais adequada nos parece ser “periódicos ecléticos” – característica sobre a qual discorreremos adiante -, são microcosmos da sociabilidade intelectual do oitocentos, onde se pode ver representada a paisagem intelectual¹¹⁸ da época, porque portadores dos valores e sensibilidades desse coletivo intelectual vinculado ao romantismo. António da Silva Túlio usa o termo “confraria literária” para referir-se a essa articulação (A *Época*, 1849, n.47, p. 311). É aí que se nota o referido sistema de referências que, constituindo elementos de identificação coletiva, tornam-se constitutivos de uma geração, evidenciando os vínculos geracionais advindos das experiências partilhadas por aqueles indivíduos. Nesse sentido evocamos a noção de **conexão geracional** a partir de Mannheim, dado que consideramos a existência de um vínculo concreto entre os sujeitos, para além da existência num mesmo espaço-tempo. Para o autor, “uma conexão geracional se constitui através da participação dos indivíduos que pertencem à mesma posição geracional, em um destino

¹¹⁸ O termo “paisagem intelectual” é extraído de Silva, 2003.

comum assim como da partilha de conteúdos que estão relacionados de alguma forma” (Mannheim, p. 547 *apud* Weller, 2010, p. 214). Trata-se de uma afinidade tanto no sentido de experienciar acontecimentos de forma coetânea quanto no que diz respeito à interpretação desse presente-passado de forma semelhante, assim como da partilha de expectativas, numa projeção de futuro.

Tendo em vista nossa intenção de articular texto e contexto, considerando a dinamicidade deste último, afirmamos a necessidade de relacionar o passado aos seus processos de transmissão. Assim, as afinidades materialmente organizadas na produção dessas revistas não podem ser consideradas de forma isolada ou como de produção espontânea. Estão situadas em uma tradição, aqui entendida não como repetição estanque do que é produzido previamente, mas como um movimento de constante reatualização dos processos de apropriação. Situamos a prática cultural de produção das revistas na tradição do “ecletismo esclarecido” estruturado no pensamento filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Sua autonomia e maturidade intelectual o levaram à elaboração de um sistema filosófico que pretendeu explicar a constituição do saber. Já na sua atuação como professor da cadeira de Filosofia Racional e Moral do Colégio das Artes de Coimbra na década de 1790 verificava-se uma discordância com a metodologia de ensino vigente, ao que propunha uma atualização a partir de autores franceses e ingleses (Locke e Condillac), reconhecendo, ainda, o valor de Leibniz, sobretudo no que diz respeito à linguagem universal; também Aristóteles não deixa de exercer influência, contrariando o primado da época, além de Francis Bacon, apresentado como continuador do filósofo grego. Suas primeiras produções autorais sistematizadas em filosofia datam de 1813, quando ministrou um curso no Rio de Janeiro. As *preleções filosóficas* foram publicadas em fascículos entre 14 de Abril e 21 de Agosto desse ano. Seu principal objetivo teria sido o de “(...) incorporar, ao pensamento lusitano, as ideias que se disseminaram na Europa, ao longo do período moderno. Propõe-se então conceber um sistema filosófico que, além de superar as deficiências da tradição empirista portuguesa, transportasse a filosofia ao lugar que lhe cabia por direito” (Silva, 1990, p. 14-15). Vale destacar que a própria filosofia de Pinheiro Ferreira, entendida aqui como tradição herdada pelos românticos em seu ecletismo, é também ela reinvenção de tradições, ancorada, sobretudo, nos textos clássicos.

É no exercício de conciliar Aristóteles e Locke, numa leitura que prescindia da escolástica, que o filósofo constituiu seu sistema, que acabará por influenciar também outras conciliações, estas no plano político. Contrapondo-se à função operativa da filosofia,

lança uma nova consciência sobre filosofia e educação, em oposição à operacionalização da ciência assumida pela reforma pombalina do ensino em Portugal - essa, por sua vez, influenciada por Luís António Verney e pelo italiano António Genovesi, para quem a filosofia constituiria mera ciência operativa. As ideias de Pinheiro Ferreira acabariam por constituir aquilo que o Visconde do Uruguai (1807-1866) denominará de “ecletismo esclarecido”. Situando-se entre o idealismo alemão e o ecletismo francês, Pinheiro Ferreira contrapor-se-á sobremaneira à Genovesi, cujos escritos considera corruptores da mocidade portuguesa¹¹⁹, e superará Verney, apesar de se identificarem elementos empiristas na base da sua teoria do conhecimento (Gomes, 1974).

Em seu abrangente sistema distingue-se três domínios, a **Teoria do discurso e da Linguagem**, o **Saber do Homem** e o **Sistema do Mundo**. Tentaremos sintetizar cada um deles, de modo a que se perceba mais claramente sua influência na estrutura das revistas.

I. Teoria do Discurso e da Linguagem

Aqui, trata-se de pensar a constituição do saber e estabelecer os princípios do conhecimento, residindo na relação entre pensamento e linguagem, para ele indissociáveis¹²⁰.

Ao contestar as concepções inatas, equipara sensações às vivências interiores. Assim é que a ativação dos sentidos seria premissa para o desenvolvimento das ideias nos indivíduos, o que pode acontecer tanto a partir da sensação, com objetos presentes, como por meio da lembrança ou imaginação, com objetos ausentes. Em ambos os casos a memória é fundamental para se alcançar o conhecimento dos fatos. Entendemos que a materialidade das revistas, seus textos e imagens, poderia ocupar o lugar do objeto ausente, despertando os sentidos e sensações imprescindíveis para o conhecimento dos fatos. As revistas seriam a linguagem por meio da qual o conhecimento seria divulgado.

Tal conhecimento seria constituído por 5 elementos fundamentais:

- Factos – estudos individuais de cada objecto; observações individuais;
- Nomenclatura – permite exprimir cada uma das circunstâncias que revestem os factos, constitui-se de nomes e frases a cujo número e variedade acrescenta-se a medida permitindo assim enunciar claramente e distintamente esses factos; correspondência entre linguagem e realidade; “Os factos são conhecimentos – dirá – mas ainda não constituem ciência. Esta só tem início quando dispuser de uma linguagem fundada em princípios” (*Preleções Filosóficas*, §538, *apud* Paim, 1967, p. 61);
- Sistema – distribuição de factos que se organizam naturalmente no nosso espírito segundo diferentes propriedades ou conjunto de propriedades comuns a todos os

¹¹⁹ Crítica feita na “Advertência” das *Noções elementares de filosofia*, Paris, 1826.

¹²⁰ Esse aspecto é talvez o ponto mais bem elaborado de seu sistema filosófico.

objectos individuais observados, sejam eles compreendidos em classe, espécies, ordens, secções, famílias, géneros, etc;

Teoria – estabelece os princípios que devem nos guiar na solução dos problemas referentes às *causas, razões e efeitos* dos fenómenos para que estes não se constituam unicamente em factos isolados;

Método – regras indicadoras da marcha a ser seguida pelo sábio para construir o edifício da ciência (Ferreira, *Psychologie*, 1828, p. 2 e ss. *apud* Silva, 1990, p. 26).

Em suma, a linguagem é entendida em seu potencial de decodificação do pensamento.

II. **Saber do Homem** – “Tratado das Paixões” (de sensações a atos morais, compreendidos nas ideias de **virtude e Vício**)

Esse domínio diz respeito à ordenação do saber e à aplicação do método às diversas ciências. Aqui está inserida a teoria do conhecimento, que por sua vez está vinculada à sua Teoria da Linguagem – momento privilegiado da constituição do saber por meio da nomenclatura. No que diz respeito à linguagem, vale lembrar que o autor incorpora a tradição aristotélica.

Quanto ao saber do homem, o problema central é o da formulação de uma ética. A ética de Pinheiro Ferreira assemelha-se ao utilitarismo de Jeremy Bentham, propondo uma dicotomia entre “moral religiosa” e “moral filosófica”. Da ideia de ética decorrerá sua teoria política. Como um teórico da conciliação, propõe a harmonia entre as conquistas liberais e a monarquia, baseado no respeito integral à pessoa humana e na condenação da violência.

Tais princípios estão especialmente vinculados ao sistema de identificação coletiva presente entre a intelectualidade romântica de influência liberal. Tanto no que diz respeito à moral, que não prescinde da religião para conformar o homem, quanto na manutenção da monarquia e sua conciliação com as conquistas liberais. Esses preceitos são facilmente identificados quando se observa o funcionamento da rede de sociabilidade intelectual, que passa pelas associações científicas, literárias e filantrópicas e pelas revistas. Não apenas se nota a defesa da conciliação entre monarquia e liberalismo, mas a existência mesmo de uma aproximação que se verifica nas práticas. A aproximação dos intelectuais às figuras do governo, por vezes a ocupação de cargos, como no caso de Manuel Pinheiro Chagas, bem como a presença de alguns deles nas associações, são exemplos desse trânsito¹²¹.

¹²¹ A proximidade entre Duque de Saldanha, um dos mais importantes homens da monarquia constitucional, e António de Castilho é notável, bem como a participação de Saldanha na fundação da *Associação Promotora da Educação Popular*. Casal Ribeiro, também membro e colaborador da mesma associação era apoiador de Saldanha e por várias vezes teve cargos políticos no governo.

Além disso, a moral é temática fundante e estruturante das revistas, como se poderá verificar na análise pormenorizada de cada uma delas.

III. **Sistema do Mundo ou Cosmogonia** – propriedades dos Entes e suas relações com o Criador ou Teologia Natural: conclusão do plano.

Nessa dimensão enquadra-se mais estritamente o pensamento Ontológico. Sua definição sobre esse primado muito se relaciona à produção das revistas que analisamos: “a ontologia tem como objeto as noções gerais, e comuns a todos os conhecimentos humanos que interessam à atividade construtiva da ciência, e ainda da compreensão do próprio homem” (Santos, s/d, p. 24).

Esses três domínios estão articulados e ancoram-se em duas grandes influências, a tradição da lógica formal (aristotélica), sobretudo em sua relação com a ontologia¹²², e o projeto de uma enciclopédia dos conhecimentos humanos, de uma linguagem universal (leibziniana). Assim é que se entende que a ontologia abrangeria o conhecimento de todas as coisas, sendo que esse conhecimento se assenta em fatos.

O desenvolvimento do ecletismo teórico esteve em sintonia com um reformismo prático que pretendia modernizar Portugal. Sua origem, na transição do século XVIII para o XIX, vinculava-se ao dilema de modernização vivido pela então metrópole: para desenvolver-se, Portugal precisava de se beneficiar da exploração de sua colônia. Contudo, o dilema residia em que a exploração era condição para o desenvolvimento. Essa contradição esteve nas bases da formulação de um pensamento que sustentasse o reformismo e ao mesmo tempo contivesse um possível desdobramento revolucionário. Conforme afirma Dermeval Saviani, “a base filosófica da política de conciliação pode ser identificada no ecletismo” (Saviani, 2007, p. 118).

A formalização do ecletismo dar-se-á em meados do século XIX, na conciliação entre o “ecletismo esclarecido” e o “ecletismo espiritualista”, que tornar-se-á dominante na década de 1850, em uma formulação mais elaborada desenvolvida por Victor Cousin (1792 – 1867), com quem Pinheiro Ferreira se correspondia. O referido “ecletismo espiritualista” será adotado como referência no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, após publicação do “Curso de História da Filosofia Moderna” de Cousin entre 1843 e 44, traduzido por Antonio Pedro de Figueiredo. Mesmo que Ferreira e Cousin tenham sido desacreditados pela “geração de 70”, são figuras que merecem atenção na constituição do pensamento

¹²² Definida como “as noções gerais que são comuns a todos os conhecimentos humanos” (Ferreira, 1836, p. 11)

intelectual tanto brasileiro quanto português, mais do que se lhes vinha creditando. Articulado ciência, religião e moral, o ecletismo desvela a forma de construção intelectual anterior ao domínio positivista, que ilumina os produtos culturais produzidos pelos intelectuais desse ciclo histórico. As revistas que analisamos representam, contextualmente, a conciliação entre liberalismo e tradição fomentada pelo ecletismo, enquanto veiculam conteúdos de vulgarização do conhecimento que procuram justamente conciliar ciência, religião e moral.

Na abertura das *Preleções*, Silvestre Pinheiro Ferreira enuncia uma ideia que praticamente serve de síntese às pretensões das revistas identificadas como literárias, mas que talvez sejam melhor definidas por ecléticas: “Todo homem, qualquer que seja seu estado e profissão, precisa de saber *discorrer com acerto e fallar com correção*. Todos precisam conhecer o *Mundo*, tanto o *physico* como o *moral*, de que fazem parte: isto he, as Leis Geraes dos Corpos, que compõem o *Systema do Mundo*; e os *Deveres* que cada hum de nós, considerado como homem e cidadão, tem para consigo mesmo, para com a sociedade, e para com o *Ente Supremo* de quem havemos recebido a existência” (Ferreira, 1813, p. 1, grifo do autor). Essa enunciação primeira apresenta já um aspecto fundante do seu sistema, o “conhecer o *Mundo*”, que diz respeito às bases do conhecimento, e que carrega os principais aspectos que identificamos na estrutura das revistas. Os elementos “pátria”, “língua materna” e “moral cristã”, subjacentes aos periódicos, podem ser compreendidos do excerto das preleções. De princípio, note-se que o indivíduo é referido também como cidadão, o que traz implícito seu papel ativo na pátria, enquanto parte dela. Os conhecimentos do mundo, constituídos tanto por eventos físicos quanto morais, devem ser de domínio desse cidadão, o qual deve também dominar a expressão, a língua materna. Seu dever enquanto cidadão não reside apenas nas responsabilidades públicas e com o Estado, mas também com o *Ente Supremo*, ao que é preciso a moral cristã.

Esse universalismo, pautado em uma gramática universal que abrange todos os conhecimentos no seu aspecto mais geral, identificados como fatos explicados pela nomenclatura, que deve ser dominada por “todo homem, qualquer que seja seu estado e profissão”, e que por sua vez compõe um “sistema do mundo” do qual fazem parte os cidadãos, sujeitos de direitos e deveres e, portanto, conhecedores e praticantes da moral, pode ser reconhecido no sistema das revistas que aqui identificamos como ecléticas, e nas quais o elemento de popularização ganha destaque. Seriam elas uma tentativa de se constituir como uma enciclopédia de conhecimentos humanos de linguagem universal. Vale lembrar que as ciências físicas e morais, em Pinheiro Ferreira, estão interligadas.

Assim como, para o filósofo, o progresso de uma ciência depende do progresso da sua linguagem, da nomenclatura por ela utilizada, para os intelectuais românticos o progresso da sociedade dependia do desenvolvimento da língua portuguesa e da moral cívica e religiosa, e a revista em formato de “periódico-livro” vinha cumprir o papel de intermediador e divulgador. Conforme declarado em *O Panorama*, seu “segredo” estaria em “haver seguido estritamente o systema que a si proprio impoz desde o seu apparecimento, e de ter este systema merecido a approvação espontanea e desinteressada da parte grave, illustrada, e moral do povo portuguez” (*O Panorama*, 1844, p. 1). Em síntese, trata-se da linguagem, da relação entre o pensar e o falar, que ganha nova significação nas revistas, alcançando também a preocupação não só com a correspondência entre linguagem e realidade, mas também com uma linguagem que fosse acessível a todos. Estava em causa a necessidade de fazer chegar o conhecimento a um maior número de cidadãos.

3.1. Um projeto, vários animadores

No título deste capítulo identifica-se os periódicos como literários, instrutivos e recreativos. É importante ter em conta esses três aspectos como norteadores, entendidos como características centrais dos periódicos que categorizamos como ecléticos. O aspecto literário está no cerne da sua gestação, e representa a origem dos seus colaboradores, vinculados ao movimento romântico. A literatura é, ainda, a própria expressão da língua. Como mencionamos no primeiro capítulo, não reduzimos o romantismo simplesmente à produção literária, contudo não se pode negar que é a literatura o seu motor. É por meio dela que os intelectuais se expressam, se aglutinam, se encontram, se confrontam. E é tencionando divulgá-la que encetam as publicações periódicas. Se o caráter literário é o cerne, a instrução é o âmago. A preocupação com o “derramamento da instrução popular”, em instruir com “conhecimentos úteis”, é motivação civilizacional. Vale destacar que o primeiro periódico eclético, *O Panorama*, tem sua publicação planejada pela *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, sobre a qual discorreremos mais adiante. Por fim, o elemento recreativo é justamente o elo de ligação com o homem comum, capaz de tornar as leituras mais amenas, palatáveis e atrativas, de modo a dialogar com um leitor não erudito. O ecletismo é a receita que combina as três características (literário, instrutivo e recreativo) nas publicações periódicas.

Como, então, definir e selecionar os periódicos ecléticos em meio à enxurrada de publicações de caráter cultural que passam a ter lugar no século XIX? Partimos da premissa de que era necessário estabelecer critérios articulados com o referencial teórico-metodológico. Tal definição foi, então, pensada no esforço de superar a oposição entre texto e contexto¹²³. Para tanto evocamos a associação entre história intelectual e história cultural. Consideramos que a investigação das trajetórias intelectuais inseridas nas redes de sociabilidade (Sirineli, 2003), conectadas com a análise dos suportes materiais e dos discursos nele impressos, enunciam sentidos e significados que corroboram ao entendimento daquilo que esse grupo de intelectuais pretendia alcançar como nação, e da missão que atribuíam a si mesmos nesse projeto, o da regeneração intelectual.

Não desconsideramos que exista uma individualidade daquele que enuncia, contudo entendemos que não de forma isolada, e sim inscrito em uma regularidade coletiva (Chartier, 1991, p. 87), que faz parte de um aparato linguístico também ele coletivo (Moscateli, 2003, p. 57-58). É este aparato que nos guiará na interpretação de elementos que nos pareceram fundamentais para o projeto de nação que passava pela popularização da instrução por meio das revistas. Assim, delimitamos três condicionantes centrais, sendo a primeira relacionada ao âmbito da experiência (trajetórias e sociabilidades) e as outras duas ao domínio do objeto escrito (estruturas materiais e de linguagem, motivações e intenções):

1. Ser identificável como parte do microcosmo da rede de sociabilidade intelectual do romantismo articulada em torno das figuras de referência António de Castilho e Alexandre Herculano, que verificamos a partir da participação em espaços de sociabilidade comuns, como o Grêmio Literário de Lisboa, A Real Academia de Ciências de Lisboa e A Associação Promotora da Educação Popular, além das pistas indicadas nas inúmeras cartas de Castilho;
2. Pretender-se deliberada e explicitamente “acessível a todos”, com vistas à popularização do conhecimento (“periódico-livro”);
3. Assumir um caráter conciliador e universalista, à luz do sistema desenvolvido por Silvestre Pinheiro Ferreira.

¹²³ Cf. Introdução.

Essa categorização teve como ponto de partida o artigo de José Maria de Andrade-Ferreira (1823-75) intitulado “O jornalismo literário em Portugal”, publicado em 1857 na *Archivo Pittoresco*, pois nos interessava ter como baliza uma interpretação produzida na rede de sociabilidade que analisamos. Como pretendemos investigar as transformações representadas pela *Archivo Pittoresco* numa tradição de produção cultural, era mister ter bem definida a categoria de periódico que ela representava para, então, identificar as mudanças nessa prática cultural. O artigo, nos aproximando do contexto e corroborando ao exercício a que nos propomos de não dicotomizar texto e contexto, assume o papel de testemunha do desenvolvimento de uma nova forma de imprensa, com características específicas, que origina o que chamamos de “revista”. Até meados do XIX, contudo, o termo não tinha um emprego muito definido, e comumente era associado à seção dos periódicos destinada a assuntos diversos do cotidiano, não políticos, que tiveram lugar ao longo da semana¹²⁴. Por isso o termo jornal literário era empregado com frequência.

Esse testemunho revela também a maneira como essa imprensa vinha sendo compreendida pelos intelectuais da época. Andrade-Ferreira, além de colaborador na *Archivo*, era editor da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* ao lado de Ernesto Biester (1829 – 1880) e Xavier de Brederode. Já nos referimos ao caráter dessa revista no primeiro capítulo, mas vale retomar que esta publicação é referida por Alberto Ferreira (1979) como pontificado da *Escola do Elogio Mútuo*, onde ter-se-iam aglutinado os escritores associados à *Regeneração*. Todos os números da revista são iniciados por um elogio a um intelectual, geralmente escritos por colegas. Trata-se, então, de um elogiar o outro em vida, como uma troca de favores simbólicos.

O referido texto de Andrade-Ferreira apresenta elementos importantes para se entender o papel atribuído pelo grupo à imprensa na divulgação da leitura. O autor apresenta como finalidade última dos periódicos literários o "derramamento da instrução popular" (*Archivo*, 1857, p. 94). Aponta *O Panorama* como grande patriarca da modalidade, que teria levado

"ao alcance de todas as classes e de todos os entendimentos os grandes espectáculos que ennobrecem o [sic] nossa historia, os seus monumentos, as suas prodigiosas victorias, assim como as creações do espirito e da imaginação de uma mocidade talentosa, que se estreava e, por vezes, triumphava já das maiores difficuldades do romance historico, das tentativas da critica litteraria, ou dos assumptos de mera phantasia" (*Idem*, p. 94).

¹²⁴ Encontramos registros dessa utilização em vários dos periódicos analisados, como a *Revista Universal Lisbonense*, *A Época*, *O Farol*, *A Semana*.

Nesse excerto fica explícito o valor dado às glórias do passado e à produção literária e artística nacional, cuja produção deve ser espalhada. A importância dos lugares de memória, traduzidos pelos monumentos, é expressa conscientemente.

A maior parte do artigo dedica-se a identificar os periódicos que, de alguma forma, teriam seguido seu rastro. Vale reproduzir brevemente a leitura de Ferreira sobre cada um deles, para que o leitor possa se acercar do debate e possamos explicitar nosso contraponto, indicando os que serão analisados brevemente adiante. O primeiro a ser mencionado é o *Jornal dos amigos das letras* (1836), cujos colaboradores destacados pelo redator são Castilho e Herculano, justamente os dois sujeitos centrais da rede de sociabilidade destacada. Apesar de não o entendermos exatamente como propagador de conhecimentos úteis, o percebemos como precursor, na medida em que ativa a sociabilidade. Sua publicação é fruto da organização dos intelectuais românticos em uma associação de mesmo nome, que decidem pela publicação de um periódico para expressar pensamentos, sobretudo, por meio da escrita literária.

Segue-se a *Archivo Popular* (1837 - 43), descrita como uma revista que prestou serviços ao país,

cujas vistas não passem os limites da instrução popular, por meio de escriptos amenos e faceis, que, despertando a curiosidade, e estimulando a imaginação às classes desprovidas de fortuna, lhes recreia o espirito, despontando-lhe ali os germens de idéas, que depois um melhor cultivo faz desabrochar em fructos apreciaveis" (*Idem*, p.94).

Apesar da intenção de divulgação, trata-se basicamente de uma cópia de modelos franceses, com a reprodução de textos e traduções. Assim, não consideramos que cumpra os critérios condicionantes que adotamos.

O papel de *O Mosaico* (1839-41) também é exaltado, basicamente por ter sido celeiro de talentos. "(...) Foi o prólogo em que Rebello da Silva, Mendes Leal, Mendonça, Corvo, Casal Ribeiro e outros engenhos, hoje já fortalecidos e nobilitados em diversos ramos da sciencia e do saber, balbuciarão as primeiras syllavas dos seus protestos de fé litteraria (...)" (*Idem*, p. 94). Foi espaço de articulação da sociabilidade, já numa fase de maturação.

A *Época* (1848-49) é dada como realização do que foi prenunciado na *Mosaico* e tinha a colaboração de Rebello da Silva, Andrade Corvo e Silva Tulio. Outra citada, *O Farol*, dirigida por Latino Coelho e Antonio Serpa, "talentos naturalmente satyricos e

sasonados por estudos profundos (...)", tinha por finalidade "uma critica desapiedada, pungente, sem quartel nem perdão a tudo e a todos" (*Idem*). Uma das mais destacas polêmicas envolve Coelho e o Barão d'Alfenim, pseudônimo de Silva Tulio¹²⁵. Essa caracterização da revista parece-nos um pouco extrema, acabando por tomar o todo pela parte (uma seção específica).

Sobre a *Revista Universal* (1841-59), fundada e dirigida por Castilho, declara ter sido "mais do que um simples jornal litterario; foi uma propaganda que alargou vastas conquistas e educou soldados para a mais renhida e disputavel das refegas da imprensa" (*Idem*, p. 95). Destaca, ainda, a aparição de *A Ilustração* (1845-46), logo após essa. Herculano estava também a ela vinculado, o que a colocou "em subido conceito. Não nos parece, comtudo, que os seus resultados influissem no gosto ou progresso das nossas creações litterarias" (*Idem*, p.95). *A Ilustração: Jornal Universal* (1845-46), é descrita como ousada nas suas pretensões: "o seu plano foi vasto, pois poz a mira em nada menos do que em desempenhar a tarefa tomada a peito pelas folhas assim denominadas em França, Inglaterra e Hespanha" (*Idem*).

A Semana (1850-51), periódico dirigido por João de Lemos na primeira fase e por Silva Tulio na segunda, também aparece na lista, como um impresso que vinha "seguindo o fio philosophico" (*Idem*). Destaca, ainda, *O Instituto* (1853-1981) e *O Trovador* (1855), sendo esse último o "genio da poesia nacional". Após essa série de jornais literários instrutivos e recreativos, o redator identifica um hiato na produção, dado que considera que *A Ilustração Luso-Brasileira*¹²⁶ (1856-59) "teria um ensaio mais industrial, que litterario, que nasceu para morrer" (*Idem*).

Ferreira considera que uma segunda fase teria sido inaugurada pela *Revista Peninsular* (1855-56), seguida pela nova etapa da *Revista Universal, Jornal de Bellas-Artes* (1857-58), *Annaes das Sciencias e Letras* (1857-58). Desta "fase" identificada por Andrade-Ferreira faria parte a *Archivo Pittoresco*, exaltada pelo autor como grande ícone da instrução por todas as classes.

Sabendo que toda seleção é arbitrária, mas necessária na realização de uma pesquisa, elegemos dentre as revistas apontadas por Andrade-Ferreira aquelas que consideramos atender aos três critérios por nós acima estabelecidos para serem identificadas como ecléticas. *Jornal dos Amigos das Letras, O Panorama, Revista*

¹²⁵ Abordaremos a polêmica quando da análise das revistas.

¹²⁶ Chegou a ter sua distribuição como prêmio pelas escolas régias portuguesas (ver *Correio Mercantil*, 1859, n. 279, p.2), contudo o prêmio foi rapidamente substituído pela *Archivo* logo a seguir.

Universal Lisbonense, A Epoca, O Farol, Revista Popular, A Semana e Archivo Pittoresco são aquelas às quais dedicamos nossa atenção, entendidas como parte do microcosmo da rede de sociabilidade intelectual do romantismo, em cuja materialidade e subjetividade identificamos a inspiração advinda do sistema filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira. Todas elas são analisadas neste capítulo, com exceção do *Archivo Pittoresco* que, pelas peculiaridades que serão explanadas, ocupará um capítulo específico.

De forma a facilitar a visualização das características das revistas, optamos por iniciar a análise de cada periódico com uma ficha catalográfica por nós elaborada, acompanhada da reprodução de uma ou mais páginas que possam ilustrar suas características editoriais.

3.1.1. *Um precursor, o Jornal dos amigos das letras*

Tabela 1 - Ficha Jornal dos Amigos das Letras

Local e período de publicação	Lisboa, de abril a agosto de 1836
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 5 números
Responsáveis pela publicação	Irmãos Castilho, por meio da Sociedade dos Amigos das Letras
Formato	26 cm de comprimento, 32 a 36 páginas com texto dividido em duas colunas, em numeração sequencial
Ilustrado	Não
Preço	Assinatura trimestral: \$600 Avulso: \$240
Observações	Todos os artigos do jornal são assinados, não se responsabilizando a sociedade pelo conteúdo



JORNAL

DA SOCIEDADE

DOS AMIGOS DAS LETRAS.

N.º 1

Abril

1836

OS AMIGOS DAS LETRAS.



A. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

Houve neste paiz um pensamento nobre e exemplar; e esta Sociedade nasceu.

Após longo batalhar do despotismo contra a sciencia, no cabo supplantada, pensou o escasso numero dos que em nossas terras a cultivam que se uma vez se lograsse remir a instrucção, essa abriria porta á liberdade: liberdade sem instrucção é edificio apparatuso mas sem alicerce nem cimento. Reformas clamadas pelos tempos e circumstancias, foram encetadas, e no assenso dos peritos logrou o Legislador sua recompensa. Dissereis porém que dous genios contendem a braços travados a qual regerá os destinos portuguezes; influa-nos o Genio do Bem entendimento para discernir e acertar; mas lá vem de encontro o Genio do Mal que nos deslisa dos bons propositos, nos quebranta com as difficuldades, nos adormece com a rotina, e enterrando-nos mais para baixo no lodo dos antigos prejuizos e egoizmos, exulta em seu miserando triumpho. A' nascença feneceu pois um plano de boa reforma pelo qual os homens d' instrucção se congratulavam; foram todas essas providencias suspensas, isto é, sobre ellas se lançou a terra dos mortos.

O alarma correu logo na campanha

dos homens de sciencia; doí-lhes ver de golpe decepadas tão viçosas esperanças. E porque o silencio os não viesse a tornar cúmplices no delicto, com quanto houvesse boas razões para pensar que este passo seria por agora inutil, o Corpo Cathedratico da Capital, e era de ver a sua unanimidade, se endeteçou a Sua Magestade, e aos encarregados do leme do Estado, para que houvessem por bem desviar as consequencias estacionarias de tão intempestiva suspensão. Feito este requerimento, publicado este manifesto, entregue o negocio a quem tinha obrigação de o resolver, sobre elle dormitaram em boa paz com suas consciencias.

A *Associação* de tantos homens, todos amantes de sua patria, antolhou-se a alguns delles, que se corriam de ver tantas nações mais diligentes, dever ser a base de uma *Sociedade*, em que para pública vantajem se juntassem em communidade, saber, esforços, e talentos para intentar pôr a sciencia hombro com hombro com a dessas nações, pois lhes não parecia razão que entre ellas houvesse tal differença de nivel. Esta proposta deparou com facil sympathia, e sem fazer mais detença os Instituidores chamaram em sua ajuda todos os Portuguezes que sentissem a precisão de promover em seu paiz necessarias reformas e melhoramentos, maiormente em objectos de immediata applicação pratica, cujo soberano logar ha demasiado sido usurpado entre nós por dogmas e theorias.

A

Figura 6 - Primeira página do *Jornal dos Amigos das Letras*, 1836.

O *Jornal dos amigos das Letras* é publicado pela associação de mesmo nome, que tinha como pilares o “saber”, a “moralidade” e o “patriotismo”, como se verifica na sua enunciação: “Candidatos desta Sociedade se tornaram desde logo todos os Portuguezes em cujo espirito se achasse saber, em cujo coração moralidade, em cuja alma patriotismo” (*Jornal dos Amigos das Letras*, 1836, n. 1, p. 2). Estritamente literária e científica, declarar-se-á apolítica, conforme se tornará a tônica das associações e periódicos dessa estirpe. Em lugar de uma orientação política mais explícita para formar o cidadão, um caráter conciliador e universalista: “assentou-se em que a sciencia acharia no seio desta Sociedade um Sanctuario a cujo limiar se despiriam paixões; e que seriam irmãos em sciencia os homens das mais diversas crenças politicas” (*Idem*).

Também porta-voz de uma associação, como o *Panorama*, mas anterior a ele, o *Jornal* constituiu-se como uma espécie de precursor, ou de ensaio, no qual escreveram alguns dos futuros colaboradores desta revista ilustrada, inclusive dois daqueles que assumirão como redatores-chefes, Castilho e Herculano. Teve vida efêmera e publicaram-se apenas 5 números, o que não o destituiu de importância. Andrade-Ferreira, no artigo que nos serviu de parâmetro para compreender como o papel dessas revistas era entendido na época, destaca sua importância inaugural, justamente no que diz respeito à articulação que ora identificamos como uma rede de sociabilidade. Afirmava ele que esta teria sido a “publicação em que vimos associadas as primeiras forças intellectuaes do paiz (...) provou de quanta utilidade seria o vigor da sua critica e o complexo dos seus conhecimentos literários (...). Colaborada especialmente pelos srs. Castilho e Herculano” (In *Archivo Pittoresco*, 1857, p. 94). Note-se que Andrade-Ferreira reconhece em Castilho e Herculano potenciais de articulação das “forças intellectuaes do paiz”, o que identificamos na atuação de ambos os intelectuais. Ambos trabalharam intensamente na colaboração, edição e elaboração dos “periódicos-livro”, contudo Castilho desempenhou uma trajetória peculiar dedicada à “instrução popular”.

José Silvestre Ribeiro (1879, p. 11), outro contemporâneo, lamenta a efemeridade, dada a potencialidade de contribuição em mais longo prazo, assumindo também um papel significativo para a publicação. Em análise recente, M. Helena Roldão (2013) considera de fato que este periódico teria ocupado um lugar significativo na produção cultural da época, o que seria indicado pelas reiteradas referências ao mesmo nas biografias e bibliografias dos seus colaboradores. Nesse sentido, um dos aspectos que nos leva a crer na suposição de Roldão é o fato de ser palco da publicação de uma significativa crítica literária, relativa à própria inauguração do movimento romântico em Portugal.

Alguns autores marcam o ano de 1836 como início do romantismo português em função da publicação de “A voz do Profeta”, de Alexandre Herculano, e “Ciúmes do Bardo” e “Noite no Castelo”, de António de Castilho (Saraiva & Lopes, 2000). Este é justamente o ano de publicação da revista, onde se divulga a crítica de Herculano aos referidos livros de Castilho. A revista apresenta-se, assim, como espaço de realização dessa inauguração.

Seu programa editorial esteve bastante vinculado à divulgação literária, e começa a aparecer, timidamente, a preocupação com a instrução. A questão da instrução, que tornar-se-á problemática central de António de Castilho a partir da década de 1850, já recebia alguma atenção na revista. A preocupação com o “derramamento da instrução primária” virá a ser, mais do que assunto corrente entre os “periódicos-livro”, um dos seus objetivos centrais. No *Jornal das Amigos das Letras* ainda não ganhou corpo. Contudo, está presente como princípio, dado anunciarem no programa de apresentação do impresso que “liberdade sem instrução é edifício apparatuso mas sem alicerce nem cimento” (1836, n. 1, p. 1). Essa constatação reverbera-se em algumas notícias nesse número e no próximo. A primeira delas diz respeito à defesa do plano de reforma da Instrução Pública, e outra ainda acerca da formação da Comissão de Instrução Pública, criada por decreto de 13 de maio de 1834, noticiando-se alguns de seus projetos. No segundo número, A. H. de Carvalho Araujo comenta o projeto de reforma da Instrução Pública do sr. Albino Figueiredo, o qual considera que “produzirá vantajosos resultados” (n. 2, p. 63-64). Trata-se, na verdade, da proposta de estabelecimento de uma universidade em Lisboa por meio de uma Sociedade tutelada pelo governo.

Quanto aos textos científicos e literários, são bastante longos, não se notando ainda a preocupação, que começa a ser manifestada em *O Panorama*, de ter em conta uma especificidade de escrita para ampliar o público leitor.

Sua importância reside, portanto, não especificamente como parte da tradição das revistas literárias ecléticas, mas na articulação dos intelectuais que desenvolverão a empreitada a partir de então.

3.1.2. O Panorama

Tabela 2 - Ficha O Panorama

Local e período de publicação	Lisboa, de 1837 a 1844; 1846; 1853 – 1858; 1866 - 1868
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, contudo com interrupções Concluiu 18 volumes de 52 números cada
Responsáveis pela publicação	Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis
Formato	29 cm, 8 páginas, com texto dividido em duas colunas, numeração sequencial em cada volume
Ilustrado	Sim
Preço	No primeiro ano: assinatura anual, 1\$200, com capa 1\$280; assinatura semestral, \$640, com capa \$680; assinatura trimestral, \$340, com capa, \$360; avulso, \$25. Em 1846, a assinatura mantém-se o mesmo preço, mas o número avulso passa a \$30.
Observações	Teve vários editores ao longo dos anos, tendo sido o primeiro deles Alexandre Herculano (até 1839). António de Castilho assina o editorial entre 39 e 41, e Oliveira Marreca em 43. Em 1844 os editoriais não são assinados nominalmente. Após interrupção, é relançado em 1846 sob redação de Antonio José Fernandes Lopes (tipógrafo-editor de cuja oficina saíram, além de O Panorama, A Ilustração Luso-Brasileira, O Futuro e A Discussão). Entre 1853 e 58, a direção teria sido assumida por Luiz Augusto Rebelo da Silva, segundo Inocência da Silva. Alcançou uma tiragem de 5 mil exemplares, bastante avultosa para a época.

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

1.]

PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.

[MAIO 6, 1837.

INTRODUÇÃO.

De todas as coisas que se offerecem ao homem para lhe recrear os momentos de ocio, e a leitura talvez a mais agradável, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebraz o seu repouso domestico, sem vagar pelas ondas do oceano, ou trilhar peregrino as sendas e desvios de paizes remotos, diante de seus olhos se corre o panno á scena do mundo passado e presente, e do mundo da sciencia e da arte: trava conversação com as personagens mais distinctas de todas as epochas, e com os mais nobres ingenhos de todas as idades: trata as intelligencias dos diversos paizes, e bebe a largos tragos na taça da sabedoria. Cidadão de todas as republicas, membro de qualquer sociedade, contemporaneo de qualquer anno, só o homem dado á leitura pôde com verdade dizer que para elle foi o Universo creado.

Os antigos inventaram uma grande variedade de jogos publicos, para nellos gastarem as horas que não consagravam aos negocios do estado, ou aos interesses privados. Nasceram assim os combates de circo, os theatros, as nomenclaturas, e tantas outras espectaculos, que atraíam a attenção do povo desocupado. Faltava aos antigos a leitura; porque, ignorando a arte de multiplicar as copias dos livros, estes não podiam ser populares, e ficavam só ao alcance dos abastados, ou dos sábios, que faziam do estudo o emprego da sua vida. Por esta causa a civilização grega e romana foi muy diversa da que hoje surtamos no meio das nações modernas da Europa. Nos dois grandes povos da antiguidade a politica era mais apparente do que íntima; mais brulhante a affirmacão, por assim dizermos, o respeito da sociedade, do que a melhorar o caracter moral do homem, e a cultivar-lhe a intelligencia. Os prosibos da Philoiphia, os descobrimentos das sciencias, eram guardados no seio das lyceus e escholhas, como um thesouro, cujas riquezas não revertiam em beneficio commum. Por esta arte volveram muitos seculos; as sciencias surgiram umas após outras, e a barbaria estava no umgo da vida humana, posto que esta parcosse muitas vezes aperfeiçuar-se, e que a gloria e o luxo tornasse brilhante a possessão de muitas rajas pela face da terra.

Assim o Grego era supersticioso, cruel, e refabado; em cada phenomeno extraniario da natureza via a culera dos numes; e sem poder conter a virtude em odio da virtude: assim o Romano batia as palmas vendo correr ao circo o sangue dos gladiadores, ou fazia combater seus escravos junto ás mesas das banquetes e da prostituição, pero lhe alegrava a alma leve com o espectáculo das feridas: e, republicano orgulhoso, e simples cidadão de Roma era mais rico de tyrancias do que o despota mais barbaço das regiões da Asia.

Nasceu o christianismo, cujo objecto era reformar os costumes: mas os seus effeitos beneficentes o foram quasi só para a correção do homem. Dahi proveio que o imperio da ignorancia popular não foi destruido, antes augmentou no meio das espantosas revoluções que passaram por essas eras. A idade media veio de-

pois, bella e sublime em todos os costumes gerados pela religião do Evangelho, porém mostrava e selvagem em todos os usos e hábitos que nasciam das idéas de povos embrutecidos.

Foi a arte da Impressão, inventada no meado do XV seculo, que deu principio á epocha da verdadeira civilização. A sciencia até então era como a fonte pobre, que jorrando em um lago fechado, ali inserta e se esvae pela terra, sem ser util ás veigas vizinhas: com a invenção da typographia, porém, pouco e pouco se tornou manancial abundante, transpuz as margens, e correndo semelhante a rio caudal, fertilizou e cultivou de novo os campos da vida. O saber trouxe o seu seio de mysteria, e o homem, a quem a consciencia revelava um futuro de gloria litteraria, não deixou mais passar esta voz como a recordação de um sonho. Os livros em breve se multiplicaram por tal modo, que em menos de um seculo os volumes sahidos dos diversos prehos da Europa subiam ao numero de milhões, e pôde-se escolher até que ponto terio hoje augmentado, se nos lembrarmos que só os impressos nesta parte do mundo que habitamos, montam annualmente a mais de cincoenta mil obras diversas, multiplicadas por milhares de copias. Bella é por certo a historia dos progressos da intelligencia, que em tão curto espaço tentamos boquejar: mas, força é diz-lo, a riqueza nos tornou pobres. Os descobrimentos, as invengoes, e a meditação do genio, do talento, ou do estudo, nem sempre poderam seguir de par os progressos da arte de escrever. Muitas coisas inúteis e até dannosas se publicaram: milhares de escriptores vestiram por molde seu albeas suscepções; milhares aos deram volumes abundantes de palavras e quasi ermos de idéas. Por outra parte, as observações e as theorias acerca de qualquer ramo dos conhecimentos humanos virram umas após outras: cada uma destas variedades ou mudanças foi representada por um ou por muitos livros, e sem nosso podemos affirmar que hoje a ninguém é dado nem sequer o examinar os escriptos que cahem acerca de uma sciencia só, quanto mais tentar instruir-se na totalidade dellas. No seculo XIX a existencia de um Aristoteles seria absolutamente impossivel.

Dahi se originou o caracter particular da civilização litteraria do nono seculo: a individualidade quasi desapareceu no imperio do saber; as sciencias concentram-se estreitamente, e os homens superiores ao genero humano, que achamos na antiguidade, como Platão e Cicero, não podem surgir no meio de nós: a instrução é só uma; quem a possui é sómente a humanidade. Que salio usaria levantar-se no meio da grande familia europea, e dizer ás intelligencias: "tudo escutar-me, que eu sou vossa mestre!"

Neste estado, pois, da illustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espirito do nosso tempo, e porque esta tendencia é generosa e util.

Voa. I.

1

Figura 7 - Apresentação da primeira página do primeiro número de O Panorama, 1837.

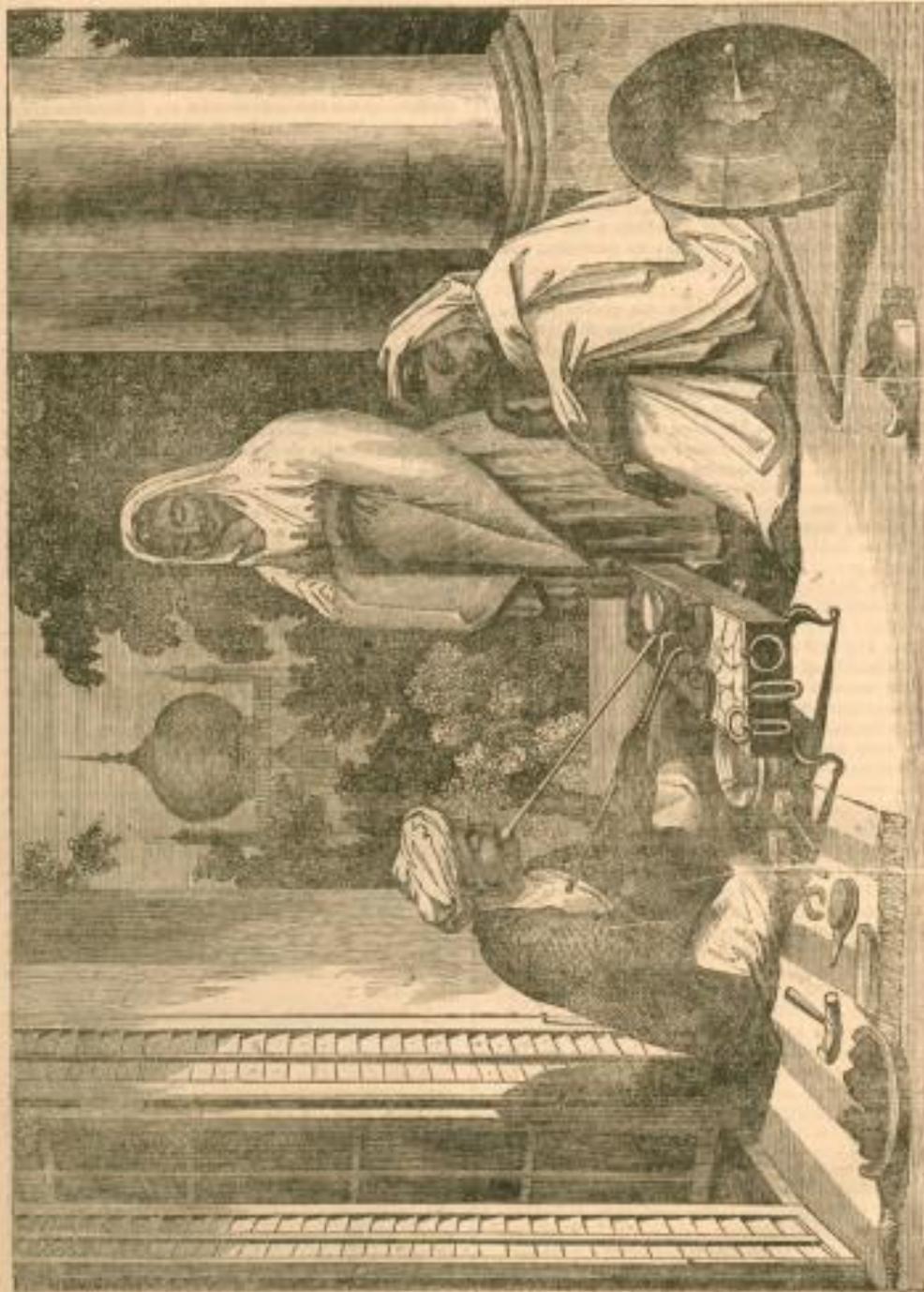
O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

2.

PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.

MAIO 13, 1837.



O OUBRIVES ANBUOLANTE DA INDIA.

Vet. I.

Figura 8 - Frontispício do segundo número de *O Panorama*, 1837.

O Panorama é considerada a primeira revista romântica portuguesa (Tengarrinha, 2013, p. 558), em que se destaca o fato de ser ilustrada e com boa qualidade gráfica, sendo a primeira página adornada com uma gravura, que fornecia o tema para o artigo de abertura. Ainda sem autonomia de produção, que ganhará corpo com a *Archivo Pittoresco*, a grande maioria das gravuras eram adquiridas no exterior. O que parece ser apenas um detalhe estético diz muito sobre a dicotomia entre os objetivos dos editores e as limitações para realizá-los. Falamos aqui das pretensões nacionalistas da revista. Dado que o texto de abertura era desenvolvido a partir da imagem, sendo a maioria delas importada do estrangeiro, acabava por conduzir a temática para longe das referidas pretensões.

Assim como o *Jornal dos amigos das letras*, o periódico era órgão de uma associação, no caso da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, criada em fevereiro de 1837 pela rainha D. Maria II, ficando sob a batuta de Alexandre Herculano – que será também o principal redator da revista até 13 de julho de 1839. Sobre essa sociedade diz Ribeiro: "Jamais perecerá a memória d'esta sociedade, enlaçada como está com o nome preclarissimo de Alexandre Herculano, e com a notavel publicação denominada *O Panorama*, jornal litterario e instructivo, que entre nós derramou a instrucção (...) e tão relevantes serviços fez á causa da civilisação portuguesa" (1879, p. 405). Note-se aqui que o autor desse excerto, que conviveu com Herculano, expõe uma visão extremamente positiva tanto do literato quanto do periódico, salientando sua contribuição para esse que é um dos elementos constitutivos da tríade dos impressos ecléticos (literário, instrutivo, recreativo). De fato, a própria Sociedade Propagadora de Conhecimento Úteis admitia que se tratava de um "jornal de instrução popular", e pretendia que fosse universal tanto no que diz respeito aos assuntos que abordava quanto ao público que pretendia alcançar.

A publicação do periódico é indissociável da figura de Herculano que, acreditando na existência de uma "índole nacional" que expressaria o espírito do povo e as feições morais da nação, faz da revista espaço de realização da proposta educativa em que acreditava. A salvação de Portugal da trajetória de decadência passava pela ilustração do povo, para desfazer o ímpeto de "besta-fera" das multidões e convertê-lo em um povo ao mesmo tempo governável e irreprimível (Herculano, s/d, *Composições várias*, p. 59-60)

Ribeiro destaca ainda as diretrizes à publicação do jornal, dadas nos estatutos da sociedade:

Art. 47. O jornal se occupará de considerações sobre a historia nacional e estrangeira; noticias de antiguidades e monumentos; estatistica e geographia do paiz; biografia de nossos varões illustres, em armas e letras; litteratura, propriamente dita, comprehendendo os elementos da theoria do discurso, e a sua applicação á lingua portugueza. A jurisprudencia, a economia politica, o direito administrativo, a industria, o commercio e as bellas artes servirão tambem de assumpto a alguns artigos, pobres de apparato technologico, mas ricos de noções simples e uteis;

Art. 48°. Além d'estes objectos o jornal apresentará tambem extractos de viagens interessantes, artigos curiosos de sciencias naturaes, e idéas as mais elementares de astronomia, e de outros ramos agradaveis das mathematicas. Maximas moraes, bella poesia, e anedotas historicas e pouco vulgares entrarão tambem no quadro do jornal (Estatutos *in* Ribeiro, 1879, p. 406).

O carácter instrutivo está assim representado tanto na estratégia de distribuição quanto no conteúdo. Identifica-se, de fato, a diversidade de assuntos anunciada, e procura-se alcançar uma rede de distribuição que tinha vinte localidades pelo continente, além de pontos de distribuição nos Açores e Madeira, sem contar com pontos de assinatura em Londres, Paris, Le Havre e mais cinco cidades no Brasil. Estabelece-se, ainda, a distribuição gratuita por estabelecimentos beneficentes e de instrução sem, todavia, ser largamente distribuído pelas escolas públicas.

O Panorama consolidar-se-á como grande referência da publicação periódica do seu gênero, tanto pelos nomes de vulto que agrega quanto pela forma que inaugura: peculiaridade gráfica, com as imagens em tamanho grande na primeira página; a publicação de romances em folhetim; a ideia de cultivo do espírito promovido pelo jornal e a intenção de popularização.

A revista compromete-se, ainda, com o respeito à moral pública e com a abstenção da participação em polêmicas políticas, o que é estabelecido já nos estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis. Todavia, a tão proclamada isenção política não é assim tão isenta.

Pode considerar-se que *O Panorama* foi **uma voz ao serviço da ideia da Regeneração do país**. Utopia ou projeto que procurou concretizar-se através da valorização da consciência da **identidade nacional** e da **construção de um compromisso político** entre as diferentes sensibilidades liberais em luta (setembristas, cabralistas; regeneradores, progressistas), que permitisse **instaurar a 'ordem' necessária ao progresso do país**, de acordo com o modelo económico liberal, isto é, **capitalista** (Correia, 2012. Ficha histórica, pp. 2-3, grifos da autora).

Assim é que, apesar de declarar em seu editorial que não participaria de disputas políticas, não deixa de atuar politicamente, dado defender um projeto de nação que pressupunha "homens instruídos e ilustrados, economicamente independentes e, por isso, politicamente livres. Eram eles, enquanto eleitores, a base do sistema político liberal" (Correia, 2012, p. 3). Assim, *O Panorama* estava afinado com o liberalismo. Mais especificamente, com um liberalismo moderado, buscando um equilíbrio. Nesse sentido, o princípio da necessária formação de cidadãos instruídos é seu objetivo declarado. O jornal tenciona ser um "complemento da educação primaria popular, e esta é miserável, incompleta e despresada" (*O Panorama*, 1838, n. 36, p. 1-2). Complementa um contemporâneo que se pretendia, também, "vulgarisar os conhecimentos scientificos entre os portuguezes" (Ribeiro, 1879, p. 407).

Todavia, parece-nos que esta intenção não se concretiza plenamente. O seu primeiro editorial de fato assume a pretensão de alcançar todos os públicos: "fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso em que ainda nos achamos" (*O Panorama*, 06 de maio de 1837, p.2). Decorre da revista uma leitura abrangente da noção de cidadão, procurando expandir a compreensão politicamente limitada que corria à época. Apesar de a constituição de 1820 declarar que "todos os portuguezes são cidadãos", havia uma série de limitadores. A começar por aqueles que não jurassem a Constituição, a quem era imposta a perda da cidadania. O mesmo vale aos que repudiassem o catolicismo. Além disso, um dos direitos apontados como fundamental pelos próprios liberais, o direito político, não era extensível a todos. Mendigos, membros de ordens religiosas e analfabetos estavam excluídos, sob o pretexto de não lhes ser possível ter autonomia suficiente para exercer tal direito (Cf. Ramos, 2004).

Assim é que, se por um lado, *O Panorama* se propõe a combater a ideia restrita de cidadão, afirmando a necessidade do derramamento da instrução para a formação de sujeitos independentes que tivessem, assim, condições de exercer seus direitos políticos – no entender dos liberais –, por outro não tinha estratégias para alcançar efetivamente tais sujeitos. Assim, acabava por circunscrever sua circulação dentre as "classes mais ilustradas" (Tengarrinha, 2013, p. 696), alcançando, quando muito, a pequena e média burguesia.

Seríamos desarrazoados, no entanto, se negássemos o fato de a Revista tomar a instrução como causa. Ela assume a missão de uma regeneração mental da nação, capaz de contribuir para o progresso efetivo. Segundo Correia,

Diferentes autores partilharam as suas reflexões e defenderam propostas muito estruturadas sobre questões tão diversas como a instrução popular, a ilustração dos militares, o papel da mulher na educação, a organização do ensino, nos seus diferentes níveis, os professores, a rede de escolas necessária, os métodos de ensino, o ensino de deficientes, as experiências educativas de outros países, etc. Um manancial de informação muito rico e que dá testemunho do debate que então se realizou. (2012, p. 5)

Um exemplo interessante é o artigo "Regeneração e o Incremento do Bem-Público por meio das Associações" (1843), que tem por finalidade afirmar a importância da instrução como fundamento para o estabelecimento da moralidade e da felicidade pública. O autor anônimo¹²⁷ defende mesmo a obrigatoriedade da instrução, na medida em que ela seria também essencial para otimizar as habilidades laborais. A proposta para efetivar esse projeto estaria na organização de associações. Fica clara a característica conciliadora do periódico, ao negar o *sansimonismo* ou o *falansterismo*. Fala-se em conciliar associativismo e individualismo, de modo a “satisfazer a todos os interesses sem expor a sociedade ao alvião do nivelador, nem ao punha revolucionário” (*O Panorama*, 1843, p. 342). Os princípios liberais são salvaguardados pela opinião expressa no texto, articulados com a moral cristã que tem entre seus preceitos a garantia de condições dignas de sobrevivência aos seres humanos. Parece ser ela a mediadora entre o provimento de instrução para o desenvolvimento e a manutenção da ordem social (sem alterações significativas nos lugares sociais ocupados). Como sintetiza o próprio autor do artigo: “Os nossos desejos limitam-se a fortificar os princípios religiosos e restabelecer a moral por meio do bem do maior numero: - a estreitar cada vez mais os laços que unem os homens entre si, realizando estas bellas palavras da escriptura: *amai-vos como irmãos*” (*Idem*, p. 344). Unir os homens pelos valores morais não significa nivelamento social.

A diligência com a popularização da revista, todavia, refletia-se em suas estratégias de produção. A preocupação em alcançar o leitor é expressa no primeiro número do segundo ano de publicação, numa espécie de balanço sobre o público, que dividir-se-ia em classes leitoras:

¹²⁷ Como muitos dos artigos da revista, este também não é assinado. Pode ser que tenha sido escrito por Oliveira Marreca, responsável pela edição na altura, ou mesmo por Herculano que, tendo se afastado da chefia da redação, não deixou de colaborar no periódico. O assunto é também tema de interesse de Herculano.

A primeira é a dos que pretendem só instrução, sem lhes importar a fôrma; (...); são estes poucos; a segunda classe, que é a mais numerosa, consta daquelles que gostam de instruir-se recreando-se; a terceira emfim, é formada pelos que só na leitura buscam passatempo para matar o tédio, e a quem cousas singelas, claras, comuns, ou frívolas só agradam; doentia é a compleição moral destes, difícil a sua cura; mas por isso mesmo não os devemos abandonar (*O Panorama*, n.º 36, de 1838, p. 1-2).

A partir desse diagnóstico, decidiu-se pela divisão da revista em duas partes, sendo a primeira dedicada a artigos mais extensos, de ordem científica, e outra com artigos mais breves e variados. A articulação entre expectativas eruditas e populares pode ser verificada em outros números, durante a existência da revista.¹²⁸

Essa preocupação editorial será sempre seguida pela fé na instrução como ferramenta civilizatória, animado pela crença em um progresso das ciências que vinha se alargando e alcançando o interesse generalizado: “(...) as sciencias e as letras são um jardim aberto, onde qualquer um póde entrar e colher os fructos e flores a seu bel prazer, bastando-lhe para tánto sómente desejos, vocação, e intenção deliberada” (*O Panorama*, 1840, n. 140, p. 1). Nota-se uma idealização do acesso aos “frutos” das ciências, acrescida pela percepção de que o clamor pela instrução é também generalizado: “(...) todos sentem a necessidade da instrução, todos procuram instruir-se; e por esta unica circumstancia se explicam as numerosas associações litterarias que se organisam, as aulas e biblilothecas que se abrem, a prodigiosa quantidade de livros que se publicam, e mais que tudo os innumeraveis jornaes litterarios d’instrução popular que circulam pelo mundo em tão variados idiomas, e sobre tantos e tão diversos assumptos” (*Idem*). O papel da revista seria, assim, responder a um suposto chamamento popular – sentimento que será recorrente dentre as revistas literárias ecléticas, com declarações bastantes semelhantes a esta. Nesse sentido, é interessante salientar a certeza apresentada pelos redatores de que o jornal era lido (*O Panorama*, 1840, p. 2).

Essa convicção é, na realidade, norteadora da produção editorial, e vem a ser salientada por António de Castilho na introdução ao primeiro número de 1841, conferindo à leitura o lugar de princípio, condição e sustento de toda ciência. Para ele, é necessário não só dar a ler, mas é preciso que estas leituras contenham juízo, gosto, moral, intenção literária para um povo que “lê e quer ler, deve ler e precisa ler (...)” (*O Panorama*, 1841,

¹²⁸ E.g. 1840, p. 2

p. 2), que seja atrativa e cativa o leitor¹²⁹. *O Panorama* representaria, então, a síntese da leitura ideal.

Bemquisto com os religiosos como com os philosophos, tão familiar com os sabios como dado com os indoutos, tão afinado para os espíritos sérios e profundos como para os preguiçosos e leves, noticioso para os que procuram as noticias, discursador para os que excavam na moral, e para os divertidos divertido; obra para todos os partidos, porque não é de nenhum partido; amando nas tres cathogorias de homens, de que a sociedade se compõe, tudo o que nelas há bom, honesto e proveitoso; (...) **jornal em fim, ou livro, ou livraria, que tudo é**, (...) o Panorama accedeu e conserva em innumeraveis milhares de pessoas de todas as idades, sexos, jerarchias e profissões o gosto, o costume e a necessidade da leitura. (*Idem*, p. 2, grifo nosso)

Esse excerto ajuda-nos a pinçar, também, elementos do ecletismo de Silvestre Pinheiro Ferreira. *O Panorama* é apresentado como veículo capaz de disseminar os conhecimentos do mundo nos dois aspectos indicados em suas *Preleções*, o físico e o moral. Esses conhecimentos aparecem em articulação com a filosofia, de onde advém a base dos conhecimentos, e com a religião, nos deveres que o cidadão tem com o *Ente supremo*. O universalismo está presente nas temáticas e na diversidade do público leitor. Vale esclarecer que se trata da perspectiva da própria revista, que era um pouco romantizada no que diz respeito a este último aspecto.

Enfim, seguindo previsivelmente o pensamento de Castilho, que tornar-se-á mais enfático na década seguinte, nesse editorial a característica de tutor do povo é atribuído à revista, definindo-se como parte de uma imprensa peculiar que não é política, nem especificamente literária ou científica. É aquela que conduz o povo.

Mantendo-se pilar de *O Panorama*, essa premissa será expressa a partir de diferentes abordagens. Dois anos mais tarde, numa prosa mais direta do que a de Castilho, Oliveira Marreca (1805-1889), editor do periódico na altura, retoma o papel da invenção da imprensa na popularização da leitura, para chegar numa conclusão para ele categórica:

¹²⁹ Castilho está ainda longe de desenvolver seu método de leitura e escrita, lançado nove anos depois, em 1850, e de direcionar seus esforços na sua divulgação e advocacia. Tendo em conta o que escreve no editorial de *O Panorama*, nota-se seu descolamento da instrução primária na ocasião. Nesse texto, Castilho parte da premissa de que “o povo lê”, e de que o incentivo e o desenvolvimento do hábito da leitura seriam prioritários em relação à instrução primária, que já teria “bons padrinhos entre os legisladores”, e não seria da sua jurisdição (*O Panorama*, 1841, p. 1). Interessante destacar que o conteúdo do que escreve e a defesa de uma escrita popular, esteja na contramão do seu estilo rebuscado de escrita, com floreamentos e adornos, períodos longos e indiretos, que não favorecem exatamente a compreensão.

“O povo lê” (*O Panorama*, 1843, p. 1). Ignorando os índices de alfabetização¹³⁰, Marreca toma essa afirmação como dado para, então, questionar o que se produz para ler. Aí enquadra-se a revista, como exemplo de bons escritos que seguem preceitos filosóficos e possuem intencionalidade, reiterando a já mencionada aproximação com a teoria de Silvestre Ferreira. Para além disso, sobressai um aspecto que se vincula diretamente com a construção da nação, já bastante debatido nesse trabalho: a língua. O escritor liberal não se esquece de destacar a importância de se escrever em português, reconhecendo ser uma escrita que vem sendo melhorada, embora ainda se encontrem os barbarismos (ainda não fala sistematicamente sobre a necessidade de normatização da língua, mas ela é derivada desse movimento). Em suas palavras:

(...) vai sendo quasi moda [Deus queira que chegue a ser mania] escrever em portuguez. (...) porque há na memoria e na consciencia do povo uma luz que lhe ensina a distinguir o traje portuguez, proprio da lingua, dos vestidos alheios e mal ajustados com que a desfiguram; e no ouvido e sentimento do homem mais rude um principio de harmonia que lhe ensina a differencar os estylos como os tons, e a dar preferencia, quasi sempre, aos melhores (*Idem*, p. 2).

Está posta a problemática da língua como voz da nação e, ao mesmo tempo, pincelado o debate acerca dos galicismos e afins, que virão à tona com mais intensidade nas décadas de 1850 e 60, como se verá na *Archivo Pittoresco*.

Um aspecto que é importante salientar é a tentativa de aproximação com o Brasil, que pode ser verificada quando a revista passa por uma ligeira virada editorial, em 1842. Foi já discutida a vinculação dessa geração com o Brasil, no que diz respeito à construção do projeto de nação. A aparente promessa de prosperidade advinda do outro lado do Atlântico, associada à sua relação com as glórias portuguesas estava ainda imbricada no pensamento intelectual romântico. Considerando a forte relação passado-futuro que pode ser verificada em *O Panorama*, era mister ter em conta esse vínculo entre o Portugal da tradição e o Brasil da esperança.

Igualmente o Brasil – esse novo e vigoroso tronco da antiga arvore portugueza, respondeu ao sincero convocar do Panorama para a propagação dos conhecimentos e boas idéas. Os nossos irmãos d’alem mar acolheram com favor o trabalho de alguns homens, desconhecidos para elles, em proveito de todos os que fallam a formosa lingua portugueza. Se as circunstâncias e os factos, se a força

¹³⁰ Os dados mais confiáveis são do censo de 1878, e indicam que 79,4% da população acima de 7 anos era analfabeta. Deduz-se que mais de 30 anos antes os índices fossem ainda maiores ou, pelo menos, muito similares.

irresistível do tempo nos desuniu politicamente, a identidade da linguagem, de crenças, e d'avós, conservará perpetuamente entre o Brasil e Portugal um laço de fraternidade que nenhuns acontecimentos podem partir – os laços invisíveis, mas duradouros, da inteligência (*O Panorama*, 1842, p. 1).

Sintetizam-se vários elementos característicos do pensamento intelectual romântico: a crença na existência de uma fraternidade luso-brasileira que permaneceria para além da ruptura política, ancorada num suposto amálgama indissolúvel, a língua portuguesa. Enquanto componente estruturante da construção da nação, da identidade nacional, poderia ser o símbolo de um destino comum para Portugal e Brasil, reiteradamente evocado pelo lado português. Na prática, no que diz respeito à revista, esse “chamado” que teria sido atendido pelo “irmão” tropical não significou muita coisa, para além da colaboração esporádica de alguns escritores brasileiros, como Casimiro de Abreu (1839-1860), e da distribuição no Brasil.

Enfim, a primeira fase finda-se em 1844, sendo retomada a publicação em 1846, com alguma intermitência, mas permanecendo o princípio instrutivo como impulsionador.

O Panorama, considerado como inaugurador da tradição dos periódicos literários ecléticos em Portugal, afirmava seu caráter popular. Povo e pátria estão interligados, e o caráter popular é advogado como missão: “O maior serviço que se póde prestar ao paiz é alimentar o fogo sagrado da instrução; (...) despertal-o da somnolencia pela memoria das tradições passadas, e pela promessa do melhoramento, que o porvir promete á constância do trabalho.” (*O Panorama*, 1838, n.º 36, p. 2)

Nota-se uma estratégia de circulação que passava pela larga distribuição no território português e fora dele por um preço reduzido. Todavia, se um alto preço pode acabar por ser um impeditivo de popularização, a recíproca não é verdadeira. Ter um preço baixo não é condição para garantir a circulação entre leitores de diversas camadas sociais. É necessário se desenvolver uma estratégia de circulação de outra ordem, e é isso que essa rede de intelectuais parece ter percebido muitos anos depois do lançamento de *O Panorama*, vindo a efetivá-lo com a *Archivo Pittoresco*, apoiados num circuito que atravessava o Atlântico, como lhes era suposto, dado que o Brasil era fulcral no seu projeto de nação.

3.1.3. *Revista Universal Lisbonense*

Tabela 3 - Ficha Revista Universal Lisbonense

Local e período de publicação	Lisboa, 1841 a 1853 e de 1853 a 1859 de forma muito irregular
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 13 volumes, com interrupção
Responsáveis pela publicação	3 diretores, em 3 momentos distintos: António de Castilho, Mendes Leal e Ribeiro de Sá
Formato	26 cm, com 12 páginas, divididas em duas colunas
Ilustrado	Encontram-se algumas ilustrações em edições isoladas
Preço	Por quantidade de números, e não por periodicidade: 12 números, \$480 réis (primeiro ano); 600 réis (terceiro ano) 24 números, \$960 réis (primeiro ano); 1\$200 réis (terceiro ano) 52 números, \$1920 réis (primeiro ano); 2\$400 réis (terceiro ano, 48 números) Avulso \$80 réis (informação que aparece apenas em 1842)
Observações	Não há informações sobre tiragem, mas no programa apresentado na edição de 10 de março de 1842 Castilho indica o alcance de 3 mil exemplares. Todavia, ao que tudo indicava, variava consoante o número de assinaturas.

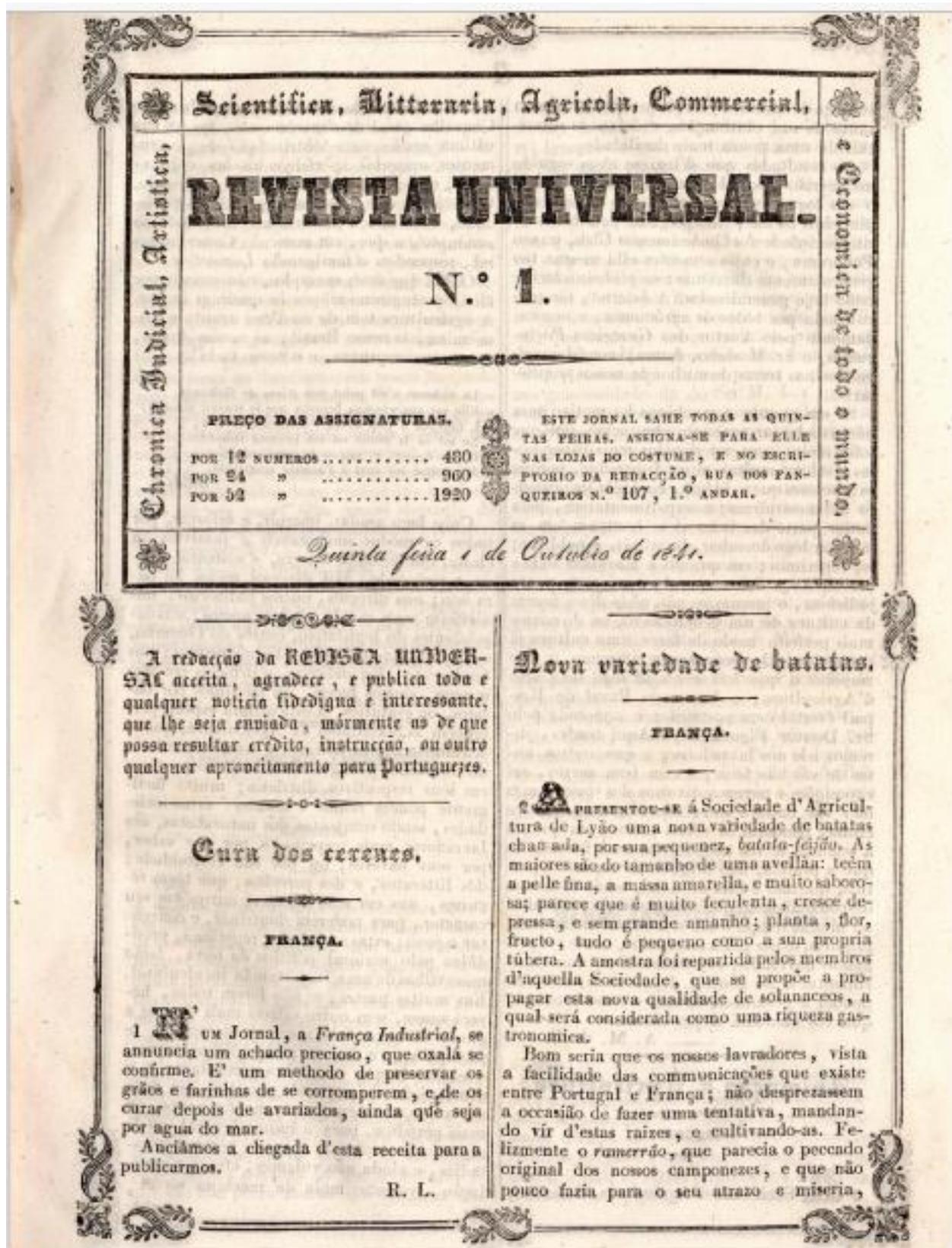


Figura 9 - Número inaugural da *Revista Universal*, que ainda não contava com prólogo e tinha as margens ornamentadas. Também o título não é ainda o definitivo.

Sendo parte das revistas por nós identificada como ecléticas, a Revista Universal Lisbonense (RUL)¹³¹ pretende promover, segundo declara, a “maxima illustração em todos os generos; no tocante ás commodidades corporaes, aos gozos do espirito, ao aperfeiçoamento do coração” (Programa para o III tomo, 1843, fasc. 47, p. 577). Essa intenção é ratificada por um contemporâneo, Innocencio da Silva, que a refere como “uma verdadeira encyclopedia portugueza, util a todas as classes da sociedade, e particularmente aos agricultores, fabricantes, litteratos, e associações economicas e industriaes” (Silva, 1862, Tomo VII, p. 159). A ideia de um compêndio de conhecimentos diversos dirigido à amplo público coaduna com o já apresentado debate do universalismo. Aliás, o adjetivo “universal” acrescido ao título não deixa dúvidas acerca de sua intenção.

Tem como peculiaridade a publicação de textos enviados pelos leitores, característica que a redação pretendia que fosse mais alargada. Considerada essa contribuição como um exercício de patriotismo, não alcança a repercussão desejada. Apesar de contar com um razoável número de textos de leitores, ao que tudo indica os autores “espontâneos” repetiam-se. Castilho reclama que, apesar do reiterado clamor por textos de leitores, “em quatro milhões de habitantes apenas seis ou oito almas tem acudido ao chamamento” (RUL, 1842, T. 2, n. 1, p. 3). Esta lacuna, contudo, é preenchida com a colaboração de uma vasta gama de intelectuais da rede de sociabilidade romântica, como Alexandre Herculano, Alexandre Magno de Castilho, Teixeira de Vasconcelos, Souto-maior, Oliveira Marreca, Silva Tulio, Palmeirim, Camilo Castelo Branco, Xavier Cordeiro, Felix da Costa, Francisco Adolpho Vanrhagen, Henrique José de Souza Teles, José Feliciano de Castilho, Pereira Caldas, Casal Ribeiro, José da Silva Mendes Leal, José Silvestre Ribeiro, Luís Filipe Leite, Rebelo da Silva, Ribeiro de Sá, José Maria da Silva Leal e o próprio Silvestre Pinheiro Ferreira, idealizador do sistema filosófico que usamos de base para analisar as revistas. O grande número de colaboradores será marca da revista, chegando a somar 144 no quarto volume (1844-45).

Alcançará uma vida relativamente perene entre 1841 e 1853, a partir de quando entrará em decadência e manterá uma edição muito intermitente até a extinção, em 1859. António Feliciano de Castilho foi seu fundador, estando à frente da redação até junho de 1945. No primeiro volume não há nenhum editorial que apresente o periódico, seus

¹³¹ O impresso não teve sempre esta denominação. Conforme pode ser conferido na imagem acima, em seu lançamento intitulava-se *Revista Universal, Chronica Judicial, Artística, Científica, Literária, Agrícola, Comercial e Económica de Todo o Mundo*. Na reformulação editorial que sofre em 1842 simplifica seu título, inicialmente apenas para *Revista Universal*, ao que é acrescido o *Lisbonense* algumas edições depois.



Figura 10 - Novo layout apresentado no segundo volume da revista, em 06 de janeiro de 1842. Vê-se a simplificação estética e do título (embora ainda sem assumir o "lisbonense")

propósitos e organização, o que pode ser aferido, contudo, da leitura das edições. Em seu primeiro ano de existência destacam-se as temáticas de agricultura e indústria¹³², entendidas como primordiais para a “prosperidade corporal” (RUL, 1842, vol. I, p. 1), predominantes nas primeiras edições. Ainda no primeiro ano, começam a ganhar espaço as publicações enciclopédicas, definidas pelo próprio editor como relativas ao “tracto científico, litterario, moral e religioso” (*Idem*) afinadas com a paisagem intelectual das revistas ecléticas e indicando para o que seria a tônica da Revista.

A carência de um prólogo ou de uma apresentação que expusesse os princípios no primeiro volume é suprida pouco mais de 3 meses após o número inaugural, que havia sido publicado em 01 de outubro de 1841 (depois de 14 edições publicadas). Assim, em janeiro de 1842 inicia-se uma nova contagem, com nova numeração sequencial e precedido por um prólogo, totalizando 48 edições até o próximo tomo¹³³. Nesse texto de apresentação reconhecemos facilmente o idealismo rebuscado de Castilho, a exaltação do elemento popular, a fé no futuro e a crença no papel quase missionário da imprensa cultural para alcançar o grau de civilização desejado: “uma só família de lavrador, uma só família de artífice, que exhortada, e doutrinada, por este papel de amigos seus, veja melhorar-se os seus destinos, seria já para nós boa recompensa de tamanho trabalho” (RUL, t. 2, n. 1, p. 3).

¹³² Com a pretensão de se apresentar como cosmopolita, divulgava notícias acerca de experiências nessa área também em outros países.

¹³³ Apesar de essa edição de 06 de janeiro de 1842 vir identificada como primeiro número do tomo 2º, perfazendo de fato um volume com numeração sequencial composto de 48 números, o volume iniciado em 22 de setembro de 1842 também é identificado como 2º, e inicia uma nova sequência de edições. A partir de então todos os volumes, via de regra, serão compostos por 48 edições.

Essa mesma introdução encarrega-se ainda de reafirmar os princípios que não haviam sido enunciados, mas que estavam subjacentes, o que realiza de maneira peculiar: reproduzindo excertos de cartas à redação com críticas e reivindicações de contemplar um ou outro assunto, de se escrever assim ou assado, ao que argumenta, com uma porção de ironia que, não sendo possível agradar a todos, mantém-se no caminho a que se propunha. Tal caminho consistiria em “fazer benefícios” ao invés de “receber louvores” (*Idem*, p. 3), entendidos os benefícios como a contribuição para o progresso da sociedade portuguesa. A maneira de fazê-lo estaria enunciada na forma e no conteúdo da publicação. Ou seja, publicando-se tanto textos extraídos de jornais estrangeiros quanto de colaboradores portugueses, que sejam considerados proveitosos e interessantes e que pudesse resultar “instrução, ou outro qualquer aproveitamento para Portuguezes” (*Idem*, p. 4). As temáticas privilegiadas são, então, anunciadas explicitamente: “versão sobre o sustento e agricultura, o vestido, a habitação, e os caminhos de terra e mar, e todas as outras commodidades materiais da vida. A criação, a moral, a religião, a historia, as artes, as sciencias, não cessarão ser desvelo nosso; finalmente continuará a cerrar os nossos numeros a bibliografia, mareria para todos os bons espiritos de summa importancia (...)” (*Idem*, p. 4). As três seções que configurar-se-ão ao longo desse volume começam a tomar forma e notam-se, a partir de então, modificações na revista.

Apesar de nesse prólogo se afirmar não ser possível agradar a todos e que se seguiria o caminho inicialmente definido, as alterações no segundo ano de publicação indicam ajustes à demanda dos leitores, numa clara tentativa de interlocução, assim como se verifica no *Panorama*. Sua apresentação torna-se mais discreta e direta. Exclui-se a borda floreada e se opta por uma letra menos ornamentada. Nesse número diversificam-se os assuntos e os “conhecimentos úteis”, passam a ser anunciados na forma de uma seção específica, assim intitulada, que divide espaço com outras duas seções, de “notícias” e de “variedades”¹³⁴. As variedades englobam, em linhas gerais, história portuguesa, arqueologia, literatura e artes, enquanto que as notícias se aproximam dos fatos e acontecimentos cotidianos, incluindo eventos culturais¹³⁵. Os ditos conhecimentos úteis são aqui bastante vinculados à ideia de progresso material, portanto traduzem-se em artigos sobre agricultura e indústria, já bastante recorrentes no primeiro volume. Essa ênfase na

¹³⁴ Essa organização das sessões mantém-se mais ou menos estável ao longo do período de existência, com algumas variações. As pequenas alterações que se notam estão geralmente associadas à mudança de editor. Contudo, permanece a concepção.

¹³⁵ Essa síntese sobre o que consiste cada seção pode ser conferida no programa para o III tomo, de 10 de agosto de 1843, onde também se indica o preço das assinaturas.

agricultura, artes, ofício e comércio é, todavia, avaliada criticamente pela redação (RUL, 1842, n. 1, p. 1¹³⁶), que identifica a necessidade de mesclá-las com as já referidas publicações científicas, literárias, morais e religiosas. Até então, todavia, essas temáticas são abordadas pelas seções de notícias e variedades, mantendo-se uma compreensão restrita acerca dos “conhecimentos úteis”.

É no terceiro volume que os “conhecimentos úteis” passam a ser entendidos de forma mais abrangente, contemplando, além da agricultura e da indústria, as ciências naturais, a filosofia política, moral e religiosa e a estética (por meio das belas-artes). Vale destacar um aspecto que identificamos como um dos pilares do projeto de nação desse grupo de intelectuais, a moral. Nesse ínterim, a preocupação com a educação da mulher, entendida como educadora primeira, torna-se fundante, vindo mesmo a articular a formação da *Associação Popular Promotora da Educação do Sexo feminino* em 1858, quando a RUL dava já seus últimos suspiros. Não nos parece que os princípios norteadores da associação e da revista estivessem exatamente afinados. Note-se, por exemplo, o fato de António de Castilho, fundador do impresso, não constar entre os redatores dos estatutos da associação, nem haver indício de que tenha participado da reunião de ratificação dos mesmos. Ao contrário, um dos seus admiradores mais próximos, Silva Túlio, chegou a argumentar sobre a prescindibilidade de uma associação específica para a educação da mulher, dado haver já a *Associação Promotora da Educação Popular* (essa sim articulada por Castilho), o que foi refutado¹³⁷. Não é de estagnar, dada a afinidade mais explícita da organização para o sexo feminino com o liberalismo¹³⁸, que pode ter sido entendido por Castilho como uma tendência política demasiado explícita. Não que discordassem acerca dos valores morais cristãos que deveriam ser ensinados, mas na visão de Herculano a tônica da ação reside em afastar o jesuitismo do ensino.

No periódico, verifica-se a preocupação com a educação feminina, focando-se, sobretudo, na preocupação com os valores da moral cristã, posto em antagonismo com o liberalismo, quando se tem em conta a educação da mulher:

(...) nós e quantos aqui concorrem com suas fazendas, havemos sempre diligenciado pôr ao alcance, e adubar par aos paladares das esposas e mães, e das filhas famílias [sic], que um dia o hão-de ser, (as quaes comparecerem os mais fracos entes de todo o mundo, bem lançadas as contas, as que a final o regem e

¹³⁶ Aqui encontra-se a lista de sujeitos que contribuem para o sustento do periódico.

¹³⁷ Podemos inferir a partir das informações fornecidas por Ribeiro, 1882, T. X. p. 206.

¹³⁸ Cf. manifesto escrito por Herculano ao Partido Liberal Português em nome da *Associação*, 1858.

transformam) as noções moraes e religiosas que hoje ninguém pelo commum professa n'esta desatadíssima sociedade (RUL, 1843, n. 1, p. 2).

Enfatizando a oposição entre cristianismo e liberalismo no que diz respeito à mulher, declara ainda: “Entre uma christã, constitucional ou não, e uma liberal que pôz o seu *veto* absoluto às cerimoniaes a igreja, e o seu *veto* suspensivo à divindade de Christo, quem seria o parvo que escolhesse a segunda para sua mulher, para mãe e creadora de seus filhos?” (*Idem*) Estaria Castilho advogando de forma velada em favor das instituições clericais? Ao opor religião e liberalismo, fazendo a defesa da religião, evoca uma série de cristãos célebres, como Chateaubriant e Lamartine, e também Alexandre Herculano. Contudo, é esse mesmo Herculano que, quinze anos mais tarde, atacaria o reacionarismo. Seria essa concepção de Castilho precursora do reacionarismo tão atacado por Herculano em seu manifesto ao Partido Liberal? Talvez aqui resida a principal desavença: na perspectiva liberal deliberadamente defendida por Herculano, a educação da mulher deve se basear nos princípios da moral cristã, mas não em um catecismo doutrinador do clero, mediado pelos objetivos considerados como reacionários e anti-liberais. Esta não parece ser uma preocupação de Castilho. Aliás, se recuperarmos a análise de Teófilo Braga publicada em 1880, predominava no poeta romântico preferências mais absolutistas do que liberais. Nesse sentido, tornar-se-ia fácil a oposição entre sua visão e a Herculano.

No manifesto de Herculano ao Partido Liberal, assinado pela associação promotora da educação feminina, lê-se:

Affirmam-nos que é preciso remoçar os antigos instrumentos de religiosidade para os oppor á irrelição practica, que invadiu as sociedades, e para fortificar o principio christão, único que pôde combater com vantagem os delírios das novas escólas, que põem em questão a propriedade e a familia, os elementos vitaes da vida civil. A educação, dizem-nos, está fora da esfera dos partidos: educae e instrui só por educar e instruir, e não cureis de saber qual será o destino politico das novas gerações. Ensinae-lhes os elementos da instrucção geral, a religião e a moral, de modo que depois se adaptem a todas as fórmãs de governo, a todas as situações da sociedade. Diz-se isto, escreve-se, proclama-se. Os que assim falam são os reaccionarios occultos, os trãnsfugas do campo liberal, e tambem aquelles que devemos considerar como suas victimas, os que se deixam illudir pelos sofismas desses homens de trevas, que não tendo a nobre ousadia de declarar lealmente que abandonaram os seus estandartes, calumniam a liberdade para trahirem sem trahirem os proprios intuitos, e sem sacrificarem os proventos que lhes resultaram da sua suposta permanência nas fileiras em que andavam alistados” (Ao Partido Liberal Português a Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, 1858, p. 8).

Está claro que não nega os princípios cristãos e a necessidade de promovê-los no que concerne à educação da mulher e na manutenção dos valores da família e da propriedade, todavia advoga contra o domínio das ordens religiosas nesse processo, as quais representariam os valores do absolutismo e do reacionarismo, portanto implicariam na formação de súditos, e não de cidadãos livres, implicando diretamente no que se pretende para as novas gerações. A grande questão que toma as atenções reside, assim, na preocupação não com a formação da mulher para assumir um papel ativo na cidadania pública, mas sim enquanto mediadora na formação dos pequenos futuros cidadãos.

Voltemos à Revista e às transformações que podem ser observadas a partir do terceiro volume, onde a História Pátria e a literatura também ganham maior destaque. O entendimento sobre “História Pátria” segue a mesma concepção dos quadros históricos de Castilho, por sua vez uma releitura daqueles elaborados por Jules Michelet. Assim, temos breves narrativas baseadas em eventos comemorativos das glórias e saudades de Portugal, conforme referia Castilho na introdução dos quadros. O eixo narrativo é organizado a partir de marcos temporais, grandes feitos e figuras consideradas notáveis, em torno dos quais se desenvolve o argumento. Grande parte desses artigos são assinados por Herculano, quem também contribuiu no último fascículo dos quadros organizados por Castilho, sendo as notas mais curtas, dedicadas a datas comemorativas, redigidas por António da Silva Túlio.

É também da gestão Castilho que algumas novidades emergem. A Imprensa Nacional passa a garantir a impressão, contribuindo para alguma estabilidade na publicação. Além disso, em 1842 a proposta de popularização da leitura e de aproximação com os leitores ganha novos contornos. Além da ênfase na literatura, com a publicação mais frequente de poesias e romances em fascículos, o periódico extrapola os contornos tipográficos e passa a disponibilizar uma sala de leitura para consulta deste e outros jornais, tanto “literários” quanto “científicos”, conforme se referem. Sua saída, em junho de 1845, não significou seu afastamento definitivo, dado que continua a colaborar para a revista.

Por um período de pouco mais de dois anos, a direção fica nas mãos de José Maria da Silva Leal (1812 – 1883). Sua gestão decorreu no período de agitação política, o que levou à suspensão das edições entre dezembro de 1846 e agosto de 1847, interrompendo a regularidade que até então se mantinha.

No primeiro prólogo que assina, em 26 de junho de 1845, reitera a prioridade de “instruir o povo”, no que se entende dar-lhes a conhecer o mundo. Nesse sentido, reconhece o legado do editor anterior e enfatiza a imprescindibilidade dos *conhecimentos úteis* para

efetivar esse projeto. Assim como vinha sendo abordado pela revista após a reformulação, é reforçado o caráter amplo dessa categoria, que passa pelas ciências, artes, indústria, comércio, agricultura, mecânica e tudo que diga respeito aos progressos materiais e seus desdobramentos. A diferença em relação à Castilho parece estar no escopo ideológico que embasa o entendimento de tais conhecimentos. Para Mendes Leal, tais progressos estão ancorados na problemática econômica e social do mundo moderno, remetendo-se o editor a Fourier, Owen e Saint-Simon, deixando clara sua percepção sobre os moldes da reforma social que está a defender. Castilho insistia no tecnicismo que parecia explicar-se em si mesmo.

Nessa fase verifica-se uma pequena alteração na organização das seções, com destaque para a literatura, à qual passa a ser destinada uma seção específica, “Parte Literária”, deixando de figurar entre as “Variedades”, que, no entanto, continuam a existir. As notícias também permanecem, agrupados em “Correio Nacional” ou “Correio estrangeiro”.

Mendes Leal será sucedido por Sebastião José Ribeiro de Sá (1822-1865) a partir de dezembro de 1847. O novo redator faz questão de enfatizar o projeto como uma idealização de Castilho tanto em seu prólogo de estreia quanto naquele que inaugura uma nova série em 1848, reafirmando seu legado e refutando os críticos e profanadores. Dentre os incontáveis elogios ao autor dos “Quadros históricos”, destacamos um trecho de notável ovação:

A historia d’este jornal será, até ao fim, um padrão de gloria para o seu fundador. Ainda quando nas suas paginas não reflectisse nem um só raio d’essa luz creadora, que o genio e o estudo do Sr. Castilho lançaram em roda de si, n’essas altas regiões onde Deus o pousou, ainda quando esta arca santa do seu amor á pátria e ao estudo fosse profanada, o passado protestaria contra essa profanação, e o pensamento grandioso, que deu origem á REVISTA, reviviria no impulso que lhe devem as letras, e nos jornaes que a estas columnas teem vindo buscar o molde dos seus pares. É assim o genio, não morre (RUL, 1848, n. 1, p. 1).

Essa nova fase da revista será marcada por movimentos contraditórios de expansão e retração. Se a tipografia própria permitiu a ampliação da atuação editorial, com a oferta de edição de obras e de serviços de impressão, essa novidade não é acompanhada por florescimento, mas por decadência. Aos poucos desaparece o prólogo das edições, bem como a identificação dos colaboradores, e a seção de *conhecimentos úteis* vai perdendo sua característica original, sendo ocupada praticamente por notícias relativas à participação de

Portugal na exposição universal de Londres e pela situação financeira do Banco de Portugal. A descaracterização desta seção é o símbolo da falência do projeto do jornal, no qual era mister a propagação do desenvolvimento material, fruto das lutas liberais e impulsionado pelo movimento regenerador – o que, de certa forma, deixa entrever a revista como fruto da Monarquia Constitucional, ainda que a publicação declarasse sempre seu afastamento dos debates políticos.

3.1.4. A Época: jornal da industria, sciencias, litteratura e bellas-artes

Tabela 4 - Ficha A Época

Local e período de publicação	Lisboa, 1848 a 1849
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 52 números publicados
Responsáveis pela publicação	Rebelo da Silva e Andrade Corvo
Formato	29 cm, 16 páginas divididas em 2 colunas.
Ilustrado	Sim
Preço	Assinatura anual: 2\$880 réis; semestral, 1\$440 réis; trimestral, 720 réis; avulso, 70 réis.
Observações	Será editada pela mesma tipografia da Revista Universal Lisbonense

A EPOCA.

JORNAL

DE INDUSTRIA, SCIENCIAS, LITTERATURA, E BELLE-ARTES

MARço PORTUGUEZA LITTERARIA
CASA DE FUNDADO

INTRODUÇÃO.

FORMAMOS-nos a paragem de uma nova Periodica, *Novos*. Assim a publicação, assim sobre nós, um tempo differente, uma difficil tarefa: como nos porram a despejo de sermos úteis ao país; e a utilidade da obra dependa a medida da empresa.

De todos os lados se nos abraçava, e não se reduziámos pela acção benéfica das competições publicas, em movimento a mangas de utilizar influencia, quanto Praticidade, todas de certo fides de parte dos bem-letros, do ardor filantropico e da viva sympathia pelas artes e sciencias promovidas ao leito das sociedades. Eram voluntarios que nos estava terra dada mesmo para impedi-las o estado e o trabalho, não os meios que nos faltavam a nós, cuidadosos, trabalharmos também, julga-nos-lheos felizes se nos permitissem das mesmas coisas estabelecer alguma utilidade, por proposta que nós seja.

O futuro logo representamos quando a necessidade: a humanidade vai dilatar um calor precioso, além do qual sermos a sociedade estaremos em um experimentavel; mas uma lenda se nos a ramos, e um verso ego se nos a ramos; a lenda e a sciencia, e o trabalho e as empresas dize-lhe a necessidade. Empreendemos em ter presente sempre nos olhos de todos a aquella salvação, acendidos nos honras lous de Portugal a amor do trabalho, consciencia-lhe os meios de a tornar fructuoso, e consequentemente levar a salvação esta nos, em que a Providencia nos em-lheos.

A immensidade das sciencias modernas, das sciencias phisicas, e das suas applicações industriaes, difficulta mesmo logo a redacção de um Periodico, que se não correrem nos limites, ainda mesmo mais largos, de uma especialidade se: uma delimitação e mesma, além do natural, em extrahir o útil, porque se ella consente que cada materia seja tratada com a desenvolvimento de que care-

ce; não entre nós por um quanto, um Periodico de uma natureza seria indispensavel, não propriamente as honras especiaes, não mais e não de menos se pontos, e mesmo satisficções a todos.

Se a grande variedade da materia, e diligencia emulação de todos curtos, e de pontos ainda combates, pode tornar agradável ao que a lemos uma publicacão de esta natureza, correspondendo aos estudos, tendo sempre em vista a utilidade.

Não nos enganamos nos segellos vão, porque a não temos; lous sabemos que nos não chegamos a lous para satisficção plenamente a lous differes condições, como nos que levamos a pontualidade. Não nos permitissem a esperanca de que os nossos estudos nos sejam úteis em conta.

Procuraremos intervir a nós com o delibato, porquanto se lous de pontos agradável a politica mesma; se lous de acuridade da historia e facilidade de recorrer; porquanto a diversidade enlanchada de nos nos permitissem, como a utilidade agradável de nos nos lous de litteratura; correspondendo as mesmas paginas com modelos de applicação, e com copias de noticias, ou de quaes volubres; e procuraremos em tudo, e sempre, conservar aquella simula e gravidade, que sempre manter quando se metter para lous que se respeitamos a si, respeitamos e procurando combater os progressos, que cada dia nos fomos a intelligencia humana.

Em duas partes se dividirá naturalmente a nos o trabalho, uma porquanto sciencia e industrial, a outra particularmente litteraria; nos ambas uniformes no promozimento de publicacão e instructivo.

No primeira refere-nos-lheos por dilucidar: Em agricultura — de methodos novos, applicados pela chemica, e pela phisologia vegetal: Em industria — as progressos que enriquecem o trabalho, que chegam a lous de economias, e tornam quasi infinita a facilidade de produçõe.

REAL GAZETTE PORTUGUEZA

Figura 11 - Página de abertura da primeira edição de A Época.

Referida como aquela que "alarga já os horisontes da nossa litteratura nos dominios da imaginação, aventurando-se a generos e concepções, onde só podem figurar com vantagem o espirito de observação e rigor de analyse, a phantasia creadora e o estudo" (Arquivo Pittoresco, Tomo I, p. 94). O próprio periódico destaca sua intenção de popularização, ao declarar que pretendia "tratar as questões de interesse público com o preciso desenvolvimento para as tornar compreensíveis àqueles que não podem andar pelas bibliotecas consultando extensos tratados e memórias enfadonhas" (A Epoca, 1849, n. 28, p. 2).

A Revista anuncia, no prólogo de sua publicação, a intenção de uma abordagem eclética das temáticas:

Procuraremos intermear o util com o deleitoso; poremos ao lado do processo agricola a poezia amena; ao lado da severidade da historia a facilidade do romance; juntaremos a descrição enfadonha de um novo invento, com a critica agradavel de um novo livro de litteratura; ornaremos as nossas paginas com modellos de maquinas, e com copias de estatuas, ou de quadros celebres; e procuraremos em tudo, e sempre, conservar aquella sisudez e gravidade, que convem manter quando se escreve para leitores que se respeitam a si, respeitando e procurando conhecer os progressos, que cada dia vae fazendo a intelligencia humana (A Epoca, 1848, p. 1).

Apresenta um programa objetivo e sistematizado, em que é possível identificar os *conhecimentos úteis* em forma de melhoramentos materiais, ligados à indústria, comércio e agricultura, mas também à moral e à estética. A história pátria e a literatura têm igualmente seu espaço garantido. Fica explícito, ainda, o caráter de deleite e entretenimento atribuído à poesia e à literatura, elas mesmas referidas como elementos de amenização da leitura. Daí se entende o fato dos periódicos ecléticos estarem intimamente ligados à literatura.

Propondo a organização da revista em duas áreas, uma científica e outra literária, salienta-se que ambas estão afinadas com a intenção de "popularizar a instrução". Seu projeto editorial assemelha-se, em parte ao de *O Panorama* e, com mais convergências, ao da *Revista Universal Lisbonense*, embora haja indícios de que sua circulação foi bem mais restrita e talvez por isso mesmo tenha durado tão pouco tempo. Foram publicados apenas dois volumes, sendo o primeiro composto por vinte e sete números e o segundo por vinte e cinco. O segundo volume apresenta algumas mudanças, fruto de assumidas sugestões. Basicamente, inverte-se a ordem das seções, vindo primeiro a literária. Os prólogos são

apenas inaugurais dos volumes, à semelhança da *Revista Universal*. Mas, sendo curto o período de publicação, restringem-se a dois.

Mais modesta e contando com um número muito menor de colaboradores do que as outras duas, *A Época* nos revela, contudo, algumas surpresas, sendo a mais notável delas devida à Silva Túlio. Além da colaboração esporádica em artigos corriqueiros, o literato inaugura uma modalidade distinta a partir do segundo volume. Intitulada “Crônica”¹³⁹ e assinada pelo pseudônimo de ‘Barão de Alfenim’¹⁴⁰, será espaço de informação, crítica, interlocução com outras revistas e irreverência. Uma fórmula caracterizada por Andrade-Ferreira (1857) como ao mesmo tempo “chistosa e erudita”. Apesar de não ter passado à história como cronista, aqui Silva Túlio alinha-se entre os primeiros cronistas do gênero no século XIX, ao lado de Lopes de Mendonça¹⁴¹ alcançando aquilo que é exigido do gênero: “que seja oportuna, aguda sem ser profunda, pessoal sem excesso de subjectivismo, e sobretudo inteligível. Daqui resulta uma efemeridade que reflecte aspectos certamente superficiais da vida social, mas através deles oferece uma visão múltipla e cintilante das épocas que decorrem” (Andrade, 1984, p. 236). Assim é que Silva Túlio vai compondo a paisagem sociocultural da época, tecida semanalmente em interlocução com seu microcosmo de sociabilidade. Esse será também espaço de grande intertextualidade com outras revistas, como o que decorre na polêmica travada com Latino Coelho em *O Farol*, numa das mais animadas querelas que se pode verificar nos periódicos literários¹⁴².

Surpreendeu-nos também encontrar uma carta de António de Castilho que, apesar de várias vezes referido, não é colaborador da revista, sendo publicada na última edição. A carta declaradamente pretende agradecer a calorosa acolhida que vem tendo na Ilha de São Miguel, para onde migrou com a família. Intrigou-nos qual a intenção desse agradecimento público. Que sentido faz o envio de uma carta de agradecimento a um periódico que circula majoritariamente em Lisboa e não em São Miguel? A correspondência tem ares de prenúncio, procurando anunciar algo notável que vinha sendo gestado nas parcerias que o poeta vinha desenvolvendo na ilha. “Se metade desses sonhos se realizar, S. Miguel dentro em poucos annos será visitada de toda a parte com admiração e encantamento; que para

¹³⁹ A utilização do termo dentre as revistas da época – e mesmo internamente à própria revista, que usa o mesmo termo para designar um ajuntamento de notícias - é disforme e vária, sendo complexo defini-la como gênero. Contudo, não nos debruçaremos nessa problemática, que pode ser aprofundada em Outeirinho, 2003. Interessa-nos, aqui, a forma como os autores da seção fazem uso dela, que no nosso entendimento converge com o que é definido por Andrade, 1984.

¹⁴⁰ Conforme identifica o contemporâneo Inocêncio da Silva, 1858, Vol. I, p. 271.

¹⁴¹ Publicou célebres folhetins do gênero em *A Revolução de Setembro* (1846 – 57).

¹⁴² Cf. item 3.1.5.

tudo, mesmo para a realização das mais altas utopias de bem, são a sua terra, os seus haveres, e as almas dos seus moradores” (*A Época*, 1849, n. 52, p. 398). Castilho falava do seu *Método de leitura repentina*, que seria publicado no ano seguinte, o qual foi desenvolvido a partir das experiências de alfabetização que desenvolveu junto aos moradores que tanto lisonjeia.

Acreditamos que a publicação nessa revista era uma forma de ocupar espaços, espalhando-se no microcosmo da rede de sociabilidade com o seu projeto, à cuja defesa obstinada dedicará os próximos anos de sua vida. Pouco tempo antes havia mandado publicar na *Revista Universal* um memorial solicitando a concessão de um terreno para as escolas populares da *Sociedade dos Amigos das Letras de São Miguel* (*Idem*, 1849, n. 26, p. 301-302). Desenvolvendo seu experimento pedagógico nas ilhas, garantia sua presença no continente, mesmo distante, renunciando algo extraordinário que estaria por vir.

Na parte científica encontram-se os artigos de divulgação relativos à agricultura, indústria, economia social e o que os editores referem como instrução pública, que consiste na “analyse das verdades fundamentaes administrativas; a concordancia da sciencia e das artes com as necessidades do trabalho industrial e agricola; a discussão dos melhores systemas, e regras de ensino pratico e popular” (*A Época*, 1848, n. 1, p. 2). São os já debatidos *conhecimentos úteis*, apresentados desde o primeiro número de forma alargada, assemelhando-se à concepção que, na *Revista Universal Lisbonense*, foi sendo desenvolvida paulatinamente ao longo dos primeiros anos. Apesar dessa concepção ampla, os assuntos efetivamente abordados privilegiam bastante os aspectos materiais da indústria, comércio e agricultura, que os redatores reconhecem na apresentação do segundo volume e justificam por falta de espaço e de forças. É então que, nesta segunda fase, incorpora-se a publicação de documentos históricos, a fim de dar a conhecer pela fonte os feitos e sujeitos que teriam participado das glórias do passado.

Logo de princípio a preocupação com *qual* instrução é notável, corroborada por certa inquietude, ocupando os dois artigos inaugurais da seção “Indústria e Ciências”. Neles, revela-se uma faceta do que os editores entendem como prioritário no que diz respeito à questão. O primeiro artigo, “Necessidade do Ensino da Agricultura”, defende a imprescindibilidade de instrução dos agricultores, de modo a possibilitar que a cabeça conduza o braço e não o contrário, clamando pela aliança entre teoria e prática. Indica-se, então, a criação de escolas normais que formem agricultores e forneça-lhes incentivos,

iniciativa que deve ser acompanhada pela produção de manuais didáticos agrícolas¹⁴³ subsidiados pelo Estado. Arrisca-se até mesmo um esboço de proposta curricular, que contemplasse, ao lado de métodos práticos de produção, seus princípios econômicos, as leis naturais, noções de teoria econômica, que deveriam ser abordados de forma acessível, porém não simplista. Essa proposta coaduna com a preocupação desta – e das outras revistas – com os *conhecimentos úteis*, bem aos moldes do que é defendido no artigo.

Segue-se outra discussão sobre a temática, sob o título “Da instrução e suas aplicações”, em que o redator destaca a necessidade de se realizar um ensino efetivamente popular como única forma para a uma efetiva compreensão e adesão ao sistema representativo liberal e aos seus princípios. “Se a sociedade não estiver preparada para receber um systema, ou desenvolver um principio, nem o principio nem o systema frutifica” (*A Época*, 1848, n. 1, p. 5). Sua defesa se justifica na trajetória paralela que teria seguido Portugal enquanto a França se agitava em revoluções. Nem mesmo Pombal teria vindo a termo, dado que teria feito apenas uma parte do necessário, laicizar a educação e implementar a educação clássica, mas teria deixado de lado “as classes laboriosas que estavam abaixo da burguezia” (*Idem*), demonstrando que sua simpatia com os enciclopedistas se resumia à difamação da teocracia monástica mas não alcançava as suas doutrinas morais e políticas, no entendimento do autor do artigo. A sua crítica imperiosa aponta os que teriam lucrado com as reformas, basicamente a nobreza de toga, que se valeu de todas as pontes para alcançar cargos e posições. A problemática central posta pelo artigo coaduna com o que apresentamos no início desse capítulo acerca da centralidade da preocupação com a instrução popular pelos intelectuais liberais. Explicita-se que o cerne desse pensamento tem em conta um descompasso entre as reformas e a adesão a elas. É preciso ensinar o povo a ser cidadão, e isso pressupunha que fosse incorporado o “ensino constitucional”, de forma a explicar o sistema representativo e o desempenho das funções cívicas; também a “educação industrial econômica”, que dê conta de apresentar os aperfeiçoamentos tecnológicos, as potencialidades produtivas, os progressos da ciência.

Com uma tônica mordaz, criticando a maneira como vem sendo organizada a instrução e sua conseqüente ineficiência no atendimento aos propósitos liberais, esses dois artigos iniciais configuram uma espécie de prólogo ao que será apresentado nessa seção. Sem anunciar, mas deixando entrever, os conteúdos que serão veiculados viriam corroborar à defesa da “educação industrial econômica” e do “ensino constitucional” por meio da

¹⁴³ A própria revista publica o “Guia e Manual do Cultivador” em fascículos, a partir da edição de nº 6.

propagação dos *conhecimentos úteis*. A história pátria também tem seu lugar, embora raro. Há algumas apresentações de forma temática, como a que tem como mote história da agricultura, ou dos jogos e festas. Essa abordagem não faz, contudo, que se abandone a influência dos quadros históricos, com foco em figuras “notáveis” e eventos, predominante entre os intelectuais dessa rede. No caso daquele em que são apresentados jogos e festas, por exemplo, a narrativa centra-se em Afonso VII, da Espanha.

A divisão interna da revista é explícita, sendo separada por uma marca ao fim da primeira, ao que se segue a parte literária, anunciada pelos dizeres "literatura e bellas-artes". Nos seis primeiros números impreterivelmente a seção é aberta por uma imagem. Tal representação é sempre analisada no texto que segue, seja a partir da temática, seja do ponto de vista estético, identificando-se o original a partir do qual desenvolvem-se as características da escola artística que o rege, aspectos biográficos da vida do pintor, contexto de produção. São também publicados textos literários em fascículos, como “Ódio velho não cansa”, romance histórico de Rebelo da Silva, ao lado de resenhas de romances, como de “O monge de Cister”, romance histórico de Alexandre Herculano. Na perspectiva de ampliar o repertório leitor encontram-se também traduções de alguns contos publicados em jornais estrangeiros e poesias de Palmeirim, Latino Coelho, Mendes Leal, J. M. Grande, António de Serpa, Aires Pinto de Souza, A. J. de Souza Almada, A. E. Zaluar, J. V. B. da Costa, Lopes de Mendonça, a maior parte deles associados ao Grêmio Literário, bem como os outros colaboradores¹⁴⁴.

No segundo volume, a seção de literatura passa a contar também com dramas ou comédias para encenação em fascículos, em diálogos, que levam o título de ditos populares (“Nem tudo o que luz é ouro”, “Partir para ser bispo e acabar sineiro”), numa explícita busca de interlocução com um leitor menos erudito.

Houve, ainda, uma parte dedicada a notícias de Portugal e do exterior, reunidas inicialmente na "Crônica da semana"¹⁴⁵. Na quarta edição a seção é suprimida em função de intercorrências envolvendo taxas de envio. Aos jornais considerados literários, diferentemente dos políticos, não incidiam tais portes. Todavia, uma vez contendo essas notícias, a revista foi identificada pela Inspeção dos Correios como político. A fim de não

¹⁴⁴ Apesar de muitos artigos não serem assinados e, quando são, a maioria ser de autoria dos editores Rebelo da Silva e Andrade Corvo, alguns outros intelectuais colaboraram pontualmente. São eles A. J. Ávila, Francisco Gonçalves d'Aguiar, José Maria de Souza Monteiro (estudos sb Cabo Verde, em formato de relato), A. R. O. Lopes Branco, José António Mourão Junior (de Castelo Branco), J. A. A. Dias Veneiros, Pereira Brandão, F. Palha, José Jacinto Tavares.

¹⁴⁵ Esse subtítulo não coexistiu com a crônica do Barão de Alfenim, foi anterior a ela e com sentido de narrar ligeiramente acontecimentos cotidianos.

repassar esse valor aos assinantes – o que poderia, inclusive, implicar na perda de alguns indignados – decide-se pela revogação, até segunda ordem. A seção é retomada apenas na nona edição, com menor extensão e intitulada simplesmente “Notícias”.

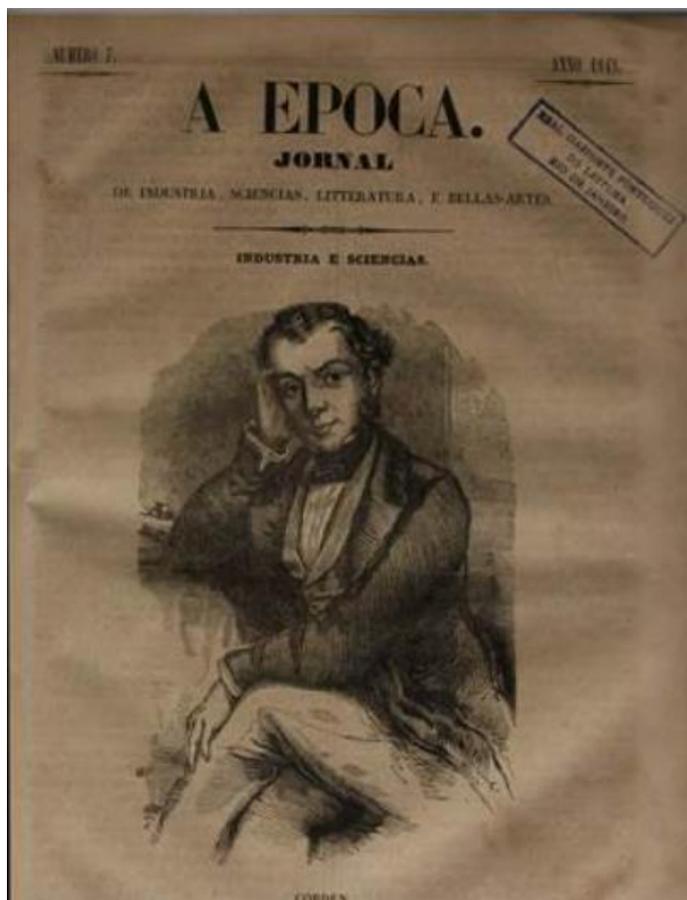


Figura 12 - Capa do sétimo número da revista *A Época*.

Na sétima edição notam-se alterações editoriais que fazem com que a apresentação da revista a assemelhe à de *O Panorama*, com uma gravura de apresentação a partir da qual desenvolve-se o primeiro artigo. Seguem-se diversas edições nesse formato, que alterna com a apresentação anterior. A imagem que acompanhava a seção literária deixa de ser regular, mas não desaparece por completo, ocorrendo em alguns números, geralmente alternando-se com a gravura de capa. Mantêm-se algumas ilustrações dispersas nos artigos, primordialmente na seção científica.

Vale retomar que, em *A Época*, a problemática da instrução ocupa um lugar bem definido, defendendo-se a necessidade do seu alargamento às classes populares, nomeadamente aos agricultores. A instrução que se propõe, contudo, não é centrada em estudos clássicos, nem pressupõe, de nenhuma maneira, proporcionar a esses sujeitos uma formação que os proporcionasse disputar outros lugares sociais. Trata-se, sim, de desenvolvê-los no seu ofício e, conseqüentemente, contribuir para o melhoramento da empresa agrícola, assim estimulando o desenvolvimento do país por meio da potencialização de uma área que já era a principal atividade econômica. Restava que incorporasse os avanços tecnológicos para um melhor desempenho e, para isso, o agricultor era figura central¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Cf. edição n. 9, p. 134-136.

3.1.5. *O Farol: periódico de instrução e recreio*

Tabela 5 - Ficha O Farol

Local e período de publicação	Lisboa, 1848 a 1849
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 48 números
Responsáveis pela publicação	Latino Coelho e António de Serpa
Formato	31 cm, dividido em duas colunas; 8 páginas por número
Ilustrado	Não
Preço	20 rs. O número para os assinantes, ou 25 rs. Para não assinantes.
Observações	Impressa pela Tipografia Antonio Joaquim da Costa, contudo a partir do número 30 (quinta edição da segunda série) passa a ser impresso pela Tipografia Castro e Irmão, a mesma que editará o <i>Archivo Pittoresco</i> a partir de 1857.



MARÇO 18.

INTRODUÇÃO.

VAMOS entrar pela primeira vez nas laboriosas lides da imprensa; e ao dar os primeiros passos sem carreira tão espinhosa, a doce illusão que nos guiava, o lisonjeiro futuro que nos surria, sumiram-se no triste reconhecimento da mesquinhez dos nossos talentos, da pobreza dos nossos recursos. —

Levados de um pensamento seductor, mi-eros, presumimos ter forças para acender um Farol em terra de tanta claridade; e agora, ao cummunicar-lhe a ténue luz da nossa limitada intelligencia, coramos de pejo, vendo-o eclipsado pelos fulgentes pharos, que por aí illuminam o luso horizonte litterario. —

E n'esta afflictiva transição de um preterito entretido por sonhos deliciosos a um presente vasio d'esperanças, pungente de cruéis presentimentos, quasi nos fallece o animo, para cumprir promessas não reflectidas, para satisfazer compromissos garantidos por tão diminuto cabedal. Todavia estimula-nos a insistir n'esta ardua empresa o benigno acolhimento com que o publico recebeu o prospecto d'este periodico, a valiosa protecção de alguns amigos, e o animador conselho do nosso immortal Camões, quando assim se exprime:

*Porem não deixe em fim de ter disposto
Ninguém a grandes obras sempre o peito;
Que por esta ou por outra qualquer via,
Não perderá seu preço, e sua valia.*

O Farol vai pois submitter-se ás provas publicas. — Dous fins tem elle de satisfazer; instruir e recrear o povo, para quem é escripto; e beneficiar aquelles que, por circumstancias, carpiam em triste ocio a falta de trabalho, sempre nociva ao equilibrio das necessidades com os meios de as reparar. —

Para conseguir o primeiro não pouparemos fadigas, que não poucas teremos de arrostar; e se a tanto poder chegar o nossa esforço, estamos certos que no forte apoio publico acharemos a completa satisfação do segundo. —

Não apresentamos o programma das materias de que tencionamos tratar por que o julgamos desnecessario em vista da nossa divisa — instruir e recrear —; sentimos a sua responsabilidade, e conhecemos o modo variadissimo porque ella deve ser desempenhada; faltarnos-hão os recursos para a cumprir a contento publico, mas nunca nos faltará a moralidade.

Quizéramos que desde já o buril embellezasse as columnas d'este periodico; porém este e outros melhoramentos irão progressivamente apparecendo se o auxilio de que dependem for tambem em progresso.

Conscios do pouco que valemos, não vai longe a nossa ambição, limita-se n'uma questão de utilidade reciproca entre nós e os nossos leitores; conseguida esta, estão coroados os nossos desejos, e ficam completamente retribuidas as immensas difficuldades que temos encontrado na pratica da nossa tarefa.

Por ultimo, cumpre-nos declarar, que estaremos, sempre promptos a inserir nas columnas do Farol quaesquer artigos que, comportando interesse publico, não ultrapassem os limites de escriptos d'esta natureza. —

Os R R.

Figura 13 - Introdução ao primeiro número de *O Farol*, 1848.

O título escolhido para a publicação indica de antemão sua intenção propagadora. A imagem do farol como iluminador dos horizontes e propalador literário é metáfora fácil da sua pretensão primeira: “instruir e recrear o povo, para quem é escripto” (*O Farol*, 1848, n. 1, p. 1). Os redatores não julgam necessário apresentar um programa da revista, considerando ser dedutível do seu objetivo de instruir e recrear. Tal convicção é mais um indício acerca da paisagem intelectual do período no que diz respeito à noção de instruir e recrear por meio das revistas, ao tomar como pressuposto que essa pretensão deixa subentendido o conteúdo da publicação. E, de fato, encontramos em suas páginas os *conhecimentos úteis*, a divulgação literária, a história pátria. Os artigos organizam-se de forma autônoma no primeiro volume, ganhando maior regularidade no segundo tomo, onde se pode quase reconhecer seções: a primeira parte é sempre destinada a tais *conhecimentos*, seguindo-se uma parte literária em que se encontra o romance histórico em fascículos “Margarida Pusterla”¹⁴⁷, além de poesias, resenhas literárias e uma seção peculiar de “crônica”, a qual abordaremos mais detidamente a seguir.

Aqui os melhoramentos materiais, agricultura, economia, comércio e as ciências naturais, são dispostos como *conhecimentos úteis* ao lado da filosofia política, economia e moral¹⁴⁸ - abordagem que já havia sido apresentada pela RUL, após a reformulação -, por vezes ocupando menos espaço do que esta última. Contudo, *o Farol* apresenta uma perspectiva mais crítica e analítica, conforme se verifica em artigos que analisam o quadro da mendicidade na Europa, indicando-se o número de indigentes em comparação com a população total de cada país (1848, n. 3, p. 19), ou sobre a pobreza em Portugal (*O Farol*, 1849, n. 43, p. 145), além de propostas de contornar a situação, como se pode verificar em um artigo que traz como exemplo o modelo dos asilos especiais da Baviera (*Idem*, n. 6, p. 43).

A tão exaltada história pátria tem um lugar diminuto, com algumas reproduções de documentos, conforme já vinha se tornando comum entre as revistas, embora nesta seja pouco recorrente. Menos comum entre os pares periódicos, mas presente no *Farol* de forma persistente, são os quadros históricos de culturas diversas (México, Tenerife, China, Senegal, Índia etc), incorporando-se também relatos de viagem.

A pretensão partilhada com os outros periódicos ecléticos de contribuir para a civilização nacional é perpassada pela tentativa de ser ainda mais popular: preço mais baixo e incorporação de anedotas e charadas.

¹⁴⁷ Tradução do italiano de autoria de Cesar Cantu.

¹⁴⁸ Onde cabem biografias sucintas de figuras históricas.

Com uma apresentação material mais modesta do que as revistas até agora apresentadas, mais tosca até, não apresenta imagens em sua composição. Seu período de existência assemelha-se ao de *A Época*, dura cerca de um ano, assim como o total de números publicados, que nesse caso somam quarenta e oito, organizados também em dois volumes, enquanto na semelhante têm-se cinquenta e dois, e em ambos os casos os diretores são também os principais redatores, apesar de identificarmos alguns colaboradores: Luiz d'Almeida Albuquerque, Joaquim Pedro Celestino Soares (JPC), Filipe Joaquim de Souza Quintela, M. Gama Lobo, Lopes de Mendonça, Bulhão Pato, João Francisco Dubraz, A.M.S.M. A interlocução entre essas duas revistas, contudo, vai além das convergências formais.

Já mencionada no item anterior, a porfia que conferimos nas folhas de *O Farol* e de *A Época* mobilizará dois intelectuais da mesma rede, dialogando em uma seção criada tardiamente em ambas as revistas a fim de ocupar uma janela entre a literatura e o jornalismo - nada mais pertinente dentre periódicos que se pretendem figurar entre o livro e o jornal. Marcada por uma mescla de fatos cotidianos comentados, inquirições aos seus atores, críticas e curiosidades, a crônica torna-se um escrito que carrega um forte traço de subjetividade, onde cabe a irreverência e a provocação, por vezes de forma inescrupulosa. Na primeira das que se seguirão, Latino Coelho¹⁴⁹ dispende várias linhas a tentar definir a seção, ao que destacamos:

A Revista Chronica¹⁵⁰ é um quinto poder do estado, é o pelourinho da opinião pública, é o tribuno da razão humana, é a pedra philosophal da litteratura. A Revista Chronica julga, e executa; é ao mesmo tempo o *non plus ultra*, a coluna de Hercules da crítica litteraria, e a espada de Damocles pendente sobre a cabeça... dos autores, e dos empregarios theatraes (*O Farol*, 1848, n.32, p. 59).

O aspecto mais interessante dessa seção centra-se não só na sua peculiaridade formal, mas naquilo que ela permite com mais liberdade, a intertextualidade com outras revistas, como a já mencionada com a seção homônima de *A Época*. Esse diálogo destaca-se dentre as menções a outros periódicos semelhantes (*Revista Universal*, *Revista Popular*, *Jardim Literário*), constituindo um jogo de provocações. À primeira vista, pode parecer que o diálogo ácido travado entre Latino Coelho e Silva Túlio tem ares de disputa. Mas

¹⁴⁹ Apesar de os artigos não serem assinados, tomamos Latino Coelho como autor a partir de Andrade-Ferreira, 1857.

¹⁵⁰ A mesma seção aparece referida com esse nome e também como “folhetim”, como “revista de Lisboa”, como “revista hebdomedária”

acreditamos que as rusgas fazem parte da mesma estratégia: causar inquietação, chamar atenção para o periódico a partir da provocação, despertando a curiosidade acerca das problemáticas que consideravam merecer atenção e assim, quem sabe, colocá-las no “gosto do povo”.

O diálogo um pouco mais buliçoso foi impulsionado pelo *Farol* em dezembro de 1848, ao comentar a inauguração da seção análoga no outro periódico. Debochando da anunciada benevolência do colega, da maneira como declara ser suave, indulgente e inofensivo, denota não ser essa a função da crônica. Afirma que, dessa forma, transformar-se-á em um catálogo de fatos, em que *O Farol* ocuparia o lugar da crítica enquanto à *Época* caberia apenas a exposição. Ainda faz troça de quem assina, um “barão”, diante do que “não nos admira agora que a sua chronica seja um mappa estatístico. (...) O colega bem mostra que é barão, desconhecendo a alta importancia, e a missão civilizadora das *Chronicas e Folhetins*, quando diz que, por causa d’estes, ninguem passará à posteridade” (*O Farol*, 1848, n. 40, p. 127). Chamamos a atenção para a percepção do papel civilizador do gênero, corroborando ao nosso argumento acerca de que o caráter de escárnio é parte intrínseca da proposta, não constituindo efetivo desentendimento.

O “Barão de Alfenim” responde logo a seguir, procurando colocar-se acima das críticas e ao mesmo tempo censurando a pouca modéstia do colega – teria sido o auto encômio o seu maior pecado (*A Época*, 1849, n. 28, p.14). Estava armada a arena para o escárnio mútuo que seguir-se-á nos números seguintes¹⁵¹, quando o duelo passará a ocupar lugar central na coluna, e o barão tornar-se-á personagem fundamental da trama, como uma novela excitante em que se fica à espera do desfecho. Parece que a fórmula estava a funcionar, servindo como elemento animador para ambas as revistas, muito mais do que uma efetiva discórdia.

O entusiasmo com a promoção da instrução popular presente na revista ecoa o discurso recorrente: “*O Farol* conta assumir entre os demais periódicos, que illustam fecundamente o paiz, uma posição, que lhe assegure melhor succedimento nos fins a que deve tender a imprensa litteraria da nossa patria” (1848, n. 25, p. 1), que consistia em assumir o universalismo eclético, proclamando a necessidade de se adequar a leitores diversos (inclusive em idade e sexo) e de se desvencilhar da rigidez formal da escola, a fim de fomentar a difusão do conhecimento.

¹⁵¹ *O Farol*, 1848, n. 42, n. 43, n. 44, n. 45, n. 47...

Convergindo com os outros periódicos e, por isso, com o grande destaque dado aos *conhecimentos úteis*, defende a necessidade de uma instrução que fomente o desenvolvimento técnico, nomeadamente agrícola, “de modo que os artistas não só tenham escolas aonde vão aprender os principios de sciencia necessarios às artes, mas tambem as escolas de applicação sem as quaes a industria não póde prosperar” (*O Farol*, 1848, n. 7, p. 49). Aliado a isso, a produção de livros adaptados ao que se entendia ser palatável, “escritos no mesmo estylo e gosto com que se escreve um romance” (*Idem*), numa proposta idêntica à que será apresentada em *A Época* que, por sua vez, dialogava explicitamente com a *Revista Universal* nesse quesito. Temos, então, a convergência do entendimento acerca do que era prioritário para a instrução popular, declarado pelo *Farol*: “Nós unimos os nossos rogos aos dos nossos colegas, - pedimos instrucção para o povo – aceitamos o convite que nos fazem, e cumpriremos como nos permittirem os nossos recursos a missão que nos cabe em tão santa empresa” (*Idem*, p. 50). A alegada missão diz respeito ao papel da imprensa nesse processo: responsável por acelerar a mobilização e o clamor coletivo pela instrução, de pautar as questões urgentes aos governos no que tange à temática, de modo a garantir a moralidade, a manutenção dos preceitos da religião e as conveniências de uma política ilustrada.

Toma as ações do Grêmio Literário como modelo possível para o aprimoramento das ações de instrução popular, que poderia, inclusive, servir de inspiração ao Estado. Imbuído de uma missão literária, nas mãos dos homens de letras, a promoção dos cursos públicos é exaltada pelos redatores¹⁵² como uma iniciativa ímpar com potencial para suprir a acanhada oferta formativa proporcionada pelo Estado¹⁵³. O Grêmio teria aberto essa possibilidade, democratizando-a, lançando cursos de cujas temáticas prescindem tanto o ensino primário quanto o secundário¹⁵⁴.

Outra problemática é ainda levantada, a participação das mulheres no Grêmio – ou melhor, a ausência delas. Lamenta-se que as mulheres não frequentem a associação nem atendam aos cursos, ao passo que iriam ao teatro e até ao parlamento, ao que se apela que se encorajem a ouvir também a ciência. Essa invocação à participação feminina compõe também a paisagem intelectual, conforme já discutido em páginas anteriores, à medida em que os românticos trazem à tona a necessidade de se pensar a atuação pública de todos os

¹⁵² Vale salientar que eles mesmos são membros do Grêmio, frequentadores assíduos e responsáveis por cursos.

¹⁵³ Cf. análise sobre o Grêmio Literário no capítulo 2.

¹⁵⁴ Cf. *O Farol*, 1848, n. 38, p. 108; 1849, n. 48, pp. 188-189.

sujeitos sociais na sociedade liberal. As mulheres teriam também um papel a desempenhar - abordagem que se aprofundará na *Archivo Pittoresco*.

3.1.6. *Revista Popular: semanário de litteratura, sciencia e industria*

Tabela 6 - Ficha Revista Popular

Local e período de publicação	Lisboa, 1848 a 1855, com interrupções
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, com 6 volumes publicados (cada um variando de 39 a 52 números)
Responsáveis pela publicação	Francisco de Almeida Pereira e Souza e José Maria Batista Coelho (fundadores), seguindo-se como redatores principais Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, José Maria Latino Coelho, Augusto José Gonçalves Lima.
Formato	26 cm, com 8 páginas divididas em duas colunas
Ilustrado	Sim
Preço	20 réis o número avulso, 960 réis a assinatura anual e 480 réis a semestral.
Observações	<p>O número de páginas passa de 8 a 12 a partir do quarto volume.</p> <p>À maneira da <i>Época</i> e do <i>Farol</i>, a maior parte dos artigos é redigida pelos diretores/ proprietários, havendo colaborações, dentre as quais destacamos: António de Castilho J. B da Costa; António de Serpa; L. A. Palmeirim; J. G. Lobato-Pires, F. M. Bordalo, J. Osorio; F. da C. Nascimento; Pedro Diniz; ; A. X. R. Cordeiro.</p> <p>Os subtítulos da revista alteram-se ao longo dos anos. Inicialmente identificava-se como semanário de literatura e indústria, ao que é acrescida a “ciência” no segundo ano. Passa, então, a identificar-se como periódico literário e, finalmente, como enciclopédia para o povo - leitura para todos.</p>

REVISTA POPULAR.

(SEGUNDA EDIÇÃO.)

INTRODUÇÃO.

PROPORCIONAR ás classes menos abastadas, que são as mais numerosas da sociedade, por preço a que todos chegam, um honesto recreio, e um meio de instrução variada e agradável, é o fim que se propõe a *Revista Popular*, que hoje se estrêa nesta tão santa missão, como é a que o jornalismo em toda a parte desempenha com mais ou menos proficiencia.

E não é novo isto em Portugal; bem presentes estão a todos os eminentes serviços que á illustração do nosso paiz fez o primeiro e o melhor dos nossos jornaes populares, o *Panorama*; e tambem o acolhimento que elle recebeu em todo o reino provou exuberantemente quanto convinha continuar largamente naquelle systema de publicação, que já gora está provado ser o que mais se conforma com os nossos habitos, com a nossa indole, e com o actual estado da nossa civilisação.

A *Revista Popular* não tem, nem póde ter, as pretensões do *Panorama* — é mais modesta; mas ha de

trabalhar por ser mais util ainda, se é possível, e mais accessivel a todas as intelligencias. E porque nos não accussem de calarmos o nosso pensamento, seja-nos permitido expôr resumidamente o plano que tencionámos seguir, e que, depois de pensada reflexão, adoptámos.

Portugal quasi que vive só das gloriosas recordações do seu brilhante passado, que o presente esse tem-n'o desecado e esterilizado as nossas desastradas dissensões civis. A historia nacional, pois, os seus factos mais memoraveis, occuparão o primeiro e distincto logar nas nossas columnas.

Os monumentos e edificios que dentro e fóra do reino existem, mais notaveis pelo seu interesse historico, pelo merito de sua architectura ou, finalmente, pela util applicação que se lhe houyer dado, serão descriptos, acompanhada a descripção da respectiva estampa.

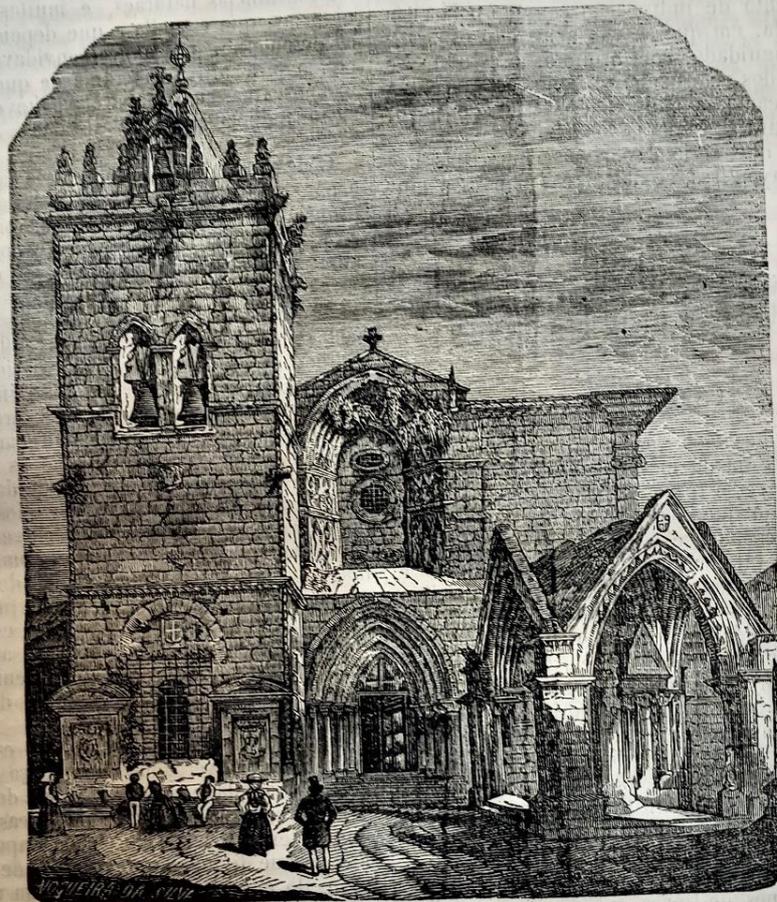
Dos varões que pelos seus conhecimentos ou pelas suas virtudes bem mereceram da sociedade, faremos na *Revista*, honrada memoria, e será este um poderoso estímulo, e um bom exemplo proposto á nossa esperançosa

Figura 14 - Introdução à primeira edição da *Revista Popular*, 1848.

A igreja da collegiada de Guimarães.

A villa de Guimarães é uma das mais importantes do reino. Foi berço da monarchia, porque alli assentou sua côrte o conde D. Henrique, e alli nasceu o grande Affonso I.
Guimarães tem para cima de 12000 fogos, e está situada a tres leguas de Braga, entre os rios Vizella e Ave.

real; nella pôz clérigos, e lhe deu por prior o seu physico-mór, D. Pedro Amarello; mas o templo que ora existe, foi mandado edificar pelo mestre de Aviz, D. João I, e dedicado a Santa Maria da Oliveira, em memoria da celebre batalha de Aljubarrota, como se vê na inscripção posta por baixo do escudo de armas, que está collocado a



A industria de seus habitantes é bem conhecida pelas linhas, pannos de linho, e obras de cutelaria, que de Guimarães saem para todo o reino. A uma legua da villa estão os banhos chamados *Caldas de Vizella*, já frequentados pelos romanos, que alli erigiram um templo a Ceres.

A condessa Mumadona, tia de D. Ramiro, rei de Leão, e viuva de Hermenegildo, conde de Tuy, e governador da provincia de Entre Douro e Minho, fundou um mosteiro, para a elle se acolher na sua viuvez. Sobre o local onde estava a igreja fundada pela condessa, deu o conde Henrique principio á collegiada, com o nome de capella

entrada da porta principal, entre dois anjos, e tem por timbre um seraphim, que sustenta a corôa real.

A estampa representa o frontispicio da igreja da collegiada, cuja antiguidade está hoje profanada pela cal dos nossos dias. O tecto era de vigamento grosso, todo lavrado com aquelle primor, que ainda hoje se admira na Sé do Funchal. As arcarias eram magestosas, e as tres naves estavam em harmonia com tudo o mais; mas as madeiras doiradas, e as pedras brancas dos modernos tiraram ao templo aquelle aspecto ancião, que o tornava tão venerando.

Volume v.

Fevereiro — 1852

Numero 6.

Figura 15 - Página ilustrada, 1852, vol. V, n. 6.

Anunciando-se como parte dos jornais que pretendem popularizar a instrução, reconhece o pioneirismo de *O Panorama*, ao mesmo tempo que assume uma empresa mais modesta. Contudo, tal modéstia tenciona alcançar um público ainda mais vasto, sendo “mais útil ainda, se é possível, e mais acessível a todas as inteligências” (*Revista Popular*, 1848, n. 1, p. 1), para o que procura empregar uma linguagem clara e direta. Assumem-se como “missionários do jornalismo”, à quem cabe “ajudar a todos, propagando os princípios da moral, e vulgarizando as verdades da sciencia” (RP, 1848, n. 9, p. 67).

A devoção à “instrução popular” não poderia prescindir da presença de António de Castilho e seu método. Tão logo começa a sua empreitada em São Miguel, merece reverências nas páginas da revista. Exaltado como aquele que trocou os louros da poesia pela dedicação do educador, reconhece sua contribuição como imprescindível para a efetivação daquilo que também se propõe a *Revista*.

O poeta ainda é o mesmo. Mas com o poeta subsiste o pensador, que vota [sic] o seu meditar à educação da infância. A alma que soube elevar-se para com a formosura dos seus cantos atraír os homens, soube também descer para dar o de que elles mais carecem – a educação, o ensino, sem o qual a civilização é uma utopia, a liberdade um epigrama, e a moralidade um impossível (RP, 1850, vol. III, n.34, p. 268).

As palavras que enaltecem o poeta-educador são também as que sintetizam o papel atribuído à educação: alcançar um patamar de civilização que pressupõe uma sociedade em que a liberdade seja acompanhada pela moralidade. Trata-se de liberdade política e econômica, articulada aos preceitos cristãos da moral, aspecto que ficará mais claro adiante, na análise das seções acerca da instrução e educação popular.

Castilho também se manifesta em prol das benesses promovidas pela revista, em suas próprias páginas, no artigo em que anuncia iniciar sua colaboração.

A *Revista Popular* compreende, ama, e forceja por cumprir o officio, que o seu nome lhe está impondo; no seu programa se vê o como é sua intenção repartir com o povo, que se não póde ir assentar ao lauto festim da sciencia, tudo quanto por lá vir de mais succolento e appetitoso. Qual será o escriptor de alma e coração, que não sympathise com tão benéfico empenho? (RP, 1852, vol V, n. 1, p. 3).

Sua simpatia não é fortuita. É reveladora da adesão a um projeto comum, partilhado, no qual vinha se empenhando integralmente nos últimos anos. E, lembremos, é o mesmo Castilho que defende entusiasticamente a produção de leituras para o povo, da qual a

Revista Popular era exemplo notável. Aliás, a partir do quinto volume o subtítulo da revista passa a ser “Encyclopedia do povo – leitura para todos”.

Lançada em 1848, assim como *A Época* e *o Farol*, sua proposta editorial assemelha-se à de ambas, encontrando-se intertextualidade entre as três. Sua diagramação está mais próxima da primeira, sobretudo na maneira como faz uso das gravuras, ao passo que propõe enigmas e charadas como a segunda, praticando o mesmo preço, mais reduzido. Quanto ao programa, podemos dizer que segue a fórmula *conhecimentos úteis* – literatura – história pátria, mas, diferente das coetâneas, privilegiará essa última, assumindo dedicar a ela “o primeiro e distinto lugar nas nossa columnas” (*idem*). Fatos considerados memoráveis, monumentos e edifícios e figuras destacadas pelos conhecimentos ou virtudes - identificados como os “varões” -, resumem como os editores a entendem. A ideia das figuras históricas como modelo tornar-se-á uma constante, com maior ou menor recorrência, sendo entendido como “poderoso estímulo, e um bom exemplo proposto à nossa esperançosa mocidade, que, certo, lhe há de aproveitar muito” (*Idem*, p. 1-2).

A abordagem literária ganha também contornos peculiares em relação às outras, focando-se nos romances de cunho moral. Não que a moral não fosse preocupação das outras revistas, mas vinha mais vinculada a uma abordagem filosófica, geralmente inserida dentre os *conhecimentos úteis*. Na *Revista Popular*, apresenta-se de forma mais crua e direta, mesmo porque os referidos *conhecimentos* limitam-se à técnica e ao desenvolvimento industrial, assim declarados.

Temos, assim, uma revista que se apresenta sem embaraços, onde encontra-se uma organização regular que principia por elementos de história nacional, segue para um romance em fascículos, seguido de poesia, de um breve artigo sobre conhecimentos úteis e finaliza com uma charada e/ou enigma. Conforme anunciado em seu programa de abertura, os *conhecimentos úteis* são a temática de menor atenção - diferindo das anteriores -, por vezes nem tendo lugar em algumas edições.

Apesar do pouco espaço destinado à técnica, o entendimento acerca da instrução popular proferido pela revista passa por ela, como nas outras revistas já analisadas. Mencionando um artigo da *Revista Universal*, endossa o coro em favor das escolas industriais e agrícolas como as mais adequadas para “facilitar a instrução de todas as classes” (RP, 1848, n. 9, p. 66), de modo a garantir uma melhoria na qualidade de vida, a partir do aprimoramento do trabalho, e o desenvolvimento da economia.

A problemática ganhará lugar privilegiado a partir da edição de número onze, contando com duas seções conjugadas: “Instrução Popular” e “Educação Popular”¹⁵⁵. Se a “Crônica” é o elemento de destaque da *Época* e do *Farol*, essa combinação de seções é proeminente na *Revista Popular*, e merece nossa atenção. Diferenciando-se do que era corrente no que diz respeito a esse aspecto, revela mais clareza na distinção entre instrução e educação, sendo a primeira focada em informar e a segunda em cultivar dotes, sobretudo morais, que contribuíssem para o projeto em causa.

Apesar de, nas primeiras publicações, haver alguma indistinção entre uma e outra, elas logo ganham identidade, cabendo à “Instrução” uma abordagem sobre assuntos mais técnicos e operacionais. No primeiro volume da revista, o fazem de forma narrativa, dialogada e comentada, emitindo também juízos de valor. Escolhem-se temáticas relacionadas às ciências naturais, sobre as quais discorre-se refletindo sobre sua importância cotidiana e chamando o leitor ao diálogo. Ao longo do segundo e terceiro volume, torna-se mais técnica, aproximando-se do que era corrente chamar de *conhecimentos úteis*. Contudo, na *Revista Popular*, estes ficavam restritos aos melhoramentos materiais que servissem à agricultura, indústria e comércio, misturando-se com uma nova seção que passou a figurar como “Noticias scientificas e industriaes”, mas que veiculava notícias relativas à temática. Por vezes confundindo-se com ela, procurava diferenciar-se ao se centrar no ato de noticiar alguma inovação recém descoberta.

A seção “Educação Popular” se consolida com aspecto de parábola. Apresenta um tom paternal com ares de sermão, numa linguagem em que se dirige diretamente ao interlocutor, chamando-o ao diálogo, como forma de constituir aproximação e intimidade. Com frequência vale-se de exemplos cotidianos, criando cenas ilustrativas que possam apregoar aquilo que pretende. Encontram-se também máximas e pensamentos morais¹⁵⁶. Vale acompanhar o argumento do redator na primeira série de artigos. Essa proximidade que se procura estabelecer não se propõe niveladora ou igualitária, mas sim de autoridade, a qual o redator procura construir com base na sua experiência de vida, e como alguém que conheceria de perto o “povo”, tendo nascido entre ele.

Aproximae-vos de mim – preciso sentir o calor e a vida desta mocidade, que está a desenvolver-se, com a febre do progresso. Aproximae-vos – o velho não é

¹⁵⁵ Ambas desaparecem como seção no quinto volume. Não podemos afirmar se já haviam sido suprimidas do quarto tomo, dado este não estar disponível para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal. A seção “Educação Popular” passa a ser veiculada de forma mais esparsa antes da sua similar.

¹⁵⁶ 1848, n. 42, p. 331.

retrogrado e pedante. Escutae as suas palavras, porque elle já foi moço, como sois agora, já pensou como pensaes, e atravessou depois d'isso a metade da vida, que é ainda mysterio para vós. Nasci entre o povo, e fallo para elle. A minha obrigação é dizer-lhe a verdade. Agradável ou amarga, hei de sempre dizer-lha. Hei de acostumar os ouvidos delicados de muita gente à palavra *povo*, que ouve com desgosto (RP, 1848, n. 12, p. 92, grifo do autor).

Surpreende-nos, num primeiro momento, que seu interlocutor não seja o referido “povo”, mas o rico, a quem acautelar sobre a arrogância e o desprezo, convencendo-o sobre a integridade do “povo”. Contudo, a escolha desse interlocutor inicial é apenas uma estratégia para se chegar a quem efetivamente se destina. A artimanha consiste em alcançar a confiança do “povo” mostrando que, antes de mais, aconselha o rico a respeitá-lo. Essa captura afetiva prepara o seu passo seguinte, advogar contra a igualdade econômica, cujo argumento centra-se na existência de desigualdades “naturais” (força física e inteligência, por exemplo).

A sociedade ha de ter sempre ricos e pobres. É uma condição da sua existencia – não há poder capaz de a destruir. Mas os interesses de uns podem conciliar-se com os dos outros. Não são duas fôrças inimigas obrigadas a uma lucta eterna; são duas potencias aliadas, que podem e devem naturalmente ajudar-se” (RP, 1848, n. 13, p. 99).

Ao que finaliza, em tom de conselho, como começou: “Rico, não opprimas o pobre! Pobre não odeies o rico! Irmãos! Amae-vos – concorrei ambos para a felicidade commum. Nenhum de vós gozará, se o outro chorar” (*Idem, Ibidem*).

Esse argumento é por diversas vezes retomado, enfatizando-se que a desigualdade é, inclusive, um dos sustentáculos do desenvolvimento industrial. O consumo luxuoso dos ricos seriam motor de produção e, conseqüentemente, de criação de postos de trabalho.

Coroando a defesa extasiada dos princípios liberais, no terceiro volume, em 1850¹⁵⁷, toma lugar nessa seção a reprodução de alguns escritos de Benjamim Franklin (1706 – 1790), parte da coletânea *Miscelâneas de Moral, de Economia e de Politica*. O primeiro embaixador norte-americano é conhecido por sua contribuição para a consolidação da ideologia capitalista (Weber, 2018) e pela propagação do ideal do *self-made-man*. A publicação do *Almanaque do pobre Ricardo* é um exemplo do alcance de suas ideias, tendo atingido altas tiragens e sendo disseminado em meio ao grande público

¹⁵⁷ Cf. RP, 1850, vol. III, pp. 243-244 (Benjamim Franklin – economia e poupança); pp. 252 (Franklin sobre sonhos agradáveis); pp. 291 (Franklin - conselhos ao jovem operario); pp. 259 (Petição da mão esquerda às pessoas que tem a seu cargo a educação da mocidade).

leitor, com maior ou menor grau de letramento (Arraida, Tambara & Duarte, 2015). As acepções de perfeição moral contidas nessa e em outras publicações relacionam-se com o “espírito” capitalista, e serão encontradas não só na reprodução dos seus escritos, mas também naqueles produzidos pelos redatores da *Revista Popular*, portanto, como inspiração. Estão, por exemplo, contemplados no argumento acima descrito acerca da defesa da harmonia social entre ricos e pobres.

São esses preceitos que servirão de escudo à disseminação das ideias comunistas e socialistas¹⁵⁸ que começavam a rondar os grupos operários e que, na perspectiva dos intelectuais românticos filhos do liberalismo, precisavam ser combatidas. Era preciso inculcar a ideia de que “tempo é dinheiro”, como professava Franklin, o que coaduna com o preceito moral de combate à preguiça. A ética não era protestante, mas era cristã.

A educação da mulher, como previsível, é também objeto de interesse dessa revista, que a aborda nessa seção, sem grandes novidades em relação ao que já foi apresentado nos outros periódicos. A urgência de se educar mães que saibam educar os filhos é a premissa, sustentada sempre pela moral cristã. É nela que residiria a potência feminina: “Tudo o que ha consolador, amavel, e meigo, na historia do povo de Deos, é às mulheres que se deve: era Ethaïm, a bôa mãe, que não queria que a consolassem depois da morte dos filhos: vivia solitária, fugindo sempre d’aliviar a dôr que sentia” (RP, 1848, n. 19, p. 148).

Em suma, começam a ser colocadas em jogo elementos que desvelam as intenções efetivas de se educar dentro do projeto de nação defendido pelos intelectuais românticos: conseguir governar bem é um deles. Apesar de algumas faíscas sobre emancipação serem identificáveis no discurso, a grande questão é que não se trata de educar para que o “povo” possa assumir lugares de liderança, mas sim para que permaneça no papel a ele atribuído, sem aderir a revoltas. Temos o embrião daquilo que tornar-se-á objetivo explícito da futura República.

¹⁵⁸ Lembremos que o *Manifesto do Partido Comunista* (Marx e Engels) veio à tona no mesmo ano em que estrearam a *Revista Popular* e as homólogas *Época* e *Farol*, 1848.

3.1.7. A semana: jornal literário e instrutivo

Tabela 7 - Ficha A Semana

Local e período de publicação	Lisboa, 1850-1852
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 2 volumes publicados
Responsáveis pela publicação	João de Lemos no 1º volume, António da Silva Túlio no 2º volume
Formato	29 cm, 12 páginas divididas em 2 colunas.
Ilustrado	Apenas o segundo volume
Preço	Primeiro volume - Assinatura anual: 960 réis; semestral, 480 réis, número avulso, 20 réis. Segundo volume - Assinatura anual: 1800 réis; semestral, 960 réis, trimestral 480 réis, número avulso, 40 réis.
Observações	Inaugura uma sessão destinada diretamente às leitoras do sexo feminino. Colaboradores do primeiro volume: A. de Lourenço; João de Lemos; A. Pinto de Sousa; F. Palha; A. de Loureiro; J. B. Senna Freitas; J. Barbosa e Silva. Colaboradores do segundo volume: A. De Serpa, A. J. Viale, A. M. do Couto Monteiro, Alexandre Herculano, Alexandre M. de Castilho, Almeida Garrett, António de Castilho (por vezes como ele mesmo, por vezes com o pseudónimo de <i>Laco</i>), António Gonçalves Dias (poesias), Bernardino Gomes, Bulhão Pato, D. José d'Almada Lencaste, J. A. Santana de Vasconcelos, J. Anabatista, J. Caldas, J. Horta, J. T. Lobo d'Ávila, João de Lemos (cartas), Júlio de Oliveira Pimentel, L. T. Sampaio Jr., Latino Coelho, Lopes de Mendonça (por vezes como ele mesmo, por vezes com o pseudónimo <i>Rochester</i>), Lopes de Mendonça, Luiz Filipe Leite, Marquês de Nisa, Mendes Leal, Palmeirim, R. de Bulhão, Rebelo da Silva (por vezes como ele mesmo, por vezes com o pseudónimo de <i>Sidney</i>), X. R. Cordeiro

A SEMANA

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO.

INTRODUÇÃO.

Com a invenção da typografia, no meado do seculo XV, desapareceu o monopólio do saber.

Aquella réa do mysterio, em que o trunium os ricos os sábios, foi rasgado para sempre; e o espirito, que sentia accender-se-lhe lá dentro o fogo sagrado da inspiração, não teve mais de esmorecer ignorado, na impossibilidade de attingir um futuro de gloria.

O genio, o talento, e o estudo, tiveram quem levasse pelo mundo a sua palavra, e apesar das muitas coisas inuteis, e ainda prejudiciaes, que tem sido dos prelus, nem por isso deixa de prevalecer nelles o rumeço d'uma verdadeira época de civilisação, nem a imprensa merceu menos que a consideremos um cosmo que reflexo do maravilhoso *fit lux* da creação universal.

Multiplicaram-se pois os livros com esta facilidade de os reproduzir; os descobrimentos, os systemas, os fructos da meditação, do engenho, e do estudo, multiplicaram-se igualmente com a tutadora faculdade de os derramar por toda a parte.

Daqui proveio um tão grande numero de obras, que montando logo na primeira época a milhões, hoje tem sabido a um numero quasi impossivel de calcular.

Tamozha abundancia teria sido um mal se, tirando á sciencia o caracter de individual, e tornando-a humanitaria, não gerasse a necessidade de delatar o amor da instrucção, e não creasse o jornal como o melhor meio de satisfazer esta generosa tendencia da nossa época.

Os conhecimentos humanos estão depositados nas mãos da sociedade; abrange-los é hoje impossivel; mas tambem não se pode conceder que haja famintos deante deste banquete immenso para que são convocados todos os povos, e todas as classes de cada povo.

Foi portanto daquella feracissima colheita, amescaando talvez esterilidade, foi da multidão

dessas obras reelizando os trabalhos da intelligencia que, reconhecida a importancia da instrucção, nasceu o empenho de a diffundir.

Foi ainda na presença de tantos livros que veio a ser indispensavel o compendio, o resumo, o jornal litterario.

Além d'isto, como se vive hoje?

Poderia dizer-se que se devora a existencia, tão grande é a pressa, a sufreguidão, com que, ainda a nosso pezar, temos de percorrer esse espaço marcado entre o borço e o esquife, e que se chama vida.

O tempo que foi sempre um rio caudal tão precipitado no seu curso, parece ter hoje accelerado a corrente; mas não; somos nós que por tal modo caminhamos, por tal modo corremos, que quasi lhe disputamos a velocidade.

As idéas, os successos, as exigencias, as necessidades, as novas formas, e os variados resultados da civilisação moderna, tudo isto nos põe atax, e nos não deixa, á maior parte, entrar e assentar serenamente no seio d'uma bibliotheca, para folhear e estudar os seus milhares de volumes.

Não ha pois outro recurso senão o de colligir, e de formar quadros synopticos, e é esta, de certo, uma das mais uteis empresas da litteratura actual.

Se ainda virá tempo em que outra coisa já não seja possivel senão tirar resumos dos resumos de hoje??

Quem sabe?! Entretanto, quando assim fallamos, é claro que nos referimos á generalidade, tendo em vista a illustração popular.

Deste genero de illustração, porém, tão proficua, e tão derramada por outros paizes, é que entre nós se carece ainda muito.

A penna andou em Portugal como que pendurada na espada; deixou de brilhar ao mesmo tempo; com a nossa gloria das batalhas expirou a nossa gloria das lettras.

Já ha muito que ahí se fazem esforços para erguer, nesta ultima parte, o nome portuguez á altura que merece, e de que o desapossaramos tresentos annos talvez de illeventuras publicas.

Figura 16 - Introdução à primeira edição de *A Semana*, 1850.

À semelhança do que vinha sendo repercutido pelas outras revistas, *A Semana* parte da premissa de que a invenção da imprensa teria sido, por si só, um golpe no monopólio do saber. “Aquelle véo de mysterio, em que o traziam os ricos ou sabios, foi rasgado para sempre; e o espirito, que sentia accender-se-lhe lá dentro o fogo sagrado da inspiração, não teve mais de esmorecer ignorado, na impossibilidade de atingir um futuro de gloria” (*A Semana*, 1850, vol. I. n. 1, p.1) dizem eles, retomando o ideal da imprensa periódica como mediadora do conhecimento. A teorização sobre esse papel é aqui retomada, à luz do que se discorria no *Panorama* e na *Revista Universal*. Do mesmo modo, ressalta a carência desse gênero em Portugal, em comparação a outras nações consideradas “civilizadas”.

Nota-se uma grande diferença entre o primeiro e o segundo volume, parecendo tratar-se de revistas distintas. O foco do primeiro reside em literatura e crítica literária, quase se constituindo como um periódico especializado, não fossem alguns artigos sobre os *conhecimentos úteis*, porém de forma muito mais dispersa do que nas outras revistas, e com uma abordagem mais teórica do que prática. Nesse âmbito encontram-se textos sobre agricultura, alguns poucos sobre ciências naturais e moral, com viés filosófico. Há, ainda, notícias sobre exposições artísticas e industriais, bem como estudos literários e os tradicionais romances em fascículo, onde estreia Camilo Castelo Branco, com o romance “Anátema”. Diferente dos impressos já analisados, o primeiro volume desta revista mostra-se mais como espaço de fruição dos intelectuais do que de divulgação do conhecimento, optando por manter textos mais longos sem grandes esforços didáticos. Dada esta particularidade – e também o fato do contemporâneo Andrade-Ferreira ter se referido apenas ao segundo volume -, nele centraremos nossa análise.

Nessa segunda fase, cuja direção e redação principal são assumidas por António da Silva Túlio, nota-se uma grande viragem. Apesar de Silva Túlio resgatar a tradição da empreitada anterior e saudar João de Lemos, que acabou por se tornar o redator principal, na realidade acaba por propor um outro projeto, mais sistematizado e mais afinado com os propósitos das revistas ecléticas, apesar de apresentar particularidades. A mais destacada delas é a intencional abrangência do público feminino como leitor, sobre a qual discorreremos adiante. Outra mudança em relação ao primeiro ano do impresso é a introdução das gravuras, sem as quais seria “impossível conseguir a perfeita execução do plano que adoptámos” (*A Semana*, 1851, n.1, p. 2), define.

Quanto ao ecletismo, difere daquele que se verifica nas revisas anteriores, principalmente em *A Época*, *O Farol* e a *Revista Popular*, dado que mais elitista.

Anunciando o afastamento da política que vinha sendo apregoado dentre os impressos análogos, assim define seus objetivos e princípios:

Um jornal de litteratura, para instrucção aprazível de ambos os sexos, como queremos que este seja, não se deve fazer commentador de politicas e de filosofias. (...) Dizem que o nosso povo não tem inclinação para a leitura, e que as damas portuguezas são pouco affeiçoadas á instrucção. Isto não é inteiramente exacto. O que nos parece é que tem havido pouco tino em ministrar a leitura ao povo, e fazer-lha gostar. As damas, essas quasi que não acham que ler, nos jornaes que actualmente se publicam. (...) É notório que hoje em dia, muitas das senhoras a quem não faltam os dotes naturaes, nem as prendas de uma educação esmerada, cultivam cuidadosamente a intelligencia, revelando muito talento, e dando aos livros as horas que d’antes eram todas do espelho e das modas. Já se vai emfim acreditando, que a verdadeira formosura e elegância, não consistem só no enfeitar o corpo, mas tambem em ornar o espirito. Tentaremos pois outra novidade. A *Semana* terá uma parte dedicada ás damas – não somente para admittir artigos seus – mas para tractar assumptos que lhes digam respeito. Affirmamos-lhes *in fide Flora*, que havemos de tirar d’aqui argumento para envergonhar os seus detractores. (*A Semana*, 1851, n. 1, p. 2)

E, de fato, esse é um aspecto pioneiro dentre as revistas desse escopo, revelando também uma concepção peculiar acerca das leituras que se deveriam destinar às mulheres. Sem dúvida, é uma característica que ressalta na publicação. Diferente das temáticas comumente dirigidas a elas, relativas exclusivamente à moda e beleza, o editor propõe uma nova abordagem – todavia, o que se efetivará será um pouco diferente do que se propunha.

Um artigo de Mendes Leal intitulado “Às Damas”, logo na primeira edição (pp. 8-10), é muito elucidativo da abordagem das seções dedicadas às interlocutoras, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo. Quanto a esse último aspecto, o cerne do texto é a sensibilização das mulheres para que participem mais ativamente da vida literária e, conseqüentemente, inteirem-se também do que é dado nos periódicos. Metaforiza o impresso periódico como uma janela para o mundo, por meio de onde se pode conhece-lo e àquilo que é produzido. Citando sem referenciar, com buscas a definir sua função, afirma “que o fim dos jornaes é desbravar o caminho das letras ás pessoas que não tem tempo de estuda-las” (*A Semana*, 1851, n. 1, p. 8), e complementa que não se restringiria às letras, mas também à ciência, às artes, à vida.

Nota-se um esforço dialógico do autor, a fim de estabelecer uma interlocução e de convencê-las (e, indiretamente, aos homens que também o leem) de que suas capacidades intelectuais não são inferiores. A culpa de não lerem bem, quando isso acontece, seria o fato de não lhas terem proporcionado isso. *A Semana* propor-se-ia a tal missão, e nesse

ponto confundem-se forma e conteúdo. Pretendia dar conta das necessidades do espírito sem prescindir da beleza, das preocupações do toucador. Conciliar beleza, harmonia e intelectualidade – não é à toa que Mendes Leal começa sua abordagem dirigindo-se às “formosas, às pouco formosas e mesmo às anti-formosas”.

Esse artigo inaugural da seção destinada às mulheres tem mesmo ares de um curso introdutório, em que se indicam livros e se fazem prescrições. Em uma das indicações bibliográficas, *Journées Amusantes e Cent Nouvelles*, salienta-se o aspecto acima referido: “Nesta graciosa licção poderiam ver as damas que a bellesa e a graça não são incompatíveis com a colaboração de um jornal, achando, ao mesmo passo, auctoridades que lhes justificariam e enobreceriam as tentativas” (*Idem*, p. 10). A assertiva serve também para encorajar a colaboração feminina, que se pretende ser marca das seções. A preocupação com a representatividade é algo notável, na medida em que não se pretende apenas escrever para mulheres, mas que haja escritos **pelos** mulheres.

A primeira colaboração feminina é publicada na quarta edição deste volume, um indício de que os clamores foram ouvidos e que começava efetivamente a se estabelecer uma interlocução com as leitoras. Assinado anonimamente por R.S., a autora atende ao chamamento do impresso à participação das mulheres como autoras, contribuindo com um artigo sobre um “congresso legislativo de moda”, que terá continuações em números próximos, numa seção intitulada “Moda”, em que se verificará contribuições de outras mulheres, como B.***. Conforme mencionamos, a pretensão de abordar temáticas do “espírito” não anulavam as mundanas, identificadas ao universo feminino. A mesma seção receberá colaboração de uma leitura que assina Caroline, numa carta em francês destinada à Mademoiselle M****[sic] e ainda outras anônimas.

Há que se destacar o viés elitista de muitas dos artigos voltados ao público feminino, algumas delas publicadas em francês, bom como dos periódicos dos quais *A Semana* se torna correspondente¹⁵⁹. A última moda de Paris estava ao alcance de um grupo muito restrito de senhoras da alta sociedade, não tendo a mínima interlocução com as trabalhadoras como as rendeiras de Peniche, sobre as quais Latino Coelho desfia muitas linhas¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Dos parisienses *Journal des Demoiselles e Petit Courrier des Dames*, a fim de “proporcionar às damas portuguesas a leitura periódica de Paris que mais lhe pode interessar” (1851, p. 212)

¹⁶⁰ Cf. artigos intitulados “Rendeiras de Peniche”, *A Semana*, 1851, vol. II, p. 153; p. 165; p. 184; p. 204 (apenas algumas linhas, as seguintes 205 e 206 não estão digitalizadas)



Figura 17 – Gravura publicada para ilustrar o artigo de R.S. Logo após o texto, segue descrição dos trajes, apresentando-se os pormenores do que as mulheres ao piano estão vestindo. *A Semana* (1851, p. 47).

A colaboração feminina mais substancial foi mesmo na seção de moda, tendo sido a temática mais recorrente destinada diretamente a esse público, reproduzindo os interesses que eram vulgarmente atribuídos às mulheres. Contudo, houve sempre um esforço de atribuir maior amplitude temática. Encontram-se escassos artigos relativos à instrução, caridade e poesia voltados explicitamente a elas. Há seções de apreciação poética escritas diretamente para as interlocutoras, como é o caso do texto de António de Serpa (*A Semana*, 1851, pp. 107-108), e também contribuições femininas, destacando-se uma carta assinada por Sthephania Fraissiney, de Paris, em resposta ao desafio que teria sido lançado por M. Praudel a todos os homens de letras, improvisadores de letras. Stephania reivindica a participação no desafio literário proposto, apesar de seu sexo ter sido excluído do chamamento. Segundo ela, vinha merecendo aplausos nas salas de Paris e gostaria de colocar sua habilidade sob os auspícios da audiência pública (*A Semana*, 1851, p. 193).

Vale mencionar também uma longa publicação veiculada no número 34, que consiste em um conto escrito por pena feminina (“A flor milagrosa”), acompanhado de carta da autora e de uma entusiasmada resenha de Latino Coelho como introdução. Afinal, dez meses após o chamado à colaboração feminina, eis que era recebida a primeira produção literária. Festeja o poeta:

Jubilosos pelo cumprimento de um dos nossos mais fervorosos desejos litterarios, tomados de sincera emoção por vermos escutados os nossos ardentissimos votos de emancipação intellectual das senhoras, não sabemos como saudar, condignamente, o aparecimento da mimosa composição com que uma das mais instruidas e espirituosas dadas de Lisboa, vem hoje enriquecer as paginas da Semana (*A Semana*, 1851, n. 34, p. 373).

Coelho celebra a entrada de uma mulher nos salões e sua incorporação ao parlamento literário, até então masculino, com conotação de dever cumprido. O júbilo demonstrado pelo poeta ficará restrito a essa publicação, única contribuição feminina de caráter literário.

Como as outras, essa também só traz as iniciais do seu nome, S. P.***, e ficamos a desejar saber mais sobre aquela que ousou partilhar espaço com literatos novos e consagrados, todos homens. Todas as autoras e colaboradoras são de difícil identificação, dado assinarem sempre com iniciais ou apenas com o primeiro nome, no caso de Caroline.

As seções nas quais se dirige diretamente às “damas” ou às “senhoras” são uma forma de proporcionar identificação por parte do público feminino, incentivando não só a leitura mas também a escrita. A pretensão, contudo, era que todo o jornal despertasse seu

interesse, mesmo as não específicas, mesmo porque estas não eram tão frequentes nem regulares.

Não havia como principiar essa análise sem discorrer sobre a questão das leitoras, inerente ao projeto da revista e parte fundante da sua identidade como periódico. Contudo, não podemos escusar um exame de outros aspectos do impresso.

Já no prospecto, e novamente na introdução, Silva Túlio apresenta de forma muito clara e objetiva a nova proposta, organizada em dezoito seções. Na realidade, o que chama de seções são eixos temáticos que orientam a organização dos artigos na revista, contudo não se conseguiu cumprir com tão extenso programa. Dado terem sido apresentadas nominalmente, expressando que desde o princípio existia uma clareza pormenorizada do projeto, optamos por reproduzir tais sessões a seguir, comentando em pormenores quando assim julgarmos necessário.

- Literatura: apontada como a temática central da revista. Desdobra-se na publicação de romances em fascículos e de poesias. Destaca-se o convívio de gerações, em que se verifica a estreia literária dos então jovens Camilo Castelo Branco no primeiro volume e de Bulhão Pato no segundo e a constante ovação daqueles que se considera como o tripé do romantismo, Garret, Castilho e Herculano. Além de colaboradores eles mesmos (Garret apenas com textos muito pontuais), publicam-se elogios e *fac-similes* de obras;

- Crítica literária: além de resenhas de obras, a ortografia também será assunto da seção, trazendo à tona um elemento caro a Silva Túlio, que será retomado de outra forma no *Archivo Pittoresco*;

- Instrução Pública: basicamente para apontar sugestões e reivindicar aquilo que se considera necessário ao seu desenvolvimento. A sessão inaugura-se no quinto número deste volume, aquando da reconsideração pelo governo da proposta de reforma do ensino público. O artigo de inauguração é assinado por Castilho¹⁶¹, como forma de denunciar o que o redator considerava como “grande ato de anarquia” relativamente às primeiras letras, o julgamento desfavorável da Academia de Ciências acerca do seu método¹⁶². Outros artigos em tom de defesa ou de divulgação do *Método Português de leitura* constarão da seção, bem como discussões acerca da “infância desvalida”, asilos de apoio e beneficência. Todavia, a grande tônica será a de servir como vitrine ao método de Castilho;

¹⁶¹ 1851, vol. II, n. 5, pp. 53 – 55.

¹⁶² Contenda já referida no capítulo 2.

- Indústria Nacional: encontram-se os melhoramentos materiais, entendidos também – e principalmente – como aqueles relativos à agricultura. É aqui que serão veiculados os estatutos da Associação Agrícola, depois de muitos artigos acerca da sua gestação;
- Epistolografia: com intuito bastante divulgador, abertamente voltado também às mulheres, a fim de apresentar ferramentas para a escrita de cartas e para a discussão do gênero. Assinado por Silva Túlio, trata-se de outro indício acerca da sua preocupação com aspectos relativos à normatização da língua;
- Arqueologia política: reprodução comentada de documentos históricos relativos à história portuguesa. Diferentemente das revistas anteriores, a história pátria apresenta-se de forma tangencial, por meio da divulgação desses documentos e das “Recordações históricas”;
- Recordações históricas: espaço destinado a datas comemorativas de grandes eventos da história portuguesa, a pretexto das quais se discorre sobre acontecimentos ou personalidades, vai se tornando raro ao longo do ano;
- Pacote literário: tinha a finalidade de reproduzir notícias literárias e científicas de jornais estrangeiros, à semelhança do que faziam os jornais políticos. Configurar-se-á como uma sessão mais recorrente;
- Florilégio: pretendia-se dedicado à compilação de publicações literárias consideradas merecedoras de distinção, contudo é quase inexistente. A única publicação que leva esse título aparece já no final do volume, com a publicação comentada de um trecho de *Felicidade pela Agricultura*¹⁶³, de Castilho, por Lopes de Mendonça;
- Álbum: com viés satírico, a fim de registrar “tolices” de outros periódicos, aparece de forma esporádica no último trimestre de publicação;
- Teatros e Assembleias: onde se noticiam os espetáculos e outros eventos sociais;
- Crônica: à semelhança da que era dada na *Época* e no *Farol*. Colaborada por diversos redatores, sendo os mais recorrentes Latino Coelho e o diretor Silva Túlio, que também aqui assume um pseudônimo nobiliárquico, como o havia feito na *Época*. Agora, deixa lugar o *Barão de Alfenim* para assumir o *Visconde de A****, assim mesmo, com os asteriscos, como forma de fazer um alônimo do pseudônimo;
- Modas: já referida, com notável colaboração feminina, embora de forma anônima.
- Noticiário: destaque para as notícias culturais e literárias.

As seções “Bibliografia” e “Correio” não carecem de explicações.

¹⁶³ Trata-se do trecho em que versa sobre o papel das mulheres.

Apesar de assim anunciadas, não se tratam exatamente de seções regulares. Algumas aparecem ocasionalmente, assim como há artigos que não se enquadram especificamente em nenhuma dessas seções. É o caso de alguns inventos noticiados, bem como das notícias acerca da Exposição Universal de Londres ou dos tipos sociais¹⁶⁴, publicação de cunho caricato. Há, ainda, duas seções que foram anunciadas, mas nunca se efetivaram, “Belas Artes” e “Genealogia e armaria”, onde se encontrariam as origens de brasões e nobiliarquias, mas que não chega a ser publicada.

Há que se destacar a recepção do prospecto na rede de intelectuais. Antes mesmo de a revista encetar a publicação do segundo volume, a nova proposta foi bem acolhida, tendo recebido louros da tríade da tradição romântica, Castilho, Herculano e até mesmo Garret, que costumava figurar um pouco fora do círculo relacional. Herculano descreve a folha como liberal: “liberal como eu entendo o vocábulo, isto é, patente para todas as opiniões, para todas as crenças litterarias e scientificas, sem outra restrição que não seja o respeito à moral, porque a moral é a manifestação de Deus” (*A Semana*, 1851, n. 1, p. 4), diagnosticando que as intenções da revista denotam uma capacidade de corroborar ao tão desejado progresso intelectual. Tal empreitada mereceu a oferta de colaboração espontânea por parte do escritor.

A carta de Castilho, também publicada na primeira edição do segundo volume, tem ares muito distintos da de Herculano. Enquanto este dedicou-se a louvar a iniciativa de Silva Túlio, a utilidade e a ousadia da proposta, aquele aproveitou o espaço que lhe fora destinado para afirmar-se como educador e louvar sua própria produção (do método de leitura) e destilar sua indignação com a indiferença da Academia Real de Ciências em relação à sua publicação. Não deixa de declarar que recebia com gosto o convite de Túlio para colaborar na revista, afirmando seu apreço pelo projeto, mas não é este o foco do seu texto. Aliás, em sua perspectiva um dos maiores méritos do periódico estaria em complementar o trabalho que Castilho vinha fazendo, ampliando-o por meio da difusão do conhecimento. Contudo, apesar de bradar que o poeta havia sucumbido diante do educador, segue ao seu texto uma tradução sua dos *Fastos* de Ovídio, ainda inédita. Além de colaborador assíduo, Castilho ocupará, conforme se declara nas páginas do periódico, o lugar de conselheiro do redator, revelando também a aproximação cada vez mais latente entre o poeta e Silva Túlio. Ao que

¹⁶⁴ “Poeta de Álbuns”, p. 197-198, sem assinatura; “O pretendente”, pp. 429-433 e 441-444, por Latino Coelho; “O Matemático”, 461-463, por J. Horta; “O Poeta”, por António de Serpa e “os Filarmônicos”, pp. 497-501, por Lopes de Mendonça.

parece, este vai tomando também o lugar de correspondente pessoal de Castilho e de sua empreitada.

A incorporação da mulher como parte do projeto educativo da regeneração intelectual não pretendia revolucionar seu lugar na sociedade, nem mesmo equipará-lo ao ocupado pelos homens – tem ares mais de reforma que de revolução. Cristianismo e moral não são prescindidos pelo projeto liberal de regeneração intelectual, ao contrário, são evocados como trilhos, e por eles caminham a ordem social. Assim é que se reconhece pragmaticamente a importância de incorporar a figura feminina como parte dele, para desempenhar o papel a que teria sido designada por Deus, mãe e esposa, mas entendido aqui numa perspectiva educadora. E, para tal, era preciso que se educasse ela também, para que tivesse ferramentas para exercer o papel primeiro de educadora, corroborando àquele que seria desenvolvido pela escola e pelos periódicos ecléticos. Como lembra Silva Túlio em artigo dedicado às mulheres, sobretudo àquelas que protestavam contra um suposto “cativeiro social” que lhes seria imposto, ele esclarece e sentencia: “(...) espraiamo-nos em demonstrar as regalias e imunidades civis que as senhoras tinham pelas leis portuguesas, as quaes lhes seriam cassadas se ellas quizessem gosar dos direitos politicos que teem os homens (...)” (*A Semana*, 1851, n. 40, p. 430). Complementamos com dizeres de Castilho (no livro que Silva Túlio defende ao proferir as palavras acima), reproduzidos também na seção feminina da revista: “(...) não pretendemos desaprovar a subordinação das mulheres a seus maridos nos termos em que a prescrevem os nossos livros sagrados: só não queremos que esta dependencia se converta em escravidão (...)” (*Felicidade pela Agricultura*, *apud A Semana*, 1851, p. 551).

É possível perceber, por meio das correspondências (para o diretor, entre leitores, e mesmo entre colaboradores), artigos-resposta e publicações dialogadas, que *A Semana*, apesar da curta duração, constituiu um animado microcosmos de sociabilidade, por onde se entrecruzavam perspectivas, olhares, projetos e embates. Tal entusiasmo é ainda acrescido da incorporação do então “sexo frágil”, ou “sexo belo”, compondo uma paisagem intelectual mais múltipla. Apesar das pretensões iniciais, não nos parece, contudo, que tenham alcançado um rol de leitores socialmente alargado, nem entre o público masculino nem entre o feminino. Tudo quanto se remeta à noção de “popular” está relacionado ou às ações de caridade articuladas pelas mulheres em prol dos asilos da infância desvalida, ou à produção e atuação de Castilho como educador. As temáticas eruditas e a literacia mais rebuscada não foram permeadas pelos esforços de popularização, como se verifica na *Revista Universal* e mais ainda na *Época*, *Farol* ou na *Revista Popular*, tendo em conta o

que os próprios periódicos anunciavam como “popular”. Ou, aqui, não se dicotomiza as culturas erudita e popular, ao gosto do que defendia Castilho, acreditando-se partilhar uma linguagem comum, ou o que se constitui é um salão em forma de impresso, que é o que mais nos parece.

3.2. Uma imprensa periódica pela regeneração intelectual

Retomar as glórias do passado, entendendo que lá ficaram, sendo necessário trocar a espada pela pena a fim de promover a “regeneração intelectual”. Esse seria o novo destino do fausto português. E a promoção do amor à “pátria”, à “língua materna” e à “moral cristã” estava subjacente ao sistema universalista herdado de Pinheiro Ferreira. E a articulação entre tal sistema, o tripé supracitado e as formas discursivas e materiais das revistas ecléticas seriam a fórmula na qual os intelectuais românticos depositaram parte dos seus esforços.

A pretensão da “regeneração intelectual” vinha a reboque do movimento mais amplo da Regeneração, sobre o qual discorremos no primeiro capítulo, no qual a busca pelo progresso tecnológico era insistentemente perseguida. Geralmente referido como movimento político, chamamos atenção para os seus desdobramentos culturais, indicando a indissociabilidade entre os dois âmbitos. Parece-nos que a versão intelectual se refletia na perseguição dos *conhecimentos úteis*, dentre os quais pode-se encontrar diversos assuntos, contudo privilegiando-se o desenvolvimento material. Isto porque está em causa um sujeito que precisa ser regenerado, e ele figura entre as camadas com menos escolaridade e também menos acesso aos conhecimentos e melhoramentos produzidos pela humanidade – aqueles que são, genericamente, referidos como “povo”. Esta regeneração do povo seria crucial para a Regeneração da nação. Isto porque o acesso a esse tipo de conhecimento – e aplicação do mesmo – seria fundamental ao desenvolvimento material dos sujeitos e do país. Era, portanto, essencial à promoção do amor à pátria.

O entendimento acerca do quê consistiam os *conhecimento úteis* não era, contudo, tão explícito ou estável. Já vimos que, na *Revista Universal*, essa concepção alterou-se ao longo do tempo¹⁶⁵. Todavia, consideramos que é essa mesma revista que acaba por fazer um esforço mais sistemático de definição, dado que a associação que o institucionalizou – e que criou o *Panorama* - acaba por não o fazer. Ao procurar listar os conteúdos que o leitor poderia encontrar na seção assim identificada a partir do terceiro volume, Castilho

¹⁶⁵ Item 3.1.3 desse capítulo.

acaba por incorporar à definição, além dos aspectos relacionados ao desenvolvimento material (vinculados à agricultura, indústria e comércio), outras áreas do conhecimento:

A Primeira Parte, sob o título de *Conhecimentos Úteis* encerrará como até agora, breve mas claramente expostos, todos os inventos ou melhoramentos recentes, que n'esta ou n'outras terras do Mundo forem aparecendo. A *Agricultura* e a *Industria* recentes serão sempre as preferidas; mas com ellas irão a *Medicina*, a *Cirurgia*, a *Mathematica*, todos os varios ramos das *Sciencias Naturaes*, a *Philosophia* politica, moral e religiosa, as *Bellas-Artes* etc (RUL, 1843, vol. II. Série IV, p. 577, grifos do autor).

Aqui fica claro – e também o será na leitura das revistas – que o desenvolvimento material veiculado à indústria e a agricultura, por sua vez proporcionado pelo desenvolvimento da ciência, é o alicerce do que se chamava de *conhecimentos úteis*. Esses aspectos físicos constituem o *sistema do mundo* explicado por Pinheiro Ferreira. E, como em seu sistema filosófico, onde ao lado deles está o elemento moral - entendido pelo filósofo como pressuposto para o exercício da cidadania¹⁶⁶ - também a moral por várias vezes figura entre os ditos conhecimentos. Com exceção da *Revista Popular*, em todas as outras revistas analisadas essa noção de *conhecimentos úteis* incorpora os aspectos filosófico-religiosos da moral, por vezes veiculados sob essa roupagem, por vezes de forma independente.

Estando ou não vinculados à essa noção, é fato que a moral cristã é guia, fundamento e direção. Alexandre Herculano a considera como manifestação de Deus (*A Semana*, 1851). Rebelo da Silva proclama a necessidade de seguir nas leis de Deus, que não seriam incompatíveis com o progresso, muito antes seriam aquilo que o impulsiona: “Se o Evangelho não fosse a religião ensinada pelo filho de Deus, a sabedoria das suas doutrinas tornava-o digno de ser a lei do mundo civilizado? Todas as liberdades acham nelle a sua força; todo o progresso social é filho das suas promessas” (Rebelo da Silva *in A Época*, 1848, n. 47, p. 310). Silva Túlio proclama na introdução do segundo volume de *A Semana* a adesão aos “dogmas do cristianismo” e aos “preceitos da moral” (1851, n. 1, p. 2). E assim poderíamos seguir reproduzindo inúmeros trechos extraídos das revistas, contudo não é nosso objetivo fazer um compêndio sobre o assunto. A maneira como esse aspecto será abordado no *Archivo Pittoresco* é peculiar, e a ele retornaremos no capítulo seguinte.

¹⁶⁶ Essa combinação coaduna com a reivindicação liberal de se passar da condição de súdito para a de cidadão.

O referido amor à pátria, para o qual contribuiria a veiculação dos *conhecimentos úteis* e, de forma transversal, da moral cristã, não poderia prescindir da História nacional. Reprodução de documentos, textos sobre eventos e datas comemorativas, biografias de figuras históricas são também encontrados nos periódicos na expectativa de publicizar as glórias do passado com o intuito, contando, não de se quedar no pretérito, mas de servir como motor para o futuro.

A língua materna, terceiro elemento do tripé que indicamos, está presente na gênese dessas publicações periódicas. A literatura nacional que emerge com o romantismo é o motivo primeiro da mobilização dos intelectuais, é elemento aglutinador em torno do qual se configura a rede de sociabilidade e tema frequente em todas as revistas “literárias”, como eram referidas à época. Dar a conhecer a literatura portuguesa que se fortalecia era o princípio fundante da ideia de “dar a ler”, além de primeiro passo para a normatização da gramática – e posterior divulgação -, além de constituir elemento identitário para a afirmação nacional. Ainda era cedo para se divulgar a norma – ela ainda não era consensual, e os debates acerca da problemática mal começavam. Será Castilho um dos que primeiro colocará o tema em foco, ao defender a ortofonia no seu método de ensino de leitura e escrita. Também no *Archivo Pittoresco* será possível perceber a maturação das questões acerca da norma, em sessão de Silva Túlio dedicada exclusivamente à popularização daquela que considerava a escrita correta.

Na análise das sete revistas referidas ao longo do capítulo notamos algumas tendências que permitem aglutiná-las segundo a maturação do projeto de “regeneração intelectual” que, apesar de verificar-se desde a década de 1830, amadurece ao longo do tempo, possibilitando que essa concepção ganhasse novos contornos nas décadas de 1850 e 1860. *O Panorama* e a *Revista Universal* foram as pioneiras na proposta de popularização do conhecimento. Assentaram-se mais fortemente nos *conhecimentos úteis*, em um esforço de defini-los. Preocupavam-se em contribuir para a tradição literária romântica e constituíram-se em projetos mais extensos e complexos, que deram espaço a tentativas mais diversas de popularização por meio da distribuição e também com alguma vinculação com o Brasil. *A Época*, *O Farol* e a *Revista Popular*, todas nascidas em 1848, seguiram uma linha editorial que radicalizou o caráter popular, com textos curtíssimos e linguagem bastante direta, numa proposta simples que parecia ter no ensimesmamento uma aposta. A limitação de recursos pode explicar a inexistência de qualquer vínculo transatlântico, mas a introspecção pode ser, simplesmente, devida a uma tentativa de assegurar seu objetivo central, popularizar o conhecimento dentre os portugueses, sem grandes voos. *A Semana*

procura retomar a proposta das duas primeiras e indicar o caminho editorial que será marca do *Archivo Pittoresco*, inaugurada quase sete anos depois. Apresenta um projeto mais claro e de certa forma audaz, retomando o intercâmbio intelectual com o Brasil. Não temos notícia acerca da distribuição no além-mar, mas a contribuição do poeta maranhense Gonçalves Dias sela o trânsito intelectual.

Notamos, assim, que o programa das revistas ecléticas não é uniforme, podendo distinguir-se três tendências: I) mais intelectual e clássica; II) mais informativo e recreativo, para o povo; III) mais modernizante, sem perder o veio recreativo. Todas elas, contudo, alimentam o binômio Portugal-Brasil, mesmo que indiretamente.

O universalismo das revistas ecléticas é também totalizante, revelando a crença dos intelectuais da rede de sociabilidade romântica na amplitude de seu papel e na abrangência do seu lugar na sociedade. “É a imprensa a grande altura, que senhorêa o mundo moderno. Se um dilúvio o afogasse, a arca de salvação assentaria em pêso sobre seu cume” (RUL, 1843, n. 1, p. 1). É comparada a “Braços de novos Titões”, “montanha singular, indestrutível e inconquistável, viva, rumorosa e ecoante” (*Idem*). Nenhuma delas, contudo, resolve o paradoxo implícito a revistas de divulgação do conhecimento que se propõe “populares”: como alcançar os que não leem ou os principiantes, que eram a maioria da população? Acreditamos que o *Archivo Pittoresco* chegará mais perto de efetivar essa utopia, e ressignificará o intercâmbio cultural com o Brasil de forma mais pragmática e efetiva.

O *Archivo Pittoresco*: da Prática Cultural à Cultura Escolar

Chegar entre nós aos oito annos uma publicação ilustrada de gravuras, já se póde chamar a oitava maravilha do mundo portuguez! Instituido e custeado por uma poderosa sociedade, o ‘genuino’ *Panorama* enfermou antes d’essa idade. E nenhum jornal com estampas arribou ainda a tal duração.

(*Archivo Pittoresco*, 1865, vol. VIII, n. 1, p. 2)

Tabela 8 - Ficha *Archivo Pittoresco*

Local e período de publicação	Lisboa, 1857 - 1868
Periodicidade; nºs e/ ou volumes publicados	Semanal, 11 volumes com 52 números cada um.
Responsáveis pela publicação	Editores proprietários: Castro, Irmão e Cia. Diretores: José de Torres na primeira fase; António da Silva Túlio na segunda fase; Inácio de Vilhena Barbosa na terceira fase (desde 1864 havia assumido ao lado de Silva Túlio).
Formato	30 cm, 8 páginas divididas em 2 colunas.
Ilustrado	Sim
Preço	Assinatura anual: 2000 réis para Lisboa e Porto, 2\$200 réis para outras províncias portuguesas; assinatura mensal 200 réis e número avulso 50 réis.
Observações	Subsidiado pela sociedade <i>Madrépora</i> do Rio de Janeiro entre 1860 e 1865. Teve como principais colaboradores, além dos diretores: J. Felix Nogueira, C. J. Caldeira, A. P. Lopes de Mendonça, Rebello da Silva, Luiz Filipe Leite, Nogueira da Silva, Brito Aranha, J. Simões Ferreira, Rodrigo Paganino, A. Osório de Vasconcelos, António Feliciano de Castilho, Mendes Leal Junior, M. Pinheiro Chagas a partir de 1863, Inocêncio Francisco da Silva na última fase, e os brasileiros Fagundes Varela, Martim Francisco Ribeiro de Andrade João Elisario de Carvalho Monte-Negro.

Rev.

1387



M.

ARCHIVO PITTORESCO

SEMANARIO ILLUSTRADO

EDITORES PROPRIETARIOS, CASTRO, IRMÃO & C.^a

Assinatura, anno 2000 réis — Por que 300 réis — no porto avulso 60 réis. — Para as provincias remetido pelo correio, anno 2000 réis.
Subscritores no Escripção, Rua da Boa vista, 4 B. — Vendem-se avulso nas principaes livrarias.

4.^o ANNO — JULHO 1 — 1857.

BRAZIL.



Vista da estrada do porto de Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO.

Uma empresa, por ventura habilitada com os melhores meios que a arte fornece em Portugal, começa hoje a publicação do semanario *Archivo Pittoresco*.

D'esses meios e da sua habilitação cerra aqui tudo quanto empresas semelhantes costumam dizer; e para nem enganar o publico, sem exaggerar o proprio merecimento, contenta-se com apresentar a sua obra, e as suas vocações, á decisão do juizo illustrado dos leitores.

Poucas palavras explicam a missão do *Archivo*, mas essas não consente a obrigação solenne, que a empresa vai contrahir, que se cabem, para que ninguém se julgue com direito de exigir ou esperar d'elle, mais do que ella promete.

Lado pedir á plasticz a illustração das suas pagi-

Tomo 1 — Julho 1 — 1857.

nas, o *Archivo* procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo á palavra, e abrir campo em que as vistas curiosas espireçam, sobre as creações da arte, da natureza, ou da phantasia.

Jornal portuguez, e para portuguezes, o fim principal que se propõe é ser util ou agradável a ambos os hemispheros, em que se falla a bella lingua que immortalizou Camões.

Para o conseguir, ha de ir á natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas proceções, e do seu irmão o Brazil, copiar os quadros que são dignos de contemplação, e que extasiam os sentidos com a sua magestade.

A cada monumento perguntará a sua historia, a cada geração os seus costumes, a cada seculo a sua civilisação.

Fenna e buril dar-se-hão mãos n'este committimento patriotico.

Figura 18 - Primeira página da edição de abertura do *Archivo Pittoresco*, 1857. Note-se que inicia com uma paisagem brasileira, descrita no artigo que se segue à introdução, sem assinatura. O autor remete-se à descrição feita por Varnhagen no recém-publicado *História Geral do Brasil*.

O *Archivo Pittoresco*, que circulou quase ininterruptamente por onze anos (1857 – 1868), aproxima-se das outras revistas ecléticas pela tradição, herança reivindicada pelo próprio periódico em relação a *O Panorama*, mas diferencia-se delas sobretudo por conta da peculiaridade na distribuição e do alcance na escola primária. E é justamente esse ponto que nos faz identificá-lo como um periódico de caráter educativo. Seria pertinente, então, categorizá-lo como um impresso de educação e ensino?

Essa é uma das principais reflexões que pretendemos fomentar nesse capítulo, para a qual não poderíamos prescindir de mencionar o monumental repertório analítico sobre a imprensa de educação e ensino organizado por António Nóvoa. A seleção dos periódicos para compor o repertório atendeu a um critério de conteúdo, a saber, “jornais e revistas que reservaram pelo menos 25% do seu espaço para o tratamento explícito de questões educativas, escolares ou pedagógicas” (Nóvoa, 1993, p. XVI). Dessa forma, o *Archivo Pittoresco* não consta, por não atender aos critérios estabelecidos, bem como a maioria das revistas por nós identificadas como ecléticas. Aliás, uma delas é contemplada pelo compêndio, a *Revista Universal*, referida como sendo de “interesse para o estudo das práticas inscritas numa certa noção de ‘educação popular’, patente nos objetivos de vulgarização que perfilha (...)” (*Idem*, p. 828).

Nóvoa e Bandeira (2005) organizaram ainda, posteriormente, um *Catálogo da imprensa de educação e ensino*, que se propunha a ser mais abrangente do que o *Repertório*, ampliando o critério de seleção de fontes para o que chamam de “critério de contexto”. Dessa forma, seriam contempladas publicações periódicas que, mesmo não versando diretamente sobre questões pedagógicas – ou ao menos não no percentual que as habilitaria a fazer parte do conjunto anterior - fossem produto de instituições ou grupos associados ao ensino, representando seus objetivos. Dentre os grupos destacados, está mencionada a imprensa de divulgação de conhecimentos ou de educação popular, como eles mesmos referem. Ainda assim, o *Archivo Pittoresco* não consta também nessa seleção.

Por que, então, reivindicamos ao *Archivo* o caráter educativo? Diferentemente do *Repertório* organizado por Nóvoa, nosso critério é o da circulação, e não estritamente o do conteúdo – ainda que ele seja constitutivo do caráter educativo da revista, como discutiremos adiante, mas de forma diferente da que foi apresentada nesse compêndio sobre a imprensa de educação e ensino. Circulação e representação imbricam-se, na medida em que se produz leituras representativas do que os intelectuais da rede consideram útil e necessário para educar o povo. No que diz respeito ao catálogo, ponderamos que a revista atenderia aos critérios, sobretudo se tivermos em conta a imprensa de divulgação de

conhecimentos. Possivelmente nossa perspectiva teórico-metodológica, derivada da história cultural, com foco na história da leitura, nos tenha possibilitado encontrar no *Archivo Pittoresco* alguns elementos que podem, até então, ter passado despercebidos. Pretendemos, assim, colaborar para a ampliação desse repositório, com uma análise qualitativa dessa revista que nos propusemos a examinar em lupa.

4.1. Um arquivo eclético para educar

A noção de “arquivo” como uma carta de apresentação é constitutiva da identidade da revista, e representa de maneira ímpar a articulação entre os três domínios do sistema filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira – Teoria do discurso e da linguagem, Saber do Homem e Sistema mundo ou cosmogonia – a fim de construir uma enciclopédia de conhecimentos. Vale lembrar que retomamos o termo “eclético” do “ecletismo espiritualista”, corrente filosófica inspirada em Victor Cousin, que foi professor de filosofia da *Escola Normal de Paris*, com quem Pinheiro Ferreira travou conhecimento. Dermeval Saviani chama a atenção para o fato de que este sistema foi adotado como “filosofia oficial do Colégio Pedro II” (Saviani, 2007, p. 118). Conforme discutido no capítulo anterior, valemo-nos do termo “eclético” para caracterizar estas revistas que buscam uma conciliação entre liberalismo e tradição, em cujo bojo insere-se também a conciliação entre os regimes português e brasileiro. Não se confrontam as nações Portugal e Brasil, pelo contrário, são confundidas e sobrepostas. As revistas que referimos como “ecléticas” intentavam prevenir contra a revolução e, como tal, articulavam a reforma e a regeneração, tomando como modelo um Estado liberal com divisão de poderes e representantes eleitos sem, contudo, contestar a monarquia - o modelo referendado é o da monarquia constitucional. Para tanto, tomavam a instrução como móbil, em que o povo e a tradição deveriam ser considerados. O excerto abaixo é bastante representativo dessa concepção:

Se nas escholas se não encaminhar e dirigir a mocidade a esses campos elysios dos tempos modernos, onde tropeção e caem aquelles que os não sabem pisar firme, não será a geração futura a nossa vergonha, não nos infamará de grande culpa, não nos cobrirá de maldições? Atalhemos quanto antes este perigo, todos os que pudérmos e soubermos. Com este intuito, e os demais consignados no nosso primitivo plano, prosseguiremos n'este volume (*Archivo Pittoresco*, Tomo III, N. 1, 1860, prólogo).

Com vistas a efetivar o projeto enunciado, congregam-se a recolha de dados, quadros históricos, diversidade de povos, produções literárias e achados científico-

tecnológicos, aos quais somar-se-á uma espécie de cartilha de normatização da língua portuguesa e uma abrangente formação moral, reveladora do “saber do homem” presente no sistema de Pinheiro Ferreira. Um apanhado de assuntos organizado de forma aparentemente desconexa, sem ligação interna entre os artigos ou seções muito regulares – apesar de o haver no período em que está à frente Silva Túlio – pretende-se constituir como um arquivo que seja “chão” para um conhecimento seguro, que fomente, inclusive, os professores, evitando que forneçam aos alunos informações equivocadas ou mesmo que não as tenham para fornecer. Nesse sentido, os conteúdos nos importam, não por se referirem diretamente à discussão sobre educação, mas por se propor a que fomentem o processo educativo por meio da constituição de um arquivo eclético e enciclopédico que, ademais, proporcionasse a educação moral.

Apesar de ser bastante referida quando se aborda a produção cultural do século XIX português¹⁶⁷, geralmente como impresso icônico do periodismo ilustrado, as análises sistemáticas sobre a revista são bastante escassas. O livro de António Manuel Ribeiro, “O Museu de imagens na imprensa do romantismo”, é um dos poucos que toma o periódico como objeto. Sistematiza informações sobre os colaboradores, materialidade, características, apresentando a ideia de que

O *Archivo Pittoresco* definiu os propósitos de divulgação cultural tendo em vista o fim último da instrução básica e popular, obedecendo ao programa iluminista e civilizador que é a matriz ideológica desta imprensa, facto provado à saciedade pelo carácter enciclopedista da sua temática (Ribeiro, 2014, p. 36).

Apesar de não desenvolver os argumentos dessa afirmação, dado ser a gravura o seu foco de atenção, foi para nós ponto de partida para mergulharmos justamente nessa vertente do periódico que, apesar de mencionado por Manuel Ribeiro, não foi desvelado.

A análise que pretendemos fazer é representativa, portanto não cobre integralmente todos os flancos da revista, todavia é abrangente e propõe-se a ser significativa a fim de comprovar que o *Archivo Pittoresco* está na base de uma dinâmica que congrega escolas formais e informais, atuando como enciclopédia de apoio aos professores, às famílias, aos alunos - daí o sentido de “arquivo”.

Na revista a noção de *conhecimentos úteis* é subsumida por um enciclopedismo mais apurado representado pela noção de arquivo, em que uma grande coleção de

¹⁶⁷ Catroga & Carvalho, 1994; Matos, 1998; Rafael & Santos, 2001; Saraiva, 1979; Tengarrinha, 2013; Almeida, 2020.

informações e assuntos vai sendo montada, dando-nos uma configuração mais dispersa dos assuntos.

Metodologicamente, a leitura sistemática da totalidade das revistas permitiu identificar algumas regularidades temáticas que insinuam categorias – apesar de que não é possível identificá-las de forma estanque, pois são transversais umas às outras. Procuraremos elucidá-las a seguir.

Os **quadros histórico-geográficos** constituem-se de textos em sua maioria ilustrados por gravuras, em que se encontram desde lugares, fatos e sujeitos considerados memoráveis na história de Portugal, quanto características das colônias, de países europeus tidos como referência de desenvolvimento, bem como da biodiversidade a eles relacionados, além de características culturais de povos diversos, tanto no que diz respeito à sua civilidade quanto à sua barbárie. Sua ocorrência é bastante frequente e perpassa toda a existência da revista, tornando-se mais amiudada após a assunção da direção por Inácio de Vilhena Barbosa (1811 – 1890), provavelmente devido à sua inclinação pela investigação histórica¹⁶⁸.

A ideia dos sujeitos memoráveis passa pelo que Fernando Catroga chama de “exemplaridade típica”. Nas suas palavras, “(...) visto não só como um ‘par’, isto é, como alguém que passou a fazer parte de uma ‘república’ de talentos e virtudes, mas também como uma personalidade cujos méritos não eram definidos por linhagens ou explicados através de uma carismação sobrenaturalmente legitimada (...)” (Catroga, 1990, p. 445). Seguindo essa premissa, na revista representam-se sujeitos capazes de atender aos valores sociais determinados e de mostrar-se merecedores da honra.

Nesses artigos revelam-se noções geográficas e do ecletismo humano, focado na evolução dos costumes. A presença de quadros de viagem, entendida a viagem como concretização da Geografia, compõe um roteiro do novo civilizado que serve de guia à burguesia liberal. Em suma, representam a ideia de que se chegou a um estágio de civilização. Para mencionar um exemplo singular, a então colônia inglesa da Oceania é

¹⁶⁸ Pesquisador de antiguidades e sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa desde 1863. O formato de seus textos, retratando figuras célebres, monumentos e lugares, sobretudo nacionais, segue o estilo daqueles que publicava no periódico *Universo Pittoresco* (1839 – 1844), do qual foi proprietário e redator. Publicou, sobre o assunto, *As cidades e villas da monarchia portuguesa, que têm brasão de armas* (1860-1862) e *Estudos históricos e archeologicos* (1874). Esteve entre os colaboradores de alguns dos periódicos ecléticos analisados no capítulo anterior, como *O Panorama* e *O Mosacio*. Foi também colaborador de impressos políticos, como *A União*, órgão do Partido Conservador, além de redator do *Diário do Governo* entre 1848 e 1850.

glorificada como parte do roteiro do novo civilizado, "quase que um novo imperio" de prosperidade, onde

(...) muitos dos estabelecimentos de que se honra a culta Europa, quasi não se pode enumerar algum que alli não haja; assim Sydney possui uma universidade, um bello observatorio, um jardim botanico, bibliothecas, museus, hospitaes, casas de banhos; amplos estabelecimentos para o commercio; instituições de credito, como são bancos, companhias de seguro, e outras de navegação e caminhos de ferro; soberbos estabelecimentos para a construcção de navios de vela e a vapor, finalmente tudo que só se esperaria encontrar n'um grande emporio de commercio (AP, 1858, n. 3, p. 21).



Figura 19 - Gravura que acompanha o artigo sobre a Oceania (1858, n. 03, p. 21)

O debate acerca dos estágios de civilização encontra-se, além de exemplificado em lugares determinados, também teorizados. Francisco Augusto Nogueira da Silva (1830-1868)¹⁶⁹ dedica-se a analisar alegoricamente um percurso civilizatório, procurando elucidar como um povo principiaria seu processo civilizacional. De forma genérica, sem

¹⁶⁹ Nogueira da Silva é nome recorrente no *Archivo Pittoresco*, tendo atuado como uma espécie de diretor artístico. Gravador destacado, desenvolveu uma técnica apurada que impulsionou a gravura em Portugal. Fascinado pelo estudo de "tipos nacionais", passando pelo bizarro, pelo grotesco e pelo cotidiano, procurava revelá-los em suas gravuras, muitas das vezes acompanhadas de textos moralizantes ou de crítica social.

nomear um determinado país, indica que faz parte desse percurso a sofisticação da percepção da utilidade cultural dos bens de consumo. Por exemplo, não são necessárias apenas roupas para cobrir do frio, mas uma diversificação das vestimentas; das casas exige-se conforto e elegância; já se ritualiza o reconhecimento aos homens célebres por meio de estátuas; desenvolveu-se a fundição, a tecelagem, a ourivesaria. Esta sociedade em processo inicial de civilidade seria povoada por "homens robustos e saudáveis, costumes rústicos e puros" (AP, 1858, n. 21, p. 162). Essa característica é devida ao "ardor guerreiro" que "vive intacto, porque os braços não tem repousado" (*Idem*). Sua intenção, ao traçar esse brevíssimo panorama civilizatório, é afirmar ter sido a arte a propulsora disso, dado "que o instinto do bello foi a sua causa primeira" (*Ibidem*). Essa percepção apresentada por Nogueira da Silva nos lembra da análise de Norbert Elias acerca do processo civilizador. O sociólogo aponta para uma espécie de adestramento ou condicionamento do comportamento humano que levaram a mudanças de percepção acerca da vergonha, medo, delicadeza, brutalidade, maturidade, beleza, enfim, costumes e maneiras de ser que se constituíram como padrões típicos dentre os homens ocidentais. Reproduzimos um excerto que nos parece bastante elucidativo da noção de civilização, que pode ser entendida como

a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos dizer até: a consciência nacional. (...) Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica e visão do mundo e muito mais (Elias, 1994, p. 23).

Essa perspectiva, que está diacronicamente representada nos textos que identificamos como *quadros histórico-geográficos*, é motivadora de toda a revista, revelando-se das mais diversas maneiras.

Os **progressos científicos** são também bastante representativos. Entendidos como parte do percurso civilizador, estiveram comumente associados aos *conhecimentos úteis*, conforme verifica-se nas revistas apresentadas no capítulo anterior. São eles que materializam o progresso, podendo representá-lo de forma concreta e objetiva. Inventos, máquinas, técnicas, avanços da medicina são alguns dos elementos apresentados, principalmente na primeira fase da revista, quando o deslumbre com tais aspectos é mais latente.



Lampada sub-marina, por Carlos Kohn. — Gravura de Coelho Junior.

Figura 20 - Gravura que acompanha artigo sobre as lamparinas submarinas de Carlos Kohn. AP, 1857, n. 15, p. 113.

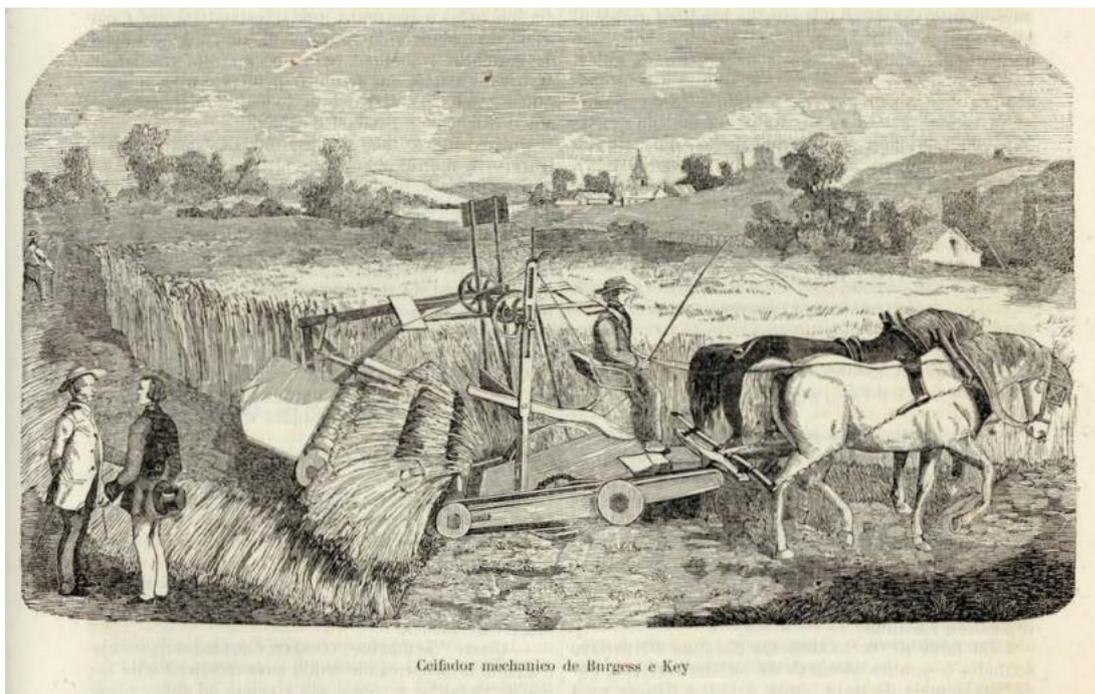


Figura 21 - Gravura de um ceifador mecânico que acompanha um artigo sobre a necessidade de investimento nesse tipo de máquina em Portugal, sobretudo por sua vocação agrícola. AP, 1860, n. 30, p. 237.

Um artigo traduzido do espanhol por Brito Aranha (1833 – 1914) é bastante elucidador dessa visão. Intitulado “As maravilhas da sciencia”, advoga que a evolução da humanidade é alinhada ao desenvolvimento da ciência. Para tanto, a partir de uma anedota sobre tal evolução, representa a batalha do homem contra a natureza, que ele só pode vencer por conta da sua capacidade de desenvolvimento técnico a partir da inteligência. Afinal, “se ficasse entregue exclusivamente às suas forças corporaes, o rei da natureza faria uma figura risível” (AP, 1858, n. 19, p. 150).

Em outra parte do artigo, exaltam-se as maravilhas da criação da imprensa por Guttemberg, capaz de imprimir um livro com rapidez, inserindo a própria capacidade de produção dos impressos como parte desse desenvolvimento técnico. Nesse ponto, no entanto, problematiza sua distribuição e alcance. Assim, afirma:

O papel, humido ainda, prensado sob os cylindros de madeira, sáe e entrega-se à expansão universal da imprensa, brilhante como um raio de luz. O livro! eis ahi a columna de fogo das gerações futuras. O livro, comtudo, é caro; não está ao alcance de todas as fortunas; é preciso que se faça mais pequeno, mais humilde, mais communicativo, mais prodigo. Longe de economisar-se, propagar-se-ha debaixo de uma fórmula acessivel, e levar-nos-ha ao periodico, ao bolletim, ao curso do espirito humano; o pensamento, que só chamava ás portas do rico, do erudito, do curioso, insinuar-se-ha até nas cabanas e nas officinas. Andando o

tempo, subirá mais alto os telhados. Com effeito, multiplicada pelo modico preço, a electricidade accelera-se, e um fio metallico une em quatro minutos Paris a Londres, tomando por interprete a rapidez (AP, 1858, n. 20, p. 159)

É assim que, numa meta-reflexão, apresenta a imprensa como parte desse desenvolvimento técnico, imbricando-se o suporte - o próprio impresso -, com o papel por ele representado – o do progresso técnico. Assim é que progresso, técnica e literatura aliam-se para dar corpo ao projeto de civilização da nação, em que tem espaço notável o “periódico-livro”, esse impresso que, procurando superar essa lacuna, situa-se entre o livro e jornal. Corroborando a essa ideia, assim enuncia Nogueira da Silva:

Promover e desenvolver a publicidade dos bons escriptos que, à correcção, fecundidade e belleza da linguagem, reunam utilidade e instrucção; dos escriptos que nos deleitam pelos encantos do estilo e alargam a esphera dos nossos conhecimentos pela erudição e sciencia, [e a melhor e mais proficua recommendação com que uma empreza litteraria pôde e deve apresentar-se ao publico. O jornal, que nasceu para levar o recreio e a instrucção ao albergue do pobre, creado para substituir o livro, que as classes menos favorecidas da fortuna não podem comprar, desnatura-se e trahe o principio que lhe deu ser, quando, em lugar de illustrar pela correcção de seus artigos e encyclopedia das doutrinas, monotonisa, esterilisa e corrompe, sujando papel, alumniando a lingua, estragando o gosto, compromettendo, muitas vezes, a moral, e illudindo a boa fé e os bons desejos do povo (AP, 1858, n. 20, p. 154).

Está posto o intento vulgarizador do conhecimento, a necessidade de se constituir um arquivo de conhecimentos para o povo, tanto pelo que a revista declara quanto pelas suas características editoriais e pelos interlocutores que pretende alcançar. O enciclopedismo dos conhecimentos, de caráter instrutivo, associa-se a ao pendor moralizante, de veio educativo.

A **Língua e Literatura** são parte integrante desse projeto, dado ser ele nascido no seio do movimento romântico. Aliás, como já elucidado no terceiro capítulo, o *Archivo* e as demais revistas aqui analisadas são parte do que comumente se chamou de imprensa literária, portanto é expectável que Língua e literatura se constituam como uma regularidade temática. Esses periódicos constituíram-se também como espaço para a publicação de romances e poemas tanto de escritores já consagrados, quanto dos iniciantes, constituindo-se como um grande salão literário impresso. Prosa, verso, crítica, indicações bibliográficas e teatro podem ser encontrados. A tradução de *Amores*, de Ovídio, por A. F. de Castilho inaugura as publicações literárias, logo na primeira edição (1857). O não mais estreante Camilo Castelo Branco também dá sua contribuição, com o conto *Como ela o amava!*

(1863), sendo recorrentes também os romances em fascículos, como *A menina de Val-de-Mil* de José da Silva Mendes Leal (1821 – 1915), publicado ao longo do quarto volume (1860).

Sobre o aspecto mais emblemático desse tema, a língua, deixaremos para abordá-lo mais adiante, em um tópico específico, dada a sua pretensão normativa até então inédita nas revistas e a relação dessa sistematização com a distribuição nas escolas.

A outra regularidade temática que merecerá atenção destacada adiante é a **moral cristã**. Por ora, limitar-nos-emos a explicitar que se trata de uma problemática estruturante desde o princípio da publicação da revista. Como já se verificou nos outros periódicos, ela é intrínseca ao pensamento dos intelectuais que compõe essa rede de sociabilidade, vinculando-se diretamente ao pendor educativo. A difusão da leitura precisava ser acompanhada de um regulador moralizante.

Antes, porém, vale destacar a tônica desse discurso moral nos primeiros anos da revista, refletida numa longa sequência de vinte e um artigos assinados por Brito Aranha¹⁷⁰, veiculados entre 1857 e 1858. Encampando um debate que já vinha se apresentando na *Revista Universal*, em *O Farol*, em *A Semana* e no manifesto ao Partido Liberal assinado por Alexandre Herculano, a educação feminina ganha aqui contornos que merecem ser referidos.

A pretexto da urgência em se investir na educação da mulher, em sua visão negligenciada pela sociedade, o escritor esclarece, contudo, que é necessário ter clareza sobre o caráter inato do “espírito” feminino. Algumas características indicadas por ele como naturais são a ternura e a debilidade. Tanto uma quanto a outra, enquanto não moldadas pela educação, são referidas como armas inconvenientes. Todavia, em educando seus instintos, modulando seu caráter, “percebereis em breve a harmonia, e obtereis talvez a sympathica reciprocidade de caracteres opostos. E a educação deve considerar-se como a seiva da arvore da intelligencia e da arvore da virtude. A educação é a vida” (AP, 1858, n. 23, p. 182).

É então que Brito Aranha traz à tona uma questão já discutida no terceiro capítulo, a distinção entre educação e instrução. No entendimento de Aranha,

a educação é de mais importancia do que a instrucção. A primeira dirige-se principalmente ao coração; a segunda à intelligencia. Eduquemos as mulheres, e instruemol-as depois, se ficar tempo. E dizemos isto, porque a mulher precisa de

¹⁷⁰ Cf. na categoria “Educação” do Anexo 1.

educação especial nos diversos estados da vida. (...) educar um homem, é formar um individuo que não deixa nada atrás de si; educar uma mulher, é formar as gerações vindouras" (*Idem*).

Apresenta um claro discernimento, fundamental para dar corpo ao seu argumento, a saber, ensiná-las os atributos morais essenciais que delas se esperam, como a tranquilidade, a obediência, a humildade, a modéstia, a caridade, a paciência e o altruísmo. Um processo educativo pautado na instrução produziria o oposto disso. Assim, arremata: "se educar é preparar convenientemente para a vida ulterior, prepare-se a menina para ser mulher, e não para ser homem; cultivem-se ao mesmo tempo o seu coração e o seu espirito" (*Idem*, p. 183). Seria preciso educar a alma, moldando-se os atributos indesejáveis e potencializando aqueles referidos como positivos. Desta forma o autor apresenta de forma muito explícita os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, vinculando a eles o tipo de educação que deveria ser destinada a cada um. Tal argumento, aqui aventado, será retomado de forma didática – e não mais reflexiva - nas leituras para as mulheres que passam a ser veiculadas na segunda fase da revista, e à qual nos dedicaremos no final deste capítulo, nas quais encontram-se as categorias dos códigos civilizatórios que cabem a elas.

A preocupação de Brito Aranha em definir os tipos de educação direcionados a cada um dos sexos faz parte do esforço de refinar a vocação primeira da revista,

diffundir uma ilustração amena e recreativa em todas as camadas da nossa sociedade. **É um jornal de instrução, como o precisam as nossas classes, que, menos lidas e ilustradas, conservam comtudo em si o desejo instintivo da ilustração.** É d'estes jornaes que mais necessita Portugal, porque é assim que, sem assustar as comprehensões populares, é possível e agradável encaminhar estas às fontes da nossa historia, e às noções mais elementares das sciencias moraes, tornando-se-lhes facil e appetecivel o que lhes fôra inacessivel apresentado em diffusos compendios" (AP, 1857, p. 95, grifo nosso).

Se olhássemos apenas para esse excerto identificaríamos o intuito instrutivo e vulgarizador daquilo que estaria nos compêndios, numa tendência mais enciclopédica, com uma pequena porção de elementos educativos – no sentido apresentado por Aranha - ao mesmo tempo expondo sua concepção acerca da relação do "povo" com o conhecimento, o que exigiria a elaboração de noções menos complexa, mais fluidas e palatáveis à sua inteligência.

Nos parece, contudo, que a missão da revista fica mais explícita um pouco adiante, nesse mesmo artigo:

O *Archivo Pittoresco* não se vangloria de ser já o mais eloquente missionário, o catequista mais persuasivo e escutado d'esta propaganda, cujos resultados devem tanto reflectir na **purificação e educação dos costumes**, como no desenvolvimento das qualidades do entendimento; mas confia nos esforços da sua empresa, e esses dirigidos e illustrado pelas principaes forças intellectuais do paiz (*Idem*, p. 95-96, grifo nosso).

Proclamando-se como porta-voz da educação dos costumes e da facilitação da comunicação do conhecimento, faz desta uma missão de divulgação cultural, numa linha reformista eclética que pretende congregiar um liberalismo moderado, o poder estabelecido, a norma, a escola e a intelectualidade. Esse excerto remete-nos à nossa reflexão inicial sobre o processo civilizador lançada por Norbert Elias, que parece aproximar-se ao entendimento que se constitui na revista acerca da educação.

Contudo, para que se cumpra a função “popular”, o impresso precisa atender a um outro aspecto, a amenidade. Deveria desempenhar um duplo papel, "em que o leitor goza e aprende muito em igual escala" (AP, 1858, n. 20, p. 154), proposta afinada ao que já vinha sendo defendido por António Feliciano de Castilho – que o leva, inclusive, a elaborar um sistema de escrita simplificado para o povo. Essa condição de uma leitura amena é defendida pelo próprio poeta nas páginas do *Archivo*. Em um editorial da revista, procura caracterizá-la, destacando justamente esses aspectos: “Ligeira, amena, expurgada de interesses politicos, inda quando não consiga acender enthusiasmos em seu favor, leva pelo menos segura a certeza de ser em todas as casas bemvinda, pelo seu genio inofensivo, amante e folgazão” (Castilho *in* AP, 1859, n. 36, p. 281). A imprescindibilidade do deleite no processo educativo é, como já apresentamos, marca do pensamento de Castilho, estando presente no seu *Metodo de Leitura Repentina*.

O potencial alcance universal da revista é aqui destacado, bem como a pretensão de constituir-se como uma leitura inofensiva, que não pudesse munir quem a lesse de inspirações revolucionárias. Pressupõe-se também práticas de leitura compartilhadas, parte do ideal de divertimento imbuído na revista, bem como a necessidade de alcançar espaços não urbanos, revelando uma preocupação já apresentada por Castilho em *Felicidade pela Agricultura*. Antecipando o alcance que obterá com a distribuição nas escolas, anuncia-se, antes mesmo de se efetivar esse processo:

O nosso empenho é acabarmos por nossa parte com o monopolio politico-masculino-semsaborão do periodico. (...) Esta, se os bons desejos não enganam,

tem a presunção de que ha de ser lida, talvez em partes relida, pelos paes, pelos filhos, pelas mães, e pelas filhas. Porque? Porque o seu negocio exclusivo é o divertimento. DIVERTIMENTO E VARIEDADE, eis-aqui a sua divisa e o seu programma.

As províncias, as aldeias, não tem menos direito à leitura do que as cidades, e necessitam-n'a muito mais. Em muita casa provinciana, os domingos e os serões, com especialidade os de inverno, ainda hoje se entretem muito innocentemente com historias e contos, com jogos de prendas, com danças cantadas, com a recitação de versos, com charadas e enigmas. De tudo isso lhes ha de levar quanto podér o *Semanario dominical*, e pouco se lhe dará dos fastios e motejos dos politicos empedernidos e sem domingo (...) (AP, 1859, n. 36, p. 283, grifo nosso).

Ao longo de todo o período de existência da revista identificamos três fases distintas. Na primeira delas, que abrange do início da publicação em 1857 até 1859, nota-se um esforço em seguir o trilho da sua principal inspiração, *O Panorama*, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo. A opção por iniciar as edições com uma gravura, a qual serve de pretexto temático para o texto que segue, bem como o esforço em contemplar uma diversidade de assuntos, são heranças daquele que inaugurou esta categoria de periódico. Os quadros históricos são bastante recorrentes, permeados por textos sobre zoologia, botânica, medicina, engenharia e literatura.

Uma segunda fase compreende os anos entre 1860 e 1865, sob a direção de António da Silva Túlio, e corresponde ao período em que o periódico foi financiado regularmente pela *Sociedade Madrépora* do Rio de Janeiro, uma associação literária de caráter beneficente composta por portugueses que lá viviam. Esse é o período sobre o qual centraremos nossa análise, dado ter sido nesta fase que a revista foi distribuída nas escolas portuguesas. Guardemos, então, os detalhes para adiante.

A terceira fase, que corresponde aos anos entre o final de 1865 e o derradeiro 1868, caracteriza-se pela batalha em manter o periódico em circulação, já sem o suporte da *Madrépora*, mas com outras redes de circulação no Brasil, como se verificou em São Paulo. Vilhena Barbosa, antigo colaborador que já havia se associado à direção ao lado de Silva Túlio desde 1864, passa a dirigi-la sozinho, e cada vez mais solitária será a empreitada para manter a revista, o que se nota pela quantidade de textos de sua autoria, que em alguns números ocupa mais da metade da edição.

Algumas características marcaram toda a existência da revista, independente da fase. A publicação fracionada de artigos é uma delas, e relaciona-se com a pretensão vulgarizadora, a tentativa de tornar a leitura amena. Artigos maiores, seguindo a estratégia dos romances, eram divididos em partes, o que, da perspectiva da estratégia de circulação,

indicava não só o esforço em proporcionar leituras mais curtas quanto a motivação para a aquisição de todos os outros números a fim de compor o volume completo.

A gravura será elemento crucial do projeto editorial da revista. No caso do *Archivo Pittoresco*, vai além do que até então se veiculava nas revistas ecléticas, mesmo tendo em conta *O Panorama*. Alguns estudos recentes, como o de António Manuel Ribeiro, dedicaram-se a estudar exclusivamente a gravura na revista, dada a sua relevância, considerando o periódico como um marco no que tange a esta técnica artístico-tipográfica.

O *Archivo Pittoresco* foi considerado, coetaneamente, uma autêntica obra-prima das artes gráficas portuguesas e o expoente máximo da gravura em madeira. Apostou-se na introdução de mais gravuras na publicação, mais pormenorizadas e ricas, de produção nacional, assim como na crescente qualidade do papel impresso. Face aos custos onerosos da importação das gravuras de proveniência estrangeira, nomeadamente de origem francesa, o *Archivo Pittoresco* fundou uma escola de gravura em madeira nas suas dependências, fomentando esta arte em Portugal e favorecendo muitos jovens carenciados que apenderam esta arte tipográfica (Ribeiro, 2014, p. 43).

É inegável que a gravura assumirá um importante papel na reprodução e divulgação do património arquitetónico e artístico, constituindo o que Ribeiro nomeia como “museu de imagens”. Todavia, as intenções dos intelectuais que estavam à frente da tradição das revistas ecléticas estavam muito mais direcionadas para o seu carácter utilitário do que artístico. A gravura constituía-se como atrativo, como elemento de sedução à leitura e primeiro passo para o contato com as letras, tornando o texto “muito mais inteligível e agradável” (AP, 1861, vol. IV, N. 11, p. 214). Dar a ver antes de dar a ler configurava-se como uma estratégia essencial para os impressos que se pretendiam vulgarizadores da leitura e consolidadores da instrução. A imagem adiantava-se ao texto escrito, e podia desempenhar o papel de uma proposta de leitura. Como sinaliza Chartier,

ela pode constituir-se num lugar de memória que cristaliza, numa representação única, uma história, uma propaganda, um ensinamento, ou ser então construída como figura moral, simbólica, analógica, que fornece o sentido global do texto, que uma leitura descontínua e vagabunda poderia fazer perder (Chartier, 1998, p. 16).

De fato, é possível localizar várias dessas funções sendo desempenhadas pelas gravuras no *Archivo Pittoresco*. As dezenas de artigos de Vilhena Barbosa sobre lugares célebres da história não à toa eram sempre acompanhados de gravuras que pudesse

cristalizá-los na memória de quem tinha a revista em mãos, mesmo que não se dedicasse a ler o respectivo artigo. A exposição internacional portuguesa de 1865 gerou diversos desses registros. Ocorrida no Palácio de Cristal do Porto, diversos espaços e ângulos do edifício foram retratados ao longo do nono volume da revista.

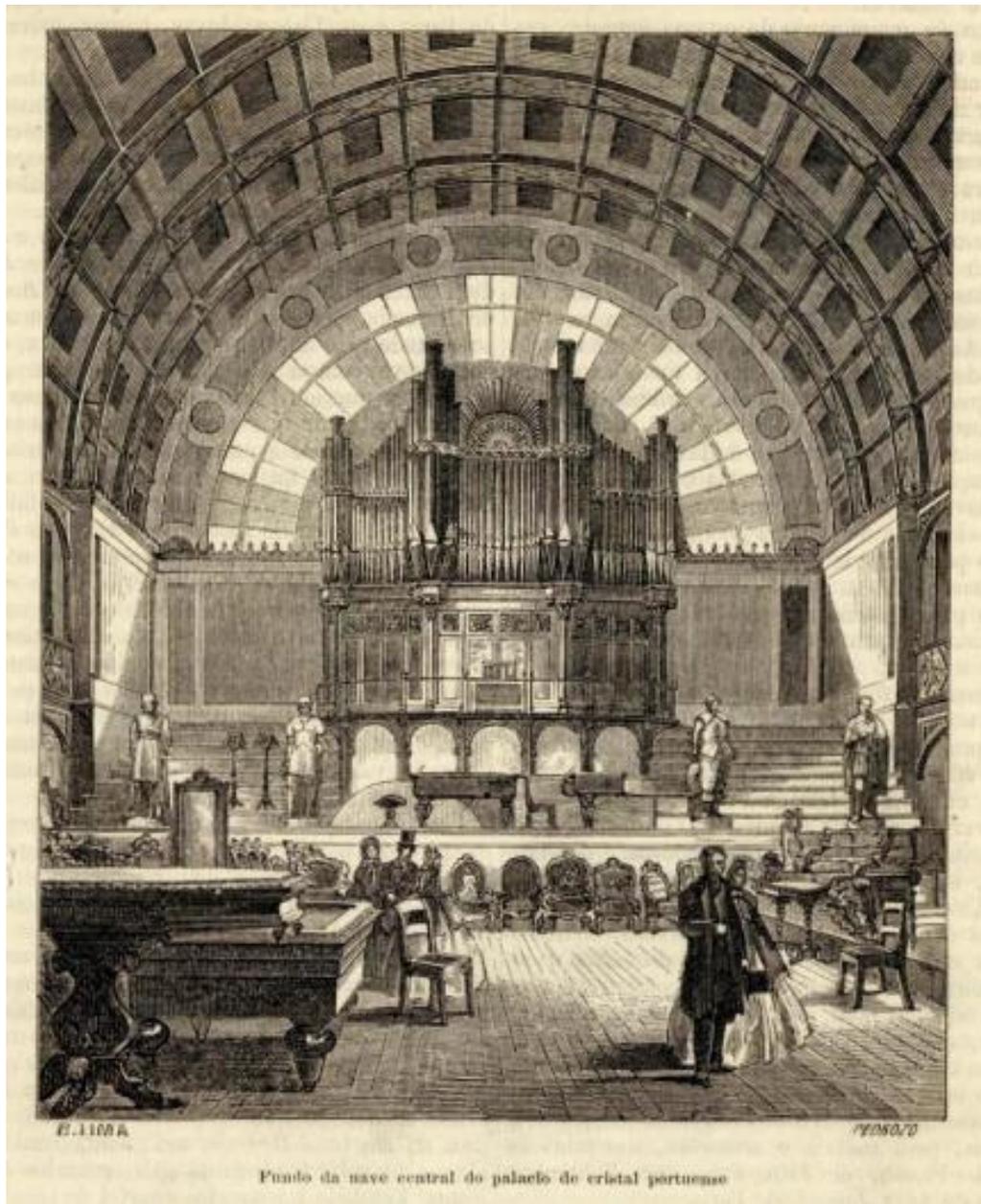


Figura 22 - Gravura que acompanha o artigo relativo à nave central do Palácio de Cristal. AP, 1866, vol. IX, p. 9.

Não sendo esse o foco da nossa análise, mas sendo digno de alguma atenção, dada a relevância da gravura na constituição da proposta editorial da revista, mencionaremos mais uma representação que constitui uma analogia simbólica de um ensinamento moral, o da esperança. Referida como uma das três virtudes teológicas, ao lado da fé e da caridade,

seria ela a responsável por consolar os corações das mazelas terrenas com a expectativa da felicidade eterna. O texto de Nogueira da Silva é acompanhado de desenho do mesmo¹⁷¹, em que se notam as mesmas características e os elementos simbólicos já conhecidos da sua representação – uma mulher de longos cabelos usando túnica e segurando uma cruz. Temos a impressão de que a mulher está grávida, o que reforça a conotação da expectativa, da espera por algo que virá, uma nova vida carregada de pureza. Assim, produz-se uma compreensão *a priori* independente do texto, a partir da identificação simbólica.



Figura 23 - Representação de uma das virtudes teológicas, "A Esperança", acompanhando texto moralizante. *AP*, 1858, vol. I, p. 317.

Um aspecto externo à materialidade da revista que cabe destacar é o microcosmo de sociabilidade que ali se constituiu. No segundo capítulo discutimos sobre a rede de

¹⁷¹ A gravura, a partir do desenho de Nogueira da Silva, é de Coelho.

intelectuais românticos em torno de António Feliciano de Castilho, que assumiu um papel tríplice de intelectual, ao mesmo tempo influenciador, divulgador e mediador. Apesar de não ser diretor do *Archivo Pittoresco*, a revista se organiza na rede articulada em torno dele, aqui representada sobretudo por António da Silva Túlio. E é o próprio Túlio quem, em diversas ocasiões na revista, assume os laços de convivência e amizade que uniam os colaboradores. Em artigo de 1861, por exemplo, destaca a valiosa colaboração de amigos que há tantos anos mantinham uma relação inquebrantável. Menciona, então, Alexandre Herculano, Latino Coelho¹⁷², Rebelo da Silva, Andrade Corvo, Palmeirim, Thomaz Carvalho, Rodrigo Paganino, Vilhena Barbosa, J. Cesar Machado, Júlio Caldas Aulete e, como não poderia deixar de ser, António de Castilho (AP, 1862, n. 52, p. 411). Manuel Pinheiro Chagas também atuará na revista, mas sua colaboração é posterior - encontramos contribuições regulares a partir de 1863.

Essa rede interna, contudo, não foi suficiente para alcançar uma distribuição regular nas escolas primárias. Foi preciso alargá-la para o outro lado do Atlântico.

4.2. Uma rede transatlântica para a promoção da leitura popular: o *Archivo nas escolas*

Se Deus, tirando do nada os viventes que povoam o mundo, distribuiu a cada especie a tarefa de trabalhar para a conservação commum, não ha entes que melhor cumpram este decreto que as madrêporas. Desde que nascem até que morrem, estes animáculos, submersos na profundida dos mares, a ocultas, em silencio, sem cessar nem esmorecer, trabalham noite e dia (...). D'esta assombrosa pagina do grande livro da natureza, aberto perennemente aos olhos do homem pela mão do Creador, foi que os instituidores da Sociedade Madrêpora tiraram exemplo, e cobraram forças para se abalançarem ao grande commettimento que exararam nos seus estatutos. À similhaça d'aquelles architectos submarinos, constituiram uma comunidade laboriosa, todos irmãmente obreiros, sem precedencias nem cathogorias entre si, abnegando a propria individualidade, para que a obra de um seja a de todos; e assim unidos fraternalemnte, incognitos, desvelados, perseverantes, **vão procreando pela instrucção, que é a vida do espirito**, a nova geração que lhes ha de succeder, e ao mesmo tempo engrandecendo-lhe a terra da patria com o provimento da sua civilisação.

(*Archivo Pittoresco*, 1861, vol. Iv. N. 27, p. 215, grifo nosso).

¹⁷² Contribuições tornam-se mais assíduas a partir de 1863, com biografias históricas.

Limitar-nos-emos a deixar aqui esse trecho emblemático de ovação à associação, evocando o significado do seu nome, na expectativa de convidar o leitor a descobrir mais sobre essa emblemática agremiação, suas ações e efeitos no além-mar. Teceremos apenas um breve comentário, salientando a alusão que se faz à *madrépora*, colônia de corais que se expande em ziguezague, como metáfora da ação dos associados, “irmãos” que trabalhariam coletivamente e, como o seu homônimo zoológico, seriam capazes de procriar; enquanto nos corais se proliferam estruturas que dão origem a grandes sustentáculos de ilhas, os “irmãos” da associação seriam capazes de proliferar a instrução, sustentáculo do projeto liberal de nação.

4.2.1. Articulação em rede

É a articulação da rede de sociabilidade que se estende ao outro lado do Atlântico, com o suporte econômico, que garante o sucesso do *Archivo* e a distribuição em larga escala nas escolas. Trata-se de um período de opulência que se inicia em finais de 1859¹⁷³ e tem seu ápice entre 1863 e 1865, momento em que a sociedade *Madrépora* passa a assumir a responsabilidade por mais da metade dos cinco mil exemplares da revista publicados (Silva Túlio, in *AP*, 1863, vol VI, n.1, p. 2), podendo ter alcançado 4.200 exemplares a seu cargo em 1865 (Silva Túlio in *AP*, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267).

Fundada em 1859 pelo português emigrado para o Rio de Janeiro António Emílio de Machado Reis (1827 – 1865), a quem se associaram outros patrícios interessados em “trabalhar, mesmo na orbita em que nos achamos, a bem do engrandecimento do nosso paiz (...)” (Manifestação dos fundadores in *Ilustração Luso-Brasileira*, 1859, vol. III, n. 18, p. 144), definiam-se como “(...) uma associação puramente philantropica, composta de Portuguezes para auxiliar todas as instituições e emprezas que tenderem a desenvolver o progresso e a civilização em Portugal, procurando crear por si o maximo gosto e amor pelas letras e pelas artes em geral” (Estatutos da Sociedade *Madrépora*, Art. 1º). A anunciação das suas pretensões e de seu papel vai no sentido de, estando no Brasil, não perder o vínculo com a pátria portuguesa, colaborando para o que entendem ser a “elevação” da nação. Tal entendimento está totalmente afinado ao dos intelectuais do ciclo histórico com o qual trabalhamos, e a eles remetem-se diretamente, delimitando seu lugar enquanto promotores daquilo que produzem os intelectuais do seu tempo, mas jamais eles próprios como os produtores das ideias:

¹⁷³ A sociedade *Madrépora* assume a tomada regular de assinaturas do *Archivo Pittoresco* em deliberação de 07 de outubro de 1859 (*Correio Mercantil*, 12/10/1859, n. 279, p. 2).

os escriptos dos nossos principaes homens de lettras tem sido sempre a nossa leitura favorita: e os uteis conselhos, as amargas verdades, e as justíssimas censuras que a todo o instante encontravamos em seus livros fortemente nos impressionaram, e assim fomos arrastados tambem a pensar nos meios de felicitar o objecto do nosso culto. (...) Somos consumidores e não produtores de trabalhos intellectuaes, e temos fé que ganhamos mais em fazer ler o *Monge de Cister*¹⁷⁴ a qualquer nosso patrício, do que em escrever um inosso livro (*Idem*).

Acolhendo as análises e propostas dos referidos intelectuais, destinam seus esforços para efetivá-las. Nesse sentido é que reforçam o fato de serem não um grêmio literário, mas colaboradores na promoção da instrução: “somos unicamente conhecedores do proveito que nos pode trazer a instrucção; atingimos só a gloria de ser o que somos porém instruídos, e em honra do paiz não temos outra pretensão senão a de bons cidadãos” (*Idem*).

Apesar de não haver muitas informações sobre o seu funcionamento ou sobre seus membros, que tinham por princípio o anonimato, encontram-se muitas alusões às ações beneméritas na imprensa brasileira e portuguesa, que nos ajudam a compreender um pouco mais sobre essa sociedade. Alguns trabalhos (Ribeiro, 2014; Dias, 2011) também tatearam os vestígios sobre essa associação e deram-nos pistas acerca dela.

O próprio *Archivo*, beneficiado pelas suas ações, é também ele fonte para desvendar a atuação da associação. Por meio destas fontes foi possível identificar alguns de seus membros, além do fundador, a saber J. J. Duarte, quem dividiu a direção com Machado Reis, Praxedes Gomes Pitanga, que assume a direção após a morte de Reis, Visconde da Estrela, presidente em 1870 e Leonardo Caetano de Araujo, tesoureiro na mesma época. Os associados reuniam-se semanalmente.

Aliás, encontram-se indícios que nos levam a reconhecer a proximidade entre o diretor da revista, Silva Túlio, e os diretores da *Madrépora*. O redator emerge, então, como figura essencial para a compreensão da agremiação.

A edição de abertura do terceiro volume da revista (1860) é o primeiro a revelar explicitamente os vínculos com o Brasil, “que tanto auxilio presta ás publicações de Portugal”. Trata-se, todavia, de referi-lo como local de acolhimento de “patrícios”. Nesse sentido é que se apresenta a Sociedade Madrépora como uma associação filantrópica de portugueses cujas finalidades, que se podem depreender de seu estatuto, são assim definidas: “prestar auxilio á civilização e engrandecimento de Portugal, adoptando como

¹⁷⁴ Romance histórico de Alexandre Herculano publicado em 1848.

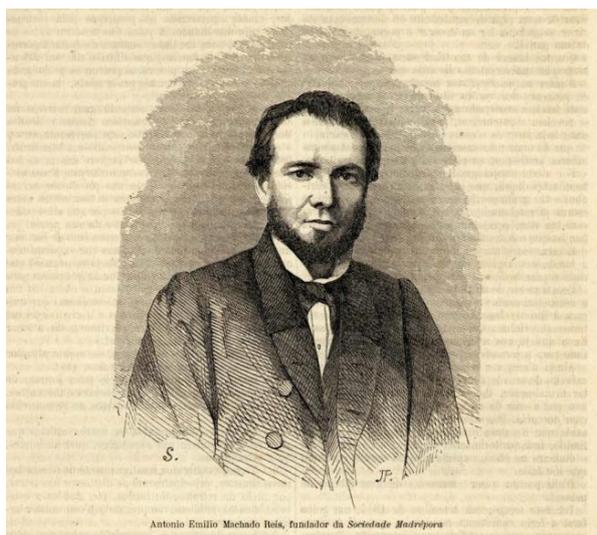


Figura 24 - Retrato de António Emílio Machado Reis, fundador da Madrépora, divulgado na AP por ocasião da sua morte em 1865, vol. VIII, n. 34, p. 265.

primeiros esforços – ‘distribuir gratuitamente pelo povo, jornaes de litteratura, de sciencias, de artes liberaes e mecânicas’” (Archivo Pitoresco, 1860, vol. III, n. 1, 1860, prólogo). A gratidão à atuação da Madrépora não é fortuita, e deve-se principalmente a uma iniciativa que será a responsável por praticamente sustentar o periódico nos seus próximos anos de existência. Falamos do financiamento de centenas de exemplares do *Archivo Pittoresco* mandados distribuir

“pelas escholas publicas do reino, e pelas casas de educação das classes desvalidas”. Com isso, entendem os editores que a associação estaria enfatizando “o seu já provado zelo e patriotismo a favor da civilização e engrandecimento do reino que tanto prezam e honram, lá das remotas paragens onde nunca o deslembaram nem menosprezam” (*Idem*). A relação com o outro lado do Atlântico é evocada não no sentido de um efetivo intercâmbio, mas sim com a manutenção do que de português se assume.

Por ocasião do falecimento do fundador e diretor da sociedade tão referida na revista por conta da imprescindibilidade desta para a sua estabilidade, finalmente revela-se o seu nome, até então proibido por ele próprio de ser identificado, com a intenção de evitar personalismos. As ações da associação deveriam ser creditadas ao corpo coletivo Madrépora. Tulio faz questão de ressaltar, contudo, que as definições orçamentárias estavam a seu cargo, o que atribui a ele o empenho de tamanha soma de contribuição regular para a revista. É a partir desse elogio fúnebre que podemos ficar a conhecer um pouco da história de vida desse português emigrado que, como tantos outros, deixou Portugal na infância, em busca de oportunidades no Brasil.

Em 1839, aos 12 anos, foi para o Rio de Janeiro com um amigo do seu pai. Na descrição, o redator exalta as capacidades de *self made man* de Machado Reis, como forma de inspiração. A maneira como faz essa abordagem deixa entrever os ideais liberais até mesmo na descrição do amigo. Túlio ressalta a necessidade - e a tendência - de se apresentarem os percalços e a origem humilde das figuras ilustres: "hoje importa que se revelem e patenteiem, para incitamento dos que a sorte haja lançado n'essas provações, e para exemplo de que do mais raso nascimento, e do trafego das mais infimas profissoes, se

póde subir às maiores alturas (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 266). Estabelece, ainda, sua vinculação precoce com a instrução e a literatura, destacando que, mesmo em momentos de adversidade, escolheu dispender o ordenado com a leitura, "sua paixão favorita" (*Idem*, p. 265), tendo por isso gastado seu primeiro salário na compra de *Os Lusíadas*, do qual havia decorado muitos versos.

O destaque desse atributo nos parece ter uma dupla conotação no discurso: por um lado, reforça a potência regeneradora da instrução, e de uma instrução que pressupõe o amor à pátria como valor; por outro, deixa implícito que o caminho entre a origem humilde e o futuro ilustre não é aberto indiscriminadamente, nem deve ser banalizado - afinal, não era mesmo intenção dos liberais qualquer nivelamento social ou equidade de classe. Esse percurso pressupõe dedicação extrema e sacrifícios, além da capacidade de compreensão de uma obra da envergadura de *Os Lusíadas* que, como já explicitado diversas vezes pelos intelectuais da regeneração, não estava ao alcance de todas as inteligências. Portanto, fica implícito o gênio que acaba por dar o salvo conduto para se adentrar o *hall* dos homens ilustres. A erudição de Machado Reis é, ainda, atestada pelo redator ao declarar que seus discursos e cartas deixam entrever "um homem culto, bom pensador, crente apaixonado no progresso pela instrução e pela moralidade" (*Ibidem*, p. 266).

Sobre esta característica de desenvolvimento baseado no esforço pessoal, fazemos um adendo para mencionar um discurso de Machado Reis, proferido na ocasião da inauguração do retrato de Alexandre Herculano no Rio de Janeiro. A tônica do seu discurso é a tentativa de descrever o espírito do tempo, as marcas da época. E o fundador da *Madrépora* demonstra clareza ao anunciar que seria este o tempo em que os privilégios de nascimento seriam superados pelo talento, pelo uso das virtudes. Nesse sentido, anuncia a função da associação:

crente de que o progresso é uma realidade, e que no pharol celeste da nossa epocha se acha marcado - verdade e justiça - lisonjeia-se de seguir esse bom caminho, e por isso exprime francamente as intimas bases dos seus principios. Sem termos, póde dizer que não adula o poderoso, que faz mau uso do seu poder, sómente em respeito ao nascimento: não lisonjeia os escriptos que negocia com o seu talento como a meretriz com seus encantos; não illude o rico, que nos sobejos e migalhas que lhe escapam para as obras pias julga ter feito muito. Não!... não se acha outra explicação para esta nossa obra, que não seja o intimo convencimento em que estamos, de que para seguir o progresso temos de acompanhar o Evangelho, e comprehender d'elle, entre muitas coisas mais, tambem isto: 'que é um protesto escripto por Deus, e para os seculos, contra as vãs distincções'" (AP, 1861, vol. IV, n. 46, p. 363).

Encontramos, em suas palavras, a afinação com os princípios proclamados pelos escritores da regeneração, a virtude do homem liberal capaz de fazer a si próprio, combinada com os elementos da moral cristã. O amor e louvor à pátria Portuguesa são a razão para a solenidade, evocados por todos os oradores e identificado como motivo de existência da Sociedade *Madrépora*. Convencidos de sua missão civilizadora, acreditam que o anonimato faz parte do encargo. Destaque da solenidade foi também a leitura do "Hymno de Alexandre Herculano", composto por Mendes Leal especialmente para a ocasião.

Retomando o obituário escrito por Silva Túlio a Machado Reis, vale destacar que a riqueza de detalhes, datas e pormenores de cenas da vida de Machado Reis e a declaração de possuir uma longa correspondência com ele são indicativos da proximidade entre o fundador da *Madrépora* e Silva Tulio. Além disso, por diversas ocasiões, Túlio foi nomeado como representante da associação em eventos solenes ocorridos em Portugal. Foi o caso, por exemplo, das condolências dadas a D. Luiz por ocasião da morte de seu irmão D. Pedro V. Fazendo parte da comitiva também outros dois intelectuais da rede e colaboradores do *Archivo*, Alexandre Herculano e Mendes Leal, é Silva Túlio, contudo, que assume o lugar de porta-voz, ao oferecer, em nome da sociedade luso-brasileira, que se mande fazer um retrato do falecido. O redator ainda aproveita o ensejo para solicitar, por sua conta e sem o conhecimento da associação, uma congratulação oficial pelos serviços prestados à instrução portuguesa, em sinal de reconhecimento. Vale reproduzir aqui o relato da cena de consentimento do rei ao pedido, divulgado em um jornal brasileiro:

dando el-rei sinais de assentimento, o Sr. Tulio pediu-lhe vênha para ponderar que, devendo naquele dia sair o paquete para o Brasil, desejava mandar tão boa nova à direção da sociedade *Madrépora*. Então, Sua Magestade, dirigindo a palavra ao presidente do conselho, que assistia à esta audiência, perguntou-lhe se havia algum impedimento legal, para se conferir a mercê que lhe era pedida. Respondendo o ministro que não havia, Sua Magestade teve a bondade de declarar ao Sr. Silva Tulio, que podia participar aos Srs. Diretores da sociedade *Madrépora*, que tão útil associação bem merecia o seu real patrocínio, que ia mandar lavrar o competente decreto, que sabia os serviços que a sociedade estava prestando às letras pátrias e à instrução do povo (*Diário do Rio de Janeiro*, 21/03/1862, n. 79, p. 2).

Tentamos em vão confirmar se o decreto havia sido efetivamente lavrado. Contudo, para nosso intento de revelar as relações transatlânticas da rede de sociabilidade dos intelectuais românticos, importa mais o pedido do que a lei.



Figura 25 - Reprodução do retrato de D. Pedro V oferecido pela Madrépora à Escola Real de Mafra. Fonte: Acervo do Palácio Nacional de Mafra.

Os mesmos Silva Túlio e Herculano são também comissionados para apresentar a D. Luiz I, em cinco de junho de 1863, as felicitações pelo seu matrimônio em nome da *Madrépora* e de outras associações portuguesas no Brasil, sendo o mesmo Túlio enviado para desempenhar a mesma função por ocasião do nascimento do príncipe herdeiro, em comitiva de 23 de dezembro de 1863. Outro importante evento social vale ser mencionado. Trata-se da inauguração do referido retrato de D. Pedro V na Escola Real de Mafra, que ocorreu em meio às festividades de entrega de

prêmios aos alunos em vinte e seis de julho de 1863. Prometido pela associação no ato de condolências pelo falecimento do jovem rei, foi pintado pelo renomado retratista português José Rodrigues (1828 – 1887)¹⁷⁵ e continha a seguinte inscrição, que ainda hoje pode ser lida na parte inferior da moldura: “À Memória do Augusto Instituidor d’esta Escola S. M. El-Rey D. Pedro 5º. A Sociedade Madrépora”. Silva Túlio, além de porta-voz da associação na solenidade de inauguração, que ocorreu logo antes da entrega de prêmios, participou também do jantar da corte, para o qual foi também convidado o diretor da escola normal Luiz Filipe Leite, bastante próximo de A. F. Castilho, que havia assistido às festividades com os alunos-mestres que serviram naquela escola.

O diretor da AP tem também informações acerca da fundação da associação em 1859 e sobre o seu funcionamento, cujo ímpeto teria advindo do "estudo das principaes

¹⁷⁵ Distinguido com várias medalhas e figurado na Exposição Universal de Paris de 1855, frequentou a Academia de Belas-Artes entre 1841 e 1849, tendo se consagrado como célebre retratista romântico. Foi autor também do retrato de Alexandre Herculano para a Câmara de Lisboa.

necessidades dos gremios portuguezes disseminados pelas provincias do Brasil, e dos meios por que elles poderiam contribuir para os progressos da sua patria" e teria levado a "instituir uma associaçao e tudo diversa das que existiam n'aquelle imperio" (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 266).

Essa proximidade revela aspectos peculiares da personalidade do benemérito português, como sua insistência em não receber louros pelas suas ações filantrópicas – sempre que lhe eram oferecidas, insistia para que fossem dirigidas à associação, e não à sua pessoa. Parece mesmo não haver dúvidas sobre a dedicação de Machado Reis às causas patrióticas portuguesas, o que custou o dispêndio de todas as suas posses, tendo deixado a família a depender da solidariedade¹⁷⁶, como aqueles que anteriormente atendia.

Esse artigo sobre António Emílio Machado Reis, ao lado de outros textos sobre a *Madrépora* publicados na AP, são dos poucos documentos por ora encontrados para se aferir sobre a história dessa agremiação. Túlio parece mesmo ter informações privilegiadas, que são corroboradas por notícias dispersas na imprensa brasileira, e que dão conta, inclusive, da existência de ramificações da agremiação em outras províncias brasileiras.

Um dos mais curiosos artigos é o que se refere ao emblema da sociedade. Destacado como imagem de capa, é publicado em um número dedicado em sua maior parte à referida associação - além do emblema, publicam-se também os estatutos. O autor do artigo, não assinado¹⁷⁷, salienta a necessidade de símbolos que exprimem identidades. Nesse caso, o emblema é relacionado ao título da associação e ao "pensamento que a originou" (AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 209). A divulgação do emblema é apresentada à propósito dos objetivos da associação, ou seja, "promover e popularisar a leitura dos escriptos nacionaes, tanto em Portugal como no Brasil". Ao divulgar suas ações, a revista exprime o "quão poderoso auxiliar ha de ella ser para a progressiva civilisaçao da nossa patria" (*Idem*). Podemos aferir que se relaciona símbolo e significado, no esforço que se faz de explicar as simbologias.

O primeiro esforço é em definir as madréporas, uma colônia de pólipos. Nessa descrição destaca-se o papel a elas atribuído no mundo natural, espécies de construtores silenciosos de bases sólidas, capazes de fazer aparecer no Oceano vastos terrenos de terra firme, ilhas sobre as quais os seres humanos fazem suas construções. Várias características

¹⁷⁶ Artigo do Diário do Rio de Janeiro (1870, n. 360, p. 3) assinado por Antonio Maria Pereira Azurar indica que Machado Reis teria gasto toda a sua fortuna com caridade pública, deixando a esposa e filha a depender de doações e ações beneficentes em seu favor.

¹⁷⁷ Possivelmente de autoria de Silva Túlio, dada sua função de redator principal e diretor.

fisiológicas desse animal são apresentadas a partir da gravura. Sobre a que chamam 'favo', destaca-se a vida em comunidade, que o autor compara a uma república, acrescentando que

é tão íntima esta comunidade, que se lhe poderia chamar um povo de irmãos. À superfície d'este favo estende-se uma membrana commum a todos os moradores, e que por tal modo os faz communicaveis, que quando algum se fere, todos os mais ficam igualmente feridos. Não póde haver typo de fraternidade mais perfeito! Esta comunidade de habitação, de sensações e de perigos, porque todos em commum são combatidos pelas tempestades, e abraçados pelos raios de sol, estende-se a todo o seu viver. O mal e o bem é repartido irmãmente (*Idem*, p. 210).



Figura 26 - Emblema da associação reproduzido na AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 209.

Toda essa exposição zoológica pretendia dar a conhecer aos "leitores menos instruídos" (*Idem*, p. 213) o papel das madrepóras na natureza, de modo a efetivar a relação do substantivo comum com a associação, a *Madrépora*, substantivo próprio, possibilitando a compreensão do que levou à escolha do nome. Assim, se postula:

O maior benefício que se póde fazer a um povo é dar-lhe instrucção, porque é instrumento de trabalho, e elemento de moralisação. Sendo isto incontestavel, não menos o é que entre nós está ainda mui pouco diffundida a instrucção popular. Reconhecendo e lastimando esta necessidade da sua e nossa patria, no anno de 1858 alguns portuguezes estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, cujos nomes

elles nos occultam, tiveram o patriótico pensamento de fundar uma sociedade, com o fim de contribuirem pecuniariamente para a propagação do ensino entre as classes populares, e para o engrandecimento da nação (*Idem, ibidem*).

O espírito de comunidade, por meio de um trabalho invisível, porém estruturante e fundamental, é evocado como marca da *Madrépora*. Essa capacidade de trabalhar coletivamente em prol da constituição de um sustentáculo social, a instrução do “povo”, é fortemente evocada, retomando o que já havíamos indicado algumas páginas atrás. O grande objetivo, afinal, é o engrandecimento da nação que, mesmo parecendo ambíguo por não explicitar qual delas, se a brasileira, que os acolheu, ou a portuguesa, de onde vieram, tudo indica que se trata da lusa.

A atuação da associação em prol da consolidação de seus objetivos parece ter ocorrido de forma bastante organizada, já anunciada de maneira pragmática no artigo 2º dos seus estatutos, em 10 eixos de atuação, que abaixo reproduzimos e comentamos:

§ 1º Distribuir gratuitamente pelo povo jornaes de litteratura, de sciencias e artes liberaes e mecanicas.

Esse é o aspecto que mais nos interessa nesse trabalho, pois foi justamente o que propulsionou a circulação do *Archivo Pittoresco*, cuja distribuição nas escolas foi sistematicamente financiada pela associação. Apesar de ter sido esta a revista escolhida para cumprir esse intento, antes dela a sociedade financiou a distribuição de *A Ilustração Luso-Brasileira*, escolhida em função das gravuras que veiculava, “com o auxilio das quaes se torna a leitura muito mais intelligivel e agradavel” (AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 214). Teriam sido distribuídos 300 assinaturas pelas escolas portuguesas e ainda se efetivado mais 400 assinaturas no Brasil, até que esse lugar foi ocupado pela *Archivo*, considerado mais adequado no atendimento dos objetivos instrucionais e moralizantes.

§ 2º Auxiliar a impressão de livros de reconhecido merecimento.

Além da venda de publicações literárias portuguesas, recomendadas por uma circular impressa pelos diretores, realizou-se a impressão dos romances da escritora portuense D. Maria Peregrina de Sousa (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267).

§ 3º Gratificar com premios aquelles nossos artistas que mais se distinguirem nas exposições, quer nacionaes, quer estrangeiras.

Consta o subsídio ao cantor António Maria Celestino, que foi 1º barítono da Cia italiana e nacional. O próprio vem à público manifestar seus votos de agradecimento a diversas instituições que contribuíram para a arte portuguesa, incluindo à “considerada sociedade Madrêpora e aos seus sócios, pelo muito que fizeram em favor do artista portuguez em seus benefícios” (*Diário do Rio de Janeiro*, 20/11/1863, n. 317, p. 3).

§ 4º Tornar conhecidos condignamente os nossos homens illustres, principalmente os distintos nas letras, por meio de retratos, de bustos, etc., doados a estabelecimentos publicos, empregando neste mister artistas nacionaes.

Neste quesito localizamos várias iniciativas, a saber: o oferecimento do retrato de D. Pedro V à Escola de Mafra; o de Alexandre Herculano, confeccionado em tamanho real, oferecido ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro; a estatueta de D. Pedro V, oferecida ao mesmo gabinete e o donativo para a estátua do referido rei a ser erigida no Porto.

§ 5º Fazer donativos às instituições existentes, onde os artistas recebem uma educação apropriada, como a associação Industrial Portuense e Instituto Agrícola.

A associação portuense mencionada no texto do parágrafo foi contemplada de diversas formas. Teve seu “jornal da Associação” financiado, além da tomada de ações para a caixa de crédito de socorro mútuo, num total de quatro contos de réis fortes, além do envio de três alfinetes de diamante para serem destinados como prêmio aos participantes do festival industrial. A associação fixou como exigência que cada um deles destinar-se-ia a um premiado das referidas áreas: Agricultura, Indústria da seda e Desenho e plástico aplicados à indústria. Além disso, consta que contribuíram com donativos para a manutenção da *Associação civilizadora popular* e para a *Sociedade Promotora de Belas Artes*. Eram comuns também os donativos para instituições de caridade, como o oferecimento de 980\$ aos asilos da infância desvalida de Portugal em 1862, e de 1.040\$ em 1863.

§ 6º Contribuir para qualquer empreza que se proponha a criação de monumentos aos nossos heroes, ou tomar essa iniciativa, quando seus meios o permittão.

Destacamos, aqui, a contribuição de 200\$000 em 1861 para a arrecadação destinada à construção do monumento a Camões. O Monumento foi efetivamente inaugurado em 1867 (AP, 1867, n. 28).

§ 7º Dar impulso a nossa industria, procurando introduzir no Brasil os nossos artefactos.

Consta que os associados teriam fomentado a importação de produtos a partir da Associação Industrial do Porto.

§ 8º Advogar a causa da nossa nacionalidade, mantendo quanto fôr possível, em todos os sentidos, a honra e dignidade do nome portuguez, procedendo neste effeito com justeza e circumspecção, e n'um sentido pratico e real.

Dos dez parágrafos, este é o único que não se refere a uma ação específica. Trata, sim, dos objetivos gerais da atuação da associação, já exaustivamente referidos neste capítulo e explícitos em diversos excertos.

§ 9º Estabelecer nesta cidade um gabinete de leitura, exclusivamente de estatística portugueza, no qual se possam reunir os socios para tratarem de questões relativas aos fins da sociedade, ou para se entreterem com assumptos de recreio litterario.

A instauração e manutenção de um gabinete de leitura para os sócios da associação efetivamente aconteceu. Em um dos elogios publicados na AP, tal gabinete é qualificado num tom um tanto hiperbólico:

Alli acham colligidas todas as noticias, todo o movimento intellectual do mundo, e mórmente o que diz respeito ao nosso Portugal, para lhes suavizar as saudades da patria, a que todos os portuguezes residentes n'aquelle império se mostram sempre tão affectos e dedicados (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267).

§ 10 Tomar ao seu serviço um ou mais homens habeis, conforme o permittirem as forças da sociedade, para que se incumbão exclusivamente de estudos mais vastos e mais completos ácerca dos fins da sociedade, bem como da composição de obras de reconhecida utilidade para os artistas.

Identificamos que a associação tomou os serviços do já mencionado retratista José Rodrigues. Além do retrato de D. Pedro V oferecido à Escola Real de Mafra, também ele foi o responsável pela pintura do retrato de Alexandre Herculano oferecido ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

A repercussão dessas ações é visível tanto nas páginas do *Arquivo* quanto em outros veículos de imprensa. O semanário eclético rasga-se em elogios e agradecimentos em diversas ocasiões.

Esta fraternidade litteraria tem aproveitado não só aos nossos colegas, porque muitas assignaturas se fazem já para o Brasil por intervenção dos editores do *Arquivo*, mas tambem este augmenta no conceito publico e em extracção, pelas officiosas e benévolas recommendações que elles repetidamente fazem do conteúdo de cada numero, mercê que esperâmos nos hão de continuar, e que de novo lhes agradecemos (AP, 1863, vol. VI, n. 52, p. 411).

António de Castilho também manifesta sua admiração pela associação. Em carta a Silva Túlio acerca da cerimônia de premiação da escola Casal Ribeiro, em suas reflexões sobre a educação popular e o engajamento de cidadãos portugueses em prol da causa, exalta os membros da referida sociedade: “Ora teimae n’isto, e havei-me grande fé; que tudo é licito esperar de uma gente que se lembrou de estabelecer e estabeleceu a *Madrépora*, a mais christã, a mais rara, a mais auspiciosa de todas as associações do nosso tempo” (Castilho in AP, 1864, vol. VII, n. 07, p. 56). Tal ovação ganha bastante sentido na perspectiva pedagógica de Castilho, que considera a iniciativa particular como uma alternativa não só viável, mas profícua no que tange à problemática da instrução popular. As palavras de Castilho deixam também entrever a já referida proximidade entre Silva Túlio e os diretores da *Madrépora*: “Vêde se insinuaes aos vossos amigos e auxiliares da *Madrépora*” (Castilho in AP, 1864, vol VII, n. 07, p. 56).

Citamos, ainda, carta do cidadão português Caetano Antonio Ferreira, em que que manifesta gratidão a seus patrícios da sociedade, “(...) dignos descendentes dos fundadores da nossa monarchia, e da nossa liberdade (...)” (In *Correio Mercantil*, 27/08/1863, n. 235, p. 2), assim como manifestações públicas de exortação que aconteciam nas cerimônias de premiação de alunos¹⁷⁸.

Dentre as reverberações das suas ações, duas, ainda, merecem destaque. Proferidas na mesma ocasião – a felicitação de D. Luiz I pelo consórcio com D. Maria Pia -, Alexandre Herculano fala “dos patrióticos sentimentos que animam os nossos irmãos do Brasil, e dos

¹⁷⁸ Cf. Ata da premiação da escola da freguesia de Santa Iria d’Azoia (Boletim Geral da Instrução Pública, 19/06/1861, n. 20, p. 313).

extraordinários serviços que têm prestado, não só aos portugueses necessitados residentes naquele império, mas também aos seus concidadãos que vivem em Portugal, instituindo estabelecimentos de beneficência” (Herculano, citado em *Diário do Rio de Janeiro*, 06/07/1863, n. 183, p. 2). O rei profere um discurso semelhante:

As associações de beneficência e de instrução, que os meus súditos residentes no Brasil tem fundado em várias cidades daquele império, merecem a minha real consideração e louvor, não só porque manifestam a sua fraternidade e civilização, mas pelos repetidos testemunhos de seu amor pátrio nas valiosas subscrições com que espontaneamente acodem ao infortúnio dos seus concidadãos e auxiliam as empresas que tendem ao engrandecimento e glória de Portugal (D. Luiz I, citado em *Diário do Rio de Janeiro*, *Idem*, p. 2).

Silva Túlio parece ter razão na identificação do ímpeto patriótico como motor da associação: “Esta instituição é um verdadeiro monumento do patriotismo dos nossos compatriotas residentes no Brasil; e o maior braço que o seu fundador podia legar á sua terra e à sua gente; e com o qual perpetuará o seu nome entre os amigos da civilização” (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267). É possível que estivessem sempre movidos pelo entusiasmo liberal de progresso, animado pelos ares de desenvolvimento que muitos deles haviam vivenciado ao conseguir prosperar individualmente no Brasil. Ao que parece, o retorno à terra natal era um horizonte presente, e pretendia-se alcançá-lo mas não sem antes incrementar a civilização.

O suporte da *Madrépora* será garantia de regularidade da publicação, sendo reconhecido pelo diretor: “sem a extracção que lhe tem dado a Sociedade Madrépora, não nos habilitasse a occorrer ao dispendio que demanda a parte artística do Archivo, mal o poderamos sustentar com as assignaturas do reino” (AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 214).

A sobrevivência da revista é totalmente vinculada ao "auxilio que tão patrioticamente lhe prestam os nossos concidadãos residentes no imperio do Brasil", sob pena de acabar definitivamente sem esse apoio, dado que as "publicações ilustradas eram insustentáveis n'este reino!" (*Idem*, p. 214).

Tal subsídio alimenta o otimismo em relação ao alcance do público leitor, vinculando diretamente a tiragem e circulação da revista à ampliação de leitores: “Vê-se pelo successivo augmento do numero dos ledores, que a cultura intellectual do povo se propaga e fortifica” (AP, 1863, vol. VI, n. 52, p. 411).

O período de esplendor não passa em vão, e merece comemoração à altura, com banquete solene e homenagem aos diretores da *Madrépora*, António Emílio de Machado

Reis e J. J. Duarte¹⁷⁹, por meio da inauguração de seus retratos. A cerimônia realizada em 09 de fevereiro de 1863, que articulou colaboradores literários e artísticos, redatores e autoridades políticas na sede da tipografia, em Lisboa, foi descrita em pormenor no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro pelo correspondente português. Pedimos desculpas pela extensão, mas consideramos que vale o excesso.

Reunindo na mesma mesa todos os seus colaboradores litterarios e artisticos, com o fim de inaugurar os retratos dos benemeritos directores da sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que tem poderosamente concorrido para a prosperidade do Archivo. A festa foi digna em tudo, do objecto para que se destinava. Estiveram presentes, além dos editores, os srs. Castro e Irmãos, os seguinte collaboradores litterarios: Antonio da Silva Tulio, director; Antonio Feliciano de Castilho, José da Silva Mendes Leal, Luiz Augusto Rebello da Silva, Innocencio Francisco da Silva, Julio Cesar Machado, José de Torres, Carlos José Caldeira, Julio de Castilho¹⁸⁰, Ignacio de Vilhena Barbosa, João José de Souza Teles, Rodrigo Paganino, e P. W. de Brito Aranha. Representavão o desenho, o Sr. F. A. Nogueira da Silva; e a gravura os Srs. Pedroso e Coelho. Além destes, vião-se ali os Srs. ministro do reino e commissario dos estudos do districto de Lisboa, Mariano Ghira, os quaes havião sido convidados para este fraternal banquete como superintendentes da instrucção publica. A festa celebrou-se na sala principal da typographia, que estava convenientemente adornada e profusamente illuminada. Em volta da sala vião-se os instrumentos do trabalho typographico e alguns specimens de desenho e gravura. Em uma das paredes estavam os retratos dos benemeritos directores da sociedade Madrepورا, e as outras paredes estavam ornadas com alguns dos melhores quadros maritimos do Sr. Pedroso. Ao *dessert* o primeiro brinde foi levantado pelo Sr. Silva Tullio aos benemeritos diretores da sociedade Madrepورا, depois de historiar os beneficios que esta sociedade organizada no Rio de Janeiro prestava às escolas e às letras portuguezas, como se demonstrava pelos milhares de exemplares do Archivo Pittoresco que erão distribuidos por conta daquella singular sociedade. Em seguida foi erguido um brinde aos Srs. Castros, pela sua perseverança em manter o Archivo e sustentar uma typographia que se podia considerar a primeira do paiz, depois da imprensa nacional. Fizerão-se depois diversos brindes e discursos dos Srs. Castilho, Mendes Leal, Rebello da Silva, Souza Teles, Paganino, Brito Aranha e ministro do reino. Falou-se largamente sobre a reforma da instrucção publica, creação de uma aula de gravura de madeira, sobre direitos de papel, de livros para as escolas, da necessidade de um tratado de propriedade litteraria com o Brasil, e outros assumptos tocantes ao progresso das letras e da typographia. Apesar de estarem

¹⁷⁹ Apesar de não ser citado nominalmente no relato, sabemos que J.J. Duarte era o outro diretor da *Madrépora* em exercício na altura, a partir do cruzamento de informações colhidas em outras edições do *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*.

¹⁸⁰ Filho de Antonio de Castilho e, ao que consta, com bastante repercussão no Brasil. Lê-se nas notícias do exterior no *Correio Mercantil*: “esse vigoroso talento mais conhecido no Brasil do que na sua própria pátria, porque em jornaes brasileiros, muito mais do que em portuguezes, se tem revelado, terminou um romance, cujo delicioso titulo seduz e enleva, e do qual já os leitores do *Archivo* conhecem uma belíssima poesia. O romance denomina-se *Confidencias dos vinte anos*; a poesia, não se esquecerão disso, de certo, os leitores do *Archivo Pittoresco*, denomina-se *Saudade*” (1865, n. 183, p. 2).

ali reunidos escriptores de diversos partidos, reinou entre elles a mais fraternal cordialidade (*Correio Mercantil*, 1863, n. 64, p. 2).

A longa descrição da cerimônia, também referida com entusiasmo na edição de abertura do sexto volume da AP (1863), nos aproxima dos pormenores do evento, revelando aspectos significativos daquele cotidiano e de como se davam as relações de sociabilidade. Ao mesmo tempo, reforça a importância do papel da *Madrépora* na sustentação da revista, que passa a exibir os retratos dos diretores na tipografia.

Tal dependência é tamanha que será abalada pela morte do fundador em 24 de setembro de 1865, dando a conhecer que a destinação de recursos para a revista dependia muito da gestão de Machado Reis. Noticiada no oitavo volume, já nesta ocasião revela-se o efeito da sua morte na continuidade do apoio que o periódico recebia da associação. No prólogo do volume seguinte, declara-se que a falta da *Madrépora* havia mesmo gerado danos à empresa, dos quais estavam a tentar se recuperar. De fato, ao fim desse volume verifica-se uma alteração editorial, dado não se veicular o tradicional posfácio “aos nossos assinantes”, que geralmente fazia um balanço editorial e agradecia veementemente a *Madrépora*. Em seu lugar, contudo, uma menção ao falecimento do Sr. Joaquim Ferreira dos Santos, o Conde Ferreira, referido como benemérito da instrução, uma vez que deixou 144.000\$000 réis para a construção de 120 casas próprias para as escolas de instrução primária. A revista vangloria-se de que a ideia ocorrera ao Conde ao ler os artigos do Comissário dos estudos de Lisboa sobre a necessidade de se construir edifícios específicos para as escolas¹⁸¹. O foco na benesse à instrução, que até então recaí quase exclusivamente à “benemérita” *Madrépora*, foi desviado para uma ação que em nada se relacionava à revista. Consta, ainda, que essa instabilidade gerou uma interrupção na impressão da revista antes do encerramento definitivo¹⁸².

Os efeitos da interrupção do suporte da associação são denunciados no texto de despedida da revista, em que se atribui o fracasso ao débito da agremiação para com o periódico, que somaria sete contos de réis, segundo contas enviadas em 1866 aos sócios da *Madrépora*. Sem mais delonga e em tom de ressentimento, os redatores explicam:

Este alcance teve origem nas assignaturas e volumes do *Archivo Pittoresco*, e outras obras que a Sociedade *Madrépora* constantemente requisitou e mandou distribuir, augmentando depois com despesas que a empresa do *Archivo* não

¹⁸¹ Cf. Pág. 164, 207 e 208 do vol. VII.

¹⁸² Cf. notícia publicada no *Diario do Rio de Janeiro* de 09 de maio de 1866 (n. 110), em que se celebra seu reaparecimento, após um período de interrupção (não especificado).

duvidou pagar por conta e credito da mesma Sociedade (AP, 1868, vol. XI, n. 52, p. 411).

No lugar das palavras elogiosas que sempre povoaram as páginas do *Archivo Pittoresco*, acusações contra os portugueses que agora constituem a associação. Considerando a data das contas em aberto, 1866, fica claro que o suporte dado pela sociedade ao periódico estava muito mais a cargo de um indivíduo, o fundador António Machado Reis, falecido em 1865, talvez devido à proximidade e confiança com o então diretor Silva Túlio. A partir dessa nova fase, os textos de apresentação, bem como os de encerramento dos volumes, são suprimidos, deixando de ser veiculados a partir do nono volume (1866). A presença de Vilhena Barbosa torna-se-á mais intensa, com o apoio de Pinheiro Chagas, ao passo que é nítido o afastamento de Silva Túlio. A tão cultivada seção *Estudos de Língua Materna* deixa de existir, simbolizando o início do fim de um projeto que havia se imbricado à cultura escolar. Assim é que a sessão que simboliza a viragem editorial que acompanhou a inserção da revista nas escolas dissipa-se, sem grandes cerimônias. Discussões sobre métodos de ensino também perdem destaque, assim como aquelas conduzidas por Castilho ou em torno dele. A revista parece ir aos poucos perdendo a vivacidade e o entusiasmo, entrando numa fase de declínio que coincide com sua retirada do ambiente escolar. A presença constante de Pinheiro Chagas parece ajudar a manter algum discurso educativo¹⁸³, sobretudo preocupado com a popularização da leitura, permeada pela questão moral refletido em textos escritos por ele próprio e por B.A.¹⁸⁴, mas não se percebe a sistematização que se notava na fase anterior. Será cada vez mais nítida a tônica na história pátria, acompanhada por quadros históricos de povos exóticos e do Brasil.

É curiosa a permanência das representações sobre o Brasil, parecendo que cada vez mais se naturaliza a sua presença como extensão da história portuguesa. Como se pode verificar em um artigo de Vilhena Barbosa:

O nosso proposito restringe-se unicamente a pôr os nossos leitores ao facto da origem da questão e das suas principaes phases diplomaticas até ao ponto em que o governo del-rei D. João V, abandonando as suas antigas pretensões, e em execução de um tratado de limites, mandou levantar na fronteira do sul do Brasil os padrões de limites apresentados na gravura que acompanha este artigo (AP, 1867, vol. X, n.4, p. 32)

¹⁸³ Cf. artigo "O Livro", 1867, vol X, n. 01, p. 8.

¹⁸⁴ Esse autor não se identifica, assinando apenas com as iniciais.

A associação com a tipografia do *Correio Paulistano* e com o português emigrado João Elisário de Carvalho Montenegro¹⁸⁵, que contribuem para a manutenção da circulação da revista no Brasil¹⁸⁶ mesmo findo o suporte da *Madrépora*, pode também explicar essa permanência.

É nesta fase que sobressai o aspecto que mencionamos no segundo capítulo como uma das características do pensamento dessa geração; pensar a nação portuguesa tendo em vista um cordão umbilical que a ligava ao Brasil – mas, ao que nos parece, o cordão servia para alimentar Portugal. Os diversos textos sobre o país tropical assinados por Barbosa trazem elementos históricos de vinculação, como os que se referem a Belém, no Pará, onde se encontra “um dos melhores edifícios da rica província do Grão-Pará” (AP, 1868, vol. XI, n. 24, p. 190), construído por ordem de D. José I em 1767, ou outro que ressalta a navegação do rio Amazonas como uma ação de exploração desenvolvimentista a mando de D. João III. Os artigos, em cujo título destaca-se a palavra “Brasil”, tratam, na verdade, do legado português. Ou, como sintetiza Pinheiro Chagas no discurso recorrente acerca da suposta irmandade entre as duas nações:

Mas, ao passo que a separação das republicas neo-hespanholas e da mãe patria foi violenta e completa, a separação de Portugal e do Brasil, posto que não deixasse de ser tempestuosa, não foi, contudo, tão odienta, que, passados os primeiros ressentimentos, não voltassem os dois paizes a considerar-se irmãos. O governo do imperio americano ficou a um dos ramos da casa de Bragança, e as relações dos dois paizes estreitaram-se talvez mais intimamente do que outr'ora, porque, tendo desaparecido a iniqua distincção de metropole e de colonia, veiu a egualdade substituil-a, e com a egualdade a lhaneza. Estamos separados administrativamente; mas tão fortes são os laços que nos unem, que as dores ou jubilos sentidos por uma das nações repercutem-se na outra inevitavelmente" (AP, 1868, vol. XI, n. 35, pp. 275-76).

¹⁸⁵ Nascido em 1824 em Lousã, Portugal, emigra para o Brasil em 1840. Destaca-se por fundar a colônia agrícola Nova Lousã em Mogi-Mirim em 1867, movida pelo trabalho livre assalariado de seus conterrâneos emigrados de Lousã. Teria fundado, ainda, uma biblioteca popular e uma escola, além de colaborar em publicações periódicas. Escreveu para o *Archivo* sob o pseudônimo de Júlio de Arouce. É figura icônica dos vínculos culturais transatlânticos, mantendo “relações com muitos homens ilustres de Portugal e do Brazil” (Aranha, 1883, p. 239). Era membro de diversas associações de portugueses no Brasil, tendo sido presidente da *Sociedade Portuguesa de beneficência* em 1865.

¹⁸⁶ Sobretudo em São Paulo, como veremos a seguir.

4.2.1.1. O Brasil na revista e a revista no Brasil

Apesar de a referência à circulação no Brasil aparecer de forma explícita no *Archivo Pittoresco* apenas no quinto volume, em 1862, há indícios da circulação no país desde o seu primeiro ano de publicação.

O jornal *Pedro II* anuncia, em junho de 1858, que Joaquim José de Oliveira é agente da revista na província do Ceará. Desde então já está fixado o preço de assinatura que se

praticou para o Brasil, o de 6\$000 a brochura, e que perdurou durante toda a existência da revista. A variação derivava, em geral, da qualidade material, dado que a opção encadernada custava 7\$500 no além-mar, contudo encontramos valores distintos em outras províncias. Em São Paulo veicula-se sempre o preço de 7\$000; no Pará, 8\$000 para a capital e 9\$000 para remeter ao interior.

É fato que a revista circulou no Brasil independentemente da *Madrépora*, conforme se verifica em anúncios de assinatura posteriores ao apoio da

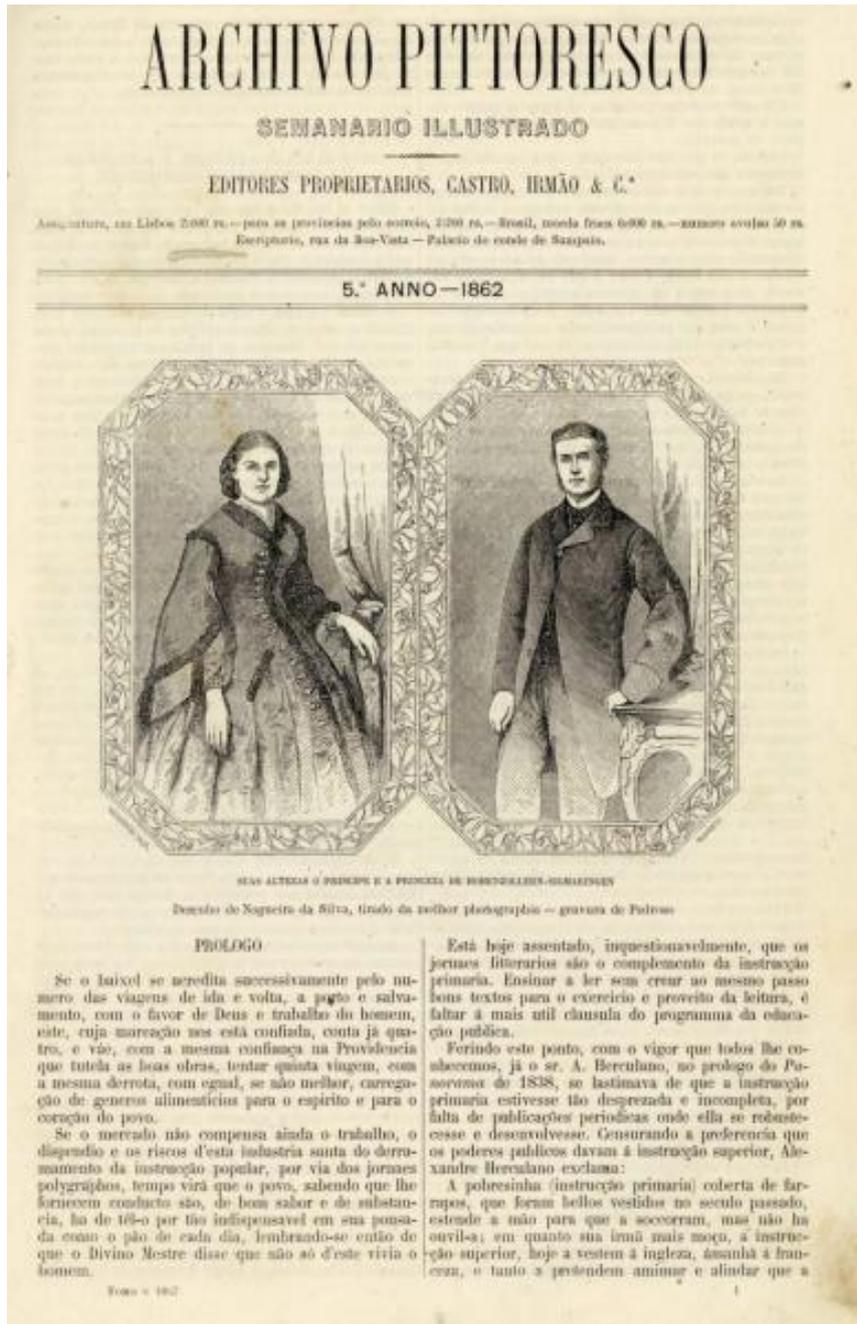


Figura 27 - Edição de abertura do *Archivo Pittoresco* em que pela primeira vez aparece a menção a assinaturas tomadas no Brasil, logo abaixo da identificação dos proprietários. AP, 1862, vol. V, n. 1

associação, ou sem vinculação a esta. Contudo, é inegável que o seu suporte constituiu uma

rede transatlântica de circulação cultural que teve no *Archivo Pittoresco* ícone principal. Como refere um jornal de grande circulação brasileiro, “esta publicação, como se sabe, é poderosamente auxiliada pela sociedade *Madrépora*, que, assignando grande número de exemplares, os espalha no Rio de Janeiro para promover o gosto pela leitura (...)” (*Correio Mercantil*, 1862, n. 197, p. 2).

Seguindo o rastro de anúncios, publicações a pedido e artigos na imprensa diária, foi possível estimar o número de exemplares que circularam no Brasil, especialmente no período em que tal circulação foi ampla, entre 1863 e 64.

Tabela 9 - Circulação do Archivo Pittoresco no Brasil entre 1858 e 1868

Ano	Nº mínimo de novas assinaturas	Províncias em que circulava e intermediador de assinaturas ¹⁸⁷	
1858	Sem informação	RJ	Livraria do Sr. Antonio Gonçalves Guimarães e Cia.
		CE	Joaquim José de Oliveira, Tipografia Cearense
1859	Sem informação	RJ	Correio Mercantil
		CE	Joaquim José de Oliveira, Tipografia Cearense
1860	Sem informação	RJ	Correio Mercantil; Livraria de Soares e Irmão; sociedade <i>Madrépora</i> ;
		CE	Joaquim José de Oliveira, Tipografia Cearense
1861	400	RJ	Idem
		CE	Joaquim José de Oliveira, Tipografia Cearense
		MA	Livraria de António Pereira Ramos de Almeida
1862	1.900 ¹⁸⁸	RJ	Idem

¹⁸⁷ Estimativas elaboradas a partir dos dados disponíveis nos jornais *Pedro II* (CE), *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* (RJ), *Correio Mercantil* (RJ), *Publicador Maranhense* (MA), *Diário de Pernambuco* (PE), *Jornal do Rio Negro* (AM), *Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial* (PA), *Jornal no Pará*, *Correio Paulistano* (SP), *Diário de S. Paulo*.

¹⁸⁸ Carta aos assinantes no último número do quinto volume (1862) menciona que só a *Madrépora* tomou 1.700 assinaturas para serem distribuídas às diversas províncias do Brasil. Estimamos, segundo os números de outros anos, que ao menos 200 assinaturas podem ter sido tomadas em São Paulo, na capital e em

		CE	Joaquim José de Oliveira, Tipografia Cearense
		SP	Correio Paulistano
		PE	Livraria econômica
1863	3.000	RJ	Correio Mercantil; Sociedade <i>Madrépora</i>
		SP	Correio Paulistano, Victorino J. A. d'Oliveira, Serafim Gonçalves da Costa, Bernardino Monteiro de Abreu, J. J. de Souza Bastos, João Antonio Gonçalves e Cia, João Elisário de Carvalho Monte-Negro, além de outros nas províncias ¹⁸⁹
1864	3.500 ¹⁹⁰	RJ	Sociedade <i>Madrépora</i>
		SP	Idem
		PE	Venda por terceiros de exemplares já publicados
		MA	Gabinete Português de Leitura, para consulta local
1865	3.500	RJ	Sociedade <i>Madrépora</i>
		SP	Idem
1866	Sem informação	RJ	Agência do <i>Archivo</i>
		SP	Idem

algumas cidades do interior (Rio Claro, Mogy-Mirim, Campinas e Guaratinguetá), tendo em conta o montante dos anos seguintes.

¹⁸⁹ São eles: em Rio Claro, Antonio Gonçalves Amorim e M. J. Moreira Guimarães; em Campinas, Tenente Manoel de Araujo Rozo Junior, M. J. P. Villares e F. F. de Mesquita; em Mogy-Mirim, Crescencio José Pereira Lima; em Limeira, M. J. de Araujo Vianna; em Guaratinguetá, J. J. de Motta Braga; em Lorena, F. Luiz Domingues Bastos; em Jacareí, Wenceslau B. da C. Guimarães; em Mogi das Cruzes, Antonio Mendes da Costa; em Bragança, Manoel José Ferreira da Silva; em Porto Feliz, Angelo Custodio de Moraes; em Tatuí, Rodrigo N. de Campos; em Jundiaí, J. Pinto da Costa Guimarães; em Pirapora, Matheus A. Bueno; em Brotas, Capitão José Vieira de Albuquerque; em Atibaia, Pedro da Cunha e Sobrinho; em Itatiba (antiga Bethlem de Jundiah), João Pedro de Campos e em Araraquara, José Pinto Ferraz (CP, 1863, nº 2144, p. 3-4). Nesta altura, São Paulo (capital e interior) representam 500 assinaturas da revista.

¹⁹⁰ Na edição de encerramento do volume VII (1864), Silva Túlio indica que três quartos das assinaturas são tomadas pela Sociedade *Madrépora*.

1867	Sem informação	RJ	Agência do <i>Archivo</i>
		SP	Idem
		MA	Livraria Universal
1868	Sem informação	RJ	Agência do <i>Archivo</i>
		SP	Idem
		MA	Livraria Universal
		PA	Carlos Seidl & Cia.

Considerando os dados disponíveis nos anúncios veiculados nos jornais brasileiros disponíveis na Hemeroteca digital, nota-se que a distribuição do *Archivo* pelas províncias do Brasil foi irregular e variável ao longo do tempo, contudo, a circulação no território foi constante, alcançando seguramente as regiões sudeste, norte e nordeste, tendo sido permanente no Rio de Janeiro desde o primeiro momento em que começa a ser distribuída até o final da sua existência.

Dentre as províncias do Nordeste, os anúncios indicam que a circulação no Maranhão e em Pernambuco foi bastante irregular. No primeiro caso, as primeiras chamadas para assinatura foram vinculadas no ano de 1861. Referido como “publicação nova”, fica explícito que a distribuição na província é recente, ao indicar a disponibilidade dos dois primeiros volumes para a compra e também a tomada de novas assinaturas. Há um hiato de informação entre 1862 e 1863, podendo ter havido uma suspensão temporária na circulação, que será retomada quando da instalação do Gabinete Português de Leitura na Província, em 1864. Contudo, nesse ínterim, era apenas para leitura interna, não havendo notícia sobre novas assinaturas individuais, as quais serão retomadas já no fim da publicação, em 1867.

O *Diário de Pernambuco*, único jornal desta província disponível na Hemeroteca em que encontramos anúncios do *Archivo Pittoresco*, faz referência à revista entre 1862 e 1864, contudo aquelas que mencionam assinaturas concentram-se apenas em 1862. Nas outras ocasiões tratam-se de reprodução de artigos, ou celebrações do seu sucesso, do suporte da Madrépora e da qualidade do conteúdo e dos colaboradores. Encontram-se também, com alguma frequência, anúncios de compra e venda de cadernetas antigas da revista para se completar coleção particular ou para ser revendida em lojas de impressos usados.

No Ceará encontramos a maior regularidade de anúncios de assinaturas dentre as províncias da região Nordeste, os quais figuram sem interrupção entre 1858 e 1862, desaparecendo após esta data.

No que diz respeito à região Norte, Amazonas e Pará parecem ter sido também espaço de circulação do periódico. Enquanto neste último a disponibilização de assinaturas teria ocorrido já no seu último ano de existência da revista, no Amazonas é possível que tenha circulado antes, apesar de não termos localizado anúncios de assinaturas. Há, todavia, indícios de que o *Archivo* circulou pela província amazonense, mesmo que tenha sido adquirido em outras localidades. Em uma publicação a pedido no *Jornal do Rio Negro*, um sujeito que assina João Fernandes da Rocha solicita que sejam devolvidos exemplares da revista que foram tomados de empréstimo da sua biblioteca (1867, n. 99, p. 3). O dito João Fernandes não só adquiriu volumes do periódico para seu acervo pessoal, como emprestou a outrem. É pena não termos acesso aos usos que podem ter sido feitos por quem o tomou emprestado, mas incita-nos à reflexão sobre a diversidade de leituras que pode ter suscitado.

Essas intermitências verificadas nas províncias do Norte e Nordeste são compensadas pelas duas províncias do Sudeste em que identificamos assinaturas da revista. O Rio de Janeiro foi porto fértil e, desde que chegou em território brasileiro o primeiro volume, em 1858, foram tomadas assinaturas ininterruptamente até o derradeiro tomo do *Archivo*, em 1868. A variação da quantidade de números que circularam parece ter dependido, contudo, do apoio ou não da sociedade *Madrépora*. Aquando do seu suporte, entre 1860 e 1865, os números elevaram-se significativamente, crescendo de forma abrupta entre 1861 e 1863-65, e representando a maior parte das assinaturas tomadas da revista, mesmo tendo em conta a tiragem total do periódico¹⁹¹.

Esta somatória foi incrementada pela adesão de São Paulo à comunidade de leitores do *Archivo*, a partir de 1862. Ao que nos parece, enquanto no Rio de Janeiro os leitores consistiam majoritariamente de portugueses vinculados às associações, em São Paulo o cenário insinua-se distinto. A incorporação de paulistas - principalmente lentes da Faculdade de Direito da capital - no quadro de colaboradores, somada à diversas menções

¹⁹¹ Seguramente o *AP* alcançou os 5.000 exemplares, número referido de forma explícita na própria revista. Destes, houve um período em que 3.500 eram assinaturas tomadas a partir do Brasil. Mesmo que parte delas fosse distribuída nas escolas portuguesas, o recurso financeiro advinha dos trópicos a partir da *Madrépora*. É possível que tenha superado os 6.000 exemplares, conforme mencionado no Diário de Pernambuco (31/08/1862, n. 198, p. 1), hipótese corroborada pela informação de que só o montante distribuído nas escolas a cargo da *Madrépora* teria alcançado 4.200 exemplares (Silva Túlio, *in AP*, 1865, n. 34, p. 267).

a esse pormenor no *Correio Paulistano*, nos indica uma possível mudança na comunidade de leitores. Ao referir o periódico como “jornal de grande circulação” afirma-se, por exemplo, que no último número recebido “há uma gravura do edifício da Faculdade de Direito do Largo S. Francisco, assinado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada” (*Correio Paulistano*, 1863, n. 2200, p. 1). Destaca-se como a revista deve agradar aos brasileiros e, sobretudo, aos paulistas, uma vez que “esse interessante jornal tem já publicado diversos artigos sobre assumptos desta província, trabalho de patrícios nossos”. (*Correio Paulistano*, 1863, n. 2277, p. 2). O *Correio Paulistano* vangloria-se de ser o correspondente para assinaturas, e do fato da província de São Paulo tomar, sozinha, mais de 500.

Efetivamente, destaca-se a ampla distribuição na província, que contava com assinantes em dezessete cidades do interior, além dos cinco correspondentes na capital. Ao que tudo indica, não foi só o suporte da *Madrépora* que contribuiu para a sustentação da revista. Aliás, após a retirada do subsídio, é possível que os leitores paulistas tenham desempenhado um papel ainda mais importante nesse sentido.

Ao que tudo indica, esse protagonismo paulista, e mesmo o incremento de temáticas brasileiras no *Archivo Pittoresco* deve-se à articulação do já referido João Elisário de Carvalho Montenegro. Segundo o *Diário de S. Paulo*, “por iniciativa e esforços seus, alguns jornaes portugueses, entre outros o excellente semanário do *Archivo Pittoresco*, hão publicado artigos e gravuras sobre os nossos mais eminentes homens de Estado, artistas, monumentos, obras de arte, etc” (*Diário de S. Paulo*, 1870, n. 1350, p. 2).



Figura 28 – Distribuição do *Archivo Pittoresco* no Brasil: províncias brasileiras nas quais foi possível identificar a circulação da revista. Elaborado pela autora no 'Map in seconds'.

A crescente circulação da revista no Brasil reflete-se na sua materialidade, a começar pela declaração explícita de gratidão à contribuição das imprensas de Portugal e do Brasil na divulgação do semanário: “que tanto coadjuva a divulgação d’este semanário em ambas as nações, irmãs na linguagem e nos affectos que as unem e glorificam” (AP, 1863, vol. VI, n. 52, p. 411). É, ainda, reconhecida no prólogo de 1864: “a crescente acceitação que este semanário tem grangeado no reino, e acaso ainda mais no Brasil, é devida a este espirito de nacionalidade que o influe” (AP, 1864, vol. VII, n. 1, p. 2). Tal crescimento é, indubitavelmente, devido à intensa ação da Sociedade *Madrépora* não só no financiamento de milhares de edições para serem distribuídas nas escolas portuguesas, mas também da tomada de assinaturas para o Brasil e da sua articulação na distribuição para as diversas províncias.

A circulação no território brasileiro revela-se também no conteúdo da revista. Uma das seções tidas em grande consideração pelos editores, a de ‘língua materna’, recebe sua primeira pergunta de um interlocutor brasileiro em 1864, sendo publicado no sexto número - é também esse o primeiro artigo da seção em que consta a assinatura de Silva Túlio. Essa carta-pergunta oriunda do Brasil é bastante simbólica do intercâmbio cultural que se efetiva

com a circulação transatlântica, uma vez que o leitor do outro lado do Atlântico toma parte no diálogo com o diretor-redator.

A partir de 1861 nota-se um adensamento de publicações com representações sobre o Brasil ou de colaborações brasileiras. Neste ano, encontram-se publicações sem assinatura sobre biomas do país, enquanto em 1863 verifica-se a primeira colaboração advinda do outro lado do Atlântico. Primeiramente, uma poesia de Fagundes Varella, logo depois o referido texto em prosa do paulista Martim Francisco Ribeiro Andrada (vol. VI, n. 18, pp. 137 a 139). Em anúncio veiculado no Brasil, o diretor da revista festeja o intento: “neste volume temos a ufania de contar já com alguns escriptores brasileiros, que se dignaram enviar-nos muitos artigos de reconhecido valor” (Silva Tulio in *Diario do Rio de Janeiro*, 1864, n. 97, p. 1).

O entusiasmo do progresso abrangerá também as representações sobre o Brasil, que acaba por também integrar o roteiro do novo civilizado tão recorrente nos quadros históricos. Uma sequência de artigos de Vilhena Barbosa sobre a estrada de Ferro Petrópolis-Juiz de Fora vem somar-se a este cenário¹⁹², bem como, do mesmo autor, artigo sobre o caminho de Ferro Pedro II¹⁹³. Textos de Elisário de Carvalho Montenegro, sob o pseudônimo de Julio de Arouce, trazem também essa perspectiva do progresso técnico.

Aliás, essa percepção converge com o discurso do Brasil como esperança de futuro que resvalava em Portugal.

Poucos paizes tem diante de si um futuro tão risonho como o Brasil. Fadou-o a Providencia para attingir alto gráo de desenvolvimento e prosperidade. Tão vasto territorio; tantos rios caudalosos cortando o paiz em todas as direcções; tão magnificas bahias, tão amplos e seguros portos; terrenos feracissimos quer nos valles, quer nas montanhas; infinita variedade de productos dos tres reinos da natureza, qual d'elles mais valioso ou mais bello; um clima, em fim, que conserva o solo em perenne fecundidade, e a vegetação em constante primavera; são condições de tal força e grandeza, que necessariamente hão de produzir a riqueza e o poderio da nação que o habitar (Vilhena Barbosa *in AP*, 1864, vol. VII, n. 15, p. 113).

A descrição de Vilhena Barbosa é bastante explícita, e não parece ser desinteressada. Depois de exaltar as riquezas e potencialidades da terra, acreditando na superação de dificuldades que se haviam imposto, deflagra a crença no refluxo através do Atlântico:

¹⁹² 1864, vol. VII, números 15, 18, 22, 40; 1865, vol. VIII, números 13, 42; 1866, vol. IX, n. 28.

¹⁹³ 1866, vol. IX, n. 10.

Engrandecer-se-há pois o Brasil, e a sua grandeza refluirá sobre Portugal, não só pelos vínculos de parentesco e pelas tradições da historia, que unem os dois povos como em uma familia de irmãos, mas tambem, e ainda mais, pelas ligações de grandes e recíprocos interesses, que de dia para dia augmentam de vulto e valor (*idem*, p. 114).

É curioso como Barbosa analisa essa “troca”. Tendo afirmado haver falta de mão-de-obra no país em função do tráfico de escravos, o que é uma falácia¹⁹⁴, declara que Portugal contribui enviando braços para o trabalho, enquanto o Brasil enviaria fluxos de capital. Essa expectativa de beneficiar-se Portugal do desenvolvimento brasileiro é mais de uma vez referida por Vilhena Barbosa que, na segunda fase da revista, passa a assumir o lugar de porta-voz histórico-político do periódico. Em uma notícia sobre o processo de aculturação dos povos guarani por meio da proposição da catequese, baseada no relatório do presidente da província de São Paulo Amaral Gurgel e reportado por Francisco de Paula Belfort Duarte, afirma:

acreditâmos que os nossos leitores acharão interessante o assumpto, não só porque revela os progressos que a civilização vae fazendo entre os gentios d'aquella parte da America, mas tambem porque, tratando-se de um facto importante para o futuro desenvolvimento do Brasil, o nosso paiz, ligado como está com aquelle imperio por tantos e tão variados vinculos, não póde deixar de applaudir, e regozijar-se com tudo quanto seja tendente a promover a sua prosperidade (AP, 1864, vol. VII, n. 20, p. 156)¹⁹⁵.

A referida prosperidade consiste na transfiguração do modo de vida indígena, subsumido pela vida social ocidental, com vistas à contribuição dos indígenas ao desenvolvimento agrícola. Ou seja, tomarem como princípio o *lavoro* da terra a fim de produzir não só para a subsistência, como lhes era entendido, mas para outrem, para o “progresso” da nação. Veja-se que se trata do mesmo argumento em que se funda a necessidade constante de formação moral do trabalhador.

Se considerarmos verdadeira a afirmação do *Diário de S. Paulo* acerca da influência do agricultor Elisário Montenegro na publicação de artigos de temática brasileira, é possível que isso explique a sua permanência ao longo da última fase da revista, onde ele teria mais espaço, considerando a saída da *Madrépora*.

¹⁹⁴ Cf. nossa dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

¹⁹⁵ As gravuras reproduzidas na revista, neste artigo e em outro posterior, foram feitas a partir de fotografias tiradas pelo português Perestrello da Camara, conforme menciona o informante Francisco Belfort Duarte.

Dentre as representações sobre o Brasil veiculadas na revista, merece destaque a análise de Francisco Gomes de Amorim (1827 – 1891). Nela, o poeta e dramaturgo português defende que no Brasil, "aquele grande imperio", a leitura teria mais prestígio e lugar do que em Portugal, onde a indústria, o comércio e o furor pelo progresso teriam sufocado a poesia e a leitura. Apesar de tal sufocamento, a inspiração continuaria a brotar dentre os portugueses. Assim, alguns teriam descoberto a maneira de se sustentar materialmente e seguir produzindo: emigrar para o Brasil, como António de Castilho havia aventado – sem, no entanto, levar a cabo. Gomes de Amorim descreve o país como um lugar onde

póde-se cantar sem receio de ser interrompido pelos bramidos horrorosos da mechanica, ou pelo desdem insultador dos materialistas. Lá adora-se a poesia; e o mar, os lagos, os rios, as selvas, as flores e as aves, tudo inspira e incitta ao canto. Padecem-se por lá muitos e muitos grandes infortunios, é verdade, mas não se prohibe á imaginação que vôle desaffrontada. As saudades da patria, porque esta as inspira sempre por mais ingrata que seja, as memorias da infancia e da familia, o aspecto d'uma natureza esplendida e unica, tudo contribue para fazer poeras aos que o não são, e muitos se tem creado sem outros elementos. (...) N'aquelle grande imperio, o commercio não tem horror á leitura; lêem-se com prazer os bons versos, e o caixeiro da mais modesta quitanda sabe de cor os Lusiadas. (...) Em vista d'isto, não admira que o Brasil seja o grande consumidor dos livros que se imprimem em Portugal, que os mancebos portuguezes residentes nas diversas provincias do joven imperio sejam muito dados á cultura das letras, e que no Rio de Janeiro haja, entre outras muitas e muito uteis associações, um Gremio Litterario Portuguez, que sendo composto na maior parte por gente do commercio, é muito superiro ao Gremio Litterario de Lisboa, fundado por muitos dos primeiros escriptores de Portugal (Amorim *in* AP, 1860, vol. III, n. 2, p. 11).

Uma visão quase idílica que percebe no Brasil espaço fértil para o florescimento literário é subsidiada pelas associações e sociedades literárias que ali floresciam e, quiçá, do avultado subsídio que a essa altura já era remetido pela sociedade *Madrépora*.

Não podemos deixar de mencionar, para finalizar esse tópico, as representações acerca do *Archivo Pittoresco* nos periódicos brasileiros. Além de fonte para rastrear sua circulação no país, neles também se encontram juízos de valor acerca da revista, sempre positivos, além da reprodução de artigos. Seja referido como “leitura amena e instructiva” (*Almanak Administrativo, Mercantil e Instructivo* – PA, 1869, n. 1, p. 534), que atende aos eruditos e famílias, com lições à mocidade (*Jornal do Commercio*, 1860, n. 131, p. 2), é exaltada sua qualidade editorial, bem como a de seus colaboradores, não raro referidos

como notáveis e ilustres. O artigo do *Correio Mercantil* que reproduzimos ressalta a importância de sua circulação nas escolas, assunto sobre o qual nos debruçaremos adiante.

Na longa existência que já conta, este periódico nunca deixou de consagrar-se à divulgação dos conhecimentos úteis e ao derramamento da instrução e dos princípios da sã moral. Pela pureza de linguagem, pelos assumptos que enchem suas columnas, o *Archivo Pittoresco* merece ocupar lugar distinto nas bibliothecas das escolas publicas (*Correio Mercantil*, 1865, n. 95, p. 1)

Os *Estudos da Língua Materna*, seção icônica de Silva Túlio, serão reproduzidos com frequência e por diversos periódicos, desde aqueles com maior circulação, como o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, quanto de menor tiragem, como o *Pedro II*, do Ceará – aliás, este estampará repetidamente reproduções de artigos da revista. Assim, temos que o *Archivo* não só circulou em território brasileiro, como gerou apropriações de seu conteúdo. Além disso, contribuiu ao intercâmbio cultural transatlântico ao publicar colaborações de autores brasileiros ou de portugueses radicados no Brasil, símbolo da rede transatlântica de produção cultural que se forma a partir da revista.

4.2.2. *Cultura da escola e prêmio escolar*

Na metade do século XIX não são já os exercitos nem as conquistas os meios de civilisar as nações e acrescentar a sua legitima influencia. A esses meios violentos succedeu outro em extremo tranquillo e deleitoso - a educação.

(Brito Aranha *in* AP, 1859, n. 43, p. 342)

O texto clássico de Dominique Julia, um dos precursores na discussão da polissêmica cultura escolar, assim procura defini-la:

(...) poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização) (Julia, 2001, p. 10).

Considerando essa perspectiva, interessa-nos especialmente as práticas relacionadas à difusão de condutas socialmente aceitas como civilizadas e moralizantes, e que se relacionam à própria consolidação da escola como instituição normalizadora.

Considera-se, então, a existência de trocas entre a escola e a sociedade, mediatizados pelo universo letrado e pela leitura.

Atualmente há um amplo debate acerca do conceito, que é basicamente disputado por três visões distintas. Uma referida como funcionalista, que entende a escola como espaço de tradução das finalidades sociais, outra como estruturalista, que reconhece um sistema autorregulado e autônomo na escola e ainda um terceiro que, na crítica aos anteriores, considera cada escola em particular, com múltiplas culturas produzidas por seus atores (Barroso, 2013).

É preciso, contudo, distinguir a perspectiva sociológica da histórica. A escola emergente do século XIX, ainda em vias de consolidação, é muito distinta da multiplicidade que ela incorporou ao longo do século XX. Tendo em vista o contexto, a perspectiva histórica deste trabalho procura ter em conta as práticas dos sujeitos que atuavam na escola dentro do recorte temporal aqui delimitado, e o entendimento dos intelectuais que pautavam os currículos e métodos, o que nos leva a adotar a perspectiva que considera a escola como uma mediadora entre os alunos e a sociedade. Portanto, que entende a cultura escolar como meio de realizar um processo de aculturação social específico.

Não nos cabe aqui fazer a discussão sobre a pertinência dessa perspectiva mais funcionalista da cultura escolar, mas sim tomar a que nos parece mais consentânea, quando temos em conta as práticas ali desempenhadas e as concepções dos sujeitos da rede de sociabilidade acerca da escola.

Os prêmios no contexto de meados do século XIX – assim como os castigos – eram atribuídos de modo a contribuir à normatização das práticas escolares, sendo frequentes tanto em Portugal quanto no Brasil. Num momento de institucionalização da escola e de definição da forma escolar (Vincent, Lahire & Thin, 2001), tornava-se urgente a adoção de práticas que conduzissem à conformação de comportamentos condizentes com os modos de ensino mútuo e simultâneo, em que os alunos passam a ser vistos enquanto um coletivo e não mais individualmente. Assim, ritmos e tempos precisam ser partilhados, para o que elementos como frequência e assiduidade ganham importância.

Tanto castigos como prêmios são de certa forma institucionalizados, desde que os castigos não fossem “severos ou humilhantes”, mas com o intuito de manter a disciplina escolar, constando no corpo dos modelos de relatórios a serem preenchidos pelos inspetores da instrução – é significativo que apareçam logo após o item de avaliação acerca da capacidade do professor em manter a ordem e a disciplina.

Prêmios e castigos estão associados à disciplinarização a fim de adaptar condutas (Foucault, 2002), sendo um vinculado ao incentivo e o outro à punição. O político, divulgador de ideias e educador brasileiro António Almeida Oliveira (1843 – 1887), em sua obra *O ensino público*¹⁹⁶, sintetiza essa concepção sobre os prêmios: “o prêmio escolar em face destes princípios é, pois, conveniente e necessário tanto para o menino que o merece como para o que não se mostra digno dele (Oliveira, 2003, p. 159). Assim, o prêmio assumia uma dupla função, sendo ao mesmo tempo ferramenta de estímulo e manutenção da ordem.

¹⁹⁶ Originalmente publicada em 1873, foi reeditada pelo Senado Federal em 2003.

(1811 – 1882)¹⁹⁷, designado para dirigir a escola feminina de Casal Ribeiro gerida pela *Associação Promotora da Educação Popular*, em que é apontada uma razão de faltas de 2/3 (Relatório, 01 de fevereiro de 1863). A distribuição de prêmios é indicada por ele como um estímulo à frequência, e tornar-se-á prática recorrente na escola. Aliás, o incentivo por prêmios consta do artigo 2º dos seus estatutos, no título I. A criação de escolas gratuitas não se desvinculava dessa prática.

O relato de Castilho sobre a cerimônia de premiação na referida escola – na qual foi trazido a público o relatório - revela seu entusiasmo, alimentado pela ideia acerca do potencial mobilizador da premiação, alcançando pais e familiares. É uma representação emblemática acerca da articulação entre escola e sociedade:

Era n'um domingo, e de bom sol, após tão enfadonhas invernias, quando os ânimos folgavam de se espairecer e tumultuar; era fora e não muito perto da cidade; e, comtudo, mais de trezentos devotos e devotas da civilização enchiam as salas da eschola, achando-se presentes pessoas, em todos os sentidos, das mais conspícuas. Durou horas o acto, e ninguém antes do fim se retirou, ou se distrahiu. Todos aprovavam, e nem sempre tacitamente, os votos e alvitres dos diversos oradores em prol da instrucção popular. Sentia-se que um só e identico espirito animava a todos: que se forcejasse por todos os modos para que o ensino elementar, gratuito, appetitoso, perfeito, e rápido em todo o caso, se multiplicasse, e diffundisse os seus beneficios por aquelles tristes que por ora o desconhecem, o desaceitam e o repulsam (Castilho *in* AP, 1864, vol. VII, n. 07, p. 56).

Esse trecho é mesmo paradigmático, contribuindo para revelar as minúcias desse elemento constitutivo da cultura escolar, bem como das representações intelectuais sobre ele, a partir desse sujeito que se movimenta intensamente na rede de sociabilidade intelectual.

O relatório é também revelador da rede de sociabilidade articulada por Castilho e que passa pela Associação Promotora da Educação Popular. A já referida parceria entre Castilho e Silva Túlio, editor da *AP*, mostra-se novamente com sua participação no júri dos exames da escola junto à Luiz Filipe Leite, pupilo de Castilho. Nesta cerimônia, realizada a 13 de março de 1864, os alunos foram premiados com livros, manuais enciclopédicos e de civilidade, além de exemplares do *Archivo Pittoresco*. O documento não menciona quantos precisamente, mas sabemos que foram mais de um, alguns deles remetidos pela própria tipografia, além do “costumado volume do bello semanario Archivo Pittoresco,

¹⁹⁷ Colaborador do *Archivo*, era irmão de Casal Ribeiro e inspetor da escola que leva o seu sobrenome, em homenagem à mãe, vinculada à Associação Promotora da Educação Popular e divulgadora do método de Castilho.

que, segundo a vontade da mesma sociedade [*Madrépora*], é concedido à alumna Cecilia Adelaide da Purificação Marques" (AP, 1864, vol. VII, n. 06, p. 47).

Toda a celebração, desde os elementos rituais, que incluíam a visita ao cemitério Alto de São João para ouvir a missa em prol da mãe do fundador¹⁹⁸, o discurso dos oradores¹⁹⁹ - todos eles parte da rede de sociabilidade (com exceção do aluno-mestre) -, a assinatura dos livros pelos avaliadores dos exames que se realizaram naquele dia, são parte de um processo de inculcação de comportamento e de valores. A posse dos prêmios por alguns e não por outros é elemento de distinção social que conota esforço, empenho, dedicação e comprometimento, simbolizando a recompensa pela adequação à norma escolar e, mais amplamente, social.

Outros relatos de cerimônias de entrega de prêmios são também bastante reveladores. É o caso do referente à premiação da Escola Real de Mafra, realizada em 26 de julho de 1863, que se seguiu à inauguração do retrato de D. Pedro V oferecido pela *Madrépora*. De forma pormenorizada, descreve-se a festividade realizada no Palácio Nacional, que contou com aparatos solenes e a presença do rei e da rainha.

Depois dirigiu-se El-Rei com o mesmo séquito aos aposentos de S. M. a Rainha, que pelo braço conduziu à grande sala dos actos da extincta comunidade, onde estavam os alumnos de ambos os sexos, e um numeroso concurso de espectadores. Então a mestra da escola de meninas fez a chamada das alumnas que S. M. a Rainha havia contemplado com um vestuario completo que todas ellas receberam das mãos de S. M., que beijavam com muito contentamento, assim como a de El-Rei e do sr. Infante, sem nenhuma perturbação.

Seguiu-se a distribuição dos prêmios aos alumnos da real escola de Mafra, fazendo a chamada o professor Dantas, precedendo um breve discurso. Os prêmios consistiam em medalhas de prata e cobre, pendentes de fita azul e branca, livros e estampas, o que tudo entregou El-Rei por sua mão aos premiados.

Depois receberam 26 alumnos pobres um vestuario dado pelo mesmo augusto senhor, em comemoração do numero de annos que teria El-Rei D. Pedro V, se Deus o não chamasse para si.

Por ultimo, leu S. M. uma affectuosa e exortativa allocução aos alumnos, digna dos sentimentos que anima o jovem soberano a beneficio da instrucção popular,

¹⁹⁸ Em 1859 Casal Ribeiro fez um donativo de 10.000\$000 réis à *Associação Promotora da Educação Popular* para a fundação da escola de meninas "que perpetuasse como benfeitora de tão filantrópica Associação, a memória de sua mãe, a excelentíssima senhora D. Maria Henriqueta do Casal Ribeiro, recentemente falecida sem testamento" (Castilho & Ribeiro, 1859).

¹⁹⁹ Discursaram o fundador da escola Casal Ribeiro, o diretor José Caldeira, o comissário de estudos de Lisboa, Marianno Ghira, o diretor da Escola Normal, Luiz Filipe Leite, o presidente da Associação Promotora dos melhoramentos das classes laboriosas, o poeta Mendes Leal, um aluno mestre da escola normal, não mencionado nominalmente e António de Castilho, na figura de fundador da Associação promotora da Educação Popular.

piedoso legado que herdou de seu chorado irmão (Reproduzido no *Correio Paulistano*, 30/08/1863, n. 2188, p. 2).

Os alunos foram agraciados, ainda, com um banquete, ao que vale destacar a descrição feita pelo relator acerca do comportamento das crianças, vinculando escola e civilidade.

Admira como todos se sabiam servir do talher e do aceio com que comiam, sendo em geral filhos de gente pobre e rustica. N'isto mostraram o aproveitamento de irem à escola, onde não só se aprende a ler e escrever, mas se adquirem todos os hábitos de civilização (*Idem*).

Mais uma vez evocamos Norbert Elias, mencionado no início do capítulo, sobretudo no que diz respeito aos processos de adestramento de hábitos, da inculcação de comportamentos, da modulação da delicadeza, em que a escola assume o papel civilizador de transmissora de uma cultura. O trecho final do relato, em que se externaliza um juízo de valor sobre a cerimônia de premiação, é bastante elucidativo desta perspectiva.

Foi um banquete cuja vista encanta, por todas as circunstancias que ficam mencionadas, pelo grandioso da sala, concurso dos espectadores, pelo modo esplendido e solemne com que a família real recompensava os filhos do povo e dos pobres que frequentam as escolas, d'onde ha de surgir a regeneração da nossa terra (*Idem, ibidem*).

Destaco, ainda, um último relato sobre cerimônias de premiação escolar. O dia 25 de maio de 1861 é referido como um dia memorável não só para a escola, mas para toda a população da freguesia de Santa Iria d'Azoia²⁰⁰. Para o evento foram mobilizadas autoridades locais, convidadas para serem júri nos exames e, mesmo sem toda a opulência ostentada no Palácio Real de Mafra, procurou-se garantir a solenidade do momento com pequenos gestos organizados pelo professor Emygdio José de Vasconcellos.

Três alunos foram aprovados nos exames com nota digna de ser premiada. Contudo, a existência de apenas um exemplar do *Archivo Pittoresco*, oferecido pela *Madrépora*, também bastante aclamada na ocasião, exigiu que tirassem a sorte a fim de definir qual deles levaria o prêmio. Fez parte da entrega do exemplar a leitura em voz alta, pelo professor, de uma carta remetida diretamente pela sociedade, felicitando o premiado. Tal impresso era sempre enviado pela sociedade aos alunos premiados, compondo o ritual de

²⁰⁰ Lugar da Póvoa de D. Martinho, concelho de Vila Franca de Xira.

premiação. António da Silva Túlio faz menção a essa alocução, destacando as habilidades dos associados em dialogar com a infância e de incentivá-los à leitura, apresentada como um divisor de águas na vida daqueles que o recebessem. Acaba por constituir-se como uma estratégia a fim de que o volume completo da revista fosse efetivamente lido, na tentativa de evitar seu abandono em algum canto da casa.

Nella [carta da sociedade aos alunos] se lhes demonstrava, em termos accessíveis a intelligencias pueris, quantas vantagens provém da leitura, como principio de toda a instrucção, hoje indispensavel para qualquer officio, arte ou profissão, a que se destinarem os filhos do povo. Esta allocução, redigida em linguagem singela e affavel, como cumpre se falle á puericia, terminava com as seguintes palavras, ungidas do santo amor da patria, acrisolado por tantos annos de ausencia, como tem quasi todos esses generosos bemfeitores das nossas escholas populares: "Com este intento, para este fim, vos é dado o livro com que fostes premiados. É uma semente que lançâmos em terra virgem, e cujo desenvolvimento fica a vosso cuidado, e ao do vosso mestre, ou da vossa mestra. Se a cultivardes, ficae certos de que achareis ser verdade quanto vos temos dito; e algum dia fareis á infancia o que nós hoje fazemos por amor de vós e da patria" (Sociedade Madrépora *apud* AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 214).

A conduta do professor em relação aos outros dois aprovados que não receberam o volume da revista é digna de nota, demonstrando planejamento e procurando manter a pompa da situação. Num gesto simbólico, ele oferece duas rosas que havia previamente confeccionado, dirigindo-lhes palavras públicas de exortação, a título de incentivo.

O relator da cerimônia realizada na escola d'Azoia, João da Costa Pinto, destaca a importância da cerimônia naquela comunidade, em seu potencial diálogo com a sociedade, bastante afinado com o papel civilizador acima referido:

Enfim, foi um acto novo e nunca encetado por professor algum n'esta freguesia; os alumnos, o melhor vestidos possivel, tendo satisfeito a todas as perguntas, e já com garbo de quem está agora em contacto com as letras que tanto d'antes desconheciam, pareciam já outros indivíduos, indicando aquelles modos civis e respeitosos que a instrucção de mistura com a educação nos ministra, ainda mesmo quando desde o berço se desconheçam as mais simples leis da civilidade (*Boletim Geral de Instrucção Pública*, n. 20, 19/06/1861, p. 312-313, ata lavrada por João da Costa Pinto)

Instrução e educação são novamente evocados como regeneradores sociais, cuja matéria de prova é o comportamento dos alunos na cerimônia, inclusive no que diz respeito à vestimenta. Nem a sua origem social, nas palavras do relator tão precária que não permitia

sequer o conhecimento de “leis simples de civilidade”, teria sido impeditivo para que até mesmo a condição material da vestimenta fosse superada.

O diretor do *Arquivo* também corrobora ao que discutimos acerca da vinculação dos prêmios a uma solenidade pública. Tudo indica, inclusive, que tal ritualização tenha ganhado corpo e destaque com a revista, sempre acompanhada das palavras dos sócios da *Madrépora*. A iniciativa de patrícios vinda de tão longe poderia servir de inspiração, e teria sido esta resolução a consolidar a distribuição de prêmios de caráter literário, superando a prática de doação de bens de necessidade básica, como roupas, como se vê na cerimônia da Escola Real de Mafra. A premiação atribuída pelos monarcas segue esse caráter, enquanto a oferecida pela *Madrépora* é de outra ordem.

Tem sido tão profícuo este incentivo, que o dia em que nas escholâs primarias se entrega o volume do *Arquivo* ao alumno a quem nos exames finaes se confere este premio, é de solenidade publica, como consta de muitas actas publicadas nos jornaes, sendo convocados para estes actos os parochos e autoridades dos concelhos, acontecendo, não raro, que algum dos concorrentes contribua com o seu premio em livros ou numerário, para os alumnos que seriam tambem contemplados pela sua applicação, se não houvesse apenas um volume do *Arquivo*. Desta sorte se estimula e recompensa a boa frequencia e aproveitamento dos estudos primários (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267)

No corpo da revista encontramos também uma percepção acerca do alcance dessa intersecção entre a revista e a cultura escolar.

Estas vozes, que atravessavam tantos milhares de legoas, que saíam de peitos saudosos da terra natal, acharam echo nos corações juvenis dos alumnos, nos de seus mestres, parentes, e quantos espectadores assistiram á distribuição dos premios, que em muitas escholâs se fez com solemnidade official, e n'algumas foi sensível a commoção do agradecimento, e em todas applaudida a idéa de tão proveitoso donativo (AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 214).

É difícil aferir em que medida esse artigo, veiculado pela parte interessada, está apenas a valer-se de um recurso discursivo para louvar a iniciativa que, no limite, garantia a sobrevivência da revista. O fato é que, recurso retórico ou não, os relatos publicados em outros veículos de comunicação, incluindo o *Boletim Geral de Instrução Publica*, efetivamente revelam a realização de cerimônias de premiação aparatosas, com a presença de autoridades e com a suntuosidade possível a cada contexto escolar, mas procurando sempre garantir a solenidade.

A recompensa teria a função de ferramenta disciplinadora a fim de contribuir para que o aluno assumia princípios de assiduidade, dedicação, compromisso e disciplina inerentes à cultura escolar, atuando tanto em seu comportamento quando no dos que não a receberam, efetivando a função da escola indicada por Brito Aranha na epígrafe desse tópico. Assim, a projeção de escola feita aqui corresponderia não só a um espaço de instruir, mas de educar, em que toda a comunidade local se mobiliza em torno da escola.

A formalização dessas práticas escolares dá-se na interação entre os sujeitos e os objetos culturais distribuídos na escola, ao que destacamos o *Arquivo Pittoresco*, prêmio específico distribuído regularmente e em larga escala, que tornar-se-á institucional a partir da articulação da rede transatlântica, consolidando a premiação por mérito acadêmico, sendo o prêmio em si, além de regulador disciplinar, um estímulo ao desenvolvimento intelectual.

4.2.3. O *Arquivo Pittoresco* como leitura escolar

(...) visto que este jornal se distribui em larga escala pelas escolas populares, tanto a escrita como as estampas, se hão de encaminhar mormente a inspirar na mocidade o amor da pátria, da língua materna, e da moral cristã.

(Anúncio do *Arquivo Pittoresco* reproduzido no *Correio Mercantil*, 1861, n. 94, p. 4)

Carlota Boto (2012) já havia analisado de que maneira a escola comporá uma identidade teórica no projeto liberal, colaborando para a consolidação de códigos civilizatórios, representações simbólicas constituidoras da nacionalidade portuguesa. Analisa, inclusive, a contribuição de Almeida Garret e Alexandre Herculano para essa empreitada, perscrutando suas produções. Nesse sentido, inevitavelmente chega em *O Panorama*. Pretendemos corroborar à sua tese, especificando as categorias que compõe os códigos civilizatórios nos textos direcionados a diferentes leitores, escolares ou adjacentes, na revista que encerra a fase dos periódicos ecléticos, o *Arquivo Pittoresco*. Antes, porém, de adentrar nos textos, vejamos pormenorizadamente os processos que levaram o impresso às escolas, conduzindo à sua institucionalização. Escrutinemos, também, sua circulação no meio escolar em todo o território português.

A distribuição nas escolas partiu de uma iniciativa da sociedade *Madrépora*, conforme já dissemos. Relembramos que, de modo a cumprir um dos itens do seu estatuto, procedeu a associação à escolha de um periódico a fim de ser distribuído nas escolas. Após

um breve período de distribuição da *Ilustração luso-brasileira*, a escolha recaiu sobre o *Archivo*, tão logo o periódico retomou sua publicação regular em 1859. Tal distribuição estava condicionada, porém, a duas exigências:

1. A destinação era específica aos alunos que tivessem sido distinguidos pelo estudo e pelo comportamento. O *Boletim da Instrução Pública* menciona a necessidade de envio da ata da cerimônia de premiação, determinando-se de antemão a vinculação à prática escolar da distribuição de prêmios, contribuindo para a incrementação do ritual.
2. Exigia-se o envio do local da escola e dos nomes dos alunos contemplados para serem impressos na capa dos números mensais²⁰¹.

Tudo indica que a associação e a direção da revista estavam empenhadas em alcançar um número alargado de escolas, conforme se verifica em anúncio que encoraja os professores a fazerem o pedido para serem contemplados (Reproduzido no *Correio Mercantil*, 1861, n. 94, p. 4)²⁰².

Não tardou que esse movimento da iniciativa civil fosse institucionalizado pela Direção Geral da Instrução Pública do Ministério do Reino. Uma portaria, publicada em 11 de junho de 1860 e assinada por José Maria de Abreu (1818 – 1871), então Diretor Geral da Instrução, determinava a institucionalização da distribuição das revistas pelas escolas, a qual passava a ser efetivada pelo Estado, mesmo que financiada pela iniciativa particular. Na ocasião foi enviada aos governadores civis uma lista das escolas dos respectivos distritos²⁰³ que deveriam ser contempladas com a revista. Em referência à referida portaria, lê-se no *Archivo*: "Sua Majestade houve por bem louvar este patriótico donativo, e mandar que a distribuição dos exemplares destinados às escholas se fizesse pela direcção geral de instrução publica" (AP, 1861, n. 27, p. 214).

²⁰¹ Infelizmente não foi possível ter acesso à referida lista de nomes impressos na revista. Nos dois acervos a que tivemos acesso, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, não constavam as capas de nenhum dos volumes.

²⁰² Por conta da limitação de acesso aos arquivos em função da pandemia, não foi possível averiguar se houve distribuição também nas escolas brasileiras. Chegamos a aventar essa hipótese em função de o anúncio com o chamamento aos professores ter sido integralmente reproduzido no jornal do Rio de Janeiro, apesar de originário de Lisboa. Uma próxima etapa da pesquisa pode vir a investigar esse aspecto.

²⁰³ Apesar de termos localizado a portaria, não localizamos a referida lista de escolas que a acompanhava. Pudemos, contudo, aceder aos relatórios da inspeção de 1863-64, que desvelaram algumas das escolas que recebiam a revista na altura.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA—3.ª REPARTIÇÃO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Remetto a v. ex.^a a inclusa relação das escolas d’esse districto, pelas quaes deve ser distribuido o jornal intitulado *Archivo Pittoresco*, que a sociedade *Madrepora*, composta de subditos portuguezes no Rio de Janeiro, escolheu e assignou com o fim de ser dado gratuitamente ás escolas primarias de Portugal. Os dois exemplares que acompanham este officio, correspondentes aos mezes de março e abril do corrente anno, e que são os primeiros do terceiro volume do dito jornal, e todos os mais folhetos que successivamente forem remettidos, devem ser archivados pelo professor ou mestra da escola a que se destinam, para qúe, estando completo o volume, seja este entregue a titulo de premio ao discipulo ou discipula que o merecer pelo seu distincto aproveitamento.

Sirva-se portanto v. ex.^a passar as ordens necessarias para o fim indicado, e tambem para que seja enviada a esta direcção uma nota explicativa dos alumnos em quem tiverem recaído os premios, por isso que têm seus nomes de ser publicados no mesmo jornal, conforme os desejos da benemerita sociedade que os manda repartir.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d’estado dos negocios do reino, em 11 de junho de 1860.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador civil do districto de Aveiro.—*José Maria de Abreu*, director geral.

D. de L. de 19 jun., n.º 137.

Figura 30 - Reprodução da Portaria que institucionaliza a distribuição do Archivo Pittoresco pelas escolas primárias portuguesas

Com a institucionalização, o *Archivo* fica sujeito às regulamentações do Estado impostas a todos os materiais de leitura que circulavam na escola primária. Isso significa que passa a incidir sobre ele os critérios de qualificação das obras literárias estabelecidas no “Regulamento para a aprovação e adopção das obras destinadas ao ensino” publicado em 20 de janeiro de 1860²⁰⁴. De modo geral, categorizavam-se as obras publicadas entre adotadas, aprovadas e proibidas.

O depósito de exemplares mencionado na portaria acima é justamente para que se possa exercer o controle do conteúdo veiculado, sendo essa vinculação institucional mencionada em outras ocasiões. A fim de informar os leitores de fora da escola, assim se publica: “para que a autoridade literária possa exercer a sua vigilância sobre um jornal, que tem admissão gratuita nas escolas públicas, os editores depositarão um exemplar de todos os números na direção geral da instrução pública (ministério do reino)” (Reproduzido em *Correio Mercantil*, 07/04/1861, n. 94, p. 4).

É interessante notar que, ao passo que o *Archivo* foi sendo incorporado à cultura escolar, tendo sua distribuição regular se tornado familiar a inspetores e diretores, o *Boletim Geral de instrução pública* tornou-se espaço de divulgação da distribuição, bem como de

²⁰⁴ Faziam parte do Conselho Geral da Instrução Pública, Manuel, Cardeal patriarca, como vice-presidente, e os vogais: António Feliciano de Castilho, Bernardino António Gomes, Luiz Augusto Rebello da Silva, José Maria de Abreu, José Maria Latino Coelho, Justino António de Freitas, José Eduardo de Magalhães Coutinho, João de Andrade Corvo e Joaquim Gonçalves Mamede. Regulamento reproduzido no *Boletim Geral de Instrução Publica*, 10/04/1861, n. 10, pp. 146-153)

esclarecimento de dúvidas. O professor Francisco Gomes Pereira, de S. Vicente de Chã, no concelho de Montalegre, é um dos que utiliza o boletim como espaço de esclarecimento de dúvidas acerca da forma correta de distribuir a revista. Indaga sobre a possibilidade de ser facultado em fascículos, ao que o boletim esclarece que a distribuição deve ser feita em um único volume, ressaltando ainda a garantia do critério de distinção ao aluno premiado (*Boletim Geral de Instrução Pública*, n. 32, 07/09/1864, p. 480). Já a professora Maria José da Silva Canuto, bastante conhecida por seus méritos docentes em Lisboa, informa ter sido autorizado pelo Comissário a premiação da aluna Maria Carolina da Conceição dos Santos, de 13 anos²⁰⁵ (*Idem*, p. 179-180).

Os esforços conjuntos da rede transatlântica garantida pelo suporte financeiro da sociedade *Madrépora* do Rio de Janeiro, pela articulação social desempenhada pela direção do *Archivo Pittoresco* e pela mobilização dos professores na entrega dos prêmios, apoiada pela Direção Geral da Instrução Pública, proporcionou um vertiginoso incremento no número de exemplares distribuídos pelas escolas portuguesas ao longo dos anos, alcançando uma abrangência geográfica que contemplou localidades em todas as regiões do continente e nas ilhas.

Tabela 10 - Estimativa acerca da evolução do número de exemplares da revista distribuídos ao longo dos anos pelas escolas primárias

Ano	Número de exemplares distribuídos ²⁰⁶
1860	300
1861	600
1862	1.000
1863	1.000
1864	3.000
1865	4.200

²⁰⁵ Assim está referido no *Boletim*: “Maria Carolina da Conceição dos Santos, de 13 annos de idade, matriculada analphabeta há tres annos n’esta escola: tem muitos serviços escolares; é pobre de fortuna, mas é rica de todas as virtudes próprias do seu sexo; sáe para exercer uma profissão que lhe garanta meios pecuniários” (1864, p. 179-180).

²⁰⁶ Estimativa elaborada a partir dos números mencionados nos artigos de Silva Túlio enquanto diretor do *Archivo Pittoresco*, cotejados com anúncios e publicações acerca da revista realizadas possivelmente a pedido da sociedade *Madrépora* em jornais do Rio de Janeiro, sobretudo *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio* e *Diario do Rio de Janeiro*.

Percebemos que os tímidos trezentos exemplares que começaram a ser distribuídos rapidamente dobraram de número²⁰⁷, alcançando dez vezes o montante inicial entre 1863 e 64²⁰⁸ e os impressionantes mais de quatro mil exemplares em 1865²⁰⁹, antes da morte do fundador e diretor da *Madrépora* Emílio Machado Reis.

Na expectativa de verificar a institucionalidade da distribuição da revista pelas escolas primárias, sua efetivação e o *modus operandi*, analisamos todos os relatórios de inspetores da instrução pública disponíveis para o período em que o impresso circulou nos estabelecimentos escolares, ao que localizamos a documentação organizada apenas do ano letivo 1863-64²¹⁰, os quais foram, contudo, bastante elucidativos de três aspectos: a familiaridade de inspetores e professores com o *Archivo Pittoresco*, o desenvolvimento de estratégias próprias de distribuição nas escolas e a abrangência geográfica da sua circulação.

Encontramos, por exemplo, situações em que a escola não recebia a revista, mas que o inspetor recomenda a requisição à sociedade *Madrépora*, como acontece na Escola Pública da Escorregadura, S. Martinho do Campo, em Santo Tirso, ou em que o professor manifesta o desejo de recebê-la, no caso das Escolas Públicas da Freguesia da Graça (concelho de Braga) e da Freguesia de S. Matheus d'Oliveira (concelho de Vila Nova de Famalicão). Algumas escolas são contempladas com mais de um exemplar, como é o caso da Escola Pública da Póvoa, em Póvoa do Varzim, que recebe sete exemplares e adota um sistema diferente de distribuição: cada aluno tem o direito de desafiar o outro, e os sete que obtiverem os melhores resultados no desafio recebem os prêmios. Esse é um exemplo muito significativo da infiltração do *Archivo* na cultura escolar discutido no tópico anterior, corroborado por alguns relatórios em que os inspetores mencionam algum detalhe sobre a

²⁰⁷ Citamos uma das menções a essa distribuição na imprensa: "a patriótica sociedade portugueza Madrepورا, fundada nesta côrte, fez distribuir o ano passado 300 volumes do *Archivo Pittoresco*, pelas escolas populares da capital e provincias de Portugal. A mesma sociedade autorisou os edictores do *Archivo* a distribuirem 600 exemplares do 4º volume, tambem gratuitamente, às escolas que não haviam sido contempladas na primeira distribuição" (Diario do Rio de Janeiro, 1861, n. 126, p. 1).

²⁰⁸ Aqui também referimos uma das menções numéricas que localizamos na imprensa diária: "Para o publico saber qual a acceitação que este jornal tem adquirido, basta dizer-lhe que já conta no Rio de Janeiro perto de 3.000 assignantes, e são distribuídos mais de 3.000 volumes pelas escolas de Portugal para serem offereccidos gratuitos e como premio, em nome da *Sociedade Madrepورا*, aos alumnos e alumnas, que nelas mais se distinguirem" (Correio Mercantil, 1864, n. 309, p. 4).

²⁰⁹ Sobre esse número de exemplares, lê-se no *Archivo*: "Foi ella [Madrépora] a primeira que instituiu prêmios litterarios para os alumnos pobres das eschololas gratuitas d'este reino, e só do *Archivo Pittoresco* tem distribuído 4.200 exemplares, que importam 8.400\$000 réis" (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267).

²¹⁰ Ministério do Reino, 1863, *inspeção às escolas primárias*, Mç 4089; Ministério do Reino, 1863-64, *inspeção às escolas primárias*, Mç 4090; Ministério do Reino, 1863-64, *inspeção às escolas primárias*, Mç 4091.

entrega. Citamos também o caso das nove escolas do distrito de Portalegre que foram visitadas, em que o inspetor especifica que o *Archivo* era entregue em presença dos pais. Como não se trata de uma ata, mas de um relatório com campos pré-definidos para preenchimento, não são dados mais detalhes sobre esse procedimento, mas podemos aventar algum tipo de cerimônia, como aquelas já relatadas neste trabalho. O exemplo do Professor Manoel Moutinho, da Escola Pública d'Águas Santas (concelho da Maia), é também representativo acerca desse imbricamento da revista à cultura escolar. O docente estabelece e explicita critérios objetivos para a atribuição do prêmio, relativos a quantidade máxima de faltas, número mínimo de tarefas cumpridas, quantidade de respostas certas.

No que diz respeito à maneira como era distribuída, além do convencional envio por correio aos professores que o solicitavam, há situações em que é entregue em mãos pelo próprio inspetor em visita: na ilha de São Miguel dos Açores, possivelmente pela limitação da chegada do correio, o inspetor André António Avelino costumava entregar em mãos os volumes do *Archivo*. A identificação dos concelhos em que a revista era distribuída, por meio dos relatórios em que esta informação estava disponível, permitiu conhecer a abrangência geográfica do periódico, que alcançou concelhos a norte, a sul, no centro, no interior e nas ilhas. O gráfico e o mapa abaixo permitem essa visualização no território²¹¹.

²¹¹ Conferir Anexo 2 - Distribuição do "Archivo Pittoresco" pelas escolas primárias portuguesas (1863 - 1864), organizado por distrito. Tabela completa constando identificação das escolas, localidade, professor, número de alunos atendidos e desempenho.

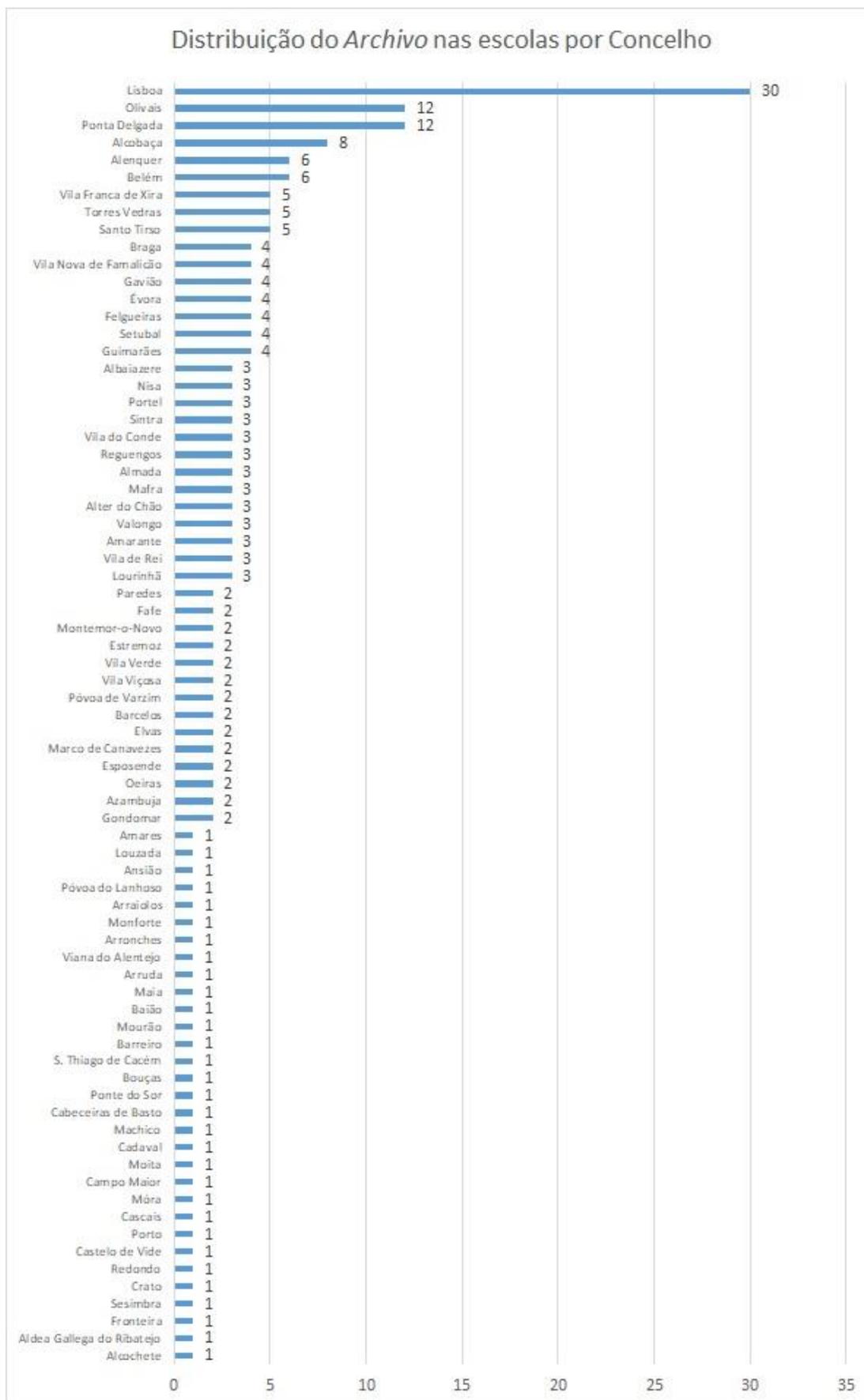


Figura 31 - Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados nos relatórios da Direção Geral da Instrução Pública, Ministério do Reino, 1863-64.

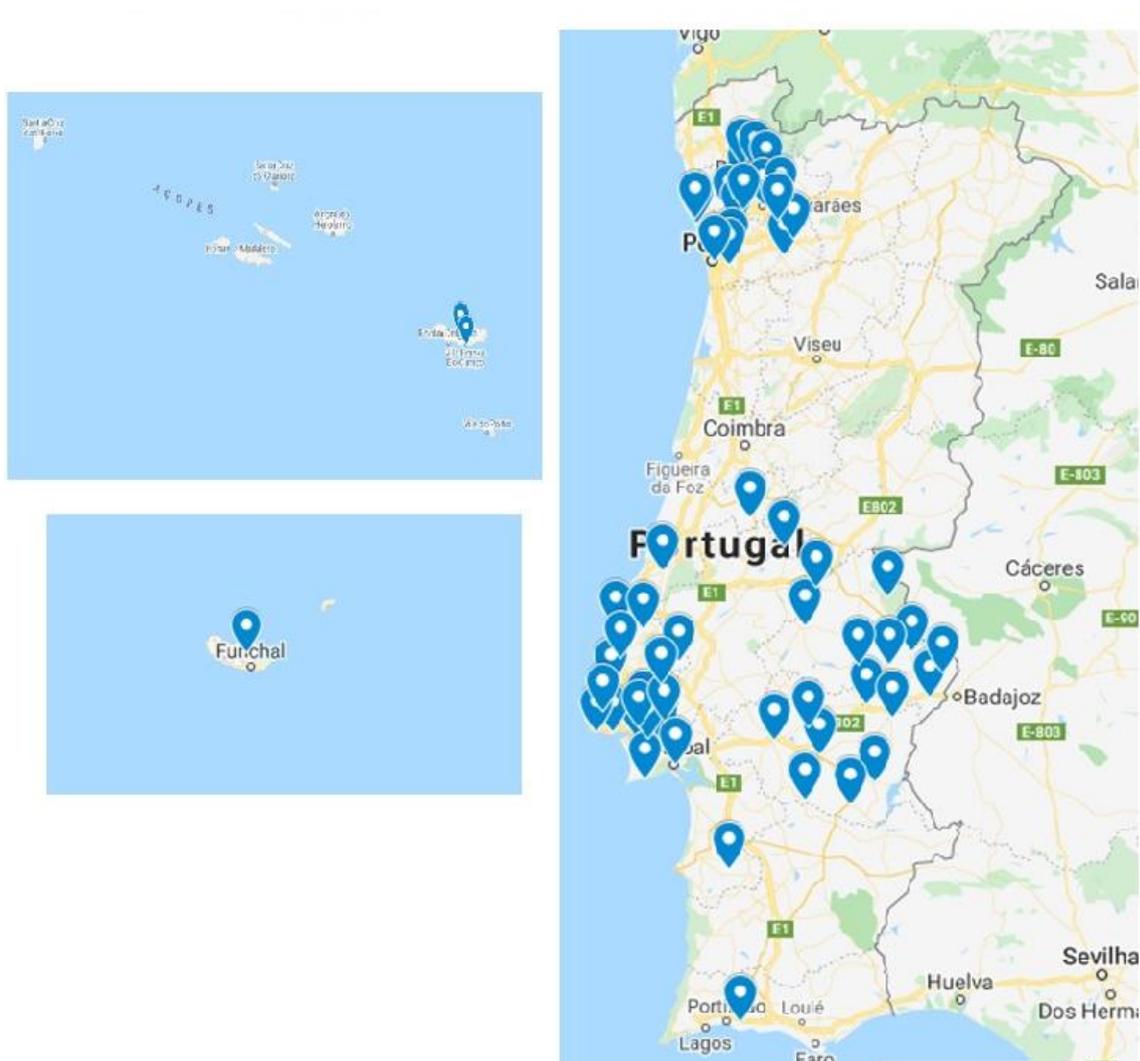


Figura 32 – Distribuição geográfica do *Archivo Pittoresco* nas escolas primárias portuguesas. Mapa elaborado pela autora no google maps a partir da inserção de dados recolhidos nos relatórios da Inspeção Geral da Instrução Pública, Ministério do Reino, 1863-64.

Esses são os concelhos em que seguramente houve distribuição da revista pelas escolas, uma vez que essa informação está especificada no relatório das localidades. Tudo indica, contudo, que o *Archivo* deva ter alcançado mais concelhos, de cujos não tivemos acesso à informação – ou porque não havia relatório disponível, ou porque o campo relativo aos prêmios não havia sido preenchido, o que aconteceu em diversos dos relatórios consultados.

O início da distribuição regular e sistemática nas escolas primárias portuguesas é um marco de mudança na linha editorial da revista, alterando características de sua materialidade. Verifica-se um esforço ainda maior na nacionalização das imagens, a busca de dialogicidade na linguagem, a diversificação de textos com vistas a leitores diversos e a criação de seções específicas: os *Estudos da Língua Materna*, desde o primeiro número do

terceiro volume (1860); *Leituras familiares*, a partir do quarto volume (1862, n. 16) e *Leitura para escolas*, que se inicia no sexto tomo (AP, 1863, n. 08). Essas inserções, avaliadas em pormenor mais adiante, são reveladoras das dinâmicas de leitura, que levam a alterações na estratégia de produção com vistas a alcançar/ dialogar com leitores distintos. A regularidade de textos, seja nas seções, seja por meio de temáticas, distingue-se da organização verificada na primeira fase, com os artigos apresentando-se de modo mais aleatório, à maneira de um arquivo de conhecimentos úteis, como nas outras revistas literárias desse ciclo. Não que essa aleatoriedade tenha sido de todo superada, mas passam a figurar temas com contornos mais previsíveis.

É a partir de então que António da Silva Túlio assume como diretor e principal redator²¹², ganhando força sua atuação enquanto articulador da rede de sociabilidade envolvendo a Sociedade *Madrépora* do Rio de Janeiro²¹³. Nesse período, nota-se um reforço nos elementos constitutivos da nacionalidade, anunciado pela própria revista:

A empresa do *Achivo Pittoresco*, solícita, como se mostrára desde o seu começo, em mesclar o útil com o agradável na commemoração de tudo o que possa interessar ao lustre e gloria do nome portuguez, prossegue cada dia mais desassombrada no desempenho de tão assisado proposito (AP, vol. IV, 1860, n. 17, p. 129).

4.2.4. Nacionalizar para educar

O esforço de nacionalização é então vinculado tanto à literatura quanto à normatização da língua, permeado pela história pátria. Em relação ao primeiro aspecto, refere-se sobretudo à publicação de romances nacionais, como o referido *A Menina de Val-de-Mil*, de Mendes Leal, cuja primeira parte foi publicada em fascículos, prometendo-se a segunda para a próxima edição. No que tange ao segundo, a seção dedicada à resolução de dúvidas sobre a língua é o elemento central e com pretensões normativas – os referidos *Estudos da Língua materna*, associada a trechos da tradição oral. O redator não deixa de mencionar a “falta de uma grammatica nacional que determine qual a melhor syntaxe que em casos duvidosos se deve seguir” (AP, 1861, vol. IV, n. 52, p. 411), trazendo à tona uma problemática que vai tornar-se cada vez mais urgente no que diz respeito à história pátria.

²¹² Cf. Silva, 1867, p. 307.

²¹³ Lembrados que Túlio é a figura que mais se destacou nas relações com os diretores da associação, principalmente com o fundador António Emílio Machado Reis.

Destacam-se os artigos de Inácio de Vilhena Barbosa quem assumirá, sobretudo a partir de 1862, a responsabilidade da maior parte dos artigos que se relacionem à memória coletiva nacional. Tais elementos traduziram-se na exaltação do passado glorioso de conquistas, em que se encontram os domínios coloniais (daí a se fazerem diversos quadros históricos das colônias) e na cultura material que é testemunha desse legado, representado pelas Antiguidades Nacionais e Monumentos, referidos como “lugares memoráveis” - tais como a casa de Almeida Garret, ou a casa onde teria nascido e falecido Camões. A maioria dos artigos sobre os lugares de memória de Portugal e a seção de Antiguidades Nacionais estarão sob sua responsabilidade a partir do momento em que assume como diretor. Em algumas edições chega a assinar quatro artigos, como é o caso do número 26 do sexto tomo (1863), quase todo ele escrito sob a sua pena.

O importante elemento da gravura também vem, a cada ano, procurando contribuir para a nacionalização ainda maior do impresso, uma vez que a relação entre texto e imagem é fundante no periódico – gravuras com temáticas nacionais possibilitam um foco ainda maior nos aspectos do país. Em carta aos assinantes de 1864, Silva Tulio menciona que 125 das 145 estampas do volume foram originalmente produzidas para esse fim, com “assumptos nacionaes, quase todos ainda não tratados” (Silva Tulio *in* Diário do Rio de Janeiro, 1864, n. 97, p. 1)

O prólogo de abertura do terceiro volume é bastante representativo dessa abordagem. Justificando essa linha editorial, que declaradamente resgata do antecessor *O Panorama*, afirma:

(...) Nacionalizando cada vez mais este jornal, não só com os retratos, monumentos, edifícios, paisagens, produtos e typos portuguezes, divulgados pela gravura de madeira, e por artistas nosso, mas tambem pela narrativa dos feitos e acções dos nossos antepassados, dos seus usos e costumes, antigualhas de muito valor e préstimo para temperar o romance e o drama nacional, que andam hoje tão dissaboridos com os francezias de que ahi fazem uma linguagem enxacoca, e de tão suave idioma como é o portuguez, uma salsada que amaruja até aos paladares mais depravados (AP, vol. III, N. 1, 1860, p. 1).

Essa ideia de nacionalização traduzida numa maior representação da história e da cultura portuguesas, passando pelos tipos e pelo cotidiano, relaciona-se à necessidade de reforçar o sentimento de pertença do “povo” à nação, no modelo liberal-regenerador que se constituía. Aspectos da “vida íntima do povo” mesclam-se aos lugares memoráveis,

procurando chamá-lo à identificação. A representação de tipos nacionais é frequente, como se pode verificar na gravura que segue sobre os pescadores.

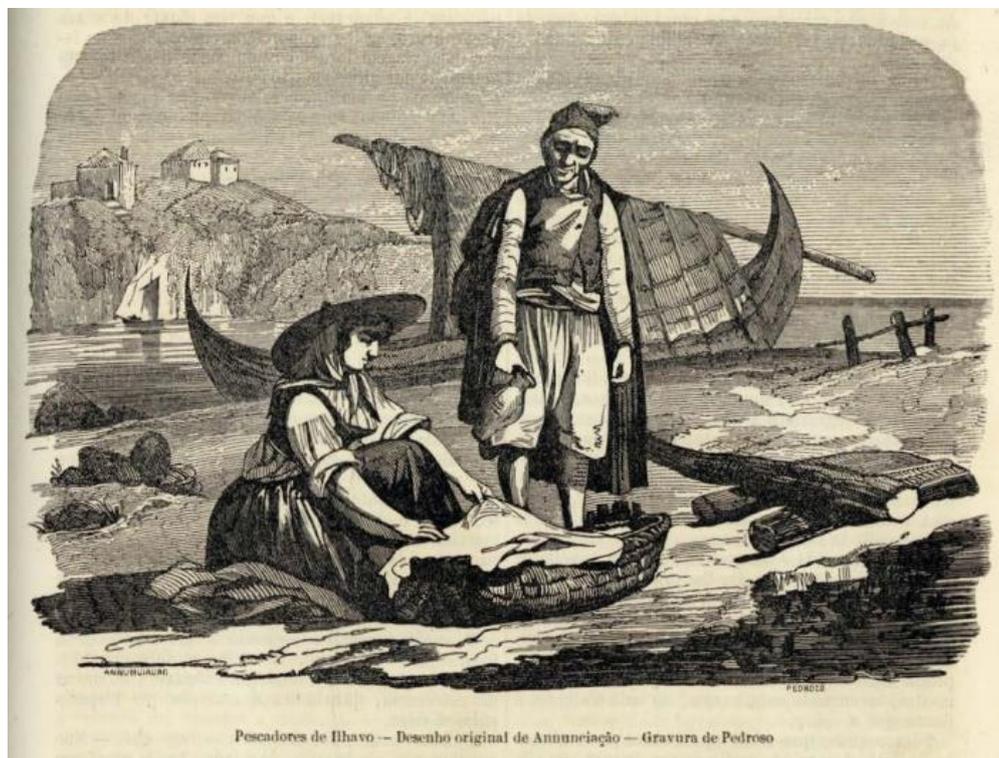


Figura 33 - Representação dos pescadores como um tipo nacional peculiar. AP, 1860, vol. III, n. 4, p. 25.

No texto que acompanha a cena, depreende-se da imagem, que funciona como o congelamento do tempo e do espaço, a história cotidiana a ela subjacente, narra-se a rotina do pescador, e o exato momento em que essa situação teria sido "captada". Outro exemplo do esforço em representar a vida íntima dos populares nacionais e a diversidade dos tipos nacionais, para não ficarmos apenas em um, é um artigo que versa sobre a contribuição da diversidade dos trajes na manutenção dos elementos da nacionalidade e até dos bons costumes (AP, 1862, vol. V, n. 34, pp. 271-272). Nesse sentido, destaca quatro grupos dentre os lisboetas, ribatejanos, lavradores da Beira, operários de Lisboa e os que seguem os "requintes da moda".



Figura 34 - Gravura que ilustra o artigo intitulado "typos e trajos nacionaes". AP, 1862, vol. V, n. 34, p. 272.

Partindo dessa premissa que relaciona “povo” e nação, é dada a sentença sobre o caráter do jornal e aquilo que deve representar, ao que se associam educação do povo e o despertar do “amor da pátria”:

Nu'm **jornal popular** esta condição é das primarias. O amor da pátria e o zelo pela sua independencia, infunde-se e estimula-se pelas memorias e recordações do passado no que tem de glorioso, bom e imitável em todos os tempos. Inspiram ellas o sentimento religioso, o respeito á moral; excitam o genio empreendedor; dão conhecimento do que fomos, e esperanças do que podêmos vir a ser (AP, vol. III, n. 1, 1860, p. 2, grifo nosso)

Esses trechos são reveladores e sintéticos das aspirações intelectuais românticas que verificamos dentre os intelectuais da rede nesse ciclo histórico, sempre em busca de constituir o futuro a partir do passado. As glórias buscadas nos compêndios de História são também almejadas aqui, de forma a que cheguem ao povo, dado que “n’um jornal popular esta condição é das primarias”. Isto porque a revista é também representante da cruzada civilizatória entendida como necessária para se constituir uma nação e formar cidadãos.

Diante de um hiato diagnosticado no que diz respeito à ação do Estado, é a elite intelectual quem reivindica esse lugar, atuando como representantes da esfera pública da educação e representando, como já discutimos, a relação entre educação e sociedade:

A pedra angular de nosso engrandecimento é sem controvérsia a **instrução popular**, que se não tem proporcionado, difundido nem vigiado como é indispensável, concorrendo para esta obra de salvação d'alma e de corpo, não só o estado, mas todos os bons cidadão, atento que os poucos recursos do erário mal chegam para o que está legislado” (AP, vol. III, n. 1, 1860, prólogo, grifo nosso).

Esse lugar auto-atribuído pelos intelectuais articulados em torno da revista materializa-se com a distribuição do impresso pelas escolas, consolidando seu papel como divulgadores ou mediadores culturais.

Enquanto configurou-se como leitura escolar, o *Archivo* enxergou novos leitores, reinventou-se, esparramou-se e incidiu sobre o ponto nevrálgico que estava em causa no projeto de nação pensado pelos intelectuais a ela vinculados. Alcançar a civilidade passava por incutir nas escolas não só o instruir, mas também o educar, e foi isso que se tentou fazer. Eles mesmos avaliam como positivo o impacto da premiação por mérito no desempenho e no bom comportamento dos alunos:

Esta clausula [do mérito], judiciosamente imposta para incentivo e emulação, produziu maravilhoso effeito, porque muitos alumnos e alumnas, visando a este premio, se habilitaram com assidua applicação para o obter; e tanto, que em quasi todas as escholas foi necessário recorrer á sorte para se conferir o premio, porque, ou os examinadores, onde os houve, ou os professores na falta d'elles, apuraram como dignos de o merecer mais de um discípulo (AP, 1861, vol. IV, n. 27, p. 214).

Esse amplo alcance de um público diverso possibilitado por essa estratégia de circulação do periódico põe em cima da mesa uma questão fundamental quando se abordam os impressos na história, a figura do leitor. O confronto com a carta de uma aluna de dez anos de idade premiada com a revista foi revelador das apropriações a que está sujeita a leitura. Endereçada à sociedade *Madrépora* em diálogo com a alocução por eles enviada a todos os alunos premiados, destaco dois excertos da correspondência. Na primeira delas, a aluna deixa entrever a incorporação do discurso acerca da riqueza contida na instrução e nas potencialidades do livro – no caso, o “periódico-livro”.

Dir-vos-hei sinceramente, quando recebi o vosso premio, achei-me tão rica... tão rica... que me assustei... pareceu-me que levava uma riqueza roubada às minhas

condiscipulas, e à minha mestra... Acreditai-me, senhores, no momento de receber o precioso donativo, senhora dele, ofereci-o à minha boa amiga; não o aceitou; e entre orgulhosa e oprimida, lá o levei! (Aluna-ajudante da Escola Regia das Mercês²¹⁴, 22 de junho de 1861 *apud A Saudade*, 1861, n. 12, p. 104).

Deixando entrever sua admiração e entusiasmo pela posse do impresso, possivelmente o primeiro de sua propriedade, a menina leva o volume para um ambiente até então estranho a ele, o campo, onde possivelmente vive com as tias²¹⁵. A infiltração desse que parecia um intruso naquele ambiente levará a usos peculiares do mesmo, adequados ao contexto e às características daquela nova comunidade de leitores que formar-se-á, e consolidando antigo desejo manifestado pelos redatores da revista. Assim versa a aluna sobre os usos que faz do impresso:

Aos serões, enquanto minhas tias trabalham laboriosamente nos seus labores de agulha, amenizo-lhes eu essa fadiga, com a leitura do vosso livro amigo. Já vedes, senhores, que mais subido [sic] premio não poderia receber quem muito agradecida vos beija as mãos (...) (*Idem*).

A leitura em voz alta é um aspecto fundamental para se compreender a diversidade de apropriações e as potencialidades de alcance do impresso, sinalizando a existência das particularidades dessa comunidade de leitores e revelando a invasão do impresso nas sociabilidades da oralidade. Aliás, diversas práticas de leitura, como a partilhada, ou em conjunto, coexistiam com a leitura silenciosa, conforme já advertiu Chartier (1990).

O relato da aluna nos coloca diante de uma cena doméstica de leitura, incorporada ao cotidiano familiar e extrapolando o espaço da escola. Nos remete aos serões descritos por Mandrou em seu “Da cultura popular nos séculos XVII e XVIII”, em que os livrinhos da *bibliothèque bleue* eram “lidos em voz alta pelos poucos aldeões que sabiam ler, durante a *veillée*, uma reunião informal no fim da tarde, quando as mulheres costuravam e os homens consertavam as ferramentas” (Citado em Darnton, 1990, p. 212).

Que a revista tomou parte na cultura escolar já demonstramos nesse trabalho. Parece, contudo, que o alcance foi ainda mais complexo. A distribuição como prêmio, levando a revista para as casas dos alunos, teria, ainda, funcionado como meio de superação do espaço escolar de maneira a levar as normas e padrões incutidos nessa cultura, eles mesmos constituídos como transposições da sociedade “civilizada”, para aqueles que não

²¹⁴ Regida pela já mencionada professora Maria José da Silva Canuto.

²¹⁵ Na carta a aluna menciona ter recentemente regressado do campo.

chegavam até a escola. Constituía, assim, uma maneira de fazer penetrar a forma escolar nesses arrabaldes da sociedade.

Manuel Pinheiro Chagas, notável defensor da propagação da leitura por meio de bibliotecas populares, analisa, em artigos na própria revista, o potencial dessa estratégia de disseminação do conhecimento que extrapola a forma dos impressos. Em um dos artigos de sua autoria, o intelectual lançou sua tese sobre a imprescindibilidade de bibliotecas populares para a consolidação da educação e da instrução, dando o exemplo da viabilidade das mesmas a partir do caso da França. Passando à situação de Portugal, seu clamor pelo estabelecimento desses espaços promotores da leitura vem acompanhado da crença numa forma de ler potencializada pela multiplicação a partir da criança.

Oh! Criem-se as bibliothecas escolares, dêem-se ao mestre-escola, esse missionario da civilisação, armas com que possa espancar a ignorancia, combater o prestigio do pagode infame que se chama taverna, e verão como todos os escriptores mais notaveis correm a uma a pôr o seu talento a serviço da grande causa da civilisação, verão como os Castilhos, os Herculanos, os Mendes Leaes, os Rebellos, os Latinos, desdenham os loiros que lhes podem provir de mais uma esplendida manifestação do seu talento, e se empenham em conquistar a gloria pouco ruidosa, mas consoladora, mas pura, de condimentarem o pão do espirito por tal fórma, que o grosseiro paladar do povo possa saboreal-o (...) (Chagas *in* AP, 1865, vol. VIII, n. 17, p. 131-132).

A evocação dos reconhecidos poetas românticos é anunciadora da sua percepção acerca do povo português. Pinheiro Chagas, na trilha de Castilho, considera necessário, para se alcançar as inteligências desse povo, “descer” alguns degraus intelectuais. A produção de impressos acessíveis às diversas inteligências, associado à criação de bibliotecas populares, seriam capazes de fomentar os aspectos metodológicos que já havia enunciado, na mesma linha do poeta-educador, sendo fortalecidos por um novo aliado: a leitura infantil para a família. Ao sugerir que sejam emprestados livros às crianças para que levem à casa e leiam, diz Chagas:

Não se imagina que doce influencia possui essa voz infantil sobre as intelligencias mais grosseiras, sobre os corações mais pervertidos. Insensivelmente o pae folgará de escutar aquellas palavras proferidas por seu filho, ufanar-se-ha vendo-o decifrar tão correntemente esses jeroglyphicos mysteriosos que lhe dançam diante dos olhos deslumbrados nas paginas imoveis do livro, e o demonio da taverna será vencido com o anjo da infancia (Chagas *in* AP, 1865, vol. VIII, n. 17, p. 132).

Seria essa uma forma de banir a taberna, apontada como corruptora de caráter, espaço capaz de roubar o investimento antes feito na educação das crianças. O intelectual reconhece o papel que já vem desempenhando o *Archivo Pittoresco* nesse processo, com a distribuição nas escolas, e destaca a necessidade de que se ampliem os prêmios escolares.

Muitas revistas do gênero proclamaram a necessidade de alcançar um público de leitores diverso e, para tal, procurou promover diferentes estratégias, tanto externas (RUL cria sala de leitura), quanto internas (*O Farol* incorpora enigmas e charadas na tentativa de ser mais palatável, e mantém um preço reduzido). Contudo, foi o *Archivo Pittoresco* que alcançou efetivamente a diversidade etária, de gênero e de classe social entre os seus leitores.

A garantia da distribuição como prêmio escolar aos alunos com o melhor desempenho possibilitou, ao que tudo indica, a formação de uma comunidade de leitores constituída de ao menos três grupos: os professores primários, que passavam a ter acesso regular à revista, podendo valer-se dela como enciclopédia de conhecimentos que poderiam ser utilizados como complemento ao ensino; os alunos, que no fim do ano tinha a chance de levar para casa o volume completo; os familiares, que podiam beneficiar-se da leitura, mesmo que em sessões de leitura em voz alta, como a relatada pela aluna de Lisboa. Os dois primeiros configuravam-se como leitores potenciais, ao que se somavam os ouvintes potenciais. A vinculação ao prêmio, atribuído ao aluno com melhor desempenho, garantia que tais leitores fossem providos das ferramentas básicas de leitura e escrita, apesar de serem iniciantes.

Além disso, a revista viu-se diante de um desafio até então inédito entre as revistas ecléticas, a interlocução com o leitor infantil. Por diversas vezes nota-se a menção a esse leitor, geralmente justificando determinado conteúdo como útil à criança. Alguns textos revelam um esforço didático que chama a atenção. É o caso do relato sobre a premiação realizada na Exposição Industrial do Porto de 1861, para a qual a Sociedade *Madrépora* contribui com três prêmios. Ribeiro de Sá dirige seu relato a “ensinar à infância e às pessoas adultas o que significa - o capital avultado, dirigido por uma intelligencia apurada; o trabalho sujeito a uma vontade rigorosa, e a arte dando encanto às formas das obras da industria” (AP, 1863, vol. VI, p. 6). Após discorrer sobre a cerimônia e elogiar a benevolência da associação, faz um esforço de síntese final, posicionado estrategicamente após o texto, separado por um traço. Caso não houvesse fôlego para ler toda a matéria, a parte final servia para transmitir os aprendizados que deveriam ser apreendidos.

Reproduzimos abaixo aquilo que se pretendia que ficasse consolidado entre os leitores, escrita de forma simples e direta:

A vida dos homens úteis é simples, ainda nas mais difíceis posições, e mesmo quando prestam valiosos serviços à sociedade.

(...)

A memória da Sociedade Madrépora brilha como um prêmio no peito de homens úteis. Os seus premiados são beneméritos do trabalho.

É rara a história de heróis da política ou das armas, que se possa apontar à mocidade como um exemplo. Nos annaes modestos do trabalho, só ha lições para aprender, exemplos para seguir, e nomes honrados para venerar.

É nestes annaes que estão registrados os nomes dos tres expositores da Exposição Portuense de 1861, premiados pelo jury com as recompensas que foram primorosas dadivas da Sociedade Madrepóra (*Idem*, p. 7).

Ao longo do período em que a revista se constitui como prêmio escolar foram promovidas diversas adaptações e alterações. Se as alterações formais dos textos podiam alterar a forma de recepção, é aí que se inscreve uma mudança na forma de apresentação do conteúdo. A dialética entre autores-leitores é aí refletida. As seções surgidas na segunda fase (1860-65), quando se torna oficialmente prêmio, são reveladores desse processo.

Seria uma operação editorial como aquela realizada pela *Bibliothèque Blue*? Diminuir os textos, simplificar, recortar e ilustrar foram as ações realizadas pelos livreiros franceses para tornar os textos “legíveis” para o público ao qual se destinava, pautando “uma leitura que só está à vontade com sequências breves e fechadas, separadas umas das outras, uma leitura que parece ficar satisfeita com uma coerência mínima” (Chartier, 1997, p. 28). Em que medida a forma do texto proposta nas novas seções do *Archivo* são aquelas procuradas pelos leitores – ou, ao menos, a que os redatores pensam ser adequadas a eles -, e em que medida são, por outro lado, resultado de novas formas de leitura proporcionadas por uma nova estratégia de distribuição e circulação?

4.3. Novos textos e novas estratégias editoriais para novos leitores

Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los. A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva

ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido.

(Certeau, 1998, p. 269 – 270)

Nesse trecho quase poético de Certeau salta-nos aos olhos o papel de uma figura imprescindível nos processos de leitura, o leitor, razão de ser de todos os textos, que modifica os sentidos e significados a partir de suas percepções e interpretações. Contudo, é tarefa difícil, quase impossível, rastrear os sentidos atribuídos pelo leitor, dado que voláteis, fugazes e atrelados à subjetividade. Mas há um esforço possível, já anunciado por Chartier e preconizado por Ricoeur, de analisar o encontro, a interseção entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, e é essa a nossa diligência.

Nesse sentido, o *Archivo Pittoresco* apresenta-se como um objeto, um produto cultural, a partir de cuja circulação enxerga-se diferentes grupos sociais. Tem-se em conta, obviamente, as estratégias utilizadas pelos produtores culturais, imbuídas de intencionalidades. Mas o produto carrega em si também as marcas que nos levam a outros grupos sociais, o dos leitores, dentre os quais encontraremos o homem médio letrado, mas também as mulheres, os professores e as mestras, os alunos da escola primária e suas famílias, geralmente na qualidade de ouvintes. Procuramos perceber como a revista deixa entrever, em suas escolhas editoriais, as marcas dos leitores com quem pretende dialogar.

Dentre os seus estudos acerca das práticas de leitura, Chartier (1990) identifica três esferas de sociabilidade em que a leitura tem presença marcante: no convívio social com amigos ou companheiros de ocasião, na intimidade familiar e no retiro individual. Desses três âmbitos, nos dois primeiros a prática da leitura em voz alta era predominante.

Essa multiplicidade de usos do impresso esteve inserida não apenas dentre as elites culturais, mas também nas camadas populares, com a particularidade de, nesse caso, o impresso muitas vezes não ser um livro. A insistência dos intelectuais românticos em que as revistas ecléticas assumissem a forma do “periódico-livro” estava afinada com essa realidade.

Para que a multiplicação das escolas e da instrução fosse frutífera, era necessário se pensar no tempo fora da escola – tanto no tempo que o aluno passava fora da escola, quanto em aquele em que os outros membros da família dispendiam seu tempo. Trocar a taberna pela leitura ao redor da mesa era a utopia desejada. Se à escola era atribuído papel moralizante, ela sozinha não conseguiria efetivar o intento. Os prêmios escolares e as cerimônias de distribuição a ele associados são, como já dissemos, práticas que articulam escola e sociedade, em um processo de mediação que tem por interlocutores não apenas os

alunos, mas também seus familiares e possivelmente aqueles que não enviam os filhos à escola, mas que poderiam ser sensibilizados pela opulência da cerimônia. A ampliação desse alcance seria ainda mais efetiva com a infiltração desses processos educativos no seio familiar. É então que os textos se revelam também como ferramentas normativas de comportamento – ou, ao menos, com a intenção de o ser, na expectativa de alcançar também a intimidade familiar por meio da leitura em voz alta.

Temos, assim, a possibilidade de um duplo alcance para o impresso: por um lado, expandir a educação para além do espaço escolar, tanto no que diz respeito ao aluno quanto ao restante da família; por outro, atuar como complementação ao manual escolar²¹⁶, quando no âmbito da escola.

Está hoje assentado, inquestionavelmente, que os jornaes litterarios são o complemento da instrução primaria. Ensinar a ler sem crear ao mesmo passo bons textos para o exercicio e proveito da leitura, é faltar á mais util clausula do programma da educação publica (AP, 1862, vol V. n. 1, p. 1).

Essa assertiva não surge descolada da tradição das revistas, nem mesmo o pretende. Ao contrário, emerge em alusão explícita e deliberada ao prólogo de *O Panorama*, escrito vinte e quatro anos antes por Herculano. Retoma seu brado em favor da instrução primária e sua reivindicação de mais atenção por parte do poder público. Ao mesmo tempo, reitera o papel das revistas no preenchimento desta lacuna, afirmando que “O que não faz quem o tem por obrigação, façâmo-lo nós por devoção” (*Idem*, p. 2).

Refletindo uma percepção que parece unânime dentro desse microcosmo de sociabilidade intelectual, de que o povo não estaria ‘preparado’ para consumir o livro, mas necessitava acessar um determinado tipo de conhecimento que o habilitasse a desempenhar uma atuação patriótica, procurou-se delimitar os conhecimentos fundantes nesse sentido: as ferramentas de escrita da língua pátria, a moral cristã, e os chamados ‘conhecimentos úteis’, dentre os quais destacava-se a proeminência de figuras históricas exemplares e fundamentos da história pátria.

O projeto educativo dos escritores da regeneração revela-se constantemente em suas manifestações na imprensa, e ganha especial contorno na *AP*, muito vinculado a uma relação entre passado e futuro, mediada pelo presente no qual os periódicos ecléticos

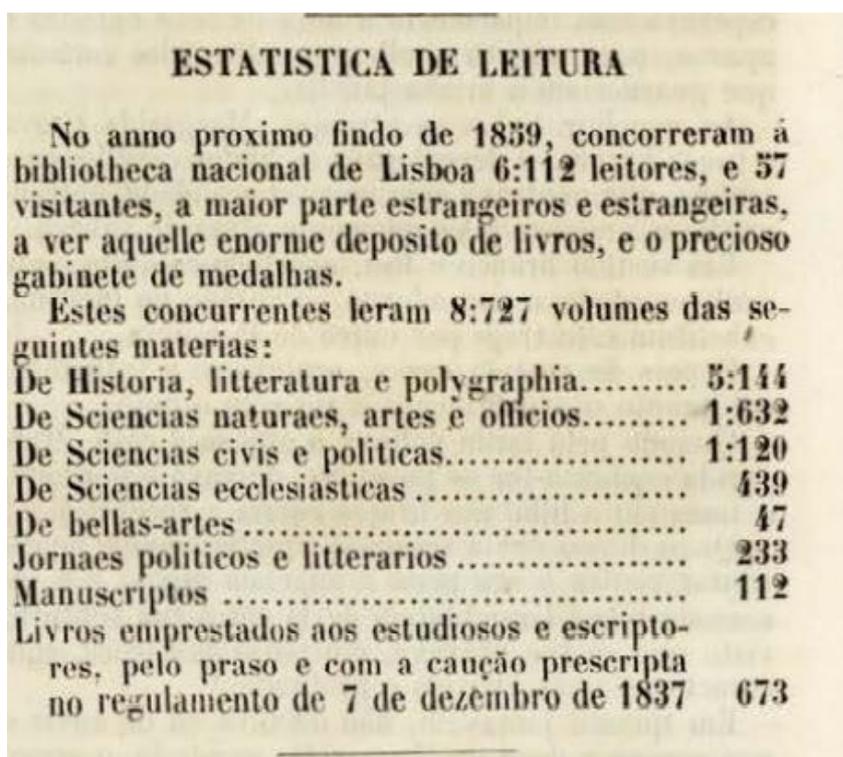
²¹⁶ Para uma discussão aprofundada acerca dos manuais escolares na escola portuguesa em seu papel de orientação ético-religioso conferir Boto, 2012, pp. 319 – 364 e Fernandes, 1994, p. 223.

assumiam importante função não só na divulgação do conhecimento, mas na seleção deliberada de conteúdos.

O *Archivo* reconhece que a regeneração nacional depende das doutrinas que engrandecem o presente, e nos hão de levar a melhor futuro; mas não desacompanhada das memórias do passado, quando elle é como o nosso, opulento de grandes e gloriosos feitos, qual a qual [sic] mais incitativo do nobre sentimento de nacionalidade, de progresso e de boa fama (AP, 1864, vol. VII, n. 1, p. 1)

Em louvor aos ‘obreiros do progresso’ atentam-se para a ‘pureza na linguagem’, para a reprodução de monumentos, para a manutenção do catolicismo, na valorização da moral.

É na primeira edição do terceiro volume que aparece explicitamente a preocupação quantitativa com a leitura, produzindo-se uma breve estatística a partir dos registros da Biblioteca Nacional²¹⁷.



ESTATISTICA DE LEITURA

No anno proximo findo de 1859, concorreram á bibliotheca nacional de Lisboa 6:112 leitores, e 57 visitantes, a maior parte estrangeiros e estrangeiras, a ver aquelle enorme deposito de livros, e o precioso gabinete de medalhas.

Estes concurrentes leram 8:727 volumes das seguintes materias:

De Historia, litteratura e polygraphia.....	5:144
De Sciencias naturaes, artes e officios.....	1:632
De Sciencias civis e politicas.....	1:120
De Sciencias ecclesiasticas	439
De bellas-artes	47
Jornaes politicos e litterarios	233
Manuscriptos	112
Livros emprestados aos estudiosos e escriptores, pelo praso e com a caução prescripta no regulamento de 7 de dezembro de 1837	673

Figura 35 - Estatística publicada no *Archivo Pittoresco*, 1860, vol. III, n. 1, p. 8.

Coincidindo com o ano em que se inicia a distribuição da revista nas escolas, este quadro, contudo, não faz nenhum paralelo entre os números aí apresentados e a circulação

²¹⁷ Dados estes que certamente eram de fácil acesso do corpo editorial, dado que Silva Tulio era, na altura, oficial da seção dos manuscritos e jornais políticos e literários da Biblioteca Nacional de Portugal.

do *Archivo*. Aliás, ele é apresentado dessa forma, sem comentário nem introdução. Parece-nos, contudo, estar inserido numa preocupação que começa a se voltar para o leitor, e que vai ganhando eco no periódico conforme aumenta sua circulação.

A propósito, o diretor da revista celebra o aumento do número de leitores, relacionando-o diretamente ao sucesso do projeto de vulgarização.

A velocidade do movimento intelectual do seculo em que vivemos obriga a desfolhar-se o livro em jornaes para saciar o commum desejo do saber, tão necessario a todas as classes como o pão de cada dia. (...) **É que o número de leitores cresce progressivamente, porque o gosto da instrução vae-se generalizando entre o nosso povo** (AP, 1863, vol VI, n.1, p. 2, grifo nosso).

A relação entre a tiragem e o aumento da camada leitora em Portugal é feito de forma fácil e direta, não levando em conta outros fatores, como o financiamento para produção e distribuição e redes que corroboram para ela - a marca de 5.000 exemplares é celebrada pelo editor, que não esconde o fato de mais da metade delas ser comprado pela *Sociedade Madrêpora*. Contudo, por otimismo, ingenuidade ou simplesmente expectativa de consolidar uma ideia ao difundi-la, o seu discurso repetia a ideia de sucesso do incremento da cultura intelectual do povo, levado à cabo com a grande contribuição do *Archivo Pittoresco*.

Vê-se pelo sucessivo augmento do numero de ledores, que a cultura intellectual do povo se propaga e fortifica. É logo imperioso dever de todo o bom escriptor, não ter em ocio vil a penna que Deos lhe poz nos dedos para instrucção e recreação dos seus semelhantes” (Silva Tulio in *Diario do Rio de Janeiro*, 1864, n. 97, p. 1).

A revista apresentava-se, assim, como aliada da instrução pública em seu intento de fincar as bases da civilização moral, material e intelectual, como assim a refere Manuel Pinheiro Chagas²¹⁸ (AP, vol VIII, 1865, n. 02, p. 12).

A vocação educativa da revista era também percebida nas interlocuções transatlânticas. No *Correio Mercantil*, diário de grande circulação no Rio de Janeiro onde encontram-se diversos anúncios do *Archivo Pittoresco*, uma publicação a pedido chama a atenção. Anônima – assinada apenas pela inicial “B.” –, destaca a qualidade editorial da

²¹⁸ A partir de 1864 Manuel Pinheiro Chagas passa a ganhar terreno na revista, colaborando tanto com textos analíticos acerca da educação – como aquele citado no capítulo 2, em que aborda o *Método Português de Leitura* – quanto com textos que parecem mirar nas leituras escolares. Ele será responsável, ainda, pelo anuário da revista que publicar-se-á entre 1864 e 1866.

revista e ressalta suas potencialidades educativas no que diz respeito à educação doméstica, dado ser apropriada para as mulheres enquanto mães e esposas, e à educação escolar, afinando-se com a noção recorrente entre os intelectuais da rede que analisamos de se constituir como um complemento de leitura para alunos e professores:

A verdade e moralidade de seus artigos, a pureza de sua linguagem e a modicidade de seu preço (que é meramente quanto cubra a importancia das impressões) explicão a grande sympathia e fagueiro acolhimento que elle tem encontrado, tanto em Portugal e suas possessões ultramarinas, como neste vasto imperio. Na verdade o *Archivo Pittoresco* é um daquelles livros, cuja leitura todas as mãis honestas podem sem susto, não só permitir, mas até recommendar a suas filhas. É elle redigido no intuito de formar o espirito e o coração da juventude, de crear esposas proprias para fazerem a felicidade de seus maridos, e cidadãos uteis ao estado, a suas familias e a si proprios.

Em Portugal é este periodico distribuido gratuitamente por innumeradas escolas de primeiras letras, como premio dos alumnos que mais se distinguem por sua applicação e bom comportamento. Isto tem creado louvaveis estimulos e produzido resultados de incalculavel vantagem. Oxalá que este exemplo fosse seguido neste imperio. Cem ou duzentos jovens que com isso aproveitassem indemnisiarão amplamente o estado de 6.000\$ ou 12.000\$ que assim despendesse.

Hoje ninguem duvida que a felicidade domestica e o bem da sociedade grandemente dependem do modo porque é formado o coração e o espirito da mocidade; e é muito para lamentar que esta verdade inconcussa não tenha merecido de todos os governos a séria attenção que tanto devia merecer-lhes. A redação do *Archivo Pittoresco* compõe-se de quanto em Portugal ha de mais abalisado nas sciencias, nas artes e na litteratura; e os seus dignos editores, prescindindo de mesquinhos interesses anciosamente anhelão eleva-lo à altura do que ha de melhor neste genero (...) (*Correio Mercantil*, 1861, n. 25, p. 2)

Encontramos, assim, a imbricada relação entre uma perspectiva pública de desenvolvimento, o bem da nação, e a perspectiva privada, a felicidade doméstica, em que a mãe é educadora primeira. Esse binômio presente na descrição da revista no Brasil percorre também a rede intelectual que a produz, sendo elemento estruturante. Daí o protagonismo da moral cristã, ganhando o papel principal no exercício de ecletismo do *Archivo*.

O entendimento de que a revista constituía ferramenta formativa era tácito. Vejamos como Silva Túlio explicita esse entendimento:

Além do premio que a *Sociedade Madrépora* confere a mil discipulos, os professores e professoras das escholas contempladas, que são outros mil, e que vão recebendo mensalmente as cadernetas d'este semanário, para depois de completo o volume o entregarem ao alumno que o houver ganhado, tem durante

o anno leitura gratuita, instructiva, sã, e genuinamente portugueza. Isso para a geral penúria em que vivem os professores de instrucção primaria, muitos em paragens onde não chega letra redonda senão a das cartilhas, é de incontestável beneficio para o provimento da cultura intellectual de tão desvalida classe, cuja sorte todos lamentam, mas ninguem remedeia!²¹⁹ (AP, 1865, vol. VIII, n. 34, p. 267).

Para o diretor da revista não há dúvidas acerca do potencial formativo do periódico em seu alcance não só dos alunos, mas também do professor, que teria à sua disposição um acervo de consulta que superaria em muito os materiais que comumente tinha disponíveis. Essa percepção de Silva Túlio é corroborada por opiniões difundidas nos veículos da imprensa diária portuguesa e brasileira, reforçando a intencionalidade implicada nessa dupla função da revista como subsídio para professores e alunos. Um artigo do *Commercio do Porto* é bastante representativo:

Este generoso pensamento da sociedade Madrepora tem por objecto estimular o estudo e applicação dos que aprendem, para a que a par dos conhecimentos escolares, se desenvolva nas classes laboriosas o desejo dos conhecimentos elementares que fecundarão o trabalho.

Os prêmios desta ordem são, ao mesmo tempo, **auxiliares da instrucção para mestres e alumnos**, e assim correspondem a dous grandes fins a uma mesma idéa associados (*Commercio do Porto apud Correio Mercantil*, 28/03/1863, n. 86, p. 3, grifo nosso).

Sobre os conhecimentos essenciais direcionados para as escolas, Pinheiro Chagas aponta a seção conduzida por Silva Túlio sobre a gramática da língua e as narrativas históricas sobre sujeitos e lugares levados à cabo por Vilhena Barbosa. Ao exaltar os “Estudos da língua materna”, desvela os objetivos e a abordagem da seção, que vem de encontro aos princípios de clareza, objetividade e suavidade que havia já indicado como essenciais para o sucesso da instrução pública, no rastro de Castilho: “(...) ensinando as regras da boa linguagem com o preceito e com o exemplo, prompto sempre a resolver as dúvidas de quem se dirige a elle, encontra meio de fazer chistosas e amenas as suas observações grammaticaes, os seus conselhos de purista” (Chagas *in* AP, 1865, vol. VIII, n. 17, p. 132).

Na altura em que o pendor educativo torna-se predominante na revista, ganham contorno também alguns assuntos, que predominam encabeçados por alguns sujeitos: normatização da língua, por Silva Túlio, História pátria e mundial por Vilhena Barbosa,

²¹⁹ Sobre essa mesma questão conferir, ainda, AP, 1862, vol V, n. 52, p. 411.

Ciências Naturais por Osório de Vasconcelos e Francisco da Fonseca Benevides e preceitos morais que se desdobram em artigos de diversos autores, desde textos sem assinatura, até reproduções de contos populares, traduções, entre outros.

Os elementos históricos são constitutivos da nacionalidade, associando-se aos princípios morais. Na avaliação de Chagas, a abordagem de Vilhena Barbosa é precisa e também se alinha aos princípios metodológicos já referidos: “n’uma linguagem chã, sonora e agradável, faz de todos conhecidas as coisas portuguezas, e nas suas bellas narrações históricas popularisa os grandes feitos que se encontram a granel nos gloriosos annaes da nossa patria” (*Idem*).

Em suas leituras para as escolas, a revista vai constituindo, ao longo dos anos, não só um arsenal arquivístico de informações a serem popularizadas, mas uma forma de leitura que acabou por formatar quase um método orientador do ler nas diversas possibilidades apresentadas no início desse tópico, que atendesse tanto à possível demanda do professor que recebia a revista em sala de aula, quanto a leituras autônomas da infância ou mesmo leituras familiares em voz.

Illuminados por Chartier (1997), procuramos seguir três passos metodológicos a fim de encontrar essa interseção entre o mundo do leitor e o do texto.

1. Reconhecer marcas que indicassem a distinção entre textos voltados para sujeitos com diferentes competências leitoras, a partir de pistas nos textos e intertextos.
2. Determinar características das comunidades de leitores a fim de identificar o tipo de leitura que lhe é pertinente.
3. Depreender a(s) fórmula(s) editoriais propostas para novos leitores.

Tais passos depreendem-se de um novo modo de acesso ao texto que foi apresentado no item anterior, a distribuição na escola primária.

E, assim, a análise sistemática da revista revelou características desses materiais de leitura que nos permitiram agrupá-los segundo os interlocutores a quem eram direcionados²²⁰. Vale esclarecer que se trata de uma elaboração a partir da nossa análise numa perspectiva historiográfica, procurando perceber regularidades e intencionalidades, mesmo que implícitas. Obviamente a revista destina-se, de forma ampla, a um público alargado, e deseja que toda ela seja lida, na íntegra, por todos que a têm em mãos. Todavia,

²²⁰ Nesse caso, remetemo-nos exclusivamente ao período em que podemos assegurar sua distribuição pelas escolas, a saber, entre 1860 e 1865.

percebe-se um esforço de interlocução com leitores específicos, professores, crianças, mulheres e o “povo”, o que procuramos organizar nas categorias que seguem.

4.3.1. Leituras para o professor

Pressupondo um leitor que poderia fazer uma leitura mais profissional, reconhecendo elementos relativos à sua prática docente ou mesmo buscando subsídios, temos leituras que se pretendem tanto instrutivas, de modo a prover o professor de conteúdos diversos, como orientadoras da prática pedagógica. Assim, todos os textos podem ser entendidos com potencial instrutivo, mas uma seção constitui-se com um pendor didático, os *Estudos da Língua Materna*, inclusive indicando no texto possibilidades de explicar determinada norma, ou como fazer para que esta fique mais consolidada entre os discípulos. A preocupação central nesta seção é em publicizar a norma e fomentar o professor, colaborando para que auxilie o aluno. Um dos textos da seção em que se nota de forma explícita esse intento é o que trata da correta colocação dos verbos pronominais, a fim de evitar “barbarismos” deturpadores da língua. Numa orientação aos estudantes, afirma que "isto se deve notar sempre aos estudantes, para que elles se persuadam, de que não basta saber grammatica para escreverem bem a lingua materna, porque isto só se consegue pela leitura dos bons auctores classicos" (AP, 1860, vol. III, n. 2, p. 14). No mesmo artigo, referindo-se ao hábito de acompanhar os verbos com pronomes desnecessários, levando a vícios relativos à colocação pronominal, destaca a necessidade de que "das escholas se extirpe este costume". Vale, ainda, a menção de mais uma orientação. Tomando uma citação do Padre António Vieira como mote para se falar sobre os verbos ocultos ou subentendidos, indica-se a mesma como "optima para exercicios de syntaxe figurada, no que os mestres devem insistir constantemente com os alumnos, porque a nossa lingua ganha muita elegancia, concisão e energia com este modo de construir" (AP, 1860, vol. III, n. 11, p. 85).

Parece que, de alguma maneira, a revista encontrou reverberação entre os professores, que passaram a enviar perguntas ao redator. Em uma das perguntas enviadas, assinada por “um professor de instrução primária”, assim ele se manifesta:

V. sabe que não são communs, nem baratos, os livros classicos. Nas provincias não há bibliothecas; os professores primarios são em geral pobres. Bom serviço lhes faria o Archivo, que recebem gratuitamente, se a esta e similhantes duvidas de syntaxe fosse dando solução, auctorisada pelos mestres da lingua (AP, 1861, vol. IV, n. 28, p. 225).

Para além da norma ali discutida, interessa-nos destacar a autoridade atribuída pelo professor ao *Archivo*, a referência à distribuição gratuita e o reconhecimento do alcance que pode cumprir. Em alguma medida, tudo indica que essa interlocução com os leitores docentes vinha efetivamente se realizando. A revista, por sua vez, reitera a disponibilidade de diálogo com os leitores, acrescentando-se a preferência que seria dada às correspondências advindas de professores primários:

Já temos dito, e repetimos, que todas as duvidas tocantes à grammatica e pureza da nossa lingua, serão n'este semanario recebidas de boamente, e resolvidas segundo as melhres auctoridades que sobre ellas consultarmos. As que nos enviareis os srs. professores de instrucção primaria hão de ter a preferencia, pelas judiciosas ponderações que nos faz este a que vamos dar attenção (*Idem*).

Quando da sua inauguração, a seção pretendia-se semanal, o que acabou por não se efetivar. Manteve-se, sim, constante desde o lançamento em 1860 até 1865, coincidindo com o período de distribuição nas escolas, porém com alguma irregularidade na periodicidade. Os setenta e sete estudos publicados ao longo desses cinco anos tinham uma forma simples e direta: a operacionalização da norma da língua em textos curtos, depreendida a partir, principalmente, dos autores clássicos, ancorado em algumas gramáticas, nomeadamente a de Júlio Caldas Aulete, na altura ainda não publicada. Aqui vale salientar os aspectos relativos a essa escolha. Aulete era cunhado de Silva Túlio, segundo consta no Tomo XIII do Dicionário bibliográfico de Inocêncio da Silva, muito próximo a ele. Teria, inclusive, contribuído anonimamente para os periódicos dirigidos por Túlio. Era professor da Escola Normal de Marvila, tendo sido sua gramática escrita com a finalidade de ser utilizada como manual didático, o que efetivamente aconteceu após sua publicação em 1864. A obra é, assim, apropriada antes mesmo de ser lançada, em função da camaradagem entre o autor e o redator.

Apesar de não ter sido assinada durante os primeiros anos²²¹, a seção sempre esteve a cargo de Túlio, então diretor da revista. Alguns elementos nos confirmam essa afirmação: o intelectual havia, na década anterior, realizado um estudo pessoal sistematizado com o mesmo título²²². Há, também, referências externas à autoria. José Feliciano de Castilho, em carta resposta à contenda relativa à D. Jayme (Thomaz Ribeiro) envolvendo António

²²¹ A assinatura de Silva Túlio passa a figurar explicitamente em 1864, na edição de nº 30, p. 240.

²²² Cf. *Língua Materna – estudos*. Manuscrito de António da Silva Túlio, Biblioteca Nacional de Portugal.

Castilho e Ramalho Ortigão, menciona que um determinado ponto polêmico havia sido “no *Archivo Pittoresco*, estudado pelo meu erudito colega Tullio, o qual transcreveu a parte da gramática do Sr. J. Caldas Aulete, que trata do correcto emprego dos infinitos pessoas e impessoais” (*Constitucional*, 1862, n. 88, p. 3).

A publicização da norma vem associada à necessidade de priorizar o aprendizado da língua nacional no processo educativo, urgência já apontada por Almeida Garrett (1899, p. 30). O terceiro volume da revista, quando esta assume o caráter educativo, assim anuncia em seu prólogo:

se hao de inserir, a lingua portugueza, na sua genuína construcção, na sua indole, abundancia, propriedade e donaires; na docil variedade dos seus estilos, poderá servir de estudo aos escolares, desde os elementos da grammatica até a nota de uma carta, e d’ahi à redacção de escriptos de maior folego” (AP, vol. III, N. 1, 1860, prólogo).

Se até então esta tendência tinha aparecido timidamente em dois artigos, publicados respectivamente nos números 38 e 39 do segundo tomo sob o título de “Estudinhos de Lingua Patria”, a temática ganha fôlego e seriedade na nova série, apresentada já no primeiro número do terceiro tomo, sob o novo título “Estudos da língua materna”. O diminutivo, que atribui um ar de informalidade, é substituído pelo estudo mesmo, sem receio de assumi-lo. Apresenta-se ainda, no prólogo, temáticas que ganham ares de programa de curso: a gramática e os gêneros de escrita.

Localizamos também, na seção, pinceladas daquilo que foi objeto de disputa intelectual quando dos esforços de normatização: a legitimidade ou não da variante linguística brasileira. Em um dos artigos, tendo como preocupação a utilização da palavra "meio", tomada como adjetivo ou advérbio, Silva Tulio vale-se de uma citação de Antonio Vieira para exemplificar o uso correto, como era de costume:

Todas as nações do Oriente, de qualquer côr que sejam, fallam a lingua portugueza, mas cada uma a seu modo, como no Brasil os de Angola, e os da terra. E Xavier que fazia para que elles o entendessem? Arremedava as suas linguagens com os proprios accentos, nunca mais eloquente que quando nos tempos, nos casos, nos generos, imitava os barbarismos. Nas terras e mares por onde o santo andou, tem a lingua portugueza avêso e direito: o direito é como nós a fallâmos, e o avêso como o fallam os naturaes. (...) E porque eram ou foram ou haviam de ser aquellas linguas partidas? Eram linguas partidas, não só porque eram muitas linguas, senão porque eram linguas e meias linguas, como as que elle emendava. Meias linguas, porque eram meio européas e meio indianas; meias linguas, porque eram meio politicas e meio barbaras; meias linguas, porque eram meio

portuguezas, e meio de todas as outras nações que as pronunciavam ou mastigavam a seu modo (Vieira, Semão 10, 163 *apud* AP, 1860, Tomo III. N. 16, p. 124).

Não nos parece acaso a longa citação, mais do que de costume, dentro da própria seção. Porque, se a seção tem a intenção de alcançar as escolas, os alunos, os professores e, quiçá, a família, por meio da leitura em voz alta que a criança ou jovem poderia fazer em casa, a escolha desse trecho e não de outro para elucidar a regra gramatical ganha uma dupla conotação: exemplificar a norma e também inculcar uma ideia sobre a língua. Ideia esta que, conforme já apresentamos, foi parte de um ambiente de disputas acerca da legitimidade da língua portuguesa quando fruto das alterações que sofria no território colonizado. No caso do Brasil, a tônica da crítica de muitos intelectuais portugueses residiu em que aquelas especificidades descaracterizariam a pureza da língua, e é o que parece reiterar o diretor do *Archivo*.

Uma característica editorial da seção vale ainda ser mencionada: a incorporação do formato de pergunta e resposta, buscando maior dialogicidade com o leitor a fim de trazer suas demandas para dentro da revista. Tal opção parece-nos uma estratégia de aproximação, que pudesse deixar os professores primários à vontade para partilhar seus questionamentos, conforme anunciado no trecho citado há pouco, alinhando mais este ponto na sua imbricação à cultura escolar.

No que diz respeito ao que se pensa e propõe em relação à língua portuguesa, no *Archivo Pittoresco* percebe-se um processo de mudança efetivado pelos *Estudos da Língua Materna*. Não se trata mais, necessariamente, de buscar incessantemente um “linguajar do povo”, não se nota uma pressão em relação ao método fônico. Pensa-se numa norma, em algo que deve ser ensinado.

4.3.2. Leituras para a criança

Às crianças cabia uma leitura mais figurativa, com personagens lúdicos e fantásticos, como fadas e animais, e histórias de exemplo – apesar de o recurso ao fantástico ser criticado por alguns autores, preferindo-se sempre a racionalidade. Numa linguagem didática e direta, há, contudo, diferentes textos que pretendem dialogar diretamente com as crianças. Na forma de seção, com alguma regularidade, instituiu-se a *Leitura para as escolas*²²³, seção publicada entre o início de 1863 e finais de 1864. Reproduzindo

²²³ Na grafia original.

internamente na seção o caráter de arquivo disperso, constitui-se uma coletânea de textos relativamente aleatórios, sem a unidade que se verifica nos *Estudos da Língua Materna*, por exemplo. A unidade que se pode buscar aqui é aquela relativa às características leitoras, refletidas na forma dos textos.

Com uma abordagem direta e didática, são tratados de forma sucinta temas cruciais para a formação moral, a fim de evitar a corrupção de caráter ou indocilidade que poderia advir da apropriação desmedida da informação. O primeiro texto destas leituras não poderia ser mais icônico. Reproduzindo um diálogo entre o mestre e as crianças, procura explicar o que é civilidade a partir de supostas perguntas dirigidas pelos discípulos. Um excerto é bastante elucidativo da concepção que se pretende veicular: “A civilidade, meus meninos, é a arte de viver no mundo; a exacta observância das leis do decoro; a séria atenção para evitar gestos ou palavras que possam desgostar, ainda que se façam ou profiram sem o intuito de ofender” (AP, 1863, vol. VI, n. 8, p. 63). O primeiro dos textos dirigido explicitamente às escolas traz o elemento primordial da organização escolar que vinha se constituindo num sistema em que o aprendizado simultâneo ganhava espaço sobre o individual. Assim é que a disciplina, elemento central da civilidade, era enunciado como premissa da “arte de viver no mundo”. Estava em causa que a escola se efetivasse como escolarizadora das relações sociais.

O mestre que fala às crianças apresenta, ainda, a delicadeza como sendo um aperfeiçoamento da civilidade, para a qual dá exemplos concretos, como que retirados da realidade, para ilustra sua definição. Esse é um recurso recorrente dos textos que pressupõe como característica leitora a ingenuidade ou a pouca familiaridade com o mundo letrado. É uma maneira de aproximação com o autor, que deixa de assumir o lugar de erudito para desempenhar o papel que poderia ser o do ancião da aldeia. O vocativo “meus meninos” reforça essa aproximação, e traz o leitor para a posição de ouvinte, do diálogo oral, com o qual ele estaria mais familiarizado.

Compondo os primeiros textos da seção num caráter mais “espiritual”, discorre-se sobre a *consciência*, definida como “sentimento íntimo que temos do valor das nossas acções; é o tribunal secreto onde se julgam essas acções, não segundo os seus resultados, mas conforme os nossos intentos” (AP, 1863, vol. VI, n. 12, p. 95). Seguindo um viés filosófico, o autor procura definir a consciência, alertando, contudo, para as armadilhas quando não associada com o sentimento de justiça divino, redenção, e esperança da vida eterna. Apesar de não se constituir todo ele na forma de diálogo, este é incorporado a uma parte do texto, de maneira a dar dinamicidade à leitura e proximidade à oralidade.

Um segundo grupo de textos compõe a *Leitura para as escolas*, uma espécie de compêndio ainda mais compilado, reunindo traduções de trechos de autores ligados à tradição enciclopédica e romântica. Destacam-se, dentre eles, a seleção de trechos de “Harmonias da Natureza”, de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814), discípulo de Jean-Jacques Rousseau e precursor do romantismo. Congregando beleza natural e beleza moral, portava a ideia de que viver sob a natureza e a virtude era a combinação que levava à verdadeira felicidade. Consta que, finda a primeira versão da obra, o autor teria realizado a leitura em voz alta para um auditório em que se misturavam senhoras e “homens graves”, “com o fim de pressentir o efeito que a história produziria em leitores de caracteres tão diferentes”. Todos eles, ao final da leitura (ou da escuta), teriam derramado lágrimas, percebidas pelo autor como indicativo de sucesso (Teixeira, 2009). Encontramos, na produção original desse texto, os elementos perseguidos pelo *Arquivo*, o alcance de um público leitor diverso, que lê também de formas diversas – como na escuta de uma leitura.

Excertos de Jean Reynauld (1806-1863) também merecem referência. O intelectual fez parte do movimento saint-simoniano e atuou como divulgador, procurando popularizar os conceitos da enciclopédia de Diderot de modo a promover o esclarecimento do “povo”. Sua presença dentre os autores escolhidos para serem reproduzidos nesse grupo de textos é representativa da associação entre o espírito enciclopedista e a vulgarização, que se encontram tão marcados na revista.

Escritos na forma de relato de viagem, os “Quadros da Natureza” do filósofo romântico Alexandre Von Humbolt (1720-1779) são também escolhidos para compor esse esboço de compêndio. Selam a interação entre ciência e literatura, proporcionando uma experiência leitora que passa pela vivência estética das ciências naturais. A presença de excertos da “História Natural” de George-Luís Leclerc, conde de Buffon (1707 – 1788), à primeira vista poderia induzir a se pensar que o *Arquivo* estaria aceitando a divulgação de concepções um tanto revolucionárias e até incômodas para a conformação cristã. Contudo, a reprodução de pequenos excertos do livro que inspirou Charles Darwin não pretendia fomentar questionamentos acerca do relato bíblico sobre a origem da Terra e do Homem. Daí a importância de se divulgar trechos selecionados das obras, filtradas apenas as informações tidas como úteis para proporcionar o mínimo de esclarecimento, sem disponibilizar aquilo que poderia fomentar o questionamento.

É esse também o caso da escolha de fragmentos extraídos de “História da Astronomia Moderna”, de Jean Sylvain Bailly (1736 – 1793), astrônomo e literato. Combinado com outros dois trechos distintos sobre fenômenos naturais do alvorecer e do

anoitecer, complementam-se e formam uma terceira versão, resultando naquilo que se pretende dar a ler. O primeiro, de Bailly, é mais técnico e informativo, versando sobre o fenômeno da refração da luz, o que explica as cores visíveis ao nascer do sol. Os outros dois, recortados de “Emílio”, de Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) e de “O Gênio do Cristianismo”, de Françoise-René de Chateaubriand (1768 – 1848), são da ordem do experienciar esse fenômeno e da sua beleza aos olhos do homem, reproduzindo a operação de articulação entre ciência e literatura, informação e fruição, presente no referido Humbolt. É quase como se ciência e sensibilidade se associassem para compor um universo da experiência. Essa estratégia discursiva remete-nos novamente aos elementos do ecletismo de Silvestre Pinheiro Ferreira, especificamente em relação à teoria do discurso e da linguagem, em que se enuncia a necessidade da ativação dos sentidos para se alcançar o desenvolvimento das ideias nos sujeitos. As noções científicas apresentadas no trecho sobre astronomia moderna seriam ativadas pela proposição da ativação dos sentidos a ela relacionadas. Elucidemos:

Numa tarde formosa dirigi-vos para um sitio, onde o horisonte bem a descoberto deixe ver de todo o sol no poente, e observaẽ então os objetos (...). No dia seguinte, para respirar a frescura da madrugada, ides ao mesmo ponto antes de nascer o sol. (...) O concurso d'estes objectos todos causa-nos sentidos uma impressãõ de frescura e vigor que parece penetrar até à alma (Rousseau, Emílio, liv. III *apud* AP, 1863, vol. VI, n. 22, p. 176).

Toda essa beleza e magnitude capazes de despertar os sentidos fazem parte, contudo, de um grande espetáculo que “não se póde exprimir em lingua de homens” (Chateaubriand, Genio do Christianismo, *apud* AP, *idem*), por ser obra de Deus. Vale destacar que Chateaubriand escreve este livro como uma defesa da fé católica em seu exílio da Revolução Francesa. Carrega, assim, a prevenção acerca da radicalidade da revolução, que não era desejada pelos intelectuais da rede que produzem e divulgam o *Arquivo*. Lembramos que está em causa uma reforma regeneradora, jamais uma revolução. A articulação entre esses três excertos de Bailly, Rousseau e Chateaubriand coroam a articulação entre ciência, sensibilidade e religião.

No que diz respeito às estratégias de produção dos textos, articulam-se o traduzir, o recortar, o adaptar, o combinar, o mesclar, operações de intervenção no texto para torná-lo ao mesmo tempo inteligível e apropriado ao que se pretendia adequado à leitura massiva. São recursos utilizados para atribuir aos textos originais o sentido que se quer que eles tenham, e não necessariamente aquele que eles tinham quando foram escritos.

O último agrupamento dessa coletânea de leituras para as escolas reproduz narrativas alegóricas e histórias de exemplo que abordam os vícios e virtudes humanas, todas sem autoria conhecida. Vejamos o exemplo daquela intitulada “O velho anabaptista”. Tradicional história de exemplo sobre rancor, preguiça e embriaguez, em que cada um desses vícios ganha uma representação alegórica feminina. Cada uma delas acaba por seduzir um rapaz com as aparentes facilidades que poderiam oferecer no cumprimento da sua missão, mas, em troca, tiram-lhe um olho, um braço, a capacidade de raciocinar e o movimento de um dos lados do corpo. Trata-se de uma meta-história contada por um personagem do conto, figura de estima da aldeia e dado como conhecido contador de histórias, em que se incorporam de forma explícita elementos da oralidade e dessa tradição do ouvir histórias do universo popular, aqui inscrito como o ouvir a leitura da história. A personalidade do contador transparece por meio da narrativa.

O propósito moral do conto merece ser mencionado. A alegoria dos vícios acima referidos pretendia convencer um operário a retomar o trabalho que tinha deixado, sob a alegação de exploração pelo patrão. No desfecho, o operário retoma seu trabalho, compreendendo que estaria enxergando “em dobrado” os agravos do patrão. Essa, assim como as outras do gênero, corroboram diretamente às intenções liberais de educação popular, na qual a promoção da instrução e das primeiras letras são premissas para possibilitar o desenvolvimento material individual e nacional. Contudo, sem alterar os lugares sociais já estabelecidos.

A primeira menção explícita a leituras dirigidas para escolas dentro da revista acontece em 1861, na tradução de uma narrativa de D. Maria Rita Chiappe Cadet, publicada em três partes. Esta sequência, contudo, é voltada especificamente para a educação feminina, o que é referenciado no título dos artigos. Assim como esta, outra referência à leitura escolar pode ser encontrada na seção de “Leituras familiares”. Com cunho educativo explícito, também está é direcionada às mulheres, por isso deixaremos para analisá-las nas leituras a elas direcionadas.

Para além da seção analisada, voltada para as escolas e visando, portanto, o leitor infantil, outros textos possuem características que remetem a esses leitores. Uma série de cinco artigos não assinados²²⁴ sobre o estadunidense Benjamim Franklin (1706 – 1790), tido como “pai fundador” dos Estados Unidos da América, veicula diversos elementos que dialogam com a característica dos leitores escolares. A começar pela epígrafe do artigo que

²²⁴ A grande maioria dos artigos não assinados eram escritos pelo diretor e redator principal, na altura Antônio Silva Túlio.

abre a sequência, extraído das *Noções rudimentares para uso das escolas*, de António Feliciano de Castilho, revelando já de antemão uma intertextualidade que não é despropositada quando se trata de alcançar um determinado público leitor. O excerto extraído de Castilho faz menção à Franklin como exemplo de trabalho, sabedoria e virtude para justificar o princípio de que a grandeza do homem não está na fortuna, na origem, mas no trabalho. Essa prerrogativa remete diretamente à primeira frase do texto, que pretende justificar a escolha do biografado a partir da perspectiva do leitor:

certo que não ha biographia mais para ser lida, relida e decorada em escolas populares, que a d'este grande homem, desde a sua modesta profissão de typographo, até à supremacia de libertador e legislador dos Estados-Unidos da America, a que subiu pelo caminho recto da virtude e da sabedoria (AP, 1861, vol. IV, n. 30, p. 239).

Não há dúvidas sobre a função do texto, explicitamente enunciada, e que converge com a pretensão da revista de divulgar histórias de figuras modelares à “mocidade”, que devem servir de exemplo para seguir e venerar. Como parte da estratégia, a gravura serve



Estatua de Franklin

Figura 36 - Reprodução da estátua de Benjamin Franklin. Gravura de Baracho, *AP*, 1861, vol. IV, n. 30, p. 239.

como complemento à compreensão do texto, assumindo também uma função contextual, dado que faz a relação com o país de origem do biografado e com a própria produção da obra, identificada como tendo sido erigida 150 anos após o nascimento de Franklin. A análise da estátua chama a atenção para o seu traje, referido como sendo aquele utilizado em visita à França de Luís XVI – importante perceber o destaque a esse evento, dado que a figura notável de Franklin não está associada aos revolucionários franceses, mas ao monarca. Mesmo que absolutista, talvez fosse melhor a monarquia que a revolução. Também as faces do pedestal em que ele está apoiado é descrito no texto, servindo como marco

de quatro aspectos de destaque na vida do biografado: a atuação como tipógrafo (vista em

primeiro plano), sua importância para os experimentos com eletricidade, a assinatura do auto de independência dos EUA e a intermediação política no tratado de paz com a Inglaterra. Esses quatro aspectos são destacados literalmente logo a seguir: "laborioso artista, profundo sabio, virtuoso philosopho e celebre legislador". Da sua infância salienta-se a origem presbiteriano, que fez a família migrar da Inglaterra para as colônias, a facilidade com que aprendeu a ler, revelando "aptidão para o estudo" (AP, 1861, vol. IV, n. 30, p. 239). Após uma breve narrativa sobre a infância e primeira mocidade, onde se destacam não só as habilidades do jovem Franklin mas também as agruras que enfrentou, o autor do artigo explicita a intenção pedagógica de ter narrado os pormenores: "Particularisámos tanto os primeiros passos da trabalhosa vida d'este grande homem, para que a mocidade aprenda, n'este exemplo, a não desanimar com as dificuldades e infortunios; e veja que o trabalho e a perseverança tudo conseguem" (*Idem*, p. 240). Além disso, destaca a importância da imprensa, das associações literárias e das subscrições voluntárias para o desenvolvimento da civilização, retomando aspectos exaustivamente abordados na revista e analisados neste trabalho.

A importância da imprensa é logo relacionada com a possibilidade de se realizar determinados tipos de publicação com caráter popular, o que era amplamente realizado por Franklin: "artigos de litteratura e moral, quasi sempre em fórma de apologo, por onde a razão fosse dirigida agradável e festivamente, e a philosophia, sem exceder o alcance das intelligencias vulgares, se insinuasse no povo". Esse teria sido dos seus maiores feitos: "instruir um povo ainda na infancia, e inspirar-lhe o amor da virtude. E de feito o conseguiu como por encanto" (*Idem, ibidem*). Além da dedicação à imprensa, é exaltado o seu empreendimento de uma biblioteca pública, cujos subscritores formaram, posteriormente, a sociedade "Companhia da biblioteca da Philadelphia" (1732).

O dom de educar pelo encantamento traduzido em impressos parece ser o aspecto que mais cativa o redator, e no qual ele se vê em reflexo, na expectativa de alcançar aquilo que Franklin teria conseguido.

Por fim, dentre as leituras que pressupunham o interlocutor infantil, destacamos os contos de exemplo e proveito escritos por Pinheiro Chagas, à semelhança daqueles que constituíram a seção de *Leitura para as escholae*, porém veiculados quando a seção já não existia mais, sendo substituída por textos independentes. Referido como "conto para crianças", o texto intitulado "Dominus Tecum" foi publicado em duas partes (AP, 1865, vol. VIII, n. 10, pp. 74 e 75 e n.11, pp. 82 a 84). A lúdica introdução povoada de seres fantástico servira apenas para tomar a atenção dos pequenos, para que estivessem todos

atentos à lição que viria. Um homem que, pedindo um favor a um duende e prometendo recompensá-lo, não o faz, ao que passa a ser condenado a servir ao duende por sete anos. Uma circunstância, contudo, acaba por o libertar: ele salva uma bela donzela recém-casada da decisão do duende de tomá-la para si. O casal fica eternamente grato, provendo-o com tudo o que lhe fosse necessário. Versando sobre recompensa para as boas ações, exemplifica: “(...) os dois noivos (...) ajudaram-no muito na sua vida, e, quando envelheceu, levaram-no para casa, onde teve sempre uma boa cadeira, onde se sentava a apanhar a sua réstea de sol, e onde entretinha os filhos de seus hospedes (...)” (AP, 1865, vol. VIII, n. 11, p. 83)

Afim de captar a atenção dos pequenos leitores, além das personagens fantásticas, faz uso da interlocução direta em mais de uma parte do texto. No princípio, assim os convocam: “Oiçam pois, meus meninos, esta historia, com que vereis como os duendes se transformam com a miséria e com o mau exemplo dos homens” (AP, 1865, vol. VIII, n. 11, p. 82), repetindo a estratégia que já referimos em outro texto ao evocar “meus meninos” como aposto.

4.3.3. Leituras para a mulher - a educação doméstica (mães)

Às mulheres dirigiam-se leituras passionais, cujo fio narrativo é carregado de sentimentalismo, permeado por uma grande carga de obrigações morais e referências à beleza, ao cuidado e à maternidade. Sem que se efetivem como seções, há três conjuntos de textos que visam a leitora, *Leitura para as escolhas de meninas*, *Leituras familiares* e *Cartas a uma senhora* – este último, todavia, segue uma lógica diferente da apresentada, sem se referir aos atributos tradicionalmente dados como femininos.

Antes, porém, de abordar em pormenor estes conjuntos e suas especificidades, achamos por bem referir um artigo publicado tão logo a revista passa a ser distribuída nas escolas. Falamos do artigo que é veiculo a pretexto de analisar o quadro “As onze mil virgens”, que diz respeito às mártires que deram origem à congregação das ursulinas e procura veicular um valor incontestável da moral feminina, a virgindade. “Estas santas martyres parece haverem deixado por aquelle tempo a Bretanha, e tido uma gloriosa morte em defesa da sua virgindade (...)”. Após apresentar diferentes versões para quem fossem ou sua origem, afirmam categoricamente: “O que nós dizemos como mais provavel, é que eram muitas, e todas virgens”, reiterando a importância dessa que é tida como virtude e

que, se preciso, deve ser defendida com a própria vida. Esse princípio orienta um modelo educativo inspirado em Santa Úrsula:

como mestra e directora de todas as mais [sic], é tida como modelo e patrona dos que pretendem educar a mocidade em exercicio da religião, e praticas da virtude. (...) Debaixo do seu nome se tem tambem erigido varias casas para a educação de meninas virtuosas (AP, 1860, vol. III, n. 17, p. 129).

Assim, toma-se Santa Úrsula e as ursulinas como modelo de virtude e exemplo. Ao se instituírem instituições educativas nelas inspiradas, também se consolidou nas mesmas a educação pelo exemplo. Foi largo seu alcance na Europa, e também em Portugal, segundo aponta o artigo. No país, as Ursulinas conseguiram, inclusive, escapar à extinção das ordens religiosas imposta pelo Marquês de Pombal, ao que a influência da madre superiora D. Luiza Botelho parece ter tido um grande peso. Diz-se que "veiu à corte, teve uma longa audiencia do Marquez, e conseguiu, não só salvar da proscipção o seu convento, mas que fosse dotado com os bens dos recolhimentos jesuiticos de Valle da Mó, Montemór Velho, Tavarede e Matamourisca" (*Idem*, p. 130), o que fortaleceu em muito a congregação.

A instituição educativa de mais destaque referida no artigo é o colégio das Ursulinas de Pereira que, apesar de ter fechado por força maior, teria deixado seu legado pedagógico ao convento de Santa Anna de Coimbra, também da congregação, para onde haviam sido transferidas as educandas quando do fechamento de Pereira. O artigo dá conta ainda do "currículo" seguido no instituto, que contemplava: ler, escrever, contar, francês, doutrina cristã, princípios de moral e de civilidade, estes entendidos como fazer meia, rendas e luvas, coser, marcar, talhar vestidos, espigar, bordar de branco, de matiz, de seda e floco, de ouro, missanga, *petit-point*, crochê, tocar piano e cantar. Além desse ensino tido como básico, acrescentava-se bordar a pó de lã, escumilhar e fazer flores, e ainda gramática portuguesa, francesa e inglesa, geografia, história e mitologia. O autor afirma que "se pode considerar aquelle collegio como a universidade do sexo feminino em Portugal" (*Idem*, p. 130), deixando entrever que a instrução feminina poderia passar pelos conhecimentos humanísticos, sem prescindir das habilidades domésticas.



Figura 37 - Reprodução do baixo-relevo das "Onze mil virgens" esculpido na Basílica de Mafra. AP, 1860, vol. III, n. 17, p. 129.

Em torno dessa proposta de educação feminina representada pela congregação das Ursulinas, ressalta-se a responsabilidade educativa do *Archivo*, dado que chega a muitas mestras de meninas, "por oferta gratuita da benemerita sociedade portugueza do Rio de Janeiro denominada Madrépora" (*Idem*, p. 129), insinuando um modelo de educação que poderia – e deveria – inspirá-las.

É nesse bojo que se insere a *Leituras para as escholas de meninas*. Apesar de possuir este subtítulo que insinua ser uma seção, constituiu-se de um conto registrado por D. Maria Rita Chiappe Cadet (18-- 1885) a partir de autor anônimo. Intitulado "O anjo da caridade", foi dividido em três partes, publicadas respectivamente nas edições 31, 32 e 33 do ano de 1861, baseado nas três virtudes teologais, Fé, Esperança e Caridade. Representadas por anjos no referido conto, o primeiro deles é descrito como o responsável por dissipar a dúvida acerca do poder divino, o segundo consolaria os corações terrenos com a esperança da felicidade eterna no céu, enquanto o terceiro, que mereceu a maior parte do texto, teria a mais bela missão, que seria a de garantir na Terra o derramamento do amor divino por meio da ação dos Homens e, mais que isso, fiscalizá-la. De modo a tornar a narrativa didática e aproximá-la do cotidiano da leitora, o fio narrativo baseia-se na descrição dos moradores de um edifício de seis andares. Historietas sobre cada um deles visa exemplificar as virtudes, enfatizando a distinção entre caridade e esmola, sendo esta última um ato externo, de menor valor, enquanto a primeira representaria efetivamente a

compaixão divina, pois relacionada ao coração e, portanto, expectável para meninas e mulheres.

As *Leituras familiares* também não constituíram uma seção regular, resumindo-se a três textos de autoria de J. Simões Ferreira, que assim a anuncia: “Farei d'estas leituras o daguerreotypo do meu sentir e pensar n'um momento dado, accomodando-as aos factos ocurrentes, objectiva ou subjectivamente. É um programa ilimitado, singuelo e desprezioso” (Simões Ferreira *in* AP, 1862, vol. V, n. 16, p. 122). O anúncio de sua pretensão deixa entrever a característica de crônica que pretende assumir, acrescida de um caráter moralizante. Dá-nos, ainda, a impressão de que se pretendia uma publicação regular sob esse título. É possível que essa fosse mesmo a pretensão inicial, mas que tenha se reconfigurado a fim de focar os leitores na escola, dado o crescimento da distribuição nesse espaço.

A primeira temática abordada nos artigos é a da instrução das mulheres, que vinha ganhando destaque entre os intelectuais da rede, como já discutido nesse trabalho, embora em menor escala do que gostaríamos. Num texto em que se confunde a discussão sobre a educação da mulher com a produção de leituras para as mulheres, Simões Ferreira traz à tona uma problemática recorrente, a distinção entre instruir e educar. Na sua perspectiva, apesar de a instrução ser uma das condições para a educação, não é o suficiente. Nem a imprensa, nem a escola, teriam condições de promover a verdadeira educação, que só se alcançaria na família - daí o sentido de ser este o primeiro texto de uma seção de leituras para as famílias. Assim, professa: “deixemos de consentir que pése sobre nós toda a responsabilidade d'essa arguição, e **comecemos desde já a escrever coisa que seja para ser lida e aproveitada por mulheres**” (AP, 1862, vol. V, n. 16, p. 123, grifo nosso). Tal afirmação é norteadora das leituras familiares, uma vez que a mulher era entendida como o elo central da família, elemento articulador e formador. A sua educação seria, então, premissa para o desenvolvimento educativo no seio familiar. E é esta a proposta da seção *Leituras familiares*, que poderíamos traduzir como “leituras femininas”. A propósito, a identificação destes textos como leituras para as crianças ou para as mulheres deu-nos algumas voltas. Entendemos, afinal, que o principal interlocutor era feminino, pelos motivos que esclareceremos adiante.

O que deve ser, então, a escrita voltada para o público feminino? Segundo o entendimento de Simões Ferreira, algo que se constitua quase como um manual de educação, que pudesse servir como uma orientação prática e utilizável às mulheres, no exercício de educadoras da casa. Em seu primeiro artigo, defende que o ensino de verdades

e fatos deva prevalecer contra aquele de alegorias - assim, contesta as fábulas, por exemplo, que teriam por princípio a irrealidade, como animais falantes. Os contos que visam educar as crianças deveriam pautar-se na razão e na desconstrução de mitos e fantasias – o fim último da educação da mulher é ser capaz de educar os filhos. Nas suas palavras, "luz e verdade sejam os primeiros fundamentos de educação que dêmos à infância" (*Idem*, p.124). Nesse sentido, em sua primeira proposta escreve um breve conto em que um homem se propõe a desfazer a crença popular na existência de um fantasma.

O segundo texto da série apresenta como elementos fundantes da educação, além da luz e da verdade, o amor, pautado no amor de Cristo. De forma didática, sempre se valendo de exemplos concretos da vida cotidiana, procura explicar a importância do "amor" na constituição do dever moral, cujo princípio primeiro residiria em fazer aos outros o que deseje que os outros façam a si. O colocar-se no lugar do outro seria um exercício útil ao entendimento de direitos e deveres morais. Em uma historieta, dirigindo-se diretamente a quem lê, narra a situação de estar você em um caminho quando ouve um grito angustiados, por mais de uma vez. Assim explicita os dilemas de consciência, sobre ir ou não prestar socorro, e a sentença:

Mas que temos nós com isso? Temos obrigação de nos importarmos com que não conhecemos? (...) Temos, sim: responde a consciência e responde a moral. E por uma razão muito simples, porque nós quereríamos que nos acudissem se fossemos nós que pedissemos socorro. Aqui não há fugir: é deixar tudo e ir ao homem (AP, 1862, vol. V, n. 22, p. 172).

Assim ilustra de forma explícita e concreta o princípio filosófico que anunciou inicialmente, exaltando o dever como expressão do sinal de Deus e retomando as três virtudes - Fé, Esperança e Caridade, sendo a última a mais importante -, já apresentadas em texto de D. Maria Rita Chiappe Cadet (1861).

O terceiro e último texto da sequência segue o mesmo molde didático das outras narrativas desse autor, a fim de demonstrar como a mulher seria menos prudente do que o homem, dado que "cada homem tem a sua bossa de philosopho: quer pensar antes de crer; a mulher não é assim: o seu primeiro movimento é o de acreditar quanto lhe dizem" (AP, 1862, vol. V, n. 34, p. 266), o que abriria espaço à intriga. A historieta contada para ilustrar a afirmação é narrada como tendo sido contada por um amigo do narrador, vivido ele próprio recentemente - como forma de dar legitimidade ao ocorrido e sensibilizar as leitoras, para que se atentem à questão e corrijam o vício. Trata-se de um rapaz que pede a

mão de uma moça que cortejava há tempos, mas recebe negativa sem compreender o motivo. A moça teria negado em função de uma carta anônima recebida difamando o pretendente. A crença sem confrontação quase levou-a a morrer de amor, pois adoeceu. Depois de tudo esclarecido, o autor orienta:

Quando nos vierem contar coisas dos outros, sem nós as perguntarmos, fiquemos logo de pé atrás. E se mal for o que nos disserem, com mais razão. Quem diz mal dos outros, em regra, tem mau character, e de um mau character não se pôde esperar a verdade. De má fonte má agua, de mau estomago mau halito. A verdade é como a virtude: ambas filhas da pureza. O mais seguro é pedir provas de tudo. Nas coisas d'este mundo é ver para acreditar" (*Idem*, p. 267)

O conselho é dado sem rodeios às leitoras. Todavia, nota-se que os textos são, no limite, leituras também para as crianças. O entendimento que fazemos acerca de serem destinadas primeiramente às mulheres é devido ao fato de que elas são tidas como as intermediadoras dessas leituras, numa expectativa de que, ou fossem elas as leitoras para os filhos, num contexto idealizado da mãe alfabetizada que incorpora a prática da leitura familiar em voz alta, ou mesmo que se apropriassem dos valores contidos nessas leituras e os reproduzissem na educação dos filhos. Aqui as leituras para as crianças e para as mulheres confundem-se, tendo em conta o entendimento dos papéis sociais que estariam destinadas a desempenhar, o de mães educadoras.

As leituras familiares conduzidas por mulheres parecem-nos, contudo, um caminho menos factível do que o avesso, o de que as crianças em processo de escolarização, em posse da revista que receberam como prêmio, pudessem ser elas as leitoras da família, conforme descreveu a aluna da professora Maria Canuto. Talvez por isso as *Leituras familiares* não tiveram continuidade, talvez a *Leitura para as echolas* seja seu substituto.

Finalmente, uma série de artigos voltados para as mulheres que mais se aproxima da regularidade de uma seção, *Cartas a uma senhora*. Curioso escrito de Alberto Osório de Vasconcelos, o Ermita do Chiado que, com seus rompantes irônicos e satíricos rebateu Teófilo Braga, “estupendo maçador” e Antero de Quental, que acusa de ininteligível, e caçoa: “Deus nos livre que o mundo se reformasse assim” (Vasconcelos, 1954 [1866], p 127). Tendo se tornado oficial da Engenharia, é fato que carece ainda de ser desvendada sua vertente de escritor, bem como essas suas cartas.

Destoando dos outros escritos para as mulheres veiculados na revista, a sequência de cartas publicadas entre 1865 e 1866 não se detém em aspectos morais, nem exalta as qualidades maternais da mulher. A toma como uma interlocutora daquilo que considera

necessário desvelar de forma a alcançar mais leitores. Remete-se a essa senhora incógnita a fim de “divulgar alguns segredos da sciencia, que muito importa que sejam conhecidos de todos” (AP, 1865, vol. VIII, n. 9, p. 67), possivelmente inspirando-se em outras publicações que seguiam esse modelo, como *Astronomie des dames*, publicado em 1786 por Joseph Jérôme Lalande.

Escritas em primeira pessoa, dialogando diretamente com sua interlocutora de maneira leve e informal, traz à tona assuntos científicos e ilustrados, que passam, principalmente, pela astronomia e geografia. As cartas eram sempre iniciadas por uma conversa introdutória, divagações partilhadas que levavam à temática a ser tratada.

Fallarei, pois, dos cometas hoje, d’essas perolas do ceo, diaphanas e opalinas, como as perolas da terra, que v. exc. tanto préza. Amanhã falarei de outra coisa, se assim lhe aprouver, tentarei seguir o exemplo de v. exc., que borboleteia por aqui e por ali, com todo o desafogo da mocidade e da beleza, ora colhendo rosas da campina, ora desfolhando as violetas da floresta umbrosa (...) É v. exc. a minha fantasia, que faz tudo à sua guisa, sem se importar com os dictames da philosophia convencional, os quaes sempre e em toda a parte só servem para tolher os vãos de imaginação, e empanar o brilho da inteligência (AP, 1865, vol. VIII, n. 9, p. 67-68).

Apesar de não ser referência constante, nem primordial, aqui nota-se a evocação de outros atributos femininos comumente reportados. O apreço pelas joias, a beleza e o descompromisso com assuntos aborrecidos. A interlocutora de Osório de Vasconcelos faz o papel de uma espécie de musa inspiradora para divagações científicas, à semelhança do lugar que lhe é atribuído na poesia. O fato de dirigir-se a uma mulher tira-lhe o peso do rigor científico engessado, permitindo vaguear pelos assuntos de modo menos enclausurado. Essa maneira de flunar pelos meandros da ciência poderia servir de aliada ao propósito de divulgar os “segredos” que, julgava, deveriam ser de conhecimento generalizado, mais ao gosto dos que não teriam a familiaridade com a aridez do cientificismo, permitindo que “assistissem” a uma conversa entre o autor e a senhora.

Nesse sentido, talvez tome a referida senhora incógnita como mediadora do conhecimento, o que lhe retorna o papel de educadora. Todavia, parece que a mulher a quem se dirige assemelha-se pouco à suposta mãe leitora, de quem falamos, e mais à mestra. Mesmo porque os aspectos centrais que deveriam ser de preocupação da “mãe educadora” são da esfera da educação moral e não da formação científica. Poderia ser, assim, uma boa estratégia para atrair a atenção das professoras, que teriam nessas leituras interessante material para enriquecer sua formação e suas aulas.

4.3.4. Leituras para o “povo” – leitura para ser ouvida, leitura para ser compartilhada

Ao “povo”, esse leitor menos – ou nada - escolarizado e não muito bem definido, mas que pode ser parte da família do aluno que recebe a revista como prêmio, destinam-se leituras com fortes marcas de oralidade, personagens carismáticos e reproduções de situações cotidianas, mas que conquistassem pelo espírito.

A leitura em voz alta fazia parte da prática cultural do século XIX, conforme já mencionamos, e, no caso das revistas ecléticas, a realização dessa prática era uma expectativa que rondava fortemente o imaginário dos intelectuais que se dedicavam à sua produção. Notamos, assim, a existência de textos com marcas editoriais que insinuam um direcionamento a este tipo de leituras.

A mais emblemática delas é a sequência de artigos, à maneira de seção, intitulada *Crônicas do povo*, veiculada entre 1862 e 1863. Constituiu-se de traduções feitas por Rodrigo Paganino (1835 – 1863), tendo sido interrompidas por sua morte precoce. Constituem-se de textos de autoria desconhecida, cada um deles tendo por título e temática central uma figura emblemática do povo: “O Escravo”, “O Servo”, “O Pastor”, “O Aprendiz”, sempre apresentados de maneira folhetinesca, com a narrativa dividida em fascículos.

Seguindo a trajetória dos protagonistas, homens do povo, todos os contos organizam-se segundo uma estrutura semelhante. Aproximam-se de suas vidas, descrevendo elementos do seu cotidiano de modo a gerar empatia no leitor. A descrição detalhada da paisagem compõe o cenário, contribuindo para a solidarização:

Era n’uma pobre choupana coberta de colmo musgoso, como uma janella sem vidraças, com as paredes rachadas e abertas a deixarem entrar a chuva e o vento. Ao fundo estavam algumas cabras deitadas n’uma cama de palhoça velha, e uma vaca estrancilhada, junto d’ellas, puxava com muito custo da grade da manjedoura uns restos de feno coriáceo e misturado com juncos. Toda a mobília da cabana consistia n’algumas escabellos, n’uma mesa mal aplainada, e n’uma grade de verga em cima de quatro fueiros, e com alguma palha nova em cima; vinha a ser a única da casa (AP, 1862, vol. V, n. 45, p. 354).

Em todas as histórias, as personagens centrais acabam por viver reviravoltas que desembocam em um desfecho desfavorável ou até mesmo trágico, que não superam materialmente, mas o fazem espiritualmente. O principalmente elemento que resta é a

resignação, seja para o jovem escravo romano que perde a mãe e é condenado à morte, mas converte-se ao cristianismo, que fornece o conforto da alma e a compreensão de que “A Terra é apenas um desterro passageiro” (AP, 1862, vol. V, n. 42, p. 331), possibilitando encontrar a justiça e a verdade em outro mundo; seja no servo que, tendo conquistado a sua liberdade, teve de escolher entre levar consigo o velho pai ou a mulher amada. Optando pelo pai, anos depois, lutando pelo seu suserano, depara-se com o cadáver da mulher amada, na vila atacada pelo oponente. Converte-se ao hábito, consola-se com as palavras de Cristo: “Bemaventurados os que choram, porque elles receberão conforto” (AP, 1862, vol. 5, n. 51, p. 403).

Essa sequência de textos parece a mais catequética de todas as leituras voltados para o “povo”, em que o papel educativo da moral cristã é escancarado.

Há, ainda, diversos textos com o mesmo propósito, apesar de não identificados pelo subtítulo “crônicas do povo”. Dois outros contos, publicados também de forma fragmentada e ainda traduzidos por Paganino, seguem uma linha narrativa muito semelhante. Os protagonistas não são personagens emblemáticos do “povo”. Um deles assume o papel de figura empática – o que não ocorre no outro -, e acabam por ter um destino menos trágico do que os da outra série.

Em *O Homem que não pode chorar*, originalmente escrito pelo consagrado Alexandre Dumas e aqui reproduzido em três partes, destaca-se o aspecto místico da religiosidade, em que o amor maternal e o arrependimento filial de outrem são tão poderosos que capazes de fornecer o elemento mágico que quebraria a maldição do homem que, por conta da insensibilidade do avô, havia sido condenado a nunca conseguir chorar a sua dor. Foi necessário também o amor da filha, que se dispôs a sair em busca do antídoto.

Em *O Homem que perde a memória*, de autoria desconhecida, publicado em duas partes, a estratégia difere um pouco dos anteriores. Ao invés de se buscar a empatia com o protagonista João Durer, promove-se a antipatia, destacando-se uma atitude de vaidade que é caracterizada como repulsiva, e uma soberba que o faz ter vergonha dos pais, de origem humilde, postura que é repreendida pelo antagonista, por acaso seu benfeitor. Tal personagem é quem determina a tônica do conto, promovendo os caminhos interpretativos a partir de seus julgamentos, sendo o derradeiro deles a moral explícita: “Deus castiga os ingratos” (AP, 1862, vol. 5, n. 32, p. 251), inscrição que o referido escreve em sua lápide, após a morte que se seguiu a uma gradativa perda da memória, simbolicamente indicando que João Durer havia se esquecido de quem é por conta da sua ingratidão. Há, ainda, muitos mais textos que seguem essa mesma fórmula, geralmente de autoria anônima, e que não

esmiuçaremos aqui por considerarmos que os já referidos são representativos das dezenas de textos independentes que seguem esse mesmo padrão.

Em todos eles, além da temática, uma fórmula editorial que, segundo já demonstrara Chartier (1997), estava presente nas leituras destinadas ao “povo”. Elementos da recitação, a apresentação de situações exemplares em modelos dicotômicos, a veiculação de valores a fim de condicionar comportamentos e atitudes são características recorrentes, que podem ser identificadas tanto aqui quanto nas narrativas destinadas às crianças, indicando também a percepção acerca de um olhar quase infantil desse leitor que, muitas vezes, podia também ter acesso ao texto a partir da leitura da criança, como já discutimos.

Outro elemento presente em ambos os grupos de textos é o recurso de enunciação, em que se pretende, por meio da escrita, enunciar a voz do outro: “o que fala de longe deve encontrar um lugar no texto” (Certeau, 1998, p. 254). Assim, a oralidade encontra o seu lugar no texto, que pode, assim, ser portador de uma história de vida em que determinado sujeito possa se identificar ou se encontrar. Seria a tradução da voz falada para a voz escrita.

Consideramos que cabe uma última observação acerca da preocupação que acompanha essa educação moral. Nele está inserido o intento de superação das superstições populares, que não deveriam ser confundidas com a fé, com os milagres ou com os dogmas da igreja. Representativo dessa preocupação é o texto intitulado *Superstições e abusões populares* e veiculado, sem assinatura²²⁵, em duas partes. Apesar de anterior aos outros aqui citados, optamos por nos valer dele para finalizar esse tópico por representar o caráter propositivo da revista no que diz respeito a esta problemática. Assim, anuncia acerca da questão:

Apesar dos constantes esforços dos ministros do Evangelho, e dos pasmosos descobrimentos da physica e da chimica, por onde se explicam tantos phenomenos que d'antes pareciam realmente coisas sobrenaturaes, está ainda o mundo tão inficionado de abusões e superstições, que, o combatel-as e escarnecel-as, é encargo impreterivel dos jornaes escriptos para o povo, e sobretudo para a mocidade que frequenta as primeiras escholas, qual é este nosso, pela crescente extracção que lhe está dando a patriotica e civilisadora sociedade Madrépora do Rio de Janeiro" (AP, 1860, vol. III, n. 27, p. 212).

Esta declaração reitera a importância não só de se valorizarem as descobertas científicas para combater as superstições populares, mas também o papel da religião, que

²²⁵ Como se trata de texto de opinião e não da reprodução de um conto popular, é provável que tenha sido escrito pelo redator principal, Silva Túlio, a quem textos deste tipo normalmente ficavam a cargo.

não é dissociado da ciência. Conhecimento científico e religioso imbricam-se como fundamentos para estruturar a transformação patriótica e civilizadora que se propunha.

4.3.5. Escola, leitura, e a definição de um lugar para o povo no projeto dos intelectuais românticos

Se as miserias que a natureza nos impõe nos parecem duras de sofrer, se as que nos procedem da vontade, e sobre tudo da injustiça dos homens, as achâmos intoleráveis, para umas e outras tem paliativos a philosophia, e tem remédio efficaz a religião.

(Castilho, *Noções Rudimentares para uso das escolas*²²⁶)

Apesar de o *Archivo Pittoresco* constituir-se como um arquivo de textos diversos, em seu discurso educativo nota-se a tônica em dois eixos temáticos, a normatização da língua e formação moral, revelando uma forte aproximação com os aspectos constitutivos do ecletismo de Silvestre Pinheiro Ferreira. Dentre os textos enunciados acima, aqueles veiculados na seção *Estudos da língua materna* constituem-se como tentativa de consolidar uma norma linguística do português. Esse aspecto, aliás, é preocupação central para o filósofo, e relaciona-se com a construção de verdade por meio do discurso. A utilização de uma língua ou outra poderiam, inclusive, reconstruir uma determinada verdade, especialmente no que diz respeito aos argumentos relativos à identidade, conforme discutimos no primeiro capítulo.

Neste quadro, para Ferreira, a substituição do latim pelas línguas neolatinas ou locais, nomeadamente o português, desencadeavam a contígua reconstrução de um discurso de verdade – muda a língua, muda a construção lógica, gramatical e vocabular de construção discursiva e, portanto, a própria maneira de legitimar-se a verdade (Duran, 2015, p. 118).

Dentre os outros textos da revista, encontramos alguns de divulgação científica dentre as leituras para escolas e mulheres, que assumem um discurso de vulgarização, aproximando-se dos “conhecimentos úteis” veiculados sobretudo na *Revista Universal* e em *O Panorama*, que foram ampliando sua concepção acerca do termo ao longo dos anos. Contudo, a grande maioria dos textos apresentados tem pretensões moralizantes.

²²⁶ Citado em *Archivo Pittotesco*, 1862, vol. V, p. 248)

Alcançar-se-ia, assim, o sentido de informar enunciado por Certeau, o de “ ‘dar forma’ às práticas sociais” (1998, p. 260), como se o texto pudesse dar à sociedade a forma que se pretendia, tornando o leitor semelhante àquilo que ele lê.

A epígrafe reproduzida acima, escolhida para fechar o número 31 da Revista, é quase uma síntese da proposta educativa das revistas ecléticas e, sobretudo, do *Arquivo*. Aliás, mais do que isso, é reveladora do espírito do tempo, do que balizava o pensamento intelectual e inspirava sua produção cultural; é a expressão daquilo que o ecletismo advogava, a harmonia entre racionalidade e mistério, e o reconhecimento de que a formação do sujeito deveria ter em conta todas as suas dimensões, a totalidade humana, a qual, por sua vez, pressupunha a subjetividade, que passava pela filosofia e pela religião, daí a importância da moral. A concepção que Castilho, influenciador de toda uma geração, organizador de propostas educativas que passavam pela normatização linguística, divulgador de ideias para o “povo”, sintetiza nesse excerto nos remete à percepção que Victor Cousin transmitiu: “o espírito humano é perfectível ao infinito” (Paim, 1999, p. 16). É este o sentido de uma proposta liberal de educação que se ancorava fortemente na formação do “coração” como componente do espírito. Carlota Boto, analisando o contributo de sujeitos aclamados como “grandes homens” pelos seus contemporâneos do século XIX, mapeia com maestria os aspectos constituidores dessa concepção.

No liberalismo pretendido, o âmbito civil desdobra-se dos parâmetros da moralidade prescrita; a ética pública deveria ser posta como um desdobramento das relações de família. Fazer da justiça o princípio da civilidade humana corresponde a assumi-la com base na ideia de retribuição: aos pais, à sociedade, ao Estado, ao cônjuge, a Deus. Ao supor a piedade e caridade como pilares da crença, o dever do cristão extrapola o âmbito da intimidade e aproxima-se de uma conduta generosa em termos da sua interface social (Boto, 2012, p. 42).

A civilidade, na visão de Almeida Garrett, seria a responsável por conduzir o povo. É ele quem primeiro assume a necessidade de ensinar a partir da verdade e da realidade, sem elementos de fingimento, como as fábulas, combatendo a fantasia. Moralidade e civilidade são componentes do espírito que fazem parte de um processo educativo que tem em conta um ser humano em sua totalidade, na perspectiva apresentada pelo ecletismo. É nessa premissa que se fundamenta, por exemplo, Simões Ferreira na seção *Leituras familiares*, inaugurada em 1862, sobre a qual discorreremos ao abordar as leituras para as mulheres. Vale chamar a atenção para o fato de que, nesse caso, a mulher assume basicamente o papel de intermediadora dos valores ali veiculados, sendo que as leituras

são, no limite, destinadas a todos os que careciam de ser civilizados. O *Archivo Pittoresco* dá espaço a esse entendimento, radicalizando-o quando passa a ser distribuída nas escolas.

Boto defende, ainda, a importância da componente moral na proposta educativa dos intelectuais românticos. A aprendizagem da escrita não deveria se dissociar dos ensinamentos da moral cristã, que tornar-se-á elemento central do currículo, apesar do aparente conflito com o conhecimento científico. Dessa forma, os textos da revista voltados para a escola funcionam como materiais de leitura, afinados com os princípios que se almejava. E a influência de Castilho na atribuição deliberada de uma função mais ampla para a escola, a civilizacional, é inegável. Estava em causa a prescrição das leituras corretas, capazes de evitar que o conhecimento fomentasse a insurreição e a negação da ordem social estabelecida. A leitura escolar, prefixando a própria ‘forma escolar’, dever-se-ia mostrar reveladora de um universo valorativo que, até certo ponto, estaria engendrado, antecipando-se, pela pauta da escola, à realidade.

No que diz respeito à mulher, à quem eram também destinadas leituras específicas no ínterim da revista, Carlota Boto também apresenta um contributo que auxilia a nossa interpretação:

A pedagogia portuguesa do século XIX, quando representa a mulher, coloca-a invariavelmente no seu lugar de esposa e mãe. A tônica religiosa do discurso era, em geral, indisfarçável e o lugar do feminino, sublimado, passava a ser habitualmente encarado diante daquilo que, por si, ele viria a representar para um ‘outro’ masculino, fosse o marido, fosse o filho. Obediente, dócil, resignado e virtuoso, o rosto feminino é então indubitavelmente traçado pelo homem, - como sujeito da enunciação e como razão de ser da própria existência feminina (*Idem*, p. 44).

Não temos dúvidas de que a mulher não é ainda vista como autônoma e dona da própria inteligência. Contudo, temos de chamar a atenção para o fato da sua inclusão nas preocupações educativas, sobretudo se tivermos em conta as *Cartas a uma senhora*. Se a proposta é sempre conduzida por homens, não podemos simplesmente entendê-la apenas na chave da reprodução do lugar de esposa e mãe sem refletir sobre os possíveis efeitos – mesmo que indesejáveis aos mentores – da escolarização feminina e da incorporação feminina à cultural escolar. Apesar das seções voltadas para as mulheres, nada impede que as outras seções sejam também lidas por elas, promovendo o acesso à mesma produção cultural voltada aos homens. O prêmio escolar provia também às meninas o acesso à revista – aliás, o relato de leitura que nos foi possível acessar advém de uma aluna.

Se para Herculano e, sobretudo, para Castilho, “a escola agiria como local de agregação, de coesão social, de transmissão de toda uma teia de valores e de significados morais, cuja preservação e reforço eram postos como necessários ao desenvolvimento da nação, compreendida esta como identidade moral” (Boto, 2012, p. 53), as revistas seriam seu complemento e reforço.

Nos relatórios da Escola Casal Ribeiro publicados na revista e assinados pelo seu diretor Carlos José Caldeira, encontra-se explicitada a importância atribuída a esse aspecto: “Hei tido especial cuidado em promover o ensino da doutrina, e os costumes religiosos, ao que em algumas escholas se não dá a devida importância e atenção, apesar de ser a parte mais essencial da educação da infancia” (Caldeira, Relatório da Eschola Casal Ribeiro, *in* AP, 1865, vo. VIII, n. 27, p. 215). Nesse mesmo relatório, o diretor relata a cerimônia de primeira comunhão como parte dos rituais da cultura escolar. Expõe detalhes da celebração, que termina com um almoço na escola após os rituais religiosos na igreja, da qual participaram as professoras, além de familiares das alunas.

Assumem os editores que a atenção à “religião e à moral”, que já era uma preocupação de modo a que a revista pudesse ser literatura recorrente “entre as famílias e a mocidade”, ganha contornos mais explícitos a partir da sua distribuição nas escolas. Educar e instruir eram definições que estavam sobre a mesa e, considerando aquelas que foram aqui apresentadas, parece claro que o *Arquivo* se portou como uma enciclopédia para, como referiu Brito Aranha em seu artigo sobre a educação feminina²²⁷, primeiro educar e, se sobrar tempo, instruir.

O processo de instrução mediatizado pela educação passa, além da vulgarização científica, por dois elementos fundantes, conforme já indicamos: a normatização da língua e a disseminação de códigos civilizatórios traduzidos em categorias relacionadas às virtudes morais. Dentre as virtudes veiculadas nos textos, pudemos depreender aquelas vinculadas, por um lado, aos ideais liberais-democráticos e, por complementarmente, às virtudes cristãs. As primeiras aparecem geralmente associadas às narrativas masculinas, traduzindo-se em:

- liberdade;
- autonomia;
- ânimo;
- coragem;

²²⁷ Mencionado no início desse capítulo.

- justiça;
- probidade;
- cortesia.

Dentre as segundas, muitas delas associadas majoritariamente ao comportamento feminino, temos:

- Amor
- Maternidade
- Castidade
- Bom gosto e beleza
- Gratidão
- Devoção
- Silêncio

Há, ainda, as virtudes cristãs que constituem códigos civilizatórios universais, independente do gênero:

- A tríade teológica Esperança, Fé e Caridade
- Resignação
- Moderação
- Arrependimento

Procuramos esquematizar a seguir essa articulação dos códigos civilizatórios:

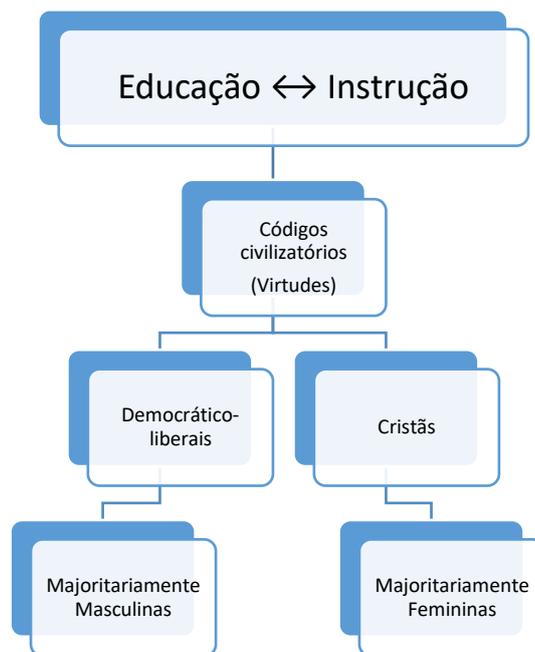


Figura 38 - Organograma de códigos civilizatórios

O *Archivo Pittoresco* ganha destaque nesse projeto abrangente de educar o povo para a civilidade, que passava, sobretudo na década de 1860, pelos métodos de leitura. Começa-se a olhar mais internamente para a escola, os métodos tornam-se preocupação central. Entendemos que a revista, apesar de não abordar sistematicamente os métodos de leitura, que aparecem dispersos em alguns escritos de Castilho ou de outros intelectuais sobre sua proposta, abre espaço à tentativa de sistematização de leituras para escolas, tangenciando um “como fazer”. Não reside aí, contudo, seu grande trunfo, mas sim a sua imbricação à cultura escolar – lembramos que a própria cerimônia de atribuição de prêmios é, por si, um importante processo de ritualização a fim de inculcar comportamentos, nomeadamente a frequência à escola, a dedicação aos estudos, a regularidade, a civilidade necessária, inclusive, para se portar adequadamente durante a cerimônia. Para além disso, o tipo de prêmio a ser atribuído podia consistir como um reforço, como é o caso do *Archivo*, cujo conteúdo passa a ser adaptado em função desse papel cultural que assume.

Tomando parte na escola abrir-se-ia um canal direto de comunicação com a “mocidade”, as crianças, que geralmente não faziam parte da comunidade de leitores das revistas ecléticas, a quem se deveria inculcar o “amor à pátria, à língua materna e à moral cristã”.

Considerações finais

Nós esperamos a regeneração nacional não menos das memórias do passado que das doutrinas que pertencem ao futuro.

(*O Panorama*, 1844, p. 2)

A frase que utilizamos como epígrafe poderia servir de *slogan* à problemática debatida neste trabalho. Nos remete diretamente às representações intelectuais que, presas a um futuro alavancado pelo passado, acabavam por derrapar no presente. Pensar a nação portuguesa era ter em conta um destino comum e um desenvolvimento que caminharia de mãos dadas com a jovem nação do além-mar, alimentando-se da sua projeção de prosperidade futura. A permanência da ideia de parceria ou irmandade seria uma sobrevida após a colonização, em que a antiga colônia tropical poderia representar um elemento agregador ao almejado desenvolvimento material português. Aquilo que faltava ao velho mundo lusitano sobrava à *neo-nação* cuja “amizade” se buscava por meio do intercâmbio intelectual.

Retomemos o já referido trecho de Vilhena Barbosa acerca da questão:

Engrandecer-se-há pois o Brasil, e a sua grandeza refluirá sobre Portugal, não só pelos vínculos de parentesco e pelas tradições da historia, que unem os dois povos como em uma família de irmãos, mas também, e ainda mais, pelas ligações de grandes e recíprocos interesses, que de dia para dia augmentam de vulto e valor (Vilhena Barbosa *in AP*, 1864, vol. VII, n. 15, p. 114).

A concepção do autor é reveladora das representações intelectuais acerca das relações entre Portugal e Brasil. Nesse sentido é que entendemos a insistência numa suposta luso-brasilidade que pressupunha a existência de uma fraternidade que, todavia, não era recíproca do lado brasileiro. Essa reivindicação pautava-se na origem e língua comuns, ambos aspectos em disputa sobre os quais constituía-se um clima de tensão. A falta de consenso acerca de um acordo linguístico era reflexo da incapacidade de entendimento mútuo acerca dos seus respectivos percursos históricos

Os dilemas nos quais o Brasil estava mergulhado eram fruto de indagações acerca de qual progresso se pretendia. Vencido um primeiro ciclo “revolucionário”, traduzido na emancipação política, não se poderia deixar arrefecer a busca de futuro. Uma identidade nacional emergia em torno de uma primeira versão de uma “História Geral do Brasil” publicada por Francisco Adolfo Varnhagen e do movimento romântico, e o país ganhava

um palco na história das nações. Mas havia desafios: a unidade de Nação que exige uma nacionalização de todo o território brasileiro e uma brasilidade assente na língua e num regime político “renovado” começava a revelar-se pouco operacional e muito conservadora; ao mesmo tempo, era necessária uma cidadania, para o que era preciso avançar com quadros políticos e com uma consciência cívica (nacional), com uma escolarização e, portanto, com o problema da norma escolar. Acresce a isso um temor do neocolonialismo, tendo em conta a força das comunidades portuguesas sobretudo no Maranhão e no Rio de Janeiro. É em meio a esse cenário de relações e tensões que emerge o eclecismo, que vamos desvelando ao longo da tese, nomeadamente através das comunidades transatlânticas e, por fim, com o *Archivo Pittoresco*. Incluída entre as revistas que identificamos como ecléticas, foi parte significativa das estratégias da rede de sociabilidade intelectual que procuramos desvelar, a fim de efetivar um projeto de Nação, que passava pelas referidas relações com o Brasil, constantemente reivindicadas como um amálgama indissolúvel e que, nesse caso, constituiu-se como operacionalizador de um flanco importante desse projeto; a saber, a materialização da distribuição do *Archivo* nas escolas públicas portuguesas, proporcionando leituras que alcançasse o “povo”, a fim de formar cidadãos que viabilizassem uma Nação em que liberdade fosse acompanhada pela moralidade.

As revistas ecléticas ocupavam, assim, um ideal quase idílico de educação do povo nesta perspectiva liberal conciliadora, o que inclui sua conformação por meio da divulgação de leituras que fossem consideradas adequadas e controladoras. À imprensa, mas não qualquer imprensa, aquela que ocupava o lugar mediador de periódico-livro, cabia

trabalhar, de dia e de noite, por desarreigar, porque em civilização, como em religião, só a fé opéra os milagres, e só d'ella se produz a esperança, o amor, e a felicidade. A falta da **fé em um bom futuro**, é quem principalmente nos está quebrando os brios, decependo os desejos, e afastando esse mesmo futuro cada vez mais para longe (RUL, 1842, T. 2, n. 1, p. 3, grifo nosso).

Consideramos, todavia, que o *Archivo Pittoresco* assumiu um outro lugar entre as revistas ecléticas, ao radicalizar a tradição. Constituiu-se não só como uma enciclopédia de conhecimentos humanos, mas tomou parte na cultura escolar, fazendo penetrar nos meandros sociais populares a moralização do homem novo. Apesar de sua distribuição pelas escolas primárias portuguesas ser financiada pela *Sociedade Madrêpora*, de portugueses emigrados no Rio de Janeiro, era fomentada e controlada pela Direção Geral de Instrução Pública de Portugal, que regulamentou tal distribuição por meio da portaria

publicada em 11 de Junho de 1860. Com isso, os critérios de controle de conteúdo de todo o material que circulava nas escolas passaram a incidir também sobre a revista.

Esta inserção na cultura escolar se dá tanto em função do ritual de civilidade instituído pelo prêmio escolar quanto pelo alcance a novos leitores – escolares e para além da escola, mas a partir dela. Notam-se alterações editoriais na revista que pressupõem novos leitores: o professor, a criança, a mãe e, de forma mais alargada, o povo.

A cultura ocuparia o papel da formação do cidadão, na perspectiva liberal-conciliadora que articulava ciência, moral e religião, nas bases do ecletismo. Conformava-se uma orientação moral do povo por meio das leituras, que poderia ser de ordem política, da alçada masculina, ou de ordem religiosa, da alçada feminina²²⁸. Quando a mensagem não fazia distinção de gênero, incidia sobre o “homem simples”, o “homem do povo”, o “artífice” etc. Este é um dos pilares que sustentam o projeto de Nação dos intelectuais românticos portugueses, sendo necessária sua incorporação à educação popular enquanto elemento formativo para a passagem de súdito à cidadão.

Pátria, Língua e Moral Cristã representaria a tríade na qual se ancorava o projeto de Nação que se vinha constituindo. Para tanto, era necessária a instrução do povo, que passava pela popularização da literatura e dos *conhecimentos úteis*, relacionados aí os melhoramentos materiais e o desenvolvimento tecnológico que estão, sobretudo, vinculados ao ideal de progresso material característico da *Regeneração*, incluso o entendimento de que o trabalhador da agricultura, da indústria e do comércio, tendo um conhecimento mais sistematizado acerca do seu ofício, terá potencialidade para um melhor desempenho individual, conseqüentemente com maior sucesso econômico que, por sua vez, teria sido alcançado a partir de si próprio, consolidando um dos fundamentos do ideal liberal, o sucesso individual; seu sucesso será também parte intrínseca do desenvolvimento do Estado-Nação. A língua é o elemento por meio do qual se expressa o pensamento, conforme havia refletido Silvestre Pinheiro Ferreira, sendo o aspecto incontornável pelo qual se evocava a manutenção do vínculo com o Brasil.

Carlota Boto, em seu livro sobre “ler, escrever, contar e se comportar”, observa que tanto Castilho quanto Herculano, apesar de defensores da universalização do ensino primário e da necessidade de se produzir leituras para o povo, o faziam norteados por uma

²²⁸ Vale ressaltar que a moral religiosa não é exclusivamente feminina, porém majoritariamente. Ou seja, quando se tratava dos códigos civilizatórios que passavam por valores democrático-liberais, nunca se direcionavam às mulheres; quando se tratava dos cristãos, muitos deles eram exclusivamente femininos, como a castidade, a devoção ou o silêncio, havendo alguns universais, como as três virtudes teológicas.

premissa: “Não se deve ler tudo; nem ao menos ler muito. Há de se ler bem as leituras moralmente proveitosas... Para isso, que viesse a escola” (Boto, 2012, p. 52). E, acrescentamos, as revistas ecléticas, com mais alcance o *Archivo Pittoresco*. O universalismo fundador do periódico não significava que toda e qualquer leitura era adequada ao povo. Ao contrário, um dos principais papéis desempenhados por ele era corroborar à escola no sentido de selecionar e direcionar as leituras.

Assim, o *Archivo Pittoresco* acaba por contribuir para a regeneração social por meio da educação, tagenciando tanto a perspectiva pública da educação, representada pela escola, quanto a perspectiva privada e doméstica, representada pela família, sobretudo pela mãe. A leitura escolar, pré-fixando a própria forma escolar, revelava, então, um universo valorativo pautado em códigos civilizatórios, antecipando-se, pela pauta da escola, à realidade social.

O cruzamento de fontes, o seguimento das trajetórias dos sujeitos, o mergulho nos seus contextos e nas suas produções conduziram a inferências possíveis que procuramos ter a coragem de realizar, amparados por trilhas metodológicas que garantissem solidez à abordagem. O fato é que a fonte não é a verdade em si, mas é matéria de prova que traz luz às interpretações. Procuramos responder às questões que nos colocamos, mas estamos sempre diante de outros caminhos possíveis. Uma abordagem historiográfica carrega intrinsecamente alguns desafios que, por vezes, nos coloca na berlinda. A dependência da disponibilidade de fontes algumas vezes nos leva a encruzilhadas aparentemente insolúveis, por outro lado aponta caminhos que podem ser desvendados posteriormente com a descoberta de fontes complementares ou mesmo pela ampliação interpretativa. Neste sentido, pensamos ser profícuo, mais do que adentrar em pormenores de discussões que já fizemos, apontar possíveis desdobramentos futuros e aprofundamentos.

Mapeamos aqui a circulação do *Arquivo Pittoresco* no Brasil, e até conseguimos avariar a quantidade de exemplares que circularam no país e por quais províncias. Contudo, a limitação do acesso às fontes imposta pela inviabilidade de percorrer os arquivos no Brasil em meio à pandemia de Covid-19 restringiu nossas possibilidades de analisar a circulação do outro lado do Atlântico de modo mais qualitativo, localizando exemplares com marcas de leitura, possíveis coleções pessoais ou pertencentes a associações de caráter educativo. É provável, ainda, que os relatórios da inspeção pública do Império do Brasil contenham indícios sobre se a possível circulação da revista em estabelecimentos escolares brasileiros, e em caso afirmativo, que uso era feito dela.

Também a problemática do associativismo e seu papel articulador nessa geração tem um interessante potencial de pesquisa. Por limitações impostas pela necessidade de recorte e do tempo de que dispomos, optamos por nos centrar na noção de rede, passando por alguns espaços de sociabilidade e indicando o tríplice papel desempenhado por António Feliciano de Castilho. Mencionamos algumas associações, tendo sido a *Madrépora* a mais significativa para o nosso propósito, mas há ainda muitos desdobramentos possíveis. A *Associação Industrial do Porto*, por exemplo, beneficiada pela *Madrépora*, tem um lugar peculiar nas relações entre Portugal e Brasil, destacando-se o aspecto econômico e as relações comerciais. Mais do que isso, a associação portuense foi também uma espécie de polo de divulgação do método de leitura de Castilho no Norte de Portugal. Para discorrer sobre a mesma, Silvestre Ribeiro (1882) toma como ponto de partida um discurso elogioso feito pelo deputado Macedo Pinto em 1853, do qual faz um resumo. Destacamos aqui um excerto, que a relaciona com o método:

são já (disse formalmente o deputado) oito as aulas pertencentes a esta escola, que se acham em exercicio, cursadas por mais de quatrocentos alumnos, compreendendo entre elles os da aula de instrucção primaria, ou de leitura repentina pelo methodo Castilho, **methodo que a associação muito tem concorrido a fazer conhecer e propagar nas províncias do norte**, convidando as camaras municipais das mesmas a mandar commissionados à escola da associação que se tornou assim uma escola normal por este methodo (Macedo Pinto *apud* Ribeiro, 1882, p. 198-199, grifo nosso).

De fato, encontramos muitas publicações alusivas ao método no Jornal da Associação, bem como cartas trocadas entre Castilho e José Macedo de Araújo Junior, arquiteto e engenheiro atuante na associação. José Felix Henriques Nogueira, grande entusiasta do associativismo, foi também promotor do método e divulgador do mesmo nas associações industriais. Mergulhar na documentação da associação, especialmente da escola por ela mantida, pode contribuir para a ampliação da compreensão acerca da divulgação do método de Castilho, e das apropriações feitas pelos professores e mesmo por Macedo de Araújo, que atuará como um multiplicador do método.

Ainda sobre associações, vale a menção da *Associação popular promotora da educação do sexo feminino*, cuja reunião de fundação decorreu em 31 de outubro de 1858, com a presença de “512 cidadãos liberaes” (Ribeiro, 1882, p. 206) no salão do teatro da Escola Normal de Lisboa. Articulada pelos nossos conhecidos Silva Túlio e Filipe Leite, além do sr. Alves Martins, a associação nasce com a intenção de deflagar especificamente

a bandeira pela educação feminina. A deliberação de criar uma outra associação pela “educação popular”²²⁹, agora feminina, está relacionada a uma reação aos ímpetos antiliberais que se vinham sentindo. Tanto é que uma das determinações mais enfáticas era o pré-requisito de não pertencer a nenhuma ordem religiosa para assumir o lugar de mestra nos estabelecimentos por ela fomentados. Tratou-se mesmo de um ímpeto liberal em oposição à reação transmontana ao liberalismo - Alexandre Herculano ficou incumbido de escrever um manifesto, que já mencionamos. Apesar de parecer que o ímpeto tenha se esvaído rapidamente, a análise mais aprofundada de suas poucas ações pode conduzir à ampliação do entendimento acerca da problemática de gênero nos debates e propostas educativas do século XIX.

Nesse sentido, também a já referida série *Cartas a uma senhora*, publicada por Alberto Osório de Vasconcelos no *Archivo Pittoresco* entre 1865 e 66, pode fornecer uma importante contribuição. Uma análise mais detida, cotejada com outros escritos seus e permeada por sua trajetória intelectual, que não nos foi possível empreender nessa pesquisa, nos parece bastante profícua. É possível, ainda, que outra série de artigos de título semelhante, *O darwinismo: cartas a uma senhora*, publicada alguns anos depois (1877 e 1878) por João Zeferino Rangel de S. Paio no periódico *O Vulgarizador*²³⁰, contenha ainda pistas para o entendimento destas. O caráter divulgador do impresso, que tinha por subtítulo “jornal dos conhecimentos úteis”, bem como o seu diretor, o português Augusto Emílio Zaluar (1826 – 1882)²³¹, são também peças-chave para a compreensão das possíveis interlocuções entre as duas séries epistolares²³². Abrimos esta porta acerca dessa interessante sequência de cartas de Alberto Vasconcelos, contudo falta-nos explorar o que há para além dos corredores. Sabemos que elas têm, ainda, muito a revelar, e pretendemos nos debruçar sobre essas possibilidades em outra oportunidade.

Também no que diz respeito a desvelar o leitor e as apropriações de leitura, julgamos haver caminhos por percorrer. Como já citado, Chartier aponta a imperatividade de se considerar o leitor e suas apropriações, ao mesmo tempo que entende ser também esse o maior desafio. Novamente as fontes – ou a carência delas – nos impedem de chegar

²²⁹ Além da também já referida *Associação Promotora da Educação Popular* encabeçada por Castilho.

²³⁰ Publicado entre 1877 e 1880 no Rio de Janeiro.

²³¹ Escritor e poeta, circulou entre as redes de sociabilidade dos intelectuais portugueses, tendo sido colaborador do periódico *A Época*, analisado neste trabalho, antes de emigrar para o Brasil, em 1850. No Brasil foi sócio de diversas sociedades literárias no Rio de Janeiro e em São Paulo. Há também indícios de que tenha fundado uma escola no Rio de Janeiro, onde adotara o método de Castilho (*Correio Mercantil*, 1853, n. 250, p. 2).

²³² Cf. Vergara, 2007.

mais fundo nesse aspecto também constituidor dessa prática cultural. Nesse trabalho tentamos encontrar algumas pistas nos próprios impressos, e fomos ainda agraciados pelo depoimento de uma aluna leitora, ajudante da professora Maria Canuto, de Lisboa. É, contudo, ainda pouco. Sabemos, por meio de depoimentos de Silva Túlio no *Arquivo*, que os professores que recebiam a revista trocavam cartas com os diretores da *Sociedade Madrêpora*. Ficamos a imaginar quantas mais teriam sido escritas e poderiam nos dizer sobre as práticas de leitura, quantos outros estudantes também teriam enviado seus relatos e impressões. Contudo, não nos foi possível encontrá-las. Talvez estejam dispersas em acervos pessoais, talvez algumas tenham sido publicadas no *Boletim Geral de Instrução Pública*, em números que não estavam disponíveis nas bibliotecas a que tivemos acesso, talvez não existam mais. Mas, como o mundo nos tem exigido otimismo, seguimos acreditando que esse estudo talvez encontre alguém que tenha conhecimento de algumas dessas correspondências, as quais nos possam revelar pormenores acerca das apropriações do *Arquivo Pittoresco*; correspondências essas que evidenciem novas particularidades das leituras, mais diversas dado que o periódico extrapola os limites de circulação até então impostos às outras revistas ecléticas que, mesmo pretendendo ser mais populares, acabavam circunscritas a um determinado público letrado.

Por fim, vislumbramos ainda uma possível abordagem sobre as temáticas aqui tratadas que passa por um caminho teórico-metodológico um pouco distinto daquele por nós percorrido, porém não menos legítimo, e que acaba por levar a achados diferentes. Falo da história conceitual, e da sua potencialidade de contribuir à história da educação por meio da historicização de conceitos subjacentes à área, como os aqui tratados “educação popular”, “povo”, “pátria”. Em alguma medida, a crítica da qual parte a história conceitual é semelhante àquela que é ponto de partida às reflexões da história cultural, todavia propõe percursos distintos. Em uma crítica à maneira como eram feitas a história intelectual e a história das ideias, sobretudo no que diz respeito à contextualização dos conceitos e ao anacronismo na análise das ideias, a história conceitual reivindica uma especificidade teórico-metodológica que passa pela interpretação dos conflitos políticos e sociais à luz do horizonte linguístico da época, partilhado pelos atores que deles participaram, e pelo esclarecimento das “circunstâncias intencionais contemporâneas” (Koselleck, 1985²³³, p. 79 *apud* Jasmin e Feres Jr, p. 23). É assim que, estabelecendo campos semânticos ou domínios linguísticos específicos da linguagem no campo, talvez seja possível analisar os

²³³ *Begriffsgeschichte and the social history. Future past: on the semantics of historical time.* Cambridge/Londres: The MIT Press, pp. 73-91.

termos acima como conceitos, identificando as mudanças e permanências no sentido ao longo do tempo e, conseqüentemente, seu desdobramento histórico, dado que, sob essa perspectiva, as mudanças experimentadas pelos conceitos no tempo operariam como índices de mudança histórica.

Não reivindicamos tal abordagem, contudo consideramos ser importante, ao finalizar uma tese, apontar caminhos, inclusive aqueles que não seguimos, mas que seriam possíveis. Sem esgotá-las, indicar a multiplicidade e as potencialidades de abordagens distintas, que possam contribuir à investigação histórica e, mais especificamente, à história da educação.

Finalizamos, então, esse percurso de pesquisa com uma reflexão que une o princípio e o fim da investigação:

E os dias fizeram-se à estrada.
E eles, os dias, fizeram-nos.
E assim nascemos nós,
Os filhos dos dias,
Os indagadores,
Os investigadores da vida
(O Génesis, segundo os mais *apud* Galeano, 2020)

Enquanto historiadores somos como que indagadores, investigadores da vida, constantemente na estrada da investigação, mesmo que tendo finalizado um percurso.

Obras de referência

- Almeida, L. (2020). *O Brasil na Imprensa Portuguesa (1850 – 1893)*. Lisboa: Lisbon International Press.
- Andrade, J. P. (1984). Crónica. In J. P. Coelho, *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Arriada, E., Tambara, E. & Duarte, S. (2015). 'A Sciencia do bom homem Ricardo': um texto de leitura escolar no Brasil Imperial. *História da Educação* (online), 19(46), 243-259. Disponível em [SciELO](#). Acesso em 01/08/2021.
- Barbosa, L. (2002). *O Ideário Republicano nas Relações Brasil/ Portugal, 1880-1891*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Barroso, J. (2013). Cultura, cultura escolar, cultura da escola. *Unesp/ Univesp*, acervo digital. Disponível em [Acervo Digital Unesp](#). Acesso em 03/02/2021.
- Berrini, Beatriz (2003). *Brasil e Portugal: A geração de 70*. Porto: Campo das Letras.
- Bollème, G. (1988). *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Boto, C. & Albuquerque, S. (2018). Entre idas e vindas: vicissitudes do método Castilho no Brasil do século XIX. *História da Educação*, 22 (56), pp. 16-37.
- Boto, C. (1996). *A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução francesa*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Boto, C. (1997). *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Boto, C. (2012). *A escola primária como rito de passagem. Ler, escrever, contar e se comportar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Boto, C. (2017). *A Liturgia escolar na Idade Moderna*. Campinas: Papirus.
- Boto, C. (2019). Rascunhos da História da Leitura Escolar: entre Portugal e Brasil. *Educação e Sociedade*, 40, 1-14.
- Burke, P. (2010). *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia de Bolso. Versão em pdf disponível em [USP - Apoio às disciplinas](#). Acesso em 27 out. 2020.
- Câmara Jr., J. (s.d.) Filologia. *Confluência*, p. 316-323. [1120.pdf \(bibliopolis.info\)](#)
- Carneiro, M. (2020). *Polêmicas em torno da língua nacional: uma questão de linguística ou política?* Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

- Carpeaux, O. (1961). *História da literatura ocidental*. Vol III. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- Carvalho, M. (2006). Livros e revistas para professores – configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In J. Pintassilgo, M. Freitas, M. Mogarro & M. Carvalho (Org). *História da Escola em Portugal e no Brasil*, (pp. 141-174), Lisboa: Edições Colibri.
- Castelo - Branco, F. (1977). Castilho tenta difundir o seu método de leitura no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação, USP*, 3 (1), p. 32-45.
- Catroga, F. (1990). O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal. *Revista de história das ideias*, 12, 445 – 470.
- Catroga, F. & Carvalho, P. (1994) *Sociedade e cultura portuguesas II*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Certeau, M. (1982). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Chartier, R. (1988). *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- Chartier, R. (1990). As práticas da escrita. In P. Ariès e G. Duby (Dir.). *História da Vida Privada*, vol. III (pp. 113 – 161). Porto: Edições Afrontamento.
- Chartier, R. (1991). O Mundo como representação. *Revista de Estudos Avançados*, 5(11), 173-191.
- Chartier, R. (1997). *A ordem dos livros*. Lisboa: Passagens.
- Chartier, R. (1998). A cultura do objecto impresso. In R. Chartier (Coord.). *As utilizações do objecto impresso* (pp. 9 – 21). Lisboa: Difel.
- Chartier, R. (2002). *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS.
- Coelho, J. (1944). *A poesia ultra-romântica*. Lisboa: Clássica Editora.
- Coelho, J. (Coord) (1984). *Dicionário de literatura*, 3ª edição, 1º volume. Porto: Figueirinhas.
- Correia, R. (2012). *O Panorama - Ficha Histórica*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Disponível em: [Microsoft Word - O PANORAMA FICHA ACTUALIZADA\[ALV\].doc \(cm-lisboa.pt\)](#). Acesso em 01 jun. 2021.
- Correia, R. (2006). *Revista Universal Lisbonense – Ficha Histórica*. Lisboa: Biblioteca Nacional. Disponível em [Microsoft Word - FichaRULrevista.doc \(cm-lisboa.pt\)](#). Acesso em 12 jun. 2021.
- Darnton, R. (1990). *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia das Letras.
- Dias, E. (2011). *A construção da história medieval na imprensa periódica portuguesa de oitocentos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Dosse, F. (1994). *A História em migalhas – dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora Ensaio.
- Duran, M. (2015). Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 -1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784 – 1858). *Almanack*, 09, pp. 115 – 135. Disponível em: [SciELO Brasil](#). Acesso em 05 de junho de 2021.
- Elias, N. (1994). *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Febvre, L. (1965). *Combats pour l’Histoire*. 2ª ed. Paris: A. Cotin.
- Fernandes, R. (1994). *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras*. Porto: Porto editora.
- Fernandes, R. (2004). Um projecto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858). Rogério Fernandes. *Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação*. Porto: Edições Afrontamento, 563-568.
- Ferreira, A. (1979). *Perspectiva do Romantismo Português*. 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes: Petrópolis.
- França, J. A. (1999). *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gardiner, P. (1984). *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, A. & Hansen, P. (Org) (2016). Apresentação. In A. Gomes & P. Hansen (2016). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização
- Gomes, R. (1984). Ensino Primário e Analfabetismo. In J. Serrão (Coord). *Dicionário de História de Portugal* (pp. 392-397). Vol. II. Porto: Figueirinhas.
- Gomes, P. (1974). Apresentação. *Categorias de Aristóteles*. Lisboa: Guimarães & Cia Editores.
- Gondra, J. (s.d.). Instrução, intelectualidade, império. Apontamentos a partir do caso brasileiro. *Pensar a Educação, pensar o Brasil, 1822-2022*. Fae-UFMG. http://www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao/arquivos/downloads/textos_confs/conf_gondra.pdf
- Grácio, R. (1971). Ensino Primário e Analfabetismo. In J. Serrão (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Guinsburg, J. (1985). Romantismo, historicismo e história. In J. Guinsburg (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva.
- Herder, J. (1995). *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona.

- Hobsbawm, E. (2008). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, pp. 9 – 43.
- Leite, M. (1996). *O Purismo Linguístico. Suas Manifestações no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Lima, I. (2001). *Cores, Marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Lima, I. (2003). A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *Topoi*, 4(7), pp. 334 –356.
- Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Magalhães, J. (2003a). O elemento civilizatório e a educação nas relações históricas Portugal-Brasil/ Brasil-Portugal. *Revista Educação e Filosofia*, 17 (34), 35-50.
- Magalhães, J. (2003b). António Feliciano de Castilho. In A. Nóvoa (Dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 311 – 316). Porto: ASA Editores.
- Magalhães, J. (2010). *Da cadeira ao banco – escola e modernização (séculos XVIII – XX)*. Lisboa: Educa.
- Magalhães, J. (2011). *O Mural do Tempo*. Lisboa: Colibri.
- Magalhães, J. (2016). Intelectuais e História da Educação em Portugal e no Brasil. *Cadernos de História da Educação*, (15) 1, pp. 299-32.
- Mannheim, K. (1993). El problema de las generaciones [trad.: Ignacio Sánchez de la Yncera], *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 62 (93), pp. 193-242.
- Martins, J. (2001). Prefácio. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/ Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martuscelli, T. (2019). Intelectuais portugueses e brasileiros em tempo das repúblicas. In J. Franco, N. Dallabrida, & R. Souza. *Gêmeas imperfeitas. As repúblicas do Brasil e de Portugal: Unidas no ideal e diferenciadas nas práticas*, (pp.177 – 192.), Florianópolis: Edições do bosque NUPPE/ CFH/ UFSC,.
- Matos, S. (1998). *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mattos, I. (1987). *O tempo saquarema*. São Paulo/ Distrito Federal: Hucitec/ INL.

- Melo, C. (2006). *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
- Mendonça, R. (1945). Três prosadores dos maiores – José de Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha. *Revista Brasileira*, 1945 (15), pp. 45-62.
- Moacyr, P. (1939) *A instrução e as Províncias: subsídios para a História da Educação do Brasil (1834 – 1889)*. Vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Monteiro, I. & Maia, F. (2013). Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX (pp. 205-219). In J. Arruda, V. Ferlini, M. Matos, & F. Souza (Orgs.). *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Moscатели, R. (2003). História Intelectual: A problemática da Interpretação de Textos. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, p. 48 – 59.
- Mota, C. (2008). *A idéia de revolução no Brasil e outras idéias*. 4ª edição. São Paulo: Editora Globo.
- Nabo, O. (2012). *Educação e difusão da Ciência em Portugal. A “Biblioteca do Povo e das Escolas” no contexto das edições populares do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal.
- Nascimento, A. (2015). *O Estudo das letras, caminho para a sabedoria: evocação do 150º aniversário da fundação do Curso Superior de Letras de Lisboa por D. Pedro V*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Neves, L. & Ferreira, T. (2002). Portugal, França e Brasil: representações imaginadas (1808-1914). In Menezes et. al. (Org). *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas* (pp. 27-46). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Nóvoa, A. (Dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino – repertório analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. & Bandeira, F. (Dir.) (2005). *Catálogo da Imprensa de Educação e Ensino*. CD-Room. Lisboa: Editora ASA.
- Oliveira, A (2003). *O Ensino público*. Brasília: Senado Federal.
- Outeirinho, M. (2003). *O folhetim em Portugal no século XIX: uma nova janela no mundo das letras*. Tese de doutorado, Universidade do Porto, Portugal.
- Paim, A. (1967). *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo

- Paim, A. (1976). A superação do empirismo mitigado na obra de Silvestre Pinheiro Ferreira. *Revista Brasileira de Filosofia*, XXVI (102), pp. 189-197.
- Paim, A. (1999). *Escola eclética – estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*. Vol. IV. Londrina: Edições CEFIL.
- Paredes, M. (2013). *Configurações luso-brasileiras: Fronteiras culturais, demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Deutschland: Novas Edições Acadêmicas (ebook).
- Peixoto, A. (1936). *Noções de História da Educação* (2ª ed.) São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Pfeiffer, C. (2001). A língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX/XX. In Eni Orlandi, (org.). *Histórias das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional* (pp. 167-183). Campinas: Pontes.
- Pinto, E. (1978). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo.
- Pinto, I. (2011). *Um professor em dois mundos: a viagem do professor Luis Augusto dos Reis à Europa (1891)*. Tese de doutorado, Universidade do Estado de São Paulo, Brasil.
- Prost, A. (1998). Social e cultural indissociavelmente. In J-P. Rioux & J-F. Sirinelli. *Para uma história cultural* (pp. 123 – 138). Lisboa: Editorial Estampa.
- Rafael, G. & Santos, M. (org. e coord.) (2001). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Raminelli, R. (1990). Lucien Febvre no caminho das mentalidades. *Revista História*, n. 122, pp. 97-115.
- Ramos, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, 39 (172), pp. 547-469.
- Ribeiro, A. (2014). *O Museu de imagens na imprensa do Romantismo: Património arquitetónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rioux, J-P. (1998). Introdução. In: J-P. Rioux & J-F. Sirinelli (Dir.). *Para uma história cultural* (pp. 11 - 24). Lisboa: Editorial Estampa.
- Rocha, M. (2007). *O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Junior*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

- Roldão, M. (2013). *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras. Ficha Histórica*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: [Hemeroteca de Lisboa](#). Acesso em 02 jun. 2021.
- Sant'Anna, B. (2007). *Ilustração brasileira (1854-1855) e a ilustração luso-brasileira (1856, 1858, 1856): Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Santos, M. L. (1992). A elite intelectual e a difusão do livro em meados do século XIX. *Análise Social*, XXVII (116-117), 539-546.
- Santos, N. (2018). A literatura romântica portuguesa sob o olhar de Álvares de Azevedo e Lopes de Mendonça: diálogos críticos. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 29, 40-52.
- Santos, D. (s/d). Silvestre Pinheiro Ferreira, in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX*, fasc. 1.
- Saraiva, A. (1979). *História da Literatura Portuguesa. Das origens a 1970*. Amadora: Bertrand.
- Saraiva, A. & Lopes, O. (2000). *História da Literatura Portuguesa*. 17ª ed. Porto: Porto Editora.
- Saviani, D. (2007). *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Schafascheck, R. (1997). *Educar para civilizar e instruir para progredir: análise de artigos divulgados pelos Jornais do Desterro na década de 1850*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil.
- Serpa, E. (2001). Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: Língua, literatura e história. In M. Ramos, E. Serpa, & H. Paulo (Org.). *O beijo através do Atlântico – o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos.
- Serrão, J. (Dir.) (1992). *Dicionário da História de Portugal*. Vol V. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Silva, H. (2003). A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, p. 15-25.
- Silva, M. B. N. (1975). *Silvestre Pinheiro Ferreira: Ideologia e teoria*. Lisboa: Sá da Costa.
- Silva, N. (1990). *O sistema filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Silva, V. (2007). Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: Construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). *Revista Brasileira de Educação*, 12, (35), 268-277.

- Sirinelli, J-F. (1998). As elites culturais. In: J.P. Rioux & J-F. Sirinelli (Org.). *Para uma história cultural* (pp. 259-279). Lisboa: Editorial Estampa.
- Sirinelli, J. (2003). Os intelectuais. In R. Rêmond. *Por uma história política* (pp. 231-270). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Soares, M. (2002). Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: M. Bagno (Org.). *Linguística da norma* (pp. 155 – 177). São Paulo: Loyola.
- Sodré, N. (1966). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Teixeira, M. (2009). Cultura e Natureza em visões do Homem: Ile de France e Brasil – Paul et Virginie de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814) e Inocência (1872) do Visconde de Taunay (1843-1899). *Revista Brasil-Europa*. Disponível em [Cultura e natureza em visões do Homem](#). Acesso em 08/09/21
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no romantismo. In *Estética do Romantismo em Portugal* (pp. 185-190). Lisboa: Grêmio Literário.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova hisveigatória da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Tocqueville, A. (1967). Lettre à Gustave de Beaumont, 28 décembre 1853. Correspondence d’Alexis de Tocqueville et de Gustave de Beaumont. *Oeuvres complètes*, t. III. Paris: Gallimard.
- Torgal, L. (1993). A instrução pública. In J. Mattoso. *História de Portugal* (609 – 651). Vol. V. Lisboa: Estampa.
- Torgal, L., Mendes, J. & Catroga, F. (1998). *História da história em Portugal – séc. XIX – XX*. Lisboa: Temas e Debates.
- Veiga, C. (2002). A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, 21, pp. 90 – 103.
- Vergara, M. (2007). “Cartas a uma senhora”: questões de gênero e a divulgação do darwinismo no Brasil. *Estudos feministas*, 15(2), pp. 383 – 398.
- Vieira, L. (2016). *Diálogos transoceânicos: Portugal e Brasil na revista A Ilustração luso-brasileira (1856, 1858, 1859)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Brasil.
- Viñao Frago, A. (2008). La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. *História da Educação*, 12 (25), pp. 9 – 54. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 12/06/2020.
- Vincent, G, Lahire, B. & Thin, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, n. 33, pp. 7 – 47.

- Weber, M. (2018). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim. *Revista Estado e Sociedade*, 25 (2), pp. 205 – 224.

Fontes

Impressos Gerais

- Aranha, B. (1883). *Dicionario Bibliographico portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha. Vol. X. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Associação Popular Promotora da Educação do sexo feminino (1858). *Ao Partido Liberal Português*. Lisboa: Imprensa União Tipográfica.
- Braga, T. (s/d). *História da literatura portuguesa; volume V – O Romantismo*. Mira-Sintra: Europa américa.
- Braga, T. (1987a). *História do Romantismo em Portugal I*. Série “A Geração de 70”, vol III. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Braga, T. (1987b). *História do Romantismo em Portugal II*. Série “A Geração de 70”, vol IV. Lisboa: Círculo de Leitores. Publicação original de 1880. Disponível em <https://archive.org/details/historiadoroman02braggoog/page/n290/mode/2up>. Acesso em: 03 mai. 2020.
- Estatutos da Sociedade Madrêpora (1863). In Coleção de Leis do Império do Brasil, vol. 1, p. 211.
- Castilho, A. (1849). *Felicidade pela agricultura*. Ponta Delgada: Tipografia da Rua das Artes.
- Castilho, A. (1850). *Leitura Repentina Methodo Experimentado e Efficacissimo para em poucas lições e com muito Recreio se aprenderem a ler Impressos, Manuscritos e Numeração*. Lisboa: Typ. Da Revista Universal Lisbonense.
- Castilho, A. (1908). *Obras completas – Revistas, anotadas e prefaciadas por um de seus filhos*. Vol. I. Lisboa: Empresa da História de Portugal.
- Castilho, A. (1910). *Cartas*. Vol I. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora.
- Castilho, A. (1910). *Cartas*. Vol II. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora.
- Castilho, A. (1910). *Cartas*. Vol III. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora.
- Castilho, A. (1914). *Cartas*. Vol IV. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora.

- Castilho A. & Ribeiro, J. M. C. (1859). *Cartas sobre as eschololas populares*. Lisboa: Typographia Universal.
- Celso Júnior, Afonso (1880). *Camões*. São Paulo: Livraria Popular.
- Chagas, M. (1873). *Portugueses ilustres*. Lisboa: Livraria de A. Ferin.
- Coelho, A. (1870). *O Relatório do Sr. Latino Coelho ácerca do Diccionario da Academia – examinado por F. Adolfo Coelho*. Lisboa: P. Plantier.
- Coelho, L. (1870). *Relatório da Commissão encarregada de propor à Academia Real das Sciencias de Lisboa o modo de levar a effeito a publicação do Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- Coelho, L. (1871). *Specimen: Dicionário da Língua Portuguesa. Precedido por Relatório*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Coelho, L. (1887). *Relatório apresentado à Academia Real das Sciencias de Lisboa ácerca do dicionário da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Da Academia.
- Costa, A. (1900). *História da Instrução Popular em Portugal, desde a fundação da monarquia até aos nossos dias* [1ª ed. 1871]. Porto: António Figueirinhas editor.
- Costa, J. (Prefácio e notas) (1924). *Castilho e Camilo – Correspondência trocada entre os dois escritores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Cunha, X. (1917). Garret, Castilho e Latino Coelho. Carta indereçada ao Professor Arlindo Varella. In Coelho, L. *Garret e Castilho: estudos biográficos*. Lisboa: Santos & Vieira.
- Ferreira, S. (1813). *Preleções filosóficas*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. Disponível em: [SophiA Biblioteca - Terminal Web](#) :. (bn.br) Acesso em 06 jun. 2021.
- Ferreira, S. (1836). *Noções elementares de ontologia*. Paris: Oficina Tipográfica de Casimir.
- Franklin (Ed.) (1849). *A cartilha do povo*. Pernambuco: Typ. Da Viúva Roma & Filhos.
- Galeano, E. (2020). *Os filhos dos dias*. Lisboa: Antígona.
- Garrett, A. (1899). *Da educação: cartas dirigidas a uma senhora ilustre, encarregada da instituição de uma jovem princesa*. 3ª ed. Lisboa: empresa da Historia de Portugal Sociedade Editora.
- Herculano, A. (s/d). *Composições várias*. Lisboa: Aillaud Alves, Bastos e Cia.
- Herculano, A. (s/d). *Opúsculos*. Tomo VIII: Questões públicas, 2ª ed. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Barros e Cia.
- Jasmin, M. & Feres Júnior, J. (Org.) (2006). *História dos Conceitos*. Rio de Janeiro: Editora Puc/ Edições Loyola.

- Leão, B. (1878). *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Michelet, J. (1912). *O Povo – história social*. Volume I. Porto: Magalhães & Moniz.
- Michelet, J. (1912). *O Povo – história social*. Volume II. Porto: Magalhães & Moniz.
- Nogueira, H. (1851). *Estudos sobre a Reforma em Portugal*. Lisboa: Typ. Social. Disponível em <https://purl.pt/6742/4/> . Acesso em: 07 abr. 2020.
- Ministério do Reino (1863). *Inspeção às escolas primárias – Porto, Ponta Delgada, Viana do Castelo, Funchal, Leiria, Angra do Heroísmo, Évora, Castelo Branco*. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, Mç 4089
- Ministério do Reino (1863-64). *Inspeção às escolas primárias – Porto-Braga*. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, Mç 4090
- Ministério do Reino (1863-64). *Inspeção às escolas primárias – Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo, ponta Delgada, Funchal, Portalegre, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Santarém*. Arquivo da Torre do Tombo, Mç 4091
- Ministério do Reino (1863 - 66). *Inspeção às escolas primárias – Lisboa*. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, Mç 4094.
- Nabuco, Joaquim (1939). Academia Brasileira de Letras. In: *Escritos e discursos literários*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/ Civilização Brasileira.
- Pereira, J. (1921). *Noções Sumárias de História da Instrução Popular em Portugal*. Porto: Livraria Nacional e Estrangeira/ Livraria e Imprensa Civilização.
- Ribeiro, J. S. (1874). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo IV. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Ribeiro, J. S. (1878). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Ribeiro, J. (1879). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Tomo VIII. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Ribeiro, J. (1882). *Historia dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*. Tomo X. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

- Ribeiro, J. (1884). *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*. Tomo XII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Ribeiro, Júlio (1885). *Grammatica Portugueza* (2ª ed.). São Paulo: Teixeira & Irmão.
- Vianna, A. & Abreu, G. (1885). *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva Junior, Pacheco (1879). Reforma da ortografia portuguesa – coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sônico, pelo Dr. Barbosa Leão. *Revista Brasileira*, n.1, pp. 495-502.
- Silva, J. N. (1855). A lingua brasileira. *O Guanabara: Revista Mensal, Artistica, Scientifica e Litteraria*, vol. III, n. 1, pp. 99 – 104.
- Silva, I. (1860a). *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. (1860b). *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. (1862). *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. (1867). *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo VIII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. (1885). *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo XIII. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva Junior, Pacheco (1880). O dialecto brasileiro. *Revista Brasileira*, ano II, Tomo V, 487-495.
- Varnhagen, J. (1850). *Florilégio da poesia brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, A. (1954). *Garrett, Castilho, Herculano e a Escola Coimbrã* [1866]. Lisboa: Editorial Império.
- Vianna, A. & Abreu, G. (1885). *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Imprensa Periódica

- Almanak Administrativo, Mercantil e Instructivo, 1869, nº. 1. Belém: Carlos Seidl & Cia.
- Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial, 1865, nº 22. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert.
- Archivo Pittoresco, 1857 – 1858, vol. I, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.
- Archivo Pittoresco, 1858 – 1859, vol. II, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.
- Archivo Pittoresco, 1860, vol. III, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1860, vol. III, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1861, vol. IV, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1862, vol. V, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1863, vol. VI, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1864, vol. VII, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1865, vol. VIII, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1866, vol. IX, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1867, vol. X, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Archivo Pittoresco, 1868, vol. XI, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 8. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 10. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 15. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 16. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 18. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Pública, 1861, nº 20. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

Boletim Geral de Instrucção Publica, 1864, nº 32. Lisboa: Imprensa de J. G. de Souza Neves.

O Brasil, 1871, ano I, nº 1. Lisboa: Typ. Souza & Filho.

Constitucional, 1862, nº 88. Rio de Janeiro: Typographia do Constitucional.

Correio Mercantil, 1855, nº 250. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1855, nº 119. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1859, nº 279. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1860, nº 295. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1861, nº 25. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1861, nº 35. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1861, nº 94. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1862, nº 197. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1862, nº 230. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1862, nº 275. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1862, nº 318. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1862, nº 330. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 49. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 64. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 86. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 105. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 220. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 235. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1863, nº 277. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1864, nº 20. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1864, nº 227. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1864, nº 269. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1864, nº 309. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1865, nº 95. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1865, nº 183. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1865, nº 265. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Mercantil, 1866, nº 34. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de Muniz Barreto, Filhos & Octaviano.

Correio Paulistano, 1862, nº 1721. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2132. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2144. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2188. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2200. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2218. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1863, nº 2277. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1864, nº 2353. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1864, nº 2557. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1864, nº 2556. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1865, nº 2702. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1867, nº 3430. São Paulo: Typographia Imparcial.

Correio Paulistano, 1868, nº 3610. São Paulo: Typographia Imparcial.

O Correio da Tarde, 1856, nº 59. Rio de Janeiro: Typographia do Correio da Tarde, de Pinto & Veiga.

O Guanabara: Revista Mensal, Artística, Científica e Litteraria, 1855, vol. III, nº 1. Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes.

Diário do Governo, 1860, nº 04. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo, 1860, nº 137. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Maranhão, 1857, nº 147. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário do Maranhão, 1857, nº 224. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário do Maranhão, 1858, nº 8. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário do Maranhão, 1858, nº 9. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário do Maranhão, 1858, nº 18. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário do Maranhão, 1858, nº 93. São Luiz: Typographia de J. C. M. da Cunha Torres.

Diário de Pernambuco, 1854, nº 280. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1856, nº 245. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1856, nº 267. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1857, nº 201. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1862, nº 175. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1862, nº 198. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário de Pernambuco, 1864, nº 136. Recife: Typ. De M. F. de Faria.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 94. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 126. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 256. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 307. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 328. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1861, nº 346. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1862, nº 79. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1862, nº 260. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1862, nº 273. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1862, nº 317. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 64. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 132. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 140. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 143. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 149. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 183. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 211. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 242. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 256. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1863, nº 317. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1864, nº 32. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1864, nº 97. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário do Rio de Janeiro, 1866, nº 110. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro.

Diário de S. Paulo, 1870, nº 1350. São Paulo: Typographia Americana.

A Época: Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes, 1848 a 1849, nº 1 ao 52. Lisboa: Imprensa da Epoca.

O Farol: Periódico de instrucção e recreio, 1848 a 1849, nº 1 ao 48. Lisboa: Typ. De António Joaquim da Costa.

Gazeta de Notícias, 1880, nº 68.

Gazeta de Notícias, 1880, nº 79.

Gazeta de Notícias, 1881, nº 24.

A Ilustração Luzo-Brasileira: Jornal Universal, 1859, vol. III, nº 18, p. 144. Lisboa: Typ. Do Panorama.

Jornal dos Amigos das Letras, 1836, nº 1 ao nº 5. Lisboa: Typ. Patriotica de Carlos Jose da Silva.

Jornal do Commercio, 1856, nº 292. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve.

Jornal do Commercio, 1860, nº 131. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve.

Jornal do Commercio, 1863, nº 70. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve.

Jornal do Pará, 1868, nº 240. Belém: Typographia de Santos & Irmãos.

Jornal do Rio Negro, 1867, nº 99. Manaus: Typographia de Moraes & Comp^a.

A Marmota, 1861, nº 1268. Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito.

O Liberal Pernambucano, 1854, nº 371. Recife: Typ. Nacional.

O Panorama, 1837, vol. 1, nº 1 ao 35. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1838, vol. 2, nº 36 ao 87. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1839, vol. 3, nº 88 ao 139. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1840, vol. 4, nº 140 ao 191. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1841, vol. 5, nº 192 ao 243. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1842, vol. 6, nº 1 ao 53. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1843, vol. 7, nº 54 ao 105. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1844, vol. 8, nº 106 ao 157. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

O Panorama, 1846, 1847 e 1852, vol. 9, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

O Panorama, 1853, vol. 10, nº 1 ao 53. Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

O Panorama, 1854, vol. 11, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia do Panorama.

O Panorama, 1855, vol. 12, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia do Panorama.

O Panorama, 1856, vol. 13, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

O Panorama, 1857, vol. 14, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

O Panorama, 1858, vol. 15, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia do Panorama.

O Panorama, 1866, vol. 16, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.

O Panorama, 1867, vol. 17, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.

O Panorama, 1866, vol. 16, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.

O Panorama, 1868, vol. 18, nº 1 ao 52. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.

Pedro II, 1860, nº 2084. Fortaleza: Typographia Cearense.

Pedro II, 1860, nº 2114. Fortaleza: Typographia Cearense.

Pedro II, 1860, nº 2166. Fortaleza: Typographia Cearense.

Pedro II, 1861, nº 85. Fortaleza: Typographia Cearense.

Pedro II, 1860, nº 2084. Fortaleza: Typographia Cearense.

Publicador Maranhense, 1861, nº 41. São Luiz: Typ. Const. De I. J. Ferreira.

Publicador Maranhense, 1864, nº 51. São Luiz: Typ. Const. De I. J. Ferreira.

Publicador Maranhense, 1868, nº 25. São Luiz: Typ. Const. De I. J. Ferreira.

Revista Brasileira, 1879, Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Revista Brasileira, 1880, Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Revista Brasileira, 1880, Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Revista Brasileira, 1880, Tomo V. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, 1859, vol. I, nº 10. Lisboa: Typographia Franco-Portuguesa.

Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil, 1857 a 1858, nº 1 ao nº 8. Lisboa: Imprensa União-Typographica.

Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria, 1849, vol. I, nº 1 ao 52. Lisboa: Imprensa Nacional.

Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria, 1849 - 1850, vol. II, nº 1 ao 52. Lisboa: Imprensa Nacional.

Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria, 1850 - 1851, vol. III, nº 1 ao 39. Lisboa: Imprensa Nacional.

Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria, 1851 - 1852, vol. IV, nº 1 ao 48. Lisboa: Typographia da Revista Popular.

Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria, 1852, vol. V, nº 1 ao 48. Lisboa: Typographia da Revista Popular.

Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria, 1854 - 1855, vol. VI, nº 1 ao 48. Lisboa: Typographia da Revista Popular.

Revista Typographica: orgao das classes graphics do Brasil, 1864, nº 10. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Revista Universal Lisbonense, 1841 a 1848, 1ª série, volumes I a VII. Lisboa: Typographia de J. A. S. Rodrigues/ Imprensa Nacional/ Imprensa da Gazeta dos Tribunnaes/ Typographia Lusitana.

Revista Universal Lisbonense, 1848 a 1853, 2ª série, vol. I a V. Lisboa: Imprensa Nacional.

A Saudade, 1861, nº 12. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Comp.

A Semana. Jornal Litterario, 1850, vol. I, nº 1 ao 52. Lisboa: Imprensa Nacional.

A Semana. Jornal Litterario, 1851, vol. II, nº 1 ao 48. Lisboa: Imprensa Nacional.

Anexo 1

Categorias utilizadas para leitura sistemática do *Archivo Pittoresco*.

Anexo 2

Distribuição do *Archivo Pittoresco* pelas escolas primárias portuguesas (1863 - 1864), organizado por Distrito.

► Acesso a ambos os anexos disponível no *link* ou no *QR Code* abaixo.

<https://sites.google.com/view/doutoramentokadine/in%C3%ADcio>

